

Editorial

PERMEIA ESSE NOVO número de **MATRIZes** uma característica que, no juízo dos editores, fortalece o projeto editorial da revista: a mescla da reflexão sobre temas atuais, contemporâneos, com questões de fundo e de contínua preocupação no âmbito dos estudos em comunicação e cultura. Trata-se, então, de oferecer aos leitores aquilo que é novo ou inovador, bem como insumos para atualizar discussões. Por vezes, isso se dá em um mesmo trabalho.

Assim, o atual **Dossiê** é aberto pelo artigo **Constelações ubíquas: Rumo a uma antropologia não antropocêntrica**, de Massimo Canevacci, no qual os eixos da atualidade e da reflexão autoral e propositiva – marcas dessa seção da revista – possuem destaque. Nessa perspectiva, o autor aponta o valor de enfrentar o desconhecido no caso do coronavírus (Covid-19), como ponto inicial do trabalho, em que realiza recapitulação de sua trajetória intelectual, discutindo como tem desenvolvido um projeto intelectual em que a antropologia encontra a comunicação. Desse modo, oferece sugestões conceituais e metodológicas, como os conceitos de *ubiquidade*, *diásporas*, *polifonias* e *método indisciplinado*. No texto seguinte da seção, Juremir Machado da Silva, em **O paradoxo da ideologia**, outro meta-texto, desenvolve o persistente tema, indagando como é possível que alguém perceba, compreenda, decifre e se liberte da ideologia se, conforme vários autores discutidos, ela tem a capacidade de condicionar tudo.

Na continuidade do dossiê, o artigo **Interdiscurso nas produções seriadas televisivas: Um exercício demonstrativo**, de Mayra Rodrigues Gomes, expõe um trajeto demonstrativo, a partir do conceito de interdiscurso, revelando ocorrências substantivas desse conceito em produtos comunicacionais do campo audiovisual, sendo ele uma matriz para intertextualidades e base para a construção de mundos possíveis na produção televisiva. No artigo seguinte, **O que é o populismo punitivista? Uma tipologia baseada na comunicação midiática**, Michele Bonner procura elaborar uma tipologia conceitual para a classificação de diferentes manifestações do que chama *populismo punitivista*. Essa noção central remete à retórica e às políticas rígidas contra o crime adotadas por políticos para ganhar eleições e apoio popular, com forte relevo no contexto da América Latina atual e com implicações midiáticas significativas.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v15i1p7-9>

O Dossiê é encerrado pelo artigo **Para além dos dados coletados: Políticas das APIs nas plataformas de mídias digitais**, de Carlos D’Andrea, que procura discutir questões conceituais e metodológicas que dizem respeito a diversas questões que devem ser enfrentadas nas pesquisas empíricas que trabalham com dados obtidos através de *Application Programming Interfaces* (APIs) de plataformas on-line.

A **Entrevista** desta edição, efetuada por Elizabeth Saad e Daniela Osvald Ramos, é com o pesquisador Silvio Waisbord que é levado a discorrer sobre seu recente livro *Communication: A Post-Discipline* (2019) e a abordar diferentes questões de interesse do de nosso campo acadêmico, como o estado de fragmentação e de diversidade dos estudos, assim como os impactos derivados da digitalização.

A seção **Em Pauta** começa com o artigo **Corpo-drone: Governamentalidade algorítmica e a modulação espaço-imagética**, de Leandro José Carmelini, Danichi Hausen Mizoguchi, Pedro Felipe Moura de Araújo, que aborda a chamada modulação espaço-imagética por meio dos algoritmos, discutindo diferentes dimensões do tema e, ao fim, propondo a noção de *corpo-drone*. Em seguida, o artigo **Jornalismo televisivo, noticiário policial e usos de fontes: Achados da Argentina**, de Mercedes Calzado e Vanesa Lio traz contribuições a propósito da análise da produção audiovisual jornalística voltada ao crime, discutindo a centralidade que esse tema passou a ter na televisão argentina e como as tecnologias têm alterado aspectos da produção noticiosa, propondo noções que deem conta dessas transformações.

Os dois artigos seguintes destacam aspectos da televisão e da sociedade sob diferentes enfoques. Em A **“televisão do futuro”? Netflix, qualidade e neofilia no debate sobre TV**, Mayka Castellano e Melina Meimaridis realizam uma investigação sobre a plataforma Netflix, inquerindo as expectativas do público e da crítica a respeito de mudanças advindas com a introdução desse serviço *on demand*. As autoras concluem que, até o momento, as práticas relacionadas ao *streaming* funcionam como atualizações de modelos consagrados na TV linear. E no artigo seguinte, A **“mulher louca” em *Game of Thrones*: Gênero e a crítica do pop no jornalismo**, Felipe Viero Klinski Machado Mendonça e Christian Gonzatti destacam as discussões jornalísticas referentes ao destino de uma personagem da série que se consagrou como um marco da televisão globalizada.

Na continuidade da seção **Em Pauta**, Marcos Paulo da Silva e Maurício de Melo Raposo, no artigo **Jornalismo e ideologia da cultura: Os conflitos entre indígenas e ruralistas em Mato Grosso do Sul**, utilizam o referencial teórico da *framing analysis* para entender como os conflitos entre etnias indígenas e

produtores rurais são enquadrados pelo principal jornal impresso do estado em questão. A seguir, Marco Túlio Costa, em **Igreja eletrônica, religiosidade midiática, religiosidade midiaticizada: Conceitos para pensar as relações entre mídia e religião**, apresenta um artigo de revisão bibliográfica sobre conceitos que têm sido relevantes no âmbito dos estudos de religião e comunicação na contemporaneidade.

Encerrando essa seção da Revista, no artigo **Olhares intrusos: Reflexões e miradas sobre um mundo *ch'ixi***, Phellipy Jácome, Julieta Karol Kabalin Campos e Bruno Souza Leal refletem sobre articulações entre imagem e imaginário, destacando contribuições da socióloga boliviana Rivera Cusicanqui, evidenciando algumas possibilidades da proposta *ch'ixi* feita por ela.

Por fim, na seção **Resenhas**, Juliana Schmitt, em **As revoluções das mídias: As transformações da era digital à luz do surgimento da imprensa**, aborda o livro *A Europa de Gutenberg: O Livro e a Invenção da Modernidade Ocidental (Séculos XIII-XVI)*, do historiador francês Frédéric Barbier, no qual é realizado um paralelo entre a revolução da imprensa e o atual contexto digital.

Com satisfação, fazemos ainda o registro e a apresentação do novo **Comitê Editorial de MATRIZES**, ampliado com as marcas da interinstitucionalidade e da internacionalização. Desde já, expressamos nosso agradecimento pela honrosa participação aos pesquisadores Ana Carolina Damboriarena Escosteguy, Isabel Ferin Cunha, Maria Ignês Carlos Magno e Raúl Fuentes Navarro.

Desejamos a todos, por fim, que apreciem este novo número de **MATRIZES**.

O Comitê Editorial

Ana Carolina Damboriarena Escosteguy, UFSM

Isabel Ferin Cunha, UNL

Luciano Guimarães, USP

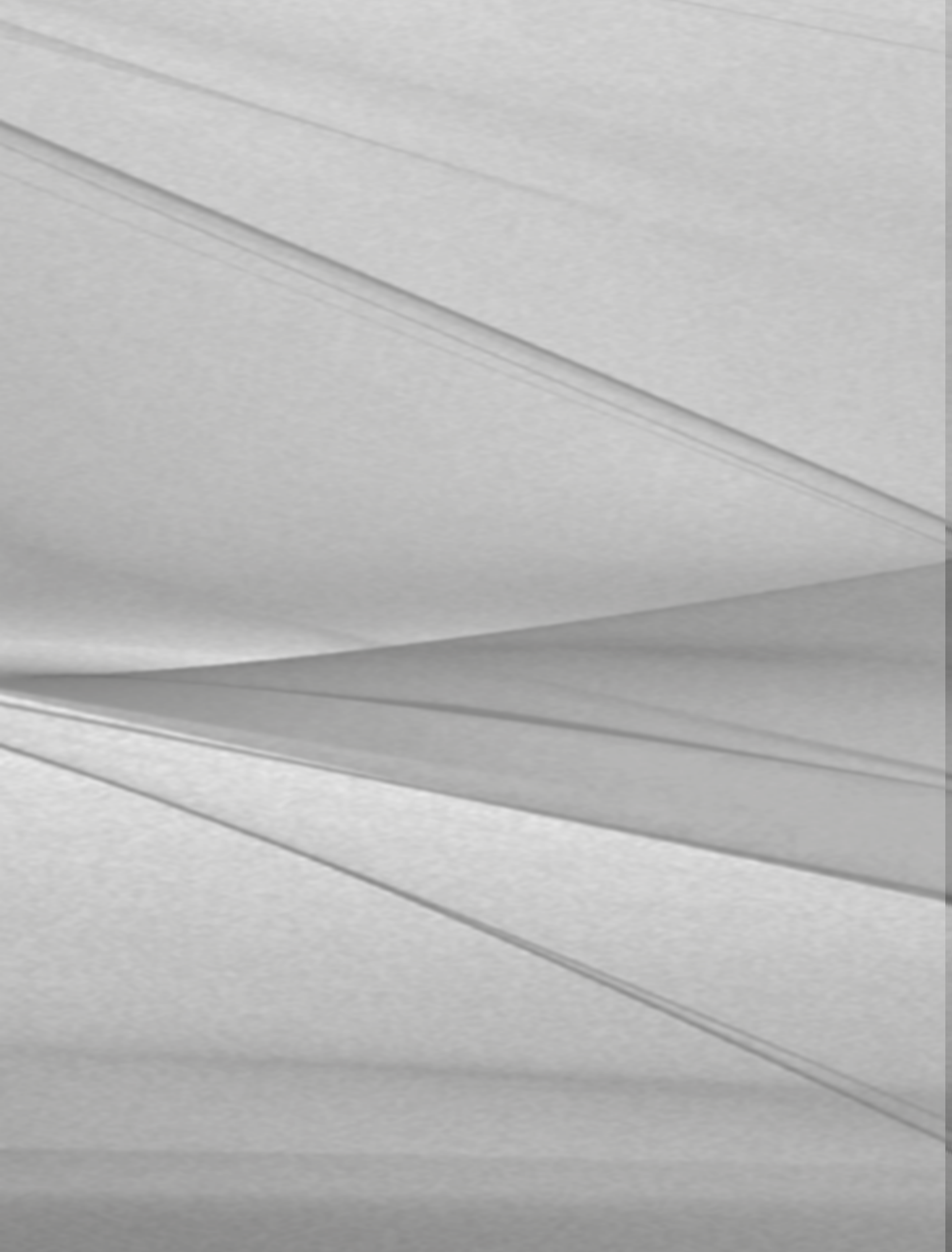
Maria Immacolata Vassallo de Lopes, USP

Maria Ignês Carlos Magno, UAM

Raúl Fuentes Navarro, ITESO

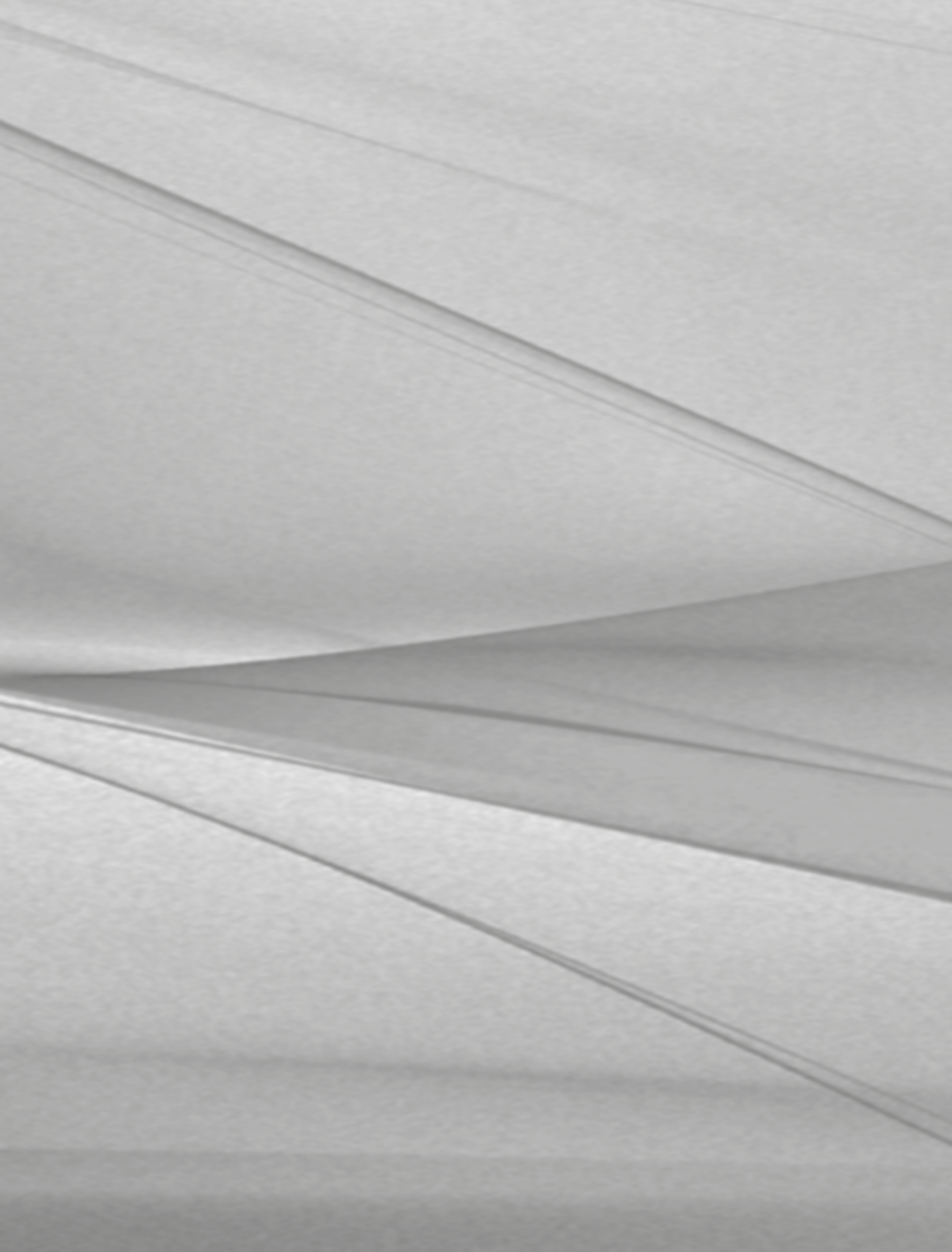
Richard Romancini, USP

Roseli Figaro, USP



DOSIÊ

Novas Perspectivas em Teorias da Comunicação



Constelações ubíquas: Rumo a uma antropologia não antropocêntrica

Ubiquitous constellations: Towards a non-anthropocentric anthropology

MASSIMO CANEVACCI*

Università degli Studi di Roma "La Sapienza", Faculdade de Ciências da Comunicação. Roma – Itália

RESUMO

A divisão do conhecimento em disciplinas-disciplinadas, tal como foi estabelecida pela divisão do trabalho da era industrial, dividida em faculdades, departamentos, currículos etc., se dissolve no ar de pixels. A constelação conceitual do ensaio é baseada na indisciplina metodológica. A pesquisa no campo material e imaterial, analógico e digital mistura conceitos-chave: sincretismos culturais, polifonias narrativas, subjetividade ubíqua, diásporas inquietas, meta-fetichismos. O etnógrafo se move deslocado, atento aos menores detalhes nas paisagens que fluem; assim, aprende a se observar durante a pesquisa. No processo do método reflexivo, o pesquisador se descobre parte da pesquisa e a inconsistência dialética sujeito/objeto.

Palavras-chave: Indisciplina, ubiquidade, diásporas, polifonias, sincretismos, fetiches

*Doutor em Filosofia, professor de Antropologia Cultural na Faculdade de Ciência da Comunicação da Università degli Studi di Roma "La Sapienza". Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8269-0564>. E-mail: maxx.canevacci@gmail.com

ABSTRACT

The division of knowledge into disciplined-disciplines, as established by the division of labor in the industrial age, divided into faculties, departments, curricula, etc., dissolves in the air of pixels. The conceptual constellation studied is based on methodological indiscipline. Research in the material and immaterial, analog and digital fields mixes key concepts: cultural syncretisms, narrative polyphonies, ubiquitous subjectivity, restless diasporas, meta-fetichisms. The ethnographer moves around, attentive to the smallest details in the flowing landscapes; thus, learning to observe itself during the research. In the process of the reflective method, the researcher discovers part of the research and the subject/object dialectical inconsistency.

Keywords: Indiscipline, ubiquity, diasporas, polyphonies, syncretisms, fetishes

INDISCIPLINA

Pela primeira vez, os medicamentos e os tratamentos foram ineficazes em uma pneumonia aparentemente banal. Meu dever era curar aquele doente. Por exclusão, concluí que, se o conhecido falhasse, só me restava adentrar no desconhecido. O coronavírus estava escondido bem ali. (Malara, 2020, para. 3)

O MOVIMENTO EPISTEMOLÓGICO QUE implicou a escolha, pela virologista Annalisa Malara, de enfrentar o desconhecido, a clareza experimental com que se expressa através da lógica consecutiva das três frases, apresenta um desafio paradigmático para as ciências humanas e as chamadas ciências exatas, além dos sistemas binários. Sua conclusão, “só me restava adentrar no desconhecido”, é exatamente o que deve inspirar qualquer pessoa em sua área específica de pesquisa. E no desconhecido que todos entramos ou pelo menos certamente eu já tinha antes do vírus. Em minha pesquisa antropológica, usei os termos: encontro com o estrangeiro, diálogo com o estranho, observar o inexplorado. No entanto, o desconhecido é mais poderoso. Não é por acaso que a relação entre o familiar e o estrangeiro, cenário clássico da pesquisa etnográfica, se transformou, ao longo do tempo, em relações mais complexas em que essas diferenças, que outrora eram claras, agora se interpenetram reciprocamente e muitas vezes se invertem. O desconhecido é o desafio que pode ser enfrentado a qualquer hora e lugar. E essa incógnita também diz respeito à pesquisa antropológica, filosófica ou como se queira chamá-la. Emerge do desafio ao desconhecido, o método indisciplinado¹.

A etnografia como pesquisa de campo se delinea vagando entre o objeto, o sujeito e o método. O que é classificado como “objeto” entra no método e se *deforma* no decorrer da pesquisa: o objeto vago acaba sendo um sujeito em trânsito, enquanto o método percebe que está *vagando no indisciplinado*. A divisão do conhecimento em disciplinas-disciplinadas, tal como foi estabelecida pela divisão do trabalho da era industrial, dividida em faculdades, departamentos, currículos etc., se dissolve no ar de pixels. O etnógrafo se move deslocado com uma lentidão abandonada (*surrender*), atento aos menores detalhes nas paisagens alteradas que fluem; ao refletir sobre tudo o que é vago, aprende a se observar durante a pesquisa. No processo do método reflexivo, o pesquisador se descobre parte da pesquisa. Prosseguindo no vagar, desenha-se um *corpo-d’occhio*². O aprendizado contínuo e necessário baseia-se em *ser-visto, ser-olhado, ser-olho que vê e é visto*. A visão mutante e reflexiva do olhar, não o banal mostrar-se... Afirma-se a dimensão biocultural do olho e de suas histórias, cuja pupila – avariada e umedecida lentamente pelas pálpebras – emerge em suas mutações e

¹ As referências a essa premissa devem cruzar o Perturbador com o Fracassado. Encontrar as relações desconhecidas entre Freud (1977, 1981) e Bernhard (1985) poderia constituir uma mistura adequada para os dias de hoje.

² Alusão ao termo “colpo d’occhio”, isto é, a maneira espontânea do pesquisador, treinado na cultura visual, captar, entender rapidamente, em um átimo, um código, detalhe ou estilo (N. do T.).

reflexões contínuas, determinadas pelo entrelaçamento, pelas relações, conflitos entre a cultura analógica e a comunicação digital. A indisciplina do método etnográfico incorpora tanto a polifonia evasiva do objeto-outro, que se revela como sujeito, quanto a ubiquidade inquieta da própria subjetividade fragmentada. É um trânsito errante e reflexivo que se move entre uma alteridade desconhecida e o eu alterado: desnuda-se a inconsistência da dicotomia sujeito/objeto, que é cograda processualmente. Afirma-se o espanto indisciplinado que descobre a expansão da individualidade não só ao estrangeiro tradicional, mas também aos animais, aos vegetais, aos minerais e até ao que se denomina mercadoria ou, melhor, *facticidade*.

A vagância do método e o vagar do etnógrafo se misturam entre sincretismos culturais, polifonias narrativas, subjetividade ubíqua, diásporas inquietas, fetichismos “meta”. Essa é minha constelação.

Por sua vez, todo pesquisador que vaga se torna um etnógrafo, no sentido de que ao vagar se encontra o estranho, absorve o diferente, percebe o perturbador, se sente fracassado. Ao deslocar as percepções “normais”, são reunidos fragmentos irreduzíveis entre si para expor a linguagem *sincreticamente*, ignorando o canto de sereia da síntese e da morte dialética. No meu vagar etnográfico, traço uma *constelação transitiva e temporária*, na qual transcrevo conceitos inquietos cuja composição (a “partitura”) delinea a coexistência de metodologias variáveis e indisciplinadas. Nas marcas da partitura, fica mais claro esse mapa desorientado, para identificar os nexos entre *meta-fetichismos* e *meta-morfoses*.

A fisionomia é um conceito corporal posterior que se aplica no encontro com diferentes subjetividades (estrangeiros, coisas, minerais etc.). O traço fisionômico é uma configuração visual que absorve o “caráter” emocional de qualquer objeto que se transfigura em sujeito ao se oferecer ao encontro.

A meta-morfose da fisionomia meta-fetichista assinala a iniciação nas *utopias ubíquas*. Se a utopia não está em lugar nenhum e a ubiquidade em todos os espaços, a pesquisa etnográfica transita *in-between* nesse limiar iniciático e chega à confusão das *ubiquidades utópicas*. A comunicação digital está transformando a clássica distinção de espaço-tempo, favorecendo a expansão de experiências descentralizadas e não lineares de espaço-tempo. Afirmção comum é que a web é ubíqua e, portanto, a ubiquidade caracteriza as relações humanas e não humanas no espaço-tempo da internet. A própria identidade do sujeito etnográfico e de suas obras é ubíqua. Transita simultaneamente em espaços-tempos diversos nos quais o sujeito flutua e perde – felizmente – a identidade fixa, compacta e imutável. *A identidade fixada*.

As potencialidades internas ao processo etnográfico aspiram a estabelecer relações não antropocêntricas entre o corpo-morto e o corpo-vivo (*body-corpse*),

sagrado e cotidiano, sexo e ótica, trabalho e arte. O meta-fetichismo incorpora o desejo de vivificar fragmentos culturais além dos dualismos conceituais, das reificações industrialistas ou da dialética sintética: o fetiche libertado do estigma colonial, continuado com o Iluminismo, acentuado pelo marxismo, freudismo e senso comum (“fetish”), atinge o *corpo-d’occhio* de uma antropologia comunicacional em que sente as relações entre mito e razão, corpos e coisas, estrangeiros e familiares: e as resolve. *O meta-fetichismo é uma visão pragmática em direção a uma antropologia não antropocêntrica*, na qual o humano não é mais o centro das cosmologias que dominam e controlam e usam o resto (“natureza”), para tentar a possível pacificação coevolutiva entre os seres humanos, animais, plantas, minerais. E até divino...

Entre *meta-fetichismo* e *meta-morfose* subsistem desejos transculturais, desvios subterrâneos, expressões inéditas que flutuam e se mesclam nas diferentes culturas com modelos irreduzíveis. A imaginação exata do meta-fetichismo explora uma antropologia não antropocêntrica em que coisas, bens e objetos (as “factidades”) são liberados de serem apenas úteis, para poderem se transfigurar em corpos fisionômicos além do humanismo.

Muito, muito frequentemente, uma posição de “esquerda” se configura num sentido antiritualista. Eu mesmo sou há muito crítico, cético, indiferente tanto aos ritos populares arcaicos quanto aos – digamos – mais históricos ou contemporâneos. Apesar da minha formação antropológica, ou talvez precisamente por isso, sempre procurei me distanciar dos rituais. Creio que minha formação filosófica e política favoreceu meu distanciamento. Os ritos são estudados, mas não praticados, pelo contrário, escapam... Esse meu posicionamento começou a vacilar com as fissuras de uma determinada política (a minha) e com o impulso para reiniciar as pesquisas de campo. Dessa forma, pude participar e refletir sobre alguns ritos que mudaram profundamente o sentido de estar no mundo, em especial o funeral Bororo, em Mato Grosso (Brasil). A atração irresistível do rito une por um momento muito determinado e dramático não só todas as diferenças internas e conflitos externos, mas também todos os mortos de todos os tempos que se reúnem e se misturam com os vivos que choram, dançam e cantam. No rito, o tempo para e se expande a todos os “cantos” da aldeia, transfigurando todo lugar simbólico em espaço cosmológico. O rito é uma eternidade no tempo.

O aumento irresistível do vírus mudou essa perspectiva antiritualista. A minha experiência é baseada em uma *solidão-não-solitária*, na qual a força momentaneamente unificadora do rito está ausente. Estabele-se uma espécie de *ritual-sem-rito*. Comecei a praticar todas as manhãs, desde que estou autorrecluso, minirituais individuais diários que enfrentam e desafiam o vírus,

praticando a *conectividade digital* além do coletivo analógico. Um bom paradoxo. No entanto, essa escolha me fez sentir vivo, reuni palavras e conceitos, tentei expressar visões que não pertencessem apenas a mim. Em suma, a doença viral grudou em mim e – quase num ritual homeopático, cujas minipílulas tomo com sarcasmo – assimilo o vírus, incorporo-o, para tentar cancelar sua fria pretensão de me separar do mundo, do amor, da amizade, dos afetos, do desconhecido...

A experiência dramática que estamos vivendo favorece ainda mais a inserção no cotidiano da identidade ubíqua. Paradoxalmente, ao estar preso em casa, tudo o que acontece lá fora me envolve e às vezes me oprime. Conecto-me com o Brasil duas ou três vezes ao dia, leio jornais em quatro idiomas diferentes, ouço o noticiário, vejo séries, troco mensagens com pessoas que adoro, que são amigas e até desconhecidas: enfim, essa imobilidade forçada favorece uma ubiquidade livre. E minha “personalidade” (ou se quisermos “identidade”) não pode ficar parada, imóvel, fixa, mas deseja ser transitiva, fragmentada, diaspórica (e também meta-fetichista, sincrética e polifônica!)... Estou sentado na frente do PC e, no mesmo tempo-espaço, movo-me para todo o lado. *A solidão-não-solitária e a onipresença*. Esse é o desafio... Muitos dos problemas atuais (*fakes*, odiadores, milenistas etc., mas também os humanistas-antropocêntricos) derivam, em minha opinião, da excessiva rapidez com que nos encontramos diante de uma acepção outra e alterada de ubíquo – uma ubiquidade viralizada e “viajada” pelo digital. Não mais o olho do deus cristão que vê e julga em todos os lugares, a ubiquidade da identidade vive nas práticas de cada um de nós (ou pelo menos em mim), com métodos, estilos, resultados desiguais. Posso respirar o mundo não porque sou o mundo, mas porque *vivo ubiquamente*... Talvez seja possível desenvolver uma solidariedade ubíqua e, portanto, afetuosa, terna, frágil e, também, sensual, lúdica e dramática.

UBIQUIDADE

Ubiquidade é um conceito que “encontrei” em um contexto distante. Morei e dei aulas no Brasil, em São Paulo, e com uma arfante regularidade voltava pelo menos duas vezes por ano a Roma, que *era* a minha cidade. Conversando com amigos entre as duas metrópoles, percebi que minha experiência subjetiva passava por um processo em que o espaço (entre dois continentes) e o tempo (entre fusos horários) estavam mudando seu padrão tradicional. Já havia sentido isso no cotidiano afastado dos anos 90 do século passado, mas só com a plena afirmação do digital tudo mudou de relevo. Descobri que minhas experiências estavam se tornando ubíquas e transformando os relacionamentos entre mim e os outros. Não só isso: mesmo dentro de mim as coordenadas do espaço-tempo

mudaram, deixando-me mais desorientado do que o normal, e até a minha identidade acelerou as flutuações, apesar da minha opção por viver com lentidão. A partir dessa experiência, que poderia definir indevidamente uma etnografia-de-si, comecei a refletir sobre possíveis modificações mais gerais, que não eram só minhas; talvez um mal-estar de excesso de identidade nas conexões pudesse conter aspectos problemáticos, delineando uma *subjetividade conectiva*. De qualquer modo, posso defender que foram minhas experiências pessoais iniciais que me fizeram pensar se algo estava mudando no clássico tema da identidade.

Com essas premissas, que amadureceram tanto de forma indistinta quanto problemática, dentro e fora de minhas flutuações subjetivas, fui convidado a participar de uma conferência que parecia me aguardar na brecha entre salvação e risco. Foi também um sinal do destino, uma vez que o tema do seminário internacional organizado pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) – justamente naquele evento os dois anos como professor visitante expiraram – era o *tempo*. E era também a oportunidade que esperava, ou melhor, que me esperava como um assaltante na passagem de um desfiladeiro ameaçador. A escolha foi quase obrigatória e por isso apresentei o relatório com um título seco: Ubiquitimes, e um subtítulo mais explícito: *The ethnographic experiences of digital cultures and the syncretic mix of spacetimes* (As experiências etnográficas das culturas digitais e a mistura sincrética de espaço-tempos).

Recupero uma parte do *abstract* para mostrar afinidades e diferenças com minha posição atual:

Meu artigo apresentará uma perspectiva antropológica do tempo a partir do conceito-chave de ubiquidade: **ubiquitimes**. As culturas e a comunicação digital vão transformar a distinção clássica de espaço-e-tempo, favorecendo experiências descentralizadas e não lineares de espaços-tempos. Um forte uso metafórico desse termo tem ocorrido recentemente na cultura da web. Uma afirmação comum é que a web é ubíqua e, portanto, a ubiquidade caracteriza as relações espaço-temporais (*human and not-human*) da internet. Ubiquitimes também amplia uma incessante elaboração de conceitos sincréticos e métodos polifônicos na cultura digital. Discutirei as diferenças entre os conceitos tradicionais de vanguarda de simultaneidade e o teológico de ubiquidade. Em seguida, apresentarei a emergência digital e os diferentes significados contemporâneos da ubiquidade como interconexões e interseções imanentes em tempos e espaços. **Ubiquitimes** representam uma imanência lógico-sensorial de caráter material/imaterial; expressam tensões além do dualismo hegemônico ou da *ratio* dicotômica regressiva. **Ubiquitimes** são a potencialidade da estrita imaginação conectada à vida digital

diária. Seleccionarei alguns casos empíricos a fim de demonstrar minhas hipóteses sobre *experiências autogerativas de tempos ubíquos (ubiquitimes)* em diferentes culturas e pessoas: uma divindade grega mítica (*Kairos*), uma publicidade da *Swatch*, um ritual funerário *Bororo*, uma arquiteta pós-euclidiana (*Zaha Hadid*) e, por fim, as experiências subjetivas com as tecnologias digitais (*multividual*). (Canevacci, 2015, p. 1)

O método expositivo indisciplinado é uma continuidade dessas proposições, pois se baseia em *conceitos sincréticos* de diferentes culturas e *composições polifônicas*, experimentando escritas etnopoéticas, não ficcionais, sonoras e visuais. A escolha foi (e continua a ser) baseada no cruzamento da dimensão não linear do tempo com a flutuante do espaço, cujo resultado foi sendo definido, precisamente, *ubíquo*. Desde essa época faço pesquisa sobre esse conceito, que modificou a sua versão tradicional devido à afirmação daquelas tecnoculturas que conhecemos bem (*smartphones*, redes sociais, WhatsApp etc.). No entanto, algumas perspectivas mudaram, principalmente devido àquele excesso de entusiasmo construcionista-propositivo com que se constituía.

Em todo caso, a ubiquidade é o conceito central-descentrado e igualmente problemático que emerge transformado em seus significados tradicionais. A mudança de sentido da palavra é determinada por um sujeito que, inserido nos fluxos da comunicação digital, vive o cotidiano em que as coordenadas clássicas de espaço/tempo se mesclam e se transformam. A aceleração de identidades ubíquas apresenta um dos grandes acontecimentos do novo milênio a ser analisada por meio de uma etnografia indisciplinada. Já por volta de 1990, artistas e curadores conectaram a fase pós-industrial com a pós-humana, a partir da qual se estabeleceram as primeiras identidades múltiplas em sentido digital (Documenta X, 1997). Essa relação com as artes pós-humanas é importante, mas muito parcial e autorreferencial. Na verdade, já em 1988, Mark Weiser havia antecipado esse processo com base na *ubiquitous computing*, afirmando que a ubiquidade que caracterizava as relações espaço/tempo na comunicação digital envolvia *humanos e não humanos*. O paradigma dicotômico tradicional entre ser humano (*anthropos*) e bens, coisas, objetos não humanos, estava se dissolvendo no ar dos pixels, parafraseando uma frase famosa de Marx e Engels. Essa questão questiona o antropocentrismo tradicional da cultura ocidental, como será visto através do conceito-chave de *meta-fetichismo*, para libertar o fetichismo clássico daqueles depósitos sedimentados em seu “corpo” pelo colonialismo, iluminismo, marxismo, psicanálise até o senso comum atual.

Sempre seguindo Weiser, pioneiro da oubiquidade digital:

D

Constelações ubíquas

A ubiquitous computing define a terceira onda do computador. Antes, havia *mainframes* (sistemas centrais), cada um compartilhando, mas por muitas pessoas. Estamos agora na era do computador pessoal, pessoas e máquinas não convivem facilmente entre si no *desktop*. . . . Em seguida, vem a *ubiquitous computing*. (Rutgers University, 1996/2010, 34:06)

Mark Weiser encara uma perspectiva ainda mais perturbadora, talvez influenciada pela ecologia da mente de Gregory Bateson: “**O computador pode estender seu inconsciente**” (Rutgers University, 1996/2010, 43:24). Bateson (1976) já criticou a conhecida distinção freudiana entre ego-id-superego, por afirmar que o ego se expande fora do sujeito a partir dos canais de comunicação: por isso o conceito de mente se expande e flui entre humanos, florestas de sequoias ou anêmonas do mar. Esse modelo ecológico de comunicação – bem diferente das banalidades ambientalistas dominantes – cruza e mistura as tradicionais distinções entre humano e não humano. A natureza para ele é um ser vivo que troca informações mentais com todas as criaturas por meio de tecnologias, seja uma roda, seja um chip. Nesse sentido, o *sagrado* (não a religião!) é a trama imanente que conecta cosmologicamente todo ser: e por *ser* se deve entender uma pedra, uma árvore, uma criança, uma borboleta. Os mundos mineral, vegetal, animal e humano estão conectados em uma concepção mental que não é mais antropocêntrica, mas expandida e baseada em trocas informacionais entre as várias partes vivas. A dicotomia orgânico-inorgânico é superada por meio de uma perspectiva neoanimista que prefiro definir como *meta-fetichista*. É por isso que Norbert Wiener convidou Gregory Bateson e Margaret Mead para o grupo de estudiosos que inventaram a cibernética. A aliança inicial entre informática e antropologia – geralmente rejeitada ou ignorada – se deve à *cismogênese*, que tinha elementos em comum com o *feedback*: o primeiro conceito foi elaborado por Bateson em sua pesquisa sobre o ritual *Naven* entre os Iatmul na Nova Guiné (Bateson, 1988), onde pode ou não ocorrer uma divisão – *retroativa* – entre grupos de pais.

Atualmente, as consequências segundo as quais o inconsciente se expande na tela do computador – mesclando os impulsos visuais entre *skin* e *screen* – são experiências cotidianas verificáveis: as estatísticas *veem* os cliques hegemônicos na teologia e no YouPorn, dos quais derivam as prováveis expansões de ressentimentos ilimitados, *fakes* inverificáveis, *haters* incontrolláveis. Nessas reflexões, é importante seguir Tim Berners-Lee (2017), inventor da web, no CERN, e ainda uma das pessoas mais avançadas e críticas da internet:

Precisamos de mais transparência algorítmica para entender como as decisões importantes que afetam nossas vidas estão sendo tomadas, e talvez um conjunto

de princípios comuns a serem seguidos. Precisamos urgentemente tapar o “ponto cego [blind spot] da internet” na regulamentação das campanhas políticas. (para. 9)

A revolução digital e a aceleração da pragmática comportamental estão prefigurando *identidades ubíquas* que podem produzir resultados problemáticos, não só pela beleza de cruzar os limites do espaço/tempo em um processo libertador e multiplicativo da própria subjetividade, mas também pela perda das certezas territoriais de si que provoca a expansão dos microrracismos, dos tempos perdidos e dos espaços purificados. As consequências apresentam cenários ambíguos e conflitantes que resumo assim: *O sujeito cosmopolita é livremente ubíquo e coexiste com as regressões da personalidade digital-autoritária*. Essa conclusão é diferente do meu primeiro relatório sobre o *ubiquitime*: um foco no realismo negativo me forçou a fazer essa revisão dramática três/quatro anos após a primeira conferência.

Trata-se, portanto, de enfrentar esse desafio etnograficamente para tentar resolvê-lo de forma progressiva e libertadora, sem perder de vista a complexidade das conclusões posteriores, indiferenças, preconceitos, racismo que cada pessoa investe na sua própria *moralidade anômica*. A moralidade de um povo inteiro ou de uma pequena comunidade é baseada em valores (*costumes*) compartilhados pela maioria e que mudam ao longo da história. A anomia é a ausência de regras (*nomos*) que se acentuam durante as transformações do cotidiano. A aliança digital entre anomia e moralidade é uma das causas da atual desconexão na solidariedade pública e privada, que, em vez de caminhar para o suicídio individual, cria uma massa crescente – autoritária e irregular – que imagina ter uma moralidade superior a defender. As “patologias normais” psicoculturais com as relativas implicações sociopolíticas estão aumentando à medida que os estilos de comunicação estão transformando as distinções clássicas de espaço-tempo e de público-privado. O digital permeia diferentes comportamentos e favorece experiências não lineares de *tempos-espaçados* ou, como sugeri antes, de **ubiquitimes**, que libertam e envolvem, emancipam e desfiguram as sincronidades ambíguas de um sujeito exausto.

O conceito de ubíquo movimenta indisciplinas e estabelece relações privilegiadas entre culturas sincréticas e tecnocomunicação. Sem refazer a história desse conceito, destaco que é imanente à ubiquidade não ficar parada nem mesmo diante de si mesma. Na tradição ocidental, o conceito de ubíquo tem uma matriz “espiritual” ligada à teologia cristã que simboliza no olho triangular o divino por meio do qual Deus Pai observa você *em todos os lugares*. Essa *teologia observadora* imprime uma marca totalizante que anula o privado por meio do controle visual *erga omnes*. Graças à ubiquidade teológica, a condição humana

é observada, julgada, condenada, pois o pecador não escapa escondendo-se, já que “o olho divino” é ubíquo, sempre o observa e o transcende.

Ao abordar o uso contemporâneo da ubiquidade, é necessário realizar uma breve digressão sobre o *cronotopo* de Bakhtin (1988) e a *simultaneidade* dos futuristas. O significado atual de ubíquo expande o de *cronotopo* elaborado pela crítica literária. A sua matriz científica – no sentido das chamadas ciências exatas – foi transformada por Bakhtin em uma metodologia a ser aplicada nos romances do século XIX. O cronotopo une aquilo que foram os *a priori* e que alguns escritores utilizam na escrita em que o espaço-tempo apresenta uma dinâmica unificada ou construída. Dessa forma, o *autor* multiplica as implicações psicológicas e dialógicas em cada personagem, enquanto o *herói* deixa de ser uma projeção do autor a quem todos os outros personagens estão subordinados. Em suma, o cronotopo é um pré-requisito para o desenvolvimento descentralizado da polifonia literária analisada em Dostoiévski, na qual as subjetividades se multiplicam em suas individualidades específicas e irreduzíveis. Consequentemente, se o herói não é mais a projeção monológica do autor, cada personagem pode desenvolver sua própria autonomia linguística e psicológica. Isto é, *polifônica*.

Um conceito afim ao cronotopo é a *simultaneidade*. Sabe-se que os futuristas afirmaram e amaram esse conceito, aplicando-o tanto nas artes plásticas (pintura e escultura) quanto nas artes cênicas, nas quais as declamações de poemas, músicas e histórias eram apresentadas simultaneamente nos palcos. Essa opção expressiva é de interesse fundamental para o meu discurso: os futuristas foram os primeiros que, como vanguardistas, amaram a metrópole em oposição ao tédio do campo e do luar. De *La Città che Sale* (Boccioni, 1910-1911) emergem panoramas dissonantes, extensões corporais, fricções ruidosas: enfim, todas aquelas sensorialidades que determinam *simultaneamente* a experiência tec-nourbana desde o início do século passado.

A simultaneidade também é filha do nascente cinema, que, na montagem, exprime uma contiguidade ótica entre segmentos narrativos diversos. Para os futuristas, a simultaneidade é uma experiência estética feita de enxertos fragmentados entre metrópoles e máquinas; uma pulsação expressiva de imagens ou “palavras livres” da *consecutio* clássica, que é possível graças a um sujeito igualmente simultâneo: o futurista. É aquele que tem a subjetividade treinada para apreender a flexibilidade visionária entre espaços-tempos vividos nas paisagens urbanas. Essa perspectiva simultânea é a arte para um futuro anunciado nos movimentos maquínicos, icônicos e sonoros que surgem na rua, atravessam a janela do ateliê e se posicionam na tela do pintor ou na partitura do músico. *Simultaneamente*.

Atualmente, a ubiquidade digital exprime tensões além do dualismo *material/imaterial*, ainda presente na simultaneidade futurista. Daí as possibilidades

ubíquas-polifônicas-diaspóricas-sincréticas-fetichistas que expressam uma oposição além do binário, funcional para trazer a condição humana de volta ao domínio de uma *ratio* dicotômica. *Ubíquo é incontrolável, incompreensível, indeterminável*. As identidades ubíquas poderiam sair do controle político vertical, da racionalidade monológica, de uma fenomenologia linear.

Ubiquidade é a imaginação precisa que une ou cruza culturas híbridas, artes visuais, comunicação digital; seu aspecto identitário lida com os restos ou traços daqueles sujeitos que reivindicam passados perdidos e infâncias nunca reencontradas.

Essa afirmação – uma modificação construcionista – ainda exprime minha posição atual. Mencionei que a própria identidade do pesquisador não permanece idêntica a si mesma, pois realiza relações diagonais em contextos diferentes. Essa identidade é mais flexível do que no passado industrial, é uma identidade que oscila entre tempos-espaçados que se movem dentro e fora do enquadramento (*frame*) do sujeito. Assim, mesmo o olhar etnográfico deve se tornar ubíquo para decodificar a coexistência de códigos discordantes (escritos, visuais, musicais, mistos) e praticar narrativas igualmente diferenciadas por meio da composição polifônica. O pesquisador se coloca nessa situação ubíqua em suas vivências cotidianas com o outro, mesmo em um contexto nativo; portanto, esse *outro* é igualmente ubíquo, no sentido de que vive onde seu sistema de comunicação digitalizado está ativo naquele momento. Essa experiência não significa a desmaterialização das relações interpessoais. *Também*. Basicamente, atesta uma complexa rede de conexões psicocorpóreas, ópticas e manuais, cerebrais e imaginárias que movimentam a aparente imobilidade do sujeito. As óbvias implicações psicológicas exigiriam pesquisa específica, junto com a autopesquisa do sujeito-etnógrafo que vivencia em si mesmo essas mutações aceleradas. O conceito de *multivíduo* se manifesta nessas conexões: a etnografia ubíqua expande um sujeito conectivo, por meio de fragmentos temporários nos quais é desidentificado o eu “normal”.

As trocas entre as diferentes culturas, que no passado foram vistas e analisadas como a dissolução de culturas “débeis” – estrutural e tropicalmente tristes por serem destinadas à *entropologia* (Lévi-Strauss) – crescem de acordo com misturas ativas caracterizadas por sincretismos polifônicos e não por aprovações passivas. O etnógrafo não é mais o único pesquisador formado a partir de procedimentos estáveis na pesquisa de campo: porque, por um lado, o *campo* se expandiu para a simultaneidade digital; e, por outro lado, tornou-se a autorrepresentação por parte de sujeitos nativos que afirmam sua própria cosmologia autônoma.

A ubiquidade cultural e identitária conecta a aldeia e a metrópole. Um antropólogo inovador como George Marcus (1995) desenvolveu o conceito

de *multi-sited ethnography*, com o qual enfatiza que a pesquisa empírica atual não é mais, como no passado, centrada em um único território (por exemplo, a aldeia), mas flui incessantemente entre contextos diversos, entre aldeia e metrópole, entre códigos e lugares outrora separados estruturalmente e que agora se cruzam, simultâneos e sobretudo ubíquos. Qualquer pesquisa etnográfica de campo enfrenta um cenário cultural-comunicacional não mais baseado na fixidez localista, mas em fluxos *multi-sited*, ou seja, os diferentes sítios (no sentido de lugares) são atravessados pelos sites (no sentido de redes sociais). Em minha experiência pessoal, fiz pesquisas de antropologia urbana em São Paulo e pesquisas etnográficas com os Bororo. Então descobri que as relações entre uma grande metrópole como São Paulo e uma pequena aldeia como Meruri (Mato Grosso) estavam tão conectadas por tecnologias digitais (computador, tablet, TV, iPhone) que era impossível separar os espaços, mesmo durante o supremo ritual fúnebre (ver Canevacci, 2018; Marcus, 1995).

DIÁSPORAS

As biografias de Edward Said e Daniel Barenboim são um manifesto vivo de sincretismos culturais e subjetividade ubíquas. Seu diálogo polifônico sobre música, política e histórias de vida é um testemunho que afirma visões alternativas de mundo (Barenboim & Said, 2004). Eles refletiram, ensinaram e musicaram nos mais diferentes países com o objetivo de cruzar a fluidez cultural e se identificar contra e além de qualquer endogamia fundamentalista. Além disso, praticaram o desejo de construir ubiquidades de espaço-tempo e descobrir diferenciados “Oriente”/“Ocidente” nas experiências cotidianas. A perspectiva etnográfica deles antecipa críticas às soberanias ou racismos atuais, sem nunca aceitar essa “imaginária” dicotomia geopolítica e para explorar itinerários estéticos desconhecidos. A condição exilada de Said – autodefinido como “expatriado transcendental” – permitiu-lhe abrir o campo dos *cultural studies*. E a filosofia da música de Barenboim forjou as condições de um sujeito cosmopolita. Seguindo o diálogo entre eles, o conceito de diáspora é expresso de um modo divergente e paralelo.

Edward Said incorporou uma tensão transitiva entre a diáspora individual e a identidade exilada. Por isso, suas reflexões são significativas: experiências subjetivas e teorias gerais se conectam na elaboração de visões críticas que desafiam a ordem disciplinar acadêmica e afirmaram estudos culturais inovadores. Ele mesmo lembra – 25 anos após a primeira edição de *Orientalism* – que

os modos como uma obra sobre as representações do “Oriente” se presta a uma representação crescente e a interpretações errôneas . . . O desejo humano e humanístico

do iluminismo e da emancipação não é facilmente adiável. Gostaria de acreditar que o *Orientalismo* teve um lugar na longa e frequentemente interrompida rota para a liberdade humana. (Said, 1979/2003, pp. XV-XXX)

Daniel Barenboim (2007) escreveu sobre o *poder da música* a partir de uma perspectiva de que tudo está conectado com tudo. A trama que conecta (*the pattern which connect*) é um método antropológico e uma visão ética que se estabeleceu com a pesquisa mencionada de Gregory Bateson. Assim, uma metodologia ubíqua e indisciplinada consegue conectar um crítico literário, um músico regente, um antropólogo errante. O poder da música não se restringe a uma arte específica, obviamente a inclui e a transcende por meio de problemas sociais e humorais de sua época e de algum futuro possível. Barenboim cita o exemplo do *late style* em Beethoven, que também é o título de um livro de Said (2006), no qual afirma possíveis experiências estéticas ainda não escritas, vistas ou ouvidas. A inspiração para o título e a filosofia composicional relacionada foi retirada de um fragmento de Adorno (1937). Said (2006) segue essa visão quando afirma que “explorar a experiência do *late style* implica uma tensão não harmoniosa e agitada e, acima de tudo, uma espécie de deliberada produtividade improdutiva que vai contra ela” (p. 7). Essa *unproductive productiveness* pode fomentar a crise relacionada à reificação da escuta e da razão instrumental.

Um compositor “exilado”, como Beethoven, e um filósofo “negativo”, como Adorno (1955, 1966), continuam a explorar figuras musicais dissonantes, imagens de narrativas desconhecidas por meio de Barenboim e Said. Entre sons inauditos e conceitos ubíquos, esses quatro autores vivenciaram o exílio de maneiras diferentes. O estilo definitivo é alcançado quando o autor se sente livre de qualquer vínculo institucional ou regulatório: nessa condição imaterial, a criatividade não tem limites históricos, harmônicos ou estéticos. O *late style* ilumina e o autor é conduzido por caminhos desconhecidos onde qualquer síntese conciliatória é rejeitada. Nesse sentido, Said (2006) escreve:

Para Adorno, muito mais do que quem falou das últimas obras de Beethoven, aquelas composições que pertencem ao terceiro período do compositor . . . constituem um acontecimento na história da cultura moderna: um momento em que o artista que domina totalmente o seu meio, no entanto, abandona a comunicação com a ordem social estabelecida da qual faz parte e estabelece uma relação contraditória e alienada com ela. As suas últimas obras constituem uma forma de exílio. (pp. 7-8)

Em *Paralelos e Paradoxos* (Barenboim & Said, 2004), o diálogo entre Said e Barenboim é exemplar no método, na perspectiva político-cultural, nas conexões

entre diferenças identitárias. O próprio título contém o desafio de percorrer caminhos paralelos entre identidade, música, literatura, sociedade; e aceitar paradoxos a serem vividos em vez de resolvidos. A convergência entre paralelos e paradoxos é um paradigma exemplar para a construção de um humanismo ubíquo, sincrético e polifônico. Esses autores rejeitam as fronteiras políticas e as barreiras culturais: ambas são exemplos de uma filosofia dialógica aplicada ao seu contexto geopolítico específico. Said nasceu em Jerusalém em uma família palestina, foi criado no Cairo como árabe-cristão, frequentou escolas nos Estados Unidos, tornou-se professor na Columbia University. Barenboim nasceu em Buenos Aires em uma família judia russa, viveu no Estado de Israel e se tornou diretor das orquestras mais importantes de Berlim, Milão, Chicago. Juntos, eles imaginaram e executaram o projeto musical “The Palestinian West Bank”, celebrando o 250º aniversário de Goethe em Weimar, reunindo músicos árabes e judeus.

Na introdução, Barenboim (Barenboim & Said, 2004) escreve sobre seu amigo Said, recentemente falecido: “Ele era uma daquelas raras pessoas que viam as conexões e paralelos entre as diferentes disciplinas” (p. 136). E o próprio Said sublinha no diálogo com Barenboim: “No seu trabalho como intérprete, Daniel, e no meu trabalho como intérprete de literatura e crítica literária, deve-se aceitar a ideia de deixar de lado a própria identidade para explorar o ‘outro’” (p. 28). Esse sujeito posicionado representa o método antropológico e as práticas etnográficas que transitam aos *estudos culturais*: não é possível compreender o outro, mantendo fixa a própria identidade, comportamentos estáveis, conceitos repetitivos.

O diálogo entre Daniel e Edward reúne as possíveis convergências paralelas entre filosofia e etnografia, música e literatura, Oriente e Ocidente. Deste ponto de vista, a universidade e a orquestra são espaços onde as artes e as ciências exploram em vez de se conformar; e então, novamente seguindo Said (Barenboim & Said, 2004): “O paradoxo é que a música, ao ser acessível, não pode ser entendida” (p. 37). Segue-se esta reflexão de Barenboim, que não tem apenas um interesse biográfico, mas uma declaração de filosofia errante: “Sinto-me alemão quando reço Beethoven e italiano quando reço Verdi” (Barenboim & Said, 2004, p. 147). A música e a escrita estão em profundo diálogo com “meus” autores, cujo propósito se condensa nesta frase de Said: “a missão humanística deve ser capaz de manter as diferenças, mas sem aquela dominação guerreira que normalmente acompanha as afirmações de identidade” (Barenboim & Said, 2004, p. 135). Esta distinção é importante, porque muitas vezes afirmar as diferenças pode significar legitimar a subordinação dos “outros”, em relação à identidade dominante.

Em outro texto, *Out of Places*, Said (1999) constrói os seus espaços de memória e temporalidade: “junto com a linguagem, é a geografia – especialmente nos deslocamentos entre partidas, chegadas, despedidas, exílios, nostalgia – que está no centro das minhas memórias: Jerusalém, Cairo, Líbano, Estados Unidos” (p. 120). Esses movimentos criam um tipo de identidade mais fluida, múltipla, fragmentada, que o autor tenta transformar ou deslocar de uma potencial fraqueza do ego para um enriquecimento cosmológico do sujeito. No diálogo entre Said e Barenboim ocorre o encontro do político que extrai o poético e vice-versa graças ao cruzamento de suas identidades. E Said escreve: “Na minha opinião, é impossível no século XXI reivindicar com credibilidade uma única identidade” (Barenboim & Said, 2004, p. 147). Ele mesmo destaca o problema da identidade em seu nome: Edward – “um nome ridiculamente inglês” – e Said “o nome de família inconfundivelmente árabe” (Said, 1999, p. 143).

Para ele, a identidade fluida é uma reflexão histórica biograficamente dada:

Acho que a identidade é um conjunto de correntes, fluindo, mais do que um lugar fixo ou um conjunto estável de objetos. Certamente sinto por mim mesmo Não só é possível ter múltiplas identidades, mas também, eu diria, é algo a se aspirar. O sentimento de pertença a diferentes culturas só pode ser enriquecido. (Barenboim & Said, 2004, p. 23)

POLIFONIAS

A primeira vez que cheguei a São Paulo – em 1984 – o carnaval estava apenas começando. Não conhecia ninguém e sabia que as únicas duas pessoas cujos números de telefone tinha estavam fora da cidade. Todos os bancos estavam fechados (era uma quinta-feira) e só reabririam na semana seguinte. No Instituto Italiano de Cultura, na rua Frei Caneca, me deram a chave de um pequeno apartamento particular na mesma rua. Ignorava a possibilidade de fazer o “câmbio paralelo” com os dólares (uma troca paralegal também citada nos jornais) e por isso fiquei em dificuldades econômicas, não podendo ter *cruzeiros*. Fui ajudado pela mesma funcionária do Instituto Italiano, aonde voltei pouco depois para pedir dinheiro emprestado, a qual que me confundiu com um turista comum com problemas de dinheiro – como me confessou depois, ao ver, para seu espanto, minha foto na *Folha de S. Paulo*. Com aqueles poucos *cruzeiros*, que me salvaram de uma situação que era nova para mim, só pude “sobreviver” e com não poucas dificuldades.

A solidão em uma grande metrópole pode ser vivida de forma mais ou menos suportável, de acordo com a sensibilidade de cada um; mas quando toda

D

Constelações ubíquas

essa metrópole é atravessada pela agitação carnavalesca que caracteriza o Brasil, ser excluído é simplesmente doloroso. A primeira coisa que comprei – e ainda tenho – foi o mapa da cidade. Mas isso, em vez de me ajudar, me confundia ainda mais: nunca teria imaginado a enormidade tamanha de São Paulo e, ao mesmo tempo, tamanha viscosidade. Cada mapa caracteriza a “sua” metrópole, mas aquela foi e é uma metrópole tão grande, que se sobrepõe e mistura pontos de referência de forma paroxística, de modo que a única coisa a fazer para um “estrangeiro” como eu, na época, com pouquíssimo conhecimento da língua portuguesa, só poderia ser (além da imobilidade) a perplexidade. Na verdade, o mapa da cidade em si era tão grande que o abrir na rua era impossível, além de inútil. Era como se o mapa coincidissem com o próprio território, em vez de ser uma sintética reconstrução simbólica: o que poderia me lançar no desespero ou, na verdade, na perplexidade. E me perder foi, mais do que uma decisão minha, um abandono aderente ao fluxo das emoções.

É verdade que, se se perder em qualquer cidade é fácil, em São Paulo é simplesmente vertiginoso. Acostumado com a minha cidade – Roma – onde a única maneira possível de conhecê-la é percorrendo-a, resolvi usar a mesma “linguagem” e comecei a caminhar: foi assim que, errando, tentei mapear o território paulistano. Equívoco, porque São Paulo – como depois entendi – não é apenas vasta demais, mas é compreensível tanto em seu território público, quanto em seu espaço privado; e nas incursões, principalmente noturnas, de carro nas “rodovias internas”. Público, privado, movimento são igualmente fontes de percepções cognitivas. Logo aprendi que essa “cidade grande” pode ser conhecida na alternância de três ritmos de comportamento e de controle de espaço-temporal: a quietude doméstica, a hipervelocidade noturna, a lentidão da caminhada solitária. Todas essas três dimensões desenvolvem muitos modos de observação, cuja intriga final constitui a rede por meio da qual é representado o fluxo metropolitano.

Ainda assim, em perspectiva, caminhar com o mapa nas mãos foi um equívoco útil, porque, ao contrário do Rio, a vida social na rua é pouca significativa – pois se dá preferencialmente em residências particulares fechadas, em shopping centers, nos locais que estão na moda ou em instituições culturais; então, comecei a observar como a cidade comunica com seus prédios, as ruas, as placas, as lojas, o caos do trânsito insaciável. Já a partir dessas notas, delineia-se uma cidade que se comunica com vozes diversas e todas copresentes: uma cidade que entoia um coro polifônico, no qual diferentes itinerários musicais, materiais sonoros ou ruídos ambientais agressivos se cruzam, colidem e se fundem, resultando em linhas de fuga harmônicas ou mais frequentemente dissonantes.

A cidade mostra-se polifônica e dissonante desde sua primeira experiência.

A impossibilidade de percorrer a pé grandes extensões do território metropolitano levou-me a selecionar algumas áreas a partir de uma perspectiva qualitativa baseada no estuor. Nestes locais escolhidos realizei olhares e caminhadas até elaborar as primeiras hipóteses de trabalho, a seleção de indicadores e até mesmo um método específico para representar a cidade, à medida que os códigos característicos de uma rua, de alguns edifícios ou de bairros inteiros ficaram claros aos meus olhos. Continuo convencido de que é possível desenvolver uma metodologia de pesquisa mais ou menos precisa sobre a comunicação urbana apenas com um pacto: querer se perder, gostar de se perder, aceitar ser estrangeiro, desenraizado e isolado antes de poder reconstituir uma nova identidade metropolitana. O desenraizamento e o estranhamento são momentos fundamentais que – mais súbitos do que predeterminados – permitem a escuta de misturas imprevisíveis e aleatórias entre os níveis racional, perceptivo e emocional, que só a forma-cidade pode combinar.

Muitas vezes, o olhar desenraizado do estrangeiro tem a possibilidade de apreender aquelas diferenças que o olhar domesticado não vê por estar muito fechado, muito habituado a um excesso de familiaridade. São precisamente as diferenças que constituem um extraordinário instrumento de informação que, selecionado, articulado e percebido de acordo com determinados critérios, pode contribuir para traçar um tipo diferente de mapa, por meio do qual são descritos os comportamentos da metrópole. A cidade em geral e a comunicação urbana em particular são comparáveis a um coro que canta com uma multiplicidade de vozes autônomas que se cruzam, se relacionam, se sobrepõem, se isolam ou se contrastam; conseqüentemente, a escolha metodológica é “dar voz a muitas vozes”, experimentando uma abordagem polifônica para representar o mesmo objeto: a comunicação urbana. *A polifonia está no objeto e no método.* E é assim que o objeto presumido se mostra composto por muitos sujeitos urbanos com os quais se deve aprender a dialogar.

Cada fragmento desenvolve seu próprio tema, como um solista seguindo uma partitura musical; isso se articula de acordo com suas próprias regras e, ao mesmo tempo, é condicionado pelos desenvolvimentos melódicos de todos os outros. Do conjunto de vozes solo selecionadas – ensaios, letras, visuais, musicais, artísticos – deve resultar a “inspiração harmônica” da cidade, a sua capacidade de cantar com vozes diversas a partir das quais é possível elaborar – *polifonicamente* – a sua representabilidade. É característica da cidade a sobreposição de melodias e harmonias, dos ruídos e dos sons, regras e improvisações, cuja partitura – simultânea ou fragmentada – comunica o fluxo temporário da obra. Pela multiplicação de abordagens – olhares, timbres, vozes, caminhadas, sombras – será possível chegar perto do objeto/sujeito da pesquisa. Isso é a polifonia: uma narrativa composta de instrumentos interpretativas, cada uma diferente

dos outros, mas convergindo para um paradigma inquieto. Uma narrativa que oscila entre abstrações urbanas e emoções perdidas; entre a seleção fotográfica e os códigos simbólicos, em busca de prédios falantes, ruas silenciosas, anúncios bizarros, árvores perdidas, alegorias mudas.

A “polifonia” foi o resultado mais importante dessa pesquisa empírica: uma antropologia da comunicação urbana a partir do método etnográfico de São Paulo. Aqui aprendi a estar no campo, a viver uma mistura de estrangeiro e familiar; observar cada detalhe com sensibilidade micrológica; rejeitar generalizações e estereótipos; perceber minhas as reações emocionais como parte da pesquisa; viver a solidão de se perder entre os fluxos da metrópole. Ficar sozinho na multidão é uma arte que te faz sofrer, te exalta, te entedia. A reflexividade impõe delicadamente seu método: o pesquisador fala e reflete sobre os diferentes e muitas vezes conflitantes eus internos, sobre as suas próprias identidades, que emergem descontroladas no campo.

O uso da câmera fotográfica tornou-se um multiplicador essencial de linguagens: tive que aprender a usá-la segundo critérios que as práticas ensinavam, e não pelos manuais. Escolher o enquadramento; refinar o olhar, tornar-se o olhar, olho que vê e se vê, apreendendo a menor diferença; nunca fazer anotações em campo; memorizar sempre as reflexões e depois escrevê-las em casa. Para evitar assaltos (ladrões), coloquei a câmera em um saco plástico banal, escolhi a cena para enquadrar, tirei rapidamente, fotografei e coloquei de volta no lugar. Assim – olhando, selecionando, fotografando – aprendi a dialogar com as tantas vozes que edifícios, ruas, placas, árvores, coisas me comunicam. Recentemente, fui criticado por essa escolha de não entrevistar pessoas. Porém, fui e continuo contra a entrevista sociológica por vários motivos e esse trânsito urbano me fazia sentir que as pessoas eram e são também edifícios, ruas, árvores: portanto, o meu diálogo etnográfico baseia-se na invenção de diálogos entre duas subjetividades por meio da interpretação de códigos visuais. Foi uma experiência alienante e estimulante discutir com a *Pirâmide do Poder* da Avenida Paulista, onde a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) administra a política financeira (mas também política: comandou o impeachment da *presidenta* Dilma Rousseff) de todo o Brasil, por meio de um modelo arquitetônico autoritário e uma densa grade de metal nas paredes, que torna o interior invisível. Fiquei maravilhado com um McDonald’s em forma de igreja medieval, com uma entrada circular em forma de hambúrguer, ao lado uma verdadeira torre com o clássico “M” em vez de sinos; interoguei uma seringueira majestosa e solitária sobre o motivo do ressentimento generalizado dos cidadãos contra as árvores. E posso dizer que meus amigos paulistanos me confessaram que não tinham refletido sobre os detalhes para eles tão familiares da cidade.

O meu olhar estrangeiro se refinava com o espanto: outra reação que se transformou em método: o *estupor metodológico*. Aprender a maravilhar-se significa que todo o meu corpo podia colocar-se numa dimensão porosa, aberta ao desconhecido, ser atravessado por códigos surpreendentes, nunca imaginados, completamente alheios às minhas experiências e por isso desejadas por mim. Sem que o tenha definido durante ou após essa primeira pesquisa, o estupor metodológico passa a fazer parte das minhas “técnicas” de auto-observação. Confesso que já considerei uma das minhas características habilidosas e meticulosas a capacidade de saber observar. No entanto, o contexto diferente desafiou a minha, ao menos imaginada, capacidade. Portanto, *observar-me-observando* tornou-se mais um jogo de espelhos no qual tinha que flutuar sem poder assumir a perspectiva clássica, objetiva e monológica da disciplina. Uma ansiedade indisciplinada levou-me a misturar pontos de vista, artes visuais e ciências urbanas, literatura e cinema, publicidade e design. Foi durante esse processo empírico que emergiram os dois conceitos decisivos e inesperados da pesquisa: polifonia e sincretismo; o terceiro – ubiquidade – surgiu nos últimos anos. O fetichismo me acompanha desde que era estudante e a diáspora é a bússola quebrada por minhas muitas viagens ao Brasil.

Polifônico foi o adjetivo determinante que qualificava a pesquisa a ser narrada não mais com uma só voz, um único estilo, um monologismo linguístico. Tentei conectar a multiplicidade de códigos que a comunicação coloca em cena, suas diferentes vozes, muitas vezes opostas e ainda mais caóticas: essa é a composição narrativa que mais me atrai. Se o contexto empírico da pesquisa expressa dissonâncias polifônicas, deve-se desenvolver uma constelação igualmente polifônica e dissonante. A dissonância, de fato, favorece não apenas a criatividade cultural, mas também cognitiva: além das supostas harmonias musicais e sociológicas, muitas vezes indicadoras de tendências autoritárias.

Mikhail Bakhtin – o ensaísta soviético a despeito de si mesmo – escreveu o referido ensaio que influenciará uma parte dos antropólogos a partir da década de 1980. O sucesso da polifonia em uma parte (minoritária) dos antropólogos é claro: mesmo os textos clássicos da disciplina têm uma única voz solo (o antropólogo que escreve), enquanto as vozes dos outros estão ausentes: informantes ou nativos. Os textos acadêmicos estão cheios de páginas em branco onde vozes, emoções, entonações, dialetos ou línguas desapareceram, até mesmo a presença do outro. *O autor e o herói se unem na figura do antropólogo*. Ele é o narrador de si mesmo e o herói de sua história. Essa estrutura hierárquica da escrita em relação à pesquisa é parcialmente evaporada graças a Bakhtin e Said: dois críticos literários que abrem as ciências humanas.

SINCRETISMOS

As pessoas perguntam: “O que você prefere, ‘índio’ ou ‘nativo americano?’” Nenhum é aceitável, nem qualquer versão da palavra “Cherokee”. . . . A palavra Cherokee para Cherokee é “Ani Yunh Wiya”. Se traduzida literalmente pode significar O Povo, como tantas outras nações indígenas nomeiam a si mesmas. Nenhuma das palavras pelas quais você nos chama são palavras pelas quais nós chamamos a nós mesmos. (Durham, 1993, p. 124)

O sincretismo era uma palavra “exótica” para mim, apesar da origem grega. Gostava do som: apenas pronunciá-la evocava algo misterioso e concreto. Assim que chegou ao Brasil, tornou-se um conceito precioso e em práticas vividas cotidianamente nos mais diferentes contextos e com os mais diversos significados. Na *travessia* – como foi definida a viagem dos navios negreiros dos dois lados do Atlântico (Gilroy, 2003) – essa palavra adquiriu outros significados por meio de um processo definidor de matriz colonial que torna a genealogia do sincretismo semelhante à do fetichismo. Uma palavra especificamente grega – que não poderia ser mais grega – muda de sinal na *travessia*: ela afirmava a incapacidade helênica (não apenas cretense) de fazer alianças estáveis *contra* invasões inimigas e *por* uma política confederada entre cidades-estados. A autonomia cultural-política e linguística na Grécia clássica era o símbolo de sua história brilhante e irrepetível. E talvez até o limite... Os gregos certamente não eram superficiais, muito pelo contrário, segundo uma tradução enganosa de sincretismo. Filosofia, astronomia, história, tragédia, poesia, arte foram levadas aos níveis mais elevados e muitos (não apenas na Europa) são devedores da criatividade helênica. Nem mesmo o helenismo merece o rótulo de ecletismo que ressoa com remodelações pejorativas, nas quais o sincretismo também muda de significado enquanto se aguardam novas mutações em contextos pan-americanos...

Tal como acontece com o fetichismo, o conceito de sincretismo deve ultrapassar uma série de estigmas regressivos que foram estratificados em sua proposição, a serem identificados e possivelmente modificados por meio da análise histórico-antropológica. Nesse sentido, aqui se propõe um sentido diferente de sincretismo, que também herda os mais diversos sentidos que, de tempos em tempos, se misturaram. O mais atual é o significado do *sincretismo religioso*, a que é muito difícil se opor.

Essa pesquisa combina o sincretismo com o conceito de cultura nos diferentes significados da antropologia contemporânea: valores, modelos de comportamento, estilos de vida, visões de mundo. Os sincretismos atuais constituem uma

palavra-chave para entender a transformação da relação entre culturas e política nos processos de globalização e localização que envolvem e desorganizam as formas tradicionais de produção de identidade em relação ao outro diferente de si. Os *sincretismos culturais* abrem as fronteiras para entender um contexto feito de aceleradas e confusas mutações; eles podem direcionar essa crescente desordem comunicativa em direção a correntes criativas, descentralizadas e abertas. O sincretismo incorpora o paradoxo de uma palavra muito instável, dos excessos polissêmicos às suas excessivas mutações de sentido. Muitas vezes se disfarça com sinônimos mais elegantes ou mais conflitantes, como *pastiche*, *patchwork*, *cimarionismo*, *híbrido*, *mélange*, *mulatismo*, *pidgin*, *aculturação*: todos ligados ao jogo ambíguo da contaminação transcultural. Nele coexistem os traços da incoerência, paixão, trivialidade, indigenização que estão estilizando o poder adquirido pelo trio estética-ética-etnicidade. Nos comportamentos cotidianos, o sincretismo investe, dissolve e remodela a relação entre o estrangeiro e o familiar, entre as culturas de elite e de massa, entre os estilos da vanguarda e os digitais. O sincretismo não é um “lugar comum”: é um espaço misto e mutante, que cria estupor, raiva e conflito.

O sincretismo inclui o cenário em que a “clareza sombria” das oposições binárias retrocede a um passado que retorna ao presente graças a simplificações extremas, funcionais ao ódio e ao ressentimento. O sincretismo aceita o desafio desse cenário *não comum*, navega pela angústia difusa da invasão extraeuropeia e da homologação global, elabora modelos alternativos, acentuando as propostas transculturais. O sincretismo é avesso ao conceito “nobre” de síntese, oferece coexistências conceituais diversificadas em vez de estar sujeito ao encanto unificado de uma lógica eurocêntrica. *Dicotomias*, *homologações*, *sínteses* são cenários lógicos e políticos clássicos que os sincretismos atuais enfrentam ao navegar lateralmente em direção a outras correntes.

Depois do uso filosófico depreciativo, a etnografia assume a experimentação inquieta do sincretismo, aceita sua mudança na direção de *trânsitos xenófilos* e de *fragmentos incompatíveis*. O sincretismo emerge das pesquisas no campo transcultural e está se remodelando na comunicação digital, apesar da dificuldade de ser “normatizado”. Os cenários compostos por uma mistura de códigos estranhos pertencem às experiências cotidianas: eles podem recombinar diferenças étnico-culturais, exercitando a riqueza de seu agenciamento desordenado. *Um projeto etnográfico aplicado aos sincretismos está pronto para se lançar nos mais diversos aspectos da comunicação analógica e digital, ao lado de outras palavras constelares.*

Na década de 1980, o movimento *cyberpunk* de William Gibson – influenciado por Marshall McLuhan – desenvolveu rastros sincréticos entre os códigos *vodu* e o *ciberespaço*. Com o *Neuromancer* (Gibson, 1984), a palavra *cyberpunk*

D

Constelações ubíquas

já está presente, unindo a contracultura *punk* com as inovações *cyber*. Também do Canadá, David Cronenberg escreveu seu primeiro romance, *Consumed* (Cronenberg, 2014), fazendo conexões entre os corpos mutantes de seus filmes com uma antropofagia digital atravessada pela *out-of-body existence* e por uma estética cancerígena:

Muitas mulheres têm câncer agora. Você acha que uma nova estética pode se desenvolver? Beleza do câncer? Quer dizer, como se fosse a heroína chique, a estética do viciado em drogas que anseia pela morte? Será que as mulheres não cancerosas vão implorar ao cirurgião plástico para aplicar nódulos falsos sob o queixo e ao redor do pescoço? Sob seus braços? Em suas virilhas? Tão sexy, aquela plenitude. E funciona tão bem como uma técnica anti-envelhecimento, para encher aquela papada de peru flácido. Quem não gostaria? E as joias, as bolas de titânio que perfuram aqueles seios. (Cronenberg, 2014, p. 53)

A antropofagia foi um movimento de vanguarda no contexto paulista do Brasil (Andrade, 1924/1999). Agora, um novo gênero literário se apresenta: *cyberphagy* – uma ciber-antropofagia – por meio da qual Cronenberg libera sua compulsão de ter seu amante ou a si mesmo devorado. O entrelaçamento entre sincretismo e fetichismo – ligado ao colonialismo não resolvido – é minha hipótese básica que evoco aqui graças a Cronenberg, um mestre do fetichismo com *Videodrome* (Cronenberg, 1983). Em seu romance, ele imagina a obra de arte *consumed*, que é consumida, devorada, antropofagizada. E a beleza de uma carne cancerígena é expressa graças às *células de pixel*, a serem exibidas no necrotério transfigurado em uma galeria de arte para a ressurreição digital:

Ele poderia, de fato, dizer algo sobre os conceitos clássicos da arte e, portanto, sobre a beleza, baseada na harmonia, em contraste com as teorias modernas, a revolução pós-industrial, a pós-psicanálise baseada na doença e na disfunção? Ele poderia apresentar um caso para seu novo eu doentio como a forma mais vanguardista da beleza feminina? Ele não ousou, mas ela sim. (Cronenberg, 2014, p. 57)

A disfunção do corpo e a desordem da artista criam uma obra que oscila entre o *body-corpse*, que flui na linha que une e separa o corpo-vivo e o corpo-morto. Finalmente, em Cronenberg, a estética “sincretiza” o duplo significado de *beauty-centre* e filosofia autoconsciente graças a cirurgias estéticas, doenças terminais e tecnocorpos manipulados. Quando uma pessoa morre, sua identidade, sua história e seus afetos continuam a ser devorados (*consumed*) pelos seguidores das redes sociais. A linha divisória entre a vida e a morte torna-se

tênue – o próprio traço do *body-corpse* torna-se quase invisível. O sucesso global das séries televisivas em hospitais cirúrgicos e enfermarias mortuárias deve ser seriamente analisado como uma mudança de uma estética “popular” ilimitada que quer consumir o horror transfigurado em uma obra de arte. O cadáver volta a ser a matéria-prima de uma obra artística privada da sacralidade arcaica, mas transcendente, graças à *out-of-body existence*. O cirurgião da autópsia idealiza o destino da humanidade e o torna público: cada espectador quer ver com os próprios olhos – αὐτός ὄψις – a podridão violada dentro dos cadáveres. Imagino que as belas artes graduem um número cada vez maior de alunos com especialização na *arte cadavérica* ou obituário museal, cujos produtos sejam solicitados por *seriados de autópsia*. O verdadeiro herói discreto e simpático dos seriados é ele: o dissecador de corpos que sempre descobre o assassino e não o assassinado.

A autópsia digital é sincrética e extremamente fetichista. É democrático porque todos têm o direito de ver com os próprios olhos. É seriada porque nunca termina.

O sucesso dessas perspectivas sincréticas se deve à irrupção de alguns temas antropológicos nos movimentos contemporâneos, graças às mudanças ocorridas na cultura cotidiana. Essa última não é mais vista como algo unitário, que compacta e une indivíduos, sexos, grupos, classes, etnias: antes, é muito mais plural, descentralizada, fragmentada, conflituosa e *relativa*. Voltando ao chamado *descobrimento* (a “descoberta” das Américas), desde esse momento, o sincretismo tem sido quase exclusivamente associado a fenômenos religiosos, então, mesmo agora, os dois termos são frequentemente associados; entretanto, um processo que aplicou as modulações sincréticas às culturas urbanas e visuais (*street art*, *public art*, *visual art*, design expandido, moda, publicidade, literatura, um certo cinema e muita música) vem se consolidando há algum tempo. E justamente esses movimentos que flutuam nos *sincretismos culturais* são o tema desse discurso. Eles brotam, indisciplinados e incoerentes, das múltiplas dobras da contemporaneidade: para subvertê-la ou, pelo menos, surpreendê-la. Às vezes até para confundi-la, até mesmo simplificá-la ou amaldiçoá-la.

A própria origem da palavra – que possui qualquer coisa de enigmática e alusiva nas sucessões fonéticas – é quase um mito filológico. Dizia-se, de fato, que os cretenses, sempre dispostos a brigar entre si, aliaram-se como bons helenos quando apareceu um inimigo externo.

Sincretismo = união ou confederação dos cretenses.

Seria um conceito defensivo, portanto, bem como uma metáfora para o comportamento grego em geral, unir-se para tentar superar sua fragmentação política interna, a fim de não perder o valor da liberdade e derrotar um inimigo

externo muito pior que o “amigo” competitivo interno. Esse desejo de unir grupos internos conflitantes, essa busca por alianças entre as diferentes “partes” da própria Creta, marcou as sucessivas migrações do conceito: da política à filosofia e às religiões. Assim, as tentativas sincréticas referem-se a combinações momentâneas entre diferentes religiões ou crenças, sem preocupação com as ortodoxias de estados e igrejas. E por isso os movimentos sincrético-religiosos e políticos sempre se expõem a heresias, perseguições, execuções, mas também tolerâncias interessadas.

Daí, a ambígua assonância do sincretismo com a “superficialidade”, que desde há muito marcou o seu sentido por parte das “profundidades” filosófico-religiosas. E assim seu uso constante, no início da era moderna, para indicar um dos maiores etnocídios cometidos pela cultura ocidental. Após a “conquista” das Américas, de fato, os conquistadores constataram que os chamados selvagens (os “nativos”) não podiam trabalhar em condições de escravidão. Como resultado, eles foram mortos ou foram deixados para morrer, eles até mesmo se recusaram a ter filhos que nascessem em um mundo tão feroz. Surgiu então a ideia de importar uma força de trabalho mais adaptável a esse tipo de trabalho e teve início a diáspora africana. Pessoas escravizadas foram transportadas em condições desumanas de outro continente, porque a mão de obra indígena era inutilizável ou quase eliminada. Por isso, algumas das formas mais criativas de sincretismo surgem da diáspora africana nas Américas, apesar (ou por causa) do imenso sofrimento.

Porém, para os valores católicos e mesmo humanísticos dominantes na época, não bastava transformar o corpo de um ser humano em escravo. Devia-se converter também a alma ou espírito. A pessoa reduzida a escravo deveria aceitar as normatividades morais e os universais éticos de uma religião que não a sua, a qual foi rebaixada ao nível do animismo, superstição, magia; enquanto a outra, a vencedora, assumiu a luz espiritual da redenção ecumênica e da tecnologia no poder. O símbolo racional e perfeito – *moral* em sentido estrito, visto que se baseia na introjeção dos costumes (*mores*) – da escravidão foi e continua sendo a focinheira humana ou mordaca de ferro. A ferramenta, que, para um animal domesticado (cavalo), ainda é chamada de “morso”, foi usada em seres humanos para *domesticar* a rebelião contra a condição de escravatura. Não apenas para os escravos: os hereges também sofreram a mesma punição ao serem privados do direito de falar.

A tortura inimaginável de ter um pedaço de ferro entre os dentes que o impede de falar, beber e que só se pode *morder* em todo o tempo que se trabalha nas plantações, foi narrada pela escritora afro-americana Toni Morrison. Em seu romance *Amada* (Morrison, 2009), ela recria o que uma pessoa com

uma mordação de ferro entre os dentes deve ter sentido por 12-15 horas por dia. Uma loucura contida e violada pelos capilares dos olhos que avermelhavam o olhar, pela lenta baba que se coagulava nos lábios, pela respiração difícil, por uma raiva explosiva e desviada. Morder a mordação é a história tecnológica do Ocidente exportada cientificamente para as Américas.

Essa tecnologia moral unia tortura e trabalho para empurrar os oprimidos a buscar uma solução para sua condição: algumas delas eram o *cimarrón*, o *quilombo* e o *sincretismo*. Nesse último caso, uma espécie de pacificação implícita entre vencedores e perdedores foi estabelecida nas práticas religiosas das Américas. Os oprimidos aceitaram que haviam se convertido para inserir divindades, tradições, rituais *dentro* dos vitoriosos, em um pacto implícito de sobrevivência e produtividade mútuas. Em troca, os governantes reconheceram extraoficialmente fragmentos das religiões de origem em aspectos marginais do cristianismo: uma clássica condescendência católica contra uma rigidez ortodoxa protestante. Portanto, o sincretismo religioso apresentava-se mais uma vez sob o signo do compromisso defensivo: a aliança invasiva da religião dominante era aceita, desde que permitisse certa tolerância aos cantos, danças e divindades.

E então Iemanjá se disfarça de Madonna com seios túrgidos e quadris generosos. A deusa da água e do amor que realizou a *travessia* do Atlântico é vestida de azul, para continuar a ser a mãe de todos os *Orixás* – as divindades iorubás. E os gêmeos Ibêji se duplicaram nos santos Cosme e Damião, enquanto Exu impropriamente se torna o diabo pelo clássico “vício” eurocêntrico de ver arquétipos em todos os lugares. Jorge Amado (1987), o grande escritor baiano, diz que Exu é

um orixá entre os mais importantes da liturgia do *candomblé*, *orixá* do movimento, confundido por muitos com o diabo no sincretismo com a religião católica, porque é malicioso e impertinente, não consegue ficar quieto, adora confusão. Exu come tudo o que cai na boca, bebe cachaça, é cavaleiro andante e menino reinador. Ama a folia, senhor dos caminhos, mensageiro dos deuses, carteiro dos orixás, um inquieto. Por tudo isso, o sincretizaram com o demônio: na realidade ele é somente um orixá em movimento, amigo de um bafafá, da confusão, mas, basicamente, uma ótima pessoa. Em certo sentido é o Não onde só existe o Sim, o Contra em meio ao a Favor: intrépido e invencível. (p. 20)

Essa defesa de Exu de sua identificação indevida (isto é, “sincrética”) com o demônio católico é extraordinária não apenas pelo estilo poético de Amado, mas porque a citação destaca uma perspectiva totalmente diferente. Exu – como menino reinador sob a bandeira do “Não” – liberta a religião afro-brasileira do

candomblé de ter que se disfarçar, para sobreviver, dentro da religião católica; liberta os orixás de serem uma tradução africana de divindades greco-romanas ou santos católicos, devido às influências junguianas reproduzidas por Pierre Verger, grande fotógrafo e mau etnólogo. O resultado é a libertação do sincretismo da confusão religiosa do passado para abrir os caminhos da cultura cotidiana. Uma experiência etnográfica inicial minha foi fundamental: alguns amigos afro-brasileiros do Rio de Janeiro me convidaram para participar de alguns rituais de candomblé em um pequeno terreiro a algumas horas da cidade. O terreiro é o lugar sagrado onde se realizam os rituais e onde vive a Mãe de Santo, autoridade religiosa máxima que (ao contrário das religiões monoteístas) é descentralizada. Na segunda vez que lá estive, eles me apresentaram a ela, a Meninazinha, nome muito usado pela Mãe de Santo. Conversamos muito, ou melhor, ouvi suas visões com grande interesse: ela era uma mulher forte, austera e autoritária, de cerca de 60 anos, com muitos colares e um turbante magnífico. Os olhos emitiram lampejos de clareza que não permitiram discussão. Uma grande mulher. A certa altura, usei fazer uma pergunta que “já” havia imaginado sobre sincretismo e candomblé. Seus olhos brilharam mais do que o normal e ela me explicou que sua religião há muito rejeita o sincretismo, que tem plena autonomia cosmológica, ritual e sagrada, sem interferências externas. Era o passado e agora também o catolicismo, disse, reconhece a dignidade autônoma do candomblé.

Uma verdadeira lição de história das religiões.

A recente autonomia do candomblé em relação ao catolicismo possibilita o uso do sincretismo em um sentido comunicacional, estético e cultural, deslocando-o para além da história cretense ou da colonial. Esse sincretismo libertado seduz quem aceita o risco de mudar e viajar, ao deslocar-se nos muitos “alhures” e assim juntar-se ao “senhor dos caminhos”, o eu infantil e lúdico do *menino reinador*. Os sincretismos culturais afirmam os códigos da alteridade inquieta, dos pensamentos impertinentes, da divagação imprevisível, do desejado espanto. O sincretismo é um *orixá laico* em movimento e de movimento: contra os imobilismos psíquicos, as reproduções padronizadas, as retrocessões cíclicas das paradas arquetípicas.

O sincretismo cultural é assim precisamente porque nega toda tensão e dignidade à ordem sintética, à superação dialética, ao evolucionismo unilinear. Dentro de seu conceito reside uma sensação de desordem, de confusão, de irregularidade: de um movimento de desejo e de uma perambulação inquieta. O sincretismo cultural nasceu com o surgimento dos *quilombos* no Brasil: espaços libertados daqueles que recusaram a condição de escravidão e se armaram contra o senhor de escravos. O ato simbólico do quilombo era a fuga, a “grande fuga”. A não aceitação de uma ordem cultural imponente e destrutiva. É aqui que

nasce a palavra “cimaronizar”, na qual – como se verá – não há vestígios de cor escura: *cimaronizar* não significa diluir o preto em branco ou, pelo contrário, escurecer o branco. O *cimaronismo* foi uma escolha política para fundar, ao fugir, um “espaço autogovernado de liberdade”. Um *quilombo*, precisamente. E a liberdade desse *quilombo* não era apenas religiosa, mas cultural em sentido mais amplo. Essa liberdade não se restringia aos afro-americanos, mas a todos os seres humanos que viam na fuga o ato de libertar-se. Ladrões, prostitutas, indígenas, vagabundos, mestiços: todos eram acolhidos no espaço livre do quilombo.

FETICHES

Phantasós tem uma especialidade [ars] ainda diferente: se transforma em perfeição na terra, na rocha, no ar, no tronco, enfim, em qualquer coisa inanimada [quaeque vacant anima]. (Ovidio, 8/2015, livro XI, vv 642-3)

Aqui se apresenta uma genealogia antropológica do fetichismo por meio das fisionomias de corpos-mercadorias-coisas, para verificar se é possível praticar um *meta-fetichismo* para além dos estigmas psicoculturais incorporados pelo fetiche no decorrer das várias estratificações históricas. Nessa perspectiva, o meta-fetichismo favorece um *reagir* (“re-enacting”) desejoso e mutável de ser envolvido com seu aliado mais fiel: a *meta-morfose*. A questão político-comunicacional do fetichismo é crescente, em particular devido à sua interconexão com a cultura digital, a partir da qual proliferam os mais diferenciados *fetiches visuais*. A partir desse contexto, configuro um cenário que transfigura esse conceito. A pesquisa trata do colonialismo português de que nasceu o *feitico*, da legitimação de De Brosses (1760/2000) no Iluminismo, do desenvolvimento de Marx (1967) sobre a reificação, da aplicação de Freud (1981) nas perversões, até o uso trivial de “senso comum”.

Tudo isso parece radicalmente inadequado.

Os fetiches visuais oferecem uma pragmática potencial além do dualismo clássico e da própria dialética, a fim de se libertar das incrustações estratificadas em seu corpo-coisa. Embora mesclado com a dominação, o fetichismo expressa um desejo perturbado, desviado e difuso nas mais diversas culturas. Os fetiches visuais transfiguram as relações entre olho/tela, corpo/mercadoria, carne/tecnologia, pele/pixel – talvez até vida/morte – por meio de manifestações míticas, sagradas, performáticas ou, em um sentido mais amplo, antropológicas que animam o que parece estar morto. O fetichismo conecta, cruza e vivifica reificações e petrificações, história e mito, tempos e espaços. Material e imaterial.

Os fetiches visuais são transmitidos por *atratores* disseminados pela comunicação analógico-digital. Conectam panoramas corporais e interstícios metropolitanos; atraem as práticas de artistas, músicos, estilistas, diretores, escritores, designers e até arquitetos que lançam *obras fetichistas*. Sem fetiches não haveria as artes em sentido ampliado no público/privado.

A ubiquidade fetichista está dentro do corpo do capitalismo pós-industrial e nos corpos mitológicos arcaicos. Ambos os corpos são contemporâneos, no sentido de que coexistem, transbordam e se aceleram no cotidiano transcultural. A onipresença fetichista desafia o passado, o presente e o futuro – por isso é atual. Esse fetichismo não anima somente as mercadorias nem reifica contextualmente os trabalhadores ou perverte os amantes: *ele é Phantasós* (grego: Φαντασός), o deus que vivifica o que é fixo, um objeto, uma coisa, uma imagem. Uma identidade. Por isso, os fetiches sincréticos envolvem o devir fisionômico das facticidades (latim *Facticius*), conceito sensorial sobre o qual viajam coisas, objetos, bens, pixels.

O fetichismo em geral – e em particular o espectro dos fetiches sincréticos – expressa uma tendência para além dos paradigmas dualistas. Por esta razão, *ele* vai além – esse é o *meta-fetichismo* – e se relaciona com o conceito semelhante (mas não idêntico) de *meta-morfose*, fonte de desejos contínuos expressos de forma diferente em tantas culturas. A minha hipótese é *clara: os potenciais cruzamentos entre meta-fetichismos e meta-morfoses são exercidos por meio da expansão dos sincretismos culturais, incorporados à fisionomia das coisas, veiculados por atratores semióticos, atravessados pelo estupor metodológico*. Esta mistura compulsiva de códigos, estilos, artes, música, modas desenha cenários ambíguos entre as culturas e a política contemporâneas: e talvez também anuncie um meta-fetichismo auroral – onipresente, polifônico, diaspórico e sincrético.

O conceito de matriz colonial – *feitiço* – esconde um desejo sombrio/luminoso que os portugueses procuraram encerrar em uma definição regressiva e subordinada, primitivista e animista, sem história e sem teologia. O animismo é a estrutura racional-eurocêntrica do fetichismo. O animismo como *alma* (*anima*) secundária e inferior, alma degenerada e subdesenvolvida, infantil e imatura, supersticiosa e mágica. Seu conceito é plenamente afirmado na época do Iluminismo, que – não só neste aspecto – permanece subordinado ao colonialismo, exceto por algumas figuras (Vico, Montaigne). Finalmente, fetichismo e animismo serão conjugados pela antropologia evolucionista em perfeita sincronia com a Revolução Industrial, o imperialismo político, as terminologias positivistas. Assim, o animismo foi projetado nas culturas primitivas do passado e do presente, cujo estigma eurocêntrico continua no uso diário e até acadêmico; entretanto, uma revisão do fetichismo, ao qual o animismo está immanentemente conectado, nunca começou.

Essa operação sutil que justifica (parcialmente) o animismo e legitima (totalmente) o fetichismo desmascara a irracionalidade racional do pensamento humanista ainda dominante.

As potencialidades internas do fetichismo aspiram a estabelecer relações não antropocêntricas entre o que está morto e o que está vivo, entre o sagrado e o cotidiano, o sexo e a ótica, o trabalho e a arte. O fetichismo incorpora o desejo de perceber e vivificar fragmentos culturais para além do dualismo conceitual, paradigmas dicotômicos ou a dialética sintética: é uma filosofia pragmática e perturbadora, que sente as relações entre reificação e petrificação, entre mito e razão, entre estranho e familiar: e as resolve ou as dissolve. O fetichismo *superior* – ou meta-fetichismo – é a chave para afirmar uma *antropologia não antropocêntrica* na qual o humano já não é o centro das cosmologias; na qual se pode afirmar um policentrismo de entidades diversificadas que pode delinear outras imaginações cosmológicas; na qual é possível sentir a pacificação entre seres humanos, animais, plantas, minerais – e até divinos.

Chamo de *meta-fetichismo* esta constelação – ubíqua, sincrética, polifônica, diaspórica – atraída por meta-morfoses, onde flutuam desejos utópicos e esperanças ubíquas, performances marginais e obras sublimes. *A imaginação precisa do meta-fetichismo explora visões em direção a uma antropologia não antropocêntrica*: onde coisas, mercadorias, objetos (as “facticidades”) são libertados da sentença de serem apenas úteis ou inertes, para serem transfigurados em corpos, peles, olhos, rostos, perfumes, zíperes, sombras, máscaras, múmias, bonecos, autômatos, interstícios, edifícios, música, poesia. Os meta-fetiches cruzados com meta-morfoses afirmam o potencial de subverter o “estado das coisas”: porque as coisas são materiais/imateriais e não têm estado, mas movimento, são seres transitivos *além* do humanismo.

Estendo ao fetichismo o método de Edward Said no que diz respeito do *orientalismo*. Não é apenas o “Oriente” que se narra segundo reducionismos interpretativos, estereótipos generalizantes, racismos degenerativos por parte das principais instituições culturais europeias, *in primis* França e Grã-Bretanha, ainda que nenhuma nação seja excluída. Se “o Oriente foi orientalizado” (Said, 1979/2003, p. 8), também *o fetichismo foi fetichizado*. Não só o orientalismo, portanto, mas também o fetichismo sofreu um preconceito semelhante por parte das principais agências de conhecimento primeiramente europeias e agora globais. Em um estranho paradoxo, o fetichismo é um conceito central da dominação ocidental que, usado para estigmatizar o “outro”, penetra no próprio corpo-mente do *próprio* Ocidente e depois se expande globalmente. O fetichismo é ubíquo no sentido radical, porque unifica e mistura diferentes tempos/espacos, e porque mostra que o enigma da dominação – que muitas

vezes também se reproduz por meio dos dominados – ainda espera para ser desvendado em sua racionalidade mitológica intacta. O fetichismo é o enigma do Ocidente que não deve ser revelado ou talvez possa ser resolvido, liberando os sonhos de *Phantasós*. ■

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (1937). Spätstil Beethovens. *Der Auftakt*, 17(5-6), 65-67.
- Adorno, T. W. (1955). *Minima moralia*. Einaudi.
- Adorno, T. W. (1966). *Dialettica negativa*. Einaudi.
- Amado J. (1987). *Due storie del porto di Bahia*. Garzanti
- Andrade, O. (1999). *Manifesto antropofagico*. Meltemi (Obra original publicada em 1924)
- Bakhtin, M. (1988). *L'autore e l'eroe*. Einaudi.
- Bateson, G. (1976). *Verso un'ecologia della mente*. Adelphi.
- Bateson, G. (1988). *Naven*. Einaudi.
- Barenboim, D. (2007). *Everything is connected: The power of the music*. Verso.
- Barenboim, D., & Said, E. (2004). *Parelleli e paradossi: Pensieri sulla musica, la politica e la società*. il Saggiatore.
- Bernhard, T. (1985). *Il soccombente*. Adelphi.
- Berners-Lee, T. (2017, 12 de março). Tim Berners-Lee: I invented the web. Here are three things we need to change to save it. *The Guardian*. <https://bit.ly/3dQPOpp>
- Boccioni, U. (1910-1911). *La città che sale* [Pintura]. Museum of Modern Art, Nova Iorque, Estados Unidos.
- Canevacci, M. (2015, 20-24 de abril). *Ubiquitimes: The ethnographic experiences of digital cultures and the syncretic mix of spacetimes* [Artigo apresentado]. Seminário sobre “Tempo”, Instituto de Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. <https://bit.ly/3txW8sN>
- Canevacci, M. (2018). *La linea di polvere. La cultura Bororo tra tradizione, mutazione e auto-rappresentazione*. Meltemi.
- Cronenberg, D. (Diretor). (1983). *Videodrome* [Videodrome: A síndrome do vídeo] [Filme]. Canadian Film Development Corporation.
- Cronenberg, D. (2014). *Consumed*. Forth Estate.
- De Brosses, C. (2000). *Du culte des dieux fétiches ou Parallèle de l'ancienne religion de l'Égypte avec la religion actuelle de Nigritie*. Fayard. (Obra original publicada em 1760)
- Documenta X. (1997). *Politics: Poetics* [Catálogo]. Cantz.
- Durham, J. (1993). *A certain lack of coherence*. Kala Press.

- Freud, S. (1977). Il perturbante. In *Opere di Sigmund Freud* (vol. 9, pp. 81-114). Bollati Boringhieri.
- Freud, S. (1981). Feticismo. In *Opere di Sigmund Freud* (vol. 10, pp. 487-497). Bollati Boringhieri.
- Gibson, W. (1984). *Neuromancer*. Victor Gollancz.
- Gilroy, P. (2003). *The black Atlantic*. Meltemi.
- Malara, A. (2020, 6 de março). Coronavirus, l'anestesista di Codogno che ha intuito la diagnosi di Mattia: "Ho pensato all'impossibile" [Entrevista a Giampaolo Visetti]. *La Repubblica*. <https://bit.ly/2RNa7gi>
- Marcus, G. (1995). Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, 24, 95-117. <https://doi.org/10.1146/annurev.an.24.100195.000523>
- Marx, K. (1967). *Il capitale*. Editori Riuniti.
- Morrison, T. (2009). *Amatissima*. Sperling & Kupfer.
- Ovidio. (2015). *Le metamorfosi*. Einaudi. (Obra original publicada em 8)
- Rutgers University (2010, 5 de fevereiro). *Computer science challenges for the next 10 years* [Vídeo]. YouTube. (Obra original de 1996)
- Said, E. (1999). *Out of place*. Granta.
- Said, E. (2003). *Orientalism*. Pantheon. (Obra original publicada em 1979)
- Said, E. (2006). *On late style*. Pantheon.

Artigo recebido em 4 de março de 2021 e aprovado em 7 de abril de 2021.

O paradoxo da ideologia

The paradox of ideology

JUREMIR MACHADO DA SILVA ^a

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Porto Alegre – RS, Brasil

RESUMO

Este texto examina definições de ideologia de autores clássicos e um paradoxo: se tudo é ideológico e se ideologia tudo condiciona, como é possível compreender o seu funcionamento e fazer a sua negação?

Palavras-chave: Ideologia, imaginário, cultura, ciência social

^a Professor titular da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8105-5596>. E-mail: juremir@pucrs.br

ABSTRACT

This text examines definitions of ideology by classic authors and a paradox: if everything is ideological and if ideology conditions everything, how is it possible to understand its functioning and make its denial?

Keywords: Ideology, imaginary, culture, social sciences

D

O paradoxo da ideologia

O mais moderno é também o mais arcaico. (Debord, 1987, p. 20)

O QUE É IDEOLOGIA?

A história do termo *ideologia* começa, segundo a tradição do termo, com Destutt de Tracy, que, após ter sido preso durante a Revolução Francesa e solto em 1794, criou o termo em 1796 para designar uma *ciência das ideias*. Com isso, ele teve problemas com Napoleão, que o rotularia pejorativamente de “ideólogo”, mas ressurgiu para o mundo dos intelectuais e publicou, em 1815, o último dos quatro volumes de *Elementos de Ideologia*. Ele tinha concepção original da matéria com a qual estava lidando, como se vê no prefácio da primeira edição da sua volumosa obra:

A Ideologia é uma parte da Zoologia e é sobretudo no homem que essa parte é importante e merece ser aprofundada. De tal maneira que Buffon, eloquente intérprete da natureza, acreditou que não acabaria a sua história do homem sem pelo menos tentar descrever a sua faculdade de pensar¹. (de Tracy, 1804/2013, p. 3)

¹No original: “L’Idéologie est une partie de la Zoologie, et c’est sur-tout dans l’homme que cette partie est importante et mérite d’être approfondie: aussi l’éloquent interprète de la nature, Buffon, aurait-il cru n’avoir pas achevé son histoire de l’homme, s’il n’avait pas au moins essayé de décrire sa faculté de penser”. Traduzido por Nuno Melim da terceira edição (1817), disponível em: <https://bit.ly/3ho4AHy>.

Grande projeto.

Não se tem notícia por enquanto de animal agindo por ideologia. Pode-se, contudo, definir o homem como um animal ideológico. Destutt de Tracy queria ser descritivo. Não era humorista nem estava antecipando as lutas animais em torno da palavra ideologia, que se tornaria autoelogio e insulto. Quando alguém diz “a minha ideologia”, orgulha-se do que pensa; quando se trata da ideologia do outro, tudo muda de figura. O elogio vira ataque, ofensa, desqualificação. No extremo, ideologia é o pensamento do outro, esse ignorante submetido às ideias que defende sem perceber o quanto elas o escravizam e condenam. A ideologia, como entidade dogmática e poderosa, não fala. Faz falar. Não silencia. Cala. Não liberta, aprisiona. Não ilumina. Obscurece.

Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (1846/1998), teriam outras ambições e dariam um salto epistemológico que não mais seria desconsiderado por seus seguidores nem por seus oponentes:

A produção de ideias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surge aqui como emanção direta do seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens

que produzem as suas representações, as suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde, incluindo até as formas mais amplas que estas possam tomar. A consciência nunca pode ser mais do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo da vida real. E se em toda a ideologia os homens e as suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa câmara obscura, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico. (p. 18)

A ideologia seria uma engrenagem, um dispositivo de regulação das consciências, uma ferramenta de conquista dos corações e mentes. Se, porém, o homem age condicionado por seu contexto material, submetido às limitações do seu tempo e do modo de produção dominante, como imaginar uma revolução total, uma inversão como aquela que teria colocado a própria leitura da história, antes de cabeça para baixo, sobre seus pés, destacando, por exemplo, que o homem criou Deus e não o oposto?

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que tem o poder material dominante numa determinada sociedade e também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. (Marx & Engels, 1846/1998, p. 49)

Se a classe dominante tudo domina, inclusive ou principalmente a mente dos dominados, como eles podem ter consciência dessa dominação? Onde está a brecha? Onde se encontra o ponto de ruptura? Onde o sistema falha? Os discípulos de Marx tentariam tornar essa dimensão mais operacional, palpável, concreta, perceptível a olho nu. Althusser (1980) propõe duas teses complementares sobre a ideologia: 1) “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (p. 77); 2) “A ideologia tem existência material” (p. 83). A difusão da ideologia na sua materialidade teria os seus aparelhos ideológicos de estado (AIE) como dispositivos:

- O AIE religioso (o sistema das diferentes igrejas);
- O AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares);
- O AIE familiar;

D

O paradoxo da ideologia

- O AIE jurídico;
- O AIE político (o sistema político com os diferentes partidos);
- O AIE da informação (imprensa, rádio, televisão, etc.);
- O AIE cultural (letras, belas artes, desportos, etc.). (p. 46)

Para Althusser não há muitas brechas. Ou não há brecha alguma: tudo é ideologia. Basta reler a lista dos aparelhos ideológicos para se chegar à acachapante conclusão de que “está tudo dominado”. O indivíduo é submetido 24 horas por dia à implacável contaminação ideológica: em casa, na igreja, na escola, no trabalho, no lazer, no teatro, no cinema, no jogo de futebol, onde quer que esteja. Nada se faz sem estar sob influência ideológica:

As práticas sociais e as ideias que os homens fazem delas estão estreitamente relacionadas. Pode dizer-se que não há prática sem ideologia e que qualquer prática, incluindo a científica, se realiza através de uma ideologia. Em todas as práticas sociais (quer pertençam ao domínio da produção económica, ao da ciência, ao da arte, ao do direito, ao da moral ou da política), os homens que atuam estão submetidos às ideologias correspondentes, independentemente da sua vontade e mais ou menos com uma total ignorância do assunto. (Althusser, 1989, p. 49)

Se até a prática científica é ideológica e se os homens agem em “mais ou menos total ignorância do assunto”, como pode se dar um desvelamento da ideologia ou uma denúncia do seu poder? A única brecha é o *mais ou menos* dessa frase sobre a ignorância da dominação ideológica. Estaria aí o ponto de fuga? Essa leitura é diferente daquela encontrada numa das acepções levantadas por Stoppino (1986), como “sentido fraco”, no inventário sustentado por Norberto Bobbio de sentidos forte e fraco de ideologia: “Um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar os comportamentos políticos coletivos” (p. 585).

Quem orientaria? Quem definiria a ordem pública? Esses termos aparentemente neutros exigem um conteúdo que só pode resultar das disputas entre atores sociais ideologicamente distintos. Entra-se num círculo vicioso: toda definição de ideologia só pode ser ideológica. Se ideologia é encobrimento da realidade, então as definições marxistas de ideologia também encobrem ou distorcem alguma coisa? Como pode ideologia significar uma distorção e existir um olhar ideológico sem distorção, que não encobre, mas descobre, revela, ilumina e esclarece?

Impasse? Contradição insuperável? Paradoxo? Limite conceitual da linguagem? Ou ideologia como encobrimento é sempre a visão de mundo do outro,

enquanto a *boa* ideologia – a minha, a nossa – é corpo de ideias, doutrina, conjunto orientador de valores? Evidentemente a concepção de Althusser é mais aparentada da interpretação que seria adotada no século XXI pelo esloveno Žizek (1996):

Ideologia pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivem suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante. (p. 9)

Vários problemas epistemológicos aparecem: se o termo ideologia pode *designar qualquer coisa*, isto e aquilo, tudo e o contrário, ainda tem valor conceitual? Se ideologia pode ser ignorância da dependência, valores para a ação, crença e ideia falsa, algum sujeito enunciador vê a sua ideologia como crença ou ideia falsa? Ou só é falsa a ideia do outro, do oponente, daquele que deve ser informado, emancipado, iluminado? Existem critérios objetivos de elucidação do verdadeiro e do falso em ideologia ou toda ideologia ilude o ideologizado? Se existe critério objetivo, então, deve-se concluir que nem tudo é ideológico. Nesse sentido, boa parte das teses desabaria.

Cada época e cada autor produzem a definição de ideologia de que necessitam. Ou geram aquilo que deles exige o contexto material? Qual o grau, mesmo relativo, de autonomia do indivíduo? O conceito de classe social sofre constantes atualizações. A oposição entre detentor dos meios de produção e vendedor da força de trabalho não parece mais sob medida para enquadrar todos os tipos possíveis do mundo da produção. Kellner (2001) calibrou a sua conceituação para novas causas:

A ideologia pressupõe que “eu” sou a norma, que todos são como eu, que qualquer coisa diferente ou outra não é normal. Para a ideologia, porém, o “eu”, a posição da qual a ideologia fala, é (geralmente) a do branco masculino, ocidental, de classe média ou superior; são posições que veem raças, classes, grupos e sexos diferentes dos seus como secundários, derivativos, inferiores e subservientes. A ideologia, portanto, diferencia e separa grupos em dominantes/dominados e superiores/inferiores, produzindo hierarquias e classificações que servem aos interesses das forças e das elites do poder. (p. 83)

Caso se aceitem as definições de Kellner, por hipótese, deve-se concluir que só há ideologia onde o macho branco ocidental atua? Sem negar a dominação

D

O paradoxo da ideologia

masculina branca ocidental, aparentemente nítida, deve-se imaginar a possibilidade de relações sociais sem ideologia? Ou a ideologia é um sistema de hierarquia social intrínseco a qualquer agrupamento humano? Se há ideologias, há ideólogos. Quem são eles? Como são produzidos? Como se reproduzem? Gramsci (1979) tinha uma ideia:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político . . . A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização. (p. 3)

Outra vez, surgem questionamentos: se a escola é AIE, como queria Althusser, e se forma intelectuais orgânicos para o poder dominante, como dizia Gramsci, ou seja, se reproduz o sistema de hierarquia social dominante, como sugerem Bourdieu e Passeron (1982), como pode ser também emancipadora? A escola só reproduz? Só emancipa? Ou reproduz e emancipa? Como pode um mesmo professor emancipar alguns alunos com a formação que dá e manter outros na ignorância pelo encobrimento ideológico da realidade? Outro impasse: se a educação é fundamental para a mudança, mas a escola é reprodutora, como contar com ela para a transformação? Ou a escola só será emancipadora depois que a emancipação já tiver acontecido?

O tempo da escola como aparelho ideológico principal atingiu o seu limite. A imprensa, hoje chamada de mídia, já era para Gramsci (1979) outro dispositivo importante a ser utilizado para moldar pessoas:

Os leitores devem ser considerados a partir de dois pontos de vista principais: 1) como elementos ideológicos, “transformáveis” filosoficamente, capazes, dúcteis, maleáveis à transformação; 2) como elementos “econômicos”, capazes de adquirir as publicações e de fazê-las adquirir por outros. (p. 163)

O leitor funcionaria como um transmissor, um segundo nível da cadeia de disseminação. O mesmo valeria, depois de Gramsci, para os telespectadores. Há, porém, na perspectiva de Gramsci um valor potencialmente positivo: esse leitor do qual está falando seria transformável para a emancipação. Dominado ideologicamente por ser dúctil, poderia ser libertado ideologicamente por ser

maleável, apto a uma nova inscrição? Não seria isso uma nova submissão ou dominação? Na base da ideologia está a compreensão de que a repressão não basta para controlar os dominados. Chomsky (2007) explica com certa clareza:

Para dominar, a violência não basta. É preciso uma justificativa de outra natureza. Assim, quando uma pessoa exerce poder sobre outra, seja um ditador, um colonizador, um burocrata, um patrão ou um marido, ele precisa de uma ideologia justificadora, que sempre redunde na mesma coisa: a dominação é exercida para “o bem” do dominado. Em outras palavras, o poder se apresenta sempre como altruísta, desinteressado, generoso. (para. 16)

Eis tudo: a ideologia disfarça e justifica a dominação. Nesse caso, ela é negativa. Já a ideologia como conjunto de valores para a ação seria positiva. Cabe ao enunciador indicar o sentido de ideologia que está usando e ao interlocutor perceber qual a aceção em jogo. Essa ambivalência serve a quem? Num sentido, é distorção da realidade para encobrir a dominação; no outro, visão de mundo legítima e orgulhosa. O problema é que, em geral, quando o enunciador pensa estar falando da sua legítima visão de mundo, o receptor pode estar pensando em encobrimento da realidade. O mesmo se dá, de modo invertido, quando o enunciador ataca a visão de mundo do outro como falsa ideia e este se defende com a sua ideologia como visão de mundo contra a distorção do outro. Em outras palavras, há quase sempre desencontro conceitual.

IDEOLOGIA COMO ENCOBRIMENTO

Conceitos têm história. Ao longo do tempo, bifurcam-se, crescem, mingam; ou um sentido toma a dianteira e, mesmo constantemente remetido às origens para alguma correção, triunfa sobre os demais. Marx e Engels (1846/1998) enraizaram a ideia de falsa consciência:

Até agora, os homens sempre tiveram ideias falsas a respeito de si mesmos, daquilo que são ou deveriam ser. Organizaram suas relações em função das representações que faziam de Deus, do homem normal etc. Esses produtos de seu cérebro cresceram a ponto de dominá-los completamente. Criadores, inclinaram-se diante de suas próprias criações. Livremo-los, pois, das quimeras, das ideias, dos dogmas, dos seres imaginários, sob o jugo dos quais eles se estiolam. Revoltemo-nos contra o domínio dessas ideias. Ensinemos os homens a trocar essas ilusões por pensamentos correspondentes à essência do homem, diz alguém; a ter para com elas uma atitude crítica, diz outro; a tirá-las da cabeça, diz o terceiro, e a realidade atual desmoronará. (p. 26)

D

O paradoxo da ideologia

A ideologia encobre, falsifica, distorce, inverte, naturaliza o construído historicamente, legitima a dominação, faz o dominado ver na sua dominação um estado normal e indiscutível, tranquiliza o dominante, diminui a necessidade de repressão, convence, submete, subordina, conquista a submissão voluntária do enganado, ilude. Funciona como um ato de comunicação de mão única: o iludido recebe pronta uma visão de mundo sem poder, em princípio, a ela responder, pois os indivíduos ignoram a situação ideológica na qual se encontram dominados.

O que permitiu que Engels e Marx compreendessem essa dinâmica? Por que o empresário Engels e o autônomo Marx conseguiram fugir da limitação ideológica a que estavam, como todos, submetidos e desvelar o funcionamento da engrenagem? Teria Engels, o patrão, contado a Marx como funcionava a sua classe e como se fazia para iludir os dominados? Não se trata aqui de desqualificar Marx e Engels ou de fazer um discurso antimarxista rasteiro. Eles revelaram aspectos pertinentes da dominação ideológica. A questão é: como puderam chegar a tanto? Como escaparam à influência das criaturas que dominavam os cérebros dos seus contemporâneos? Por que os demais patrões não tiveram a mesma iluminação de Engels na medida em que detinham informações equivalentes? Ou a experiência de Engels foi inseminada pelo encontro com Marx? As biografias explicam o ocorrido mais do que o material?

O mágico faz o truque. A maioria não compreende o funcionamento dessa ilusão individual ou coletiva. Marx e Engels desvendaram o truque ideológico do capitalismo. Não perceberam, contudo, que também eles poderiam fazer truques? O marxismo é uma anti-ideologia ou uma ideologia que desvenda as demais e não se vê como ideologia no sentido de encobrimento? É uma metaideologia? Uma ideologia sem ideologia? Essas questões encontram sentido na medida em que os marxistas – as esquerdas, em geral – são constantemente acusados “de ideologia” como incapacidade de perceber a realidade, suposta ou não, em função de uma matriz mental, uma lente que os levaria, voluntariamente ou não, a preferir a concepção idealizada aos fatos, a tese ao empírico.

Fica implícito no texto de Marx e Engels (1846/1998) que é possível extirpar da cabeça de alguém as criaturas que a povoam e deturpam a sua visão de mundo. A isso se chama costumeiramente de crítica. Essa crítica é uma aliança entre informação, observação, experiência e análise. Se isso é possível, Althusser (1980, 1989) equivoca-se: uma análise capaz de compreender e desvendar a própria ideologia não pode ser ideológica. Talvez pudesse ser chamada de científica ou de pós-ideológica. Em contrário, há um contrassenso, um defeito de raciocínio: se a ideologia é denunciada como distorção, compreendê-la não pode ser outra distorção. Só pode ser um desvelamento. Logo, não pode ser

um novo encobrimento. Ou ninguém tem a capacidade de denunciar a própria ideologia? Só se pode ser decifrado por outro? O mágico conhece o truque que faz. O iludido não pode por conta própria estudá-lo até compreender como se dá a ilusão?

De toda maneira, aquele que decifra não se ilude. Em caso de ilusão, não há desvendamento. Não se revela o truque com outro truque, salvo se tudo for truque. Mas se tudo é truque, como saber o que é truque? Quando tudo é truque, por suposição, ainda há truque? Se todos estamos iludidos, que sentido faz falar em ilusão e como alguém pode saber que se trata de ilusão? Há uma visão não iludida no olhar iludido? Uma elite esclarecida? Por quem? Fora de todos os aparelhos ideológicos? Entramos no terreno da lógica. Por consequência, a decifração, se for de fato decifração, não pode ser outra ideologia.

Resta um aspecto a examinar, talvez uma hipótese, enfim, um ponto nebuloso: e se o que permite o desvelamento da ideologia for algo absolutamente individual, uma faculdade do sujeito pensante? E se o conhecimento daquilo que é conformado pelas condições materiais de existência exigir para ser compreendido um fator intangível – metafísico? –, um componente que não se escolhe e não se compra, dependendo de uma espécie de *loteria* existencial. Qual seria?

CATEGORIA DE ACUSAÇÃO E ANTÍDOTO

Os conceitos sofrem mutações. Atualmente ideologia é, sobretudo, uma categoria de acusação. Indica que o oponente distorce consciente ou inconscientemente uma realidade passível de ser provada enquanto tal. Para Althusser (1980) “1. Só existe prática através e sob uma ideologia; 2. Só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos” (p. 91). Se a ideologia só existe através do sujeito, a questão passa a ser a definição de sujeito. Pode o sujeito ser mero objeto? Em francês, o sujeito pode ser o protagonista da ação, mas também o assunto de uma fala ou pesquisa. Logo, o objeto da observação. Excluída essa ambivalência, sujeito é aquele que tem subjetividade própria.

Se a ideologia tudo condiciona, tudo formata, como se viu, nada se dando fora do seu guarda-chuva, como é possível que alguém a perceba, compreenda, decifre e dela se liberte? Mais do que isso: pode um sujeito ser sujeito estando submetido a algo que ignora? Vale retomar alguns pontos. Se mesmo os cientistas, como diz Althusser (1989), “estão submetidos às ideologias correspondentes” (p. 49), como se explica que alguém pode quebrar a grade e livrar-se das ideias falsas que o mantêm na ignorância e na inversão da realidade? Se todos os fatos são recobertos por ideologias, como chegar aos fatos verdadeiros, que possam merecer o nome de emancipação, de liberdade e de autonomia?

D

O paradoxo da ideologia

“Ensinemos os homens a trocar essas ilusões por pensamentos correspondentes à essência do homem, diz alguém”, conforme a reflexão de Marx e Engels (1846/1998, p. 26). Como, porém, foi possível que esse alguém, assim como Marx e Engels, tenha podido perceber que estava sendo iludido? Debord (1997), na sua última tese, a de número 221, não admitia qualquer relativismo: “Emancipar-se das bases materiais da verdade invertida. Eis em que consiste a autoemancipação da nossa época. Essa ‘missão histórica’ de instaurar a verdade no mundo nem o indivíduo isolado nem a massa atomizada podem realizar” (p. 220). Só o proletariado como sujeito universal da história. Uma classe capaz de dissolver todas as classes e também a ideologia como inversão da verdade e encobrimento da realidade. Então, como se pode constatar, fica assentado que há verdade e realidade. Nem tudo é ideologia.

Como, no entanto, antes dessa dissolução, indivíduos isolados, como Marx e Engels (1846/1998) e Debord (1997), foram capazes de compreender essa dinâmica da ideologia e perceber a verdade por trás da falsificação? Pode uma classe deixar de ser classe depois da eliminação da classe a ela oposta? Pode um partido ainda ser partido quando não há mais parte, mas somente o partido único? Isso é verdade ou a persistência de ideologia? Como poderia haver parte quando só há o todo? Hall (2003, pp. 267-268) define ideologia como o referencial mental, o sistema de representação, que cada um usa para interpretar o funcionamento das sociedades. Trata-se de um software acoplado ao aparelho (organismo)? O sujeito tem autonomia para trocar o programa? Como pode conseguir essa autonomia se funciona a partir do programa? Se o programa lhe é imposto ao longo da vida de formação, o que pode fazer *bugar* o dispositivo?

Hall estaria dizendo que a ideologia são as ideias que orientam as ações e interpretações de indivíduos, classes e grupos? Isso não significaria um retorno ao idealismo? Ou, se essas ideias derivam da materialidade dominante, como explicar que sejam abandonadas? A saída tradicional para esse impasse é o uso de uma categoria de abertura como a da autonomia relativa ou relativa autonomia (Poulantzas, 1977) do político em relação às estruturas. É o retorno, por outros caminhos, do “mais ou menos” concedido por Althusser (1980, 1989) em seu voo determinista. Como se dá, enfim, a tomada de consciência? Pode-se imaginar que alguém consciente desperte a consciência de outros. Como, porém, esse conscientizar tomou consciência da sua situação se também ele esteve submetido ao mesmo programa de inconsciência? A hipótese mais provável é que, como acontece na ciência, tudo parta de uma série de possibilidades: um insight (intuição), observação sistemática de experiências concretas, reflexão, discussão, comparação, análise.

E se o elemento decisivo for a inteligência do observador? Se for a capacidade cerebral, por exemplo de um Karl Marx, o elemento a possibilitar a decifração do enigma e a descobrir o encoberto? A inteligência garante muito, mas não tudo. Por que dois *gênios* expostos a condições existenciais equivalentes chegam a conclusões opostas? Por que uma aposta na solução liberal e outro na marxista? Talvez a resposta seja a mesma de cientistas diante de problemas ainda não resolvidos, o que dá título a um livro de vulgarização da física: *Não tenho a menor ideia* (Cham & Whiteson, 2019). Resposta simplória?

Não deixa de ser interessante constatar que a inteligência não figura como uma categoria séria, densa, respeitável, operacional, recorrente em debates sobre fenômenos complexos. Não ocorre a um intelectual explicar uma interpretação em função da inteligência do intérprete. Althusser, como bom estruturalista, buscou uma explicação para ideologia fora do sujeito com sua suposta subjetividade. Procurou na estrutura, ou seja, lá onde o sujeito é objeto. Caiu na armadilha de uma ideologia cientificista da objetividade externa ao observador?

A ideologia condiciona e limita, mas não condiciona nem limita a todos da mesma forma. Uns são mais vulneráveis do que outros. Ter informações não explica tudo. Adam Smith e Karl Marx eram bem-informados. O filtro ideológico, a lente que a ideologia impõe, pode distorcer a visão de muitos, mas não de todos. A visão de quem não se submete a uma dessas lentes pode, no entanto, vislumbrar panoramas diferentes dentro de uma mesma classe. Engels sugere um bom exemplo disso. Fatores não racionais parecem contar nas escolhas pretensamente racionais. A falta de informação pode, sem dúvida, como foi indicado, explicar grande parte da cegueira ideológica. Não tudo. Mesmo as estruturas mais rígidas sofrem infiltrações e revelam fissuras. A dengue é transmitida por um mosquito, não por uma formiga. Essa é uma verdade científica, não uma leitura condicionada por uma ideologia.

Em termos vulgares, ideologia, hoje, é o que impediria o outro de enxergar a realidade, a lente que cega em vez de ampliar o olhar. Ao mesmo tempo, autoideologia é a visão de mundo daquele que vê o que vê como vê e disso se orgulha. Entre categoria de acusação e profissão de fé, ideologia significa ver mal, ver pouco, não ver, deixar de ver, ou, no sentido oposto, ver com clareza tudo o que o outro não consegue ver. Em ciências humanas, mais do que nas ditas ciências duras, ainda é muito difícil dizer: não temos a menor ideia. Mais fácil é afirmar que só temos ideologia. Enxerga-se melhor a forma do que o formante, a limitação do que a liberdade, a estrutura do que a infiltração. Afinal, quem não vê é sempre esse outro que pode ser reduzido a objeto. ■

REFERÊNCIAS

- Althusser, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Presença.
- Althusser, L. (1989). *A transformação da filosofia seguido de Marx e Lênin perante Hegel*. Mandacaru, 1989.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1982). *A reprodução*. Francisco Alves.
- Cham, J., & Whiteson, D. (2019). *Não tenho a menor ideia: Um guia para o universo desconhecido*. BestSeller.
- Chomsky, N. (2007, 8 de agosto). América rebelde: Uma entrevista com Noam Chomsky. *Le Monde Diplomatique Brasil*. <https://bit.ly/3fiAXEW>
- de Tracy, D. (2013). *Éléments d'idéologie : Idéologie proprement dite*. Nabu Press. (Obra original publicada em 1804)
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Contraponto.
- Gramsci, A. (1979). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Civilização Brasileira.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora*. Editora UFMG.
- Kellner, D. (2001). *A cultura da mídia: Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Edusc, 2001.
- Marx, K., & Engels, F. (1998). *A ideologia alemã*. Martins Fontes. (Obra original publicada em 1846)
- Poulantzas, N. (1977). *Poder político e classes sociais*. Martins Fontes.
- Stoppino, M. (1986). Ideologia. In N. Bobbio, N. Matteuci, & G. Pasquino (Orgs.), *Dicionário de Política* (vol. 1, pp. 585-597). Editora UnB.
- Zizek, S. (1996). O espectro da ideologia. In S. Zizek (Org.), *Um mapa da ideologia* (pp. 7-38). Contraponto.

Artigo recebido em 19 de dezembro de 2020 e aprovado em 7 de maio de 2021.

Interdiscurso nas produções seriadas televisivas: Um exercício demonstrativo

Interdiscourse in the TV serial productions: A demonstrative exercise

■ MAYRA RODRIGUES GOMES^a

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo – SP, Brasil

RESUMO

O principal intento deste artigo é pavimentar um trajeto demonstrativo, a partir do conceito de interdiscurso, evidenciando algumas ocorrências substantivas nas produções comunicacionais. De início, explica-se o entendimento de interdiscurso como matriz das operações de linguagem para, a partir daí, fixar-se em produções seriadas audiovisuais nas quais essa matriz se faz muito clara no jogo das intertextualidades. Optou-se por destacar alguns traços como modalidades de processos: os pontos com que podemos testemunhar um trânsito entre elementos de diversas e diferentes naturezas e/ou procedências. Dessa forma, o primado do interdiscurso nas linguagens foi apresentado como a base para o engendramento de mundos no campo da comunicação.

Palavras-chave: Produções seriadas, interdiscurso, transmídia

^aProfessora Titular do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3989-0955>. E-mail: mayragomes@usp.br

ABSTRACT

This article's main intention is the building of a demonstrative path from the interdiscourse concept, confirming its substantives occurrences in the communicational productions. First, it is explained the understanding of interdiscourse as the matrix for the languages exercise to, from there, focus the audiovisual serial productions in which the presence of this matrix is very clear in the intertextuality exchanges. It was opted for the emphasis in some process modalities: the places where it is possible to view the transit between several elements of different nature and diverse origins. Thus, the interdiscourse primacy was presented as the foundation for the engendering of worlds in the communications field.

Keywords: Audiovisual serial productions, interdiscourse, transmedia

INTRODUÇÃO

FOMOS MOTIVADOS A escrever este artigo a partir da observação de pesquisas sobre a construção de mundos que a ficção televisiva brasileira pode promover. Muitas delas foram desenvolvidas no âmbito do Observatório Ibero-Americano de Ficção Televisiva (Obitel). Justamente em seu VII Encontro, esse grupo de pesquisa lançou livro, organizado pela professora Maria Immacolata Vassallo de Lopes (2019), com o título *A Construção de Mundos na Ficção Televisiva Brasileira*.

Foi assim que começamos a desenvolver a exploração em torno dessa propriedade, a de produzir constructos, tanto do ponto de vista das próprias narrativas e seus processos quanto do ponto de vista do cotidiano da vida, impregnado por elementos ficcionais aos quais se conferem materialidades insuspeitadas.

Ao mesmo tempo, ainda a título de inspiração, fomos atraídos pelas palavras de Johnson (2009) sobre construção de mundos, um dos autores de referência no VII Encontro Obitel, entendendo que parte do sentido de suas palavras, um sentido primordial, deva ser enfatizada:

Primeiramente, podemos perder de vista não somente os precedentes não digitais para a construção de mundos através das mídias, mas também o com o qual as velhas mídias analógicas mantêm uma importância persistente na contemporânea convergência de narrativas: como nós veremos, mídias impressas como jornais e novelas exercem um papel importante em redes transmídia de um domínio como *Lost*¹. (p. 35)

É certo que a notação sobre o contemporâneo processo de convergência está aí claramente explicitada, e tal processo implica cruzamento de saberes, de diferentes modos culturais, de épocas passadas e futuras, sobretudo de variados suportes tecnológico/comunicacionais. Mas, no caso do trecho supracitado, ao lado da colocação sobre uma tessitura de mundo através das mídias, há sentidos que invocam, ainda que não explicitamente, os conceitos de interdiscurso e intertextualidade, implicados na armação das convergências e das redes transmidiáticas.

Tais conceitos, que tentaremos explicitar mais adiante, junto ao arsenal teórico metodológico correlato, acabam sendo, por força dos complexos cruzamentos das produções culturais a serem examinadas, os conceitos centrais que nos orientam no trajeto do presente artigo.

Por outro lado, na esteira dos trabalhos do Obitel, temos as séries televisivas como nosso objeto de exploração. Os trabalhos desse grupo de pesquisa têm mostrado que as séries ficcionais, hoje em dia, apresentam incontestável prevalência

¹No original: "First, we might miss not only the non-digital historical precedents for world building across media, but also the way in which old, analog media maintain a persistent importance in contemporary convergence narratives: as we will see, print media like newspapers and paperback novels play an important role in the transmedia network of a property like *Lost*". Tradução da autora.

nas produções de entretenimento, não são só na televisão, mas também em outros meios e suportes de expressão. Tanto é que, a cada ano, qualquer pesquisa sobre séries traz, de imediato, uma lista das mais procuradas. Em tempo de pandemia, a popularidade das séries chegou a altíssimos índices².

²Veja-se exemplo relacionado a 2020 em Silva (2020).

Assim, em virtude de todo o contexto desenhado, fomos impelidos a ir mais além em relação a nosso objeto. Ou seja, convergência, transmídia, interdiscurso e intertextualidade são ideias que pedem perspectiva ampla, ou objeto com maior abrangência, pois as produções seriadas, sem dúvida, dialogam com tudo o mais que circula, ou circulou, em nível mundial.

O mesmo raciocínio foi aplicado quando da adoção de uma extensão de foco, em relação às narrativas ficcionais seriadas, para além do universo televisivo já que tais produções perpassam nossa cultura em muitas formas. Condizentemente, de um ponto de vista mais teórico e menos pragmático, tornou-se imperioso irmos além do foco nas tecnologias de informação e comunicação (TIC), e tudo que elas possibilitam hoje em dia, para enfatizar o processo discursivo que orienta todo o trânsito entre passado/presente, diferentes culturas, diferentes gêneros, diferentes suportes etc.

Ao mesmo tempo, em nome da conjunção de conceitos que nos capturou, a saber, a aliança entre as concepções de construção de mundo, convergência, cruzamentos, processos discursivos e narrativas seriadas, lembramos as palavras de Henry Jenkins (2008) que reforçam a compatibilidade do objeto a nossas indagações:

Cada vez mais, as narrativas estão se tornando a arte da construção de universos, à medida que os artistas criam ambientes atraentes que não podem ser completamente explorados ou esgotados em uma única obra, ou mesmo em uma única mídia. (p. 161)

Estas ponderações iniciais nos levaram aos contornos que acabamos dando a este texto.

INTERDISCURSO E SEU PRIMADO

É comum olharmos para a vasta produção de seriados que se avolumam e se cruzam, pulando de um meio a outro, como tentáculos que se estendem para alcançar novos espaços de expressão, ora sob o ponto de vista tecnológico ora sob o ponto de vista mercadológico. A questão da expansão e convergência das produções em diversos meios tem sido bem explorada, como apontamos, pelos pensadores de nossa contemporaneidade, sem deixar qualquer dúvida sobre o

papel das TIC na abertura de novos lugares a serem tomados pelas comunicações, na disponibilização de meios que viabilizam o trânsito entre estes.

Contudo, prosseguimos no propósito de enfatizar os sentidos implícitos nos dizeres de Johnson (2009), descortinando outros panoramas. Ao mencionar o papel daquilo que um dia foi conteúdo impresso nas produções transmidiáticas, recordando que esse impresso é muitas vezes bastante antigo, o autor invoca a natureza interdiscursiva dos processos comunicacionais. A saber, uma natureza fundada no diálogo/discurso sempre mesclado, e matizado, entre diversos e antecedentes produtos culturais, entre contextos diferenciados, entre passado e presente, entre um dispositivo técnico e outro, numa cadeia sem fim.

Para melhor esclarecer esse viés, retomamos os entendimentos do que seja discurso a partir das definições e características elencadas por Maingueneau (2015). Antes de listar um conjunto de propriedades do que é compreendido por discurso nas ciências da linguagem, ele menciona duas acepções de uso corrente, que às vezes geram ambiguidade, mas que de certa forma resumem entendimentos gerais. A concepção de discurso, nessa colocação, é tanto um sistema ou formação que permite ou sustenta emissões variadas (uma ideologia, um enquadramento histórico ou epistemológico, uma posição vinculada a um tipo de cultura etc.) quanto todas as produções, de diversas naturezas, que se alçam a partir da formação de base (Maingueneau, 2015).

Essas duas acepções, exploradas que foram para além da linguística em diversos campos dos estudos de linguagem (Maingueneau, 2015), constituem os entendimentos de discurso que acompanharão, lado a lado, as reflexões trazidas neste artigo.

Na sequência, ao colocar as facetas que caracterizam os discursos, esse autor anota que: “O discurso só adquire sentido no interior de um imenso *interdiscurso*. Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras” (Maingueneau, 2015, p. 28)

Aplicando essas observações às narrativas ficcionais televisivas, ao recente surto de séries e mais séries (lembramos o crescimento das produções em *streaming*, como Netflix, Amazon Prime Video, Disney+), ao intercâmbio e mixagem destas, à emergência de uma mesma série em diferentes dispositivos comunicacionais, nos deparamos com uma realidade perfeitamente correlata às formulações teóricas sobre *interdiscurso*.

Tanto é que só nos resta invocar as palavras de Maingueneau (2008) sobre uma razão primeira dos *interdiscursos* para que vejamos, como consequência natural, as costuras interdiscursivas com que as séries se constroem: “Nossa própria hipótese do primado do *interdiscurso* inscreve-se nessa perspectiva de

uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro” (p. 31).

A realidade das convergências, da transmídia, das séries que se cruzam etc. traz notoriedade aos processos interdiscursivos enquanto condição, postulado/ mecanismo, das produções comunicacionais.

Mas é necessário um passo além para que fique bem clara a significação atrelada à compreensão que temos, aqui, da noção de interdiscurso, já que ela própria também se presta a múltiplas apropriações.

Tomamos interdiscurso, a partir de Charaudeau e Maingueneau (2004), como um conjunto de discursos que compartilham um mesmo campo e se ligam por delimitação e alusão recíproca. Mas também entendemos interdiscurso como um processo de constituição dos discursos em que estes entram em relação com outros tantos discursos, umas vezes de forma explícita, outras e muitas vezes de forma implícita. Às vezes gênese e constituição no cruzamento entre discursos são inegáveis, porque luminosamente aparentes: não podemos conceber, por exemplo, o discurso empirista (compreendido aqui como o sistema de base e também como os textos que emergem a partir dele) sem seu diálogo de contraponto, correção e explicitação com o discurso racionalista.

Nessa acepção, tanto o conceito de dialogismo quanto o de polifonia, vinculados ao pensamento de Bakhtin (1978), estão subentendidos na noção de interdiscurso e remetem à constatação de um processo inerente, e por isso um primado, à natureza das linguagens em suas manifestações.

Todo discurso, conforme afirmamos, é duplamente dialógico, e esse duplo dialogismo se inscreve em dois tipos de relações [(Bakhtin, 1978)]: aquelas que todo enunciado mantém com os enunciados anteriormente produzidos sobre o mesmo objeto (*relações interdiscursivas*); e aquelas que todo enunciado mantém com os enunciados de compreensão-resposta de destinatários reais ou virtuais, que o antecipam (*relações interlocutivas*). (Charaudeau & Maingueneau, 2004, p. 161)

Por outro lado, e retomando nosso foco nas séries, se pretendemos examinar a interdiscursividade, compreendida como modo de ser da comunicação, dependemos da captação de interdiscurso em seus efeitos. Assim, trata-se de ver nas produções seriadas o enlace do que se diz com o que já foi dito ou com o que está sendo dito, um atrelamento constante, um diálogo ininterrupto com todo o legado do que entendemos como cultura, sentido de vida e mundo. Trata-se de ver o interdiscurso, como o modo operacional do vasto campo da comunicação, pela via de seus resultados ou produções.

Ora, nos sentidos em que os tomamos aqui, os discursos são palpáveis somente a partir das materialidades que geram, sejam como modos sociais, ações, ou como produtos culturais. É por isso que aqui retomamos a noção do conjunto de textos produzidos a partir de um alicerce discursivo.

“Encarado como texto-produto, o texto é apreendido como o traço de uma atividade discursiva – oral, escrita, visual – relacionado a dispositivos de comunicação, a gêneros de discurso: desde os mais elementares (uma etiqueta numa mercadoria) às mais complexas (um romance)” (Maingueneau, 2015, p. 37).

Assim fomos conduzidos a levar em conta os traços de uma atividade discursiva, a saber, as intertextualidades como os modos de materialização do interdiscurso e ao mesmo tempo como o processo/gênese das produções linguageiras. Daí a necessidade de explicitar o entendimento de intertextualidade, no presente caso, a partir dos autores que iluminam nosso trajeto:

Esse termo designa ao mesmo tempo uma *propriedade constitutiva de qualquer texto* e o conjunto das *relações* explícitas ou implícitas *que um texto ou um grupo de textos determinado* mantém com outros textos. Na primeira acepção, é uma variante de *interdiscursividade*. (Charaudeau & Maingueneau, 2004, p. 288)

Destarte, entendemos que só é possível apontar interdiscursos por seus traços, seus sinais, a saber, pelas materialidades das intertextualidades com que se realizam. Procuramos os pontos em que um texto, não importando sua natureza, se cruza com outros tantos textos, reverberando e mesclando as noções/discursos de cada época ou formação, desse modo configurando-se em novo produto.

Impulsionados por esses conceitos e concepções, pelo intento de fazê-los emergir na realidade das narrativas ficcionais seriadas como um todo, do ponto de vista dos discursos que circulam e dos textos que os costumam, destacamos algumas circunstâncias relevantes em meio às quais se concebe o presente artigo.

A respeito do tema *construções de mundo*, gostaríamos de assinalar o fato de que nas narrativas todos os heróis, por exemplo, se desenham a partir de uma luta contra o que seria danoso para muitos. Condizentemente, ele trabalha com preceitos morais a conduzi-lo, com imagens de um mundo ideal, com os valores consolidados na cultura ou com os discursos que fazem cenário para sua aventura. Portanto, cada uma de suas histórias carrega uma série de palavras de ordem a serem reforçadas, ou introduzidas, em nossos cotidianos.

Ora, como é constatável pela observação das mudanças ao longo do tempo e dos lugares, os valores ou as concepções de mundo são sempre da ordem

imaginária, ainda que sustentem a realidade vivida, sempre um constructo a ser ratificado e retificado com o passar das eras. Consequentemente, os mundos ficcionais são tanto partícipes dessa criação de realidades, em virtude de sua condição como reprodutores, quanto geradores ativos no embate que leva a novas visões de mundo, novas realidades, atravessados que são pelos discursos circulantes em suas tensões.

Como já dissemos, há dependência das narrativas em relação aos contextos donde emergem. Se acompanharmos uma história em suas diversas manifestações, como a do Superman ao longo de décadas de produções em quadrinhos, filmes e séries de TV, podemos testemunhar as mudanças operadas por conta de mudanças nos costumes. Isso se aplica tanto ao Superman quanto aos que o acompanham em suas aventuras. Lois Lane, personagem que é sua colega jornalista e namorada, por exemplo, vai, a cada passo, ficando mais audaz, mais proativa, mais firme e mais insinuante, conforme se modulam as representações das mulheres em sua crescente participação social desde os idos de 1938, quando Lois Lane veio fazer parte de nossa realidade.

Esse mundo fictício põe em circulação os discursos que animam uma cultura, às vezes territorialmente ampla, seus desdobramentos, seus impasses e contradiscursos, fato que sempre nos faz retornar a Charaudeau (2006) e sua colocação exemplar: “O discurso circulante é uma soma empírica de enunciados com visada definicional sobre o que são os seres, as ações, os acontecimentos, suas características, seus comportamentos e os julgamentos a eles ligados” (p. 118).

Nas ficções seriadas, assim como em outros gêneros, estão em jogo questões da atualidade imbricadas nos temas e enredos que as constituem, assim como estão em jogo questionamentos e ordenações, uma autêntica construção de mundo orquestrada pelo escritor/autor/produtor, ao sabor das culturas, ideologias e discursos de ocasião.

Ainda em relação ao conceito de interdiscurso, como princípio operacional, e sua manifestação em intertextualidade, como produção, gostaríamos de frisar que os mundos ficcionais desfilam belos exemplos. Alguns evocam outros mundos ficcionais assim como outros modos de ser no mundo, ainda que relacionados ao passado de nossa civilização, ou a uma civilização passada enquanto imaginada, como na série *Game of Thrones* (Benioff et al., 2011-2019). Esse jogo intertextual é tão forte que algumas séries televisivas, para uma boa compreensão de seus episódios, demandam conhecimentos prévios, familiaridade com os contos e fábulas que lhes servem de base, como é o caso da extensa série, com sete temporadas, de 2011 a 2018, *Era Uma Vez (Once Upon a Time)* (Kitsis et al., 2011-2018).

UM CASO EXEMPLAR

A fim de honrar as palavras de Johnson (2009), que tanto nos mobilizaram, sobre o passado no presente, sobre o que veio do impresso e se expandiu por outros meios, sobre convergências e transmídia, por conseguinte sobre interdiscurso e intertextualidade, recorreremos a uma produção a nosso ver exemplar: a franquia Marvel, vinda do impresso para muitas versões e mídias.

A franquia corresponde a uma série de filmes americanos de super-heróis que foram personagens de histórias em quadrinhos nas publicações da Marvel Comics. O personagem Superman é um de seus carros-chefes.

Superman é um super-herói inicialmente veiculado nas publicações estadunidenses em quadrinho da DC Comics. Seus criadores são Joe Shuster e Jerry Siegel. Apareceu pela primeira vez na edição número 1 da revista *Action Comics*, em 1938, nos Estados Unidos, e desde então vem habitando outros espaços nas adaptações para cinema, rádio, televisão, literatura e videogame.

Quando em ação como defensor da humanidade, veste um uniforme azul, vermelho e amarelo, uma forte presença em nossa cultura. Sua identidade é secreta. No cotidiano personifica Clark Kent, um jornalista do *Planeta Diário*, que trabalha com seus colegas mais próximos, Lois Lane e Jimmy Olsen.

É um dos mais importantes personagens da cultura pop ocidental, sendo o primeiro herói dos quadrinhos a ter uma revista intitulada com seu nome: *Superman #1*, publicada no verão de 1939. Além disso, Superman foi licenciado e adaptado para diversas mídias, desde rádio até televisão e cinema. (“Superman”, 2020)

Desde 2008 a Marvel Studios produziu 23 filmes, tendo outros em produção no momento. Trata-se da franquia com maior bilheteria mundial (US\$ 21 bilhões no mundo).

O primeiro filme no Universo Cinematográfico Marvel foi *Homem de Ferro* (2008), que foi distribuído pela Paramount Pictures. A Paramount também distribuiu *Homem de Ferro 2* (2010), *Thor* (2011) e *Capitão América: O Primeiro Vingador* (2011), enquanto a Universal Pictures distribuiu *O Incrível Hulk* (2008). Walt Disney Studios Motion Pictures começou a distribuir os filmes com *The Avengers* (2012), que concluiu a Fase Um da franquia. A Fase Dois inclui *Homem de Ferro 3* (2013), *Thor: The Dark World* (2013), *Captain America: The Winter Soldier* (2014), *Guardiões da Galáxia* (2014), *Avengers: Age of Ultron* (2015) e *Homem-Formiga* (2015).

Capitão América: Guerra Civil (2016) é o primeiro filme da Fase Três da franquia, e é seguido por *Doutor Estranho* (2016), *Guardiões da Galáxia Vol. 2* (2017),

Spider-Man: Homecoming (2017), *Thor: Ragnarok* (2017), *Pantera Negra* (2018), *Avengers: Infinity War* (2018), *Homem-Formiga e a Vespa* (2018), *Captain Marvel* (2019), *Avengers: Endgame* (2019) e *Homem-Aranha: Longe de Casa* (2019). As três primeiras fases são coletivamente conhecidas como “Saga do Infinito”.

Viúva Negra e *Os Eternos* estão atualmente em fase de filmagens, enquanto *Shang-Chi and the Legend of the Ten Rings*, *Doctor Strange in the Multiverse of Madness* e *Thor: Love and Thunder* estão em fase de pré-produção, com muitos outros filmes em desenvolvimento. (“Filmes do Universo”, 2020, paras. 3-5)

A Marvel Television expandiu o universo ainda mais, primeiro para a rede de televisão com *Agents of S.H.I.E.L.D.* na ABC na temporada de televisão 2013-14, seguido por streaming com *Demolidor* na Netflix em 2015 e *Fugitivos* na Hulu em 2017, e depois para a televisão a cabo com *Manto & Adaga* na Freeform em 2018. A Marvel Studios também está produzindo séries que farão parte da Quarta fase da franquia para o Disney+, que começará com *Falcão e o Soldado Invernal* e terminará com *Mulher-Hulk*. A Marvel Television também produziu a série digital *Agents of S.H.I.E.L.D.: Slingshot*, que é um complemento para *Agents of S.H.I.E.L.D.* Álbuns de trilha sonora foram lançados para todos os filmes, juntamente com muitas das séries de televisão, assim como o lançamento de álbuns de compilação contendo música existente ouvida nos filmes. O UCM também inclui quadrinhos tie-ins publicados pela Marvel Comics, enquanto a Marvel Studios também produziu uma série de curtas-metragens diretamente em vídeo e uma campanha de marketing viral para seus filmes e o universo com o programa fictício de notícias *WHIH Newsfront*.

A franquia tem sido comercialmente bem sucedida com um universo de multimídia compartilhado. Ela tem inspirado outros estúdios de cinema e televisão com direitos de adaptação de personagens de quadrinhos para tentar criar universos compartilhados semelhantes. O UCM também tem sido o foco de outras mídias, fora do seu universo compartilhado, incluindo atrações na Disneyland e na Discovery Times Square Exposition, dois especiais de televisão, guias para cada filme e para cada temporada de *Agent Carter* e *Agents of S.H.I.E.L.D.*, um jogo eletrônico da Lego e um comercial da Coca-Cola. (“Universo Cinematográfico Marvel”, 2020, paras. 2-3)

Tais séries e seus desdobramentos, seja no cinema, seja na televisão, em novos heróis, em velhos heróis com novas aventuras, antigos heróis em parceria com novos, em novos meios e espaços ou no compartilhamento de personagens (a

DC Comics e a Marvel têm trabalhado com a união de seus heróis), são tecidas por intertextualidades e calcadas num diálogo, ou processo interdiscursivo, que se desdobra e se irradia interminavelmente.

FORMAS DE INTERDISCURSO ENLAÇADAS NA INTERTEXTUALIDADE

Com nosso intento de mostrar a presença essencial da interdiscursividade na construção das séries e seus mundos, criamos uma espécie de catálogo de formas com que os interdiscursos se manifestam na materialidade das intertextualidades.

Ao contrário de outras categorias, voltadas para a descrição dos modos de interdiscursividade e intertextualidade que foram obtidas a partir de um elenco de gêneros discursivos, de uma lista de figuras de linguagem, ou de relações lógicas entre termos, trata-se aqui tão somente de exemplos em voo livre, selecionados dentro do que mais captou nossa atenção, ou melhor, do que captou nosso olhar, porque tem recebido muita atenção pelo público em geral.

Os exemplos foram agrupados por suas características mais marcantes, ou seja, pela observação de situações do enredo construídas, intertextualizadas, em torno de um eixo ele próprio flagrantemente interdiscursivo. Porém tal eixo não exclui a combinatória de muitos outros modos de intertextualidade de que se alimenta uma narrativa e que, necessariamente, remetem aos termos do interdiscurso como primado.

Sobre diálogos com o passado: *Magnífica 70*

Magnífica 70 (Peraza et al., 2015-2018) é uma série televisiva brasileira, criada por Cláudio Torres, Renato Fagundes e Leandro Assis e dirigida por Torres e Carolina Jabor, com roteiro por Toni Marques. Foi exibida pela HBO Brasil em 2015, teve três temporadas e é ambientada nos anos 1970.

A série tem como foco os filmes produzidos na região de São Paulo consagrada com o nome de Boca do Lixo. Trata de filmes pornográficos, mostrando todo o comércio em torno deles, os estilos de vida dos envolvidos com produção/direção e a vida íntima dos artistas. Mostra também as restrições impostas pela censura e as tentativas de driblá-la, sempre apostando no sucesso de público donde viria a compensação econômica.

A produtora *Magnífica 70*, por si só, representa um mergulho no passado em que vestuários, locações, preconceitos e exploração de pessoas, em diversas formas, procuram ser fiéis aos modos da década de 1970 em que a história da série se desenrola.

Naturalmente, uma boa parte do enredo é dedicada à presença da ditadura militar nesse período e um toque de Nelson Rodrigues paira sobre as tragédias familiares, tanto no enredo dos filmes criados pela fictícia produtora, como na vida pessoal dos atores que os protagonizaram.

Em termos de interdiscurso, acreditamos que a série aponta com nitidez para um discurso central: o do regime militar de então. Ela fala de uma moral tradicional defendida pelo regime, bastante preconceituosa e pudica, que procura meios de cercear todo e qualquer contradiscurso. Na realidade, a censura a modos divergentes é um dos pontos em que o regime se agarra para sua validação e manutenção. Assim, se fôssemos apontar discursos, temos com clareza no mínimo dois: o do poder, ou da política de então, e o de diversas manifestações de contrapoder da época.

Procuramos refinar essa afirmação a partir da fala de Charaudeau (2008) sobre discursos e imaginário: “O imaginário é efetivamente uma imagem da realidade, mas imagem que interpreta a realidade, que a faz entrar em um universo de significações” (p. 203).

Para ele, que recupera a noção de imaginário a partir de Cornelius Castoriadis, nessa acepção de imaginário nada há que possa vinculá-lo a irreal ou fictício. Trata-se de considerar que a realidade por si está lá de uma forma que só adquire sentido, segundo circunstâncias, interesses e relações do momento, enquanto simbolizada. O imaginário é produzido na embocadura da experiência do homem com o mundo e do homem com os outros homens, calcando-se em blocos de ideias.

Tais blocos de ideias congregam várias representações sociais e se compõem, ou se entrelaçam, para formar os discursos circulantes. Charaudeau (2008) denomina um conjunto de representações assim consolidadas de “imaginários sociodiscursivos”. A partir daí ele passa a analisar o discurso político sob o ponto de vista de três grandes tipos de imaginários sociodiscursivos que são propícios para: “a dramaturgia política: a ‘tradição’, a ‘modernidade’, a ‘soberania popular’” (p. 210).

Vemos em *Magnífica 70* (Peraza et al., 2015-2018), nas justificativas da censura para censurar, do regime para sua preservação, os traços de pelo menos dois desses imaginários: o da tradição e o da soberania popular. Afinal, em nome do povo se faz censura para preservar os valores da sociedade e se faz ditadura para combater o comunismo. Claro que vemos também o contradiscurso, aquele do que quer escapar às malhas da censura e, afinal, se coloca como eixo narrativo.

A rigor, interdiscurso e intertextualidade sempre se constroem com elementos do passado, ainda que não explícitos. Referências e citações permeiam nossas narrativas. Mas nessa série os pontos fortes de amarração da narrativa se enlaçam

em torno de um momento histórico. Na figura do censor e na do general temos dois desses pontos, ou imaginários sociodiscursivos, que permitem a evocação do passado numa narrativa da atualidade, revelando a arquitetura da intertextualidade. É do embate entre e com essas figuras que todo o enredo se desenrola.

Em *Magnífica 70* (Peraza et al., 2015-2018) há empenhado retorno a uma época precisa, na tentativa de delinear-lá com fidelidade, no entanto a série traz o foco crítico de nossos dias. Como apontamento dessa circunstância, basta ressaltarmos a representação que se dá aos militares: uma visada certamente pós-ditadura, que os destitui e ridiculariza. E basta isso para vermos a presença de outro discurso, introduzido pela intertextualidade com o que habita nossos tempos, o do repúdio aos modos opressivos de então.

Sobre diálogos com a contemporaneidade, cultural ou política: *O Mecanismo*

O Mecanismo (Padilha & Prado, 2018-2019) é uma série televisiva brasileira criada por José Padilha e Elena Soárez, dirigido por José Padilha, Felipe Prado, Marcos Prado, com roteiros de Elena Soárez.

Trata, de forma livre e ficcional, das investigações conduzidas pela operação Lava Jato. Naturalmente faz referência aos doleiros, aos políticos e aos empresários envolvidos nas roubalheiras que vieram à tona por conta dessas investigações. Parodiando os nomes dessas figuras na vida real, a série nos convida a associar personagens a seus protótipos não ficcionais.

Ao mesmo tempo com uma posição crítica e ridicularizadora, a série apresenta uma visão pessimista: o mecanismo é um processo complexo, alimentado por rede anônima, que pode ser vista pontualmente, mas que a todos e a tudo constrange, assegurando sua indefinida continuidade.

Como traz à cena as falcatruas dos políticos brasileiros, as propinas, os assaltos aos cofres e empresas públicas durante os governos de Lula e Dilma, causou muita polêmica. Naturalmente, em termos de recepção, foi origem de polarizações, ataques e defesas. A série expõe situações de conflito em relação a discursos sobre a condução ideal do patrimônio público.

Podemos dizer que a série é permeada por imaginários sociodiscursivos de como se realiza o embate político, do *éthos* político, do Brasil em suas mazelas etc. Tais imaginários estão sempre em interdiscursividade que se presta à intertextualidade da narrativa na série.

“Frequentemente, esses imaginários se sobrepõem e constroem espécies de arquétipos coletivos inconscientes” (Charaudeau, 2008, p. 207). Na realidade, a figura do político corrupto na cena brasileira já tem características arquetípicas.

A costura dos fatos ainda em disputa é feita pela intertextualidade que, assim, desenha o conflito. Aliás, a própria situação de conflito dos agentes de recepção mostra um dos muitos vieses interdiscursivos da série.

Os espectadores, comprometidos com tomadas ideológicas em relação à realidade da vida vivida, ou com imaginários sociodiscursivos circulantes, endeusaram ou denegriram a série, conforme suas crenças particulares, ou discursos em que se fazem por identificação.

E já que existem vários julgamentos sobre o mundo, eles são objeto de confrontação ou de divisão. Todo juízo de crenças está fundando sobre uma partilha, pois se pode dizer que ele tem também uma função identitária (o que não acontece necessariamente com o saber do conhecimento). (Charaudeau, 2008, p. 198)

Exibida pela Netflix em 2018, teve segunda temporada em 2019. Na realidade, a série é também emblemática em relação aos discursos circulantes e às formações e filiações a partir destes. Por isso, as tensões geradas em torno da série devem ser entendidas como expressões da realidade brasileira, ou dos discursos em circulação que a compõem.

Nesse caso, a intertextualidade se faz nas rebarbas dos discursos da atualidade, como muitas vezes acontece nas séries ficcionais com um toque factual.

Sobre o diálogo com outras produções culturais: séries, filmes, obras literárias: *Ligações Perigosas*

Série com dez episódios, veiculada pela Rede Globo em 2016, *Ligações Perigosas* (Coimbra, 2016) teve sua inspiração em um clássico da literatura francesa, *Les Liaisons Dangereuses*, de autoria de Pierre Choderlos de Laclos, publicado em 1782.

Esse romance epistolar descreve as ações de um grupo de aristocratas, ociosos e sem escrúpulos, que passam o tempo tentando perverter e difamar pessoas de bem, ou assim consideradas, na sociedade de então, situada em época anterior à Revolução Francesa.

O enredo tem como foco o Visconde de Valmont e a Marquesa de Merteuil, que manipulam e humilham as restantes personagens através de intrigas e jogos de sedução. Rendeu onze adaptações para o cinema, algumas delas já igualmente clássicas, como as dirigidas por Roger Vadim e por Stephen Frears.

Adaptada para o Brasil de 1928, a história da obra *As Ligações Perigosas*, de Pierre Choderlos de Laclos, desenvolve sua narrativa a partir do casal Isabel e

Augusto, que tramam contra Cecília e Mariana. Augusto seduz Mariana e acaba por apaixonar-se por esta. Mas se depara com o fato de ter arruinado a própria vida. Ao modo brasileiro a série é bem fiel à obra original.

O diálogo com obras literárias é talvez o mais pervasivo dos exercícios interdiscursivos e as versões constituem as mais notórias formas de intertextualidade. Podemos lembrar a obra de Shakespeare e a multitude de versões, adaptações, paródias, pastiches e progressões dela derivadas. Também podemos ver, no caso das reescrituras de Shakespeare, o passar dos tempos e das Julietas que até se vinculam a movimentos sociais. Uma notória repaginação para um mundo inconcebível na Europa de Shakespeare é, por exemplo, a versão fílmica de 1961, *Romanoff e Julieta* (Ustinov, 1961), que se passa no contexto da Guerra Fria, dele alimentando-se.

Com as obras de autores clássicos brasileiros ocorre o mesmo modo de conjunção. Destacamos algumas famosas e bem-sucedidas telenovelas: *Gabriela* (Durst, 1975), adaptação do romance *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado; *Os Maias* (Carvalho, 2001), adaptação de *Os Maias*, de Eça de Queirós; *A Moreninha* (Reis, 1975-1976), adaptação de *A Moreninha*, de Joaquim Manuel de Macedo; *Escrava Isaura* (Braga, 1976-1977), adaptação de *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães; e *Capitu* (Carvalho, 2008), adaptação de *Dom Casmurro*, de Machado de Assis.

No caso da versão brasileira de *Ligações Perigosas* (Coimbra, 2016), a transposição temporal foi feita para um país no início do século passado. Com isso, muitos dos princípios e deslizes, que fazem o núcleo da obra original, foram preservados, pois a sociedade de então, no Brasil, tinha muito em comum com o ideário que paira sobre a obra original.

A série é orientada por um imaginário sociodiscursivo de ordem moral bastante conservador. Não se quer com isso dizer que hoje seríamos coniventes com toda maledicência e premeditada maldade que perpassa o enredo tecido por Pierre Choderlos de Laclos. Mas são o delineamento das personagens, suas incorporações e suas limitações sociais (sobretudo no que concerne às mulheres) que fazem sentido num contexto social mais provinciano, como o de um Brasil ainda em início do século passado.

Há, portanto, na escolha de época uma razão interdiscursiva que será materializada na intertextualidade bordada com os modos brasileiros. É possível que, se fosse transposta para os tempos atuais, houvesse dificuldades na manutenção de alguma fidelidade à obra original, pois, por motivos interdiscursivos (o da divergência de costumes), a intertextualidade (os pontos de enlace que são preservados de uma versão a outra) poderia ser comprometida.

Sobre o diálogo com elementos da cultura/folclore: *O Bem-Amado*

Trata-se de telenovela brasileira escrita por Dias Gomes e produzida pela Rede Globo em 1973 que tem como personagem principal Odorico Paraguaçu, prefeito corrupto da fictícia cidade de Sucupira, na Bahia.

A grande ambição de Odorico é inaugurar o cemitério local, construído em sua gestão. Usa de muitos e desonestos artifícios para que alguém morra, sem obter sucesso. Chega ao ponto de trazer para a cidade Zeca Diabo, um matador de aluguel com a missão de produzir um morto para o cemitério. Ao final, Zeca Diabo se rebela e mata Odorico, que se torna, então, o morto destinado a inaugurar o cemitério.

O enredo se sustenta, e sua comicidade também, com o recurso a modos bem brasileiros de ser, a hábitos consagrados por nossos políticos, a mazelas do cotidiano e até a costumes alimentares, para não falar das referências a produtos específicos de nossa terra. Assim, a telenovela é entremeada de elementos de nossa brasilidade. Como exemplo, relembramos o “licor de jenipapo”, parte do ritual diário do prefeito em visita às irmãs Cajazeiras.

Evidentemente, em toda novela que faz um jogo de costuras com a literatura brasileira estarão presentes elementos marcantes de nossa cultura. Podemos ver essa ocorrência com absoluta clareza nas adaptações das diversas obras de Jorge Amado, porque estas trazem nítidos sinais de hábitos regionais. Anotemos que dentre os autores brasileiros Jorge Amado ocupa posição de destaque, pois, entre minisséries e telenovelas, teve oito obras adaptadas para composição seriada: *Capitães de Areia*; *Dona Flor e Seus dois Maridos*; *Gabriela, Cravo e Canela*; *Pastores da Noite*; *Porto dos Milagres*; *Tenda dos Milagres*; *Tereza Batista*; *Terras do Sem Fim*; *Tieta*; e *Tocaia Grande*.

Também nesse eixo do diálogo com os diversos modos de ser em dada cultura, é exemplar a telenovela *Roque Santeiro* (Gomes & Silva, 1985-1986). Escrita por Dias Gomes e Aguinaldo Silva, ela constrói um microcosmo brasileiro na fictícia cidade de Asa Branca: tudo de nossa brasilidade passa por essa cidade. A intertextualidade vai um pouco mais além do factual ao conversar com os contos fantásticos de nossa terra, tecendo um mistério ao redor de personagem lobisomem, que vagueia pela cidade atacando mulheres.

Com *O Bem-Amado* (Gomes, 1973), temos a oportunidade de exemplificar o conceito de imaginário sociodiscursivo, como apontado por Charaudeau (2008): “Os imaginários sociodiscursivos circulam, portanto, em um espaço de interdiscursividade. Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais” (p. 207).

Conceito colateral ao de discurso e intimamente ligado à trama das intertextualidades, podemos ver a materialização perfeita de um imaginário

sociodiscursivo em várias figuras de *O Bem-Amado* (Gomes, 1973), em especial na construção do personagem Odorico Paraguaçu. Este se vale de nossa já ancestral concepção da política do coronelismo, do coronel com todas as suas nuances: falso moralista, inescrupuloso, enganador, aproveitador da posição de poder em benefício próprio e fiel adepto do nepotismo, do apadrinhamento e, de quebra, do populismo em que se mostra como pai redentor.

Tudo isso é Odorico, tudo isso nos acompanha desde longa data como imaginário dos políticos interioranos Brasil afora. A essa composição devemos acrescentar a característica da verborragia. Odorico fala e dispõe sobre tudo em forma de expressão que simula alto nível cultural. Nessa toada ele inventa palavras, constrói um linguajar próprio, por exemplo, “senvergonhista”, “patifento”, “calunista”, “desaforista”, “vagabundista” etc. Ao mesmo tempo, compõe frases em que as palavras se repetem em sinônimos embalados por um mesmo final, uma rima entoada, com privilégio dado ao sufixo “-mente”. Todas essas circunstâncias linguageiras podem ser vistas na famosa fala: “Em política, dona Dorotéia, os finalmentes justificam os não obstantes” (Gomes, 2014, p. 70). Essa frase, afinal, resume o *éthos* de Odorico, que não se constrange com nada; *éthos* encravado em nossas representações de políticos.

Com o recurso ao imaginário sociodiscursivo do coronelismo *O Bem-Amado* (Gomes, 2014) nos permite vislumbrar pontos nodais na tecitura das intertextualidades.

Sobre o diálogo com a tecnologia: passado/futuro: *Stranger Things*

Trata-se de uma série de televisão disponibilizada pela Netflix, primeiramente em 2016, com sequências em 2017 e 2019. A história se passa em 1983 na cidade interiorana de Hawkins, Indiana, Estados Unidos.

Tem início com o misterioso desaparecimento de um menino e o envolvimento de seus amigos nas buscas, paralelamente às investigações da polícia. Nesse percurso descobrem experimentos secretos do governo, uma entidade que remete à existência de alienígenas e uma garota com dons sobrenaturais.

O que deu destaque à série foi sua fidelidade à cultura dos anos 1980, as suas citações de elementos marcantes em consagrados filmes da época, como *Poltergeist* (Hooper, 1982), *O Enigma de Outro Mundo* (Carpenter, 1982), *The Evil Dead* (Rami, 1981), *Os Goonies* (Donner, 1985), *E.T.* (Spielberg, 1982), *Alien* (Scott, 1979), *Carrie* (De Palma, 1976), *A Hora do Pesadelo* (Craven, 1984) e outros.

Para nós, na reflexão desenvolvida sobre séries televisivas, que teve seu início discorrendo sobre o primado do interdiscurso, é impossível assistir a *Stranger*

Things (Gajdusek et al., 2016-presente) sem pensar nas muitas alusões a algo que antecede uma criação linguageira, a um pré-construído.

O pré-construído pode ser entendido como a marca, no enunciado, de um discurso anterior; portanto, ele se opõe àquilo que é construído no momento da enunciação. Um sentimento de evidência se associa ao pré-construído, porque ele foi “já dito” e porque esquecemos quem foi seu enunciador. . . .

A noção de pré-construído está intimamente ligada à de interdiscurso: ela contribui para desestabilizar a oposição entre o exterior e o interior de uma formação discursiva, em benefício da noção de imbricação entre discursos e de relações com outras formações discursivas exteriores e anteriores – que entram no discurso de um sujeito. (Charaudeau & Maingueneau, 2004, p. 401)

As ligações da série às produções anteriores se alinham em cenas que repetem a mesma estrutura, a mesma disposição de personagens, a mesma sequência de ações, em outros contextos. E com elas se arquiteta o próprio enredo da nova série, testemunhando interdiscursos na intertextualidade, e um primado desde muito defendido.

Para entender a série, não é necessário o conhecimento das prévias produções. Mas tal conhecimento faz o deleite dos aficionados do gênero, que cultivaram e cultivam a série com absoluto carinho, carinho a ser acompanhado em inúmeros chats, sites, páginas da web, vídeos de YouTube etc.

Ulysse Thevenon (2017) compôs um vídeo mostrando partes de *Stranger Things* (Gajdusek et al., 2016-presente) que reverberam partes de outros filmes, colocando lado a lado os trechos que se montam com mesma estrutura e tema. Ele denomina essa conjunção como “referências” de *Stranger Things* a filmes anteriores que versam sobre ficção científica e sobrenatural.

Para nós, aqui neste artigo, as referências nada mais são do que um modo de intertextualidade que remete à natureza interdiscursiva de nossas séries ficcionais.

APONTAMENTOS FINAIS

Elegemos alguns eixos a partir dos quais mostramos tipos de intertextualidade que sinalizam fortemente a presença de interdiscurso. Contudo, em cada um desses eixos há intercâmbio com todos os outros. Por exemplo, na repaginação de obras literárias, se há sempre um jogo com o passado, há também a reconfiguração com o presente e as traduções interculturais. Da mesma forma, na trama com elementos atuais de nossa cultura são evocados hábitos e crenças

D

também já passados, que não mais nos habitam, mas ainda nos servem como polos sociodiscursivos.

Enfim, queremos deixar claro que os eixos com os quais escolhemos elencar as séries aqui trabalhadas não são excludentes.

Em *Stranger Things* (Gajdusek et al., 2016-presente) todos os eixos ou modos de intertextualidade aqui elencados estão presentes, desde o diálogo com o passado, com outras obras, com outros meios, sem contar o já apontado intercâmbio com uma tecnologia em que passado, presente e futuro se mesclam. Nesse sentido, se examinada com bastante vagar, a série pode ser objeto de exercício para a detecção de insuspeitáveis enlaces de intertextualidade.

É por isso que, como encerramento de nossa pequena demonstração, deixamos os caminhos para que o vídeo de Ulysse Thevenon (2017), ele próprio uma intertextualidade que marca o interdiscurso, possa ser apreciado na tônica que nos conduziu (Figura 1). ■

Figura 1

Quadro inicial do vídeo sobre Stranger Things



Nota. Thevenon (2017).

REFERÊNCIAS

- Bakhtin, M. (1978). *Esthétique et théorie du roman*. Gallimard.
- Benioff, D., Weiss, D. B., Strauss, C., Doelger, F., Caulfield, B., Cogman, B., Sapochnik, M., & Nutter, D. (Produtores executivos). (2011-2019). *Game of thrones* [Série de televisão]. Television 360; Grok! Television; Generator Entertainment; Startling Television; Bighead Littlehead.

- Braga, G. (Roteirista). (1976-1977). *Escrava Isaura* [Telenovela]. Rede Globo.
- Carpenter, J. (Diretor). (1982). *The thing* [O enigma de outro mundo] [Filme]. Universal Pictures; Turman-Foster Company.
- Carvalho, L. F. (Direção geral). (2001). *Os Maias* [Série de televisão]. Rede Globo.
- Carvalho, L. F. (Direção geral). (2008). *Capitu* [Minissérie de televisão]. Rede Globo.
- Charaudeau, P. (2006). *Discurso das mídias*. Contexto.
- Charaudeau, P. (2008). *Discurso político*. Contexto.
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de análise do discurso*. Contexto.
- Coimbra, V. (Direção geral). (2016). *Ligações perigosas* [Minissérie de televisão]. Rede Globo.
- Craven, W. (1984). *A nightmare on Elm Street* [A hora do pesadelo] [Filme]. New Line Cinema.
- De Palma, B. (Diretor). (1976). *Carrie* [Carrie, a estranha] [Filme]. United Artists.
- Donner, R. (Diretor). (1985). *The goonies* [Os goonies] [Filme]. Amblin Entertainment.
- Durst, W. G. (Roteirista). (1975). *Gabriela* [Telenovela]. Rede Globo.
- Filmes do universo cinematográfico Marvel. (2021, 2 de janeiro). In *Wikipédia*. <https://bit.ly/2Pj5rgP>
- Gajdusek, K., Holland, C., Wright, B., Thunell, M., Levy, S., Cohen, D., Duffer, M., Duffer, R., & Paterson, I. (Produtores executivos). (2016-presente). *Stranger things* [Série de televisão]. 21 Laps Entertainment; Monkey Massacre.
- Gomes, D. (2014). *O bem-amado*. Bertrand Brasil.
- Gomes, D. (Roteirista). (1973). *O bem-amado* [Telenovela]. Rede Globo.
- Gomes, D., & Silva, A. (Roteiristas). (1985-1986). *Roque santeiro* [Telenovela]. Rede Globo.
- Hooper, T. (Diretor). (1982). *Poltergeist* [Poltergeist: O Fenômeno] [Filme]. Amblin Entertainment, Metro-Goldwyn-Mayer.
- Jenkins, H. (2008). *Cultura da convergência*. Aleph.
- Johnson, D. (2009). The fictional institutions of *Lost*: World building, reality, and the economic possibilities of narrative divergence". In R. Pearson (Ed.), *Reading Lost: Perspectives on a hit television show* (pp. 29-52). I. B. Tauris.
- Kitsis, E., Horowitz, A., Pearlman, S., Goodman, D. H., & Chambliss, A. (Produtores executivos). (2011-2018). *Once upon a time* [Era uma vez]. ABC Studios; Kitsis/Horowitz.
- Lopes, M. I. V. (Org.). (2019). *A construção de mundos na ficção televisiva brasileira*. Sulina.
- Maingueneau, D. (2008). *Gênese dos discursos*. Parábola.

D

Interdiscurso nas produções seriadas televisivas

- Maingueneau, D. (2015). *Discurso e análise de discurso*. Parábola.
- Padilha, J., & Prado, M. (Produtores executivos). (2018-2019). *O mecanismo* [Série de televisão]. Zazen Produções.
- Peraza, L. F., Rios, R., & Jesus, M. A. de. (Produtores). (2015-2018). *Magnífica 70* [Série de televisão]. Conspiração Filmes; HBO Latin America Originals.
- Rami, S. (Diretor). (1981). *The evil dead* [Uma noite alucinante: A morte do demônio] [Filme]. Renaissance Pictures.
- Reis, M. (Roteirista). (1975-1976). *A moreninha* [Telenovela]. Rede Globo.
- Scott, R. (Diretor). (1979). *Alien* [Alien, o oitavo passageiro] [Filme]. Brandywine Productions.
- Silva, M. R. da. (2020, 12 de outubro). Google divulga quais foram as séries mais buscadas de 2020, veja lista. *TecMundo*. <http://bit.ly/2PeQts2>
- Spielberg, S. (Diretor). (1982). *E.T. the extra-terrestrial* [E.T. o extraterrestre] [Filme]. Amblin Entertainment, Universal Studios.
- Superman. (2020, 25 de dezembro). In *Wikipédia*. <http://bit.ly/3saA1HU>
- Thevenon, U. (2017). *References to 70-80's movies in Stranger Things* [Vídeo]. Vimeo. <http://bit.ly/3cY3v5H>
- Universo Cinematográfico Marvel. (2020, 10 de janeiro). In *Wikipédia*. <https://bit.ly/2ORo5N7>
- Ustinov, P. (Diretor). (1961). *Romanoff and Juliet* [Romanoff e Julieta] [Filme]. Pavla Productions.

Artigo recebido em 16 de julho de 2020 e aprovado em 17 de fevereiro de 2021.

O que é o populismo punitivista? Uma tipologia baseada na comunicação midiática

What is punitive populism? A typology based in media communication

MICHELLE BONNER^a

University of Victoria, Departamento de Ciência Política. Victoria, Columbia Britânica – BC, Canadá

RESUMO

O populismo punitivista se refere ao uso, por parte de líderes políticos, de uma retórica e políticas rígidas contra o crime para ganhar as eleições e o apoio popular. No entanto, esta definição básica não captura o leque de modos pelos quais a prática se manifesta. Refinando o conceito, este artigo identifica três tipos principais de populismo punitivista: autoritário, conflitante e responsável (*accountable*). A tipologia destaca a importância da interseção dos sistemas de mídia e da ideologia política para a definição de cada tipo. Refletindo sobre mais de quinze anos de pesquisas sobre o tema, o artigo é centrado no desenvolvimento de conceitos, com exemplos ilustrativos da Argentina e do Chile. **Palavras-chave:** Populismo punitivista, mídia, ideologia política, populismo penal, punitivismo

^a Professora do Departamento de Ciências Políticas da University of Victoria. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4942-0367>. E-mail: mbonner@uvic.ca

ABSTRACT

Punitive populism refers to political leaders' use of tough-on-crime rhetoric and policies to win elections and popular support. Yet, this basic definition does not capture the range of ways the practice manifests itself. Refining the concept, this article identifies three key types of punitive populism: authoritarian, conflicted, and accountable. The typology highlights the intersecting importance of media systems and political ideology to the definition of each type. Reflecting on over fifteen years of research on the topic, the article is centred on concept development, with illustrative examples from Argentina and Chile.

Keywords: Punitive populism, media, political ideology, penal populism, punitiveness

O POPULISMO PUNITIVISTA SE refere ao uso, por parte dos líderes políticos, de uma retórica e políticas rígidas contra o crime para ganhar as eleições e o apoio popular. No entanto, essa definição básica ou central não captura o leque de modos pelos quais a prática se manifesta. Com frequência, o conceito traz à lembrança as lideranças da direita política, especialmente aquelas que clamam por violência contra os criminosos, como na declaração do presidente Jair Bolsonaro de que “Bandido bom é bandido morto” (Wyatt, 2019, para. 3) ou o apelo do presidente filipino Rodrigo Duterte para “Encontre todos e prenda-os. Se resistirem, mate todos eles” (“Rodrigo Duterte’s Lawless”, 2020, para. 2). Essa retórica garante manchetes na mídia, mas nem sempre o populismo punitivista contém essa linguagem extrema. Nem é uma prática exclusiva da direita política. Os analistas da política criminal na Europa e nos Estados Unidos há muito estudam o que chamam de populismo penal, usado por líderes políticos tão diversos como o presidente dos Estados Unidos George W. Bush, o primeiro-ministro britânico Tony Blair e o presidente dos Estados Unidos Bill Clinton (Newburn & Jones, 2005). Além disso, as notícias de incidentes criminais, como um assassinato chocante, que agem como catalisadores para uma retórica e políticas fortemente duras contra o crime em alguns países e por alguns líderes políticos, nem sempre provocam a mesma resposta em outros países ou por outras lideranças.

Para aperfeiçoar nossas comparações e aprofundar a compreensão do populismo punitivista, precisamos de uma tipologia que capture melhor suas diferentes manifestações e o papel da mídia. Este artigo identifica três tipos principais de populismo punitivista: autoritário, conflitante e responsável (*accountable*). A tipologia destaca a importância da interseção dos sistemas de mídia e da ideologia política para a definição de cada tipo.

O populismo punitivista baseia-se em uma política de comunicação que favorece certas vozes nos debates públicos sobre a importância política relativa do crime e as soluções adequadas. Assim, os sistemas de mídia (as regulações, a propriedade e as práticas que moldam as notícias que são produzidas) são importantes para uma tipologia do populismo punitivista. Os sistemas de mídia afetam as vozes que são ouvidas com mais frequência nesses debates públicos e o modo como, dessa forma, criam incentivos ou limitações para o crescimento da retórica e de políticas punitivistas. Os sistemas de mídia, mostrarei, diferenciam o populismo punitivista autoritário e conflitante do populismo punitivista responsável. No entanto, a ideologia política também importa na forma como os líderes políticos respondem à dinâmica da mídia. É isso que distingue o populismo autoritário do punitivista conflitante.

O artigo tem como objetivo o desenvolvimento conceitual. Os conceitos elaborados aqui são informados e emergiram a partir de mais de quinze anos de pesquisas sobre o populismo punitivista na América Latina, incluindo aproximadamente

duzentas entrevistas com pessoas que trabalham e comunicam questões de crime, punitivismo e política criminal. No entanto, o objetivo não é uma análise sistemática desses dados, feita em outro lugar, usando o método dos estudos de caso comparativos e em profundidade (por exemplo, Bonner, 2014, 2019a). Em vez disso, a proposta é oferecer uma tipologia que irá aperfeiçoar nossa habilidade para classificar diferentes manifestações de populismo punitivista e refinar a capacidade de identificar o papel da mídia. Os exemplos da Argentina e do Chile são usados para ilustrar os conceitos.

O artigo começa com uma breve visão geral da definição essencial de populismo punitivista. Ou seja, a definição que permanece constante independentemente dos adjetivos associados a ela (Goertz, 2006). A seção seguinte apresenta as principais maneiras pelas quais os sistemas de mídia encorajam ou desencorajam o populismo punitivista. Isso é então usado na seção final, em combinação com a ideologia política, para desenvolver os três tipos de populismo punitivista (ou conceitos de segundo nível).

POPULISMO PUNITIVISTA: O CONCEITO CENTRAL

O populismo punitivista ou punitivo, às vezes referido como punitivismo populista ou populismo penal (Bottoms, 1995; Roberts et al., 2003), tem suas origens conceituais no estudo de sua ascensão, a partir da década de 1980, nos Estados Unidos e na Europa e posteriormente na Austrália e na Nova Zelândia. O dilema no cerne da maioria desses estudos era a necessidade de explicar o aumento do medo dos cidadãos em relação ao crime e o apoio à retórica e a políticas duras contra o crime em momentos em que as taxas de criminalidade estavam diminuindo. É claro, o populismo punitivista também é usado por líderes em países onde o índice de criminalidade é alto, como é o caso em muitos países na América Latina e na África (Super, 2016; Wolf, 2017). Nesses casos, as indagações das pesquisas se concentram em explicar o apoio público a políticas punitivas que, na melhor das hipóteses, não fazem nada para diminuir a criminalidade e, na pior, aumentam-na e, em ambos os casos, estão associadas a maiores abusos dos direitos humanos. Quer os países tenham uma taxa de criminalidade alta quer baixa, as duas variáveis centrais ligadas ao conceito de populismo punitivista são o punitivismo e o populismo.

Punitivismo

Em uma democracia, as pessoas são responsabilizadas pelo sistema de justiça criminal a partir da lei. A responsabilização consiste tanto na exigência de responder e justificar ações, quanto, se um delito for comprovado, na aplicação da punição pelo Estado. Ao considerar o populismo punitivista, a questão em tela é o que é

D

O que é o populismo punitivista?

uma punição proporcional e o que é uma excessiva. Os populistas punitivistas exigem o que a maioria dos analistas considera ser um incremento e uma punição excessiva. Isso pode tomar a forma de mais leis que criminalizam mais tipos de comportamento, punições mais severas por infringir leis (como sentenças mais longas, remoção de opções de liberdade condicional ou redução da idade penal) e a ampliação do número de policiais nas ruas, do âmbito dos poderes da polícia e menos leniência. Essas mudanças de política podem levar a um aumento do número de pessoas nas prisões, bem como da violência policial. O que distingue as formas democraticamente legítimas de punição daquelas consideradas excessivas é tanto subjetivo (baseado na posição do observador) quanto o resultado de um processo de comunicação (mediada) entre governantes e governados.

Muitos estudos sobre o populismo penal na Europa e nos Estados Unidos analisam o punitivismo em termos da lei e o resultante aumento da população carcerária. Em parte, isso ocorre porque as populações carcerárias são fáceis de medir e podem ser usadas como aproximação ao punitivismo. De qualquer forma, em todos os países, as polícias são os primeiros atores a responder ao crime. As polícias têm amplo entendimento sobre quando e como cumprir as leis. A retórica, não apenas as políticas, pode afetar suas escolhas. Assim, a discussão sobre punitivismo que se segue centra-se na polícia.

As democracias concedem à polícia o direito do uso legítimo da força, inclusive a letal, a fim de garantir o cumprimento do Estado de Direito. O que distingue a violência policial legal da ilegal é a justificativa oferecida e a aceitação pelo Estado e pela sociedade dessa justificativa. A polícia tem permissão para usar a força letal se a vida dos policiais ou de outras pessoas estiver em risco. Quando isso se dá, cabe ao policial decidir e justificar e, às vezes, leis ou protocolos policiais são criados para ampliar o escopo das ações justificáveis. Por exemplo, em 2018, na Argentina, o presidente Mauricio Macri aprovou mudanças nos protocolos policiais sobre o uso de armas de fogo (*Reglamento General para el Empleo de Armas de Fuego*), permitindo aos policiais atirarem em criminosos suspeitos em fuga (Rivas Molina, 2018). O presidente Bolsonaro tentou fazer mudanças semelhantes no código penal de seu país em 2019 (expandindo o artigo referido como *excludente de ilicitude*) (Phillips, 2019).

Os estudos antropológicos têm mostrado que o significado da violência (entendida como delito) é culturalmente relativo (Whitehead, 2004). Estudos criminológicos e alguns estudos de ciência política especificam que, em particular, a identidade e a ideologia política do observador importam. Por exemplo, o gênero, a idade, a classe e a identidade racial do observador, do policial e do suspeito de crime (ou manifestante) importam se o espectador percebe a ocorrência de um ato delituoso e se é interpretado como cometido pelo policial ou pelo suspeito de

crime (ou manifestante) (por exemplo, Davenport et al., 2018; Loftus, 2007). A deferência relativa do observador à polícia como instituição também corresponde à aceitação das justificativas policiais para suas ações (Harkin, 2015). Da mesma forma, a ideologia política é importante. Os conservadores estão mais dispostos a aceitar o uso de níveis mais elevados de violência pelos atores estatais do que os liberais, embora posicionamentos extremos tanto de esquerda quanto de direita também levem à aceitação de níveis mais elevados de violência (Bonner, 2019b; Lakoff, 2002; Roché, 2007).

Claro, a identidade, a aceitação da autoridade e a ideologia política de uma pessoa tendem a ser relativamente consistentes. Assim, os líderes políticos normalmente justificam seus pedidos de aumento das punições como uma resposta ao aumento da criminalidade. É difícil avaliar se o crime está de fato aumentando e, geralmente, não vem ao caso. As taxas de criminalidade medem as prisões policiais e as categorias que a polícia usa para documentar as prisões. Por exemplo, Hall et al. (1978) explicaram que, quando a polícia na Inglaterra criou uma categoria chamada “roubo com ataque em espaço público” (*muggings*), pareceu que esse ato criminoso havia disparado. As pesquisas de vitimização, que pedem às pessoas que relatem sua própria experiência com o crime, independentemente de terem reportado o caso à polícia ou não, tendem a contabilizar mais furtos e menos crimes violentos. Inversamente, as estatísticas de homicídio, embora mais confiáveis do que as taxas de crime ou levantamentos sobre vitimização, não nos dizem nada sobre outros tipos de crime. Finalmente, as estatísticas sobre a violência policial são, na maioria dos países, notoriamente indisponíveis ou incompletas. Consequentemente, se dependerem de evidências, tanto defensores quanto oponentes do aumento da punição precisam interpretar as estatísticas disponíveis e, dadas suas deficiências, tais estatísticas são bastante maleáveis a diferentes argumentos. Além disso, os estudos do populismo punitivista mostraram que o medo do crime é um indicador bem mais forte da aceitação do populismo punitivista do que as altas taxas de criminalidade (Roberts et al., 2003). Por exemplo, em 2013, Honduras teve a taxa de homicídio mais alta da América Latina (84 por 100 mil pessoas) e o Chile teve a menor (3 por 100 mil). Ainda assim, em 2014, o medo do crime era maior no Chile (42,2%) do que em Honduras (38,6%) (Bonner, 2019a).

Assim, a aceitação pública do crime como principal preocupação política e o punitivismo como a solução apropriada requer que os líderes políticos e a mídia construam o problema e a solução dessa forma. As estatísticas de crime podem ser selecionadas para reforçar esta narrativa, por exemplo, escolhendo taxas de vitimização em vez de taxas de homicídio, ou escolhendo um período de tempo mais curto (por exemplo, a taxa de criminalidade pode ter aumentado desde o ano passado, mas diminuiu significativamente nos últimos dois anos).

D

O que é o populismo punitivista?

Da mesma forma, níveis mais altos de punitivismo podem ser considerados aceitáveis com base em preconceitos relacionados à identidade dos supostos criminosos. A estratégia populista também desempenha um papel em como essa história é contada.

Populismo

O populismo é um *conceito impreciso*. Tem muitos significados possíveis e às vezes carrega conotações negativas ou positivas, dependendo do governo a que se aplica e da perspectiva do usuário do termo. Tem sido aplicado a grandes movimentos liderados por indivíduos carismáticos, um movimento que emana do povo, ou simplesmente uma estratégia política ou lógica usada por todos os líderes políticos em vários graus, independentemente de eles liderarem ou representam um movimento do *povo* ou não (Laclau, 2007; Weyland, 2003).

O aspecto *populista* do populismo punitivista remete ao populismo como estratégia política. O populismo punitivista usa a estratégia populista de duas maneiras básicas. Em primeiro lugar, a estratégia envolve o líder criando o *povo*, por meio da representação retórica e simbólica de suas demandas heterogêneas, que surgiram de algum tipo de ruptura (como a implementação de políticas econômicas neoliberais). Essas demandas podem incluir uma ampla gama de preocupação de segurança relacionadas a questões como emprego precário, diminuição dos serviços sociais e aumento real ou percebido do crime. O líder conecta essas demandas díspares por meio da retórica, criando uma “cadeia de equivalências” (Laclau, 2007). Então, ele usa o que Laclau chama de “significante vazio” (uma palavra ou pessoa que simboliza as demandas do *povo*) para evocar essa cadeia de demandas como a vontade do *povo*. Um significante vazio que une essas demandas em favor do populismo punitivista pode ser uma pessoa (como o próprio líder ou uma vítima de crime) ou pode ser um conceito vago (como *segurança*, *firmeza contra o crime*, ou mesmo *o direito humano à segurança*). O significante vazio mais eficaz dependerá do contexto local.

Esses símbolos representam emoções compartilhadas, que, para o populismo punitivista, são geralmente as emoções do medo e da raiva. Com frequência, a experiência de uma vítima de crime é extrapolada como uma experiência coletiva, não uma exceção. Por exemplo, na Argentina, Juan Carlos Blumberg, cujo filho Axel foi sequestrado e morto em 2004, pelo menos inicialmente, simbolizava “a verdadeira voz da maioria silenciosa” (de Vedia, 2004). O populismo punitivista, então, oferece soluções simples que apelam ao nosso desejo de ordem e vingança (Valverde, 2006). Ele fornece um escape para nossa agressão reprimida e embasa a solução em ideias tradicionais de moralidade, não de racionalidade (Hall et al.,

1978; Lakoff, 2002; Matravers & Maruna, 2005). É afeito a rupturas quando, muitas vezes, enquadra a vontade do povo como “a velha ordem institucional é ineficaz; a nova ordem vai resolver a insegurança”.

O líder político confirma o significante vazio como a vontade do povo a partir da retórica e, às vezes, por meio de referências às pesquisas de opinião pública e aos resultados eleitorais como evidência (Weyland, 2003). Por exemplo, no Chile, o presidente Piñera formulou seu plano de segurança de 2020 como uma resposta à opinião pública. Afirmou: “o crime é uma das principais preocupações das famílias chilenas e, por isso, é também uma das principais prioridades de nosso governo” (Gobierno de Chile, 2020, p. 9).

Em segundo lugar, o líder populista punitivista usa a retórica para dividir a sociedade em dois grupos irreconciliáveis, geralmente *cidadãos* e *criminosos*. Isso une o *povo* ou *cidadãos* contra um inimigo comum. Da mesma forma, os populistas punitivistas dividem os líderes políticos em grupos binários e de soma zero: aqueles que são *duros com o crime* e aqueles que são *brandos com o crime*. Eles enquadram esses últimos como pessoas que se preocupam mais com os *criminosos* do que com o *povo*. O presidente da Argentina Carlos Menem (1989-1999) articulou essa divisão claramente: “Acredito que haja mais proteção para os criminosos do que a polícia ou o povo [*gente*]” (“Menem: No Queda Otra”, 1998, para. 1).

Em suma, a identificação do problema do crime e o proselitismo do aumento da punição como a solução envolve uma política de comunicação que se baseia na estratégia populista e é incorporada a sistemas de mídia específicos. Em qualquer democracia, o significado acordado da violência ou da punição legítima e a quem se aplica surgem por meio do diálogo. Os líderes políticos, os juízes, os policiais e alguns membros da sociedade civil podem oferecer argumentos a favor de níveis mais altos de punição, que são então aceitos ou contestados por aqueles que preferem níveis mais baixos de punição e violência.

Esses debates ocorrem nas assembleias legislativas, nos tribunais e nas ruas, mas são ampliados para discussão entre o público em geral (que fornece feedback sobre as decisões políticas) por meio da mídia de massa. Por sua vez, as posições dominantes encontradas nos meios massivos são muitas vezes consideradas a opinião pública e podem se tornar influentes na formulação de políticas. Como Habermas (2006) argumenta, idealmente esse debate ocorreria em uma mídia autorregulada e independente e com uma sociedade civil inclusiva que empoderasse os cidadãos cujas vozes são ouvidas nessa mídia. Ainda assim, na prática, a maioria dos sistemas de mídia não oferece tal fórum para o debate político. Em mercados de mídia privatizados e desregulamentados, as práticas jornalísticas tendem a favorecer vozes punitivistas.

D

O que é o populismo punitivista?

OS SISTEMAS DE MÍDIA E O POPULISMO PUNITIVISTA

Os sistemas de mídia moldam quais questões definem a agenda pública, bem como quais vozes são ouvidas e como nos debates sobre as políticas públicas e na tomada de decisões. Na ciência política, os estudiosos da democratização muitas vezes celebram os mercados de mídia privatizados e desregulamentados como equivalentes a uma *mídia livre* e os justapõem a uma mídia autoritária controlada pelo Estado (Diamond, 1999; Levitsky & Way, 2002). No entanto, os estudiosos dos estudos de mídia detalham uma série de maneiras diferentes como os países democráticos organizaram suas mídias (Guerrero, 2014; Hallin & Mancini, 2004), algumas das quais se aproximam mais do ideal democrático de Habermas (2006) do que outras. Além disso, muitos estudos têm apontado os limites que o mercado impõe à mídia como uma ameaça significativa à democracia (Entman, 1989; Guardino, 2019; Habermas, 2006). Na América Latina, esses limites de mercado estão entrelaçados com os legados do autoritarismo (determinando quais empresas de mídia se beneficiaram com a privatização e a desregulamentação) e do clientelismo, que juntos afetam como os incentivos de mercado se manifestam na prática (Bonner, 2019a; Guerrero, 2014).

Nas décadas de 1980 e 1990, muitos países ao redor do mundo começaram a privatizar a mídia que permanecia controlada pelo Estado, a reduzir ou eliminar subsídios para alguns veículos de comunicação e a desregulamentar a propriedade da mídia e as regras de conteúdo (Bonner, 2019a; Guardino, 2019). Especificamente, a desregulamentação incluiu a remoção de restrições sobre quantos veículos um conglomerado de mídia poderia possuir, regulações geográficas sobre propriedade, limites sobre grupos de mídia que possuem outros tipos de negócios, propriedade em formatos de mídia diversos, propriedade estrangeira e publicidade, e leis sobre conteúdo, como as que estipulavam conteúdo de notícias locais ou diversidade de perspectivas políticas. Em muitos países, isso levou a um aumento na concentração da propriedade da mídia e a uma mudança nas práticas jornalísticas¹. Juntas, como as seções a seguir detalham, essas mudanças têm favorecido vozes punitivistas, aumentando a importância do crime como uma questão política, diminuindo o papel da mídia na *accountability* política e homogeneizando a voz do público como punitivista.

¹Embora a mídia social tenha causado algumas rupturas na concentração da mídia e no fluxo de notícias, ela não está totalmente separada da mídia massiva e reflete os sistemas desregulamentados com base no mercado em que surgiu (Bonner, 2019a; Guardino, 2019; Valenzuela et al., 2017).

Para os fins deste artigo, trato-a como parte da mídia de massa.

A proeminência do crime

Como Habermas (2006) argumenta, a “colonização da esfera pública por imperativos de mercado” envolve “redefinir a política em categorias de mercado” (p. 422). Em particular, “as questões do discurso político são assimiladas e absorvidas pelos

modos e conteúdos do entretenimento” (p. 422). O crime é um exemplo quintessencial de notícia como entretenimento.

As narrativas criminais sempre fizeram parte das notícias. No entanto, quando os mercados de mídia se tornam mais privatizados, menos subsidiados e menos regulamentados, a quantidade e a proeminência dos relatos de crimes aumentam. Por exemplo, na Argentina, a privatização e a desregulamentação dos meios de comunicação de massa começaram em 1989, com a Lei da Reforma do Estado (23.696/1989), e se expandiram lentamente ao longo da década de 1990 até 2003 (Bonner, 2019a). A análise de Fernández Roich (2017) da mídia descobriu que, a partir de 1995, o crime começou a ocupar cada vez mais espaço nos noticiários do horário nobre. De fato, muitos jornalistas que cobrem crimes relataram ter visto seu trabalho sair das últimas páginas dos jornais e do fim dos segmentos de notícias para se tornarem reportagens de destaque (entrevistas da autora). Da mesma forma, no Chile, o governo Pinochet privatizou e desregulamentou a mídia no fim do regime e com a democracia, em 1990, o crime ocupou lugar de destaque nas notícias. Embora a *segurança cidadã* tenha se consolidado como tema dominante das notícias entre 1991 e 1995, em 1996 foi o segundo tópico de notícias mais noticiado (Ramos & Guzmán de Luigi, 2000) e em 2002 foi o tópico noticioso mais abordado nos canais de TV abertos (Spencer Espinosa, 2005).

As reportagens de crime fornecem o drama clássico de mocinhos e bandidos. Eles atraem grandes públicos a um custo baixo. Além disso, a polícia garante um fornecimento constante de casos que preenchem a crescente demanda por notícias da TV 24 horas (a partir da década de 1990) e notícias da internet e mídias sociais (a partir da década de 2000). Em países como a Argentina, onde o clientelismo e a polarização política se cruzaram com essas mudanças nas estruturas e práticas da mídia, o noticiário criminal proporcionou um meio tanto de aumentar os lucros quanto de criticar a oposição. O aumento da quantidade e da proeminência das notícias torna o crime e a insegurança uma questão de definição de agenda à qual os líderes políticos precisam responder. Sua repetição ao longo do tempo leva o público a usar o crime como uma medida da eficácia dos líderes políticos ao votar. Isso, então, aumenta a preocupação dos líderes políticos sobre como suas políticas a respeito da criminalidade (ou a falta delas) serão apresentadas na mídia, contribuindo para a mediatização da formulação de políticas públicas sobre o crime (políticas sobre o tema escolhidas a partir de como serão apresentadas na mídia).

Dada a importância do crime como uma via para obter cobertura da mídia massiva e apoio público, não é surpreendente que um número crescente de políticos candidatos faça do controle da criminalidade parte importante de suas campanhas. Os populistas punitivistas então usam o crime como um significante vazio que une o *povo* contra o outro criminoso. Na Argentina, em 1999, vozes duras contra

o crime dominaram os noticiários (Fernández Roich, 2017) e Seri e Kubal (2019) revelam uma mudança subsequente nas políticas públicas de 2001 a 2012 em favor de políticas públicas rígidas contra a criminalidade.

Responsabilização

Idealmente, a retórica e as políticas populistas punitivistas precisam ser responsabilizadas por suas consequências. Certamente, alguns estudiosos argumentam que, devido à natureza emocional das políticas criminais, elas devem ser removidas do debate público (Schumpeter, 1943/2003; Tonry, 2007). No entanto, é melhor que os debates sobre políticas criminais permaneçam públicos, a fim de evitar uma potencial reação das pessoas que podem sentir que suas preocupações estão sendo ignoradas. Também é essencial que os atores políticos sejam responsabilizados pelas ideias que expressam em tais debates e suas consequências. Ainda que seja possível para os líderes políticos, os atores estatais e a sociedade civil responsabilizarem os populistas punitivistas, se suas vozes não forem ouvidas ou forem silenciadas na mídia de massa, o peso dessas vozes na tomada de decisões de políticas públicas é muitas vezes diminuído (Bonner, 2019a; Guardino, 2019).

O jornalismo investigativo é um meio central para que a retórica e as políticas populistas punitivas possam ser responsabilizadas. Os jornalistas que dedicam muito tempo a uma matéria e usam muitas fontes diferentes estarão em melhor posição para expor as consequências da retórica e das políticas populistas punitivistas, exigindo respostas e, se necessário, identificando e exigindo que se efetive a punição adequada. Na Argentina, na década de 1990, houve um florescimento do jornalismo vigilante que publicou em manchetes muitas matérias da violência policial e corrupção (Bonner, 2019a; Waisbord, 2000). Isso conteve a retórica punitivista do presidente Menem e contribuiu para importantes reformas policiais da notoriamente violenta Polícia Provincial de Buenos Aires em 1998-1999 e 2004-2007. Essas reformas foram possíveis devido, em parte, a quase uma década de cobertura crítica e investigativa da violência policial e da corrupção (que levou o público a ver a reforma policial como necessária), combinada com, em cada caso, um incidente dramático de violência policial.

No entanto, o jornalismo investigativo é caro. Custa dinheiro dedicar um jornalista à investigação e há muitas vezes custos associados ao próprio trabalho (como tempo e viagens). Quando os sistemas de mídia se tornam mais baseados no mercado, com menos envolvimento do estado na regulamentação, propriedade ou subsídios, os meios de comunicação procuram aumentar sua capacidade de gerar lucros. Embora o jornalismo investigativo possa atrair público, as matérias de crime que enfatizam o drama também podem, e são muito mais baratas. As reportagens

de crimes que contam com a polícia e as vítimas como fontes primárias são particularmente econômicas, pois um jornalista pode produzir muitas dessas histórias rapidamente e com baixo custo.

Desse modo, como observado anteriormente, o jornalismo investigativo na Argentina começou a declinar no final da década de 1990, com uma queda significativa após a crise econômica de 2001. A cobertura do crime tornou-se mais abundante, episódica e visual. Por exemplo, um ex-editor da seção policial do *Clarín* (o diário nacional mais vendido da Argentina), que supervisionou muitas reportagens investigativas sobre violência policial e corrupção na década de 1990, observou que houve uma reformulação do jornal por volta de 2001/2002 que reduziu o número de palavras por artigo e aumentou a importância das fotografias, uma prática típica do jornalismo tabloide (entrevista da autora). Ele e outros jornalistas notaram uma diminuição significativa no interesse do jornal por matérias sobre violência policial ou corrupção.

Assim, enquanto os governos conseguiam realizar reformas policiais na Polícia Provincial de Buenos Aires durante esse período, com a ajuda da cobertura crítica anterior da polícia, outros líderes políticos estavam ganhando crescente cobertura da mídia por suas políticas duras contra o crime. Isso contribuiu para o desmantelamento de muitas das reformas feitas na Polícia Provincial de Buenos Aires pelos governos subsequentes após cada período reformista. Mais do que reverter as reformas, os governos posteriores buscaram políticas públicas cada vez mais punitivistas. Por exemplo, um chefe de comunicação provincial explicou que o governador Daniel Scioli (2007-2015) decretou uma emergência de segurança na província em 2014, com o objetivo de aumentar rapidamente o número de policiais nas ruas para mostrar que o governo estava respondendo ao medo da criminalidade dos cidadãos (entrevista da autora). As matérias noticiosas não prestavam mais atenção às consequências de tais políticas em termos de violência e corrupção policial.

Da mesma maneira, jornalistas no Chile falaram da falta de interesse dos veículos de massa em matérias investigativas sobre delitos da polícia. Eles explicaram que existem oportunidades ocasionais para escrever tais matérias, mas as descreveram como excepcionais. Mais comumente, os jornalistas confiam na polícia como sua principal fonte para as narrativas criminais, às vezes corroboradas pelas observações das vítimas ou promotores públicos (especialmente se eles estiverem na cena do crime). Assim, as perspectivas da polícia fornecem o enquadramento para a maioria das matérias de crime.

A pressão sobre os jornalistas para produzirem mais matérias com maior frequência, exacerbada pelos noticiários de TV 24 horas por dia e pela internet (incluindo as mídias sociais), também os torna mais suscetíveis a reproduzir materiais de relações públicas (RP) acriticamente. Como os estudiosos de RP reconhecem,

as RP não são necessariamente ruins para a democracia, desde que, quando as utilizam, os jornalistas verifiquem as informações fornecidas com outras fontes para garantir sua veracidade e identificar outras perspectivas possíveis. Não verificadas, as RP beneficiam os atores políticos com os recursos para produzir material constantemente e com alta qualidade (por exemplo, Moloney, 2006; Molotch & Lester, 1974). As consequências disso são particularmente impressionantes no Chile.

Ao contrário da Argentina, onde os jornalistas confiam menos na polícia como fonte e mais nas vítimas de crimes e nos tribunais, no Chile a polícia é a principal fonte das notícias. Por sua vez, os *carabineros* (a única polícia uniformizada do Chile) têm um departamento de comunicação sofisticado e bem financiado. O departamento trabalha proativamente para administrar sua imagem por meio do gerenciamento cuidadoso de entrevistas, fornecendo *press releases* e artigos bem escritos, bem como imagens de alta qualidade e clipes de áudio preparados para o uso dos jornalistas (Bonner, 2019a). Uma vez que muitos veículos massivos se apoiam nas regulares e abundantes notícias de crimes e os jornalistas têm pouco tempo para produzir muitas matérias, há poucos incentivos para os jornalistas buscarem outras perspectivas ou questionarem os enquadramentos das notícias oferecidos pela polícia (Bonner, 2019a).

Nessas circunstâncias, reduzir o populismo punitivista não quer dizer necessariamente silenciar ou excluir essas vozes. Em vez disso, é importante para a democracia que uma pluralidade de vozes seja ouvida e que as ideias populistas punitivistas sejam relacionadas às suas consequências. Mudanças nas estruturas da mídia reduziram as possibilidades de os jornalistas amplificarem vozes críticas ou investigarem as consequências da retórica e das políticas punitivistas.

A homogeneização da opinião pública

Para os populistas punitivistas, a opinião pública é central. É o que dá legitimidade às suas ideias como as noções de *povo*. No entanto, a opinião pública raramente é uniforme. Idealmente, os meios de comunicação de massa fornecem uma plataforma para uma pluralidade de perspectivas serem debatidas, especialmente em questões contenciosas, e, como resultado desse debate público, uma posição mais unificada sobre a questão pode ser comunicada aos líderes políticos para ser considerada nas decisões sobre as políticas administrativas. No entanto, nem todas as vozes são ouvidas na mídia de massa. Em alguns sistemas de mídia, os subsídios e as regulamentações estatais são estabelecidos para garantir que um maior leque de vozes seja ouvido, além do que seria normalmente lucrativo. Onde o lucro, acima de objetivos ou políticas democráticas, estrutura o sistema de mídia, então, os jornalistas são pressionados a utilizar representantes em termos de opinião pública (que são

rápidos) em vez de usar uma ampla variedade de fontes com diferentes perspectivas (o que é demorado). Os representantes mais comuns, especialmente em questões criminais, são as pesquisas de opinião pública e as vozes seletivas dos cidadãos ou da sociedade civil. Ambos os representantes desse tipo tendem a homogeneizar a opinião pública como punitivista.

As pesquisas de opinião pública têm crescido em popularidade nas últimas décadas e são de qualidade variável. As pesquisas deliberativas de alta qualidade fazem com que os entrevistados se reúnam em pequenos grupos, onde recebem informações, podem fazer perguntas e discutir as ideias antes de responder à pesquisa. Esses levantamentos são caros, demorados e raramente efetuados. Na maioria das vezes, as pesquisas de opinião pública reproduzidas na mídia de massa são rápidas e baratas. Eles não fornecem informações aos entrevistados ou oportunidades para que façam perguntas ou discutam. Como resultado, a maioria das pesquisas reflete as impressões dos entrevistados, em vez de opiniões informadas. Essas impressões podem vir da experiência pessoal, mas são mais frequentemente derivadas dos meios massivos. Assim, as pesquisas de opinião pública têm uma relação circular com esses meios que, quando as práticas midiáticas favorecem vozes punitivistas, podem reforçar a popularidade de ideias punitivistas. Na verdade, as pesquisas deliberativas têm mostrado que as pessoas são menos punitivistas do que as pesquisas populares sugerem (Green, 2008).

As pesquisas de opinião pública, como representação da opinião pública, são utilizadas com notável frequência no Chile. Embora tenham começado a ser usadas na década de 1950 no país, sua frequência e uso público aumentaram significativamente quando especialistas em marketing foram trazidos para ajudar no plebiscito de 1988. Com a democracia e a expansão das relações públicas no Chile, as pesquisas de opinião pública tornaram-se mais frequentes e divulgadas na mídia (Cordero, 2009). Por exemplo, entre 1957 e 1989, 153 pesquisas foram realizadas (a maioria na época do plebiscito). Em contrapartida, foram realizadas 845 de 1990 a 2006 (Cordero, 2009). Embora desde 1999 a mídia faça cada vez mais suas próprias pesquisas, a maioria é conduzida por fundações ou centros de pesquisa com fundos suficientes para produzi-las.

Em termos do populismo punitivista, dois tipos de levantamentos de opinião foram particularmente significativos. Primeiro, as pesquisas de vitimização, especialmente aquelas produzidas pelo *think tank* conservador Paz Ciudadana (Paz Cidadã), divulgadas regularmente. Essas pesquisas perguntam às pessoas se elas foram vítimas de um crime. Ao contrário da maioria das pesquisas de vitimização, as conduzidas pelo Paz Ciudadana incluem tanto os crimes quanto as tentativas de crimes (Dammert, 2009). Quando publicadas com frequência na mídia de massa, elas parecem confirmar que o crime é uma preocupação importante de política

D

O que é o populismo punitivista?

pública. Em segundo lugar, as pesquisas anuais de opinião pública, publicadas na mídia de massa, pedem aos entrevistados que avaliem a confiança que têm em diferentes instituições. Esses levantamentos classificaram repetidamente os *carabineros* como a primeira ou uma das principais instituições nas quais os chilenos têm mais confiança. Essas pesquisas são usadas para reforçar a legitimidade da polícia e seu relativo poder político em comparação com os líderes políticos que têm classificação muito mais baixa nessas sondagens.

Para personalizar as histórias (e adicionar drama), os jornalistas com pouco tempo e recursos também usam entrevistas com vítimas de crime ou organizações da sociedade civil voltadas para a segurança como representantes da opinião pública. As vítimas de crime são especialmente convenientes porque muitas vezes estão na cena do crime ou têm páginas de Facebook de fácil acesso. Também oferecem mais drama do que as organizações da sociedade civil voltadas para a segurança. Os jornalistas que dependem da produção regular e abundante de narrativas criminais fornecidas pela polícia também reconhecem que essas fontes geralmente reforçam (em vez de confrontar) a perspectiva policial, portanto, não ofendem uma importante fonte de notícias diárias. Além disso, o público é convidado a se identificar com a vítima, o que os populistas punitivistas podem usar como o significante vazio que une *cidadãos* contra *criminosos* (Laclau, 2007).

Por exemplo, na Argentina, a confiança dos jornalistas e do público na polícia é muito menor do que no Chile. Assim, a maioria dos jornalistas que cobre notícias criminais observou que as vítimas de crimes são fontes importantes e, muitas vezes, centrais para suas histórias. O caso de Juan Carlos Blumberg é emblemático de como tal cobertura contribui para a construção de um apoio homogêneo da opinião pública para medidas duras contra o crime. Em março de 2004, o filho de 23 anos de Blumberg, Axel, foi sequestrado e assassinado. Caindo na esteira de outros sequestros midiáticos semelhantes, Blumberg recebeu um palanque midiático significativo para expressar sua dor em público e mobilizar centenas de milhares de pessoas em uma série de protestos exigindo maior segurança por meio de políticas duras contra o crime. O diário nacional argentino *La Nación* descreveu o primeiro desses protestos como “a verdadeira voz da maioria silenciosa” (de Vedia, 2004). Embora muitas pessoas nesses protestos estivessem preocupadas com a segurança, elas não necessariamente viam o punitivismo como a resposta (entrevistas da autora). No entanto, a voz de Blumberg foi usada para representar a opinião pública e o presidente Néstor Kirchner respondeu a esta construção da opinião pública aprovando três duras leis contra os crimes em abril daquele ano. É particularmente interessante neste caso que, se tivessem se aprofundado na notícia e diversificado suas fontes, os jornalistas teriam descoberto (como foi revelado pelos tribunais quase uma década depois) que a Polícia Federal Argentina, incluindo

membros da instituição Brigada Antissequestro, estiveram envolvidos no sequestro e assassinato de Axel (“Caso Axel”, 2014; Guerrero, 2013). Assim, ao usar as vítimas de crime como representantes da opinião pública, a sua dor e o desejo compreensível de vingança são amplificados, favorecendo respostas punitivistas que podem não ter efeito na redução do crime ou possivelmente até aumentem a criminalidade e os abusos de direitos humanos, dando à polícia, que pode estar envolvida no crime, maiores poderes com menos controle.

UMA TIPOLOGIA DO POPULISMO PUNITIVISTA: AUTORITÁRIO, CONFLITANTE E RESPONSÁVEL

Mudanças nas estruturas e práticas da mídia foram importantes para a ascensão do populismo punitivista, mas a ideologia política dos líderes também se combinou com essas mudanças para criar diferentes tipos de populismo punitivista. Assim, baseio essa tipologia do populismo punitivista nessas duas dimensões: os sistemas de mídia e a ideologia política. As lideranças políticas de direita e de esquerda se engajam de maneira diferente com o poder da mídia para definir e enquadrar a agenda relacionada ao crime, resultando em duas formas de populismo punitivista: autoritário na direita política e conflitante na esquerda política. A seguir, desenvolvo cada um desses conceitos de segundo nível, terminando com o conceito alternativo de populismo punitivista responsável. Como acontece com todas as tipologias, esses são tipos ideais e países específicos não vão se encaixar perfeitamente em cada categoria, mas sim em gradações.

O populismo punitivista autoritário

O populismo punitivista autoritário ocorre quando os líderes políticos não apenas usam uma retórica e políticas duras contra o crime para ganhar eleições e apoio popular, mas também estão dispostos a permitir altos níveis de violência policial para esse objetivo. Os líderes podem encorajar abertamente a violência por meio de leis ou declarações públicas, como a afirmação de Bolsonaro de que “Esses caras [criminosos] vão morrer nas ruas como baratas – e é assim que deve ser” (Wyatt, 2019, para. 5); ou a violência policial pode ser ativada de forma menos ruidosa, aumentando o número de policiais nas ruas, dando mais poder a eles e diminuindo a fiscalização. É mais provável que o populismo punitivista autoritário surja em países democráticos com um sistema de mídia majoritariamente privado, relativamente não regulamentado e não subsidiado, devido à dinâmica descrita na seção anterior. Certamente, os regimes autoritários podem usar a mídia estatal ou a mídia censurada pelo Estado para unir as pessoas ao seu alcance na luta contra

um inimigo político considerado criminoso. No entanto esses regimes geralmente querem que o público acredite que eles têm o crime comum sob controle. Portanto, a cobertura da mídia sobre os crimes em regimes autoritários provavelmente será silenciada. Foi o que aconteceu no Chile de Pinochet e na Argentina durante o último regime militar (Bonner, 2019a).

Em contraste, em sistemas de mídia democráticos baseados no mercado, é muito difícil até mesmo para os governos que têm o crime sob controle fazer tal afirmação. Por exemplo, um oficial de comunicação do Ministério do Interior e Segurança do Chile explicou que, quando a mídia relata um incidente criminal, também reporta que as pessoas temem que o crime esteja aumentando. “Mas não dizemos a eles que isso não é verdade. A criminalidade é a mesma do ano passado, mas existe o medo do crime, e isso cresce. O sentimento é real, mas o resto não” (entrevista da autora). Os governos respondem a essa construção da mídia de uma opinião pública cada vez mais temerosa do crime e favorável a soluções duras contra ele, independentemente das estatísticas.

No entanto, a ideologia política também importa nas reações dos governos. Ou seja, os líderes políticos de esquerda e direita não vão necessariamente responder às construções da mídia sobre o crime e suas soluções da mesma forma. Em particular, como Bobbio (1996) argumenta, um valor intrínseco que divide a esquerda e a direita política é a questão da igualdade. Bobbio explica que a direita política vê a desigualdade socioeconômica como natural, permitindo às sociedades alcançar grandes coisas. Em termos de controle do crime, essa perspectiva aceita hierarquias de bondade que diferenciam os indivíduos e as comunidades. Ou seja, os criminosos nascem *peessoas más*, que com frequência vivem em comunidades particulares, e precisam de punição a fim de mudar seu comportamento e proteger as pessoas *boas* (Lakoff, 2002; Reiner, 2016). Como Holland (2013) descobriu em seu estudo de caso de El Salvador, os partidos políticos da direita política são frequentemente os primeiros a defender políticas duras contra o crime, especialmente se a esquerda está defendendo a proteção dos direitos humanos e a direita está dividida quanto a questões econômicas. À medida que os partidos políticos de esquerda e de direita convergem gradualmente para políticas duras contra o crime, os partidos de direita precisam encontrar maneiras de se distinguir melhor em seu território tradicional. Juntamente com uma preferência da mídia por drama e polarização, os populistas punitivistas ganham apoio e suas políticas podem se tornar cada vez mais autoritárias.

Por exemplo, na Argentina, na década de 1990, o presidente conservador Menem usou uma vívida linguagem para apoiar suas políticas duras contra o crime. Em uma entrevista em 1998, ele explicou que “O crime é uma nova forma de subversão” para a qual a resposta era “Tolerância zero. Punho de Ferro. Não há outro jeito” (“Menem: No Queda Otra”, 1998, para. 1). No entanto, de 1998 a 2012, houve uma

convergência crescente de políticas entre os principais partidos políticos adversários em favor de políticas duras contra o crime (Seri & Kubal, 2019). Em 2015, os três principais candidatos presidenciais concorreram com plataformas duras contra o crime. Essa convergência, combinada com uma preferência da mídia por vozes fortes contra o crime, provavelmente contribuiu para uma resposta ainda mais punitiva ao crime pelo presidente conservador Mauricio Macri (2015-2019) do que por Menem. Imediatamente após sua eleição, Macri alçou o crime comum à condição de emergência, decretando um Estado de Emergência de Segurança Pública (Decreto 228, 2016-2018), em que aumentou o número de policiais nas ruas e seus poderes e mobilizou os militares em funções de policiamento. A Correpi, uma organização de base com dados confiáveis sobre homicídios cometidos por policiais na Argentina, documentou 693 casos durante os dois mandatos de Menem na presidência e 1.833 durante a presidência de um mandato de Macri (Correpi, 2019).

O populismo punitivista conflitante

O populismo punitivista conflitante ocorre quando os líderes políticos usam retórica e políticas duras contra o crime para ganhar eleições e apoio popular, mas simultaneamente as combinam com retórica e políticas que defendem mudanças socioeconômicas destinadas a prevenir o crime. Alguns exemplos notáveis foram o slogan do primeiro-ministro do Partido Trabalhista do Reino Unido, Tony Blair, “Duro com o crime, duro com as causas do crime” ou a presidente socialista do Chile, Michelle Bachelet: “Como país, aprendemos que não basta administrar o crime pelo controle. Claro, temos que fazer isso, mas não é suficiente. Temos que, paralelamente, melhorar as condições de vida nos bairros, enfrentar o crime e a violência, investindo em prevenção” (Gobierno de Chile, 2014, p. 3). O populismo punitivo conflitante tem mais probabilidade de surgir em democracias com um sistema de mídia baseado no mercado (devido à dinâmica descrita anteriormente) e com líderes políticos na esquerda política.

Bobbio (1996) argumenta que a ideologia política da esquerda é definida por seu entendimento da desigualdade socioeconômica como construída socialmente, ao invés de natural. As pessoas nascem iguais, mas devido a vários fatores socioeconômicos e políticos, especialmente a distribuição do trabalho, elas se tornam desiguais. O objetivo da democracia é mudar essas estruturas políticas e socioeconômicas para que apoiem maior igualdade. Quando aplicado ao controle do crime, isso pode significar: reduzir o policiamento e aumentar os programas sociais; redefinir o crime para reduzir seu escopo e seu direcionamento injusto a certos grupos da sociedade (por exemplo, com base na classe ou racialização); ou mesmo desenvolver algumas formas de policiamento comunitário que envolvam

D

O que é o populismo punitivista?

parcerias igualitárias entre a polícia e os membros da comunidade (Arias & Ungar, 2009; Reiner, 2016).

Essas políticas não apresentam uma retórica fácil e não se alinham bem com as estruturas e práticas da mídia nos sistemas de mídia baseados no mercado. As ideias são muito complexas e não são consistentes com as vozes dominantes ouvidas nos meios de comunicação sobre as questões criminais, particularmente a polícia e as vítimas. Pior ainda, as ideias podem parecer desrespeitosas quando justapostas à dor expressa pelas vítimas do crime. Assim, nesse contexto da mídia, para ganhar eleições e apoio popular, os líderes políticos da esquerda se beneficiam da adoção de retórica e políticas rígidas sobre o crime, pelo menos em casos simbólicos (Newburn & Jones, 2005). Com o aumento da competição dos partidos de direita, a retórica da esquerda torna-se cada vez mais consistente com políticas populistas punitivistas.

Por exemplo, ao mesmo tempo que a presidente Bachelet (2006-2010; 2014-2018) enfatizou a importância das políticas preventivas, ela expandiu significativamente o número e os poderes da polícia. Em 2008, seu governo apresentou um projeto de lei, aprovado em 2017, durante seu segundo mandato (Lei 20.931), que, entre outras coisas, aumentou os poderes da polícia e diminuiu a fiscalização judicial. Atores judiciais afirmam que o projeto de lei contribuiu para um aumento nos casos de violência policial desnecessária denunciados aos tribunais militares, que mais do que dobraram, de 675 em 2004 para 1.797 em 2011 (Universidad Diego Portales, 2015). Em 2014, Bachelet também se comprometeu, por meio da Lei 20.801, a aumentar para 6 mil o número de *carabineros* em quatro anos. Com mais policiais nas ruas, há mais oportunidades de violência policial.

Exemplos semelhantes podem ser encontrados em uma ampla variedade de países, incluindo Estados Unidos, Reino Unido, El Salvador e Argentina. Por exemplo, enquanto todos os governos trabalhistas defendiam políticas socioeconômicas preventivas, o primeiro-ministro britânico Blair aprovou uma lei sobre crime e desordem, em 1998, que alguns estudiosos descrevem como repressiva (Wacquant, 2004). O presidente da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), de El Salvador, Mauricio Funes (2009-2014), introduziu uma lei punitivista contra gangues e mobilizou milhares de militares para ajudar a polícia (Lineberger, 2011). Na Argentina, a Correpí documentou 3.657 assassinatos policiais (em média, aproximadamente, 305/ano) sob os governos de Kirchner, politicamente de esquerda (2003-2015), mais do que a presidência dura contra o crime de Menem (693 mortes por policiais, com média de aproximadamente 69/ano) e mais perto (embora notavelmente menos) do número registrado sob Macri (2015-2019) (1.833 assassinatos por policiais, com média de aproximadamente 458/ano) (Correpí, 2019).

Em suma, o populismo punitivista conflitante é mais comum na esquerda política. Isso tende a suavizar a retórica dura a respeito do crime, enfatizando uma

necessidade igual de usar medidas socioeconômicas para reduzi-lo. Embora esforços de mudança socioeconômica possam ser feitos, as políticas duras contra o crime perseguidas podem ser tão punitivas quanto aquelas encontradas na direita política.

O populismo punitivista responsável

O populismo punitivista responsável ocorre quando o sistema de mídia funciona de tal forma que oferece avaliações sobre os líderes políticos que optam por usar retórica e políticas rígidas sobre o crime para ganhar eleições e apoio popular. Em particular, as estruturas e práticas de tal sistema de mídia permitirão que uma pluralidade de vozes seja ouvida a respeito do problema e das soluções para o crime. Encoraja o jornalismo que examina e debate as consequências da retórica e das políticas punitivistas, e pede respostas e punições, quando necessário. Até certo ponto, isso é um ideal. No entanto, sua maior aproximação é encontrada nos países do norte da Europa e nos objetivos de muitos movimentos democráticos de reforma da mídia na América Latina.

Green (2008) oferece um dos estudos mais evocativos que destaca como os sistemas de mídia podem afetar o populismo punitivista. Em seu livro, ele compara como a mídia cobriu os assassinatos de crianças por crianças na Inglaterra e na Noruega. Ele descobriu que os jornalistas na Inglaterra confiavam fortemente na polícia e nas vítimas como fontes de informação para as suas matérias. A cobertura noticiosa do homicídio entre crianças foi extensa, tanto em quantidade como em duração, e os enquadramentos tornaram-se cada vez mais punitivistas. A mídia situou o incidente como parte de uma onda de crimes juvenis fora de controle que exigia uma resposta punitivista, incluindo a redução da maioria penal. Em contraste, na Noruega, a polícia não foi a fonte primária e, em vez disso, os jornalistas apoiaram-se nas informações sobre o caso de provedores de serviços sociais. A notícia foi enquadrada como um trágico acidente no qual os assistentes sociais e os outros profissionais de saúde ajudaram a comunidade a se reconciliar e a prevenir tragédias semelhantes no futuro. A notícia desapareceu rapidamente dos noticiários. Nenhum palanque foi dado aos populistas punitivistas. De fato, muitos estudos mostraram que o norte da Europa, em geral, tem níveis relativamente mais baixos de populismo punitivista em comparação com os Estados Unidos ou o Reino Unido (Cavadino & Dignan, 2006; Lacey, 2008).

Enquanto o estudo de Green usa a análise do discurso, o trabalho de Hallin e Mancini (2004) sobre os sistemas de mídia revela que a cobertura contrastante das notícias está relacionada às diferentes estruturas e práticas de mídia na Inglaterra e na Noruega. A mídia de mercado da Inglaterra é semelhante à descrita anteriormente neste artigo. Hallin e Mancini (2004) chamam isso de sistema de mídia “liberal”.

Em contraste, a Noruega tem o que Hallin e Mancini chamam de sistema de mídia “corporativista democrático” (capítulo 6). Para resumir o último brevemente, no sistema corporativista democrático, a mídia é concebida como uma instituição social que contribui para a democracia; não são apenas empresas privadas. As regulações e os subsídios são usados para garantir a inclusão de vozes que são importantes para a democracia, mas não necessariamente lucrativas.

Isso é feito, por exemplo, por meio de mídias subsidiadas para determinados grupos da sociedade ou garantindo a inclusão de segmentos noticiosos sobre essas perspectivas na mídia de massa, especialmente nas emissoras públicas. Os jornalistas têm fortes associações profissionais, com a correspondente segurança trabalhista e bons salários. Há também leis de acesso à informação robustas. Nesse sistema, os jornalistas competem entre si para produzir notícias de qualidade e têm proteção legal e trabalhista para escrever as matérias como as veem, mesmo que essas histórias confrontem as perspectivas políticas de seus editores ou dos proprietários dos meios de comunicação. É claro que o norte da Europa não ficou imune às pressões globais de privatização e desregulamentação da mídia e, portanto, esse sistema não é tão vigoroso como era no passado (e nunca foi perfeito). No entanto, oferece um exemplo de como a mídia pode ser organizada de forma a conter o populismo punitivista, oferecendo uma pluralidade de perspectivas e encorajando o jornalismo investigativo e de qualidade.

Certamente, a transferência dessas práticas para outros países requer um elaborado entendimento das formas como elas podem se combinar com as práticas de mídia existentes. Na América Latina, os estudiosos chamam a atenção para a importância do clientelismo, dos legados do autoritarismo e do jornalismo de denúncia (Guerrero, 2014; Porto, 2011; Samet, 2019). Dito isso, muitos movimentos democráticos de reforma da mídia na América Latina reclamam versões das estruturas e práticas encontradas nos sistemas corporativos democráticos de mídia. Por exemplo, na Argentina, em 2004, formou-se a Coalición por una Radiodifusión Democrática, argumentando que “a comunicação é, por definição, um bem público” que é fundamental para a democracia e “é necessária uma comunicação pluralista em todos os sentidos, que reconhece a diversidade das formas, perspectivas, estética, posições políticas e ideológicas” (Coalición por una Radiodifusión Democrática, s.d., p. 3). Entre suas 21 demandas, solicitaram melhoria do acesso à informação, proteção para os jornalistas e meios de comunicação contra pressões comerciais e estatais, regulamentações para garantir a diversidade e pluralidade de perspectivas, processos acessíveis e diversificados de distribuição de licenças de radiodifusão, regulamentações para reduzir a concentração de propriedade da mídia e que “a mídia estatal deve ser pública e não governamental” (p. 7). Em 2009, a presidente Cristina Fernández de Kirchner

aprovou um pacote substancial de reforma da mídia que se baseou em muitas das ideias da coalizão. Claro, isso não se deu sem deficiências (como a continuidade do controle governamental na alocação da publicidade estatal) e muitos de seus objetivos não foram atingidos (Becerra, 2015). No entanto, abriu um debate sobre como a mídia está organizada e as consequências para a democracia (embora na Argentina essa discussão seja politicamente muito polarizada).

No Chile, os clamores pela reforma da mídia fizeram parte das muitas demandas dos manifestantes durante a Revolta Social que começou em outubro de 2019. Essas demandas não são novas. Há frequentes críticas a como o sistema de mídia do Chile favorece vozes duras contra o crime (Dastres et al., 2005; Ramos & Guzmán de Luigi, 2000) e seus defensores pedem mudanças. Por exemplo, o ex-presidente da Associação de Jornalistas (Colegio de Periodistas), Javiera Olivares (2015-2017), pediu uma reforma estrutural do sistema de mídia do Chile que incluía melhor acesso à informação, redução da concentração da mídia e regulamentações que

amplifiquem a diversidade [da mídia] e resguardem seu caráter público, e o incentivo e fortalecimento da mídia do chamado terceiro setor, local, social e sem fins lucrativos, porque se existir essa regulamentação teremos uma mídia mais livre, mais responsável e até mais a serviço da democracia e dos direitos das pessoas. (“Colegio de Periodistas”, 2016, para. 3)

Em resumo, combater o populismo punitivista, idealmente, não deveria envolver o silenciamento dessas vozes. Em vez disso, o debate democrático exige sua inclusão, mas também que as ideias e suas consequências sejam examinadas em relação a outras ideias e responsabilizadas. Os sistemas de mídia são importantes para a forma como esses debates públicos ocorrem e para a probabilidade do surgimento de um populismo punitivista responsável.

CONCLUSÃO

O populismo punitivista representa um desafio significativo para o controle eficaz do crime e para a proteção dos direitos humanos. Por esse motivo, é importante não rejeitar preventivamente a aplicabilidade do termo a alguns governos em detrimento de outros, mas, em vez disso, refinar o conceito para melhor captar as dinâmicas que contribuem para as diferentes manifestações da estratégia política. A tipologia apresentada aqui aponta três formas: autoritária, conflitante e responsável. Ao fazer isso, o artigo destaca o importante papel dos sistemas de mídia e da ideologia política. Os conceitos de nível secundário nos permitem ajustar nossa compreensão da prática e gerar novas questões de pesquisa.

D

O que é o populismo punitivista?

Por exemplo, a ideologia política nos permite diferenciar entre populismo autoritário e punitivista conflitante. Usando essa tipologia, a pesquisa poderia comparar os dois tipos de populismo punitivista para entender melhor como eles interagem entre si. Essa pesquisa poderia verificar se existem estratégias comunicativas que permitiriam aos populistas punitivistas conflitantes reduzir o punitivismo dos populistas punitivistas autoritários ou se a relação é sempre inversa.

A tipologia também convida a uma análise mais detalhada do papel dos diferentes sistemas de mídia em várias formas de populismo punitivista. Pesquisas futuras podem explorar como os líderes de esquerda enfrentam os desafios e possibilidades de comunicar a necessidade de políticas preventivas socioeconômicas em sistemas de mídia com base no mercado. Da mesma forma, a pesquisa pode revelar quando e como os movimentos para mudar os sistemas de mídia de uma maneira mais favorável ao populismo punitivista responsável são bem-sucedidos. Ou, mais modestamente, a pesquisa poderia identificar as possibilidades e limitações para os jornalistas perseguirem o populismo punitivista responsável em sistemas de mídia baseados no mercado e se tais esforços encorajam os populistas punitivistas conflitantes a se afastarem do punitivismo.

Em suma, a tipologia aqui oferecida visa abrir um debate. Ele encoraja os pesquisadores a irem além do populismo punitivista como uma estratégia política (sua definição central) para explorar as várias maneiras como a estratégia se combina com os sistemas de mídia e a ideologia política para produzir diferentes manifestações e incentivos para seu uso. ■

REFERÊNCIAS

- Arias, E. D., & Ungar, M. (2009). Community policing and Latin America's citizen security crisis. *Comparative Politics*, 41(4), 409-429. <https://doi.org/10.5129/01041509X12911362972476>
- Becerra, M. (2015). Transgresión, propaganda, convergencia y concentración. El sistema de medios en el kirchnerismo. In C. Gervasoni & E. Peruzzotti (Eds.), *¿Década ganada? Evaluando el legado del kirchnerismo* (pp. 89-111). Random House Mondadori.
- Bobbio, N. (1996). *Left and right: The significance of a political distinction*. University of Chicago Press.
- Bonner, M. D. (2014). *Policing protest in Argentina and Chile*. Lynne Rienner (First Forum).
- Bonner, M. D. (2019a). *Tough on crime: The rise of punitive populism in Latin America*. Pittsburgh University Press.

- Bonner, M. D. (2019b). What democratic policing is... And is not. *Policing and Society*, 30(9), 1044-1060. <https://doi.org/10.1080/10439463.2019.1649405>
- Bottoms, A. E. (1995). The philosophy and politics of punishment and sentencing. In C. Clark & R. Morgan (Eds.), *The politics of sentencing reform* (pp. 17-49). Clarendon Press.
- Caso Axel, el encubrimiento. (2014, 22 de setembro). *Página/12*. <https://bit.ly/3ulwaJ0>
- Cavadino, M., & Dignan, J. (2006). Penal Policy and Political Economy. *Criminology and Criminal Justice*, 6(4), 435-456. <https://doi.org/10.1177/1748895806068581>
- Coalición por una Radiodifusión Democrática. (s.d.). *Hacia un nueva Ley de Radiodifusión: 21 puntos básicos por el derecho a la comunicación*. <https://bit.ly/32hAddh>
- Colegio de Periodistas de Chile: 'Urge un Ley de Medios para Chile'. (2016, 3 de maio). *El Desconcierto*. <https://bit.ly/2PAhC9p>
- Cordero, R. (2009). Dígallo con números: La industria de la opinión pública en Chile. In R. Cordero (Ed.), *La sociedad de la opinión: Reflexiones sobre encuestas y cambio político en democracia* (pp. 69-92). Ediciones Universidad Diego Portales.
- Correpi. (2019). *Informe de la situación represiva nacional*, (24). <https://bit.ly/3djqcCI>
- Dammert, L. (2009). ¿Falsa alarma? Temor, crimen y opinión pública en Chile. In R. Cordero (Ed.), *La sociedad cambio político en democracia* (pp. 225-250). Ediciones Universidad Diego Portales.
- Dastres, C., Spencer, C., Muzzopappa, E., & Sáez, C. (Eds.). (2005). *La construcción de noticias sobre seguridad ciudadana en prensa escrita y television. ¿Posicionamiento, distorsión o comprensión?* Centro de Estudios en Seguridad Ciudadana.
- Davenport, C., McDermott, R., & Armstrong, D. (2018). Protest and police abuse: Racial limits on perceived accountability. In M. D. Bonner, G. Seri, M. R. Kubal, & M. Kempa (Eds.), *Police abuse in contemporary democracies* (pp. 165-192). Palgrave Macmillan.
- de Vedia, B. (2004, 2 de abril). La verdadera voz de la mayoría silenciosa. *La Nación*. <https://bit.ly/3rQHNGb>
- Diamond, L. (1999). *Developing democracy: Toward consolidation*. Johns Hopkins University Press.
- Entman, R. M. (1989). *Democracy without citizens: Media and the decay of American politics*. Oxford University Press.
- Fernández Roich, C. (2017). *Media and crime in Argentina: Punitive discourse during the 1990s*. Palgrave Macmillan.
- Goertz, G. (2006). *Social science concepts: A user's guide*. Princeton University Press.
- Gobierno de Chile. (2014, 19 de agosto). *Discurso de S.E. La Presidenta de la República, Michelle Bachelet, En Lanzamiento de plan nacional de seguridad pública y*

- prevención de la violencia y el delito: Seguridad para todos* [Comunicado de prensa]. <https://bit.ly/3fMhRJv>
- Gobierno de Chile. (2020, 28 de maio). *Presidente Sebastián Piñera y nuevo plan de seguridad: “La delincuencia es una de las principales preocupaciones de las familias chilenas y de nuestro Gobierno”*. <https://bit.ly/3mnpIhF>
- Green, D. A. (2008). *When children kill children: Penal populism and political culture*. Oxford University Press.
- Guardino, M. (2019). *Framing inequality: News media, public opinion, and the neo-liberal turn in U.S. public policy*. Oxford University Press.
- Guerrero, A. (2013). *La federal: La trama policial detrás del delito, la inseguridad y el miedo*. Sudamericana.
- Guerrero, M. A. (2014). The ‘captured liberal’ model of media systems in Latin America. In M. A. Guerrero & M. Márquez-Ramírez (Eds.), *Media systems and communication policies in Latin America* (pp. 43-65). Palgrave MacMillan.
- Habermas, J. (2006). Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, 16(4), 411-426. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x>
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1978). *Policing the crisis: Mugging, the state, and law and order*. MacMillan.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2004). *Comparing media systems: Three models of media and politics*. Cambridge University Press.
- Harkin, D. (2015). Police legitimacy, ideology and qualitative methods: A critique of procedural justice theory. *Criminology and Criminal Justice*, 15(5), 594-612. <https://doi.org/10.1177/1748895815580397>
- Holland, A. C. (2013). Right on crime? Conservative party politics and *mano dura* policies in El Salvador. *Latin American Research Review*, 48(1), 44-67. <https://bit.ly/3mhTl3U>
- Lacey, N. (2008). *The prisoners’ dilemma: Political economy and punishment in contemporary democracies*. Cambridge University Press.
- Laclau, E. (2007). *On populist reason*. Verso.
- Lakoff, G. (2002). *Moral politics: How liberals and conservatives think*. University of Chicago Press.
- Levitsky, S., & Way, L. (2002). The rise of competitive authoritarianism. *Journal of Democracy*, 13(2), 51-65. <https://doi.org/10.1353/jod.2002.0026>
- Lineberger, K. P. (2011). The United States-El Salvador extradition treaty: A dated obstacle in the transitional war against Mara Salvatrucha (MS-13). *Vanderbilt Journal of Transitional Law*, 44(1), 187-216.

- Loftus, B. (2007). Policing the ‘irrelevant’: Class, diversity and contemporary police culture. In M. O’Neill, M. Marks, & A-M. Singh (Eds.), *Police occupational culture: New debates and directions* (pp. 181-204). Elsevier. [https://doi.org/10.1016/S1521-6136\(07\)08007-4](https://doi.org/10.1016/S1521-6136(07)08007-4)
- Matravers, A., & Maruna, S. (2005). Contemporary penality and psychoanalysis. In M. Matravers (Ed.), *Managing modernity: Politics and the culture of control* (pp. 118-144). Routledge.
- Menem: No queda otra salida que la mano dura frente a la inseguridad. (1998, 13 de setembro). *Clarín*. <https://bit.ly/3wthkBS>
- Moloney, K. (2006). *Rethinking Public Relations: PR, propaganda and democracy*. Routledge.
- Molotch, H., & Lester, M. (1974). News as purposive behavior: On the strategic use of routine events, accidents, and scandals. *American Sociological Review*, 39(1), 101-112. <https://doi.org/10.2307/2094279>
- Newburn, T., & Jones, T. (2005). Symbolic politics and penal populism: The long shadow of Willis Horton. *Crime, Media, Culture*, 1(1), 72-87. <http://doi.org/10.1177/1741659005050272>
- Phillips, T. (2019, 6 de agosto). Jair Bolsonaro says criminals will ‘die like cockroaches’ under proposed new laws. *The Guardian*. <https://bit.ly/31L7GfF>
- Porto, M. (2011). The media and political accountability. In T. J. Power & M. M. Taylor (Eds.), *Corruption and democracy in Brazil: The struggle for accountability* (pp. 103-126). University of Notre Dame Press.
- Ramos, M., & Guzmán de Luigi, J. A. (2000). *La guerra y la paz ciudadana*. LOM.
- Reiner, R. (2016). *Crime*. Polity.
- Rivas Molina, F. (2018, 5 de dezembro). Argentina reduce los límites de la policía para disparar. *El País*. <https://bit.ly/2PTS2wb>
- Roberts, J. V., Stalans, L. J., Indermaur, D., & Hough, M. (2003). *Penal populism and public opinion: Lessons from five countries*. Oxford University Press.
- Roché, S. (2007). Criminal justice policy in France: Illusions of severity. *Crime and Justice*, 36(1), 471-550. <https://doi.org/10.1086/592813>
- Rodrigo Duterte’s lawless war on drugs is wildly popular. (2020, 22 de fevereiro). *The Economist*. <https://econ.st/3rKM7Xv>
- Samet, R. (2019). *Deadline: Populism and the press in Venezuela*. University of Chicago Press.
- Schumpeter, J. (2003). *Capitalism, socialism and democracy*. Routledge. (Obra original publicada em 1943)
- Seri, G., & Kubal, M. R. (2019). How policy field are born: The rise of democratic security in Argentina. *Journal of Latin American Studies*, 51(1), 137-161. <https://doi.org/10.1017/S0022216X18000354>

D

O que é o populismo punitivista?

- Spencer Espinosa, C. (2005). Análisis estadístico descriptivo de las noticias de seguridad en televisión abierta. In C. Dastres, C. Spencer Espinosa, E. Muzzopappa, & C. Sáez (Eds.), *La construcción de noticias sobre seguridad ciudadana en prensa escrita y televisión. ¿Posicionamiento, distorsión o comprensión?* (pp. 129-178). Centro de Estudios en Seguridad Ciudadana.
- Super, G. J. (2016). Punishment, violence and grassroots democracy in South Africa: The politics of populist punitiveness. *Punishment and Society*, 18(3), 325-345. <https://doi.org/10.1177/1462474516645685>
- Tonry, M. (2007). Determinants of penal policies. *Crime and Justice*, 36(1), 1-48. <https://doi.org/10.1086/518582>
- Universidad Diego Portales, Centro de Derechos Humanos. (2015). *Informe anual sobre derechos humanos en Chile 2015*. Ediciones Universidad Diego Portales.
- Valenzuela, S., Piña, M., & Ramírez, J. (2017). Behavioral effects of framing on social media users: How conflict, economic, human interest, and morality frames drive news sharing. *Journal of Communication*, 67(5), 803-826. <https://doi.org/10.1111/jcom.12325>
- Valverde, M. (2006). *Law and order: Images, meanings, myths*. Rutgers University Press.
- Wacquant, L. (2004). Penal truth comes to Europe: Think tanks and the 'Washington consensus' on crime and punishment. In G. Gillian & J. Pratt (Eds.), *Crime, truth and justice: Official inquiry, discourse, knowledge* (pp.161-180). Routledge.
- Waisbord, S. (2000). *Watchdog journalism in South America: News, accountability, and democracy*. Columbia University Press.
- Weyland, K. (2003). Neopopulism and neoliberalism in Latin America: How much affinity? *Third World Quarterly*, 24(6), 1095-1115. doi.org/10.1080/01436590310001630080
- Whitehead, N. L. (2004). Introduction: Cultures, conflicts, and the poetics of violent practice. In N. L. Whitehead (Ed.), *Violence* (pp. 3-24). School of American Research Press.
- Wolf, S. (2017). *Mano dura: The politics of gang control in El Salvador*. University of Texas Press.
- Wyatt, T. (2019, 6 de agosto). Brazil's far-right leader Bolsonaro says police should be allowed to gun down suspects 'like cockroaches'. *Independent*. <https://bit.ly/2Oj3Pn6>

Artigo recebido em 11 de fevereiro de 2021 e aprovado em 29 de março de 2021.

Para além dos dados coletados: Políticas das APIs nas plataformas de mídias digitais^a

Beyond data collection: Politics of API's on social media platforms

CARLOS D'ANDRÉA^b

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Belo Horizonte - MG, Brasil

RESUMO

O artigo discute questões conceituais e metodológicas a serem enfrentadas por pesquisas empíricas baseadas em dados obtidos através de *Application Programming Interfaces* (APIs) de plataformas *online*. Em diálogo com os Estudos de Plataforma, métodos digitais e outras abordagens ancoradas nos estudos de ciência e tecnologia (STS), o artigo volta-se para a relação entre as políticas das APIs e dimensões como *affordances*, governança, datificação e mediações algorítmicas em mídias sociais como Twitter e Facebook. Aspectos materiais, políticos, normativos e econômicos são discutidos por meio de exemplos que vão da implementação das primeiras APIs, nos anos 2000, aos desafios recentes, em especial após o escândalo Cambridge Analytica.

Palavras-chave: Plataforma de mídia social, métodos digitais, datificação, algoritmos, APIs

^aEste trabalho é parte de pesquisa financiada pelo CNPq (edital Universal 2016 - 407462/2016) e CAPES (estágio pós-doutoral no exterior).

^bProfessor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador do grupo de pesquisa R-EST - estudos redes sociotécnicas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7328-6714>. E-mail: carlosfbd@gmail.com

ABSTRACT

This article discusses the conceptual and methodological issues faced during empirical research based on data collected via Application Programming Interfaces (APIs) of online platforms. Based on Platform Studies, digital methods, and other approaches anchored in Science and Technology Studies (STS), this article examines the entanglements between the politics of APIs and dimensions, such as affordances, governance, datafication, and algorithmic mediations in social media platforms (e.g., Twitter and Facebook). Material, political, normative, and economic aspects are discussed by examples ranging from the first APIs implemented in the 2000s to recent challenges, especially those following the Cambridge Analytica scandal.

Keywords: Social media platform, digital methods, datafication, algorithms, APIs

INTRODUÇÃO

O ACESSO PARCIAL À grande quantidade de rastros armazenados por plataformas como Facebook, Twitter e YouTube e a diversidade de aplicações que permitem a extração, o processamento e a visualização de dados contribuíram, desde o fim da década de 2010, para um significativo crescimento do uso, nas pesquisas acadêmicas e de mercado, de dados fornecidos por mídias sociais. Por meio de suas *Application Programming Interfaces* (APIs), plataformas *online* oferecem acesso a uma parte dos dados por elas gerados e/ou coletados, como os gêneros musicais atribuídos a um artista (Spotify), as postagens vinculadas a um termo ou a uma *hashtag* (Twitter) ou o total de visualizações, curtidas e comentários, até um dado momento, dos vídeos postados por um canal (YouTube). Já plataformas como Instagram (em 2016) e Facebook (em 2018) cercaram o acesso às suas APIs públicas¹, tornando ainda mais evidentes os atravessamentos políticos e epistemológicos das políticas de dados das plataformas discutidos anteriormente por autores como Bucher (2013) e Puschmann e Burgess (2014).

¹ Em alinhamento como autores como Bruns (2019), neste artigo adotamos o termo “API pública” para designar os recursos que permitem acessos não pagos a dados fornecidos por plataformas privadas.

² No original: “provide information to third-party applications through ‘calls’, a technique of retrieving data on a server in the background, without disrupting the display and function of a web page”. Esta e demais traduções, do autor.

Ao padronizar os procedimentos de acesso e troca de informações entre sistemas computacionais, explica Bodle (2011), uma APIs aberta “provê informações a aplicativos de terceiros através de ‘requisições’, uma técnica de recuperação de dados em um servidor sem que se interrompa a exibição e o funcionamento de uma página web”² (p. 322). A adoção generalizada de APIs por serviços web ao longo dos anos 2000 é, segundo Helmond (2015), o principal pilar do processo de “plataformização da web”, isto é, da consolidação das plataformas *online* como um modelo infraestrutural e econômico que, por basear-se no intercâmbio controlado de dados, se opõe ao modelo mais descentralizado que orientara a World Wide Web nos anos 1990.

O acesso facilitado a dados via APIs públicas pode ser tomado como um marco para o avanço no uso de “métodos computacionais” (Vimieiro & Bargas, 2019) por pesquisadores interessados nas dinâmicas das plataformas de mídia social. Nesse contexto, Venturini e Rogers (2019) identificam a emergência de um conjunto de “pesquisas baseadas em APIs”, definida como “um tipo de investigação baseada nas informações coletadas pelas plataformas de mídia social e disponibilizadas por meio de comandos padronizados para consultar, filtrar, formatar e baixar essas informações”³ (pp. 1-2).

³ No original: “a type of investigation based on the information collected by social media platforms and made available through standardized commands to query, filter, format and download such information”.

Pode-se dizer que a popularização de ferramentas e de procedimentos a partir das possibilidades de uso das APIs abriu frentes muito promissoras de pesquisa para as ciências sociais e para as humanidades, principalmente em diálogo com outras áreas do conhecimento, como a ciência da computação e o design (visualização de dados). Por outro lado, a relativa facilidade de extração

de dados e o alívio de ter logo em mãos a coleta de dados relativos a um tema resulta, frequentemente, na invisibilidade das mediações tecnológicas, políticas e econômicas exercidas pelas plataformas *online*.

Visando contribuir para abordagens que tensionem leituras positivistas baseadas em uma crença na objetividade dos dados (van Dijck, 2017), assumimos neste trabalho que as APIs são “arranjos contingentes históricos de componentes sociais e materiais que se combinam para produzir novas realidades”⁴ (Bucher, 2013, p. 1). Assim, argumentamos que o acesso facilitado a um conjunto *revelador* de dados das mídias sociais não pode ser dissociado do modo como as APIs, ao produzirem e induzirem leituras e interpretações, conformam tanto nossa forma de compreender as plataformas como as temáticas que nela se desenrolam. A abordagem de Bucher (2013) e de parte significativa da bibliografia aqui mobilizada se ancora principalmente nos Estudos de Ciência e Tecnologia (em inglês, *Science and Technology Studies*, ou STS), um campo transdisciplinar que tem como uma de suas questões centrais a compreensão do *modus operandi* dos objetos técnicos a partir das condições políticas e epistemológicas em que suas materialidades são constituídas e apropriadas (Law, 2017).

Retomando discussões de trabalhos anteriores – em especial d'Andréa (2018) –, no presente artigo nos voltamos para algumas questões conceituais e metodológicas a serem enfrentadas por pesquisas empíricas baseadas em dados fornecidos por plataformas de mídia social. Mais especificamente, discutimos como os estudos baseados em dados obtidos via APIs podem tensionar as lógicas de datificação incorporadas pelas plataformas, principalmente através da normatização das ações dos usuários, das gestões políticas e econômicas das APIs e do modo como os dados são hierarquizados por algoritmos de recomendação. Cientes dos riscos de perdermos especificidades, neste trabalho não nos voltaremos para uma APIs ou para uma plataforma específica. Em diálogo com autores que se dedicaram a cuidadosos estudos de caso, nossa proposta é oferecer um conjunto de reflexões e apontamentos baseados em características e exemplos de diferentes mídias sociais, com certo destaque para o Facebook e o Twitter.

Iniciamos o artigo apresentando os Estudos de Plataforma, que reúnem um conjunto de conceitos, reflexões e práticas metodológicas que buscam compreender as articulações das dimensões técnicas, políticas e econômicas que constituem as mídias sociais e outras plataformas *online* (van Dijck et al., 2018). Principalmente a partir das contribuições dos pesquisadores vinculados à Escola de Amsterdã (Gorwa, 2019)⁵, estes estudos se ancoram no campo STS para discutir como Facebook, Uber e tantos outros serviços *online* se constituem a partir de dimensões como infraestrutura, mecanismos de governança, modelos de negócio e dos usos possíveis de suas materialidades (*affordances*)

⁴No original: “contingent arrangements of social and material components that coalesce to produce new realities”.

⁵O autor se refere a um conjunto de pesquisadores vinculados ao departamento de Media Studies da Universidade de Amsterdã (UvA), parte dos quais atua ainda no projeto Digital Methods Initiative (DMI). Cabe apontar, no entanto, que importantes pesquisadores holandeses estão vinculados a outras universidades, como a Utrecht University.

(d'Andréa, 2020). Após situar os Estudos de Plataforma, na primeira seção do artigo apresentamos também algumas vertentes metodológicas que visam explorar as singularidades dos ambientes *online*. A partir do enfoque dos métodos digitais e de abordagens afins, apontamos para uma perspectiva reflexiva que tensiona a lógica (comercial, sobretudo) das plataformas *online* e sinalizamos caminhos para os estudos críticos baseados em dados fornecidos pelas APIs.

Na seção “(Política das) APIs: Primeiras Iniciativas”, apresentamos como a adoção generalizada das APIs culminou, ao longo dos anos 2000, no processo de plataformação da web, descrito por Helmond (2015). Elencamos as características técnicas das APIs e situamos as tensões políticas da época em torno da regulação da internet. A partir de um breve resgate histórico, apontamos ainda como as APIs se interligam e dão sustentação à ideologia da chamada web 2.0.

Em “*Affordances*, Governança, Algoritmos”, voltamo-nos para esses três aspectos pertinentes às pesquisas baseadas em dados de plataformas de mídia social. Em primeiro lugar, sinalizamos a importância de compreender e desnaturalizar o modo como as plataformas mensuram e tornam disponíveis as práticas que abrigam. Funcionalidades como “curtir” ou “compartilhar” permitem às plataformas padronizar as atividades dos usuários, resultando em um processo de “gramatização da ação” (Gerlitz & Rieder, 2018). Essa normatização das práticas orienta a oferta de dados via APIs, induzindo interpretações e análises fortemente alinhadas às lógicas comerciais de popularidade e de engajamento.

O segundo aspecto abordado chama a atenção para intrínseca relação entre a governança das APIs e as questões jurídicas e econômicas que perpassam a atuação das plataformas. O escândalo envolvendo a empresa Cambridge Analytica e o Facebook é brevemente retomado para situar um processo recente que, dentre outros desdobramentos, alavancou uma “crise nas pesquisas sobre mídias sociais”⁶ (Rogers, 2018b, p. 558). A crescente restrição e desativação de APIs públicas e o surgimento de iniciativas institucionais que visam direcionar as pesquisas (como o Social Science One, do Facebook) são alguns dos tópicos abordados.

O terceiro aspecto volta-se para a indissociabilidade entre os processos de datificação adotados pelas plataformas e as mediações algorítmicas que, ao performatizarem os dados, estabelecem lógicas personalizadas de seleção e de ranqueamento. Ao instaurar regimes próprios de conhecimento e de visibilidade, os algoritmos diversificam as experiências possíveis dos diferentes usuários de uma mídia social, o que coloca em xeque a representatividade muitas vezes atribuída por pesquisadores aos dados obtidos por meio das APIs. Esta questão mostra-se ainda mais delicada se considerada a acelerada adesão a técnicas de aprendizagem de máquina, como discute Mackenzie (2018).

⁶No original: “crisis in social media research”.

Visando, mais uma vez, dialogar com pesquisadores interessados em uma leitura crítica dos dados ofertados pelas plataformas, nas considerações finais retomamos os argumentos centrais do artigo para discutir a pertinência e os desafios das pesquisas baseadas em APIs.

PLATAFORMAS ONLINE: DIMENSÕES E MÉTODOS

Em obra que visa traçar um panorama da denominada “sociedade da plataforma”, van Dijck et al. (2018) afirmam que “uma plataforma é alimentada com *dados*, automatizada e organizada por meio de *algoritmos e interfaces*, formalizada por meio de relações de *propriedade* orientadas por *modelos de negócios* e regidas por *acordos de usuários*”⁷ (p. 9). Mais do que uma definição, esta afirmação enfatiza como as agências de um extenso e heterogêneo conjunto de serviços on-line se organizam a partir da articulação de aspectos computacionais, normativos e econômicos.

Em elaboração desde o início dos anos 2010 por autores como Gillespie (2010) e van Dijck (2013), os Estudos de Plataforma compõem um construto teórico e metodológico central para compreendermos uma recente virada crítica nos estudos em internet. Antes baseadas em conceitos como *colaboração*, *inteligência coletiva* e *web 2.0*, as pesquisas atuais sobre mídias sociais e outras plataformas *online* assumem o desafio de compreendê-las não só como ambientes de *interações*, mas também a partir de sua robusta materialidade e de sua centralidade no regime capitalista contemporâneo.

Para entender esta perspectiva, como aponta Recuero (2019), é fundamental inclusive reconhecer as diferenças entre termos como *plataforma*, *site de rede social* ou simplesmente *rede social*. Um aspecto que consolida e singulariza a ideia de *plataforma online* é o reconhecimento de que a sociabilidade *online* emerge em articulação com robustas infraestruturas computacionais baseada na conectividade e no intercâmbio de dados. De diferentes modos, as plataformas tornam mensuráveis diversas práticas sociais, contribuindo decisivamente para a consolidação da *datificação* como forma hegemônica de conhecimento (van Dijck, 2017).

A pretensão de transformar *tudo* em dados armazenáveis e, a partir deles, gerir diversos processos de monitoramento, ranqueamento e predição é uma característica central da datificação. Uma das consequências da adoção generalizada deste modelo científico é um avanço da ideologia do dataísmo, ou seja, de uma “crença generalizada na quantificação objetiva” (van Dijck, 2017, p. 43) propiciada pelos dados⁸. No campo das pesquisas acadêmicas que se apropriam de dados obtidos via APIs, a ênfase excessiva no volume de dados coletados,

⁷No original: “a platform is fueled by data, automated and organized through algorithms and interfaces, formalized through ownership relations driven by *business models*, and governed through *user agreements*.”

⁸Esta perspectiva crítica se ancora em um conjunto de discussões que, desde o início da década de 2010, vêm enfatizando que não há objetividade ou neutralidade nas iniciativas de armazenar, interpretar e gerir o social a partir de dados estruturados – ver, por exemplo, as críticas de boyd e Crawford (2012) ao termo “big data”.

D

⁹ A crítica aqui empreendida a práticas de *monitoramento de redes sociais* deve-se à premissa de que a disponibilidade de dados de mídias sociais é capaz de fazer emergir um termômetro capaz de medir ou mesmo interpretar debates públicos em *tempo real*. No mesmo sentido, criticamos estudos de *análise de sentimentos* que tomam como premissa a possibilidade de classificar ou prever emoções ou outras subjetividades através do processamento de dados – sobre este item, ver van de Ven (2017).

a pouca transparência dos processos metodológicos empreendidos e a adoção indiscriminada de termos como *monitoramento* ou *análise de sentimentos*⁹ podem ser indícios de uma excessiva crença na representatividade dos resultados obtidos.

Recorrendo aos Estudos de Plataforma, apontamos aqui que o processo de datificação deve ser compreendido, de forma indissociável, das extensas redes sociotécnicas nas quais a produção e a circulação de dados se inserem. Retomando trabalho anterior (d'Andréa, 2020), listamos cinco dimensões analíticas a serem consideradas. O processo de datificação nas plataformas *online*, por exemplo, não pode ser apartado dos desempenhos dos algoritmos de seleção, recomendação ou previsão. É fundamental também atentar para a dimensão *infraestrutural* das plataformas, ou melhor, para os diferentes modos como as plataformas vêm, progressivamente, se constituindo a partir da centralização e do controle de operações e fluxos informacionais que envolvem variados parceiros e usuários finais. O investimento em sistemas operacionais, sistemas de desenvolvimento de software (SDK), lojas de aplicativos e mesmo cabos submarinos são algumas das iniciativas que ilustram o quão articulados são os processos de plataforma e infraestruturação (Platin et al., 2018).

A rearticulação das relações comerciais de variados setores a partir dos intercâmbios de dados indica a íntima relação do processo de datificação com os *modelos de negócio* desenvolvidos pelas plataformas *online*. O valor de empresas como Google e Facebook está diretamente associado à sua capacidade de ofertar serviços baseados em dados, como a publicidade direcionada. Pelo volume e complexidade das práticas que abrigam, as plataformas se veem obrigadas a elaborar diferentes mecanismos de *governança* (Gorwa, 2019). Este processo de autorregulação é implementado, gerido por meio de regras, recomendações e outros recursos normativos e está diretamente relacionado com as políticas de acesso aos dados via APIs, como discutiremos à frente. Por fim, é fundamental atentar para as *affordances* das plataformas, isto é, para os usos possíveis das funcionalidades que condicionam as ações (Bucher & Helmond, 2018). A partir das negociações estabelecidas pelos diferentes tipos de usuários com as materialidades disponíveis, pode-se compreender melhor os usos e as práticas associadas às APIs e outros instrumentos de datificação.

De forma complementar à perspectiva analítica multifacetada elaborada no âmbito dos Estudos de Plataformas, um conjunto de proposições e experimentações metodológicas também fundamentado no campo STS busca compreender como as dinâmicas comunicacionais das plataformas podem ser estudadas em articulação com suas materialidades, suas escolhas políticas e suas estratégias econômicas. Possivelmente a vertente que melhor sintetiza os esforços de estudar as singularidades e transformações das plataformas seja a dos métodos digitais.

Em obra que inaugura esta perspectiva, Rogers (2013) aponta para a importância de “seguir os meios”, isto é, de desenvolver olhares analíticos e procedimentos metodológicos sensíveis às lógicas que singularizam cada plataforma através de seus mecanismos de busca, modelos de ranqueamento e outros recursos *online*.

A complexificação das plataformas e o amadurecimento das pesquisas ancoradas nas especificidades dos meios culminou na proposição de perspectivas complementares à dos métodos digitais, como “métodos de interface” (Marres & Gerlitz, 2016), “mapeamento de questões problemáticas” (em inglês, *issue mapping*) (d'Andréa & Melgaço, 2019; Marres, 2015) e “métodos programados” (Borra & Rieder, 2014). Vale esclarecer que, embora parte significativa das pesquisas empíricas, ferramentas e protocolos de pesquisa vinculados aos métodos digitais se baseiem na apropriação de dados fornecidos pelas APIs das plataformas, esta perspectiva não se limita à vertente nomeada por Venturini e Rogers (2019) como “pesquisas baseadas em APIs”¹⁰. De modo complementar, nem toda pesquisa baseada em *métodos computacionais* de coleta e tratamento de dados seria, conforme a perspectiva de Rogers e colegas, alinhada à proposta dos métodos digitais.

Em publicação mais recente, Rogers (2018b) ressalta que o que singulariza a perspectiva dos métodos digitais é se apropriar, “para outros propósitos”, dos dados obtidos junto às plataformas, o que deve levar as pesquisas a tensionar as lógicas hegemônicas adotadas pelas empresas. Já Gerlitz e Rieder (2018), preocupados com os fluxos descentralizados de dados geridos pelas plataformas, argumentam por uma “especificidade do meio que não é reduzida a um entendimento único e monolítico do que significa um recurso do meio, mas considera os dados digitais como resultados e traços de realizações distribuídas”¹¹ (p. 530).

O ponto sensível que gostaríamos de ressaltar é a preocupação de posicionar os procedimentos metodológicos não como operações instrumentais que tornam visíveis uma realidade que existe a priori, mas como procedimentos que, a partir das escolhas possíveis, fazem emergir leituras e visões de mundo indissociáveis dos gestos políticos e materiais dos vários atores envolvidos. Esta abordagem adotada pelos métodos digitais e propostas afins alinha-se a discussões anteriores em torno da *vida social dos métodos*, que, no campo STS, são entendidos como um “redes de práticas performativas e materialmente complexas”¹² (Law, 2017, p. 47) que articulam entidades heterogêneas, como sujeitos, objetos, imaginários, normas e instituições. Nesse sentido, destacamos a importância de se compreender os procedimentos metodológicos das pesquisas baseadas em dados de APIs como parte de políticas e de práticas incorporadas anteriormente pelas plataformas e, ao mesmo tempo, como articuladores de formas de conhecimento que dependem desses procedimentos para existir.

¹⁰Uma notória exceção é o uso de *crawlers* para mapear redes de hiperlinks entre websites (Rogers, 2013). Uma iniciativa recente de operacionalização desta perspectiva é a ferramenta Hyphe (<https://hyphe.medialab.sciences-po.fr/>)

¹¹No original: “specificity that is not reduced to a single, monolithic understanding of what a medium feature stands for, but considers digital data as outcomes and traces of distributed accomplishments materially complex and performative webs of practice”.

¹²No original: “materially complex and performative webs of practice”.

(POLÍTICA DAS) APIS: PRIMEIRAS INICIATIVAS

No âmbito das plataformas *online*, a centralidade do processo de datificação deve ser entendida a partir do desenvolvimento de padrões e de protocolos próprios de intercâmbio de dados. Na virada dos anos 2000, a adoção de arquiteturas de softwares orientadas a recursos da web (estilo REST)¹³ se tornou viável a partir de ampliação de parcerias com desenvolvedores externos, o que culminou no processo nomeado por Helmond (2015) como *plataformização da web*, ou seja, a consolidação da plataforma como um modelo infraestrutural e econômico que “reforma a web de acordo com a lógica das mídias sociais”¹⁴ (p. 2). Segundo a autora, esta mudança se ancora em três precondições de programabilidade: a separação de conteúdo e apresentação (formato XML); a modularização de conteúdo e recursos (permitindo, por exemplo, que vídeos e postagens fossem *incorporados* a páginas externas); e a interface com bancos de dados.

Em comum, estas inovações permitiram o desenvolvimento de serviços e modelos de negócio baseados na expansão dos serviços *online* para além de seus websites. O cruzamento de dados providos por dois ou mais serviços (*mashups*), a adoção de *widgets* e *plug-ins* sociais (Gerlitz & Helmond, 2013) e a possibilidade de fazer postagens cruzadas são algumas das primeiras aplicações desenvolvidas pelas plataformas. A ênfase, cada vez mais, passou a ser na conectividade (van Dijck, 2013) entre sistemas, que passaram a operar em uma *dupla lógica*: a descentralização de funcionalidades e a recentralização de dados padronizados.

Por serem os “recursos fronteiriços” (Helmond et al., 2019) que interligam a entrada e saída de dados, as APIs contribuíram decisivamente para o processo de *plataformização da web*. Uma primeira geração de aplicações voltadas para páginas web foi adotada no início dos anos 2000 por empresas de comércio eletrônico, como eBay (2000) e Amazon (2002). Em 2004, a adoção de uma APIs pelo serviço de compartilhamento de fotos Flickr inaugurou um intenso processo de adesão dos até então denominados *sites de redes sociais*. Não por acaso, no ano seguinte o editor Tim O’Reilly chamou a atenção de um público mais amplo para a *web como plataforma* e para as potencialidades de uma nova geração de serviços por ele batizada de *web 2.0*, dando início a um novo ciclo de apropriações empresariais de tecnologias retoricamente orientadas para ampliar práticas de *colaboração* ou *participação*.

Como aponta Bodle (2011), a busca por novas oportunidades de negócio baseadas na interoperabilidade das APIs está diretamente relacionada ao “estouro da bolha” das empresas *.com*, na virada dos anos 2000, mas também pode ser associada ao processo antimonopólio movido pelo governo dos Estados Unidos contra a Microsoft. Ao reorganizar as lógicas de intercâmbios de dados,

¹³REST é a sigla em inglês para *representational state transfer*. Proposto no ano 2000, permite transferências direcionadas de recursos específicos da web, que são identificados através de *uniform resource identifiers* (URI). A arquitetura REST viabiliza as requisições de dados feitas por uma parte significativa das API.

¹⁴No original: “reformat the web according to the logic of social media”.

a plataformização sinalizou uma suposta abertura das grandes empresas digitais para uma atuação mais descentralizada, alavancando um processo que, por fim, teve o efeito contrário. Assim, podemos tomar as APIs como infraestruturas computacionais que reorganizaram a atuação econômica, as práticas de desenvolvedores e demais usuários e as relações político normativas dos serviços *online*.

No caso das mídias sociais, alguns marcos e acontecimentos nos ajudam a localizar a migração do modelo de “sites de redes sociais” para “plataformas de mídia social” (Helmond, 2015). Helmond et al. (2019), por exemplo, apontam que “o Facebook se tornou programável”¹⁵ (p. 129) a partir da incorporação de desenvolvedores externos através do serviço Facebook Development Platform, lançado em 2006. Em um pioneiro estudo sobre APIs em um viés que não se limita a uma abordagem computacional, Bodle (2011) destaca como, no caso do Facebook, a adoção progressiva de diferentes aplicações¹⁶ autorizava um acesso muito ampliado aos dados de usuários. Em meio à grande diversidade de *apps* de terceiros, o autor aponta para uma “avalanche” de games sociais e de testes ofertados para os usuários. Um destes testes – “This is Your Digital Life” – estaria no centro da controvérsia protagonizada anos depois pelo Facebook e pela Cambridge Analytica.

A centralidade das APIs na consolidação de uma plataforma é ainda mais evidente no caso do Twitter. A bibliografia sobre o tema (Ahmed et al., 2017) parece ser unânime em reforçar o quão decisivo o modelo de descentralização e recentralização de dados adotado pelo Twitter desde 2006 foi decisivo para a relevância adquirida em meio ao cambiante ecossistema das plataformas *online*. Puschmann e Burgess (2014), por exemplo, ressaltam a forte associação entre a popularização da *Streaming* APIs, que permite a coleta de um fluxo de tuítes logo após sua postagem, e o posicionamento empresarial do Twitter como uma “fonte insubstituível de informação em tempo real”¹⁷ (p. 47). As diferentes apropriações desses dados por empresas jornalísticas, pesquisas de mercado e por pesquisas acadêmicas levaram o Twitter a ser tomado como um “termômetro” ou um “sensor” de discussões públicas sobre diferentes temas contemporâneos, consolidando metodologias e análises ancoradas na crença generalizada na capacidade explicativa dos dados (van Dijck, 2017).

A centralidade das políticas de gestão de dados para o Twitter ficou ainda mais evidente a partir de 2010, quando a empresa adotou a primeira de uma série de restrições de intercâmbio de dados, o que incluiu o banimento de anúncios gerenciados por terceiros e a possibilidade de compra de dados por intermédio de empresas como o Gnip (que, em 2014, seria adquirida pelo Twitter). Essas restrições estão diretamente associadas a uma mudança no modelo de negócios da plataforma, que passou a se considerar uma “empresa de informação” (van Dijck, 2013).

¹⁵No original: “Facebook became programmable”.

¹⁶Além do Facebook Developer (2006), o autor menciona: Facebook Platform (2007), Facebook Connect (2008), Open Stream (2009) e Open Graph with Instant Personalization (2010). Para uma lista mais atualizada, ver Helmond et al. (2019)

¹⁷No original: “irreplaceable, real-time information source”.

D

Para além dos dados coletados

¹⁸Para uma cronologia introdutória, vale consultar “Histórico das APIs” (s.d.).

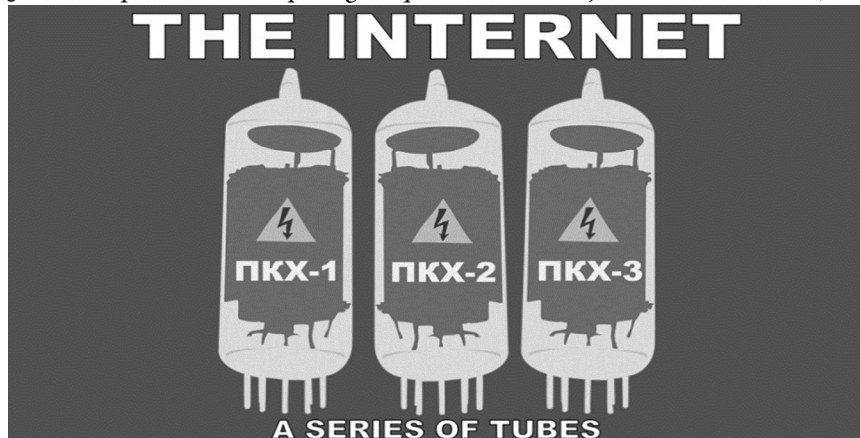
Sem assumir a pretensão de dar conta das nuances históricas das APIs¹⁸, vale retomarmos brevemente o lançamento algo anedótico da primeira APIs do Twitter, em 2006. Genericamente denominado como “Twitter APIs” (em 2007, seria rebatizada como Twitter REST APIs), o serviço foi brevemente apresentado em um post assinado por um dos fundadores da plataforma (Stone, 2006). Na nota, a “internet” é definida como “séries de tubos”, em uma referência a uma expressão usada três meses antes pelo então senador estadunidense Ted Stevens durante um pronunciamento sobre o tema *neutralidade da rede*. Ao minimizar as atuações comerciais e políticas de provedores de acesso à internet, a fala do senador limitou a internet a uma concepção simplória de infraestrutura e foi repetidamente criticada e ironizada (Schneider, 2006).

O uso desta metáfora por Stone (2006) mostra-se ainda mais curiosa quando observada a imagem que ilustra o post (Figura 1). Trata-se da reprodução de uma estampa de camisa compartilhada originalmente no site Boing Boing (Doctorow, 2006) como parte da “memificação” do bordão do senador Ted Stevens. Na imagem, “Series of Tubes” é associado a objetos que aparentam ser bolsas usadas em hospitais para injetar, em pacientes, soro fisiológico e outras substâncias. Já os rótulos NKX-1, NKX-2 e NKX-3 parecem remeter a proteínas que atuam como reguladoras do desenvolvimento de órgãos do corpo humano¹⁹.

¹⁹Agradecemos ao pesquisador Daniel Loyola pelos *insights* que ajudaram a aperfeiçoar esta descrição. Eventuais erros factuais são de responsabilidade do autor.

Figura 1

Figura usada pelo Twitter na postagem que anuncia o lançamento de sua APIs (2006)



Nota. Stone (2006).

Além de uma referência *geek*, a postagem que anuncia a primeira APIs do Twitter ilustra como, desde o início, a adoção das APIs esteve intrinsecamente

ligada a um posicionamento estratégico das plataformas. Apropriando-se da informalidade que, mais à frente, seria reconhecida como parte de uma cultura memética, o fundador do Twitter parece reivindicar para si a capacidade de reinventar a infraestrutura que orientaria a partir de então o fluxo de dados de uma internet interpelada por intensas discussões regulatórias e pela euforia comercial da web 2.0. Neste sentido, a remissão a instrumentos usados em tratamentos médicos pode ser associada a uma pretensa capacidade das APIs de “recuperar” um paciente enfermo (as empresas .com), mas, sobretudo, reforça o argumento de que as aplicações de intercâmbio de dados são construtos tecnocientíficos que produzem conhecimentos através de um processo de “destilação” de dados (Marres & Weltevrede, 2013).

AFFORDANCES, GOVERNANÇA E MEDIAÇÕES ALGORÍTMICAS

Operando por meio de um arranjo que envolve infraestruturas, protocolos, regras de uso, interesses econômicos e práticas dos vários tipos de usuários, as APIs colaboram para a conformação de novas leituras de mundo (Bucher, 2013), o que incide decisivamente no modo como devem ser incorporadas às pesquisas que se apropriam de dados obtidos através delas. Partindo das premissas teórico-metodológicas compartilhadas até aqui, detalhamos agora três aspectos centrais relativos à datificação das pesquisas sobre plataformas *online*: a *gramatização* das ações, as recentes alterações nas políticas de acesso a dados (governança) e a centralidade dos regimes de visibilidade e hierarquização empreendidos por diversas mediações algorítmicas.

Um primeiro aspecto fundamental para as pesquisas baseadas em APIs é atentar não apenas para quais informações agregadas são fornecidas pela plataforma, mas ainda para as condições com que estas informações foram geradas, organizadas e distribuídas. Deve-se, de antemão, reconhecer o esforço das plataformas em padronizar as atividades dos usuários através de funcionalidades como *curtir* e *compartilhar*. Este processo de normatizar o que pode ou não ser feito através das interfaces é chamado por Gerlitz e Rieder (2018) de “gramatização da ação”. Usando como exemplo a tecnogramática do Twitter, os autores apontam que formas como *tweets*, *retweets*, *replies*, *mentions*, ou *hashtags* “possibilitam às plataformas compactar . . . ações, gramáticas e captura de dados, inscrevendo as atividades dos usuários diretamente em unidades muito formalizadas”²⁰ (p. 531).

As APIs, portanto, têm *affordances* que não só delimitam que dados podem ou não ser acessados por terceiros, mas também predefinem quais e como as ações são inscritas. Gerlitz e Rieder (2018) explicam ainda que

²⁰No original: “allows platforms to collapse . . . action, grammar, and data capture, inscribing user activities directly into highly formalized units”.

esta força normativa é visível em quatro momentos articulados: na especificação de entidades e relacionamentos em um banco de dados; nas ações possíveis estabelecidas em infraestruturas (como o *back-end* e *middleware*); no controle de “entradas e saídas”²¹ pelas APIs; e no modo como tuítes são exibidos e publicados através de diferentes interfaces (p. 53). Esta multidimensionalidade nos ajuda a compreender como as *affordances* das APIs estão intimamente articuladas a procedimentos que antecedem e que sucedem as requisições de dados.

²¹No original: “inputs and outputs”.

Para as pesquisas baseadas em APIs, um aspecto fundamental é lidar com as interpretações e análises induzidas pela gramatização das ações. Dar ênfase à quantidade de curtidas, comentários e compartilhamentos, por exemplo, ajuda a naturalizar leituras baseadas nas lógicas comerciais das plataformas e a naturalizar interpretações do social ancoradas nas noções de popularidade ou engajamento, ou seja, em “métricas de vaidade” (Rogers, 2018a). O resultado, com frequência, são análises excessivamente acríicas e que não tensionam as plataformas. Este risco é ainda mais evidente quando se adere a serviços que se propõem a facilitar o acesso e a sintetizar os dados fornecidos pelas plataformas, como o Netlytic (<https://netlytic.org/>)²². Em versões gratuitas ou pagas, serviços facilitam o processo de interpretação e de análise de dados por meio do *empacotamento* destes em arquivos como *top hashtags*, *top users*, ou *co-hashtags*, acentuando um processo de *encaixapretamento* das *affordances* e outras dimensões das plataformas.

²²Uma relação de “ferramentas de pesquisa em mídias sociais” está disponível em Ahmed (2019).

No segundo aspecto fundamental para as pesquisas baseadas em dados, voltamos a atentar para a intrínseca relação entre as políticas das APIs e as questões jurídicas, políticas e econômicas que perpassam a atuação das plataformas. No processo de governança, o que está em jogo é a capacidade das plataformas para propor procedimentos, normas e inovações que possibilitem sua autorregulação em um mercado capitalista global. Conciliar os interesses e demandas de grupos diversos de usuários e parceiros, no entanto, parece ser uma tarefa cada vez mais complicada.

O escândalo envolvendo o uso abusivo de dados obtidos através do Facebook pela empresa Cambridge Analytica pode ser tomado um marco para as discussões em torno da violação de privacidade, do grande poder econômico das plataformas e, por extensão, da governança das APIs públicas. As primeiras revelações sobre o caso vieram a público ainda em dezembro de 2015 e alertavam para o uso de dados obtidos mediante “testes psicológicos” pela campanha do senador estadunidense Ted Cruz à vaga do Partido Republicano para as eleições presidenciais do ano seguinte (Davies, 2015). A eclosão definitiva se deu em maio de 2018, quando revelações feitas pelo

jornal inglês *The Guardian* (Cardwallard & Graham-Harrison, 2018) e outras publicações apontaram que dados de dezenas de milhões de usuários do Facebook teriam sido coletados pela Cambridge Analytica a partir de um teste de personalidade (“This Is Your Digital Life”), que aproveitara a abertura da plataforma para que dados de terceiros fossem também acessados. Ou seja, a política de compartilhamento de dados com terceiros adotada pelo Facebook permitiu não apenas que milhões de cidadãos fossem expostos a anúncios e outras ações hiperpersonalizadas, mas ainda escancarou, para um público mais amplo, como as práticas de *colaboração* entre usuários da *comunidade global* presidida por Mark Zuckerberg eram fortemente orientadas para uma otimização do uso comercial da datificação.

Embora o escândalo estivesse claramente associado às práticas comerciais abusivas adotadas, com consentimento do Facebook, por empresas como a Cambridge Analytica, o argumento de proteção à privacidade ganhou centralidade e culminou em consecutivas restrições nos acessos aos dados a partir de APIs públicas. Dentre os marcos deste processo, estão a acelerada restrição dos aplicativos associados à APIs do Instagram (2016), as restrições de acesso aos dados relativos a eventos, grupos e páginas do Facebook (abril de 2018) e a adoção, pelo Twitter, de uma governança mais rígida de seus dados, por exemplo, através da exigência de informações detalhadas sobre os desenvolvedores (junho de 2018).

Para Rogers (2018b), o processo desencadeou “uma crise nas pesquisas sobre mídias sociais”²³ (p. 558), enquanto Bruns (2019) é mais enfático e afirma tratar-se de uma “APIcalypse”. Fato é que a crescente restrição no acesso aos dados resultou em um significativo rearranjo das pesquisas baseadas em dados e tem desencadeado discussões sobre alternativas às APIs públicas. Freelon (2018), por exemplo, aponta a necessidade de discutirmos a “pesquisa pós-APIs”, o que implicaria ao retorno a técnicas de raspagem de dados (*scraping*) disponíveis na interface das plataformas e em uma melhor compreensão ética e jurídica das consequências das violações dos “termos de uso” das plataformas que, via de regra, proíbem esse tipo de prática.

A pressão por mais transparência levou as plataformas a propor iniciativas institucionais que, em oposição à abertura (ainda que controlada) que guiava as APIs públicas, vêm privilegiando um conjunto restrito e direcionado de pesquisas acadêmicas. O Twitter, por exemplo, lançou uma chamada de proposta de pesquisas que ajudassem “mensurar a saúde” da plataforma. Ao todo 230 propostas foram submetidas e dois projetos foram aprovados²⁴. Já o Facebook se aliou a grandes parceiros para lançar, em 2018, o *Social Science One*, definido pelos coordenadores como “um novo modelo de parcerias entre indústria e

²³No original: “a crisis in social media research”.

²⁴Para mais informações, consultar Gadde e Gasca (2018).

²⁵No original: “new model of industry-academic partnerships designed to span this divide among the needs of industry, academia, and the public, even in the most highly politicized environments”.

²⁶Para mais informações, consultar Shiffman (s.d.).

²⁷Para mais informações, consultar King e Persily (2019).

academia, projetado para abranger a divisão entre as necessidades de empresas de tecnologia da internet, pesquisadores acadêmicos e o público, mesmo em ambientes altamente politizados”²⁵ (King & Persily, 2020, p. 704). Direcionada para pesquisas sobre eleições e democracia, a primeira chamada de propostas anunciou, em abril de 2019, doze projetos contemplados. De acordo com a página do projeto, os grupos de pesquisadores passariam a ter acesso a bilhões de posts e perfis do Facebook e do Instagram (através da ferramenta *CrowdTangle* e das APIs a ela vinculadas)²⁶ e a alguns milhões de anúncios exibidos em diferentes países, incluindo o Brasil (através da Ad Library APIs)²⁷. O direcionamento nas temáticas passíveis de serem estudadas é uma das críticas de Bruns (2019) a esta iniciativa.

A terceira e última questão levantada neste artigo diz respeito aos diferentes modos com que os dados coletados através de APIs estão imbricados com as mediações algorítmicas que, entre outras operações, hierarquizam e personalizam os fluxos informacionais nas plataformas. Para tal, é preciso atentarmos, de antemão, para a interdependência entre os conjuntos de dados produzidos, armazenados e (eventualmente) disponibilizados pelas plataformas *online* e as rotinas computacionais pensadas para produzir relações e hierarquias entre eles. Muitas vezes definido como uma sequência de instruções escritas para cumprir tarefas predeterminadas, os algoritmos são tomados aqui “instâncias que viabilizam uma *leitura interessada* de uma realidade empírica e ‘dataficação’” (Rieder, 2018, p. 127).

Frequentemente tomados como opacos, ou como caixas-pretas, os algoritmos assumiram, nos últimos anos, um visível protagonismo nos estudos sobre internet, em especial para discutir fenômenos em torno de polarizações políticas e ampliação das assimetrias de poder. Ao convocar a centralidade das mediações algorítmicas, no entanto, deve-se entender que o que singulariza um algoritmo não são as instruções materializadas em seu código, mas sim o modo como ele articula, na prática, as associações entre um conjunto heterogêneo de atores (Introna, 2016). Isto é, a agência visível dos algoritmos deve ser compreendida em articulação com as infraestruturas que os abrigam, com os mecanismos de governança, com as agências dos usuários e com as demais dimensões das plataformas *online*.

A partir de suas performances, os algoritmos se relevam como construtos sociotécnicos que instituem novas lógicas de seleção, hierarquização, recomendação e de controle dos fluxos informacionais. Em articulação com as APIs (Bucher, 2013), instauram regimes de conhecimento e de visibilidade que se apropriam dos dados disponíveis para identificar padrões, tendências e, cada vez com mais frequência, para fazer previsões (Bucher, 2018; Gillespie, 2018). Essa

dinâmica se mostra especialmente central nas “culturas dos rankings” (Rieder et al., 2018) incorporadas pelas plataformas. A hierarquização dos assuntos mais comentados como *trending topics* e a organização de conteúdos diversos em *feeds* personalizados são possivelmente as práticas mais evidentes do modo como as plataformas se apropriam dos dados para, em conjunto com as ações de cada usuário, mediar seu uso por meio de algoritmos.

Nosso argumento aqui é que a complexificação dos processos de mediação exercidos pelos algoritmos tem culminado em uma significativa desvinculação entre as lógicas com que as APIs públicas formatam e organizam os dados disponibilizados e as várias experiências possíveis dos usuários nas interfaces das plataformas. As bases de dados coletadas, em geral, induzem uma leitura estática sobre os entrelaçamentos entre uma dada temática e as *affordances* de uma plataforma, isto é, invisibilizam tanto o modo como uma discussão se modificou ao longo de determinado período de tempo quanto as mudanças nas políticas de governança (critérios para moderação de conteúdo, por exemplo) e em outras dimensões das plataformas. Esta questão é ainda mais evidente quando estamos tratando de um social que, mediado pelas políticas de dados, emerge a partir de métodos que privilegiam uma noção compartilhada de “tempo real” (Marres & Weltevrede, 2013).

Os desafios impostos pelas mediações algorítmicas às pesquisas sobre plataformas de mídia social mostram-se ainda maiores se atentarmos para como a atuação das plataformas vem sendo orientada por princípios e métodos da inteligência artificial, conforme discute Mackenzie (2018). Para o autor, o funcionamento das plataformas se alinha cada vez menos com o modelo de intercâmbio de dados baseado nas APIs. O centro agora está na programabilidade centrada em processos de aprendizagem de máquina, isto é, em técnicas que se apropriam de dados de treinamento para ajustar e recriar modelos de análise (Mintz, 2019).

Se, no modelo baseado nas APIs, o foco estava na automação do fluxo de dados entre diferentes plataformas, uma política centrada em técnicas de aprendizagem de máquina volta-se para a implementação de *workflows* e *pipelines* que permitem que programadores e outros parceiros possam experimentar a implementação e a eficiência de modelos preditivos. Nas palavras de Mackenzie (2018), “a própria plataforma se torna um sistema experimental para observar o mundo e testar como o mundo responde às mudanças na plataforma”²⁸ (p. 2003). Neste modelo, afirma o autor, as plataformas dão um passo adiante para se consolidarem como infraestruturas, colocando em xeque o argumento de van Dijck (2013) sobre a centralidade da “conectividade” para as plataformas *online*.

²⁸No original: “the platform itself becomes an experimental system for observing the world and testing how the world responds to changes in the platform”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, voltamo-nos para um conjunto de questões conceituais e metodológicas a serem enfrentadas por pesquisas baseadas em dados fornecidos através das APIs de plataformas de mídia social. Ancorados nas perspectivas dos Estudos de Plataforma e dos métodos digitais, discutimos como os estudos empíricos baseados em dados devem atentar para as dimensões materiais, políticas, econômicas e normativas que perpassam a atuação de serviços como Twitter e Facebook. De forma cada vez mais evidente, as *affordances*, as políticas de datificação, a governança, os modelos de negócio e as infraestruturas interferem nas possibilidades e nas restrições impostas às pesquisas empíricas baseadas em dados.

Um primeiro aspecto a ser retomado nestas considerações finais diz respeito tanto às constantes mudanças nos modos de funcionamento das APIs quanto ao papel desempenhado por estes recursos fronteiriços desde o início do processo de plataformização da web, nos anos 2000. Na seção “(Política das) APIs: Primeiras Iniciativas”, retomamos questões relativas ao desenvolvimento de protocolos orientados para um intercâmbio controlado de dados, às pressões jurídicas em torno da crescente concentração de poder por empresas ligadas à internet (telecoms e Microsoft) e à eufórica adesão à proposta “colaborativa” da web 2.0. Mediante exemplos do Twitter e do Facebook, procuramos sintetizar como progressivamente vêm se modificando tanto as estratégias de mercado e de governança das plataformas quanto as políticas das APIs por elas gerenciadas, em uma tendência que complexifica e, em geral, piora as condições de realização de pesquisas empíricas baseadas em dados.

“*Affordances*, Governança e Mediações Algorítmicas” foram os três aspectos detalhados nessa seção do artigo. Nossa intenção foi, mais uma vez, apontar especificidades que condicionam decisivamente a oferta e as trocas de dados mediadas pelas plataformas. Os esforços das plataformas em padronizar as atividades dos usuários e as implicações de uma adesão acrítica às lógicas de popularidade ou engajamento são pontos a serem observados por metodologias que visem tensionar, e não apenas seguir as *affordances* das APIs. Já as significativas mudanças na governança de dados após o escândalo Cambridge Analytica sugerem não só uma crise no modelo de pesquisa baseado nas APIs públicas, mas também um aumento na assimetria entre as pesquisas realizadas em países em condições mais precárias de infraestrutura e articulação política com as plataformas. Por fim, procuramos destacar como a centralidade e diversidade das mediações algorítmicas aplicadas aos dados instauram, para cada usuário ou público, regimes diversificados de visibilidade e hierarquização, o que exemplifica a

acentuação da dimensão experimental das plataformas, principalmente por meio da consolidação da aprendizagem de máquina como modelo prioritário de tratamento de dados.

Cabe, por fim, nos perguntarmos: estaríamos aqui identificando ou insinuando o esgotamento do modelo de APIs públicas adotado (ainda) por algumas plataformas de mídia social? Mais interessados em levantar do que em responder à questão, este artigo procura sinalizar que os dados fornecidos via APIs são sim um rico e potente material empírico se os compreendermos como pistas que sinalizam os modos com o social, os métodos e as plataformas se coproduzem e são interdependentes. Assim, evitar usos instrumentais e positivistas dos rastos fornecidos pelo Twitter, Facebook ou YouTube é, em última instância, não aderir à “ideologia do dataísmo” (van Dijck, 2017), ou seja, evitar que a crença entusiasmada na suposta possibilidade de se revelar o social através dos dados se sobreponha a uma leitura crítica que, além de compreender as dinâmicas das plataformas, busque desnaturalizá-las e tensioná-las. ■

REFERÊNCIAS

- Ahmed, W. (2019, 18 de junho). Using Twitter as a data source: An overview of social media research tools. *LSE Impact Blog*. <http://bit.ly/3r14GWP>
- Ahmed, W., Bath, P. A., & Demartini, G. (2017). Using Twitter as a data source: An overview of ethical, legal, and methodological challenges. In K. Woodfield (Ed.), *The ethics of online research* (Vol. 2, pp. 79-107). Emerald. <https://doi.org/10.1108/S2398-601820180000002004>
- Bodle, R. (2011). Regimes of sharing. *Information, Communication & Society*, 14(3), 320-337. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2010.542825>
- Borra, E., & Rieder, B. (2014). Programmed method: Developing a toolset for capturing and analyzing tweets. *Aslib Journal of Information Management*, 66(3), 262-278. <https://doi.org/10.1108/AJIM-09-2013-0094>
- Boyd, D., & Crawford, K. (2012). Critical questions for big data. *Information, Communication & Society*, 15(5), 662-679. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.678878>
- Bruns, A. (2019). After the ‘APIcalypse’: Social media platforms and their fight against critical scholarly research. *Information, Communication & Society*, 1-23. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1637447>
- Bucher, T. (2013). Objects of intense feeling: The case of the Twitter APIs. *Computational Culture*, 3. <http://bit.ly/3c0jWPJ>
- Bucher, T. (2018). *If... then: Algorithmic power and politics*. Oxford University Press.

- Bucher, T., & Helmond, A. (2018). The affordances of social media platforms. In J. Burgess, A. Marwick, & T. Poell (Eds.), *The SAGE handbook of social media* (pp. 233-253). Sage. <http://dx.doi.org/10.4135/9781473984066.n14>
- Cadwalladr, C., & Graham-Harrison, E. (2018, 17 de março). Revealed: 50 million Facebook profiles harvested for Cambridge Analytica in major data breach. *The Guardian*. <http://bit.ly/3vyYXLo>
- d'Andréa, C. F. de B. (2018). Cartografando controvérsias com as plataformas digitais: Apontamentos teórico-metodológicos. *Galáxia*, (38), 28-39. <https://doi.org/10.1590/1982-2554234208>
- d'Andréa, C. F. de B. (2020). *Pesquisando plataformas online: Conceitos e métodos*. Edufba. <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32043>
- d'Andréa, C., & Melgaço, L. (2019, 11-14 de junho). *Tecnologias emergentes: “Questões problemáticas” do VAR tuitadas durante a Copa 2018* [Artigo apresentado]. XVIII Encontro Anual da Compós, Porto Alegre, RS, Brasil. <https://bit.ly/3c5mHz9>
- Davies, H. (2015, 11 de dezembro). Ted Cruz campaign using firm that harvested data on millions of unwitting Facebook users. *The Guardian*. <http://bit.ly/2OOxmVV>
- Doctorow, C. (2006, 3 de julho). T-shirt design: “The Internet, a Series of Tubes”. *Boing Boing*. <http://bit.ly/3eUgs2N>
- Freelon, D. (2018). Computational research in the post-APIs age. *Political Communication*, 35(4), 665-668. <https://doi.org/10.1080/10584609.2018.1477506>
- Gadde, V., & Gasca, D. (2018). Measuring healthy conversation. *Blog Twitter*. <http://bit.ly/3r05Q53>
- Gerlitz, C., & Helmond, A. (2013). The like economy: Social buttons and the data-intensive web. *New Media & Society*, 15(8), 1348-1365. <https://doi.org/10.1177/1461444812472322>
- Gerlitz, C., & Rieder, B. (2018). Tweets are not created equal. A platform perspective on social media metrics. *International Journal of Communication*, 12, 528-547. <https://bit.ly/3lty2fm>
- Gillespie, T. (2010). The politics of “platforms”. *New Media & Society*, 12(3), 347-364. <https://doi.org/10.1177/1461444809342738>
- Gillespie, T. (2018). A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, 6(1), 95-121. <http://bit.ly/38VfMq5>
- Gorwa, R. (2019). What is platform governance? *Information, Communication & Society*, 22(6), 854-871. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1573914>
- Helmond, A. (2015). The platformization of the web: Making web data platform ready. *Social Media + Society*, 1(2), 1-11. <https://doi.org/10.1177/2056305115603080>

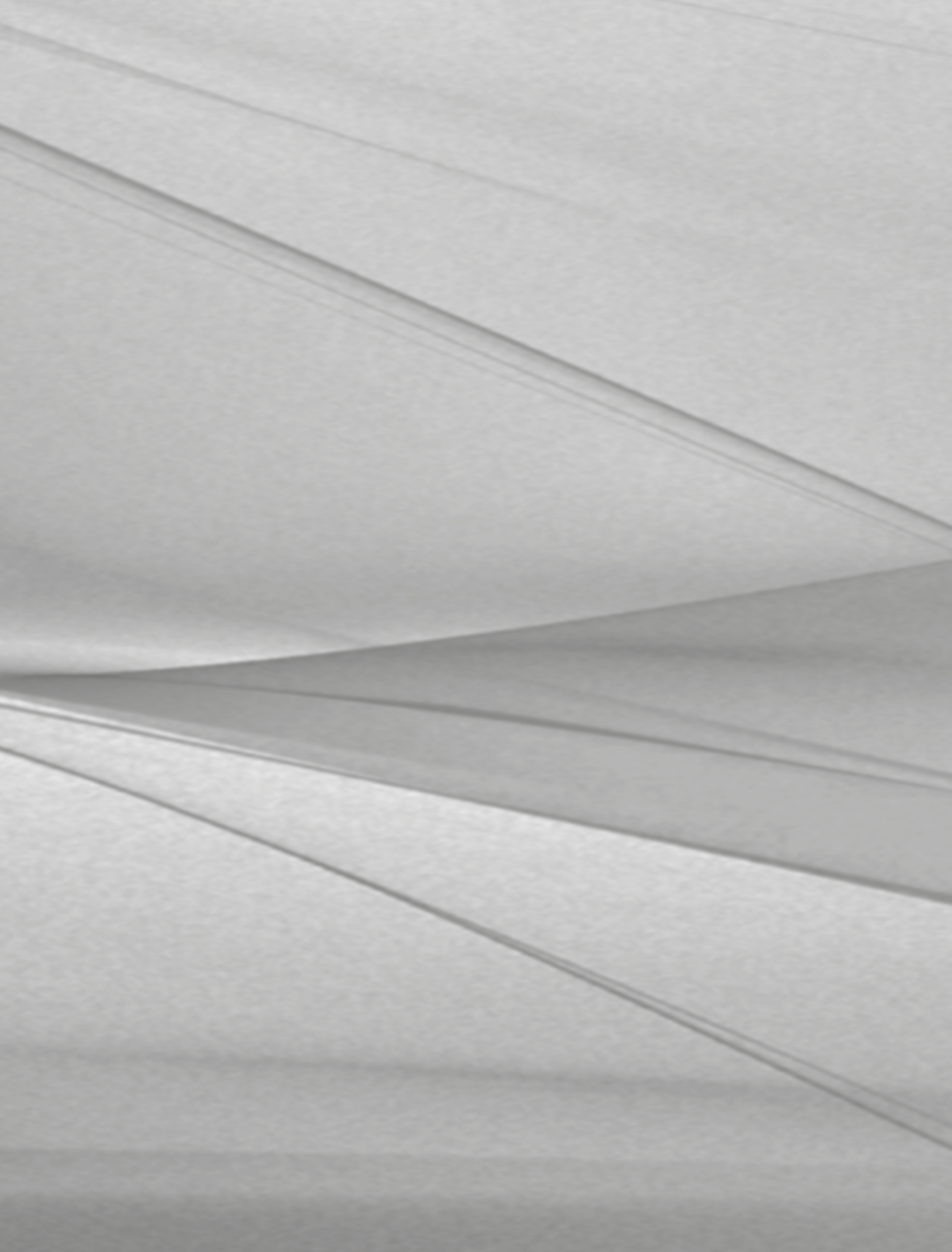
- Helmond, A., Nieborg, D. B., & van der Vlist, F. N. (2019). Facebook's evolution: Development of a platform-as-infrastructure. *Internet Histories*, 3(2), 123-146. <https://doi.org/10.1080/24701475.2019.1593667>
- Histórico das APIs no monitoramento e pesquisa em mídias sociais. (s.d.). IBPAD. <http://bit.ly/2NxpDor>
- Introna, L. D. (2016). Algorithms, governance, and governmentality: On governing academic writing. *Science, Technology, & Human Values*, 41(1), 17-49. <https://doi.org/10.1177/0162243915587360>
- King, G., & Persily, N. (2019, 28 de abril). First grants announced for independent research on social media's impact on democracy using Facebook data. *Social Science One*. <http://bit.ly/3r42Y74>
- King, G., & Persily, N. (2020). A new model for industry-academic partnerships. *PS: Political Science & Politics*, 53(4), 703-709. <https://doi.org/10.1017/S1049096519001021>
- Law, J. (2017). STS as method. In U. Felt, R. Fouché, C. A. Miller, & L. Smith-Doerr (Eds.), *The handbook of science and technology studies* (pp. 31-57). MIT Press.
- Mackenzie, A. (2018). From APIs to AI: Platforms and their opacities. *Information, Communication & Society*, 22(13), 1989-2006. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2018.1476569>
- Marres, N. (2015). Why map issues? On controversy analysis as a digital method. *Science, Technology & Human Values*, 40(5), 655-686. <https://doi.org/10.1177/0162243915574602>
- Marres, N., & Gerlitz, C. (2016). Interface methods: Renegotiating relations between digital social research, STS and sociology. *The Sociological Review*, 64(1), 21-46. <https://doi.org/10.1111/1467-954X.12314>
- Marres, N., & Weltevrede, E. (2013). Scraping the Social? Issues in live social research. *Journal of Cultural Economy*, 6(3), 313-335. <https://doi.org/10.1080/17530350.2013.772070>
- Mintz, A. G. (2019). *Visualidades computacionais e a imagem-rede: Reapropriações do aprendizado de máquina para o estudo de imagens em plataformas online* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório institucional da UFMG. <http://bit.ly/2P6j3vP>
- Plantin, J.-C., Lagoze, C., Edwards, P. N., & Sandvig, C. (2018). Infrastructure studies meet platform studies in the age of Google and Facebook. *New Media & Society*, 20(1), 293-310. <https://doi.org/10.1177/1461444816661553>
- Puschmann, C., & Burgess, J. (2014). The politics of Twitter data. In K. Weller, A. Bruns, J. Burgess, M. Mahrt, & C. Puschmann (Eds.), *Twitter and society* (pp. 43-54). Peter Lang US.

- Recuero, R. (2019, 9 de julho). Mídia social, plataforma digital, site de rede social ou rede social? Não é tudo a mesma coisa? *Raquel Recuero*. <http://bit.ly/3tHK4Vw>
- Rieder, B. (2018). Examinando uma técnica algorítmica: O classificador de Bayes como uma leitura interessada da realidade. *Parágrafo*, 6(1), 123-142. <https://bit.ly/2PagYih>
- Rieder, B., Matamoros-Fernández, A., & Coromina, O. (2018). From ranking algorithms to ‘ranking cultures’: Investigating the modulation of visibility in YouTube search results. *Convergence*, 24(1), 50-68. <https://doi.org/10.1177/1354856517736982>
- Rogers, R. (2013). *Digital methods*. MIT Press.
- Rogers, R. (2018a). Otherwise engaged: Social media from vanity metrics to critical analytics. *International Journal of Communication*, 12, 450-472. <https://bit.ly/3vOhqE7>
- Rogers, R. (2018b). Social media research after the fake news debacle. *Partecipazione e Conflitto*, 11(2), 557-570. <http://doi.org/10.1285/i20356609v11i2p557>
- Schneider, T. (2006, 11 de julho). Mr. Stevens’ wild ride through a “series of tubes”. *Public Knowledge*. <http://bit.ly/3r04fw5>
- Shiffman, N. (s.d.). CrowdTangle for academics and researchers. *CrowdTangle*. <http://bit.ly/3r0FIab>
- Stone, B. (2006, 20 de setembro). Introducing the Twitter APIs. *Blog Twitter*. <http://bit.ly/3s5PiKm>
- van de Ven, R. (2017, 25 de janeiro). Choose how you feel; you have seven options. *INC Longform*. <http://bit.ly/2Nv82nh>
- van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford University Press.
- van Dijck, J. (2017). Confiamos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. *MATRIZES*, 11(1), 39-59. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i1p39-59>
- van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M. (2018). *The platform society*. Oxford University Press.
- Venturini, T., & Rogers, R. (2019). “APIs-Based Research” or how can digital sociology and journalism studies learn from the Facebook and Cambridge Analytica data breach. *Digital Journalism*, 7(4), 532-540. <https://doi.org/10.1080/21670811.2019.1591927>
- Vimieiro, A. C., & Bargas, J. de K. R. (2019). O uso de dados e métodos digitais nas pesquisas em comunicação. *Revista Famecos*, 26(2), e32473. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.2.32473>

Artigo recebido em 24 de outubro de 2020 e aprovado em 8 de março de 2021.

ENTREVISTA

L



Silvio Waisbord: Diversidade e fragmentação – O campo da comunicação como uma pós-disciplina e seus desdobramentos na contemporaneidade

Silvio Waisbord: Diversity and fragmentation – The field of communication as a post-discipline and its developments in contemporary times

Entrevista com SILVIO WAISBORD

Por ELIZABETH SAAD^a

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo – SP, Brasil

Por DANIELA OSVALD RAMOS^b

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Paulo – SP, Brasil

CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO e digitalização construíram uma relação indissolúvel na medida em que os processos sociais, econômicos, organizacionais e institucionais assumiram as tecnologias digitais de informação e comunicação como meio de conexão e operação. É possível afirmar que o campo tem atualmente um papel de centralidade no tecido social. Ao mesmo tempo, ao se fazer presente nos demais campos, correlatos ou não, coloca-se como transversal, atuando como agregador social.

Tem-se claro que o estudo acadêmico da comunicação e suas aplicações ganha importância, fazendo com que a pesquisa, a difusão e o ensino acompanhem inovações, mudanças e ressignificações de conceitos, ontologias e abordagens. Assim, como poderíamos caracterizar as ciências da comunicação na contemporaneidade?

Muitos questionamentos foram abordados pelo professor doutor Silvio Waisbord em seu recente livro *Communication: A Post-Discipline* (2019), ainda não traduzido para o português, obra que nos inspirou para sua entrevista em *MATRIZES*.

O professor Waisbord é sociólogo de formação desde sua licenciatura na Universidad de Buenos Aires, seguindo para mestrado e doutorado na

^a Professora titular sênior do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) na mesma unidade. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4020-7116>. E-mail: bethsaad@usp.br

^b Professora no Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) na mesma unidade. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7687-567X>. E-mail: dramos@usp.br

San Diego University. Atualmente é diretor e professor na Escola de Mídia e Assuntos Públicos, George Washington University. Publicou mais de 200 artigos em periódicos acadêmicos de diferentes línguas, além de nove livros autorais ou organizados, dos quais o mais recente foi lançado em março deste ano – *The Routledge Companion to Media Disinformation and Populism* (Tumber & Waisbord, 2021), sem tradução para o português.

Nosso entrevistado transita por múltiplas temáticas do campo, em especial os *communication studies*, o jornalismo, a sociologia da mídia e os aspectos de transformações globais da sociedade e respectivas relações com nosso mundo da comunicação. Waisbord é um *scholar* de referência, especialmente por sua experiência de mais de dez anos como editor-chefe do *Journal of Communication*, publicado pela International Communication Association (ICA), e do *International Journal of Press/Politics*, editado pela Sage Publications.

Tais experiências, lendo, redigindo e editando centenas de artigos acadêmicos, interagindo com autores de todos os continentes e vertentes teóricas, deram ao professor uma visão crítica e lúcida sobre o cenário recente dos estudos em ciências da comunicação e suas perspectivas futuras.

Não por acaso cunhou a comunicação como uma pós-disciplina, retratando sua diversidade e fragmentação resumida numa frase lapidar de seu livro: “O sonho de um campo único, de alguma forma unificado por uma ontologia, cânones teóricos e métodos científicos, é algo inatingível”¹ (2019, Cap. 2, seção *Should we worry*, para. 1). E, não por acaso, conversamos com o professor Waisbord sobre os rumos de nosso campo, fundado num histórico de suas origens multidisciplinares nas ciências sociais e que, em sintonia com sua proposição – “a comunicação foi multidisciplinar, antes que a multi e a interdisciplinaridade se tornassem tendências importantes na academia”² (2019, Cap. 1, seção *Why fragmentation*, para. 1) – chega a nossos dias mais próxima de uma interdisciplinaridade, apenas.

Nosso entrevistado deixa claro que tal dissonância não é exatamente um problema, mas se constitui num debate que põe em contínua discussão as relações acadêmicas, as vertentes e abordagens e um embate entre olhares amplos e aqueles hipersegmentados, que perpassam os estudos de comunicação mundo afora. Buscamos, nesta entrevista, passar pelos múltiplos temas abordados em *Communication: A Post-Discipline* (Waisbord, 2019) – os objetos e métodos; a tendência de uso de métodos quantitativos para pesquisa como um parâmetro de publicação em periódicos internacionais referenciados; sua proposta de taxonomia para conceituar o campo; os impactos que vivenciamos por conta da digitalização, reverberados, por exemplo, na desinformação, em violências e polarizações e na modulação algorítmica; a formação acadêmica dos profissionais

¹No original: “The dream of a common field, somewhat unified by common ontology, theoretical canon, and the scientific method, is out of reach.” Essa e demais traduções, das autoras.

²No original: “Communication was multidisciplinary before multi- and interdisciplinary became important trends in academia.”

de comunicação e suas propostas de esperança para que possamos olhar para os estudos de comunicação como um meio de discussão para questões comuns, independentemente de regionalidades e localidades: o papel da comunicação na alfabetização midiática, nas mudanças climáticas, nas distopias digitais, nos aspectos de raça, gênero e etnias.

Entrevistamos o professor Waisbord pelo do Zoom, em meio ao distanciamento pandêmico, ele em sua residência em clima primaveril de Washington e nós no outono paulistano, mas todos com sensação de verão. O resultado foi caloroso, possibilitando que transitássemos entre formalidade temática e aqueles aspectos mais informais e pessoais que permeiam a rotina de acadêmicos do campo da comunicação. Todos concordamos que, para qualquer ressignificação do campo, será preciso usar de muita imaginação.

MATRIZES: Seu livro e sua experiência pessoal mostram, com autoridade, quão fragmentados são o campo acadêmico e a pesquisa em comunicação em todo o mundo. As questões regionais e culturais, tradições acadêmicas e o comportamento dos pesquisadores e acadêmicos são alguns pontos que reforcem, em suas palavras, um estado babeliano e um campo *manqué*. Você considera que a identidade da comunicação continuará sendo a de uma área *multitudo* ou existem alternativas para o surgimento de um campo efetivo?

Waisbord: Penso que a resposta é absolutamente sim. E a razão é porque as dinâmicas que temos observado historicamente estão mais fortes do que nunca. Por um lado, não existe uma forte tendência de contrafragmentação nos estudos comunicacionais. Não há muitas pessoas realmente trabalhando para tentar unir esses estudos em torno de um conjunto compartilhado de questões ou uma visão comum ou tentando reunir as diferentes linhas de pesquisa e reflexão dentro dos estudos de comunicação. E, por outro lado, constantemente haverá novas áreas surgindo e contínuas especializações, assim, mesmo depois de poucos anos desde a redação do livro, continuo a ver, inclusive, o aprofundamento dessas tendências. E, também, é o contexto mais amplo do que estava acontecendo nas ciências em geral, as humanas e as sociais. Creio que é uma proliferação constante de novas áreas de pesquisa, novos léxicos, novas teorias.

Estamos bem longe desse sonho de ter disciplinas e campos bem definidos. Isso acabou, não vai mais voltar nas ciências sociais e humanas, se é que algum dia foi possível, acho que nunca, pois a ideia de uma ciência integrada vem de um modelo de ciência muito, diria, modernista do início do século XX e, especialmente, das ciências sociais e humanas. Quer dizer, nunca existiu realmente. E uma das razões é porque esse tipo de modelo científico requer um cânone

dominante, um corpo de conhecimento que seja fundacional, e nos estudos de comunicação, por exemplo, é muito difícil hoje concordar com um cânone fundamental que defina as linhas, as discussões, as teorias e os conceitos para todo o campo. Isso nunca existiu e, hoje, é ainda mais difícil, dado o que está acontecendo no conhecimento acadêmico global. Então, acho que é um estado de coisas, não apenas exclusivo dos estudos de comunicação, mas também de outras disciplinas, que irá permanecer.

MATRIZES: Existem muitos prefixos possíveis cunhados pelos acadêmicos para caracterizar os estudos da comunicação – uma pós-disciplina, uma não disciplina, uma ciência do comum, por exemplo. Qualquer que seja o prefixo, você considera a comunicação como central e transversal nos diferentes saberes, especialmente no momento presente. Como esse protagonismo poderia coexistir e colaborar com as ortodoxias de outras áreas?

Waisbord: Os estudos da comunicação se cruzam constantemente com outras disciplinas e campos, e é isso que, acredito, torna as comunicações tão ricas, tão empolgantes, de modo que não dá para ficar entediado: as questões de pesquisa mudam constantemente. As abordagens mudam constantemente. Sua maneira de expandir as pesquisas anteriores muda. Porque a comunicação é um fenômeno que de alguma forma está em constante mudança, não apenas por causa da tecnologia, não simplesmente porque muito do que estudamos está ligado às tecnologias da informação e da comunicação e, portanto, à medida que as tecnologias mudam, o que estudamos também muda constantemente. Acredito que, por causa dessa posição singular, as ciências sociais e humanas sempre se ocuparam dos estudos da comunicação: estão na encruzilhada de diferentes tendências, conversações e debates. Não acredito que a ortodoxia jamais tenha sido estável nos estudos de comunicação, em função da natureza do objeto de nosso estudo. Isso é ontológico, se você preferir – uma bênção –, ou uma característica desses estudos, e é por isso que neles você encontra pessoas que vêm de tradições disciplinares muito diferentes, que de alguma forma convergem em movimentos semelhantes?

Sua pergunta é sobre o protagonismo e essa é uma pergunta ligeiramente diferente. O protagonismo é, independentemente da resposta, se os estudos da comunicação são suficientemente reconhecidos por outras ciências e disciplinas, e isso sempre foi uma questão problemática. Teria que haver alguma pesquisa para verificar isso em outros campos e disciplinas, como ciência política, história ou sociologia. Pessoas que trabalham com questões de comunicação e informação e não necessariamente têm conhecimento da pesquisa em comunicação. E isso

sempre existiu como um problema de determinadas formas, a comunicação sendo vista como um campo ou ciência inexistente, ou que as pessoas em outras disciplinas desconheciam. Isso é um problema. E isso, a meu ver, continua sendo um problema, e tem a ver com a questão do protagonismo. O protagonismo não é apenas o que nós, pesquisadores da comunicação, decidimos, mas o lugar que ocupamos na academia, envolvendo-nos com outras disciplinas.

MATRIZES: Principalmente no Brasil, a comunicação não é aceita pelos empresários. Todas as áreas de comunicação aqui são alocadas em marketing. Então, temos algumas lutas para entender o que é comunicação e como ter um profissional que estuda comunicação atuando nessa área no mercado. É melhor trabalhar como jornalista ou como relações públicas, mas não como comunicador. Você consegue entender esse dilema?

Waisbord: Isso tem a ver com a ambivalência e a ambiguidade da comunicação como um conceito, porque ela significa tantas coisas diferentes, não apenas dentro dos estudos da comunicação, mas também fora deles. É impossível, de fato, unificar o que significa comunicação, das escolas de administração à ciência política e tudo mais, incluindo a ciência da computação. O que comunicação significa em certos aspectos é uma espécie de fardo, porque sempre precisamos explicar o que fazemos e o que é comunicação. E também porque nós mesmos não temos um consenso, discuto no livro: com a falta de consenso em torno da comunicação, ela pode ser vista como parte da riqueza do que estudamos, mas ao mesmo tempo é um desafio porque levanta essas questões sobre o que fazemos. Como gerenciamos as percepções que outros campos e disciplinas têm sobre os estudos da comunicação? Então, isso pode ser visto como uma força ou como um desafio. Entendo que intelectualmente é muito enriquecedor, mas em termos dos aspectos profissionais, institucionais, especialmente dentro das universidades, isso normalmente se torna um desafio, pois você precisa explicar aos outros o que fazemos, o que cobrimos e o que não abordamos.

MATRIZES: Essa falta de consenso é, talvez, por que a semiótica não se tornou o bloco unificador do campo dos estudos da comunicação?

Waisbord: Creio que o que aconteceu com a semiótica ocorreu com muitas outras vertentes de pensamento sobre a pesquisa. Ela acabou relacionada à comunicação, mas nunca se tornou o núcleo da área. A semiótica tradicional é bastante forte na América Latina, principalmente no Brasil, na Argentina e no México, mas derivando da tradição europeia, principalmente a francesa, da semiótica. Porém esse não é o caso dos Estados Unidos ou do Reino Unido, ou

mesmo nos países nórdicos, nos quais a semiótica nunca teve aquela posição central em torno da qual os estudos de comunicação se desenvolveram. Nunca foi o tronco ou a espinha dorsal dos estudos de comunicação. Nos Estados Unidos, os estudos de comunicação surgiram da pesquisa de opinião pública e de psicologia e, até certo ponto, da sociologia, mas nunca da semiótica.

Esse ainda é o caso de muitas das pesquisas produzidas na América Latina sobre os estudos da comunicação que se fundamentam na semiótica de uma forma que não ocorre, realmente, nos Estados Unidos. E, também, a semiótica teve na América Latina uma entrada precoce nos departamentos de literatura, mais do que nas comunicações, antes mesmo de os departamentos de comunicação serem estabelecidos. Desse modo, há muitas pessoas trabalhando em semiótica e comunicação saindo de uma tradição literária – pessoas que estudam literatura, linguística, igualmente. Nos Estados Unidos, essa tradição não existe, não é tão forte e definidora como na América Latina. Especialmente quando se olha para os estudos da comunicação globalmente, a semiótica tem uma presença muito diferente.

Você pode perguntar à maioria das pessoas que obtiveram um doutorado em comunicação nos Estados Unidos sobre Peirce ou sobre Barthes e eles não têm ideia de quem são essas pessoas – nenhuma tem ideia. A menos que as pessoas tenham estudado comunicação interpessoal, por exemplo, ou linguística, elas não saberão do que se trata. E você raramente encontrará revista científicas de comunicação dos Estados Unidos publicando sobre semiótica, porque elas seguem essas linhas paralelas.

³No original: “Communication was multidisciplinary before multi- and interdisciplinary became important trends in academia”.

MATRIZES: Esta citação “A comunicação foi multidisciplinar, antes que a multi e a interdisciplinaridade se tornassem tendências importantes na academia”³ (Waisbord, 2019, Cap. 1, Seção Why fragmentation, para. 1) inicia sua proposta de taxonomia – conexão, diálogo, expressão, informação, persuasão e interação simbólica. Todos esses aspectos são reforçados em uma sociedade digitalizada e estão interligados para expressar nossas ações comunicativas contemporâneas. Você poderia comentar sobre os efeitos da comunicação (para o bem ou para o mal) diante da desinformação, desplatformização, modulação algorítmica para tendências de opinião pública, influenciadores de mídia social?

Waisbord: Essa é uma excelente pergunta. Todas essas abordagens, de alguma forma, sempre lidaram com as questões da desinformação ou propaganda enganosa e mentirosa. É possível estudar essas questões ao se entender as comunicações como conexão, diálogo, informação, expressão etc. Acho que,

nesse momento, de certa forma, é uma outra rodada de abordagens muito semelhantes para a compreensão da comunicação, olhando para a desinformação ou o papel das plataformas de mídia social. Algumas dessas são questões antigas, não uma novidade. O que há de novo é a forma como isso acontece, a centralidade de novas formas de mediação e técnicas mais sofisticadas de propaganda e desinformação.

Mas, no fundo, algumas dessas questões não são tão novas, ou o modo como atravessam diferentes entendimentos sobre a comunicação. Na verdade, o recente livro que acabamos de publicar sobre a desinformação na mídia (Tumber & Waisbord, 2021) é um bom exemplo, porque, de certa forma, há pessoas abordando essas questões a partir da perspectiva de entender a comunicação como informação, como persuasão e como expressão. Portanto, de certa forma, não é explícito. Não é feito de maneira deliberada, mas normalmente está subjacente ao que as pessoas entendem sobre o problema – quais são as causas, como definir essas informações ou como pensar em alternativas a elas.

O que é interessante nisso é quão profundamente o pêndulo oscilou, do otimismo tecnológico de quinze anos atrás para, agora, uma visão mais distópica da comunicação digital. Isso para mim é a parte mais interessante dessa tendência. Ao se observar o que foi escrito há apenas dez anos, digamos na época da Primavera Árabe, isso parece tão desatualizado, tão simplista. E não só porque a tecnologia evoluiu muito na última década. É porque os argumentos sobre a comunicação digital foram guiados mais pela esperança do que por evidências. Pela convicção que muitas pessoas tinham sobre a inerente benevolência do aumento da expressão, ao invés de preocupações com o quanto isso leva ao ódio, à vigilância, a todos os tipos de fenômenos distópicos: mais expressividade não removeria as questões sobre a concentração de propriedade da mídia; o fato de que a maioria de nós está falando globalmente em algumas poucas plataformas que têm um conjunto muito específico de regras, considerações e objetivos econômicos; quer dizer, todas essas questões não eram realmente centrais quando as pessoas tinham todas essas visões excessivamente otimistas sobre as tecnologias digitais – não apenas pessoas de direita, mas até mesmo pessoas de esquerda.

Para as pessoas de esquerda, toda a discussão era em grande medida sobre a promessa da noção geral de que mais expressão é mais democracia; mais democracia significa mais representação, mais reconhecimento dos direitos humanos. E isso é verdade, mas não é a única história. A história principal hoje não é que mais expressão, facilitada pelas plataformas digitais e tecnologias digitais, leva a mais representação ou mais direitos, e a razão é porque mais expressão acontece no contexto de estruturas de poder que não mudaram

drasticamente e, portanto, ocorrem desenvolvimentos mais antidemocráticos e mais autoritários do que movimentos de expressão que alteram completamente as coisas. Em segundo lugar, percebemos que a expressão é insuficiente e que, na verdade, pode levar ao ódio.

Conforme a expressão não leva ao reconhecimento ou à tolerância dos direitos das pessoas, o aumento dela, na verdade, conduz à restrição dos direitos de expressão que muitas outras pessoas têm. Essa, para mim, é uma das questões centrais: a incompatibilidade entre mais expressão e mais direitos humanos ou mais direitos comunicativos. Mais expressão sempre foi a causa de, digamos, liberais progressistas e radicais, e agora essa questão foi sequestrada pela direita. A direita de alguma forma parece ser a campeã de mais expressão, então todo o debate, a salutar conversação sobre a cultura do cancelamento, que infelizmente se tornou global, é um exemplo de como a direita – especialmente a extrema direita – sequestrou a noção de que mais expressão, mais liberdade de expressão é um bem, independentemente de qualquer outra coisa. E agora, a discussão que precisamos fazer na esquerda é que, na verdade, mais expressão contraria os direitos de expressão de outras pessoas, ou de outros direitos humanos, se for mais expressão como um veículo de ódio, para pisotear os direitos de outras pessoas. Você perguntou quais são os efeitos. Estou mais preocupado com as consequências do que, digamos, satisfeito com os resultados desses processos.

MATRIZES: Talvez a partir de agora e no futuro essas coisas possam se estabilizar, porque, como você falou, e nós concordamos, começamos com otimismo e agora não estamos de forma estruturada, talvez no futuro haja um centro, uma convergência, algum dia.

Waisbord: Creio que, de certa forma, nos prejudicamos bastante com o otimismo infundado de uma década ou quinze anos atrás. Não sou pessimista, mas, de certa forma, é difícil encontrar motivos fortes para recuperar o otimismo quando a situação atual é tão generalizada. Os maus exemplos, as situações antidemocráticas... É muito difícil. É sempre possível ter esperança, mas a questão é: como reconciliar os pressupostos normativos mentais com o que mostram as tendências empíricas? Elas mostram algo muito desagradável, certo? E, claro, o que aconteceu no Brasil é um excelente exemplo da convergência dessas tendências desagradáveis facilitada pelas tecnologias digitais. Portanto, a questão é que provavelmente o que precisamos fazer é ter muito mais conclusões contextualizadas do que conclusões que sejam apenas aspiracionais.

Acredito que o momento de dez, quinze anos atrás foi impulsionado mais por um argumento aspiracional “o que se gostaria que acontecesse”, em vez do que realmente, com base nas evidências, poderia acontecer. E quando se vê a tendência de direita em tantos países, é difícil descobrir qual é a saída para essa situação em termos de efeitos, em termos de que as tecnologias digitais tendem principalmente a favorecer as perspectivas e posições autoritárias, políticas. Os usos mais progressivos, tendo a pensar, são os mais excepcionais; eles são importantes, mas tendem a ser as exceções e não a regra. Quando se olha para a maneira como os governos, não apenas na Rússia e na China, mas também em muitos países da América Latina, estão usando a internet, é difícil achar que as tecnologias digitais necessariamente levam a um impacto democrático mais significativo.

MATRIZES: Enquanto estamos falando sobre como a internet produziu diferentes perspectivas de vida em sociedade, vamos explorar um pouco mais essa questão antes de retornar à nossa discussão central. Em relação à crescente polarização política no mundo e à crescente mistura de táticas de comunicação violentas utilizadas por alguns atores sociais, como os políticos, as milícias digitais formadas por pessoas comuns, os grupos terroristas e os líderes com aspectos autoritários, você acredita que a comunicação está perdendo o poder de mediação social? Se sim, você acha que é possível que a violência em pouco tempo tenha se tornado uma nova dimensão dos estudos da comunicação, indo além de autores como Baudrillard (2000) e Virilio (1993)?

Waisbord: É impossível pensar em mediação sem comunicação, seja em macro ou microprocessos. Assim, quando há mediação há sempre comunicação e vice-versa, ou seja, utilizo os dois conceitos. Mesmo que se pense em comunicação interpessoal, a linguagem é uma forma de mediação. A comunicação, na minha opinião, por definição é mediação, não se trata apenas de mídia no sentido de tecnologia ou plataformas, simplesmente a forma como estamos nos comunicando agora, a linguagem, é o meio.

Penso que está implícito no que você disse. Creio que a violência sempre foi uma dimensão dos estudos da comunicação, porém não foi suficientemente reconhecida como uma dimensão central da comunicação. Portanto, isso vai muito além de Baudrillard e Virilio. A questão é que, em um mundo violento, a comunicação necessariamente tem um forte componente de violência, correto? Não importa quem é contra a violência ou quais são as causas da violência. Sempre há um forte componente de violência na comunicação. E a violência em si é uma forma de comunicar violência.

⁴Enviamos perguntas prévias a Silvio Waisbord, citando o sociólogo francês Michel Wieviorka e seu livro *Violence: A New Approach* (2009), no qual ele relata o papel da televisão na cobertura dos relatos dos judeus no holocausto pós-Segunda Guerra Mundial, contribuindo para o que chamou de “emergência das vítimas”; ele também aponta a interdependência, estudada também por outros, entre terrorismo e mídia, discute o papel do rádio no processo de desumanização da minoria Tutsi em Ruanda, cruelmente executada pelos Hutus, e diz que, por meio da abordagem sociológica clássica, a influência da mídia na perpetração de muitas violências nunca foi comprovada. Também observamos que “Apesar da falta de comprovação científica de que a mídia em geral possa influenciar os atos de violência, parece que a violência e a comunicação estão ligadas de muitas formas, e que essa relação entre elas como campos está crescendo na era digital”.

Quando as pessoas incitam a violência contra outras, essa é um modo de comunicação, não importa qual seja o episódio ou o ato de violência realmente. E, para mim, infelizmente, é tão poderoso, tão onipresente que é invisível quanta violência é intrínseca à comunicação. De certa forma, não temos teorias sobre isso, temos teorias da comunicação para a construção da paz. Não temos teorias da comunicação como forma de violência, embora isso seja – em grande parte da realidade – constituinte tanto da violência quanto da comunicação.

Quer dizer, creio que o trabalho das pessoas que vocês mencionaram⁴ nos lembra como nossas sociedades são violentas e como a comunicação é violenta em todos os lugares. Não é apenas nas notícias; ela se espalha por toda parte na sociedade, nos lares, nas famílias, nas instituições. E creio que o que vocês levantaram é um ponto cego muito interessante, que é o quão raramente pensamos a violência como incorporada em atos de comunicação cotidianos, ao invés de violência em termos de uma cobertura de violência ou a que afeta os jornalistas. A violência é intrínseca em muito do que acontece na comunicação.

Hoje, o que estamos vendo é que a internet e a comunicação digital estão tão impregnadas de violência que não podemos mais ignorar. Quando o ódio digital está tão difundido na internet, isso nos lembra que em todos os lugares na internet a comunicação é violência, ou a violência é uma forma de comunicação. Essa comunicação é um ato violento, na forma como as pessoas atacaram especialmente as mulheres, negros, sobretudo por causa da religião, etnia ou de sua sexualidade. Nisso, de certa forma, a comunicação digital nos lembra o quanto e como a violência é central na comunicação cotidiana. Não é surpreendente que tantas pessoas estejam tentando entender isso! Bem, o ódio digital é um reflexo do ódio off-line. A questão é que, se facilita, torna mais fácil ser abrangente para ser massivo.

Mas, de alguns modos, reflete as sociedades em que sempre vivemos. Desculpe ser tão depressivo. Estou trabalhando em um projeto agora com Julie (Possetti) e outras mulheres sobre isso, e é tão massivo, tão pervasivo... E tanto violência destrutiva, quando os leitores ou pessoas sem experiência se envolvem com o jornalismo: há tanta violência no que está sendo dito. Há muita violência nas seções de comentários dos jornais on-line. Então, de certa forma, isso está lá. Costumávamos crer que era algo localizado, que fora relegado a uma parte da sociedade. O tremendo acesso a plataformas de internet mostra o quão massivo é.

MATRIZES: Em termos concretos, podemos dizer que a violência está dentro da natureza humana. Nós comunicamos isso...

Waisbord: Certo, e também porque nossas sociedades fomentam a violência continuada. Costumávamos pensar que a expressão, como valor

democrático, estava relacionada à questão da publicidade e da visibilidade – que quanto mais as pessoas se expressassem seria uma forma de se tornarem mais públicas e mais visíveis na sociedade e na democracia para o reconhecimento de suas demandas e de seus direitos. Estamos em um momento agora em que mais visibilidade, mais publicidade, no sentido habermasiano, é perigosa. A publicidade não conduz necessariamente a nada democrático. Mais publicidade leva a mais vulnerabilidade e afeta pessoas que já são muito vulneráveis nas sociedades. Quanto mais vulneráveis off-line, são ainda mais vulneráveis on-line, quanto mais públicos, mais visíveis são. Se é uma mulher ou uma pessoa gay ou *queer*, ou membro de uma minoria étnica em determinado país, e se for visível como político, como ativista, como celebridade, como jornalista, como um acadêmico – a visibilidade se torna vulnerabilidade.

Precisamos repensar essa questão de que expressão é igual a mais democracia, mais reconhecimento. E precisamos pensar que, em alguns casos, as pessoas optam por não ser públicas, não se expressar, porque querem se proteger. Não por causa da censura. Porque vivemos em uma sociedade violenta na qual alguém se torna mais público, mais visível, se se expressa mais. Torna-se alvo de ataques e isso é devido à violência inerente à sociedade em que vivemos. E a violência não é apenas a econômica no capitalismo; são diferentes formas de violência. Violência é violência, seja motivada por questões econômicas, ou por qualquer outra coisa, ou, como vocês disseram, pela “natureza humana”. Então, a questão com que tentamos lidar é muito difícil: ao concordar com Nietzsche e acreditar que “a violência é a força motriz do ser humano”, colocá-la junto com mais expressão é algo muito complicado e leva a resultados bastante distópicos.

A ideia de mais expressão em sintonia com alguma benevolência inerente à humanidade movida pelo respeito, pela tolerância, pela compreensão, pela escuta, pelo diálogo. Mas se essas condições estiverem faltando, o que se tem são desenvolvimentos muito preocupantes. Em Habermas e em muitas outras teorias, existem certas condições para o diálogo, para a escuta, para o respeito pelas normas – por normas que não existem! – na sociedade em geral. Quando essas normas faltam, mais expressão ou mais instabilidade conformam violência.

MATRIZES: Podemos dar um pequeno exemplo sobre isso? Durante o evento de segurança do jornalismo de Oslo, em novembro de 2019, apresentamos um minidocumentário sobre a violência brasileira contra jornalistas e a situação política em nosso país. Decidimos não o divulgar em nossos grupos locais no Brasil devido ao dilema visibilidade-vulnerabilidade.

Waisbord: É isso. E essa é a realidade, e nós, acadêmicos, estamos menos expostos do que jornalistas, ativistas ou políticos. Mas essa é a realidade em que nós mesmos, como acadêmicos, nos censuramos na maneira como tornamos nossos trabalhos públicos, porque ninguém gosta de estar no centro desses enxames, desses ataques. Temos muito cuidado com o quão público somos, especialmente em um país autoritário. Mas, em países democráticos, agora também estamos fazendo a mesma coisa! Essa autorregulação de nossa expressão é feita no Facebook ou nas plataformas sociais o tempo todo. Por vários motivos, inclusive porque não queremos ser alvo de violência. Então, de volta ao ponto original, isso mostra basicamente o quanto esquecemos a questão dos efeitos da comunicação digital.

Os efeitos digitais foram de alguma forma intensificados, fortalecidos, ou incrementaram a violência em vez de aumentar qualquer bem. De certa forma, ainda estamos lidando com isso... a expressão que vem de Kant sobre “a madeira torta da humanidade”. Há algo basicamente errado a nosso respeito e, de certa forma, poderíamos argumentar que é isso que as tecnologias digitais aumentaram – quero dizer, o modo como essas grandes corporações são administradas, com o desejo de maximizar dinheiro a partir do engajamento. Eles não se importam com os direitos humanos. Isso nunca é um fator determinante na maneira como eles organizaram os algoritmos ou configuraram as plataformas; eles só querem mais dinheiro e mais pessoas falando, mesmo que falem denegrindo outras pessoas.

MATRIZES: É verdade! Está certo, fizemos um pequeno (embora necessário) desvio do centro de nossa conversa. Voltemos a ele: há um conflito histórico entre a pesquisa em comunicação e a pesquisa em jornalismo. A academia brasileira enfatiza isso tanto nos currículos de graduação quanto em programas de pós-graduação e também nas interações dos acadêmicos. É um paradoxo que deve ser superado, principalmente em uma era de centralidade da comunicação?

Waisbord: É parte da complexidade da confusão que discutimos anteriormente. Que a pesquisa em comunicação e a pesquisa em jornalismo se desenvolveram em linhas paralelas com alguns cruzamentos, não sei se é um paradoxo. Creio que faz parte da noção de múltiplas camadas dos estudos de comunicação e mídia e dos estudos de jornalismo, que, de certa forma, é mais um desafio institucional. Porque muitos departamentos de jornalismo ao redor do mundo foram estabelecidos antes que os estudos de comunicação se

consolidassem. E as escolas de jornalismo eram vistas como escolas profissionais, em vez de escolas de comunicação na intersecção das ciências humanas e sociais.

Bem, o Brasil é o melhor exemplo quando alguém está no jornalismo – as tradicionais escolas de jornalismo –, paralelo ao desenvolvimento da comunicação como campo de estudo ou de pesquisa. Porque o Brasil foi pioneiro no desenvolvimento de escolas de jornalismo e, afinal, há algumas sobreposições, mas ainda acho que existem diferenças importantes. Isso é mais um aspecto institucional do que, diria, uma questão epistemológica. Não sei se possamos superar isso, fazer melhor, não creio, porque penso que parte do jornalismo se relaciona principalmente a competências profissionais, que não necessariamente estão incorporadas nas teorias ou no pensamento da comunicação.

Então, sim, pode-se pensar conceitualmente sobre o jornalismo de uma perspectiva de comunicação, mas existem todos os tipos de questões que não são estritamente sobre a comunicação. Pode-se argumentar que muito do que o jornalismo faz é sempre comunicação quando se produz uma matéria, quando ela é editada, quando um vídeo é gravado, quando se edita um livro, que é sempre comunicação, mas normalmente é feito dentro dos limites do que significa ser jornalista, de questões profissionais sobre habilidades, sobre ética, sobre todos os tipos de questões que, de certa forma, são exclusivas do jornalismo. Então, eu os veria como uma prática e pesquisa que se sobrepõem, em vez de algo que pode ser unificado ou reunido. Isso é muito interessante sobre o Brasil, pois não consigo pensar em nenhum outro país da América que tenha escolas e estudos de jornalismo tão fortes, e uma tradição tão forte de escolas de comunicação, praticamente separados.

MATRIZES: Gostaríamos de falar sobre objetos e métodos de pesquisa. Nós (pesquisadores do Sul global, e especificamente brasileiros) estamos enfrentando agora o fardo de uma herança de pesquisa mais humanística contraposta à necessidade de métodos de pesquisa quantitativos amplamente utilizados na pesquisa estadunidense. Você considera que essa lacuna deve ser reduzida? Como?

Waisbord: Valorizo o legado da pesquisa humanista. Para mim não é um fardo, é um dos pontos fortes dos estudos de comunicação no Sul global, especialmente na América Latina. Por que valorizo tanto isso? Creio que é um reflexo de uma educação e formação intelectual mais ampla na América Latina, mas principalmente no Brasil. Minha sensação é que na América Latina lemos os estudos de comunicação de forma muito mais ampla, incluindo a tradição humanista. A história, a filosofia ou a ética ainda são um componente forte

em muitas escolas de comunicação da região. Estamos mais fundamentados na maneira como pensamos a comunicação especificamente, mas também a comunicação em uma variedade de campos e disciplinas, em grande medida devido à tradição humanista.

Agora, o desafio é porque fazemos isso em um momento de popularidade dos métodos de pesquisa quantitativa, especialmente das amplas análises de dados, ciência computacional, pesquisa algorítmica. Acredito que, de certa forma, é uma nova rodada de um antigo desafio. O que fazer quando os métodos quantitativos são hegemônicos? Em termos de poder ou obtenção de fundos, o que fazemos com uma tradição mais humanista, teórica, epistemológica e metodologicamente?

A lacuna sempre existiu. Agora temos outro terreno para esse hiato. Não sei se podemos reduzi-lo, se isso é possível, porque a razão remonta a uma das primeiras coisas que disse: não acho que muitas pessoas estejam interessadas em reduzir a lacuna. Em vez disso, o que precisamos é da aceitação de diferentes abordagens dessa diversidade epistemológica. Como a reconhecemos nas instituições, nas revistas científicas, nas escolas, nas conferências... O fato de as pessoas abordarem a comunicação de forma diferente, ontológica e epistemologicamente. Essa, para mim, é a maneira de abordar isso.

Pessoalmente, avalio que a ênfase nos métodos qualitativos muitas vezes esquece que a questão principal não é o método, a questão principal é “Qual é a questão?”. Compreender em sua pergunta teórica qual é a questão da pesquisa – não é sobre o método. Sou sempre cauteloso e um tanto cético quanto a priorizar métodos, porque estamos colocando a carroça na frente dos bois. O que impulsiona a busca intelectual – o conhecimento acadêmico – são indagações sobre fenômenos teóricos ou empíricos. Essa deve ser a questão motriz – não o método –, o método é uma escolha que fazemos com base na experiência ou na maneira como pensamos, mas isso não deve substituir o debate sobre uma das questões importantes “Como pensamos na elaboração das perguntas?”. Se fosse priorizar, essas questões surgem muito antes de se pensar sobre quaisquer questões metodológicas ou mesmo sobre o planejamento da pesquisa.

Então, sim, a internet oferece oportunidades para fazer grandes análises de dados por meio de metodologias quantitativas que são completamente novas e muito interessantes e ricas. Isso não exclui, digamos, as humanidades ou a tradição qualitativa das ciências sociais que fala sobre a importância de fazer as perguntas; é possível perguntar, responder às mesmas indagações por meio de metodologia qualitativa ou quantitativa. Estou orgulhoso de que o que vemos é a necessidade de colaboração por métodos mistos, mais do que apenas pensar

que certos fenômenos relacionados à internet, filtros-bolhas ou à forma como funcionam as *hashtags* no Twitter só podem ser destacados pelo uso de metodologias quantitativas.

MATRIZES: Bem, mas se formos para os congressos internacionais, temos um problema aqui.

Waisbord: Certo. É um problema, e é uma luta constante, diria, em termos de como se reconhece e se apoia a diversidade, em vez de apenas priorizar certas abordagens epistemológicas ou métodos. Isso, para mim, é o que precisa ser feito constantemente nas conferências, nas organizações. As revistas científicas são diferentes, pois algumas possuem especialização em metodologias qualitativas ou quantitativas, mas, para mim, são as recorrentes dificuldades de se ter uma conversa aberta entre pessoas que trabalham com metodologias diferentes – isso é, para mim, parte do desafio. Mas, especialmente em um momento em que as pessoas acreditam que certos fenômenos relacionados à internet só podem ser analisados por meio de grandes conjuntos de dados ou análise computacional, então temos um problema. Porque o risco é fazer isso às custas de uma abordagem mais multiperspectivada e multimetodológica para quaisquer questões de pesquisa que tenhamos. Portanto, não digo isso como alguém que normalmente usa metodologias quantitativas, mas ao mesmo tempo reconheço algumas das virtudes de usar métodos computacionais. Para coletar dados sobre certas questões, e não há como negar que a questão é a suposição de que, na verdade, a única maneira de estudar certos fenômenos é usar certos métodos – é isso que não concordo.

MATRIZES: É claro que a pesquisa em comunicação e o conhecimento acadêmico devem repensar seus cânones e enfoques diante de uma coexistência pacífica entre fragmentação e digitalização. A formação acadêmica é um dos ramos importantes para a mudança. Em caso afirmativo, qual é a sua proposta como diretor de escola para um currículo de “comunicador contemporâneo”? Existe um meio-termo?

Waisbord: Acredito que a ideia deve ser expor os estudantes a essa tremenda diversidade dos estudos de comunicação, em vez da versão do currículo restrito – isso idealmente –, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Creio que os estudantes de comunicação devem entender a variedade integral de questões. Não sou a favor da formação restrita, principalmente na graduação. O que quer que seja essa formação – em um conjunto de teorias, um conjunto de metodologias –, implementá-la não é tão fácil, porque é preciso

ter pessoas no corpo docente que possam expor os alunos a uma ampla diversidade de tradições: tradições epistemológicas, de pesquisas teóricas.

Mas o esforço vale a pena, de novo, principalmente no nível de graduação. Há uma maneira relativamente simples de abordar isso. É possível fazer perguntas: nossos alunos estão tendo exposição suficiente à diversidade dos estudos de comunicação? O que está faltando em nossos currículos? O que não estamos ensinando? Ao que eles não estão sendo expostos? Os estudantes entendem o pensamento sobre a comunicação de formas diferentes – meios para fazer diferentes definições ou abordagens à comunicação? Então, essas são algumas questões para verificar se o currículo que temos é ou não suficientemente diversificado. Porém entendo que algumas escolas de comunicação se especializaram em determinados assuntos: algumas em estudos de mídia, outras em retórica ou semiótica. Mas acho que é importante ir além das áreas específicas de especialização de uma escola de comunicação. É importante fornecer uma compreensão ampla da comunicação, porque ela tem múltiplos significados.

MATRIZES: E isso nos leva à segunda questão sobre isso. Podemos dizer que os estudos da mediação digital poderiam ser um rótulo melhor para os estudos de comunicação contemporâneos? Ou a disputa entre a hiperespecialização e a ideia de objetos com significado global permanecerá?

Waisbord: Sim, em princípio é um nome interessante, já que vivemos na sociedade digital. A questão é que temos muitas opções e todas provavelmente capturam parte dos desenvolvimentos ou parte do que está acontecendo. Não acredito que qualquer conceito seja capaz de capturar tudo o que diz respeito à comunicação, porque há muita comunicação que não é digital. O que está acontecendo, pode-se argumentar, como mencionei anteriormente, é que a comunicação é mediação. Esse é um conceito que faz sentido, mas, novamente, teríamos que especificar o que queremos dizer, o que estamos incluindo, ou é deixado de fora, se usarmos “estudos de mediação digital” ou algo parecido. Ter um conjunto unificado de vocabulário não resolverá todos esses desafios crônicos que temos nos estudos da comunicação. Porque o vocabulário continua se expandindo, se multiplicando, existe outra Babel que continua crescendo, se tornando cada vez maior.

MATRIZES: Sua proposta de comunicação como uma pós-disciplina parece significativa em nossos tempos de pandemia, especialmente pelo uso contínuo do termo “pós-pandemia isso, pós-pandemia aquilo”. Você acredita ser possível que a pesquisa em comunicação seja também uma disciplina

necessária pós-pandêmica, especialmente a respeito de como as pessoas se comunicam (ou não se comunicam) em uma era cujo ambiente é marcado pela polarização política e pela digitalização crescente das atividades humanas?

Waisbord: A pandemia mostra exatamente a centralidade da comunicação e quão pouca comunicação é fundamental para isso. Pensando sobre isso, grande parte da pandemia tem sido uma resposta liderada por políticos, por especialistas em saúde pública, quando essencialmente, em termos de prevenção e resposta, a pandemia é um fenômeno de comunicação. E quão insuficiente tem sido essa centralidade, nos casos que conheço melhor, nos Estados Unidos ou na América Latina... Isso mostra porque a comunicação é tão importante: em qualquer aspecto da pandemia é possível encontrar relação com a comunicação. E as dificuldades de comunicação, todas as lacunas e falhas comunicativas, todas as suposições erradas sobre se alguma coisa a respeito da pandemia está mais ligada a uma abordagem informativa, hoje, do que uma da comunicação.

O que se tem são alguns governos ou agências tentando informar as pessoas sobre prevenção, segurança, vacinas e tudo mais, em vez de adotar uma perspectiva de comunicação, que é muito diferente da informação. A comunicação é basicamente sobre a compreensão. A informação é sobre transmitir dados ou conhecimento a outras pessoas – bem, isso não é comunicação. Mas muito da “assim chamada pandemia de comunicação” tem sido basicamente sobre a informação ou falta dela. Mas, especialmente, acho que você mencionou a questão da “polarização e digitalização”, porque a maneira como a comunicação é feita está relacionada à polarização política, ao preconceito, aos vieses e todos os tipos de outros fatores dos quais precisamos de uma perspectiva de comunicação em vez de uma informacional. A informação é apenas, ou principalmente, sobre os dados, o conhecimento, a qualidade do que se transmite, em vez de envolver, trocar ideias com diferentes públicos – isso é comunicação. E não é de admirar que tenha havido tantos problemas ao longo do caminho. A pandemia, como todas as crises, é mais um exemplo de revelação de alguns dos processos fundamentais e dos problemas que temos em nossas sociedades – incluindo problemas de comunicação. Então, acredito que a pandemia é um mais amplo cenário concentrado para tudo o que já está acontecendo nas tendências da comunicação digital, e isso é o que vimos no ano passado.

MATRIZES: Você poderia explicar por que você diz que precisamos de uma análise pós-disciplinar para objetos multidisciplinares e complexos?

Waisbord: Temos tantos problemas sociais fundamentais ao redor do mundo, que acredito que a melhor maneira de se envolver nos estudos da comunicação é analisar a pesquisa, as ações em torno de problemas específicos. E isso a análise massiva pós-disciplinar e os estudos de comunicação já fazem. Basta pegar qualquer problema relacionado à violência. De certa forma, é possível assumir em todas as diferentes perspectivas da comunicação a análise da violência como um fenômeno social, político, interpessoal, relacionado ao local de trabalho. E é por isso que, em última análise, não importa qual é a origem disciplinar das ideias. O que se deve priorizar é a pergunta que explica o problema: quais são os aspectos de comunicação desse problema? Qualquer que seja o problema – ambiental, mudança climática, violência de gênero ou discurso de ódio –, cabe pensar sobre qual é a causa, como a comunicação ajuda a explicar o problema e a responder a ele. O que se diz – a análise, nesse sentido – mostra, então, a diversidade da comunicação como um recurso ao invés de um problema.

Vislumbra-se uma perspectiva múltipla sobre a compreensão do que explica o problema, bem como quais são as soluções eficazes e viáveis. Isso para mim é uma forma mais produtiva do que revisitar todas as lutas, todas as batalhas nos estudos de comunicação – é uma forma de superar essas diferenças a respeito de questões ou problemas comuns –, independentemente de se fazer comunicação interpessoal, comunicação na internet, política, política de comunicação... O que quer que seja feito, quando se envolve com uma única questão, nesse momento, essas diferenças se tornam menos importantes do que poder pensar ou agir em conjunto sobre essas questões.

MATRIZES: E, por último – e, espera-se, não menos importante –, como você se autodefine como pesquisador e acadêmico de comunicação?

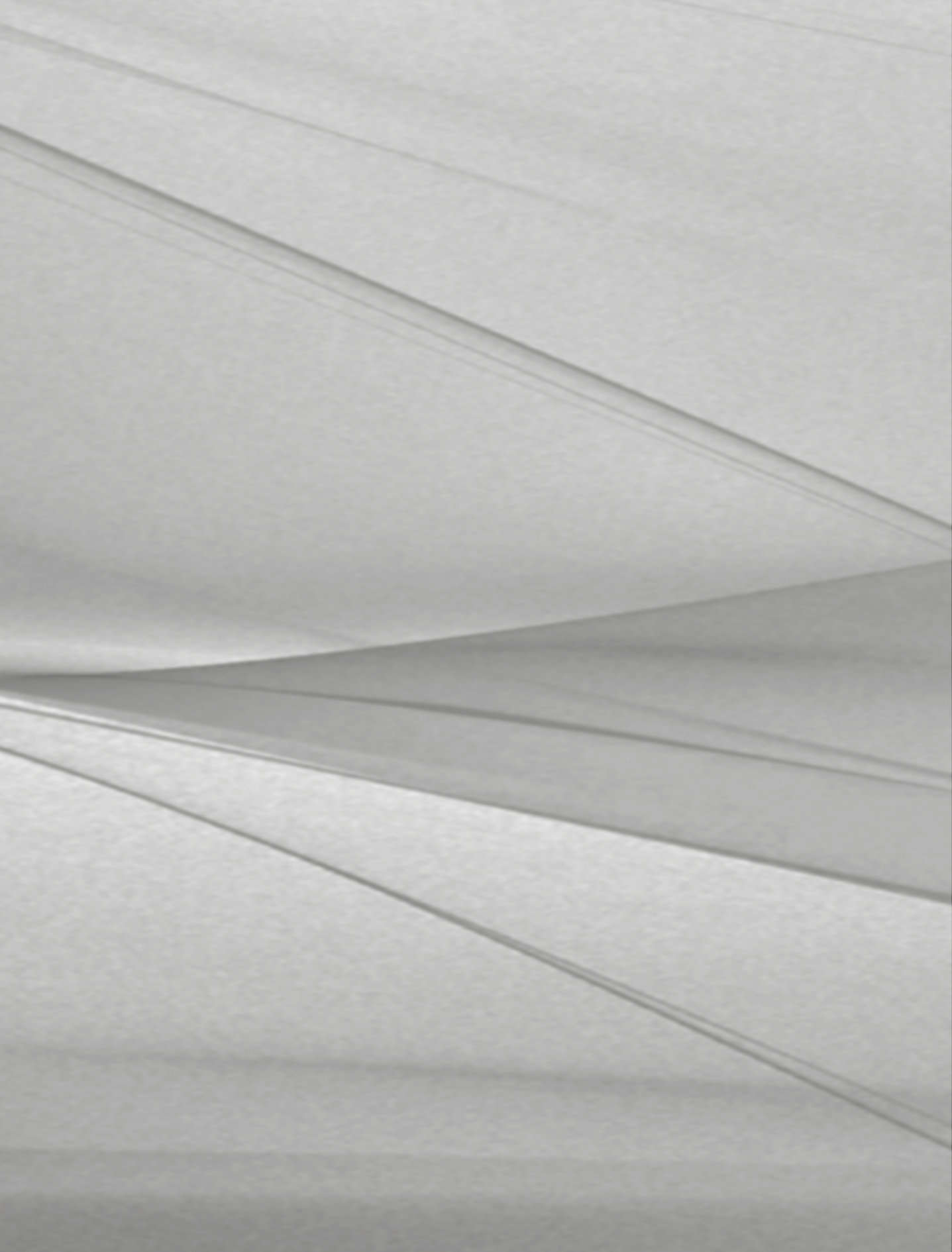
Waisbord: Para quem escreveu esse livro (Waisbord, 2019), tentei evitar rótulos. Na academia, os rótulos são muito importantes. É assim que nos mostramos aos outros em nossa autoapresentação à administração pública. Dizemos ser um estudioso do jornalismo, um estudioso da comunicação organizacional ou de semiótica. Mas, para mim, os rótulos não são muito úteis. Faço pesquisas, penso, escrevo. Não importa como me vejo. Sou formado como sociólogo, mas sou um estudioso de comunicação, trabalho na área de mídia. Faz alguma diferença na maneira como faço meu trabalho? Não, realmente! Porque estou interessado em perguntas e não em rótulos.

E, de certa forma, o que tentei fazer com os livros não é apenas mapear o estado dos estudos de comunicação, mas, ao fim, dizer que o que realmente importa é a questão em que se está interessado, não a sua identidade ou lealdade disciplinar. Quer dizer, parece-me que a recompensa acadêmica é certa licença para ser livre e criativo no modo como pensamos; não se trata de respeitar fronteiras e rótulos, respeitar disciplinas, embora todos sejamos formados em disciplinas, dentro de determinada abordagem, abordagens epistemológicas. Para mim, o que é muito mais interessante é “Qual é a sua pergunta?”, “Como você pensa sobre isso?”, em vez de “Isso é um estudo de comunicação ou não?”.

Mesmo que na academia tendamos a fazer isso, as revistas científicas fazem isso: os periódicos precisam dizer: “se meu *journal* é sobre comunicação política, não vou publicar algo sobre comunicação de saúde”. Perfeito! Tive essa ideia ao ler sobre a maneira como os artistas pensam sobre arte e criação. Eles simplesmente criam, não pensam em si mesmos “Sou um pintor expressionista abstrato”. Ou quando componho música, faço uma composição minimalista. Apenas crio, tento criar, pensar e, de certa forma, é isso que muitos de nós pensamos que fazemos.

Defino-me como pesquisador e acadêmico de comunicação. Não gosto disso, porque a comunicação é muito flexível, mas ao mesmo tempo acho que dá bastante espaço para descobrir o que se quer saber, o que se quer escrever, o que se quer ensinar... De alguma forma que não seja limitada por “oh, isso vem da filosofia”, “isso vem da literatura”. Na verdade, o que sempre digo é que sou um estudioso da comunicação tentando ler o que está fora da comunicação, porque grandes ideias acontecem quando as coisas estão conectadas na academia. É possível ler um grande trabalho de biologia que o inspire a pensar sobre os estudos de comunicação! Ou ler poesia que o inspire sobre algo a respeito da comunicação. Isso para mim é uma noção melhor de um trabalho intelectual ou acadêmico do que simplesmente pensar em termos disciplinares, ainda que isso seja o que fazemos cotidianamente.

Portanto, é um equilíbrio entre estar alicerçado em certas tradições disciplinares, mas ao mesmo tempo ter a liberdade de pensar além dessas fronteiras convencionais. Porque essas são simples marcas, que de certa forma são artificiais. Quando ensino jornalismo, por exemplo, peço aos alunos que leiam literatura, ciência política, sociologia, filosofia, porque é um meio muito mais enriquecedor de compreender a história do jornalismo, a prática do jornalismo, assim é possível obter uma compreensão mais ampla de alguns dessas questões. ■



EM PAUTA

NAS PESQUISAS DE COMUNICAÇÃO





Corpo-drone: Governamentalidade algorítmica e a modulação espaço-imagética

Drone-body: Algorithmic governmentality and the imagery-space modulation

LEANDRO JOSÉ CARMELINI^a

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura.
Rio de Janeiro – RJ, Brasil

DANICHI HAUSEN MIZOGUCHI^b

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Niterói – RJ, Brasil

PEDRO FELIPE MOURA DE ARAÚJO^c

Universidade Estadual da Paraíba, Departamento de Letras. Monteiro – PB, Brasil

RESUMO

Este texto trata da modulação espaço-imagética por meio dos algoritmos. Seguimos em quatro movimentos. O primeiro apresenta as lentes de realidade aumentada como dispositivos capazes de reconectar duas linhagens tecnológicas: a imagética e a locomotiva. O segundo discute transversais entre a cibernética e a inteligência artificial, a abrangência ilimitada da ação algorítmica e a renovação dos anseios por uma ultrapassagem do *homem*. O terceiro aborda os algoritmos como armadilhas cognitivas. Por último, são buscadas pistas em sistemas de biometria facial e carro autônomo para discutir a incorporação dos sistemas visuais de digitalização do espaço. Da somatória desses tópicos é proposta a noção de *corpo-drone*.

Palavras-chave: Corpo, drone, algoritmos, imagem, espaço

ABSTRACT

This text deals with space-imagery modulation by means of algorithms into four movements. The first presents augmented reality lenses as devices capable of reconnecting two technological lines: the imagery and the locomotive. The second discusses cross-cuttings between cybernetics and artificial intelligence, the unlimited scope of algorithmic action, and the renewal of longings for overtaking *mankind*. The third addresses the algorithms as cognitive traps. Finally, we seek clues in facial biometrics and autonomous car systems to discuss the incorporation of visual space digitization systems. From the sum of these topics, we propose the notion of *body-drone*.

Keywords: Body, drone, algorithms, image, space

^aDoutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5814-3325>. E-mail: lcarmelini@gmail.com

^bProfessor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7147-3521>. E-mail: danichihm@hotmail.com

^cProfessor Substituto do Departamento de Letras da Universidade Estadual da Paraíba (CAMPUS VI). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6537-1185>. E-mail: peehfe@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v15i1p147-168>

V.15 - Nº 1 jan./abr. 2021 São Paulo - Brasil CARMELINI et al. p. 147-168

MATRIZES

INTRODUÇÃO

¹O termo *realidade aumentada* (RA) se refere à possibilidade de acrescentar elementos digitais à percepção do ambiente imediato. Isso é feito tradicionalmente pela interposição de lentes entre o olho e o espaço.

Diferentemente da *realidade virtual* (RV), que veda o contato dos olhos com a luminosidade externa para projetar uma imagem digital em substituição, a RA interage com os elementos do espaço, incluindo estímulos sensoriais sobre seus volumes materiais.

Para uma introdução a esses sistemas, sugerimos dois estudos coordenados por Ivan Poupyrev (Poupyrev et al., 2001, 2002), atualmente diretor de engenharia da Google e responsável pelo estúdio ATAP (<https://atap.google.com>). Além de ser um pesquisador influente no universo da RA, Poupyrev é um dos responsáveis pela guinada espacial dos dispositivos da Google: a ideia de que a relação com o digital deve evadir os perímetros luminosos da tela e se distribuir no espaço.

²“Estamos construindo um futuro em que a utilidade está ao seu redor, em que todos os seus dispositivos simplesmente funcionam juntos e a tecnologia fica em segundo plano. Chamamos isso de computação ambiental” (Osterloh, 2020, para. 2). No original: “We’re building towards a future where helpfulness is all around you, where all your devices just work together and technology fades into the background”. Esta e demais traduções, dos autores.

³A fusão dessas duas empresas é, para nós, um caso emblemático de um processo que acreditamos ser mais geral, e não um caso único ou principal. É nesse sentido que afirmamos se tratar de um *vetor*: uma força que pode induzir ou intensificar uma tendência.

O PRESENTE ARTIGO SE interessa por acompanhar os vetores de subjetivação capitalística em aproximação com o que nos idos dos anos 1970 Michel Foucault chamou de *governamentalidade*. Se o pensador francês, falecido em 1984, foi pródigo em mapear alguns modos desta dinâmica microfísica do poder junto à disciplina e ao biopoder, é preciso fazer com que essa espécie de método analítico por ele erigido persista em direção aos novos diagramas sociopolíticos, os quais ele não experienciou. Gilles Deleuze já havia antevisto essa necessidade no curso que ministrou no Centro Universitário de Vincennes em homenagem ao amigo recém-falecido, ao anunciar as sociedades de controle. Nesse sentido, seguindo a analítica foucaultiana e levando-a para além de Foucault, torna-se impossível não investigar de perto a força com que os algoritmos têm modulado o capitalismo e a subjetividade contemporânea – e nos parece que os caminhos cruzados da tecnologia, das ciências humanas, dos jogos de visibilidade e da gestão das existências nos conduzem àquilo que, de um modo ainda tateante, chamamos aqui de um *corpo-drone*.

Em junho de 2020, cinco anos após declarar o abandono do projeto *GoogleGlass* (Bilton, 2015), a Google anunciou a compra da North, empresa pioneira no desenvolvimento de dispositivos de realidade aumentada (RA)¹. Rick Osterloh, responsável pelo setor de hardwares da Google, diz que a nova aquisição será fundamental para o avanço da *computação ambiental*²: distribuição das funções computacionais pelo espaço de modo que sua ação se torne constante e imperceptível ao mesmo tempo. Essa fusão empresarial parece ser o indício de um vetor³ de diluição das funções algorítmicas no espaço e de uma sofisticação daquilo que Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2018) conceituaram como *governamentalidade algorítmica*.

A *governamentalidade algorítmica* se caracteriza pela operação simultânea de quatro mecanismos: (1) captação, (2) armazenamento e (3) processamento automáticos e massivos de dados e (4) intervenção automatizada e personalizada sobre os comportamentos. Se consideradas estritamente em sua função de coleta de dados, as máquinas algorítmicas parecem estar em estado já bastante avançado de dissolução espacial – câmeras *inteligentes*, sistemas de localização, dispositivos vestíveis, sensores de presença, medidores biométricos, sistemas de cartão, superfícies sensíveis e drones vigilantes são alguns exemplos. No entanto, como interface relacional imediata, cotidiana e

automatizada sobre as condutas, ainda parecem bastante restritas ao enquadramento imagético das telas⁴.

Ainda que ofereçam um sem-número de possibilidades operacionais, que tenham ganhado autonomia energética, mobilidade e estejam cada vez mais espalhadas pelos espaços, as telas opacas não permitem atividades visuais sincrônicas: rivalizam visualmente com o entorno espacial imediato e, portanto, com o deslocamento do corpo. A tela exige uma operação atencional de anulação do entorno (Crary, 2013). Com as lentes de RA, porém, ela deixa de ser a interface algorítmica privilegiada de conexão entre o olho e a imagem, tornando possível a realização das duas pontas da governamentalidade algorítmica – captura e resposta – de modo completamente distribuído e móvel, mas não pela proliferação das telas, como ocorre desde o surgimento dos *smartphones*. Essa novidade dispara uma inflexão radical sobre a história das tecnologias modernas – reorganiza-a, ajustando seus formatos tradicionais aos vetores contemporâneos.

As lentes de RA são uma novidade porque criam condições para conservar e distribuir imagens e corpos sem passar pelas tradicionais estratégias domésticas, institucionais e urbanísticas de confinamento e massificação, e de modo mais eficiente e sofisticado que elas. Disparam, assim, outra política de estabilização subjetiva e social – algorítmica, cibernética – que não quer mais fazer moldagem ou fixação da forma. Moventes e moduladoras, operam não prescritivamente, mas simultânea e preditivamente ao movimento sensorial e cognitivo, antecipando-o ou conduzindo-o por meio do afunilamento das possibilidades ou mesmo intervindo na imediatez de sua manifestação. É por meio de questões referentes às lentes de RA e o consequente aprofundamento de alguns aspectos da governamentalidade algorítmica que propomos a noção ainda experimental e temporária de *corpo-drone*.

Segundo o vocabulário das forças armadas estadunidenses, o drone é um transporte não tripulado: um “veículo terrestre, naval ou aéreo, controlado à distância ou de modo automático” (Chamayou, 2015, p. 19). Podemos pensar a dronização, no entanto, por estágios: uma coisa é mais ou menos dronizada à medida que as decisões necessárias à sua movimentação se tornam mais ou menos capazes de serem tomadas à distância, por humanos ou – eliminando por completo a agência humana – por algoritmos. O drone, portanto, é aquilo que teve seu processo de dronização realizado por inteiro, e um corpo-drone é um corpo que perdeu para os algoritmos a capacidade de decidir sobre seu deslocamento.

Rauer (2016) recorre à noção de drone para pensar a mobilização algorítmica das coisas; a ação organizadora dos algoritmos sobre o espaço. Por outro lado, Introna (2016) discute os efeitos performativos dos algoritmos na cognição

⁴Existem monitoramentos algorítmicos voltados para intervenções estatais, que não incluímos aqui: monitoramento ambiental, meteorológico, alfandegário, criminal etc.

a partir da organização telemática do sensível. Para ele, no momento em que o computador, no fim dos anos 1990, deixa de ser uma máquina meramente administrativa de cálculo para ser uma importante interface pessoal, animada e interativa, as telas luminosas tornaram-se elementos centrais na organização social e progressivamente passam a oferecer experiências *impressionáveis*, direcionadas à captura, aprisionamento e condução atencional – uma coreografia ao mesmo tempo massiva, personalizada e automatizada das funções cognitivas: percepção, atenção e memória.

A discussão do corpo-drone que propomos busca uma intersecção entre as duas abordagens: se Rauer discute a mobilização algorítmica das coisas e Introna, a condução algorítmica da atenção, aqui, através das lentes de RA, da computação ambiental e do conseqüente aprofundamento da governamentalidade algorítmica, queremos pensar a modulação algorítmica da trajetória ou, de outro modo, a condução do corpo no espaço a partir da atração atencional.

A discussão se desenvolve em quatro tópicos. No primeiro, pensamos as lentes de RA como um dispositivo que reconecta duas linhagens tecnológicas historicamente separadas na modernidade: a imagética e a locomotiva. No segundo, discutimos como a governamentalidade algorítmica, por meio da automação, opacidade, dividualização e predição, renova os anseios por uma objetividade científica. No terceiro, tratamos da guinada captológica para abordar os algoritmos como armadilhas cognitivas. Por último, trazemos o Lidar, tecnologia comum a alguns sistemas de biometria facial e aos projetos mais avançados do carro autônomo, para discutir a incorporação dos programas de digitalização do espaço. É a partir da somatória desses tópicos que propomos a noção de corpo-drone.

O IMAGÉTICO E O LOCOMOTIVO

Se entendemos, com Foucault (1999), que a modernidade é inaugurada pela lacuna aberta por Kant entre as supostas essências do mundo e do sujeito cognoscente – o nascimento do *homem* enquanto um problema científico –, é importante levarmos em conta que o naturalismo cartesiano permaneceu ativo. A novidade kantiana é, portanto, objetual, e não tanto metodológica. E é a psicologia, essa estranha ciência nascida no fim do século XIX, que, ignorando o veto kantiano, assumirá para si a tarefa de dar uma métrica à subjetividade.

Passos (1992) apresenta a história das tentativas sempre insuficientes de objetivar a subjetividade. A solução vencedora surgiu do modelo behaviorista: conhecer a subjetividade pela quantificação das periferias sensório-motoras

do corpo biológico a partir de estímulos e respostas controlados⁵. Crary (2013) mostra que o rosto, e mais especificamente o olho, foi a interface privilegiada deste processo, tanto como zona de estimulação quanto como representação da atividade atencional. Com a prevalência do comportamentalismo e da visualidade, uma série de aparelhos ópticos de medição e mobilização da atividade visual ocupa os laboratórios de psicologia – do mesmo modo que os pressupostos behavioristas passam a aparelhar as *máquinas de visão* (Virilio, 1994) – e é principalmente pela aparelhagem e condução normativa dos olhos e, assim, da atenção que a subjetividade moderna passa a ser teórica e tecnologicamente estabilizada e mobilizada (Latour, 1989)⁶.

É curioso que Foucault (2004) tenha ignorado os dispositivos midiáticos e privilegiado a vigilância. Aparentemente, ele estava mais preocupado com os *olhos do poder* e seus efeitos corpo-espaciais, e não tanto com a visualidade geral. Quem, no mesmo período, discute a visualidade é Debord (1997), de quem Foucault diverge. Debord, ainda bastante alinhado à dialética marxiana, problematiza as imagens publicitárias e televisivas, que para ele são um outro modo, junto ao trabalho, de força alienante do capitalismo. Crary (2011) reconcilia as duas discussões quando pensa genealogicamente – e não dialeticamente – o olho: por um lado, considera o espaço arquitetônico e os dispositivos de imobilização⁷ que condicionam o observador – uma arquitetura do olho –; por outro lado, pensa as políticas visual e atencional que incidem sobre o corpo disciplinado – o olho dócil. Se Foucault considerou principalmente as clivagens espaciotemporais e a *anátomo-política do detalhe*, Crary (2011), na mesma matriz genealógica, vai pensar a produção tecnológica – institucional e imagética – da clivagem olho-corpo: ao invés de oposição entre disciplina e espetáculo, vigilância e visibilidade, propõe um circuito sociotécnico único em que a mobilização visual é, além de condicionante, diretamente proporcional à imobilização corporal.

Ingold (2004), de modo semelhante, discute a modernidade a partir de dois hemisférios corporais: olho-mão (máquina visual) e perna-pé (máquina locomotiva)⁸. Nessa trilha, pensamos dois vetores de progresso tecnológico: um imagético e o outro locomotivo. Como Crary (2011) e Ingold (2004), entendemos que esses vetores são complementares e intercambiáveis. Entretanto, o imagético imobiliza o corpo para intensificar a imersão visual, enquanto o locomotivo o faz para realizar uma travessia veloz do espaço. Em ambos os casos, trata-se de estabilizar e distribuir (Latour, 1989). Mesmo que as condições visual e corporal sejam análogas nos dois casos – mobilização visual e imobilização corporal –, no primeiro, o olho está em função da imersão, e, no segundo, em função da travessia.

⁵ Ainda que consideremos a complexidade acumulada pelas bifurcações históricas da tradição behaviorista, neste texto não nos deteremos em suas nuances. Para o que propomos, basta que seja considerado um dos aspectos mais generalizáveis entre suas variações: o pressuposto de que as variações subjetivas podem ser mensuradas, previstas e/ou conduzidas pelo monitoramento estatístico, e, portanto, algorítmicos de certas regularidades – sociais, motoras, hormonais, cerebrais etc.

⁶ As operações de *estabilização* e *mobilização* discutidas por Latour (1989) são fundamentais para a noção de corpo-drone que estamos propondo. O autor faz uma leitura da modernidade considerando três tecnologias visuais: a perspectiva linear, dos renascentistas; a cartografia, dos séculos XIV e XV; e a impressora de Gutenberg, que permite a proliferação do conhecimento escrito. Nos três casos, como defende Latour, trata-se de tecnologias que estabilizam visualmente algo dinâmico para transportá-lo de um ponto a outro do espaço. A ideia de uma dronização do corpo, por um lado, tem continuidade com esse pensamento, e, por outro, propõe uma inflexão.

⁷ Quando falamos em *imobilização*, jamais nos referimos a uma paralisia total, mas a uma simplificação dos movimentos, uma estabilização em que alguns movimentos podem ocorrer de modo mais livre e constante, enquanto outros são contidos: o privilégio de certos movimentos – neste caso, visuais e manuais (eixo olho-mão) – em prejuízo de outros – movimentos mais amplos dos membros, do tronco, do pescoço etc.

⁸O autor faz uma interessante discussão sobre os variados pressupostos – filosóficos, biológicos, sociais – dessa clivagem moderna. Não nos cabe retomar termo a termo seu valioso estudo. Gostaríamos de destacar principalmente a artificialidade dessa divisão, isto é, sua historicidade, pois é de uma inflexão tecnológica sobre ela, bem como da produção de uma reconciliação também artificial desses dois hemisférios, que pensaremos a RA e a ideia de uma dronização do corpo.

⁹Neste texto nos interessa particularmente a modulação espaço-imagética possibilitada pelos dispositivos algorítmicos de RA, por isso não aprofundamos a discussão sobre os dispositivos de RV – que suprimem por completo a experiência espacial imediata.

Uma boa introdução ao tema, caso seja de desejo do leitor, pode ser encontrada em alguns textos de Jaron Lanier, considerado um dos nomes mais importantes da área. O livro *Down of the New Everything: Encounters with Reality and Virtual Reality* (Lanier, 2017) nos parece especialmente interessante para uma aproximação introdutória e atualizada.

Os dispositivos modernos de imagem bloqueiam a luz, estancam uma parte do fluxo luminoso do ambiente para que o contorno e as cores da imagem digital se revelem: são dispositivos opacos. A locomoção, diferentemente, exige dispositivos visuais translúcidos para que o olho possa se conectar com o espaço ao redor e decidir sobre as possibilidades do deslocamento. Apesar da redundância na esquematização corpo-visual, a experiência imagética rivaliza com a experiência locomotiva em seu caráter de conexão com o espaço. A manutenção do foco atencional sobre um dispositivo imagético, seja ele um texto, uma fotografia ou uma tela, requer, além de uma imobilização corporal, uma desconexão perceptiva dos arredores imediatos. O olho que olha atento para uma imagem, em algum grau, está alheio ao espaço que o circunscreve e, quanto maior for sua desconexão com ele, mais profunda será a imersão na imagem – as cabines óculo-sonoras de realidade virtual (RV) são exemplos de tecnologias que levam essa tendência ao limite⁹.

Por outro lado, as máquinas locomotivas – sobretudo na experiência do condutor – imobilizam o corpo para que o olho possa se conectar ao entorno, não para imergir nele ou contemplá-lo, mas para ultrapassá-lo, para sair dele o quanto antes. O esquema oculomotor do motorista, assim, está em função da evasão espacial: quanto mais estável está o corpo que se movimenta – quanto mais confortável e silencioso o interior de seu veículo, quanto mais reto, ordenado e pavimentado o solo e o fluxo nos quais ele se move – mais veloz pode ser sua travessia e menor será seu contato com a intensidade potencialmente desestabilizadora da cidade. Os vetores imagético e locomotivo, assim, formam um único circuito tecnológico de conservação e mobilidade no qual o corpo sempre está imobilizado e o olho varia entre deslizamentos superficiais no espaço pavimentado das cidades e terminais de imersão imagética.

É nesse desacordo no trato com o entorno imediato que as tecnologias imagéticas e locomotivas se bifurcam, e é na zona de intersecção entre elas que a Google parece querer intervir com as lentes de RA. Ou seja, a partir do momento em que as múltiplas possibilidades imagéticas acumuladas no perímetro estreito das telas somam-se à translucidez das janelas na forma de uma lente, surge uma tecnologia capaz de oferecer uma experiência imagética em que a imersão não guarda mais proporcionalidade direta com a desconexão sensorial do entorno. Em vez de uma imersão do olho na imagem, esse dispositivo oculomotor opera uma imersão profunda da própria imagem no espaço, de modo que já não há como saber se estamos diante de uma imagem espacial ou de um espaço imagético.

As lentes de RA permitem uma mobilização do olho sem a imobilização correlata do corpo. O corpo está livre para se mover não para fora da imagem, mas para dentro dela; o corpo se liberta não *da* imagem, mas *na* imagem. Ou

melhor, com as lentes de RA já não existe fora da imagem, pois os limites das plataformas imagéticas passam a coincidir com os limites do próprio espaço. É a própria *atopia incorporal* da rede mundial de computadores que perde suas margens. Se o cinema é a plataforma da imagem *em* movimento, as lentes de RA são as plataformas do movimento *na* imagem.

Entendemos que há uma radicalidade profunda em jogo aqui, pois trata-se de uma tecnologia – uma tecnologia estatística, é importante dizer – que se interpõe no centro de uma das zonas fronteiriças mais basilares da modernidade: aquela que separa o dentro e o fora, o tempo e o espaço, o extenso e o intenso, o determinado e o indeterminado. Se concordamos que a *máquina de guerra* (Deleuze & Guattari, 2010) antidisciplinar dos anos 1960-1970 abriu poros entre essas fronteiras no sentido de um alargamento do campo de possíveis, a governamentalidade algorítmica é o modo forjado pelo poder para medir e fechar novamente as brechas, agora com linhas flexíveis, elásticas, de um modo que a expansão das lacunas entre o atual e o virtual pareça ao mesmo tempo desnecessária e inexistente.

CIBERNÉTICA, CONEXIONISMO E A ABRANGÊNCIA ILIMITADA DOS ALGORITMOS

Mencionamos acima o naturalismo cartesiano herdado pela psicologia e a solução vencedora do behaviorismo. Passos (1992), contudo, vai mostrar que no fim dos anos 1940, com a chegada dos computadores aos laboratórios de psicologia, emerge um novo anseio, que não é mais aquele de encontrar a natureza extensa do *cogito*, mas o de replicar artificialmente as funções cognitivas – uma ciência do artificial (Simon, 1981).

O impulso artificialista tem início nos anos 1940 com a cibernética e seu entendimento de que os fenômenos orgânicos e maquinais compartilham uma mesma dinâmica de *feedback* informacional¹⁰, variando apenas na qualidade das informações: luminosa, elétrica, térmica, sonora, cinética. A raiz grega do termo proposto por Wiener (2017) – *kybernetes* – remete analogicamente à função do timoneiro: aquele responsável por reagir às variações do ambiente e governar um movimento. Nota-se que, já em sua raiz, o conceito traz a ideia de um sistema, orgânico ou mecânico, que altera seu movimento se ajustando às contingências ao redor. A partir disso, a cibernética propõe uma leitura quantitativa dos fenômenos interativos na qual tudo que é sensível a variações pode ser reduzido a um sistema simples de entradas, processamentos e saídas. É a soma do mecanismo de *feedback* com a generalização quantitativa dos fenômenos que permite à cibernética compreender elementos orgânicos e maquinais pelo mesmo fundamento e, assim, imaginar o intercâmbio parcial ou total entre eles.

¹⁰“Chegamos à conclusão de que um fator de mais extrema importância na atividade voluntária é o que os técnicos de controle denominam *feedback* . . . quando desejamos que um movimento obedeça a um dado padrão, a diferença entre este padrão e o movimento realmente efetuado é usada como novo *input*, isto é, um novo *input* para levar a parte regulada a mover-se de maneira a aproximar o seu movimento oferecido pelo padrão” (Wiener, 2017, p. 29).

O ciborgue (*cybernetic organism*) é um antigo sonho científico e militar de ultrapassagem do *homem*. Desde a Guerra Fria, projetos como exoesqueletos humanos, braços e asas robóticos, órgãos e glândulas artificiais foram desenvolvidos (Kunzru, 2009). Porém, é o computador, finalmente – já desde Turing (1950), mas sobretudo a partir do surgimento das ciências cognitivas¹¹ –, que dispara tentativas de artificializar algorítmicamente não apenas a mecânica do corpo, mas a cognição. Junto às ciências cognitivas ganha força a ideia de uma *inteligência artificial* (IA), termo forjado em 1956 por John McCarthy.

¹¹Campo investigativo surgido na década de 1960 do cruzamento de diversas disciplinas – psicologia, linguística, neurociências, epistemologia etc. – com as tecnologias da informática e as ciências da computação (Passos, 1992).

Historicamente, há duas linhagens rivais de artificialização da inteligência: uma conexionista e outra simbólica (Cardon et al., 2018). A primeira, mais próxima à matriz cibernética, parte de uma codificação informacional elementar do mundo e de uma conexão permanente com o entorno. O que se busca com isso é uma máquina capaz de *aprender* autonomamente com o contexto do qual participa. Esse processo ficou conhecido como *aprendizado de máquina* (*machine learning*).

No conexionismo, as informações são esvaziadas de caráter simbólico e a máquina *aprende* sempre numericamente: em um conjunto de estímulos, isto é, de dados, a definição de maior ou menor relevância ocorre sempre quantitativamente, pela medição das recorrências: após a redução numérica, a variação do mundo é sempre de grau e nunca de natureza. Não existem preconcepções semióticas; a ação preditiva, tanto da máquina cibernética quanto da aprendizagem conexionista, acontece pelo cálculo comparativo entre os índices informacionais que entram e saem do sistema. O sistema preditivo aplicado nos mísseis antiaéreos por Wiener em 1948, por exemplo, funciona a partir da calibragem permanente de sua trajetória, comparando os registros anteriores de sua posição com a posição imediata do alvo. A captação de informações deve ser, portanto, permanente, pois é ela que vai também permanentemente indicar os ajustes. O sistema se retroalimenta e *aprende* constantemente com a diferença entre os índices registrados anteriormente e os atuais.

O modelo simbólico – que emerge nos anos 1960 com as ciências cognitivas e com a noção de IA e permanece hegemônico até os anos 1980 –, diferentemente do conexionista, compreende a inteligência como um sistema lógico de leitura de símbolos. Com ele, renovam-se os anseios por uma teoria geral da mente. A IA simbólica quer inserir nos computadores regras prévias que permitem a manipulação de representações. Assim, a máquina só pode interagir com aquilo que seus programadores previram, e do modo como previram. A principal característica das máquinas simbólicas é a de “romper o vínculo com o mundo e abrir espaço de raciocínio autônomo dentro de sua calculadora”¹² (Cardon et al., 2018, p. 187), como se fosse possível desvendar uma lógica matemática geral

¹²No original: “rompre le lien avec le monde et d’ouvrir une space de raisonnement autonome au sein de leur calculateur”.

da inteligência e, a partir dela, artificializar todos os processos de interação do humano com o mundo.

Na linhagem simbólica, as variações externas não alteram as condições internas: não há aprendizado. Essa é sua principal diferença em relação à IA conexionista. O que a máquina simbólica *sabe* lhe foi dado como atributo inato. Esse modelo se opõe à matriz behaviorista ecoada pela cibernética; ignora a fisiologia e o comportamento e se concentra apenas em desvendar os supostos mecanismos lógicos do raciocínio. Trata-se de uma máquina interiorizada, cujo horizonte preditivo é definido a priori, a partir de condições lógicas e simbólicas também prévias.

Esse modelo entra em descrédito nos anos 1980 e, na mesma década, tendo como ponto de inflexão a publicação dos dois volumes de *Parallel Distributed Processing: Explorations in the Microstructure of Cognition* (Rumelhart & McClelland, 1986, 1999), uma segunda onda conexionista é disparada, permanecendo até hoje hegemônica. A partir daí, a IA, que surgira como rival da primeira cibernética, absorve seus princípios: adequação (aprendizado) das funções – de entrada, processamento e/ou saída – a partir de uma conexão quantitativa permanente com o meio. Porém, um ponto importante que diferencia os dois momentos conexionistas – ciberneticista e cognitivista – e explica a pujança contemporânea do segundo é o anseio – e as condições materiais para isso – por uma abrangência cada vez mais totalizada de sua operação: a adequação dos softwares e hardwares ao *big data*. Com esse novo processo conexionista de aprendizagem de máquina, cujas possibilidades de abrangência parecem ilimitadas, estrutura-se o que chamamos de *governamentalidade algorítmica* (Rouvroy & Berns, 2018).

O francês Yann LeCun (<http://yannlecun.com/>) (Facebook AI, 2020; LeCun, 2019; LeCun et al., 2015), ganhador do prêmio Allan Turing – considerado o Nobel da Ciência da Computação – em 2018, é um dos nomes importantes dessa virada conexionista no aprendizado de máquina. O autor, que atualmente é professor de engenharia da New York University e diretor de pesquisas em IA do Facebook, oferece um relato detalhado deste momento histórico, e de sua participação nele, em seu livro mais recente: *Quand la Machine Apprend: La Révolution des Neurones Artificiels et de l'Apprentissage Profond* (LeCun, 2019). Sua contribuição técnica está relacionada principalmente ao desenvolvimento das chamadas *redes neurais convolucionais* e ao processo de *aprendizado profundo* (*deep learning*)¹³, modelo de aprendizado de máquina que se proliferou pelo universo digital nos últimos anos, ocupando praticamente todos os mecanismos mais sofisticados de reconhecimento de imagens, palavras, voz, face, bem como os sistemas de autonomia automotiva.

¹³O *aprendizado profundo* é um mecanismo de aprendizado de máquina inspirado na estrutura do contexto visual, tal como entendido por determinadas correntes das neurociências (LeCun, 2019; LeCun et al., 2015). Nele, os algoritmos não funcionam mais por arborescência linear, como é característico do modelo simbólico, mas imitando o processo multilinear e radial dos neurônios. Um neurônio artificial “não é nada mais do que uma função matemática calculada em um programa de computador” (LeCun, 2019, p. 6) (No original: “un neurone artificiel n'est ni plus ni moins qu'une fonction mathématique calculée par un programme d'ordinateur”). E o *aprendizado profundo* funciona por meio de um conjunto deles, estrutura denominada *redes neurais artificiais*. Para mais detalhes sobre o tema, além do livro de LeCun, já mencionado, indicamos o artigo “Deep Learning” (LeCun et al., 2015).

Como dito, muito da renovação conexionista se deve à adequação dos algoritmos aos avanços materiais do universo digital: processadores mais velozes, estoques praticamente inesgotáveis para o armazenamento de dados e novos equipamentos digitais de uso cotidiano. Em uma frase, deve-se à evolução dos *hardwares*: mais pontos de recolhimento de dados resultam em melhoria no processo de aprendizado das máquinas e na ampliação do campo em que os algoritmos podem intervir. Em entrevista recente, LeCun enfatiza que a história da IA é inseparável do desenvolvimento de hardwares e que o tipo de hardware que está sendo preparado para a próxima década vai determinar seu rumo (Facebook AI, 2020).

Entretanto, como vimos, os pontos pelos quais esse sistema pode intervir diretamente no comportamento ainda estão muito reduzidos ao perímetro das telas dos computadores e *smartphones*, o que acaba por criar um grande intervalo de inoperância do sistema, como o intervalo locomotivo – aquele em que os olhos precisam se voltar para as variações do entorno imediato e não para as projeções imagéticas. As lentes de RA transpõem esse intervalo. É aqui que o vetor conexionista do aprendizado de máquina, que tem como fundamento uma relação de troca com as contingências ao redor, pode ser pensado em relação com óculos de RA e outros dispositivos recentes – aparelhos que permitem à governamentalidade algorítmica abranger um terreno ainda mais largo de atuação.

AUTOMATISMO, OPACIDADE, DIVIDUALIDADE E PREDIÇÃO

Em 1986, durante uma de suas aulas na Universidade de Vincennes, Deleuze (2014) experimenta prolongar a pista deixada por Foucault – seu amigo recém-falecido e homenageado naquela ocasião – de um possível acesso ao *fora* da linguagem via literatura. Para Deleuze, naquele momento, as novidades da engenharia genética e das máquinas cibernéticas indicariam vetores virtuais de um *fora* do organismo e do trabalho, respectivamente: os outros dois eixos, junto à linguagem, de sustentação do *homem* e, portanto, da modernidade (Foucault, 1999). Deleuze imagina os dispositivos do silício como forças de desestabilização da ordem disciplinar. Aparentemente, é nesta aula que o termo *sociedade de controle* é registrado pela primeira vez, vindo a ser publicizado em tom mais moderado em seu conhecido “Post-Scriptum Sobre as Sociedades de Controle” (Deleuze, 2010).

Curiosamente, também em 1986, estava sendo lançado na Califórnia o primeiro volume de *Parallel Distributed Processing* (Rumelhart & McClelland, 1986). O diagrama de forças de uma governamentalidade algorítmica,

como se pode ver, não emerge sem que uma nova trama de enunciados de saber também se afirme. Neste caso, essa afirmação passa pela renovação dos antigos anseios científicos de objetividade (Daston & Galison, 2007): a crença na capacidade de produzir conhecimento sem as marcas da contingência. Se o veto kantiano sobre pretensões racionalistas e empiristas faz nascer o problema das condições de possibilidade pelas quais se conhece, é na ultrapassagem dele, isto é, na ultrapassagem da limitação cognoscente propriamente humana, que uma objetividade algorítmica se afirma. A governamentalidade algorítmica tem por objetivo ultrapassar o homem de pelo menos quatro modos: automação, opacidade, dividualidade e predição; e os quatro ao mesmo tempo.

A automação é a substituição do homem pela máquina. Isso ocorre em todas as etapas da governamentalidade algorítmica descrita por Rouvroy e Berns (2018) – captação, armazenamento, processamento e intervenção – e sempre com o alibi da retirada das marcas subjetivas daqueles institucionalmente responsáveis pelas operações – empresários, engenheiros e cientistas (Cardon, 2016). A razão algorítmica, assim, se esquivava do sujeito cognoscente.

Além de automáticos, os algorítmicos primam por uma opacidade assimétrica entre aqueles que produzem o conhecimento e seu alvo. Argumenta-se que a opacidade é necessária para evitar a contaminação dos dados coletados com as intencionalidades subjetivas dos usuários. Velam-se os detalhes do funcionamento tecnológico para que a consciência do uso seja excluída e a manifestação comportamental se realize e seja captada de modo *puro*. Há, mais uma vez, um fundo behaviorista nesse procedimento: acredita-se que o comportamento se manifesta aquém das intencionalidades; logo, para captá-lo onde sua expressão ocorre de maneira mais *natural*, deve-se evitar que as ações conscientes interfiram nos processos de captura e previsão. Pela perspectiva behaviorista, quanto menor o conhecimento dos sujeitos sobre os processos que os interpretam, melhor esses processos podem prever seus comportamentos.

Os algoritmos também não precisam do fundamento tradicional da dividualidade; operam ao largo do sujeito cognoscente por elementos e escalas infra e supraindividuais. Não atuam mais, por exemplo, pela consciência visual, como ocorria na objetividade naturalista, mas pelos padrões pré-visuais, extraídos da fisiologia *pura* do olho: dilatação das pupilas, rotação do globo ocular, microexpressões faciais, padrões fisiológicos, escaneamento de íris (CNET News, 2017; Crampton, 2019). Também não operam pelas tradicionais categorias coletivas do sujeito moderno, como massa, povo, etnia, sexo, mas por aspectos relacionais, minuciosos e múltiplos, dentre os quais os de caráter emocional e afetivo ganham especial importância (Bruno et al., 2019).

A justificativa aqui é jurídica e científica: respeito ético à privacidade e pureza espontânea do comportamento para fins de objetividade. A objetividade algorítmica, portanto, opera em uma base behaviorista radical (Cardon, 2016), na qual, idealmente, o comportamento é capturado de forma total, minuciosa, constante e em sua manifestação mais *natural*. A precisão desse procedimento é, assim, diretamente proporcional à atualidade e à quantidade de dados disponíveis, e, portanto, à justeza de sua conexão com a realidade imediata. O horizonte é um ajuste tão refinado aos comportamentos que sua agência operacional pareça nula e não desperte nenhum gesto de inibição vindo da consciência – o avesso do panóptico de Bentham, que quer garantir os efeitos inibidores pela presença virtual, e não atual, do vigilante (Foucault, 2004).

Os algoritmos escapam ao sujeito também pelo mecanismo de predição comportamental. A predição escapa ao sujeito dessa vez no tempo, atuando sobre o que ele ainda não é, ou melhor, sobre o que ele provavelmente será – diferentemente das moldagens disciplinares que operavam a partir do que o sujeito deveria ser. Se na disciplina tentava-se estabilizar os corpos por exclusão do *fora* (Lazzarato, 2006)¹⁴, no controle o *fora* é assumido para ser monitorado e estabilizado como *perfil* (Rouvroy & Berns, 2018). Os perfis comportamentais extraídos do aprendizado da máquina são como silhuetas estatísticas, ao mesmo tempo moventes, anônimas e hiperpersonificadas. Apesar de intimamente conectadas às minúcias individuais da atualidade comportamental, são projetadas para um futuro não teleológico, mas provável, que se estende a curtíssimo prazo e que está ajustado aos contornos imediatos do presente como uma sombra à frente de um corpo que caminha, sugerindo-lhe modos de se executar o próximo passo.

Pasquinelli (2015) recorre ao conceito de *apofonia*, da Gestalt para caracterizar a aprendizagem da máquina e o perfilamento preditivo – que ele sintetizará como *olho algorítmico* – e questionar sua pretensa objetividade descritiva. A ação apofônica se define pela circunscrição de um padrão imagético tranquilizador que funciona como defesa para uma cognição supostamente incapaz de se confrontar com a indeterminação. Manifesta-se como experiência cognitiva de encontrar formas e conexões lógicas em dados aleatórios. Para o autor, a busca algorítmica por quaisquer padrões estatísticos em meio ao oceano interminável e caótico de dados é análoga a esse fenômeno. Contudo, por se tratar de um olho cibernético, o padrão que se busca não é definido a priori. O que se procura, ao contrário, é dar contorno numérico a padrões de anormalidade que possam indicar vetores que estejam se desprendendo da massa amorfa de dados no momento de seu desprendimento. Há um aspecto quase paranoico nesse mecanismo modulador. E é dessa contração estatística supostamente descritiva que se projetam preditivamente os perfis comportamentais sobre os quais se poderá em seguida intervir.

¹⁴“Encerrar o lado de fora, aprisionar o virtual, significa neutralizar a potência da invenção e codificar a repetição para subtrair dela toda a possibilidade de variação, para reduzi-la à simples reprodução” (Lazzarato, 2006, p. 70).

Não se trata mais da *normatização* disciplinar ou da *normação* biopolítica, que estavam fundadas em pressupostos ou medianas produtivistas, biológicas ou morais (Foucault, 2008), mas de uma *matematização do anormal* (Pasquinelli, 2015), para cercá-lo, persegui-lo, estabilizá-lo e distribuí-lo – para antecipar ou acelerar um movimento que supostamente já iria ocorrer.

As lentes de RA parecem permitir aos anseios algorítmicos por objetividade chegarem a limites de espontaneidade e abrangência nunca alcançados. Com elas – e isso talvez sirva para os dispositivos vestíveis em geral¹⁵ – tende-se a excluir por completo a intencionalidade. Não há mais um objeto em meio a outros a ser escolhido, ativamente manuseado, guardado ou desativado. Com as lentes de RA, o computador passará a ser a condição para percebermos certos elementos do espaço e outros objetos, que, como dito, passam a se confundir com as imagens. Se já em 1998, em sua fundação, um dos objetivos do Page Rank da Google era que os usuários se esquecessem de sua existência (Cardon, 2016), com as lentes esse objetivo parece atingir a dimensão *hardware*. Além do mecanismo algorítmico que organiza e recomenda informações e ações como se fossem ajustadas à nossa *natureza* mais íntima, a Google parece querer que os usuários se esqueçam até mesmo que estão conectados à infraestrutura que torna isso possível. Pelo texto de Osterloh (2020), citado no início, essa parece ser a definição mesma de *computação ambiental*.

¹⁵Roupas, relógios, pulseiras, tornozeleiras etc.

ARMADILHA ALGORÍTMICA E CAPTURA COGNITIVA

Até aqui consideramos a governamentalidade algorítmica como um sistema de objetividade descritiva que, ainda que frágil, se apoia em álbis jurídicos e científicos. Contudo, talvez já estejamos em um momento em que os desenvolvedores de algoritmos e aplicativos buscam declaradamente a intervenção nos comportamentos, e não para mantê-los em um padrão já estabelecido, mas para alterá-los, redefini-los ou produzi-los. Estaríamos, assim, saindo de um paradigma que busca correspondência e legitimidade em uma realidade supostamente pura ou mais provável para outro, que assume de partida a interferência ativa como objetivo. Trata-se, segundo Seaver (2018), de um paradigma *captológico* ou persuasivo, que opera sobretudo pelo *design* de arquiteturas algorítmicas e recomendação de conteúdos.

O termo *Captology* é uma sigla para *computers as persuasive technologies*, proposta por Brian Jeffrey Fogg, professor da Universidade Stanford e fundador, em 1998, do Laboratório de Tecnologias Persuasivas¹⁶. Fogg, que se autodeclara *behavior designer*, define a persuasão como uma “tentativa não coercitiva de mudar atitudes ou comportamentos”¹⁷ (Fogg et al., 2009, p. 134, citado por

¹⁶O nome do laboratório foi alterado para Behavior Design Lab (<https://behaviordesign.stanford.edu/>).

¹⁷No original: “a noncoercive attempt to change attitudes or behaviors”.

Seaver, 2018, p. 424). Se o paradigma preditivo buscava excluir o sujeito cognoscente do processo para captar o comportamento em sua manifestação mais pura, a captologia, ao contrário, se fundamenta eticamente no voluntarismo do comportamento para defender que as recomendações algorítmicas não são autoritárias: se há respeito à autonomia da decisão individual do usuário, não há coerção, mas persuasão.

Saímos de um pressuposto naturalista da subjetividade – que, desde o behaviorismo, compreende o comportamento como uma ação puramente fisiológica alheia à consciência – para uma consciência individual alheia à contingência. Dito de outro modo, saímos de um deslocamento dos pressupostos comportamentais que vai do instinto mecânico essencial para o livre arbítrio neoliberal. Entretanto, do mesmo modo que não nos parece haver uma natureza pura dos processos subjetivos, também não há uma cognição não condicionada, fora de condições prévias a sua manifestação. E é justamente neste ponto das condições de possibilidade da decisão que a captologia declaradamente atua para criar arquiteturas digitais de recomendação em que determinados comportamentos decisórios sejam facilitados em detrimento de outros. Criam-se as condições para que determinado comportamento tenha mais chances de se manifestar, mas justifica-se a não coercibilidade do processo por meio da autonomia do sujeito. O constrangimento da virtualidade se apoia na escolha individual.

Seaver (2018) recorre à antropologia da caça de animais – sobretudo à obra clássica de Otis Mason – para discordar de que a persuasão seja um processo relacionado apenas à consciência. Ele define os processos captológicos como ações de captura algorítmica, e os algoritmos como verdadeiras armadilhas cognitivas. Para o autor, as armadilhas tradicionais, tais como alçapões, ratoeiras e redes, são sistemas subjetivos e contextuais. O gesto derradeiro de aprisionamento de uma presa não está separado do conhecimento previamente acumulado pelo caçador sobre os hábitos de seu alvo nem das estratégias de artificialização do ambiente. Antes de ser uma ação física, qualquer armadilha é uma interação estratégica mental, sutil e persuasiva que visa conduzir os movimentos de um corpo, justamente como atua o *behavior design*. A diferença entre as armadilhas tradicionais e as algorítmicas, portanto, está apenas no fato de que, enquanto as aquelas oferecem etapas decisórias comportamentais que levam à morte e/ou a imobilização dos corpos, estas querem segurar a atenção, sobretudo os olhos, de seus usuários em um circuito dinâmico e automatizado de estímulos e recomendações.

Uma das características que marcam a guinada captológica é a mudança dos indicadores de eficiência algorítmica – cada vez mais fundamentais às *startups* na atração de investidores (Seaver, 2018). No processo preditivo, o sucesso de

um algoritmo é medido pelos sinais explícitos de confirmação dos usuários: o aumento de cliques, curtidas, compartilhamentos e compras. Para serem consideradas precisas, as previsões, ainda que veladas aos usuários, devem aguardar a confirmação da manifestação prevista. No processo captológico, diferentemente, a métrica da eficiência passa a ser a continuidade do uso: o tempo de permanência na experiência oferecida. Desde que os usuários permaneçam engajados, atencionalmente aprisionados, pouco importa o que sentem ou expressam. Ao invés de antecipar uma realidade que supostamente já estaria na iminência de se manifestar, a captologia quer criar situações aderentes para reter cognitivamente o usuário, independentemente de qualquer parâmetro de aprovação ou reprovação.

Apesar de se apoiar eticamente na decisão consciente do sujeito persuadido, a operação captológica tem por objetivo exatamente criar ambientações imperceptíveis – opacas e individuais – para que determinadas decisões sejam não apenas mais prováveis, mas preferencialmente inevitáveis. Bentes (2019) discute alguns pontos de *Hooked: How to Build Habit-Forming Products* – livro de Nir Eyal, *behavior designer* e ex-aluno de Fogg em Stanford – e nos dá uma noção prática de como as armadilhas captológicas podem operar. Como Fogg, Eyal compreende o comportamento como a soma de três elementos: motivação, ação e gatilho (Fogg, 2003). É dessa base que Eyal parte para desenvolver o *modelo do gancho (hook)*, cuja promessa é produzir serviços que formem hábitos: “comportamentos automáticos desencadeados por pistas situacionais: coisas que fazemos com pouco ou nenhum pensamento consciente” (Eyal, 2014, citado por Bentes, 2018, p. 228). O desenvolvimento do *enganchamento*, e portanto o hábito, se dá, assim, por quatro etapas: (1) gatilho, isto é, elementos internos (memórias, sentimentos) ou externos (imagens, botões, cores) que disparam ações; (2) ações que, segundo o autor, devem ser simplificadas ao máximo – “o agir deve ser mais fácil que pensar” (Eyal, 2014, citado por Bentes, 2018, p. 230); (3) recompensas imprevisíveis, que reforçarão a motivação que desencadeou a ação; e (4) investimento por parte do usuário, que, de acordo com o autor, produz expectativas e um *enganchamento* de longo prazo.

Nota-se que o objetivo jamais é estancar ou finalizar o fluxo de um movimento, mas estimulá-lo e inseri-lo em um circuito, em uma tubulação de microsequências comportamentais. Trata-se, como escreveram Jiménez e Nahum-Claudel (2019), de uma armadilha infraestrutural ambiental, como um cenário que pouco a pouco é montado, recebe discretamente pequenos elementos e nos envolve como parte fundamental de seu enredo sem que nos demos conta.

Como uma infraestrutura que funde o imagético e o locomotivo, as lentes de RA podem levar ao extremo a eficiência e a sofisticação dessas armadilhas,

aprisionando e conduzindo não apenas a ação atencional pela produção de imagens, mas o próprio deslocamento do corpo pelo espaço.

O ROSTO E A RUA

Se no início tratamos das lentes de RA como uma tecnologia capaz de fundir o imagético e o locomotivo ao somar a translucidez das lentes e as possibilidades imagéticas das telas, é preciso também considerar a ambivalência de sua função vigilante: vigilância e correlação simultâneas do rosto e do espaço. Uma tecnologia especialmente importante para isso é o sistema de detecção de alcance da luz: na sigla em inglês, Lidar (*light detection and ranging*). Trata-se de um sistema semelhante ao sonar dos morcegos e ao radar das bases aéreas, mas, ao invés de ondas de som ou de rádio, um Lidar emite e capta ondas luminosas. Os três são igualmente sistemas de detecção remota que captam propriedades do espaço para obter medidas de distâncias e/ou os volumes.

Sistemas de Lidar estão presentes tanto no ID Face, que é o mecanismo de biometria facial presente nos iPhones desde o modelo X, quanto no projeto aparentemente mais promissor de carro autônomo, que é o da Volvo (Hawkins, 2020). A Google não divulgou detalhes de suas lentes, mas, como se trata de um sistema que promete mediar imageticamente a interação do olho com as dimensões reais do espaço, acredita-se que algum sistema semelhante a este será utilizado, tanto para captar as variações sensoriais do usuário quanto para oferecer uma experiência realista de projeção sobre a materialidade espacial¹⁸.

Carros autônomos são também um tipo de drone, e parecem ser a possibilidade mais iminente de uma tecnologia capaz de deslocar os corpos no espaço abdicando das decisões humanas. A biometria facial, em paralelo, parece ser a possibilidade tecnológica mais propagandeada de tradução algorítmica dos processos subjetivos (Crampton, 2019). Por um lado, ao realizar uma leitura do espaço ao redor, o carro autônomo libera o capital atencional tradicionalmente retido pelas demandas locomotivas. Com isso, permite que a totalidade da atenção interna ao veículo pouse e circule em outros terminais: rua, telas, outros passageiros etc. Por outro lado, quando escaneia e monitora os rostos, a biometria facial oferece informações detalhadas¹⁹ sobre as atualidades, históricos e tendências cognitivas, afetivas, sensoriais e emocionais. Nos dois casos estão em jogo *plataformas digitais* (Srnicek, 2017): *plataformas biométricas* (Crampton, 2019), que codificam, extraem e interpretam dados do corpo, e *plataformas automotivas* (Leon, 2019), que extraem dados comportamentais dos corpos transportados, principalmente as redes e os nexos de locomoção, elementos que, assim como as interações nas redes sociais, facilmente podem

¹⁸Trazemos o exemplo do Lidar por ser, atualmente, um dos sistemas mais sofisticados e promissores de monitoramento algorítmico do espaço. Contudo, uma série de outros sistemas de medição e rastreamento da dinâmica espacial já está em uso no cotidiano (Lawson, 2012). Na maior parte dos casos os sistemas podem atuar em conjunto, de modo complementar. Outro sistema recente e promissor é o projeto Soli, do estúdio ATAP Google. Trata-se de um microrradar que pode ser acoplado a objetos variados para monitorar gestos do corpo (<https://atap.google.com/soli/>).

¹⁹Apesar de detalhadas, há muito questionamento sobre a leitura biométrica. Para mais informações, ver Crampton (2019).

revelar nosso padrão relacional com o território, com o consumo, com outras pessoas – o que os *smartphones* já realizam a partir dos dispositivos de localização (Andrejevik, 2015).

São, mais uma vez, dispositivos e processos complementares: a condução do corpo ou da atenção aprimora o monitoramento do espaço e do corpo transportado. A condução automotiva só pode se livrar da agência humana imediata por meio da interpretação algorítmica contínua e minuciosa dos comportamentos dos motoristas – motorista genérico, que tem por referência comportamental a obediência às leis e normas do trânsito, e motorista *perfilado*, produzido a partir dos padrões comportamentais dos usuários por meio dos quais será possível projetar ou recomendar trajetórias personalizadas. De outro lado, a biometria facial automatizada tem por promessa uma interpretação detalhada e profunda dos comportamentos, cujo resultado esperado é uma intervenção – vigilante (policial) ou visual (imagética, publicitária) – mais eficiente. As lentes de RA somam essas funções de vigilância e visualidade; respectivamente, a leitura aprofundada do rosto e a liberação da atenção para o espaço ao redor, cujo fluxo liberto pela mediação translúcida das lentes poderá ser prontamente capturado pelos circuitos imagéticos por elas projetados.

É inquietante que expressão, segurança e publicidade – corpo, vigilância e visualidade – estejam profundamente coligadas aqui, produzindo um sujeito cuja importância expressiva é diretamente proporcional ao refino de sua vigilância e eficácia de sua indução consumidora (Bruno, 2013). O sistema ID Face oferecido pela Apple desde o iPhone X nos dá uma dimensão disso. Com sistemas de Lidar instalados em suas câmeras frontais e traseira, esses aparelhos conseguem realizar uma varredura luminosa do espaço, um escaneamento, e digitalizar seus elementos respeitando as variações de tridimensionalidade. Com o Lidar, a câmera passa a ser uma ferramenta de medição espacial: não apenas registra a luminosidade em uma superfície, como já faziam as câmeras fotográficas, mas também mensuram o comprimento, a intensidade e a frequência dos raios, permitindo uma projeção da imagem sem a fixação do ângulo em que a captação luminosa foi realizada – um registro que, através de uma perspectiva, consegue projetar todas as outras possíveis.

Por meio do Lidar a câmera frontal do iPhone X é capaz de escanear, mapear e monitorar em profundidade 30 mil pontos dinâmicos do rosto humano (CNET News, 2017). Com isso, pode oferecer uma segurança hiperpersonalizada de acesso ao aparelho e, ao mesmo tempo, a possibilidade de registrar retratos com um enorme poder de edição 3D. Já existem também aplicativos de edição próprios para o uso do Lidar da câmera traseira dos *smartphones*, voltados para o escaneamento luminoso digital do espaço. O aplicativo Home Design 3D,

por exemplo, a partir da varredura por Lidar, consegue digitalizar o interior de espaços domésticos e oferecer imagens tridimensionais dos cômodos (All Things Tech, 2020). Evidentemente, ao mesmo tempo que oferecem recursos, esses aparelhos também captam e processam dados que poderão refinar ainda mais os sistemas de previsão e indução comportamental.

As lentes de RA podem ser pensadas como uma síntese das funções oferecidas pela biometria facial e pelo carro autônomo: o máximo de vigilância e o máximo de capacidade interventora em um mesmo dispositivo, simultaneamente sobre a subjetividade e sobre o espaço, para fins de ordenação dos corpos e dos encontros, e de governo das trajetórias urbanas.

Quais são os futuros de uma multidão de *corpos-drone*, mapeando devires deambulatórios, gerando para si singularidades virtualizadas? A governamentalidade algorítmica age de modo constante e imperceptível. Na computação ambiental, o corpo que atravessa o espaço é, aquém de tudo, um reservatório de dados. O arranque das tecnologias cibernéticas dá-se de modo inseparável de uma (auto)administração contínua dos processos de subjetivação. Atos de visão convertidos em *data*, que tanto nutrem o aprimoramento destas tecnologias de controle quanto se modulam numa “forma de valor excedente de um mercado baseado na acumulação de dados sobre o comportamento do usuário” (Crary, 2014, p. 56).

No início dos anos 1990, Virilio (2011) sentenciou que estaríamos apenas a esperar a emergência de *máquinas de visão*, “capazes de ver, de perceber em nosso lugar” (p. 132). O trabalho imersivo do olhar e do corpo no espaço, a partir das lentes de RA e do Lidar, parece maximizar as possibilidades de monetização tanto de nossa fisiologia ocular quanto de nossa sociologia corporal, em uma velocidade incompatível com a nossa carga de armazenamento e respostas conscientes, atentas. Nas infraestruturas modernas que ainda fundam o contemporâneo, sustenta-se a impressão de que o *multi-tasking*, por exemplo – como no usufruto coetâneo de aplicativos, *gadgets e dispositivos* por uma autogestão burocrática de si mesmo no tempo-espaço –, fortaleceria um “sentimento de engenhosidade individual”, que nos daria a “convicção temporária de que estamos do lado do vencedor” (Crary, 2014, p. 66). Crary pontua se nesta relação não seríamos nós os protótipos ideais dessas modulações, desejosos e envoltos no rizoma conexcionista em sua expansão algorítmica.

Como nos lembra Canevacci (2008), nosso olhar, “que de modo nenhum é ingênuo ou manipulável” (p. 19), sente-se desejoso de selecionar e distinguir,

de ser distinguido e selecionado; logo, torna-se condicionado à decodificação. Se o pintor Paul Klee (citado por Virilio, 1994, p. 86) antevê, nos primórdios do século XX, uma paisagem onírica em que os objetos do espaço nos espreitam – “agora os objetos me percebem” –, a ideia de um corpo-drone emergiria a partir da objetificação virtualizada de nosso devir perceptivo, de nossa “vontade de envolver o futuro” (p. 132) comercializada em dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O corpo-drone é um corpo teleguiado que, através da captura e condução algorítmica das funções cognitivas, perde, parcial ou totalmente, a autonomia sobre os processos decisórios de seu deslocamento no espaço. Discutimos essa possibilidade por quatro camadas complementares de construção: (1) a ressoldagem das máquinas imagéticas e das máquinas locomotivas por meio das lentes de RA – a reconexão do olho e do pé: os dois segmentos sobre os quais foi possível sustentar o corpo moderno –; (2) a ultrapassagem do *homem* através de mecanismos automáticos, opacos, individuais e preditivos que escapam à razão, à consciência e à individualidade como construídos modernamente; (3) a captura cognitiva por meio de armadilhas algorítmicas que criam contextos, paisagens e ambiências comportamentais – automatizados, individuais e opacos – para reduzir e induzir com grande eficiência os processos decisórios individuais desde seus elementos mais germinais; e (4) a codificação e a correlação digital entre o rosto e o espaço através do sistema Lidar, comum tanto aos sistemas mais avançados de vigilância biométrica do rosto quanto aos projetos mais promissores de direção autônoma. Nesse tópico recorreremos à tecnologia do LIDAR para tentar imaginar como os óculos de RA prometidos pela Google funcionariam em seu procedimento de projetar imagens interativas no olho respeitando as proporções espaciais como se percebidas a olho nu.

O processo de dronização do corpo como aqui buscamos discutir não é um fenômeno recente ou repentino. A automação do corpo, do olho, da cognição e do deslocamento remonta aos anseios mais básicos do saber-poder moderno, seja pelo ponto de vista do olho, que nos leva aos primórdios tecnológicos e científicos da modernidade – perspectiva, mapa, impressora, psicologia, cibernética e ciências cognitivas –, seja pela perspectiva do pé, que encontra seu substrato tanto nos sistemas de transporte quanto no urbanismo (Chun et al., 2019). E é a fusão desses dois campos tecnológicos e epistêmicos, possível por meio da governamentalidade algorítmica e das lentes de RA, que nos parece tornar possível a dronização, total ou parcial, do corpo. ■

REFERÊNCIAS

- All Things Tech. (2020, 22 de abril). *New 2020 Apple iPad Pro LiDAR Scanner in action* [Vídeo]. YouTube. <https://bit.ly/3c6awCa>
- Andrejevic, M. (2015). Tornando-se Drones: Vigilância móvel e sensoriamento remoto. *Parágrafo*, 3(1), 45-54. <https://bit.ly/3c4z0vF>
- Bentes, A. (2019). A gestão algorítmica da atenção: Enganchar, conhecer e persuadir. In F. B. P. Polido, L. C. dos Anjos, & L. C. C. Brandão (Orgs.), *Políticas, internet e sociedade* (pp. 222-234). Iris.
- Bilton, N. (2015, 4 de fevereiro). Why Google Glass broke. *The New York Times*. <http://nyti.ms/30XSqMe>
- Bruno, F. (2013). *Máquinas de ver, modos de ser: Vigilância, tecnologia e subjetividade*. Sulinas.
- Bruno, F., Bentes, A., & Faltay, P. (2019). Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: Mercado, ciência e modulação do comportamento. *Revista Famecos*, 26(3), e33095. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.3.33095>
- Canevacci, M. (2008). *Fetichismos visuais: Corpos erópicos e metropole comunicacional*. Ateliê.
- Cardon, D. (2016). Deconstructing the algorithm: Four types of digital information calculations. In R. Seyfert & J. Roberge (Orgs.), *Algorithmic cultures: Essays on meaning, performance and new technologies* (pp. 95-110). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315658698>
- Cardon, D., Cointet, J.-P., & Mazières, A. (2018). La revanche des neurones: L'invention des machines inductives et la controverse de l'intelligence artificielle. *Réseaux*, 5(211), 173-220. <https://doi.org/10.3917/res.211.0173>
- Chamayou, G. (2015). *Teoria do drone*. Cosac Naify.
- Chun, W. H. K., Kurgan, L., Brawley, D., House, B., & Zhang, J. (2019, 4 de outubro). Homophily: The urban history of an algorithm. *e-flux architecture*. <https://bit.ly/313c0H8>
- CNET News. (2017, 12 de setembro). *Apple explains Face ID on iPhone X*. [Vídeo]. YouTube. <https://bit.ly/3vIKmgD>
- Crampton, J. W. (2019). Plataforma Biometrics. *Surveillance & Society*, 17(1/2), 54-62. <https://doi.org/10.24908/ss.v17i1/2.13111>
- Crary, J. (2011). *Técnicas do observador*. Contraponto.
- Crary, J. (2013). *Suspensões da percepção*. Cosac Naify.
- Crary, J. (2014). *24/7: Capitalismo tardio e os fins do sono*. Cosac Naify.
- Daston, L., & Galison, P. (2007). *Objectivity*. Zone Books.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo* (E. S. Abreu, trad.). Contraponto.
- Deleuze, G. (2010). *Conversações*. 34.
- Deleuze, G. (2014). *El poder: Curso sobre Foucault* (Tomo 2). Cactus.

- Deleuze, G., & Guattari, F. (2010). *Anti-Édipo*. Editora 34.
- Facebook AI. (2020, 16 de janeiro). *Research in brief: Yann LeCun on the future of deep learning hardware* [Video]. YouTube. <https://bit.ly/3vKnrl3>
- Fogg, B. J. (2003). *Persuasive technology: Using computers to change what we think and do*. Morgan Kaufmann.
- Foucault, M. (1999.) *As palavras e as coisas*. Martins Fontes.
- Foucault, M. (2004). *Vigiar e punir*. Vozes.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população*. Martins Fontes.
- Hawkins, A. J. (2020, 6 de maio). Volvo bucks the industry, will sell LIDAR-equipped self-driving cars to customers by 2022. *The Verge*. <http://bit.ly/3cQioqx>
- Ingold, T. (2004). Culture on the ground: The world perceived through the feet. *Journal of Material Culture*, 9(3), 314-340. <https://doi.org/10.1177/1359183504046896>
- Introna, L. D. (2016). The algorithmic choreography of the impressionable subject. In R. Seyfert & J. Roberge (Orgs.), *Algorithmic cultures: Essays on meaning, performance and new technologies*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315658698>
- Jiménez, A. C., & Nahum-Claudel, C. (2019). The anthropology of traps: Concrete technologies and theoretical interfaces. *Journal of Material Culture*, 24(4), 383-400. <https://doi.org/10.1177/1359183518820368>
- Kunzru, H. (2009). Genealogia do ciborgue. In D. Haraway, H. Kunzru, & T. Tadeu (Orgs.), *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano* (pp. 119-126). Autêntica.
- Lanier, J. (2017). *Down of the new everything: Encounters with reality and virtual reality*. Henry Hold and Co.
- Latour, B. (1989). Visualisation and cognition: drawing things together. In H. Kuklick (Ed.), *Knowledge and Society: Studies in the sociology of culture past and present* (Vol. 6, pp. 1-40). Jai Press. <https://bit.ly/3f0Quuv>
- Lawson, S. (2012, 6 de abril). Ten ways your smartphone knows where you are. *PCWorld*. <http://bit.ly/3927EUV>
- Lazzarato, M. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Civilização Brasileira.
- LeCun, Y. (2019). *Quand la machine apprend: La révolution des neurones artificiels at de l'apprentissage profond*. Odille Jacob.
- LeCun, Y; Bengio, J., & Hinton, G. (2015). Deep learning. *Nature*, 521, 436-444. <https://doi.org/10.1038/nature14539>
- Leon, L. F. A. (2019). Eyes on the road: Surveillance logics in the autonomous vehicle economy. *Surveillance & Society*, 17(1/2), 198-204. <https://doi.org/10.24908/ss.v17i1/2.12932>

- Osterloh, R. (2020, 30 de junho). Our focus on helpful devices: Google acquires North. *Company Announcements*. <http://bit.ly/390qjAF>
- Pasquinelli, M. (2015, 29 de janeiro). Anomaly detection: The mathematization of the abnormal in the metadata society. *Matteo Pasquinelli*. <http://bit.ly/3vV1H6a>
- Passos, E. (1992). *O sujeito cognoscente entre o tempo e o espaço* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Repositório institucional da UFRJ. <https://bit.ly/2OLaeb8>
- Poupyrev, I., Tan, D., Billinghamurst, M., Kato, H., Regenbrecht, H., & Tetsutani, N. (2001). Tiles: A mixed reality authoring interface. In Hirose, M. (Ed.), *Human-Computer Interaction: Interact '01* (pp. 334-341). IOS Press.
- Poupyrev, I., Tan, D. S., Billinghamurst, M., Kato, H., Regenbrecht H., Tetsutani, N. (2002). Developing a generic augmented-reality interface. *Computer IEEE Xplorer*, 35(3), 44-50. <https://doi.org/10.1109/2.989929>
- Rauer, V. (2016). Drones: The mobilization of algorithms. In R. Seyfert & J. Roberge (Orgs.), *Algorithmic cultures: Essays on meaning, performance and new technologies*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315658698>
- Rouvroy, A., & Berns, T. (2018). Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: O díspar como condição de individuação pela relação? In F. Bruno, B. Cardoso, M. Kanashiro, L. Guilhon, & L. Melgaço (Orgs.), *Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem* (pp. 107-140). Boitempo.
- Rumelhart, D., & McClelland, J. (1986). *Parallel distributed processing: Explorations in the microstructure of cognition* (Vol. 1). MIT Press.
- Rumelhart, D., & McClelland, J. (1999). *Parallel distributed processing: Explorations in the microstructure of cognition* (Vol. 2). MIT Press.
- Seaver, N. (2018). Captivating algorithms: Recommender systems as traps. *Journal of Material Culture*, 24(4), 421-436. <https://doi.org/10.1177/1359183518820366>
- Simon, H. A. (1981). *As ciências do artificial*. Sucessor.
- Srnicek, N. (2017). *Platform capitalism*. Polity Press.
- Turing, A. (1950). Computing machinery and intelligence. *Mind*, 59(236), 433-460. <https://bit.ly/3s7VFwu>
- Virilio, P. (1994). *A máquina de visão*. José Olympio.
- Virilio, P. (2011). A imagem virtual mental e instrumental. In A. Parente (Org.), *Imagem-máquina: A era das tecnologias do virtual* (pp. 127-132). Editora 34.
- Wiener, N. (2017). *Cibernética: Ou controle e comunicação no animal e na máquina*. Perspectiva.

Artigo recebido em 6 de dezembro de 2020 e aprovado em 19 de março de 2021.

Jornalismo televisivo, noticiário policial e usos de fontes: Achados da Argentina

Television journalism, crime news and sourcing practices: Findings from Argentina

MERCEDES CALZADO^a

Universidad de Buenos Aires, Instituto de Investigaciones Gino Germani/CONICET. Cidade de Buenos Aires, Argentina

VANESA LIO^b

Universidad Nacional de La Plata, Instituto de Investigaciones em Humanidades e Ciências Sociais/CONICET. La Plata – BA, Argentina

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de um projeto de pesquisa sobre os novos modos de produção de notícias policiais na televisão. A investigação envolveu o monitoramento de telejornais dos cinco principais canais da cidade de Buenos Aires e entrevistas com profissionais da notícia. Analisamos o conteúdo das matérias, as formas de narrar e enunciar as notícias policiais na televisão, o papel da polícia na estrutura das notícias, o surgimento de novas fontes de informação e as rotinas de produção das notícias policiais. Nossos achados sugerem que a maioria dos noticiários na televisão dá destaque às notícias sobre crimes em suas agendas e que sua produção e apresentação mudaram com a disseminação das tecnologias digitais como fontes de informação.

Palavras-chave: Notícias policiais, mídia, televisão, telejornais, Argentina

^aDoutora em Ciências Sociais, pesquisadora do CONICET (Conselho Nacional de Pesquisa Argentina). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0211-6480>. E-mail: calzadom@gmail.com

^bDoutora em Ciências Sociais (Universidad de Buenos Aires, Argentina), pesquisadora do CONICET (Conselho Nacional de Pesquisa Argentina). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4391-3729>. E-mail: vanesa.lio@gmail.com

ABSTRACT

This paper presents the results of a research project on the new modes of production of television crime news. The enquiry involved monitoring television newscasts of the five major channels in Buenos Aires City and interviews with news workers. We analyze the news content, the ways of narrating and enunciating crime news on television, the role played by the police in the structure of the news, the emergence of new sources of information and the production routines of crime news. Our findings suggest that most of the newscasts on television give prominence to crime news within their agendas and that its production and presentation has changed as the result of the spread of digital technologies as sources of information.

Keywords: Crime news, media, television, newscast, Argentina

INTRODUÇÃO

DESDE MEADOS DA DÉCADA DE 1990, na Argentina, o tema da criminalidade e da segurança pública se tornou uma questão política, econômica, sociocultural e de mídia. O número de crimes nas ruas dobrou nesse momento, e os dados não mostram nenhuma redução significativa até os dias atuais (Kosovsky, 2007; Ministerio de Seguridad de la Nación, 2019). De acordo com o Ministério da Justiça da Argentina, a taxa da criminalidade contra pessoas em 1991 era de 994 por 100 mil habitantes; em 1999, 1979; em 2003, 2362, e em 2015, 1999. O crescimento do crime, evidenciado pelo aumento das taxas de criminalidade, passou a fazer parte da agenda de debate público desde esse momento, atingindo um pico entre 2002 e 2003. Após 2004, as taxas de criminalidade começaram a diminuir, sem chegar a atingir níveis semelhantes aos do início da década de 1990. De acordo com o Ministério de Segurança da Argentina (Ministerio de Seguridad de la Nación, 2019), a taxa de homicídios em 1999 foi de 7,48 para cada 100 mil habitantes; em 2003, 1,93; e em 2018, 5,3, o que significa que as taxas argentinas permanecem as segundas mais baixas da América Latina, depois do Chile. No entanto, parece que o pequeno número de crimes de rua causa ansiedade pública sobre o risco de possível vitimização individual. Segundo dados oficiais, 85,1% da população argentina considera que a falta de segurança pública é um problema de dimensões “substanciais ou muito graves” (INDEC, 2018). A profunda distância entre as taxas de criminalidade e a sensação de vulnerabilidade ao crime provoca uma preocupação constante no público (Kessler, 2009).

O crime ganhou cada vez mais espaço em diferentes mídias (Martini & Pereira, 2009) sendo visto como uma das questões mais importantes para a população (Kessler, 2009), à medida que o sensacionalismo e o melodrama se tornaram elementos centrais do discurso jornalístico argentino (Ford, 1994; Sunkel, 1985). Esses tipos de narrativas midiáticas expressam-se de forma simbólica, dramática, reificando o outro como diferente, bárbaro e perigoso (Martín Barbero, 1987). Essas formas de enquadrar o crime e a delinquência têm sido usadas até os dias de hoje, de fato, as transmissões de televisão e rádio da cidade de Buenos Aires priorizam as notícias policiais acima das informações gerais, política e esporte, conforme revelado pela Ouvidoria de Comunicação Audiovisual desde 2013 (Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual, 2018)¹. O predomínio de notícias sobre crimes e suas características específicas devem ser situadas no contexto de uma série de mudanças no ecossistema da mídia local e internacional.

A primeira transformação na produção do noticiário policial/criminal na Argentina está relacionada a uma reorganização geral da mídia. As notícias de

¹ A *Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual* (traduzida neste artigo como Ouvidoria de Comunicação Audiovisual) é um organismo criado pela lei n. 26.55 de Servicios de Comunicación Audiovisual (LSCA), para promover os direitos dos ouvintes e telespectadores. Suas funções incluem a coleta de reclamações do público e relatórios periódicos sobre os conteúdos audiovisuais dos canais de televisão da Cidade de Buenos Aires.

crime na televisão cresceram com a desregulamentação dos serviços de mídia na década de 1990 (Mastrini, 2005). O surgimento e o crescimento da multimídia (Becerra, 2010) fizeram com que uma notícia com as mesmas fontes e abordagem produzida na Cidade de Buenos Aires fosse veiculada em jornais, rádios, televisão e cabo em todo o país. Essa mudança também estava relacionada ao surgimento de canais noticiosos de TV a cabo, que precisavam produzir conteúdo audiovisual com transmissão 24 horas. Como consequência, cada notícia de crime ocorrida na Cidade de Buenos Aires era transmitida ao longo do dia em telas de todo o país.

A segunda transformação foi mais geral, relacionada às mudanças tecnológicas na produção de notícias e seu impacto nas fontes de informação. Sempre houve uma relação estreita entre o jornalismo e as fontes institucionais, especialmente as policiais. Porém, nos últimos anos, as redes sociais e os dispositivos tecnológicos como telefones celulares e câmeras de segurança aumentaram as possibilidades de produção de informações com um tipo de conteúdo diferente, não controlado, ou pelo menos não totalmente, pelas polícias, tribunais ou órgãos governamentais.

Neste artigo, desenvolvemos as características do noticiário policial televisivo na Argentina por meio da seguinte questão: Como as práticas das redações moldam a construção do noticiário policial? A partir dessa questão principal de pesquisa também indagamos: Qual é a posição atual do noticiário policial na televisão argentina? Qual é o processo de seleção de notícias que agrupa essas informações? Quais são as características narrativas atuais? Quais fontes são usadas? Qual é o papel das imagens nesse tipo de notícia?

Os objetivos deste trabalho são delineados como se segue: i. Avaliar a posição do noticiário policial na televisão argentina e os processos de seleção dos editores; ii. Analisar as características das notícias de crime nesse contexto; iii. Identificar as fontes utilizadas na emissão de notícias sobre crimes na televisão e observar os elementos que são priorizados. Argumentamos que as práticas das redações moldam a construção de notícias policiais de duas formas principais: a. a transformação tecnológica, cultural e trabalhista que produz mudanças na produção de notícias sobre o crime; e b. a autolegitimação da mídia como aquela que *sabe* sobre o interesse público com base em ferramentas como avaliações e respostas dos espectadores e que possui *empatia* com o temor dos telespectadores.

O artigo inicia com alguns debates acadêmicos sobre a análise de noticiários policiais. Em seguida, descrevemos nossos métodos de pesquisa. Depois, desenvolvemos os resultados em três subseções: a predominância de notícias policiais; características, conteúdo e rotinas produtivas do noticiário policial; e práticas de uso de fontes e tecnologias digitais. Por fim, apresentamos nossas conclusões, limitações e possíveis desafios futuros.

QUADRO TEÓRICO

O noticiário policial ou criminal apareceu como tema das ciências sociais em meados do século 20 (Baker & Ball, 1969; Davis, 1952), mas consolidou-se na década de 1970, quando o assunto passou a ser central no debate público, principalmente nos Estados Unidos e no Reino Unido (Chibnal, 1975; Cohen, 1975; Graber, 1980; Hall et al., 1975; Van Dijk, 1979).

A análise do crime e da mídia é estudada amplamente sob diferentes perspectivas, principalmente do ponto de vista do efeito sobre as audiências (Gebner & Gross, 1976; Romer et al., 2003; Weitzer & Kubrin, 2004). Os estudos da agenda-setting destacam a capacidade da mídia de tematizar um problema, inseri-lo na discussão pública e torná-lo um tópico relevante (McCombs, 1977; McCombs & Shaw, 1972). Essa perspectiva considera o quanto o crime aparece como uma questão central na agenda noticiosa (Alitavoli & Kaveh, 2018; Lowry et al., 2003), um processo que este artigo irá verificar no noticiário da televisão argentina. As notícias policiais são frequentemente tematizadas com algumas características, como o sensacionalismo, entendido como “aquelas características de conteúdo e formais das mensagens que têm a capacidade de provocar atenção ou respostas excitadas nos telespectadores” (Kleemans & Hendriks Vettehen, 2009, p. 229). As abordagens que examinam o efeito da definição da agenda e do sensacionalismo são interessantes para avaliar o impacto da informação sobre o público e a função do noticiário policial. No entanto, nossa questão de pesquisa não diz respeito aos efeitos ou à conduta derivados do conteúdo das notícias policiais, mas enfatiza as características das notícias audiovisuais sobre crimes e as formas como os telejornais geram esse tipo de informação, na atualidade.

Utilizamos uma perspectiva interpretativa, centrada na análise do discurso do ponto de vista culturalista. Os discursos caracterizam e classificam o mundo que habitamos (Hall, 1992). Os discursos da mídia, especificamente, produzem palavras e imagens para falar, pensar e compreender os problemas sociais como “estruturas de interpretação” (Hall et al., 1978/2013). Do ponto de vista dos estudos culturais, o discurso é uma imagem, ou um conjunto de imagens que pode produzir um sistema de representação, fornecendo um modelo comparativo para compreender a sociedade. Um significado depende sempre da relação e da comparação entre diferentes palavras e produz um tipo de conhecimento relacionado a um tema, no nosso caso, o crime, que é ampliado pela mídia. Como explica Stuart Hall (1978/2013): “Nas sociedades contemporâneas, essas práticas ideológicas, culturais e interpretativas são os territórios primários da imprensa e dos meios de comunicação de massa” (p. xiii). Como explicamos, o crime é uma das principais temáticas da televisão argentina. Em uma situação desse tipo, o discurso da mídia pode ser central para o desenvolvimento de

pânicos morais, o que significa que “uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas emerge para se definir como uma ameaça aos valores e interesses da sociedade” (Cohen, 1972, p. 28).

O conceito de pânico moral (Cohen, 2015; Goode & Ben Yahuda, 1994; Thompson, 1998) pode ajudar a compreender a construção midiática de uma percepção pública relacionada ao desvio e ao crime, e a relação com as fontes, os “definidores primários”. Para explicar o conceito de definidores primários, Hall et al. (1978/2013) consideram a vinculação entre agências públicas e mídia de massa: “No âmbito do noticiário policial, a mídia parece ser mais fortemente dependente das instituições de controle do crime para suas notícias do que em praticamente qualquer outra área” (p. 71), como a polícia e a justiça. No entanto, a ideia de “definidores primários” poderia ser vista como a determinação de um ator (polícia) para outro (mídia) (Mattelart & Neveau, 2004). Consideramos, em vez disso, que a polícia e a justiça são atores centrais na construção social do crime, mas existem algumas complexidades para analisar as fontes e seu contexto que iremos explorar neste artigo. Além disso, o tipo de percepção que pode ser afetado pelas notícias de crime na televisão não está necessariamente relacionado ao pânico como alarme, mas, em qualquer caso, o crime pode ser identificado como um desvio moral, pois trabalharemos aqui com os eventos extraordinários associados ao crime. As notícias de crimes na televisão estão mais relacionadas do que em outras mídias com a característica de volatilidade usada por Goode e Ben Yehuda (1994) como uma das definidoras do pânico moral. Os grandes crimes, os pequenos crimes, a convergência temática de notícias sobre crimes na televisão, funcionam como espirais de significação: “Uma sequência autoamplificadora dentro da área de significação: a atividade ou evento com o qual a significação lida é escalada – elaborada para parecer mais ameaçadora – dentro do curso da própria significação” (Hall et al., 1978/2013, p. 220).

A representação do policiamento e da segurança pública em termos de construção discursiva tem sido observada por diversos estudos locais. Muitos deles mostram mudanças na produção de notícias sobre crimes desde o início da década de 1990 na Argentina e o uso desse tema como um dos principais na agenda da mídia (Arfuch, 1997; Aruguete & Amadeo, 2012; Baquero, 2017; Fernández Pedemonte, 2001; Focás & Galar, 2016; García Beaudoux & D’Adamo, 2007; Lorenc Valcarce, 2005; Martini & Pereyra, 2009; Sánchez, 2014; Tufro, 2017; Vilker, 2008). As notícias policiais na Argentina apresentam certas características, especialmente o aspecto sensacionalista e melodramático, assemelhando-se, em muitas formas, às veiculadas em outros países latino-americanos (Bonilla & Tamayo, 2007; Lara Klar, 2004; Marroquín Parducci, 2007; Molina et al., 2014; Rey, 2005; Rey & Rincón, 2007). Algumas dessas abordagens, assim como outras

produzidas em regiões diferentes, estão centradas na enunciação da imprensa (Cohen & Young, 1978; Howitt, 1998) e na definição do crime e do criminoso. Alguns estudos observam o tema em diferentes meios de comunicação, como o rádio, os jornais e a televisão, mostrando como os crimes violentos tendem a ser comuns na imprensa popular e ignorados nas reportagens dos noticiários de qualidade (Ericson et al., 1991). A imprensa popular tradicionalmente produz informações sensacionalistas, embora em países como a Argentina estudos tenham mostrado que o sensacionalismo não se restringe à imprensa popular, mas toda a mídia o produz, especialmente a televisão (Calzado, 2015; Martini, 2007).

Apesar do crescimento das mídias sociais na última década, a televisão ainda é uma das principais fontes de informação. O último Digital News Report publicado pela Oxford University e pelo Reuters Institute (Newman et al., 2020) mostra que na Argentina as pessoas obtinham suas informações de várias fontes: internet (90%), televisão (77%), jornais impressos (30%) e rádio (24%). A televisão vem atrás da internet, mas está longe de ser obsoleta e mantém uma posição central na transmissão de informações públicas.

Nesse contexto, a mídia noticiosa experimentou formas e métodos de organização inovadores, incorporando diferentes fontes na construção de um caso policial. As notícias criminais eram anteriormente construídas por dados recebidos, sobretudo, de instituições policiais e judiciais, estudadas por meio da indexação ou classificação das fontes oficiais (Calzado & Maggio, 2009; Chibnall, 1977; Lugo-Ocando & Faria Brandão, 2016). Estudos de campo clássicos como os de Hall et al. (1978/2013), Cohen (2015) e Thompson (1998) examinam como o pânico moral é gerado pela mídia por meio dos “definidores primários” e analisam a intervenção de fontes policiais e judiciais nas agendas noticiosas.

Na Argentina, Caimari (2004), Gayol e Kessler (2002) e Saïtta (1998) realizaram estudos históricos sobre a mídia impressa e, em alguns casos, transmissões de rádio no início do século XX. Esses trabalhos mostraram os vínculos históricos entre a mídia, a polícia e o judiciário, nesse país, como fornecedores de informação e como fontes que definiram a forma de anunciar e classificar condutas desviantes. Como apresentaremos, hoje podemos notar uma relativa queda das fontes de notícias sobre crimes em relação às ditas privadas e não profissionais (Acosta, 2012).

Parte desse processo mostra um tipo específico de fonte de notícias audiovisuais: imagens capturadas por meio de novas tecnologias definidas como jornalismo cidadão (Di Próspero & Maurello, 2010) e imagens retiradas de redes sociais ou câmeras de segurança. Os desenvolvimentos nas tecnologias de comunicação conduziram a uma mudança rápida e inquietante nas práticas jornalísticas, abrindo novas possibilidades para a produção de notícias e reportagem

(McNair, 2005). Nesse contexto, Machill e Beiler (2009) descrevem como a internet se tornou uma ferramenta fundamental para a pesquisa jornalística. Por meio de observações de jornalistas de mídia impressa, rádio, televisão e mídia on-line, os autores mostram que os procedimentos de pesquisa on-line se integram ao processo geral de pesquisa, indicando como as tecnologias digitais modificaram as rotinas jornalísticas. Embora a pesquisa auxiliada por computador complemente, mas não substitua, a investigação clássica, o processo de determinação da fonte está sendo cada vez mais dominado pelos mecanismos de busca, principalmente o Google. Durante os últimos anos, a crescente presença das mídias móveis e sociais em nossas vidas cotidianas está transformando ainda mais as práticas dos jornalistas, influenciando particularmente o processo de uso de fontes (Deprez & Van Leuven, 2017).

Devido à incorporação dessas fontes de informação, desenvolvemos neste artigo a ideia de *definidor primário ampliado*, onde a tecnologia aparece tanto como competidora quanto impulsionadora das fontes policiais e judiciárias das notícias policiais. A necessidade de analisar notícias de crimes geradas por diferentes modalidades audiovisuais torna-se evidente à luz desse novo cenário para a televisão e sua competição com a informação na internet e os novos dispositivos tecnológicos. Os estudos audiovisuais (Silvera & Natalevich, 2012) e a construção de notícias sobre crimes em reality shows (Barak, 1994; Hewwitt, 1998) foram amplamente observados nos estudos, embora poucos tenham como foco as notícias policiais na televisão pública. Considerando essa escassez e a relevância do gênero noticioso policial na televisão pública argentina, este trabalho busca contribuir com os estudos sobre o jornalismo audiovisual e a forma e o significado do crime em seus noticiários.

MÉTODOS

Utilizamos no estudo principalmente duas ferramentas de pesquisa qualitativa: análise de conteúdo e entrevistas. Inicialmente, montamos um corpus de notícias televisivas sobre crimes. Em segundo lugar, realizamos uma série de entrevistas com produtores de notícias e jornalistas com diferentes níveis de experiência nos principais canais noticiosos da Cidade de Buenos Aires. O corpus audiovisual e as entrevistas foram analisados por meio de uma análise do discurso numa perspectiva culturalista, entendendo que a pesquisa nunca é objetiva, mas sempre localizada, o que significa que tanto a análise quanto a interpretação foram informadas por nossas posições sociais particulares, um momento histórico, um contexto social e um contexto cultural específicos (Saukko, 2003). Em seguida, triangulamos (Piovani, 2018; Verd & López, 2008)

essas informações com dados quantitativos sobre noticiário audiovisual, visando integrar os resultados de ambas as abordagens por meio de um método misto.

A análise quantitativa baseou-se nos dados dos relatórios anuais da Ouvidoria de Comunicação Audiovisual, entre 2013 e 2018, que monitoram o conteúdo de todos os programas de televisão veiculados. O objetivo deste artigo é compreender os significados e as características do noticiário policial na televisão, mas precisamos acompanhar o lugar do crime enquanto tema. Para considerar a relevância das notícias sobre crimes na televisão, utilizamos um banco de dados oficial que analisa os temas dos noticiários desde 2013 com um método temático preciso que considera cada tópico de cada noticiário televisivo transmitido da Cidade de Buenos Aires (política, economia, meio ambiente, esportes, entretenimento, crime etc.)².

Em termos de métodos qualitativos, começamos com a análise de conteúdo. Nosso corpus foi composto por gravações de noticiários noturnos veiculados durante a primeira semana de outubro de 2015 pelos cinco principais canais de notícias (públicos e privados) da Cidade de Buenos Aires (América, TV Pública, Canal 9, Telefé e Canal 13). Seleccionamos notícias categorizadas como *crime e polícia* como tema principal (tema 1) e tema secundário (tema 2) de acordo com a classificação da Ouvidoria (Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual, 2018). Para a atribuição de *tema*, ou *tematização*, realizamos um processo que reconstruiu a produção de notícias a partir de uma série de indicadores, como seus critérios de noticiabilidade, as intervenções dos apresentadores de notícias, as manchetes, os textos e as fontes, entre outros³. Os dados analisados incluíram 157 notícias, das quais 98 tiveram as *notícias de crime* como tema principal e 59 como tema secundário. Dois anos depois, durante os primeiros seis meses de 2017, analisamos novamente o noticiário televisivo noturno. A fim de registrar mais de perto regularidades e variações nas transmissões, desenhamos uma ferramenta de registro e análise para controlar nossos achados anteriores com relação às principais variáveis da análise. As observações para o período de 2017 confirmaram os achados de 2015 e a relevância dos resultados deste trabalho.

O processo de monitoramento exigiu a elaboração e uso de uma ferramenta de registro da imagem visual da notícia que incluía as seguintes variáveis de observação sobre o enunciado e o enunciador (Manetti, 2008): temas prioritários, modos de narrar, localização das notícias policiais, mapas do crime, o uso de imagens, as locuções e as tecnologias digitais. Também indagamos o que a mídia fala quando aborda o crime e verificamos os temas das notícias e que tipo de fatos estão incluídos nessa seção. Iniciamos a observação com uma lista de tipos criminais definidos pelo código penal, mas deixando a análise aberta à emergência de outras formas midiáticas de definição do crime⁴.

² A metodologia dos relatórios governamentais está disponível em: Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual (2013).

³ A definição da temática e dos indicadores pode ser consultada na seção metodológica que se encontra em anexo aos relatórios (Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual, 2013).

⁴ As notícias com o tema “crime” foram classificadas de acordo com: roubo, crime organizado/tráfico de drogas, violência de gênero, homicídio, sequestro e extorsão, feitura de reféns, conflitos interpessoais (brigas de gangues, discussões de trânsito etc.), tráfico humano, fraude, enforcamento e outras.

A fim de entender alguns dos processos de elaboração dessas notícias, entrevistamos produtores, jornalistas e apresentadores dos telejornais. Por meio de uma técnica amostral de bola de neve (Marradi et al., 2018), realizamos 18 entrevistas em profundidade, levando em conta, na medida do possível, a diversidade de papéis dentro da produção de notícias e as diferentes formas de propriedade das emissoras públicas e privadas. Também fizemos 46 conversas informais com produtores musicais, técnicos de som, operadores de câmera e de vídeo, editores e assistentes. As entrevistas e conversas ocorreram majoritariamente nos locais onde as notícias eram produzidas, embora nem sempre isso tenha sido possível devido às práticas mais restritivas de algumas rádios e estúdios de notícias. As entrevistas foram feitas em 2017 – após a conclusão da fase da análise de conteúdo midiático – em estúdios de notícias, escritórios, salas de reuniões dos canais e algumas em bares próximos aos estúdios de televisão.

Utilizamos o método de entrevistas semiestruturadas (Piovani, 2018; Valles, 2000). Foram feitas perguntas sobre a seleção e os valores-notícia, as rotinas de produção, os papéis de diferentes atores na produção de notícias sobre crimes, o uso de tecnologias digitais na produção de notícias, as formas de apresentar notícias policiais, percepção do tipo de espectadores e formas pelas quais a informação foi obtida. Antes e depois das entrevistas, também pudemos observar os estúdios de notícias e até mesmo a veiculação dos telejornais, complementando as entrevistas com anotações de campo. Essas observações permitem registrar as características das rotinas de produção que, por serem demasiado habituais, muitas vezes não são verbalizadas pelos agentes da mídia (Cottle, 2007).

Utilizamos um procedimento de análise do discurso (Vasilachis de Gialdino, 1997) para articular a análise de conteúdo da mídia e as entrevistas a partir de seis categorias definidas por nossos objetivos de pesquisa: i. a localização e a importância das notícias criminais; ii. O processo de seleção de notícias e os critérios de apresentação; iii. o conteúdo das notícias sobre crimes (volatilidade); iv. as estratégias narrativas; v. o processo do uso de fontes e definidores primários; e vi. os usos das tecnologias digitais. Com essas informações, revisamos as espirais de significação relacionadas ao crime, fornecendo ferramentas qualitativas para entender o significado dos dados quantitativos que estipulam que esse é um dos temas centrais nos telejornais na Argentina.

Aqueles que estudam a notícia como construção social concordam que existe uma estrutura convencional do discurso jornalístico (Van Dijk, 1990), que inclui uma série de regras e estratégias em sua composição. Decidimos não produzir um estudo de *newsmaking* centralizado nos *gatekeepers* (Lewin, 1947; Reich & Barnoy, 2020; White, 1950) porque a análise neste artigo articula o conteúdo da

mídia criminal com o ponto de vista dos jornalistas criminais, não se centrando exclusivamente na rotina do trabalho de jornalismo e das organizações de televisão (Golding & Elliot, 1979). É verdade, como explicam Ericson, Baranek e Chan (1991), que “é a organização noticiosa, não os eventos do mundo, que criam as notícias” (p. 345). No entanto, este artigo desenvolve e busca variáveis que nos ajudem a descrever as características do noticiário policial na Argentina em relação a algumas rotinas do jornalismo, com o objetivo de compreender as transformações mais recentes na construção e no significado do noticiário criminal na televisão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os objetivos da pesquisa e as categorias analíticas utilizadas neste estudo, apresentamos nossas descobertas em três eixos. Primeiramente, descrevemos a posição do noticiário policial na estrutura dos telejornais argentinos, o processo de seleção de notícias e os critérios de apresentação (categorias i. e ii.), mostrando a proeminência que o noticiário policial adquiriu na televisão argentina. Em segundo lugar, analisamos as características e o conteúdo das notícias sobre crimes, levando em consideração a característica de volatilidade e descrevendo algumas estratégias narrativas (categorias iii. e iv.). Nossos achados neste eixo mostram que o propósito das notícias policiais não é apenas informar, mas também entreter, com as imagens e as práticas editoriais desempenhando um papel central. Finalmente, descrevemos algumas rotinas de produção específicas relacionadas ao processo de uso de fontes, procurando identificar os definidores primários das notícias de crime na televisão e prestando atenção especial aos usos das tecnologias digitais (categorias v. e vi.). Nesse sentido, sugerimos que as tecnologias digitais modificaram as rotinas jornalísticas e as práticas relacionadas às fontes, apontando algumas transformações evidenciadas, nos últimos anos, no contexto local da televisão argentina.

A proeminência das notícias de crime

As notícias sobre crimes tornaram-se proeminentes na mídia argentina desde o final da década de 1990. De informação relativamente sem importância nos jornais e na televisão, converteu-se em notícia central (Martini, 2007), em um processo que um dos jornalistas que entrevistamos explicou assim:

As notícias da televisão sempre estiveram ligadas às notícias policiais?

Não. Algo semelhante aconteceu com os jornais impressos. . . . As notícias de crime não eram tão proeminentes, porque as pessoas não gostavam da linguagem,

não gostavam da polícia. Não pensavam nisso como um crime, mas como uma notícia policial fornecida pela polícia . . . O que aconteceu nesse país nos últimos 30 anos . . . Você pode ver de perto [o crime]. Por quê? Porque a quantidade de crimes na população aumentou. (Apresentador e jornalista policial, Canal 13)

Este apresentador, assim como outros entrevistados, explicou o aumento da quantidade de notícias policiais em função do aumento da criminalidade em meados da década de 1990 e, conseqüentemente, da sensação de perigo na cidade. Mas atualmente, embora não haja um crescimento tangível do crime, a sensação de vitimização permanece estável na Argentina (INDEC, 2018; Kosovsky, 2007; Ministerio de Seguridad de la Nación, 2019).

A ampla representação das notícias policiais e a passagem de uma posição marginal nos telejornais para uma posição central, conforme descrito pelo repórter, têm sido claramente evidenciadas nos relatórios anuais da Ouvidoria de Comunicação Audiovisual de 2013 a 2018. O *Crime* manteve a sua posição entre os dois principais tópicos mais mostrados, tanto pela quantidade quanto pela duração das notícias. Olhando mais de perto, os relatórios mostram que o *Crime* foi o tema predominante em quantidade de notícias em 2013 (23,4%), 2014 (22,8%) e 2017 (28,5%); enquanto ficou em segundo lugar, depois de *Política* em 2015 (22,7%) e 2016 (23,4%). No que diz respeito à duração dos tópicos noticiosos, os itens de *Crime* foram visivelmente mais longos, com quase um terço do tempo de transmissão e o tema geral mais frequentemente apresentado em 2013 (30,5%), 2014 (28%), 2016 (31,3%) e 2017 (39,4%). O único ano em que a *Política* foi mais representada do que o *Crime*, e por mais tempo, foi 2015, provavelmente devido ao contexto das eleições presidenciais, legislativas e locais, mas as notícias de crime ainda mantiveram 30,6% do tempo total de transmissão. Além da posição no ranking, também podemos verificar que a relação desse tema no total de transmissões noticiosas manteve-se estável em quantidade e duração até 2017, quando foi constatado um significativo aumento⁵.

Outro dado interessante, de acordo com o relatório da Ouvidoria de 2013 a 2017, é que a duração média das notícias de crime foi 38% maior do que a duração média dos outros tópicos noticiosos. Enquanto a média dos itens de notícias durou 2:11 minutos, os itens de *crime* duraram 3 minutos. Isso revela não apenas a visibilidade dos itens do crime, mas também a relevância ou importância percebida. Outra característica marcante é o horário de veiculação das notícias. Os telejornais do meio-dia mostram um predomínio do noticiário policial: os relatórios de monitoramento confirmam isso ao longo do quinquênio para todos os canais, com exceção da Televisión Pública (TVP) – único canal estatal da Argentina.

⁵Esse aumento se deve a uma modificação na estrutura do noticiário policial do único canal público da Cidade de Buenos Aires: a Televisión Pública, o canal que mais contribuiu para o posicionamento das notícias de crime (do total de notícias policiais, 23,8% foram veiculadas pelo TVP).

Os noticiários do horário nobre são os que têm mais telespectadores e há alguma variação entre os diferentes canais. Enquanto América, Canal 9 e Telefé se dedicaram mais às notícias gerais e ao clima, o Canal 13 e a TVP dedicaram mais tempo às notícias policiais. Entre 2013 e 2017, a quantidade de notícias policiais veiculadas nos telejornais aumentou 47%, o que significa que, uma vez que a duração dos telejornais se manteve praticamente inalterada⁶, a quantidade de notícias gerais se reduziu significativamente.

⁶ O tempo total monitorado aumentou apenas 6%.

O predomínio das notícias policiais não se evidencia apenas quantitativamente. As formas como o crime é apresentado e a posição que ocupa na estrutura dos telejornais mostram isso claramente. Os itens de notícias sobre crimes tendem a ser agrupados com mais frequência no início do noticiário, especialmente nos canais privados. Não só as notícias criminais eram apresentadas primeiro, mas muitas vezes se prolongavam por vários minutos, ocupando todo o primeiro bloco de notícias e, às vezes, o segundo bloco. Os telejornais da TVP foram a exceção até 2017. Embora, antes deste ano, os noticiários da TVP dessem pouco espaço às notícias policiais, desde 2017 as notícias sobre crimes tornaram-se tão predominantes quanto nos canais de televisão privados e 25% de todas as notícias sobre crimes foram transmitidas pelo canal público (Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual, 2018).

Analisando os critérios de produção e apresentação, identificamos duas formas de agrupar as notícias. Chamamos o primeiro tipo de *notícias em cadeia*, o que significa a apresentação de um conjunto de itens consecutivamente. Os itens agrupados em uma cadeia compartilham certas características, como o uso de fontes visuais comuns, locuções, duração semelhante e música uniforme. A cadeia geralmente assume duas formas: uma cadeia total, em que todas as notícias incluídas têm o mesmo tema; ou uma cadeia parcial, na qual as notícias policiais são predominantes, mas intercaladas com outros tópicos. A cadeia pode ser curta, com duas ou três notícias, ou estendida, com quatro ou mais notícias. Em segundo lugar, identificamos outro tipo de agrupamento noticioso que denominamos *notícia em bloco*, ou seja, a apresentação de diferentes itens em torno de uma mesma ocorrência, mostrando diferentes aspectos ou perspectivas. Por exemplo, uma notícia sobre um assalto a banco pode levar a um item que mostre ocorrências semelhantes nos últimos meses ou anos, e até mesmo um terceiro no qual especialistas examinam características específicas desse tipo de crime.

As notícias em *cadeia* e em *bloco* são métodos de estruturação do noticiário e são usadas para destacar o que é considerado importante. No primeiro caso, uma notícia policial não se dilui ao ser colocada com outras semelhantes, mas é fortalecida ao fazer parte de um agrupamento. No segundo, a notícia do crime

é fortalecida pela diversidade de perspectivas e pelo tratamento prolongado dos jornalistas sobre a ocorrência.

Por fim, outro aspecto que evidencia a centralidade dada ao noticiário policial é a repetição de matérias dentro do noticiário. Depois de falar sobre de uma matéria no primeiro bloco, ela é repetida no segundo ou em blocos seguintes. Em alguns casos, ocorre uma atualização, em outros, as mesmas informações se repetem. Vemos aqui não tanto um bloco de notícias, mas sim um tratamento prolongado das notícias policiais, que se apresentam em diferentes blocos do telejornal de forma contínua ou interrompida.

Em resumo, tanto a análise do conteúdo noticioso quanto do processo de seleção das notícias e dos critérios de apresentação descritos pelos jornalistas e produtores entrevistados revelam uma tendência de o crime dominar o noticiário. Por um lado, podemos constatar o destaque do noticiário policial e, por outro, as notícias desse tipo aparecem em mais de um tópico, são apresentadas como uma espécie de matriz que pode invadir as notícias não policiais. É esse aspecto da volatilidade que examinaremos com mais profundidade a seguir.

Características, conteúdos e rotinas de produção das notícias policiais

As notícias policiais vão além do crime. Longe de apenas relatar um crime, a informação tende a mostrar e entreter. A chave, mais do que o fato em si, é a imagem como centro da informação audiovisual: se não há imagem, não há notícia. Em outras palavras, a notícia é algo que pode ser deduzido e pode ser gerado a partir dessa imagem. “Na televisão, o que não se mostra, não existe. É por isso que você precisa de uma boa imagem, muitas vezes uma boa imagem conta a história, você acompanha essa imagem”, explicou um dos jornalistas policiais entrevistados (Telefé). O poder da imagem molda a lógica da tematização da notícia e constitui um elemento central nos índices de audiência.

As imagens têm valor, que são os índices de audiência, as imagens valem esses números e esses números valem muito dinheiro. Então, uso uma imagem trivial que me dá 2,4 pontos na televisão a cabo e 6,4 na televisão aberta, por exemplo, e a imagem trivial para mim é tudo. (Apresentador e jornalista policial, Canal 13)

A matriz de observação utilizada para analisar os conteúdos contém uma série de subtópicos que organizam as notícias dentro do tema das notícias policiais. No entanto, um dado interessante emergiu de um tipo de notícia desse tipo que não havia sido incluído na matriz: o estranho e o inusitado. Essa é provavelmente uma das maiores novidades na produção do noticiário policial

televisivo: pequenas ocorrências, não necessariamente relacionadas a um tipo de crime de qualquer magnitude, que são descritas como inusitadas, estranhas, bizarras, fora do comum. A cobertura noticiosa vincula esses casos de alguma forma a algo desviante ou arriscado e, a partir daí, a ocorrência é tematizada como uma notícia policial; portanto, o gênero sofreu uma mutação e agora inclui algo que chamamos de *notícias policiais pitorescas*. Por exemplo, a história de um homem que adormeceu dentro de seu carro por estar bêbado foi apresentada como *estranha*, pois as pessoas não conseguiam acordá-lo, e o *risco* era para a sua própria vida e, talvez, a de outros. Claro, a matéria só é possível porque há uma imagem disponível. O aspecto volátil das notícias policiais tende a crescer hoje em dia com pequenos fatos visuais, introduzindo diferentes tipos de notícias policiais todos os dias que desaparecem tão rapidamente quanto um novo crime grande ou pequeno aparece na tela.

Esses tipos de imagens dão às notícias policiais uma sensação de drama, usando diferentes tipos de ferramentas antigas, novas e diferentes. Hoje em dia, os telejornais fazem um *show* por meio de telas como quadros-negros, nos quais apresentam dados relativos ao contexto e às estatísticas; ou são usados para contar a história como uma sequência de eventos; ou fazendo a narrativa geográfica por meio de mapas. A cena ou encenação da notícia, juntamente com o uso de imagens (por exemplo de armas ou drogas), bem como a reconstrução em estúdio com comentários de especialistas, mostram que as notícias de crime procuram não só informar, mas também entreter. Esse tipo de procedimento desenvolve uma característica do infoentretenimento, a tendência da mídia em apresentar a informação como um espetáculo para prender o telespectador e mantê-lo assistindo ao programa (Berrocal et al., 2014).

A cobertura utiliza até elementos de ficção como edição de imagens, locuções e música incidental (o que reforça o tom que o telejornal quer dar à história: ação, suspense, medo, humor). Como resultado, a notícia policial é narrada como se fosse um filme de ação, com mistério, drama e até comédia para gerar uma *notícia policial pitoresca*.

Os telejornais também utilizam outras estratégias como a exibição de objetos e lugares; e mais importante, especulam sobre o que poderia ter acontecido, dando assim alguma forma de realidade a eventos que não aconteceram de fato. Além disso, a presença de um especialista com conhecimento de uma disciplina ou tema reforça a opinião legítima sobre uma situação (Dodier, 2009). Dessa forma, o *show* da notícia policial colabora com a narrativa.

Essa combinação de procedimentos tem como consequência magnificar as notícias policiais. Um evento menor de baixo impacto e pouca relevância social torna-se mais importante ao enfatizar elementos hipotéticos e divertidos

em sua descrição. Desse modo, o processo de produção noticiosa foi alterado; tradicionalmente a produção de notícias começava com um evento (Rodrigo Alsina, 1989/2005), agora começa com as diferentes possibilidades de acesso a ele, por exemplo, por meio de câmeras de segurança, mensagens em redes sociais e outros materiais audiovisuais.

A cobertura desses eventos incomuns não é rara. O roubo de plantas de um canteiro de um bloco de apartamentos na cidade de Buenos Aires é narrado em nosso corpus acompanhado por piadas e risos, a partir de imagens de câmeras de segurança que registraram o ocorrido. O noticiário continua com uma série de outros “roubos incomuns e incríveis” de plantas, cachorros e canis. O furto é caracterizado como algo que acontece todos os dias, que qualquer um pode cometer, até um conhecido ou vizinho. No entanto, o acontecimento é representado como uma “tentação”, ao mesmo tempo que o apresentador o descreve como algo extraordinário: “Existem ladrões de toda a espécie: os astutos, os violentos e os bizarros”, é o comentário do apresentador enquanto as imagens são mostradas (América TV).

As notícias sobre eventos em que nenhuma lei foi infringida, mas que são tematizados como *notícias de crime*, constituem outra nova e regular aparição nos noticiários, no que chamamos de *narração ampliada*. Esse tipo de notícia tende a transmitir uma mensagem de alarme, embora o crime real tenha sido relativamente trivial, ou até se talvez nenhum crime tenha sido cometido. Os noticiários apresentam uma não notícia sobre uma não ocorrência e realizam uma espécie de clarividência por meio de longos debates sobre o que poderia ter acontecido se um crime tivesse realmente sido cometido.

Nada ocorreu, mas algo poderia acontecer ou ter acontecido. O uso narrativo do condicional se consubstancia nessa nova narrativa jornalística, porque esse tipo de notícia se constrói a partir do hipotético, sobre o que não aconteceu, distanciando-se de um dos requisitos primários do jornalismo: um acontecimento ocorre (Clauso, 2007; Martini & Lucchesi, 2004; Rodrigo Alsina, 1989/2005). Os casos são apresentados em termos de risco futuro e abordados como se o não acontecimento realmente tivesse acontecido. Produz-se um duplo processo que não só torna o possível real (como quando os apresentadores supõem que um inocente seria, sem dúvida, roubado), mas também generaliza os riscos, identificando o telespectador como uma vítima potencial (quando os jornalistas afirmaram que poderia acontecer a qualquer pessoa). Ao espalhar boatos, o medo e o risco tornam-se notícias diárias urgentes.

Um dos efeitos desse tipo de notícia é fortalecer a sensação de vitimização. O interlocutor primário é, em geral, o cidadão e o semelhante que se encontram em situação de risco. O telespectador não é somente informado pelas notícias,

mas também alertado sobre potenciais ameaças. Os apresentadores de notícias policiais frequentemente se dirigem ao telespectador pessoalmente. “Tenha muito cuidado”, alertam. O anúncio aconselha o público a ter cuidado com o perigo porque “qualquer um pode ser um ladrão”, mesmo “um vizinho” ou alguém que se conhece “a vida toda”, como alertou um apresentador de um canal privado. Paralelamente a essa configuração da vítima, o noticiário policial dá espaço a conselhos de prevenção, geralmente no final do programa, na forma de uma série de aconselhamentos de especialistas aos telespectadores. Dessa forma, a notícia funciona como uma espécie de manual de comportamento que o telespectador deve adotar para não se tornar vítima.

Práticas de uso de fontes e tecnologias digitais

A análise de conteúdo e as entrevistas mostram um achado relacionado ao que chamamos de relativo *deslizamento das fontes das notícias policiais*. A clássica relação entre polícia, judiciário (como definidores primários das notícias) e jornalismo policial (Calzado & Maggio, 2009) não desaparece, mas podemos observar dois fatores que a modificam. A primeira diz respeito à imagem negativa das instituições ligadas às políticas voltadas ao crime (polícia, judiciário, instituições governamentais, forças de segurança), o que parece diminuir a importância das fontes oficiais e favorecer o surgimento de novas fontes, pelo menos em determinados momentos (Corbacho et al., 2015). Assim, é dada prioridade aos depoimentos de cidadãos comuns que testemunham ou estão próximos do acontecimento, vizinhos que podem dar pormenores do que ocorreu. A voz das vítimas e dos vizinhos é elevada acima da de um policial.

Mesmo quando a fonte é uma instituição oficial, os noticiários tendem a evitar a identificação da origem das informações. A redação pega as informações, assume a propriedade delas e não explica de onde as informações vieram, o que faz com que um número decrescente de fontes identificáveis seja registrado ao longo do tempo. Enquanto em 2013 a relação era de 1,12 (em que 1 significa uma fonte para cada notícia), em 2017 este valor desceu para 0,82 (Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual, 2018). Como há menos de uma fonte por matéria noticiosa, isso significa que algumas notícias não têm fontes (declaradas). Estes dados são especialmente relevantes para notícias policiais: entre 2013 e 2017, 36,5% das notícias foram veiculadas sem fontes (Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual, 2018). Essa tendência pode ser explicada pela falta de legitimidade das instituições responsáveis pela aplicação da lei, porém o uso de novas tecnologias (celulares, redes sociais, câmeras de segurança) como novas fontes também poderiam explicar parcialmente esse fenômeno.

A capacidade das tecnologias digitais para gerar conteúdo noticioso diferente das agências formais é o segundo fator que identificamos que modifica o processo de uso de fontes. Conforme afirmado pela pesquisa em jornalismo, as tecnologias digitais modificam não apenas as rotinas jornalísticas, como o processo de pesquisa ou as práticas de uso de fontes, mas também a forma de relatar uma matéria:

O jornalismo tornou-se parte de uma cultura mais ampla de factualidade, com o que me refiro ao fascínio crescente de nossas sociedades pelo real e pelo verdadeiro (em oposição ao imaginário e ao ficcional). As culturas emergentes de factualidade são vistas na explosão de reality shows, programas de transformação e outras formas de mídia nas quais as fronteiras tradicionais entre notícias e opinião, educação e entretenimento, objetividade e subjetividade, distanciamento e compromisso, reportagem e reconstrução são erodidas. (McNair, 2005, p. 27)

Os jornalistas contam histórias, mas, ao contrário dos romancistas ou historiadores, as histórias no jornalismo são apresentadas ao público como factuais. Assim, pretendendo apresentar “instantâneos do real” (McNair, 2005, p. 30), tecnologias como os sistemas de televisão de circuito fechado, smartphones e mídias sociais trazem ao jornalista a possibilidade de contar histórias a partir de imagens *reais*.

Nesse sentido, observamos que os produtores e jornalistas de televisão argentinos, ávidos por mais conteúdos (e atualização dos acontecimentos já transmitidos), buscam o maior número possível de fontes multimídia. Em primeiro lugar, as câmeras de segurança parecem funcionar como uma fonte *per se*, as imagens são provenientes principalmente da polícia ou de outras instituições criminais. Muitas imagens são aquelas a que o jornalista tem acesso e, em casos criminais, às vezes são oferecidas pelas forças de segurança. Outras são simplesmente imagens de câmeras privadas fornecidas por vizinhos, associações de bairro ou empresas privadas.

Conforme explicou um dos trabalhadores de televisão entrevistados, o procedimento de uso das fontes é caracterizado por dois ideais: “O primeiro ideal é sempre conseguir uma testemunha e o segundo é obter uma imagem, por exemplo, gravações de câmeras de segurança. Às vezes você apoia o testemunho com uma foto, um vídeo, o que faz a combinação perfeita” (jornalista, Canal 13). A utilização de novas tecnologias para a geração de conteúdos também produz uma diversificação do material audiovisual e não depende necessariamente da presença de um jornalista na cena do crime. Os produtores de telejornais descrevem a busca por imagens como uma rotina: “Geralmente, quando acontece alguma coisa, envio um jornalista de campo para o local e digo

‘procure um vídeo’. Isso significa procurar uma câmera de segurança, perguntar aos vizinhos” (produtor, Canal 13).

A outra fonte importante, além das câmeras de segurança, é o uso de telefones celulares. O fato de que as imagens muitas vezes são imperfeitas, borradas ou interrompidas por pessoas ou objetos que cruzam na frente do assunto reforça a ideia de ser *real*, de que *realmente aconteceu* no aqui e agora da notícia. Essas fontes são sintomáticas de uma nova abordagem jornalística que se intensificou nos últimos anos, o jornalismo cidadão. Os apresentadores pedem aos telespectadores que enviem imagens do evento produzidas por eles. Essas imagens tendem a ser fragmentos curtos, que se repetem muitas vezes para enfatizar a importância desse tipo de testemunho audiovisual. Muitas vezes, esse tipo de conteúdo já havia se tornado viral nas redes sociais antes de ser incorporado ao telejornal ou aos jornais on-line. Vemos, portanto, uma proliferação de *pessoas comuns* produzindo fotos e vídeos de eventos feitos em câmeras de telefones celulares e outros dispositivos (Yar, 2012, p. 2) à medida que os sujeitos são transformados em produtores de representações geradas por eles mesmos.

As redes sociais funcionam como um canal de acesso às fontes primárias. Em muitos casos, permite um caminho direto para as declarações dos personagens centrais, rastreando seus comentários no Twitter ou Facebook. Já que essa rapidez de acesso seria impossível pelos métodos tradicionais, as redes sociais tornaram-se a abordagem mais direta e imediata. As redes sociais, e particularmente o YouTube, permitem que vídeos construídos pelos telejornais se tornem virais junto com certo grupo de comentários ou análises de jornalistas ou especialistas. Os comentários sobre eventos semelhantes em outras regiões, países ou continentes também podem ser incorporados ao vídeo (sem perder o sabor local predominante). As redes sociais mais associadas à reprodução de fotos, como Facebook e Instagram, parecem funcionar como arquivos onde são inseridas imagens pessoais da vida privada e que servem para ilustrar notícias policiais, por exemplo, mostrando fotos dos envolvidos, anteriores ao caso do crime.

Em suma, o acesso ao material audiovisual (câmeras de segurança, câmeras móveis e redes sociais) abre uma nova forma de relatar os fatos, uma estética do “real” que simula mostrar *a própria vida* nas telas. Como produtos midiáticos, a construção dessas imagens tenta mostrar “uma estética da objetividade” (Gates, 2013, p. 243). Por exemplo, no caso de câmeras de segurança, a apresentação é baseada no uso do vídeo como evidência, e qualquer construção intencional tende a ser encoberta. Em termos estéticos, a videovigilância passou a fazer parte da cultura contemporânea (Groombridge, 2002; Lyon, 2018) devido à incorporação de câmeras de segurança para narrar notícias de crimes no que tem sido chamado de “retórica da vigilância” (Kammerer, 2004, p. 466). As câmeras

de segurança, os telefones celulares e as redes sociais tornaram-se fontes que narram os crimes urbanos. Os noticiários policiais na televisão apresentam múltiplas pequenas histórias, cuja autenticidade está fortemente ancorada nas imagens desses dispositivos tecnológicos no que Kammerer (2012) chama de “*reality television*”, tentando mostrar “a vida como ela é”, uma vez que é baseada em pessoas, emoções ou eventos que são não ficcionais (p. 103).

Por fim, nossas descobertas (Tabela 1) mostram que as informações produzidas por essas novas ferramentas digitais tendem a disponibilizar imagens que permitem que pequenos eventos apareçam como notícias televisivas. Em outras palavras, essas tecnologias permitem que alguns eventos se tornem notícias, o que não seria nem mesmo imaginável sem essas imagens. Em alguns casos, esses conteúdos visuais ocupam uma posição de destaque no telejornal. Uma situação que nos leva a olhar para a tensão atual provocada pela dramatização do noticiário policial: entre a escolha de notícias relevantes e às vezes mais difíceis de ter acesso, ou situações triviais com material audiovisual disponível (Baquerín de Riccitelli, 2008). Nesse ponto, os noticiários enfatizam a ideia de apresentar uma notícia exclusiva aos telespectadores, em vez de perseguir uma notícia relevante ou um tema preexistente.

Tabela 1*Achados*

Eixo	Categoria	Achados
Estrutura dos telejornais	- Tempo dedicado às notícias policiais	Predominância das notícias policiais
	- Localização de notícias de crime	Bloco de notícias
	- Critérios de seleção e apresentação de notícias	Cadeia notícias
Características e conteúdo das notícias policiais	- Conteúdo de notícias policiais (volatilidade)	Notícias policiais pitorescas
	- Estratégias narrativas	Extended narration
		O poder das imagens
		Crime como infoentretenimento
	- Práticas editoriais	Ampliação das notícias de crime Conselhos de prevenção
Rotinas produtivas	- Processo de uso de fontes	Definidores primários ampliados
	- Definidores primários	Deslizamento relativo das fontes de notícias policiais
	- Usos de tecnologias digitais	Estética da objetividade
		Imagens “reais” ou Imagens do real

CONCLUSÕES

O artigo apresenta uma análise sobre as formas de construção de notícias policiais na televisão argentina. Usando dados de monitoramento de telejornais na Cidade de Buenos Aires, análise de conteúdo, bem como entrevistas com empregados de televisão, identificamos certas regularidades na construção de notícias criminais.

Nesse contexto, pudemos observar algumas formas pelas quais o noticiário policial ganha forma, sendo veiculado e, posteriormente, elaboramos novas categorias que buscam contribuir para o campo de estudo do noticiário em geral e do noticiário policial em particular: notícias em cadeia, notícias em bloco, narração ampliada, notícias policiais pitorescas, estética de objetividade e definidor primário ampliado.

Descrevemos em nosso terceiro achado como algumas notícias específicas são geralmente construídas a partir de imagens de câmeras de segurança e outros dispositivos comuns, como telefones celulares e redes sociais. A frequência com que essas imagens são incorporadas às notícias policiais estimulou uma investigação mais aprofundada sobre o conteúdo específico desse material audiovisual. Descobrimos que a maior parte desse tipo de material (mas não todo) é incorporada às notícias de crime. O processo tradicional de obtenção de notícias sobre crimes tem instituições oficiais (especialmente a polícia) como definidores primários; mas agora identificamos um número crescente de fontes não institucionais que geralmente não são explícitas. Há notícias, imagens ou conteúdos que são transmitidos mesmo sem mencionar quem os fez ou distribuiu. Na verdade, em muitos casos, as imagens são simplesmente retiradas da internet sem identificação de autoria. Observamos, nesse processo, um definidor primário ampliado: as tecnologias introduzem um novo tipo de fonte de notícias sobre crimes e, simultaneamente, modificam a relação dos jornalistas com a polícia e o judiciário. A competição por audiência e exclusividade envolve uma busca permanente por materiais visualmente atrativos, tanto de fontes institucionais quanto não tradicionais, o que vem transformando o processo de produção dos telejornais. Além disso, a elasticidade das notícias policiais, capazes de possuir elementos de informação geral, pode explicar a prevalência de notícias desse tipo veiculadas na Cidade de Buenos Aires.

No entanto, deve-se destacar que os processos delineados acima na construção formal dos telejornais fazem parte de processos sociais e culturais mais amplos, que estão relacionados à produção de notícias policiais, mas também às demandas dos telespectadores e da linha editorial dos canais públicos e privados. Também é claro que o conteúdo da produção de notícias sobre crimes pelas empresas de mídia é condicionado por contextos geográficos, sociopolíticos e

culturais. Este trabalho enfatiza uma análise do contexto local, embora algumas comparações tenham sido feitas com outras regiões.

Simultaneamente, estudamos o conteúdo e a rotina de produção das notícias policiais. Embora esses processos devam ser entendidos como parte de uma rede de significados sociais mais amplos, pudemos revisar as espirais de significação relacionadas ao crime, fornecendo ferramentas para entender a proeminência do noticiário policial na televisão argentina. Por fim, consideramos que nossos achados podem ser reforçados por futuras pesquisas sobre a recepção de notícias policiais pelos telespectadores, o que justifica nossas próximas investigações. ■

REFERÊNCIAS

- Acosta, R. (2012). El papel de las fuentes de la comunicación periodística en la construcción social de la realidad. In C. Arrueta & M. Brunet (Eds.), *Fuentes confiables: Miradas latinoamericanas sobre periodismo* (pp. 166-188). DASS-UCSE.
- Alitavoli, R., Kaveh, E. (2018). The U.S. media's effect on public's crime expectations: A cycle of cultivation and agenda-setting theory. *Societies*, 8(3), 58, 1-9. <https://doi.org/10.3390/soc8030058>
- Arfuch, L. (1997). *Crímenes y pecados. De los jóvenes en la crónica policial*. UNICEF.
- Aruguete, N., & Amadeo, B. (2012). Encuadrando el delito: pánico moral en los periódicos argentinos. *América Latina Hoy*, 62, 177-196. <https://bit.ly/3uj9U1Z>
- Baker, R. K., & Ball, D. (Eds.). (1969). *Mass media and violence. A staff report to the national commission on the causes and prevention of violence* (Vol. 9). Govt. Printing Office.
- Baquerín de Riccitelli, M. (2008). *Los medios, ¿aliados o enemigos del público?* EDUCA.
- Baquero, R. (2017). “El crimen de Brian”. La legitimación de la baja en la edad de imputabilidad en el discurso del diario *Clarín*. *Question*, 1(56), 1-17. <https://doi.org/10.24215/16696581e004>
- Barak, G. (1994). *Media, process, and the social construction of crime: Studies in newsmaking criminology*. Garland Pub.
- Becerra, M. (2010). Las noticias van al mercado: Etapas de intermediación de lo público en la historia de los medios de la Argentina. In G. Lugones & J. Flores (Eds.), *Intérpretes e interpretaciones de la Argentina en el bicentenario* (pp. 139-165). Universidad Nacional de Quilmes.
- Berrocal, S., Redondo García, M., Martín Jiménez, V., & Campos Domínguez, E. (2014). La presencia del infoentretenimiento en los canales generalistas de la TDT española. *Revista Latina de Comunicación Social*, 69, 85-103. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2014-1002>

- Bonilla Velez, J., & Tamayo Gómez, C. (2007). *Los medios en las violencias y las violencias en los medios*. CINEP.
- Caimari, L. (2004). *Apenas un delincuente*. Siglo XXI.
- Calzado, M. (2015). *Inseguros. El rol de los medios y la respuesta política frente a la violencia*. Aguilar.
- Calzado, M. & Maggio, N. (2009). “A veces pasa como si uno dijera llueve”. La naturalización mediática de la muerte de delincuentes en enfrentamientos con la policía. In A. Daroqui (Ed.), *Muertes silenciadas: La eliminación de los “delincuentes”. Una mirada sobre las prácticas y los discursos de los medios de comunicación, policía y la justicia* (pp. 52-100). Centro Cultural de la Cooperación.
- Chibnall, S. (1975). The crime reporter: A study in the production of commercial knowledge, *Sociology*, 9(1), 49-66. <https://doi.org/10.1177/003803857500900103>
- Chibnall, S. (1977). *Law-and-order news. An analysis of crime reporting in the British press*. Tavistock Publications.
- Clauso, R. (2007). *Cómo se construyen las noticias*. La Crujía.
- Cohen, S. (1975). A comparison of crime coverage in Detroit and Atlanta newspapers. *Journalism Quarterly*, 52(4), 726-730. <https://doi.org/10.1177/107769907505200418>
- Cohen, S. (2015). *Demonios populares y pánicos morales*. Gedisa.
- Cohen, S. & Young, J. (1978). *The manufacture of news*. Constable.
- Corbacho, A., Philipp J., & Ruiz-Vega, M. (2015). Crime and erosion of trust: Evidence from Latin America. *World Development*, 70, 400-415. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.04.013>
- Cottle, S. (2007). Ethnography and news production: New(s) developments in the field. *Sociology Compass*, 1(1), 1-16. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2007.00002.x>
- Davis, J. (1952). Crime news in Colorado newspapers, *American Journal of Sociology*, 57, 4. <https://doi.org/10.1086/220967>
- Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual. (2013). *Monitoreo de Programas Noticiosos de Canales de Aire de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires: “¿Qué es la ‘noticia’ en los noticieros?”* [Documento metodológico]. <https://bit.ly/3t4xrTt>
- Defensoría del Público de Servicios de Comunicación Audiovisual. (2018). *Informe: 5 años de Monitoreo de Noticias (2013-2017)*. <https://bit.ly/3e3ibC6>
- Deprez, A., & Van Leuven, S. (2017). About pseudo quarrels and trustworthiness. *Journalism Studies*, 19(9), 1257-1274. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2016.1266910>
- Di Próspero, C., & Maurello, M. E. (2010). Los periodistas y las nuevas tecnologías. In L. Luchessi (Comp.), *Nuevos escenarios detrás de las noticias* (pp. 51-71) La Crujía.

- Dodier, N. (2009). Experts et victimes face à fase. In S. Lefranc & L. Mathieu (Eds.), *Mobilisations de victimes* (pp. 29-36). Universitaires de Rennes.
- Ericson, R., Baranek, P., & Chan, J. (1991). *Representing order: Crime, law, and justice in the news media*. University of Toronto.
- Fernández Pedemonte, D. (2001). *La violencia del relato*. La Crujía.
- Focás, B. & Galar, S. (2016). Inseguridad y medios de comunicación (2010-2015). *Delito y Sociedad*, 25(41), 59-76. <https://doi.org/10.14409/dys.v1i41.6198>
- Ford, A. (1994). Los medios, las coartadas del new order y la casuística. *Revista de Ciencias Sociales*, 31, 51-63. <https://bit.ly/3u63OCE>
- García Beaudoux, V., & D'Adamo, O. (2007). Tratamiento del delito y la violencia en la prensa. In L. Luchessi & M. Rodríguez (Eds.), *Fronteras globales, cultura, política y medios de comunicación* (pp.169-185). La Crujía.
- Gates, K. (2013). The cultural labor of surveillance: Video forensics, computational objectivity, and the production of visual evidence. *Social Semiotics*, 23(2), 242-261. <https://doi.org/10.1080/10350330.2013.777593>
- Gayol, S., & Kessler, G. (2002) *Violencias, delitos y justicias en la Argentina*. Manantial.
- Gebner, G., & Gross, L. (1976). The scary world of TV's heavy viewer. *Psychology today*, 9(11), 41-45. <https://bit.ly/3feUmI8>
- Golding, P., & Elliot, P. (1979). *Making the news*. Longman.
- Goode, E., & Ben Yehuda, N. (1994). *Moral panics: The social construction of deviance*. Blackwell.
- Graber, D. A. (1980). *Crime news and the public*. Praeger.
- Groombridge, N. (2002). Crime control or crime culture TV? *Surveillance & Society*, 1(1), 30-46. <https://doi.org/10.24908/ss.v1i1.3392>
- Hall, S., Roberts, B., Clarke, J., Jefferson, T., & Critcher, C. (1975). *Newsmaking and crime*. CCCS.
- Hall, S., Roberts, B.; Clarke, J., Jefferson, T. & Critcher, C. (2003). *Policing the crisis: Mugging, the state and law and order*. McMillan. (Obra original publicada em 1978)
- Howitt, D. (1998). *Crime, the media and the law*. Wiley.
- INDEC (2018). *Encuesta Nacional de Victimización 2017*. Instituto Nacional de Estadística y Censos.
- Kammerer, D. (2004). Video surveillance in Hollywood movies. *Surveillance & Society*, 2(2/3), 464-473. <https://doi.org/10.24908/ss.v2i2/3.3389>
- Kammerer, D. (2012). Surveillance in literature, film and television. In K. Ball, K. Haggerty, & D. Lyon (Eds.), *Routledge handbook of surveillance studies* (pp. 99-106). Routledge.
- Kessler, G. (2009) *El sentimiento de inseguridad*. Siglo XXI.

- Kleemans, M. & Hendriks Vettehen, P. (2009). Sensationalism in television news: A review. In R. P. Konig, P. W. M. Nelissen, & F. J. M. Huysmans (Eds.), *Meaningful media: Communication research on the social construction of reality* (pp. 226-243). Tandem Felix.
- Kosovsky, D. (2007). Delito y análisis de la información en Argentina. In G. Kaminsky, D. Kosovsky, & G. Kessler, *El delito en la Argentina post-crisis. Aportes para la comprensión de las estadísticas públicas y el desarrollo institucional* (pp. 45-74). Friedrich Ebert Stiftung.
- Lara Klar, M., & Portillo Vargas, J. (2004). *Violencia y medios*. Instituto para la Seguridad y la Democracia.
- Lewin, K. (1947). Frontiers in Group Dynamics: II. Channels of Group Life: Social Planning and Action Research. *Human Relations*, 1(2), 143-153. <https://doi.org/10.1177/001872674700100201>
- Lorenc Valcarce, F. (2005). El trabajo periodístico y los modos de producción de la noticia: El tratamiento de la inseguridad en la prensa argentina. *Question*, 27, 1-22. <https://bit.ly/2SkDnfv>
- Lowry, D., Nio, T., & Leitner, D. (2003). Setting the public fear agenda: A longitudinal analysis of network TV crime reporting, public perceptions of crime, and FBI crime statistics. *Journal of Communication*, 53(1), 61-73. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2003.tb03005.x>
- Lugo-Ocando, J., & Faria Brandão, R. (2016). Stabbing news. Articulating crime statistics in the newsroom, *Journalism Practice*, 10 (6), 715-729. <https://doi.org/10.1080/17512786.2015.1058179>
- Lyon, D. (2018). *The culture of surveillance*. Polity Press.
- Machill, M., & Beiler, M. (2009) The importance of the Internet for journalistic research. *Journalism Studies*, 10(2), 178-203. <https://doi.org/10.1080/14616700802337768>
- Manetti, G. (2008). *L'Enunciazione. Dalla svolta comunicativa ai nuovi media*. Mondadori.
- Marradi, A., Archenti, N., & Piovani, J. (2018), *Manual de metodología de las ciencias sociales*. Siglo XXI.
- Marroquín Parducci, A. (2007). Indiferencias y espantos. Relatos de jóvenes y pandillas en la prensa escrita de Guatemala, El Salvador y Honduras. In G. Rey (Ed.), *Los relatos periodísticos del crimen. Cómo se cuenta el delito en la prensa escrita latinoamericana* (pp. 55-91). FES.
- Martín Barbero, J. (1987). *De los medios a las mediaciones*. G. Gilli.
- Martini, S., & Luchessi, L. (2004). *Los que hacen la noticia. Periodismo, información y poder*. Biblos.
- Martini, S., & Pereira, M. (2009). *La irrupción del delito en la vida cotidiana*. Biblos.

- Martini, S. (2007). Argentina. Prensa gráfica, delito y seguridad. In G. Rey (Ed.), *Los relatos periodísticos del crimen*. (pp. 21-54). Centro de Competencia en Comunicación.
- Mastrini, G. (Ed.). (2005). *Mucho ruido y pocas leyes: Economía y políticas de la comunicación en la Argentina 1920-2004*. La Crujía.
- McCombs, M. (1977). Newspapers vs. television: Mass communication effects across time. In D. Shaw & M. McCombs (Eds.), *The emergence of American political issues: The agenda-setting function of the press* (pp. 85-105). Meat Publishing Company.
- McCombs, M., & Shaw, D. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, 36, 176-187. <https://doi.org/10.1086/267990>
- McNair (2005). What is journalism? In de Burgh (Ed.), *Making journalists. Diverse models, global issues* (pp. 25-43). Routledge.
- Ministerio de Seguridad de la Nación (2019). *Estadísticas criminales de la República Argentina. Año 2018*. Dirección del Sistema Nacional de Información Criminal. <https://bit.ly/3nz4AWt>
- Molina, L., Pérez, M., & De La Vega, M. (2014). Un análisis sobre la inseguridad en la prensa. *Discurso y sociedad*, 8, 234- 298. <http://dx.doi.org/10.7764/cdi.45.1492>
- Neveu, E., & Mattelart, A. (2004). *Introducción a los estudios culturales*. Paidós.
- Newman, N., Fletcher, R., Schulz, A., Andi, S., & Nielsen, R. K. (2020). *Reuters Institute Digital News Report 2020*. Reuters Institute for the study of journalism.
- Piovani, J. (2018). La entrevista en profundidad; Triangulación y métodos mixtos. In A. Marradi, N. Archenti, & J. Piovani, *Manual de metodología de las ciencias sociales* (pp. 215-226). Siglo XXI.
- Reich, Z., & Barnoy, A. (2020). How news become “news” in increasingly complex ecosystems: Summarizing almost two decades of newsmaking reconstructions. *Journalism Studies*, 21(7), 966-983. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2020.1716830>
- Rey, G. (2005). *El cuerpo del delito. Representación y narrativas mediáticas de la seguridad ciudadana*. FES.
- Rey, G., & Rincón, O. (2007). *Más allá de víctimas y culpables. Relatos de experiencias en seguridad ciudadana y comunicación*. FES.
- Rodrigo Alsina, M. (2005). *La construcción de la noticia*. Paidós. (Obra original publicada em 1989)
- Romer, D., Jamieson, K., & Aday, S. (2003). Television news and the cultivation of fear of crime. *Journal of Communication*, 53, 88-104. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2003.tb03007.x>
- Sáitta, S. (1998). *Regueros de tinta. El diario Crítica en la década de 1920*. Sudamericana.

- Sánchez, M. (2014). Vivir en la inseguridad. *La trama de la comunicación*, 18(1), 135-149. <https://bit.ly/3xA4ORN>
- Saukko, P. (2003). *Doing research in cultural studies: An introduction to classical and new methodological approaches*. Sage.
- Silvera, L., & Natalevich, M. (2012). La crónica policial en los informativos de televisión. *Revista Dixit*, 16, 4-12. <https://doi.org/10.22235/d.v0i16.340>
- Sunkel, G. (1985). *Razón y pasión en la prensa popular*. ILET
- Thompson, J. (1998). *Los media y la modernidad*. Barcelona.
- Tufro, M. (2017). Comunidades del miedo. In S. Martini & M. Pereyra (Eds.), *La noticia hoy*. (pp. 129-142). Imago Mundi.
- Valles, M. (2000). *Técnicas cualitativas de investigación social. Reflexión metodológica y práctica profesional*. Prometeo.
- Van Dijk, J. (1979). The extent of public information and the nature of public attitudes towards crime. In *Public opinion on crime and criminal justice: Reports presented to the thirteenth criminological research conference (1978)* (Collected studies in criminological research, Vol. 17, pp. 7-42). Council of Europe. <https://bit.ly/332gs9R>
- Vasilachis de Gialdino, I. (1997). *La construcción de representaciones sociales: el discurso político y la prensa escrita*. Gedisa.
- Verd, J., & López, P. (2008) La eficiencia teórica y metodológica de los diseños multimétodo. *Empiria. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, 16, 13-42. <https://doi.org/10.5944/empiria.16.2008.1388>
- Vilker, S. (2008) *Truculencias. La prensa policial entre el terrorismo de estado y la inseguridad*. Prometeo.
- Weitzer, R., & Kubrin, C. (2004). Breaking news: How local TV news and real-world conditions affect fear of crime. *Justice Quarterly*, 21(3), 497-520. <https://doi.org/10.1080/07418820400095881>
- Withe, D. (1950). The gatekeeper: A case study in the selection of news. *Journalism Quarterly*, 27(4), 383-390. <https://doi.org/10.1177/107769905002700403>
- Yar, M. (2012). Crime, media and the will-to-representation: Reconsidering relationships in the new media age, *Crime, Media, Culture*, 8(3), 245-260. <https://doi.org/10.1177/1741659012443227>

Artigo recebido em 9 de dezembro de 2019 e aprovado em 23 de fevereiro de 2021.

A “televisão do futuro”? Netflix, qualidade e neofilia no debate sobre TV

The “television of the future”? Netflix, quality and neophilia in the TV debate

■ MAYKA CASTELLANO^a

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Niterói – RJ, Brasil

MELINA MEIMARIDIS^b

Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Niterói – RJ, Brasil

RESUMO

Neste artigo, investigamos a Netflix, colocando em questão as expectativas do público e da crítica a respeito de mudanças advindas com a introdução do serviço. A partir da análise de matérias jornalísticas, dados de acesso e tendências de investimento da empresa, averiguamos que tipos de experiência sobre o consumo de TV estão em jogo no discurso propalado por analistas e entusiastas do *novo*. Debateremos, também, como as avaliações sobre as plataformas de *streaming* renovam as permanentes controvérsias sobre a qualidade televisiva. A despeito do tipo de elucubração despertada pela sensação de ubiquidade e de revoluções estilísticas, defendemos que as práticas relacionadas ao *streaming* funcionam, na verdade, como atualizações de modelos consagrados na TV linear.

Palavras-chave: Netflix, televisão, *streaming*, discurso, qualidade

^a Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Estudos Culturais e Mídia da Universidade Federal Fluminense. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4401-5979>. E-mail: maykacastellano@gmail.com

^b Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3481-817X>. E-mail: melmaridis@hotmail.com

ABSTRACT

In this article, we investigate Netflix, questioning the expectations of the public and the critics regarding changes arising from the introduction of the service in the market. From the analysis of trade press coverage, access data, and the company's investment trends, we inquire what types of experiences about TV consumption are at stake in the discourse promoted by analysts and *novelty* enthusiasts. We also discuss how evaluations on these platforms renew the ongoing controversies about television quality. In spite of the type of elucubration awakened by the sensation of ubiquity and stylistic revolutions, we will defend that the practices related to streaming work, in fact, as updated models established in linear TV.

Keywords: Netflix, television, streaming, discourse, quality

INTRODUÇÃO

QUAL É O futuro da televisão? Esta questão, que inquieta pesquisadores há décadas, recorrentemente surge em discursos da mídia especializada, com profissionais se apressando em pôr um fim a um meio ainda tão presente no cotidiano das pessoas. Considerando os mais recentes avanços tecnológicos que permitiram o consumo de conteúdo televisivo *on demand*, a distribuição do modelo *one-drop* (quando todos os episódios são disponibilizados de uma só vez) e certa multiterritorialidade dos fluxos televisivos, a Netflix logo se estabeleceu como emblemática da *nova* televisão. Quando a empresa estadunidense chegou ao Brasil, em 2011, as matérias jornalísticas que abordavam o novo serviço de disponibilização de conteúdo audiovisual eram bastante taxativas: a televisão tal como nós conhecíamos ia deixar de existir. As expressões elencadas nos anos seguintes para se referir a esse inelutável novo momento não deixavam margem para dúvida: “revolução” (Salgado, 2017), “Netflixação” (Costa, 2019), “empresa que reinventou a televisão” (Sandoval, 2015), “fúrcão Netflix” (Teixeira, 2017), “fenômeno Netflix” (Nunes, 2015). Citamos aqui o caso do Brasil, mas percebemos que esse tipo de recepção à chegada da empresa causou reações semelhantes em diversos outros países, como no México (Diebold, 2018), na África do Sul (Cullis, 2016) e na Inglaterra (Jeffries, 2013).

Para compreender esse entusiasmo com a chegada da Netflix e de outros serviços de *streaming*, primeiramente é necessário destacarmos a distinção entre a TV linear e a TV não linear, analisada por Lotz (2017). Por TV linear, Lotz entende aquela centrada em uma grade de programação, ou seja, a TV aberta (dependente da venda do horário comercial) e a TV fechada (dependente da venda de assinaturas). Já a TV não linear seria aquela que se desprende do fluxo televisivo e se centra na lógica do catálogo. Embora serviços de *subscription video on demand* (SVOD) compartilhem algumas semelhanças com o modelo econômico da TV fechada, a principal distinção desses serviços é a liberdade do fluxo e a consequente independência da grade de programação. Reconhecemos que essa característica implica diversas mudanças e *novidades*. A principal delas consiste em certa desterritorialização do conteúdo audiovisual por meio dos catálogos, que são preenchidos por obras de diversos países (Jenner, 2018).

Embora as chamadas *streaming wars*¹ estejam movimentando o mercado televisivo ao redor do mundo, consideramos neste artigo a Netflix um modelo singular de SVOD que, diferente de seus concorrentes, não possui uma biblioteca de conteúdo própria tão consolidada como a Disney+, a HBO Max e o Globoplay. A Netflix, também, não tem o seu *streaming* como parte de um negócio maior, como a Amazon Prime Video ou a Apple TV. O modelo de negócios da Netflix

¹ A expressão *streaming wars* começou a ser utilizada por críticos de televisão e analistas de mídia estadunidenses para se referir ao momento de proliferação de plataformas de *video on demand* e da intensa competição dessas empresas por mercados locais, regionais e globais. Além de competirem por assinantes, essas empresas também têm duelado pelos direitos de licenciamento de produções televisivas de sucesso, como *Friends* (Crane et al., 1994-2004) e *The Big Bang Theory* (Lorre et al., 2007-2019). Contudo, as guerras do *streaming* têm ganhado contornos mais imperialistas com a entrada dessas empresas, vindas dos Estados Unidos, em mercados locais como Brasil (Meimaridis et al., 2020) e Japão (Tse, 2020).

é dependente somente dos assinantes interessados em acessar sua biblioteca de títulos. Essa dependência conduziu a empresa a buscar consumidores em diversos mercados, produzindo conteúdo original e investindo em indústrias culturais de diversas regiões do mundo (Jenner, 2018; Lobato, 2019). Nos últimos anos, tem conquistado o reconhecimento da indústria televisiva e, em 2020, foi a produtora que mais recebeu nomeações ao prêmio Emmy, com um total de 160 indicações (Schneider, 2020a). Embora a Netflix empregue um discurso de distinção e se posicione como um *novo* tipo de produtor televisivo (Castellano & Meimaridis, 2016), aqui desconstruímos a ideia do serviço como o *futuro da TV*.

Portanto, partimos desse conturbado cenário, marcado por uma intensa competição por espectadores, para analisar como se construiu, na mídia, um discurso a respeito de revoluções, transformações e *novos tempos* inaugurados pelos serviços de *streaming*². Interessa-nos investigar de que forma esse debate lança luz sobre o que chamamos de “eterno debate sobre qualidade televisiva”, marcado por uma espécie de fé na redenção do meio, que poderia acontecer a partir da introdução de uma novidade, que já foi representada pelo *videotape*, pela TV em cores, pelo controle remoto, pela TV paga e que hoje se manifesta sobretudo em empresas como a Netflix.

Nosso argumento, no entanto, procura mostrar que, a despeito de estarem envoltas em enunciados a respeito de grandes transformações, essas plataformas baseiam grande parte das suas produções em modelos consagrados da televisão tradicional. Para isso, analisamos matérias jornalísticas publicadas sobre serviços SVOD, com foco na Netflix, na mídia brasileira. A discussão é dividida em quatro eixos: no primeiro, contextualizamos os discursos da mídia e da academia sobre o fim da TV; em seguida tensionamos os posicionamentos da Netflix como *novo* e *futuro da TV*; na terceira e na quarta partes questionamos até que ponto as tendências de programação da Netflix relativizam o discurso que aponta o *streaming* como o novo lócus da qualidade televisiva. Começamos examinando a relação da TV *do futuro* com a TV *do passado*, principalmente por meio da presença de produções da TV linear no catálogo da empresa e, depois, averiguamos o investimento em produtos consagrados pela televisão linear e dita *banal* com destaque para os *reality shows*.

O PERPÉTUO FIM DA TV

A introdução da Netflix e de outros serviços de SVOD não foi o primeiro momento em que a televisão se viu colocada em um ponto de virada que marcaria *para sempre* seu futuro. Podemos dizer, inclusive, que, a despeito de a televisão ser uma mídia em perene transformação, como tantas outras, seus

²Do ponto de vista metodológico, para a realização deste artigo, que está inserido em uma investigação mais ampla, além de uma extensa revisão bibliográfica, fizemos uma busca, no Google, por conteúdos relacionados à Netflix, usando como critério temporal o período que vai do ano de chegada do serviço ao Brasil (2011) até o momento em que estávamos escrevendo o artigo (meados de 2020). Esse trabalho foi feito, principalmente, durante o primeiro semestre do ano de 2020. Consideramos como material de análise reproduções digitais de matérias publicadas na mídia tradicional, como versões on-line de jornais e revistas de grande circulação no país, além de portais de notícias e sites e blogs especializados em televisão e tecnologia. Para refinar nosso levantamento, uma vez que a Netflix é mencionada em muitos temas diferentes, utilizamos nas ferramentas os cruzamentos entre as palavras “Netflix” e “televisão”; dessa forma, conseguimos reunir um corpus que permitiu um panorama dos discursos levantados a respeito da empresa no contexto de sua relação com o mercado televisivo e selecionamos, dentre as mais de cinquenta matérias analisadas, aquelas que representavam os discursos mais repetidos e que mostravam, de forma mais patente, o tipo de argumentação que buscamos questionar em nossa pesquisa.

críticos, pesquisadores e agentes de mercado constantemente se encantam (ou se assustam) com as perspectivas que se colocam no porvir, como se nada, a partir daquele momento, fosse resistir à sedutora chegada do *novo*. Antes mesmo de a televisão ser inventada, ela já suscitava expectativas a respeito de suas possibilidades. Ao tratar dos primórdios da TV, Barbosa (2010) analisa o que chama de “imaginação televisual” a partir da ideia de “estrutura de sentimento”, de Raymond Williams:

Mais do que um mero “sentido vivido de um tempo”, a estrutura de sentimento apresenta-se como uma imaginação de possibilidades das relações do público com o meio de comunicação, uma expectativa para a materialização de uma relação comunicacional, que existe como possibilidade e desejo antes de se realizar. Novas práticas e hábitos sociais e mentais, que se iniciam e se tornam dominantes numa determinada época, preexistem como imaginação comunicacional, como possibilidade mental, enfim, como estrutura de sentimento. (Barbosa, 2010, p. 26)

A estrutura de sentimentos que pautou, ao longo de décadas, a relação dos espectadores com a televisão passa, portanto, por fases associadas a diversas questões, ligadas a transformações de cunho social, tecnológico, além daquelas concernentes à economia política do meio. Recentemente, o *streaming* foi o responsável por introduzir mudanças e expectativas que marcariam, a princípio, uma nova forma de relacionamento com a TV.

Parte dos textos jornalísticos dedicados a analisar a ascensão da Netflix parece confundir a ideia de televisão como um meio com o próprio aparelho eletrônico televisor, popularmente chamado de *televisão*. Ou seja, quando falamos “TV” estamos nos referindo a um conjunto de fenômenos que envolve questões culturais, sociais, tecnológicas, estéticas e legais (ligadas a regulamentações estatais, por exemplo) que se manifestam em uma produção audiovisual dotada de uma gramática específica, práticas sociais da audiência, sistemas de financiamento, fluxos globais, modos de trabalho particulares, dentre outras questões. Nas palavras de Fachine (2014), a televisão como uma realidade fenomenológica, “com o modo como penetrou profundamente no tecido de nossa vida diária, tornando-se tão natural e familiar, mobilizando tanta energia emocional e cognitiva” (p. 3).

Embora essa confusão pareça rasteira, ela pode explicar a contradição de, ao mesmo tempo, críticos e jornalistas especializados defenderem que estamos na era da *Peak TV*, marcada por números exorbitantes de produção, circulação e consumo de artefatos televisivos, e decretarem, com enorme desfaçatez, o fim próximo da televisão. Se algumas pessoas, hoje, renunciam ao aparelho de TV

no meio da sala³, uma quantidade cada vez maior passa boa parte do tempo livre ligada nos conteúdos televisivos em celulares, tablets, laptops etc. (Barros, 2015). A esse respeito, podemos destacar a criação de narrativas pensadas para serem consumidas em dispositivos móveis, como os *web dramas* sul-coreanos (Kang, 2017) ou as séries e os *reality shows* com episódios de curta duração da extinta plataforma estadunidense Quibi.

Mas não é de agora que a televisão está marcada para morrer. A mesma ânsia por mudanças e revoluções no meio televisivo também pode ser encontrada na vontade por determinar o seu fim. Boa parte das fabulações em torno do esgotamento da televisão esteve centrada em uma possível disputa de popularidade e audiência com a internet. Em 2015, a versão digital de *El País* estampava a manchete “A TV será substituída pela internet assim como o celular fez com o fixo” (Sandoval, 2015), com aspas atribuídas ao diretor da Netflix, Reed Hastings. Embora nesse caso possamos argumentar que o executivo estava advogando em causa própria, esse discurso aparece disseminado em muitos textos da mídia a respeito da introdução de novas tecnologias de acesso.

As transformações no relacionamento com a TV já motivavam discussões sobre o seu fim antes mesmo da consolidação dos serviços SVOD. Títulos como *Television After TV: Essays On a Medium in Transition* (Spigel & Olsson, 2006) e *The Television Will Be Revolutionized* (Lotz, 2007) são apenas alguns exemplos de como desde o início do século as transformações vivenciadas por esse meio inquietam pesquisadores da área⁴. O fascínio com as *novas mídias* e as transformações de base tecnológica vivenciadas na era digital, segundo Buonanno (2016), fazem com que a obsolescência da televisão seja tema recorrente na mídia especializada desde meados dos anos 1980 e questão-chave na academia desde o início dos anos 2000. A autora argumenta (apoiada nos trabalhos de Graeme Turner) que essas perspectivas giravam em torno de duas diferentes perspectivas: de um lado, o *broadcast pessimism*, de outro o *digital optimism*, que poderíamos traduzir, em termos de posições teóricas, como os pessimistas da radiodifusão versus os entusiastas do digital. “No entanto, as duas perspectivas antitéticas convergem para fornecer o mesmo diagnóstico: a televisão acabou”⁵ (p. 95).

Dhoest e Simons (2016), no entanto, destacam que boa parte desses trabalhos fazia assunções sobre os novos rumos da TV sem olhar cuidadosamente para uma parte importante do processo: a audiência. Ou seja, a retórica sobre as novas eras da televisão sempre esteve muito conectada a uma espécie de tecnofilia, facilmente seduzida por um discurso do mercado, disseminado, também, como veremos neste artigo, na mídia especializada.

Os trabalhos que se dedicam com mais afinco a investigar, na prática, o que vem mudando costumam chegar a conclusões como a de Van Esler (2016): “a

³ Mesmo essa questão pode ser bastante relativizada, pois, paralelamente ao aumento expressivo do acesso a conteúdo televisivo por dispositivos como os citados (celulares, tablets, laptops), ocorre um avanço significativo dos aparelhos de TV, que seguem protagonizando o espaço da sala de estar em muitas casas, com tamanhos cada vez maiores e com resolução de tela com alta definição, que fornecem uma experiência mais sofisticada do ponto de vista tecnológico. Além disso, se o conteúdo televisivo é cada vez mais assistido em suportes que não o da televisão, as chamadas Smart TVs também permitem o acesso, pelo próprio aparelho, a sites de redes sociais e navegadores web.

⁴ Para um panorama sobre as pesquisas que tematizam o fim da televisão, ver Buonanno (2015), Miller (2009) e Parmeggiani (2017).

⁵ No original: “the two antithetical perspectives converge to provide the same diagnosis that television is over”. Esta e demais traduções, das autoras.

P

A “televisão do futuro”?

⁶No original: “television as a medium is actually not terribly different, at least not enough to conclude that we have entered a new era”.

televisão como um meio não está realmente muito diferente, pelo menos não o suficiente para concluir que entramos em uma nova era”⁶ (p. 131). No texto, o autor comenta como essa ideia de pós-TV começou a ser divulgada como um fato consumado ou, pelo menos, como uma espécie de desfecho inevitável, tanto em textos acadêmicos (Leverette et al., 2008; Strangelove, 2015), como em jornalísticos (Poniewozik, 2014). Em 2011, Arlindo Machado discutia no artigo “Fim da Televisão?” os impactos da fragmentação da audiência trazidos pela TV a cabo e por serviços *on demand*, como o da autoprogramação, possibilitado por empresas de TV paga, além de aparatos como o DVD e o *blu-ray*.

No Brasil, acreditamos que esses discursos são ainda mais problemáticos, tendo em vista o domínio da TV aberta no país. Com 96,4% de penetração nos domicílios brasileiros, a TV aberta ainda está bem à frente da TV paga, com 31,8% de penetração, e da internet, com 79,1%, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o quarto trimestre de 2018⁷ (Gomes, 2020). No que se refere ao uso da internet via aparelho televisivo, os números são ainda mais modestos: o serviço está em apenas 23,3% dos domicílios com acesso à rede (Gomes, 2020). Embora os dados sobre SVOD no Brasil sejam de difícil acesso, a consultoria estadunidense Bernstein revelou recentemente que a Netflix atingiu a marca de 17 milhões de assinantes no país (Rodriguez, 2020). Dito isso, precisamos questionar os discursos que posicionam a Netflix como futuro da TV, uma vez que o acesso ao *streaming* é ainda muito relacionado a um consumo com clara distinção de classe social no Brasil.

Se o colapso da TV já é discutido há muitas décadas, a já citada *concorrência com a internet* pode ser apontada como o maior manancial, hoje, de expectativas quanto a esse fim próximo. No entanto, não só as nossas práticas cotidianas como também as próprias pesquisas desenvolvidas no campo da comunicação provam que as duas coisas podem coexistir. O fenômeno da TV Social⁸ (Almeida, 2020; Blake, 2017; Sigiliano & Borges, 2013), por exemplo, traz essa realidade para o primeiro plano. A partir disso, entramos em uma nova fase do discurso, em que a ideia de *concorrência* parece superada, mas dá lugar à noção de *incorporação*. De acordo com esse enunciado, a televisão, então, cessaria de existir não porque as pessoas trocariam seu conteúdo por diferentes práticas on-line, mas porque ele agora estaria disponível em meios que não seriam característicos dela, e sim de uma *outra coisa* nebulosa oferecida pela internet, em serviços como os da Netflix. Trata-se, no fim das contas, de uma ênfase excessiva na materialidade do acesso e um descaso com a linguagem, posta em segundo plano.

Um raciocínio aproximado poderia ser feito em relação ao cinema, como se os filmes só pudessem existir como filmes quando fossem assistidos no

⁷Destacamos que tivemos dificuldades para encontrar dados mais atualizados para o cenário da penetração da TV aberta, fechada e de serviços de SVOD no Brasil. Por esse motivo, utilizamos os relatórios do IBGE divulgados em abril de 2020.

⁸A TV Social, tal como entendida nessas obras, também ajuda a relativizar um outro discurso bastante presente nos textos (acadêmicos e jornalísticos) a respeito da transição de uma TV compartilhada socialmente para uma TV individual (Katz, 2009; Lotz, 2009). Parte dos autores que trabalham com essa premissa baseia sua argumentação no fato de as pessoas, sobretudo no ambiente familiar, não terem mais o hábito de se reunirem no sofá da sala para assistirem, juntas, à televisão. No entanto, além dessa afirmação carecer de análise empírica mais objetiva, que leve em consideração, por exemplo, de que grupo de pessoas estamos falando, tendo em vista questões como classe social e localidade, é certo que as dinâmicas existentes em sites de rede social criam novas formas de sociabilidade em torno do conteúdo televisivo.

ambiente de uma sala de projeção. Embora seja inquestionável a importância dessa forma de exibição para a experiência cinematográfica e mesmo como construção histórica do que entendemos como cinema (Ferraz, 2009), seria simplista imaginar que um filme assistido na TV passasse a ser, automaticamente, *televisão*. O dispositivo tomado como essência da relação com o meio diz muito sobre o tipo de discussão que vem pautando o debate a respeito das possíveis interpenetrações entre as formas de produção e consumo desses conteúdos. Não se trata, aqui, de uma defesa por alguma espécie de purismo nas delimitações do que é, afinal, televisualidade, mas nos parece sintomático que a televisão se encontre muitas vezes diluída na ideia mais genérica de *audiovisual* enquanto o cinema, a despeito das inúmeras transformações pelas quais passa, seja relativamente poupado disso⁹.

Se no caso do mercado de cinema a relação com a Netflix é marcada pelo embate¹⁰, com o da televisão ela é ainda mais complexa. Em um primeiro momento, a empresa serviu como um enorme depósito de conteúdo televisivo oriundo de diferentes produtores, que viam naquela disponibilização mais uma ponta de suas várias formas de distribuição. Assim, séries e programas originalmente exibidos na TV linear eram licenciados para integrar o catálogo desse serviço sem grandes problemas e a custos relativamente baixos. Conforme a empresa foi ganhando fôlego no mercado e crescendo em número de assinantes, os conglomerados começaram a endurecer as negociações e impor valores e condições que dificultaram a renovação desses contratos, enquanto, paralelamente, criavam seus próprios serviços de *streaming*. É nesse contexto que a empresa começa a investir de maneira mais contundente em produção original e, com isso, passa a ser uma concorrente em vez de apenas um canal de divulgação e disponibilização de conteúdo.

NETFLIX E QUALIDADE TELEVISIVA

“Todo mundo está discutindo o nível da nossa televisão. ‘Baixíssimo’, dizem uns; ‘Baixíssimo’, afirmam outros; ‘Baixíssimo’, juram terceiros” (Freire Filho, 2003, p. 112). Essa citação foi feita por Nelson Rodrigues em uma crônica de 1971. Na ocasião, o que motivava os debates comentados pelo escritor e jornalista sobre a qualidade televisiva no Brasil eram os programas populares de auditório, conhecidos pelas atrações sensacionalistas e a campanha que se armava, por parte da Igreja, do Estado e das “elites intelectuais”, contra a “baixaria televisiva”. À época, a televisão era sinônimo de TV aberta, com poucos canais, que começava a expandir seu público, o que trazia consigo melhores números de audiência e maiores interesses comerciais, mas fazia, também, com que os

⁹ É interessante, nesse sentido, notarmos como é frequente a menção à expressão “cinema e audiovisual”. Embora também seja uma forma de produção audiovisual, o cinema aparece destacado da outra categoria, que engloba qualquer coisa que não seja ele, inclusive a televisão.

¹⁰ A Netflix tem encontrado certa resistência em disputar as grandes premiações com suas produções cinematográficas originais. Em 2018 o festival de Cannes banuiu a participação de filmes que não estrearam no circuito tradicional do cinema, afetando duas produções da Netflix que iriam disputar e que não haviam sido exibidas em salas de projeção (Belinchón, 2018). Já em 2019, o renomado diretor Steven Spielberg criticou a Netflix e propôs que premiações como o Oscar dificultem que a plataforma dispute as principais premiações da indústria (Sandoval, 2019).

críticos começassem a atribuir (como de praxe) o processo de popularização à diminuição do *nível* das produções.

As ondas de indignação com o teor da programação televisiva podem ser encontradas em praticamente todas as épocas desde o seu surgimento. Nas primeiras décadas, é interessante como a televisão pareceu sempre acoçada por comparações com outras formas de expressão cultural. Se no início ela *deveria* se parecer com o teatro, ou com a ópera, ou ainda incorporar em seu léxico o que pudesse da literatura, foi certamente na medição com o cinema que boa parte dos escrutínios feitos sobre seus produtos se baseava. Nesse processo, se estabeleceu entre as elites culturais e políticas de países ocidentais a concepção de que a televisão seria um “objeto ruim”¹¹ (Bourdon, 2018; Hilmes, 2005). As críticas feitas à TV tendem, com raríssimas exceções, a rebaixá-la como um todo, em vez de focarem casos específicos, gêneros e produtos *inferiores*. Este fato contribui para que uma estratégia oposta seja frequentemente utilizada para redimir o meio, ou seja, é comum que sejam apontados programas televisivos merecedores de atenção, produtos de destaque dentre o limbo da programação televisiva.

¹¹No original: “bad object”.

Nos Estados Unidos, a tendência de rebaixamento da televisão começou a ser progressivamente revertida a partir da década de 1980 com determinadas produções sendo exaltadas pela qualidade estética e/ou narrativa. Dentre as produções da época, o drama policial *Hill Street Blues* (Anspaugh et al., 1981-1987) se tornou emblemático da chamada “TV de Qualidade” (Thompson, 1997). A produção, embora não tenha obtido muita audiência em suas primeiras temporadas, foi mantida no ar graças à sua capacidade de atrair um público jovem e urbano. A série, dessa maneira, marcou uma importante mudança na transição de um modelo de produção direcionada à maior audiência possível (*catch-all*) para um centrado em faixas demográficas atraentes (Stark, 1997).

Na década de 1990 e início dos anos 2000, esse processo se intensificou com as produções da TV fechada, principalmente da HBO. Sobretudo com o surgimento da televisão por assinatura, portanto, a rota de fuga do teor vulgar passou a ser oferecida pela própria TV: se pagasse um pouco mais, o espectador mais exigente poderia se ver livre dos ultrajes proporcionados pela televisão aberta e receber, através de serviços *premium*, artefatos adequados ao seu perfil de consumo.

Existe, dessa forma, uma veia elitista intrínseca à promoção de um grupo de produções da TV fechada e, mais recentemente, de serviços de *streaming* como emblemas *de qualidade* que precisa ser melhor explorada e problematizada. De certo modo, o ataque à televisão pode ser considerado uma das maneiras pelas quais as elites econômicas, intelectuais e culturais racionalizaram seu desgosto

por uma mídia popular e massiva. Para isso, se utilizam de uma lógica de distinção (Bourdieu, 1979/2007) ao rebaixarem o conteúdo televisivo em favor do consumo de produtos culturalmente mais legitimados. Bourdon (2018), por sua vez, enxerga também uma lógica de “distinção negativa” que pode ser evidenciada no desprezo pela televisão e suas produções em falas como “não tenho televisão em casa” ou até mesmo “não assisto TV”.

É interessante notar, no entanto, como esse tipo de frase ganha uma nova roupagem hoje em dia, e passa a ser utilizada mesmo por pessoas que assistem com bastante regularidade conteúdo televisivo em plataformas como a Netflix. Embora soe hipócrita, essa artimanha já foi endossada pela TV fechada estadunidense (“*It’s not TV. It’s HBO*”) e, mais recentemente, pelos serviços de *streaming* que buscam um prestígio vicário (Castellano & Meimaridis, 2016), associando suas produções a uma “não televisão”. Ou seja, nosso argumento é que parte da confusão entre tecnologia e linguagem verificada em matérias jornalísticas trabalhadas ao longo desse artigo é motivada pela própria estratégia discursiva de posicionamento das marcas produtoras de conteúdo televisivo, que amiúde buscam se desvincular da TV.

Aqui, enxergamos que o selo “TV de qualidade” ou “não televisão” é, muitas vezes, usado como forma de *justificar* a atenção e o consumo desses produtos por grupos de capital econômico, intelectual ou cultural mais elevado (Jaramillo, 2013). O público da “não televisão” é definido por Newman (2016) como “mais masculino, adulto e sofisticado em comparação com aqueles associados com a televisão comum, concebida como cultura de massa feminizada, endereçada ao menor denominador comum”¹² (p. 3). Dessa forma, ao reiterar o discurso da “não televisão” reforça-se a equivocada concepção de que a televisão foi se tornando *boa* à medida em que foi *melhorando* seu público, antes, feminino e desatento e, agora, mais masculino e exigente.

Se, como já comentamos, os serviços de *streaming* (e a Netflix em particular) surgem com um catálogo recheado de produtos oriundos dos diferentes produtores de conteúdo televisivo, é sintomático que no plano do discurso ela tenha se posicionado como uma concorrente direta dos canais pagos *premium*, como a HBO (Lima et al., 2015), sobretudo a partir do momento em que começou a atuar como produtora de séries e filmes. A escolha por *House of Cards* (Fincher et al., 2013-2018) como vitrine para o que o público poderia esperar da programação original da empresa foi feita cirurgicamente para combinar com o posicionamento da marca, evidente em declarações como “o objetivo é se tornar a HBO mais rápido do que a HBO possa se tornar a gente”¹³, dada em 2013 por Ted Sarandos, diretor de conteúdo da plataforma. Produzida por David Fincher, que adicionava uma grife cinematográfica à obra, a série era

¹²No original: “more masculine, adult, and upscale by comparison with those associated with ordinary television, conceived as feminized mass culture addressed at a lowest common denominator”.

¹³No original: “The goal is to become HBO faster than HBO can become us”.

protagonizada por Kevin Spacey, escolhido à época para atuar, também, como uma espécie de porta-voz da empresa, responsável por dar entrevistas que enalteciam o caráter do novo empreendimento (Tryon, 2015), que ora se dizia revolucionário, ora se apoiava em um modelo consolidado há décadas (como ser “a nova HBO”). Costumeiramente ávido por fórmulas e frases de efeito que simplificam processos bem mais complexos, o jornalismo especializado em televisão pareceu gostar dessa nova rixa, que encampou com matérias que comentavam o lançamento da série com títulos como “E o prêmio para a próxima HBO vai para...” (Haas, 2013)¹⁴.

¹⁴No original: “And the Award for the Next HBO goes to...”

Ao posicionar a HBO como seu principal concorrente, a Netflix se colocava no mercado de produtores como um serviço *premium*, que ofereceria aos assinantes o *crème de la crème* televisivo. Passados sete anos, a narrativa parece um pouco mais *complexa*. É inegável o reconhecimento da crítica e da indústria que as produções da Netflix têm recebido, principalmente no que se refere às indicações nas grandes premiações estadunidenses, como o Emmy e o Golden Globe. Contudo, um espectador que acesse hoje a plataforma e opte por navegar pelo chamado “conteúdo original Netflix” vai se deparar com um cenário bem diferente daquele prometido pelas matérias laudatórias que celebravam a entrada da antiga locadora de DVDs no mundo da produção de ficção seriada; se esse sujeito resolver incorporar a figura do grã-fino indignado (alvo das zombarias frequentes de Nelson Rodrigues) poderá ressentir-se do nível das produções do serviço. Baixíssimo, diriam alguns. Para compreendermos a discrepância nos produtos ofertados pela Netflix, no entanto, precisamos primeiro pontuar como a empresa organiza sua biblioteca de conteúdo.

Em vez de elaborar uma grade de programação, a Netflix precisa construir um catálogo de produtos atraentes que seja capaz de atrair novos usuários e evitar a rotatividade de assinantes (Robinson, 2017). Essa coleção é composta por meio de licenciamento de títulos e, por esse motivo, está sujeita a reconfiguração constante. Lotz (2020) indica dois modelos de licenciamento de conteúdo para explicar como a Netflix constrói sua biblioteca: aquisições e comissões. Enquanto as aquisições se referem a programas produzidos por outras empresas – que podem ser exibidos em outras janelas ou ser exclusivos da Netflix – as comissões seriam os programas que a Netflix cria, ou seja, tem algum tipo de *input* criativo e financeiro.

Quando passou de videolocadora a serviço de *streaming*, a Netflix começou investindo fortemente em aquisições, todavia, com o fim dos contratos de licenciamento e um maior custo para manter produções populares no catálogo, a empresa tem, nos últimos anos, investido globalmente em comissões e *cocomissões* (quando a produção é exibida na TV linear em um país, mas no resto do

mundo se encontra disponível somente no serviço). Ressaltamos que a empresa estadunidense estrategicamente dificulta para os assinantes a distinção entre suas aquisições e comissões ao catalogar tanto produções a que possui direito exclusivo de exibição quanto suas comissões como “Originais Netflix” (Penner & Straubhaar, 2020). Um exemplo que podemos observar no catálogo brasileiro é o da comédia *The Good Place* (Schur et al., 2016-2020), que aparece como original Netflix, embora seja, na realidade, da emissora aberta estadunidense NBC. Essa prática se torna ainda mais problemática quando consideramos obras oriundas de outras indústrias culturais fora dos Estados Unidos, às quais o público tem acesso mais limitado, como o drama *Vincenzo* (Jang-soo & Sae-jung, 2021-presente), também classificado como original Netflix, mas que é da emissora fechada sul-coreana tvN.

Tendo isso em mente, defendemos que os investimentos mais recentes da Netflix em produções originais contrariam os discursos de distinção e qualidade promovidos pela empresa. Aqui, optamos por destacar duas estratégias atuais que corroboram nosso argumento: 1) o investimento em aquisições oriundas da TV linear; 2) o comissionamento de *reality shows*.

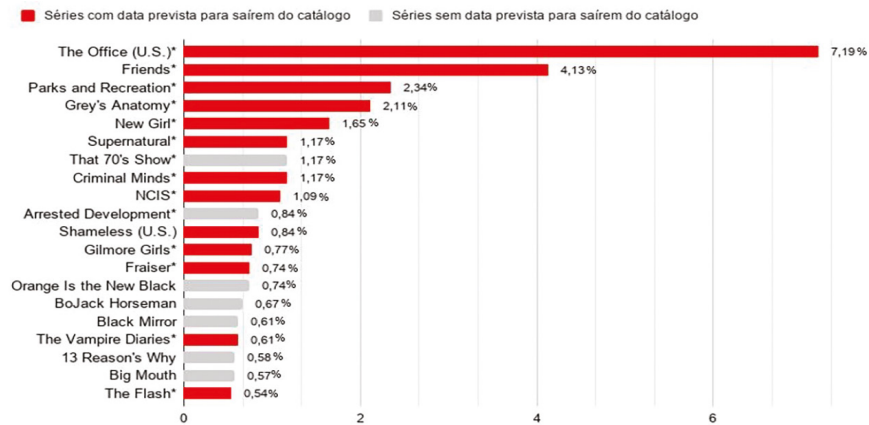
THE ONE WHERE PEOPLE SUBSCRIBE TO NETFLIX TO WATCH FRIENDS

Os serviços de *streaming*, e a Netflix em particular, dado o pioneirismo de sua expansão global, despontaram na última década como uma espécie de novo paradigma que traria consigo inovações na forma de relacionamento com o conteúdo televisivo. No entanto, um dado particular, porém bastante significativo, marca o consumo realizado na plataforma: a expressiva dominância, nesses mesmos serviços, de conteúdos provenientes daquele modelo de produção e distribuição aparentemente marcado para morrer, as emissoras de televisão aberta.

É curioso notar como a Netflix ainda é dependente de suas aquisições, principalmente daquelas oriundas da TV linear. Esses títulos não apenas preenchem a biblioteca da empresa, como são alguns dos mais populares no serviço. O entretítulo dessa seção traz uma brincadeira com a nomenclatura dos episódios da série *Friends* (Crane et al., 1994-2004), que sempre começam com “*The One...*”, como em “*The One With the Dozen Lasagnas*” (Astrof et al., 1995) e “*The One Where Rachel Finds Out*” (Brown & Bright, 1995). A menção à *sitcom* não é por acaso. Na pesquisa divulgada pelo site *Vox* ao final de 2018 (Molla, 2018), a série aparece como a segunda produção mais vista percentualmente no serviço, atrás apenas de *The Office* (Figura 1).

Figura 1

Séries mais assistidas na Netflix, em porcentagem da totalidade de visualizações



Nota. Séries mais assistidas na Netflix entre janeiro e novembro de 2018. Figura produzida com base nos dados levantados pelo Jumpshot e apresentados na matéria produzida pela Vox (Molla, 2018).

No gráfico estão assinaladas em vermelho as obras marcadas para sair do catálogo estadunidense da Netflix, graças à criação de serviços próprios de *streaming* por parte das empresas detentoras dos direitos, como Disney, NBCUniversal e WarnerMedia. Já as produções com um asterisco (*) ao lado do título são oriundas da TV aberta estadunidense. Alguns dados merecem destaque. Em primeiro lugar, o tema que motivou a matéria da *Vox*: a retirada desses títulos do serviço corresponde a uma perda significativa para a Netflix e explica a voracidade com que ela vem investindo em comissões originais. Mas a informação que mais nos chama atenção é que as cinco séries mais vistas sejam, todas, oriundas da TV aberta dos Estados Unidos. *The Office* (Silverman et al., 2005-2013), *Friends* (Crane et al., 1994-2004) e *Parks and Recreation* (Daniels et al., 2009-2015) são três *sitcoms* da NBC, canal de sinal aberto, assim como a ABC, onde o drama médico *Grey's Anatomy* (Rhimes et al., 2005-presente) é exibido desde 2005, e a Fox, que transmitiu a comédia *New Girl* (Meriwether et al., 2011-2018) entre 2011 e 2018.

As cinco séries que em 2018 concentravam 17,42% de todo conteúdo consumido na plataforma, juntamente de outras onze séries da figura, vieram justamente daquele modelo de televisão apontado como uma TV *do passado*, aquela TV que ninguém mais vê, que não resistiria à concorrência dos serviços de *streaming*¹⁵. A dependência da Netflix de suas aquisições pode também ser observada no esforço da empresa em manter essas produções em seu catálogo. Em 2018, o serviço renegociou o contrato com a WarnerMedia para licenciar

¹⁵ As únicas produções oriundas da TV não linear na figura são: *Orange Is the New Black* (Kohan et al., 2013-2019), *BoJack Horseman* (Bob-Waksberg et al., 2014-2020), *13 Reason's Why* (Yorkey, 2017-2020) e *Big Mouth* (Kroll et al., 2017-presente).

todas as temporadas de *Friends* (Crane et al., 1994-2004) por apenas um ano, ação que custou mais de 100 milhões de dólares (Gavin, 2018), valor três vezes maior do que o pago anteriormente para garantir os direitos da comédia.

É curioso notar que, quando o *streaming* surgiu, ele não iria (supostamente) matar apenas a TV, mas também os DVDs, que se tornariam obsoletos (Garcia, 2017). O DVD seria substituído pelos SVOD da mesma forma como ele substituiu as fitas de VHS. Além de um discurso pautado no midiacídio (Fidler, 1997), trata-se, na realidade, de uma mudança de paradigma, de uma lógica mais permanente – em que o DVD simbolizava a posse de um bem cultural – para uma lógica mais efêmera, centrada na assinatura e no acesso temporário a diversos produtos audiovisuais em um catálogo de conteúdo (Kelly, 2020). Tal efemeridade dos novos modos de distribuição audiovisual, no entanto, tem levado ao sumiço de títulos nas plataformas de SVOD. Em 2019, quando a Netflix anunciou a saída de *Friends* (Crane et al., 1994-2004) e de *The Office* (Silverman et al., 2005-2013) de seu catálogo nos Estados Unidos, as vendas de DVDs de ambas as comédias dispararam no país (Schneider, 2020b).

Mesmo diante de dados como esses, é curioso que jornalistas especializados em televisão, e até alguns pesquisadores, insistam em enterrar (viva) a televisão aberta. No supracitado artigo “Fim da TV?” (Machado, 2011), o autor usa como objeto de análise para compreender as reconfigurações da televisão “tal como nós conhecemos” a série de TV *Lost* (Abrams et al., 2004-2010), que, segundo o texto, seria emblemática “daquilo que os americanos chamam de uma post-network era, como que experimentando possibilidades de sobrevivência da televisão no mundo dos computadores, da telefonia móvel, da rede telemática planetária e da convergência dos meios” (Machado, 2011, p. 96). É notável, no entanto, que *Lost* também seja uma série da ABC (American Broadcasting Company), empresa de TV aberta – como o próprio nome indica – existente desde 1943.

Nesse sentido, é importante destrincharmos o argumento sobre a TV *do passado*. Em primeiro lugar, é evidente que as empresas de SVOD se configuram como uma tendência de acesso ao conteúdo. Vários autores vêm argumentando como há um movimento de migração da audiência do modelo do fluxo, que caracterizou por décadas a televisão, para o modelo do arquivo (Cannito, 2010; Mittell, 2011). A facilidade de consumo e a ideia de *controle* por parte da audiência são, inquestionavelmente, sedutoras e os próprios dados mostram como do ponto de vista dos modelos de negócio os canais abertos estão enfrentando uma concorrência crescente desses serviços. Já podemos visualizar esse quadro, inclusive, no Brasil. Segundo dados divulgados pelo colunista do UOL Ricardo Feltrin (2020), na faixa que vai entre 7h e 0h, o consumo de *streaming* no país foi de 7 pontos e 15% de *share*, ou seja, de cada 100 aparelhos de TV ligados,

¹⁶É importante destacar que existe um forte controle dos dados de acesso por parte da Netflix, por isso, boa parte das pesquisas precisa se apoiar em números divulgados pela imprensa a partir de informantes além de escassos e incompletos relatórios emitidos de tempos em tempos pela própria empresa.

15 estavam consumindo serviços de *streaming*, que compreendem empresas como Netflix, Amazon Prime e Globoplay, além do YouTube. Somadas, essas formas de acesso já começam a fazer frente à própria audiência da TV aberta¹⁶ e atingem mais duramente a TV paga: “o streaming ‘tomou’ a segunda colocação de toda a TV por assinatura, que até pouco tempo atrás era, como conjunto, a vice-líder de ibope (somando-se todos os canais)” (para. 9).

Notamos, de fato, uma migração do cabo para essas plataformas. Há uma série de razões para isso, que passam pelo preço da assinatura, pela facilidade de consumo sem as amarras da grade, e pelas frustrações das limitações tecnológicas da TV linear (Tefertiller, 2018). No caso brasileiro, devemos considerar, também, o fato de que o *streaming* tem possibilitado acesso a um tipo de conteúdo que durante muito tempo ficou associado justamente à TV paga, como as séries estadunidenses, que regularmente ocuparam na TV aberta faixas muito específicas, normalmente fora do horário nobre, mas que dominavam a programação de canais segmentados que começaram a chegar por aqui por volta da década de 1990, como Sony e Warner.

É estranho, no entanto, que essa substituição do cabo pelo SVOD seja interpretada como a morte da televisão, como podemos ver em matérias como “TV é coisa do passado” (Masson & Amaral, 2017), publicada na *IstoÉ*, e cujo mote é justamente a perda de assinantes por parte da TV por assinatura. Ao longo do texto, em várias passagens, são reencenados o duelo equivocado entre televisão e internet e a fusão da ideia de televisão com a do aparelho televisor, tanto na fala de entrevistados quanto na análise dos jornalistas: “Com tantas opções boas na internet, não precisamos da televisão” (para. 3), “A televisão já era há muito tempo. Na nossa casa é só internet” (para. 5), “A TV, como a conhecemos, está dando os últimos suspiros . . . O espectador já se acostumou com telas menores e a maioria assiste aos filmes e seriados enquanto checa seus e-mails ou conversa com amigos” (para. 6).

Se as empresas que vendem pacotes de TV a cabo e por satélite certamente têm motivos para se preocupar, elas também têm integrado a lógica do SVOD, ofertando acesso ao seu conteúdo via suas próprias plataformas de *streaming*, como a HBO Go e os canais da Globosat, que a partir de setembro de 2020 passaram a integrar um pacote *premium* do Globoplay (Rede Globo, 2020). Trata-se, então, de mais um exemplo de um meio incorporando e fundindo suas lógicas a outro, em vez de sintomas de uma ruptura ou extinção.

Por outro lado, é importante questionarmos inclusive se não é apressado o abandono da própria ideia de *fluxo*, não apenas pela importância que a TV aberta ainda tem – argumento defendido por autoras como Buonanno (2015) e Fechine (2014) – como, também, pela possibilidade de pensarmos o próprio

comportamento da audiência hoje, como propõe Uricchio (2004). Se Williams (1974) percebia o fluxo principalmente como uma estratégia mercadológica de criar uma sequência incessante de conteúdo que misturava programação e publicidade, Uricchio (2004) transfere a responsabilidade de criação dessa sucessão para o espectador, dotado de instrumentos, como o controle remoto, para pular de um conteúdo a outro, reposicionando, dessa forma, o fluxo “como meio de esboçar uma série de mudanças fundamentais na interface entre espectador e televisão e, portanto, na experiência de espetatorialidade”¹⁷ (p. 165).

Esse sentido de continuidade da recepção não parte somente de um papel mais ativo do consumidor, mas é proporcionado, também, pelos próprios serviços como Netflix, YouTube e Globoplay, que contam com o recurso da reprodução automática, que inicia outros conteúdos segundos após a visualização de algo que foi selecionado pelo espectador. Ou seja, criam um “fluxo interminável de prazer sob medida”¹⁸ (Uricchio, 2004, p. 178), uma vez que essas recomendações são pautadas pela lógica do algoritmo (Ladeira, 2019). Em alternativa, recentemente o Amazon Prime possibilitou o consumo de séries com “episódios em ordem aleatória” (*shuffle*), ou seja, o espectador deixa a critério do algoritmo cadenciar a experiência de consumo televisivo ao elaborar seu próprio fluxo de episódios. A própria Netflix, ao final de 2020, liberou a função “títulos aleatórios” em que a plataforma seleciona um filme ou episódio para exibir. Restaria, então, o debate em torno do ocaso da programação em uma grade fixa e para todos, mas pesquisas como as de Vilela (2017) e Fachine¹⁹ (2014, 2017) mostram que mesmo esse modelo ainda tem sua relevância.

No caso do Brasil, o equívoco da discussão que confunde forma de acesso e conteúdo pode ser visto na trajetória do Globoplay, principal concorrente nacional da Netflix. A forma de atuação desse serviço mostra uma hibridização ainda mais profunda entre modelos novos e tradicionais de televisão. Embora conte com a flexibilidade de acesso, que parece se configurar como a principal tendência de fato reivindicada pela audiência, esse braço do grupo Globo aposta, com bastante intensidade, na relação direta com o arcabouço gerado a partir do canal aberto (Meimaridis et al., 2020). Nesse sentido, o Globoplay parece perceber que seu principal trunfo está tanto na rememoração do passado da televisão aberta, o que pode ser percebido por meio da adição de novelas antigas a seu catálogo, empreendimento apontado como responsável pelo expressivo crescimento de 62% na base de assinantes no primeiro semestre de 2020 (César, 2020), quanto na disponibilização de conteúdo extra de programas atuais da grade, como o exemplar caso do *Big Brother Brasil*, produto mais acessado na plataforma nos primeiros meses do ano (Padiglione, 2020). É interessante destacarmos que, ao disponibilizar o fluxo televisivo de forma on-line, a plataforma não apenas atrai

¹⁷No original: “as a means of sketching out a series of fundamental shifts in the interface between viewer and television, and thus in the viewing experience”.

¹⁸No original: “a never-ending stream of custom-tailored pleasure”.

¹⁹A autora chama atenção para a importância da grade de programação para a organização do cotidiano. Se essa percepção pode soar datada para alguns, foi interessante notar durante a pandemia da covid-19, sentida no Brasil a partir de março de 2020, como o início do *Jornal Nacional* marcava, de segunda a sábado, o horário dos painéis contra o presidente Jair Bolsonaro em várias cidades do país. O início do telejornal, recheado de matérias sobre a maneira problemática com que o político lidou com a crise de saúde, funcionava como um relógio que orquestrava a indignação coletiva.

pessoas que não têm o hábito de assistir televisão pelo aparelho televisor como também os converte em espectadores dos comerciais de TV aberta.

Antes de avançarmos, gostaríamos de reiterar que a não dependência do fluxo permite que as plataformas SVOD organizem seus conteúdos de modo mais diversificado e cada vez mais personalizado. Além disso, modifica a forma como pensamos audiência e sucesso. Enquanto na TV linear, principalmente na TV aberta, o objetivo é conseguir o maior número possível de telespectadores assistindo a uma dada programação sincronamente, na TV não linear os serviços de SVOD não necessitam que seus assinantes consumam o mesmo produto, muito menos no mesmo horário. Por este motivo, as empresas de *streaming* lançam mão de inúmeras estratégias para consolidar seus catálogos de títulos. A demanda por assinantes tem levado a Netflix a apresentar uma maior diversificação de sua biblioteca de forma a atrair múltiplos nichos. Todavia, essa diversificação dificulta a elaboração de um catálogo coeso, pelo menos no que se refere à promessa alinhada ao que se convencionou como “TV de qualidade”.

NETFLIX E O OCASO DA ERA DE OURO

Embora seja complexo definir uma estratégia de programação adotada pela Netflix, por acreditarmos que a empresa se utiliza de distintas abordagens em cada mercado em que seu serviço está disponível, gostaríamos, nesse subtópico, de problematizar os investimentos recentes da empresa em um produto televisivo que sempre esteve às voltas com questões de legitimação: os *reality shows*. Os motivos para o descrédito desse tipo de artefato televisivo são muitos e variados: de sua característica industrial e facilmente reproduzível à derrocada moral que eles representam, não são poucos os pesquisadores e críticos televisivos que se dedicaram a analisar seus pecados. Machado (1999), ao debater a questão do gênero na TV, afirma que os *reality shows* são formas ainda mais “degeneradas” dos *talk shows*, que, por sua vez, já seriam responsáveis por “desviar a televisão para a facilidade, a comodidade, a banalidade” (p. 145), e os define como “programas de intrigas domésticas e agressões físicas ou verbais, em geral protagonizados por um lumpesinato em estado terminal, que aceita a humilhação pública por quaisquer trocados” (p. 145).

Campanella (2012), em seu livro dedicado a analisar os fãs do *Big Brother Brasil*, afirma que as críticas contundentes aos *reality shows* revelam uma “inquietação comum entre aqueles que refletem sobre a sociedade contemporânea, os meios de comunicação e a relação entre eles” (p. 13). O sucesso do programa sintetizaria “a decadência tanto dos programas atuais de televisão quanto, e talvez principalmente, de sua audiência” (p. 13). O autor ainda menciona uma

abordagem bastante comum sobre esse tipo de programa, marcada por uma visada psicologizante, que aponta traços como o voyeurismo como fundamentais na experiência com esses tipos de programa, que institucionalizariam “práticas antes consideradas perversões” (p. 13).

De acordo com uma matéria da *Folha de S. Paulo*, nos últimos quatro anos os *reality shows* pularam de dois para 64 dentre as produções com o selo “Original Netflix” (Balbi, 2020). Essa matéria representa uma nova fase na relação entre a imprensa especializada e os serviços de *streaming*, que podemos caracterizar como *desencanto*. Intitulado “Depois da era de ouro das séries, streaming abraça os programas trash”, o texto caracteriza como “avalanche trash” o crescente investimento em *reality shows* como *Too Hot to Handle* (Sleeman et al., 2020-presente), *Nailed It!* (Starkman, 2018-presente) e *Floor is Lava* (Carbone et al., 2020-presente), programas descritos, respectivamente, da seguinte forma:

Gostasas e sarados são desafiados a passar um mês sem fazer sexo numa ilha paradisíaca. Confeiteiros amadores fazem bolos desastrosos, que parecem ter sido vítimas de um acidente nuclear. Jogadores agarram objetos cenográficos como se a vida deles dependesse disso ao atravessar um cômodo inundado por uma gosma explosiva. (Balbi, 2020, para. 1)

A emergência dos *reality shows* no catálogo é apontada, então, como epítome de uma possível decadência da qualidade na oferta de programação da empresa. A popularização e a expansão dos formatos do serviço, no entanto, só é uma surpresa para quem se convenceu com o discurso de distinção com o qual a empresa se apresenta desde o início de sua recolocação nos negócios (Castellano & Meimaridis, 2016). Essa briga se traduz em uma preocupação em tornar o catálogo mais atraente e, para boa parcela da audiência, *reality shows* cumprem muito bem essa função.

Desde o final dos anos 1990, e particularmente até meados dos anos 2000, os *reality shows* se tornaram um importante fenômeno cultural. Com espaço na televisão aberta e paga, programas dos mais variados modelos exibiam conteúdos que embaralham as noções de ficção e realidade e é difícil até mesmo buscar uma definição instrumental que dê conta de agrupá-los sob um mesmo rótulo, dada a variedade de temáticas que podem apresentar (Andrejevic, 2004; Hill, 2004). Em comum, a capacidade de se adaptarem a um contexto que já naquele momento era marcado pela integração entre diferentes plataformas e pela importância da internet (Campanella, 2012; Fachine, 2009). Programas de baixo investimento, rápidos de serem produzidos, com retorno financeiro muitas vezes elevados e responsáveis por gerar conversações no ambiente das

mídias sociais, esses produtos ganham, agora, cada vez mais espaço nos serviços de *streaming*.

É notável que a expressão utilizada pela jornalista para caracterizar essa aposta das empresas seja *trash*. Lixo, em uma tradução literal, o termo em inglês virou uma espécie de conceito, embora bastante escorregadio, normalmente associado a produtos audiovisuais com produções, direções e atuações que, na maioria dos casos, não atendem aos padrões e às normas de qualidade técnica e artística (Castellano, 2010). São objetos culturais que, em suma, são rejeitados pelos chamados “árbitros do gosto” (Bourdieu, 1979/2007).

Na mesma linha, em fevereiro de 2018, o UOL publicou uma matéria intitulada “Com projetos bizarros, Netflix ameaça virar uma TV por assinatura completa” (Guaraldo, 2018), o texto traz à tona uma dificuldade de definição do que é, afinal, a Netflix, ao apontar como um problema o que, na verdade, resume a própria ideia de negócio contida em um serviço de SVOD: “Com projetos cada vez mais *bizarros* [ênfase adicionada] e diversificados, que vão de competições radicais a programas de decoração, o serviço *ameaça se tornar* [ênfase adicionada] uma programadora de TV por assinatura completa, com um pouco de cada canal” (Guaraldo, 2018, para. 1). Por outro lado, as produções apontadas como “bizarras” são, como era de se esperar, os *reality shows*. O mesmo tom de perplexidade diante de um possível contrassenso entre os produtos originais que estão surgindo na plataforma e a *promessa de qualidade* contida na ficção seriada do *streaming* aparece no comentário sobre *Amazing Interiors* (Barcroft & Wyles, 2018), um *reality* de comportamento de doze episódios que mostra casas com fachadas simples e interiores inusitados. Ao descrever o produto, o jornalista comenta que “o projeto . . . mais parece saído de um canal da Discovery do que uma série da Netflix” (Guaraldo, 2018, para. 4). O argumento se aproxima daquele presente na matéria da *Folha de S.Paulo*, que faz referência a uma era de ouro perdida.

Embora tenha se referido apenas a “era de ouro”, se formos nos pautar na divisão tradicionalmente feita nos estudos de televisão, podemos apontar o ocaso lamentado pela jornalista como o fim da terceira era de ouro da televisão estadunidense – a primeira teria sido logo no início da produção televisiva e a segunda nos anos 1980, com o surgimento de séries como *Hill Street Blues* (Anspaugh et al., 1981-1987). A terceira é normalmente apontada como começando no final da década de 1990, especificamente em 1999, com a estreia de *The Sopranos* (Chase et al., 1999-2007), não por acaso uma série da HBO, que já naquele momento tentava se diferenciar com o discurso da qualidade (Leverette et al., 2008). O começo da produção original da Netflix, marcadamente o lançamento de *House of Cards* (Fincher et al., 2013-2018),

pode ser contextualizado como fortemente influenciado pelos debates sobre qualidade que elegiam determinados artefatos, sobretudo de ficção seriada, como dignos de figurarem como obras notáveis, destacadas do conjunto da programação televisiva. Essas produções compartilhavam algumas premissas, como, por exemplo, serem protagonizadas por homens brancos de meia idade problemáticos, *script* que a série da Netflix seguiu fielmente, embora reviravoltas dos bastidores tenham causado mudanças na narrativa ao longo das temporadas (Castellano et al., 2019).

Hoje em dia, em vez de era de ouro, muitos pesquisadores têm trabalhado com a ideia de era da *Peak TV*, marcada basicamente por uma produção excessiva, com uma quantidade enorme de novos programas surgindo a cada mês, vindos de todos os agentes do mercado televisivo e, particularmente, do *streaming*, que não encontra limitações temporais, ligadas a uma grade, para produzir conteúdo. É importante notar, no entanto, que mesmo durante os momentos em que a televisão produzia as obras que hoje são aclamadas como a síntese da televisão de qualidade, programas de todos os tipos circulavam e eram massivamente consumidos.

No ano seguinte à estreia de *The Sopranos* (Chase et al., 1999-2007) surgiu o programa *Survivor* (Burnett et al., 2000-presente), na emissora aberta CBS. *Breaking Bad* (Gilligan et al., 2008-2013) começou a ser exibida três meses depois do primeiro episódio de *Keeping Up with the Kardashians* (Seacrest et al., 2007-presente) ir ao ar. Enquanto *House of Cards* (Fincher et al., 2013-2018) era disponibilizada na Netflix, *Here Comes Honey Boo Boo* (Lexton et al., 2012-2014) passava na TLC, com bastante repercussão. Todos esses programas coexistiram durante o auge da chamada *terceira era de ouro da TV*, e produtos similares vão continuar coexistindo, cada vez mais, principalmente agora que o consumo televisivo não depende do fluxo de uma programação montada por uma emissora, mas pode ser feito a partir do acesso à televisão distribuída pela internet (Lotz, 2017), em que cada pessoa monta sua própria rotina de consumo, a partir dos seus interesses, que, inclusive, podem contemplar, ao mesmo tempo, um drama *complexo* premiado pelo Emmy e um *reality show* sobre desastres culinários.

A percepção sobre a característica onívora (Peterson & Kern, 1996) do consumo cultural, no entanto, não é novidade. Já nos anos 1970, nos supracitados debates sobre o baixo nível da programação televisiva, Nelson Rodrigues costumava implicar com esses discursos dizendo que certas coisas “um grã-fino só ousaria revelar num terreno baldio, à luz dos archotes, na presença solitária de uma cabra vadia”, mas que outras não confessaria jamais, nem mesmo em local seguro. Por exemplo:

o grã-fino que assistia ao *Direito de Nascer*, ao *Sheik de Agadir*, a *Os Irmãos Coragem*, que não perdia um programa de *Dercy Gonçalves*, do *Chacrinha*, do *Raul Longras*, só admitiria que gostava de televisão ao médium, depois de morto. (Freire Filho, 2003, p. 112)

Hoje, 50 anos depois, ainda não podemos dizer que é totalmente confortável para muitos admitir passar horas em frente à TV. Talvez assistindo HBO, quem sabe zapeando pela Netflix, mas, nesse caso, é bom ter cuidado na escolha do título, para não ter o gosto posto à prova pelo sistema de algoritmo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento e a popularização dos serviços de *video on demand*, particularmente da Netflix, têm reinflamado os discursos na mídia sobre o suposto fim da TV. Se a Netflix e congêneres certamente trouxeram pontos de inflexão à história já quase centenária do meio, nosso principal argumento neste artigo é que existe uma ênfase excessiva na ideia de novidade associada ao tipo de produto oferecido por essas empresas, quando, na verdade, boa parte de seus investimentos e produtos de grande visualização são legatários de um modelo bastante consolidado de televisão.

Além das discussões sobre a *TV do futuro*, consideramos que os serviços de *streaming*, aqui simbolizados na Netflix, indicam uma tendência de *como* as pessoas querem assistir à televisão. Supomos que boa parte das indagações sobre o fim da TV devessem ser direcionadas, na verdade, para um questionamento a respeito de por quanto tempo o modelo de programação em fluxo, com uma grade predeterminada, ainda vai se configurar como a principal (ou única)²⁰ forma de acesso ao conteúdo da TV, ainda que mesmo esse tipo de debate deva ser conduzido com bastante cautela. Ao mesmo tempo, os dados sobre acesso à plataforma e um exame das novas apostas de conteúdo original por parte dessas mesmas empresas indicam *o que* as pessoas parecem querer consumir. E isso desestabiliza boa parte das discussões que vêm sendo propostas, na mídia e na academia, a respeito do futuro da televisão. O que esses indicativos têm nos mostrado é que, talvez, para exercer a futurologia quando se trata de TV, muitas vezes temos a ganhar olhando para o passado.

Se, por um lado, o ambiente midiático extremamente saturado tem levado as empresas de *streaming* a apostarem na linguagem da TV que conhecemos há muitas décadas, por outro, esses mesmos serviços têm dificuldade em manter um catálogo coerente com o posicionamento de marca alinhado a uma *não televisão*, notadamente no que se refere à ideia de qualidade televisiva. Os investimentos

²⁰ É importante lembrar que para muitas pessoas no Brasil a TV aberta ainda é a única forma de acesso ao conteúdo televisivo.

recentes em *reality shows* são apenas uma amostra de como a Netflix rompe com seus próprios discursos de distinção e reitera modelos que se aproximam daquela TV que (supostamente) dá, há tanto tempo, seus últimos suspiros. ■

REFERÊNCIAS

- Abrams, J. J., Lindelof, D., Burk, B., Cuse, C., Bender, J., Pinkner, J., Kitsis, E., Horowitz, A., & Sarnoff, E. (Produtores executivos). (2004-2010). *Lost* [Série de televisão]. Bad Robot Productions; Touchstone Television; ABC Studios.
- Almeida, M. R. (2020). *TV Social: O telespectador como protagonista na televisão em múltiplas telas*. Appris.
- Andrejevic, M. (2004). *Reality TV: The work of being watched*. Rowman & Littlefield.
- Anspaugh, D., Yerkovich, A., Vittes, M., & Schneider, S. (Produtores). (1981-1987). *Hill Street blues* [Série de televisão]. MTM Enterprises.
- Astrof, J. (Roteirista), Sikowitz, M. (Roteirista), Chase, A. (Roteirista), Ungerleider, I. (Roteirista) & Lazarus, P. (Diretor). (1995, 12 de janeiro). The one with the dozen lasagnas (Temporada 1, Episódio 12) [Episódio de série de televisão]. In D. Crane, M. Kauffman, K. S. Bright, M. Borkow, M. Curtis, A. Chase, G. Malins, W. Calhoun, S. Silveri, S. Goldberg-Meehan, A. Reich, & T. Cohen (Produtores executivos), *Friends*. Bright/Kauffman/Crane Productions; Warner Bros. Television.
- Balbi, C. (2020, 18 de julho). Depois da era de ouro das séries, streaming abraça os programas trash. *Folha de S.Paulo*. <https://bit.ly/39jH4Xk>
- Barbosa, M. (2010). Imaginação televisual e os primórdios da TV no Brasil. In A. P. Ribeiro, I. Sacramento, & M. Roxo (Orgs.), *História da televisão no Brasil: Do início aos dias de hoje* (pp. 15-36). Contexto.
- Barcroft, S. & Wyles, P. (Produtores executivos). (2018). *Amazing interiors* [Incríveis por dentro] [Série de televisão]. Barcroft Productions.
- Barros, C. (2015). Da produção ao consumo: diversidade cultural nos usos coletivos de tecnologia entre grupos populares. *Comunicação Mídia e Consumo*, 12(35), 129-148. <http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v12i35.1052>
- Belinchón, G. (2018, 8 de maio). Festival de Cannes abre a edição da renovação (mas sem a Netflix). *El País*. <https://bit.ly/3thCaCs>
- Blake, J. (2017). *Television and the second screen: Interactive TV in the age of social participation*. Routledge.
- Bob-Waksberg, R., Bright, N., Cohen, S. A., Fetter, B., Wiseman, J., Arnett, W., Paul, A., & Weil, A. (Produtores executivos). (2014-2020). *BoJack Horseman* [Série de televisão]. Tornante Television; Boxer vs. Raptor; ShadowMachine

- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: Crítica social do julgamento*. Edusp; Zouk. (Obra original publicada em 1979)
- Bourdon, J. (2018). Is the end of television coming to an end? *VIEW Journal of European Television History and Culture*, 7(13), 1-15. <https://doi.org/10.18146/2213-0969.2018.jethc144>
- Brown, J. (Roteirista), & Bright, K. S. (Diretor). (1995, 12 de janeiro). The one where Rachel finds out (Temporada 1, Episódio 24) [Episódio de série de televisão]. In D. Crane, M. Kauffman, K. S. Bright, M. Borkow, M. Curtis, A. Chase, G. Malins, W. Calhoun, S. Silveri, S. Goldberg-Meehan, A. Reich, & T. Cohen (Produtores executivos), *Friends*. Bright/Kauffman/Crane Productions; Warner Bros. Television.
- Buonanno, M. (2015). Uma eulogia (prematura) do broadcast: O sentido do fim da televisão. *MATRIZES*, 9(1), 67-86. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i1p67-86>
- Buonanno, M. (2016). Thematic issue on the end of television (not yet): Editor's introduction. *Media and Communication*, 4(3), 95-98. <http://dx.doi.org/10.17645/mac.v4i3.661>
- Burnett, M., Parsons, C., & Probst, J. (Produtores executivos). (2000-presente). *Survivor* [Série de televisão]. CBS EYE Productions; Survivor Productions LLC; CBS Studios; Castaway Television Productions; Mark Burnett Productions (2000-11); One Three Media (2012-14); United Artists Media Group (2014-15); MGM Television (2016-).
- Campanella, B. (2012). *Os olhos do grande irmão: Uma etnografia dos fãs do Big Brother Brasil*. Sulina.
- Cannito, N. (2010). *A televisão na era digital*. Summus.
- Carbone, A., Eyal, I., McGrath, M., & Smith, B. (Produtores executivos). (2020-presente). *Floor is lava* [Game show]. Haymaker Media.
- Carlón, M., & Fachine, Y. (Eds.). (2014). *O fim da televisão*. Confraria do Vento.
- Castellano, M. (2010). “É bom porque é ruim!”: Considerações sobre produção e consumo de cultura trash no Brasil. *Em Questão*, 16(2), 283-296.
- Castellano, M., & Meimaridis, M. (2016). Netflix, discursos de distinção e os novos modelos de produção televisiva. *Contemporanea*, 14(2), 193-209. <http://dx.doi.org/10.9771/contemporanea.v14i2.16398>
- Castellano, M., Meimaridis, M., & Ferreirinho, G. (2019). Dramas televisivos de prestígio e masculinidade. *Comunicação & Inovação*, 20(44), 76-94. <https://doi.org/10.13037/ci.vol20n44.5470>
- César, D. (2020, 5 de julho). Globoplay dispara com novelas e fatura quase R\$ 150 milhões por mês. *UOL*. <https://bit.ly/3thyBvS>

- Chase, D., Grey, B., Green, R., Burgess, M., Landress, I. S., Winter, T., & Weiner, M. (Produtores executivos). (1999-2007). *The Sopranos* [Família Soprano] [Série de televisão]. Chase Films; Brad Gray Television.
- Costa, O. (2019, 27 de fevereiro). A Netflixização da TV (Será o fim da TV como conhecemos?). *ProXXima*. <https://bit.ly/3g91M0m>
- Crane, D., Kauffman, M., Bright, K. S., Borkow, M., Curtis, M., Chase, A., Malins, G., Calhoun, W., Silveri, S., Goldberg-Meehan, S., Reich, A., & Cohen, T. (Produtores executivos). (1994-2004). *Friends* [Série de televisão]. Bright/Kauffman/Crane Productions; Warner Bros. Television.
- Cullis, C. (2016, 19 de outubro). Streaming killed the TV star. *Cape Talk*. <https://bit.ly/3gbnS2C>
- Daniels, G., Schur, M., Klein, H., Miner, D., Sackett, M., Holland, D., & Goor, D. (Produtores executivos). (2009-2015). *Parks and recreation* [Confusões de Leslie] [Série de televisão]. Open 4 Business Productions; Deedle-Dee Productions; Fremulon; 3 Arts Entertainment; Universal Television.
- Dhoest, A., & Simons, N. (2016). Still 'watching' TV? The consumption of TV fiction by engaged audiences. *Media and Communication*, 4(3), 176-184. <http://dx.doi.org/10.17645/mac.v4i3.427>
- Diebold, J. M.N. (2018, 28 de agosto). La revolución de Netflix apenas comenzó. *Milenio*. <https://bit.ly/3dhJJDB>
- Fechine, Y. (2009). A programação da TV no cenário de digitalização dos meios: configurações que emergem dos reality shows. In J. Freire Filho (Org.), *A TV em Transição* (pp. 139-170). Sulina.
- Fechine, Y. (2014). Elogio à programação: repensando a televisão que não desapareceu [Artigo apresentado]. *37º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil. <https://bit.ly/3sdho6s>
- Fechine, Y. (2017). TV social: Contribuições para delimitação do tema. *Revista Contracampo*, 36(1), 1-15. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v36i1.965>
- Feltrin, R. (2020, 8 de junho). Streaming já é o 2º maior ibope do país e só perde para Globo. *UOL*. <https://bit.ly/3fjZwmS>
- Ferraz, T. (2009). *A segunda Cinelândia carioca: Cinemas, sociabilidade e memória na Tijuca*. Multifoco.
- Fidler, R. F. (1997). *Mediamorphosis: Understanding new media*. Pine Forge Press.
- Fincher, D., Spacey, K., Roth, E., Donen, J., Brunetti, D., Davies, A., Dobbs, M., Melfi, J., Willimon, B., Manson, D., Coles, J. D., & Wright, R. (Produtores executivos). (2013-2018). *House of cards* [Série de televisão]. Media Rights Capital; Trigger Street Productions; Wade/Thomas Productions; Knight Takes King Productions.

- Freire Filho, J. (2003). A TV, os literatos e as massas no Brasil. *Revista Contracampo*, 8(1), 105-124.
- Garcia, R. (2017, 14 de março). Quinze tecnologias de ponta que ficaram obsoletas. *Veja São Paulo*. <https://bit.ly/3dhv5MB>
- Gavin, H. (2018, 4 de dezembro). Netflix paid \$100 million to keep streaming friends. *Slate*. <https://bit.ly/3mJmKV2>
- Gilligan, V., Johnson, M., & MacLaren, M. (Produtores executivos). (2008-2013). *Breaking bad* [Série de televisão]. High Bridge Entertainment; Gran Via Productions; Sony Pictures Television.
- Gomes, H. S. (2020, 29 de abril). Internet chega a 80% das casas, e TV digital aberta cresce, diz IBGE. *UOL*. <https://bit.ly/34dM4tw>
- Guaraldo, L. (2018, 25 de fevereiro). Com projetos bizarros, Netflix ameaça virar uma TV por assinatura completa. *UOL*. <https://bit.ly/2Q0DDOU>
- Haas, N. (2013, 29 de janeiro). And the award for the next HBO goes to... *GQ*. <https://bit.ly/3sgb119>
- Hill, A. (2004). *Reality TV: Audiences and popular factual television*. Routledge.
- Hilmes, M. (2005). The bad object: Television in the American academy. *Cinema Journal*, 45(1), 111-117. <https://doi.org/10.1353/cj.2006.0008>
- Jang-soo, L., & Sae-jung, J. (Produtores executivos). (2021-presente). *Vincenzo* [Série de televisão]. Logos Film.
- Jaramillo, D. L. (2013). Rescuing television from ‘the cinematic’: The perils of dismissing television style. In S. Peacock & J. Jacobs (Eds.), *Television aesthetics and style* (pp. 67-75). Bloomsbury.
- Jeffries, S. (2013, 30 de dezembro). Netflix’s Ted Sarandos: The ‘evil genius’ behind a TV revolution. *The Guardian*. <https://bit.ly/3mO3RAj>
- Jenner, M. (2018). *Netflix and the re-Invention of television*. Palgrave MacMillan.
- Kang, J. M. (2017). Just another platform for television? The emerging web dramas as digital culture in South Korea. *Media, Culture & Society*, 39(5), 762-772. <https://doi.org/10.1177/0163443717709442>
- Katz, E. (2009). The end of television? *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 625(1), 6-18. <https://doi.org/10.1177/0002716209337796>
- Kelly, J. P. (2020). “This title is no longer available”: Preserving television in the streaming age. *Television & New Media*, online first, <https://doi.org/10.1177%2F1527476420928480>
- Kohan, J., Hess, S., & Herrmann, T. (Produtores executivos). (2013-2019). *Orange is the new black* [Série de televisão]. Lionsgate Television; Tilted.
- Kroll, N., Mulaney, J., Klein, J., Mantzoukas, J., Slate, J., Armisen, F., Rudolph, M., & Peele, J. (Produtores executivos). (2017-presente). *Big mouth* [Série de

- televisão]. Danger Goldberg Productions; Good at Bizness, Inc.; Fathouse Industries; Titmouse, Inc.
- Ladeira, J. D. M. (2019). O algoritmo e o fluxo: Netflix, aprendizado de máquina e algoritmos de recomendações. *Intexto*, (47), 166-184. <https://doi.org/10.19132/1807-8583201947.166-184>
- Leverette, M., Ott, B. L., & Buckley, C. L. (Eds.). (2008). *It's not TV: Watching HBO in the post-television era*. Routledge.
- Lexton, L., Rogan, T., & Reddy, S. (Produtores executivos). (2012-2014). *Here comes Honey Boo* [Série de televisão]. Authentic Entertainment.
- Lima, C. A., Moreira, D. G., & Calazans, J. C. (2015). Netflix e a manutenção de gêneros televisivos fora do fluxo. *MATRIZES*, 9(2), 237-256. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v9i2p237-256>
- Lobato, R. (2019). *Netflix nations: The geography of digital distribution*. NYU Press.
- Lorre, C., Molaro, S., Prady, B., & Kaplan, E. (2007-2019). *The big bang theory* [Série de televisão]. Chuck Lorre Productions; Warner Bros. Television.
- Lotz, A. D. (2007). *The television will be revolutionized*. NYU Press.
- Lotz, A. D. (2009). What is US television now? *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 625(1), 49-59. <https://doi.org/10.1177/0002716209338366>
- Lotz, A. D. (2017). *Portals: A treatise on internet-distributed television*. Michigan Publishing; University of Michigan Library.
- Lotz, A. D. (2020, 23 de julho). Why distinguish between commissions and acquisitions in analyzing SVODs? *Amanda Lotz*. <https://bit.ly/3abtqWS>
- Machado, A. (1999). Pode-se falar em gêneros na televisão? *Famecos: mídia, cultura e tecnologia*, 6(10), 142-158. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.1999.10.3037>
- Machado, A. (2011). Fim da televisão? *Revista Famecos*, 18(1), 86-97. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2011.1.8799>
- Masson, C., & Amaral, L. (2017, 10 de fevereiro). TV é coisa do passado. *IstoÉ*. <http://bit.ly/2PeJUG5>
- Meimaridis, M., Mazur, D., & Rios, D. (2020). The streaming wars in the global periphery: a glimpse from Brazil. *Series-International Journal of TV Serial Narratives*, 6(1), 65-76. <https://doi.org/10.6092/issn.2421-454X/10457>
- Meriwether, E., Kasdan, J., Chernin, P., Pope, K., Finkel, D., & Baer, B. (Produtores executivos). (2011-2018). *The new girl* [Série de televisão]. Meriwether Productions (episódios 1-3), Elizabeth Meriwether Pictures (episódios 4-146), American Nitwits, Chernin Entertainment, 20th Century Fox Television.

- Miller, T. (2009). A televisão acabou, a televisão virou coisa do passado, a televisão já era. In: J. Freire Filho (Org.), *A TV em transição: Tendências de programação no Brasil e no mundo* (pp. 9-26). Sulina.
- Mittell, J. (2011). TiVoing childhood: Time-shifting a generation's concept of television. In M. Kackman, M. Binfield, M. T. Payne, A. Perlman, & B. Sebok (Eds.), *Flow TV: Television in the age of media convergence* (pp. 46-54). Routledge.
- Molla, R. (2018, 21 de dezembro). Here are some of the most popular shows on Netflix: which may be leaving Netflix soon. *Vox*. <http://bit.ly/3rc8jt9>
- Newman, M. Z. (2016). Quality TV as Liberal TV. *Western Humanities Review*, 70(3). <https://bit.ly/2PnXbvV>
- Nunes, L. (2015, 21 de abril). O fenômeno Netflix e o futuro da TV. *Observatório da Imprensa*. <https://bit.ly/2RBa4Ec>
- Padiglione, C. (2020, 8 de abril). Com BBB no topo, audiência do Globoplay cresce 46% após início da quarentena. *Folha de S.Paulo*. <https://bit.ly/3tkYAm2>
- Parmeggiani, B. (2017). Questões epistemológicas no debate sobre o fim da televisão [Artigo apresentado]. *40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Curitiba, PR, Brasil. <https://bit.ly/3tGiojE>
- Penner, T. A., & Straubhaar, J. (2020). Títulos originais e licenciados com exclusividade no catálogo brasileiro da Netflix. *MATRIZES*, 14(1), 125-149. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i1p125-149>
- Peterson, R., & Kern, R. (1996). Changing highbrow taste: From snob to omnivore. *American Sociological Review*, 61(5), 900-907. <https://doi.org/10.2307/2096460>
- Poniewozik, J. (2014, 30 de outubro). The post-television tv era has begun. *Time*. <https://bit.ly/3ggzMBv>
- Rede Globo. (2020, 31 de agosto). Globoplay + canais ao vivo chega à plataforma em setembro. *Site de Imprensa*. <https://bit.ly/3sn9CG5>
- Rhimes, S., Heinberg, A., Reaser, A., Beers, B., Allen, D., Parriott, J. D., Renshaw, J., Rafner, J., Rater, J., Hodder, K., Vernoff, K., Gordon, M., Wilding, M., Noxon, M., Marinis, M., Horton, P., Corn, R., McKee, S., Mulholland, S., Phelan, T., Harper, W., & Clack, Z. (Produtores executivos). (2005-presente). *Grey's anatomy* [A anatomia de Grey] [Série de televisão]. Shondaland Productions (2005-presente); The Mark Gordon Company (2005-2018; Temporadas 1-14); Entertainment One Television (2018-presente; Temporada 15-presente); Touchstone Television (2005-2007; Temporadas 1-3); ABC Studios (2007-2020; Temporadas 4-16); ABC Signature (2020-presente; Temporada 17-presente).

- Robinson, M. J. (2017). *Television on demand: Curatorial culture and the transformation of TV*. Bloomsbury.
- Rodriguez, A. (2020, 28 de agosto). Brazil now has more Netflix subscribers than pay-TV households, according to Bernstein analysts. Here are 3 takeaways from their report about the key streaming market. *Business Insider*. <https://bit.ly/3jjBOPi>
- Salgado, E. (2017, 07 de setembro). Como a revolução do streaming mudou as TVs e Hollywood. *Exame*. <https://bit.ly/2OOnzzn>
- Sandoval, P. X. D. (2015, 18 de outubro). A TV será substituída pela internet assim como o celular fez com o fixo. *El País*. <https://bit.ly/3mLTuNi>
- Sandoval, P. X. D. (2019, 5 de março). Steven Spielberg ataca Netflix e reabre o debate sobre 'streaming'. *El País*. <https://bit.ly/2OQxiVS>
- Schneider, M. (2020a, 28 de julho). Emmys: Netflix dominates in 2020, with a whopping 160 nominations; HBO's 'Watchmen' leads programs. *Variety*. <https://bit.ly/3abk6lK>
- Schneider, M. (2020b, 20 de fevereiro). 'Friends' DVD, digital sales soar as it takes a break from streaming. *Variety*. <https://bit.ly/3tkSPou>
- Schur, M., Miner, D., Sackett, M., & Goddard, D. (Produtores executivos). *The good place* [O bom lugar] [Série de televisão]. Fremulon; 3 Arts Entertainment; Universal Television.
- Seacrest, R., Murray, J., Goldschein, G., Jenkins, J., Farjam-Chazan, F., Jenner, K., Kardashian, K., Kardashian West, K., & Kardashian, K. (Produtores executivos). (2007-presente). *Keeping up with the Kardashians* [Série de televisão]. Ryan Seacrest Productions; Bunim/Murray Productions.
- Sigiliano, D. M. V., & Borges, G. (2013). Social TV: A sinergia entre as hashtags e os índices de audiência. *Revista GEMInIS*, 4(2), 106-119.
- Silverman, B., Daniels, G., Gervais, R., Merchant, S., Klein, H., Kwapis, K., Lieberstein, P., Celotta, J., Novak, B. J., Kaling, M., Forrester, B., & Sterling, D. (Produtores executivos). (2005-2013). *The office* [Série de televisão]. Deedle-Dee Productions; 3 Arts Entertainment; Reveille Productions (2005-12); Shine America (2012-13); NBC Universal Television Studio (2005-07); Universal Media Studios (2007-11); Universal Television (2011-13)
- Sleman, E., Richards, J., Wilson, L., & Kolar, V. (Produtores executivos). (2020-presente). *Too hot to handle* [Reality show]. Talkback Productions.
- Spigel, L., & Olsson, J. (Eds.). (2004). *Television after TV: Essays on a medium in transition*. Duke University Press.
- Stark, S. D. (1997). *Glued to the set: The sixty television shows and events that made us who we are today*. Bantam Doubleday Dell.

- Starkman, P. (Diretor). (2018-presente). *Nailed it!* [Mandou bem] [Reality show]. Magical Elves.
- Strangelove, M. (2015). *Post-TV: Piracy, cord-cutting, and the future of television*. University of Toronto Press.
- Tefertiller, A. (2018). Media substitution in cable cord-cutting: the adoption of web-streaming television. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 62(3), 390-470. <https://doi.org/10.1080/08838151.2018.1451868>
- Teixeira S. J. (2017, 27 de abril). Como o furacão Netflix está transformando a televisão. *Exame*. <https://bit.ly/3e8AGnM>
- Thompson, R. J. (1997). *Television's second golden age: From Hill Street blues to ER*. Syracuse University Press.
- Tryon, C. (2015). TV got better: Netflix's original programming strategies and the on-demand television transition. *Media Industries Journal*, 2(2), 104-116. <https://doi.org/10.3998/mij.15031809.0002.206>
- Tse, Y. K. (2020). Black Ships? Locating Netflix in Taiwan and Japan. *JCMS: Journal of Cinema and Media Studies*, 59(3), 143-148. <https://doi.org/10.1353/cj.2020.0036>
- Uricchio, W. (2004). Television's next generation: Technology/interface culture/flow. In L. Spigel & J. Olsson (Eds.), *Television after TV: Essays on a medium in transition* (pp.163-182). Duke University Press.
- Van Esler, M. (2016). Not yet the post-TV era: Network and MVPD adaptation to emergent distribution technologies. *Media and Communication*, 4(3), 131-141. <http://dx.doi.org/10.17645/mac.v4i3.548>
- Vilela, M. (2017). A grade de programação ainda prende alguém? Apontamentos sobre a Social TV nas redes sociais. *Comunicação & Sociedade*, 39(1), 191-217. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n1p191-217>
- Williams, R. (1974). *Television: Technology and cultural form*. Fontana.
- Yorkey, B., Son, D., McCarthy, T., Wettels, J. G., Golin, S., Sugar, M., Gomez, S., Teefey, M., & Laiblin, K. (Produtores executivos). (2017-2020). *13 Reasons Why* [Série de televisão]. July Moon Productions; Kicked to the Curb Productions; Anonymous Content; Paramount Television.

Artigo recebido em 5 de outubro de 2020 e aprovado em 15 de março de 2021.

A “mulher louca” em *Game of Thrones*: Gênero e a crítica do pop no jornalismo

The “crazy woman” in Game of Thrones: Gender and criticism of pop in journalism

FELIPE VIERO KOLINSKI MACHADO MENDONÇA^a

Universidade Federal de Ouro Preto, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Ouro Preto – MG, Brasil

CHRISTIAN GONZATTI^b

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Leopoldo – RS, Brasil

RESUMO

Game of Thrones é uma série que revela complexidades na representação de personagens femininas. Tal percepção explodiu simbolicamente através do destino dado à personagem Daenerys Targaryen. Empreendemos, aqui, a partir da leitura de gênero, um mapeamento dos jornalismo que construíram críticas sobre a problemática implicada no destino da personagem. A partir da análise do discurso francesa, mapeamos e analisamos 49 textos. Percebemos como o feminino e o masculino atravessam a cultura pop, operacionalizada pelo jornalismo, acionando saberes sobre o gênero. Por fim, destacamos o jornalismo de cultura pop feminista como um espaço potente para discutir criticamente como o gênero está implicado na série.

Palavras-chave: Cultura pop, gênero, feminismo, jornalismo, *Game of Thrones*, crítica cultural

ABSTRACT

Game of Thrones is a series that reveals complexities in the representation of female characters. This perception exploded symbolically through the fate given to the character Daenerys Targaryen. We undertake, here, from the reading of gender, a mapping of the journalism that have built criticisms about the problematic involved in the character's destiny. From the French Discourse Analysis, we mapped and analyzed 49 texts. We perceive how the feminine and the masculine cross the pop culture, operationalized by journalism, triggering knowledge about the gender. Finally, we highlight feminist pop culture journalism as a powerful space to critically discuss how gender is implicated in *Game of Thrones*.

Keywords: Pop culture, gender, feminism, journalism, *Game of Thrones*, cultural critic

^a Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Ouro Preto. <https://orcid.org/0000-0002-8051-126X>. E-mail: felipeviero@gmail.com

^b Doutorando e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. <https://orcid.org/0000-0002-7923-8614>. E-mail: christiangonzatti@gmail.com

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v15i1p223-247>

INTRODUÇÃO

AS *CRÔNICAS DE Gelo e Fogo* consiste em uma série de livros escrita pelo estadunidense George Martin. O volume que dá origem à saga, intitulado *A Guerra dos Tronos* (Martin, 1996/2010), foi publicado pela primeira vez nos Estados Unidos, em 1996, tendo sido traduzido e publicado no Brasil apenas em 2010. Pensado inicialmente como uma trilogia, o projeto atual de Martin consiste em sete livros (cinco dos quais já estão publicados e dois ainda estão em fase de desenvolvimento). A obra em questão já foi traduzida para 47 idiomas e até 2015 teve mais de 60 milhões de cópias vendidas em diferentes países (Flood, 2015). Adaptada para a televisão a partir de 2011, pelo canal HBO, *Game of Thrones* (ou *GoT*) (Benioff et al., 2011-2019), igualmente, tornou-se um grande sucesso. A série, idealizada, produzida e dirigida por David Benioff e Daniel Brett Weiss, apresenta oito temporadas e a última, que trouxe o fecho da história em sua versão audiovisual, encerrou-se em maio de 2019.

Game of Thrones, assim como *As Crônicas de Gelo e Fogo*, é marcada por superlativos, sendo a série com maior audiência da história e também a que, apesar de ter custado mais caro, trouxe os maiores rendimentos e o maior número de premiações para uma emissora. Naquilo que se refere à audiência, apenas nos Estados Unidos, o primeiro episódio da última temporada foi acompanhado por cerca de 18 milhões de telespectadores (Koblin, 2019). Cada um dos seis episódios da oitava temporada custou, em média, 15 milhões de dólares. O lucro anual do canal, apenas a partir de *Game of Thrones*, entretanto, ultrapassa a cifra de 1 bilhão (“Game of Thrones’ Chega”, 2019). Apenas no Emmy, já considerando o ano de 2019, foram 59 vitórias, tornando-a a série mais premiada da história (“Awards & Nominations”, s.d.).

As Crônicas de Gelo e Fogo e *Game of Thrones*, sendo fenômenos *mainstream*, podem ser percebidos como representativos daquilo que se compreende como cultura pop. Tal qual salientam Soares (2014) e Janotti (2015), ao falarmos em cultura pop, fazemos menção a um *popular midiático* e a um *popular massivo*, ou seja, estamos nos referindo a produtos midiáticos voltados a um grande público e sob as premissas das indústrias da cultura. Nesse mesmo sentido, a cultura pop pode ser aqui compreendida como um termo aglutinador de um campo de tensões e de disputas simbólicas, o qual seria acionado por manifestações culturais populares/midiáticas advindas de múltiplos espaços. Ao mesmo tempo que a cultura pop diz de uma volatilidade de produtos culturais, os quais são atravessados por uma lógica mercadológica transitória, ela exerce “profunda influência no(s) modo(s) como as pessoas experimentam o mundo ao seu redor” (Sá et al., 2015, p. 9). Ainda que esteja ligada ao efêmero e ao passageiro, a cultura pop, da mesma maneira, desafia fãs e pesquisadores enquanto constelação afetiva contemporânea que diz sobre disputas materiais e simbólicas e construções identitárias.

De modo geral, a trama de *As Crônicas de Gelo e Fogo/Game of Thrones* se dá em um intrincado contexto, abordando aspectos variados, como sangrentas disputas políticas (acarretando inúmeras mortes, inclusive de personagens principais), embates entre diferentes religiões mono e politeístas, complexas relações familiares (assinaladas por incestos, traições/adultérios e assassinatos) e a presença cotidiana de um universo fantástico com o qual se convive/se disputa (magia, ressurreições, dragões e, posteriormente, um exército de mortos-vivos). A narrativa, cabe destacar, apresenta evidente inspiração na Europa medieval, envolvendo relações de dominação entre suseranos e vassallos, um controle que se dá sob lógica aristocrática, rígidos códigos de cavalaria e, também, em alguma medida, um lugar de subordinação destinado às mulheres (Burlamaque & Barth, 2017).

A história se passa, prioritariamente, em Westeros, continente localizado na parte ocidental do mundo conhecido, o qual é constituído por sete reinos não independentes que se reportam a um monarca que, de modo absolutista, governa. A região, ainda, é marcada por estações que podem durar décadas, alternando-se entre longos verões que trazem a fartura e, também, longos invernos que trazem a escassez e as ameaças advindas do sobrenatural. Além de Westeros, o cenário da trama também é composto por Essos (continente parcialmente explorado, com uma população percebida como exótica e que se separa de Westeros pelo Mar Estreito) e pela região Além da Muralha, a qual, desde um primeiro momento, sabe-se ser habitada pelo Povo Livre (ou selvagens, em uma perspectiva colonial) e por criaturas mágicas (os Caminhantes Brancos e o exército de mortos-vivos que marcha ao lado destes). As batalhas pelo trono de ferro (símbolo do controle sobre o continente) pelas famílias mais ricas e poderosas ou por aqueles que julgam que a ele têm direito, as intrigas que se dão na capital, King's Landing, e nos demais reinos e o avanço de um exército de mortos-vivos que cresce a cada dia costuram um enredo que traz fortemente, ainda, potentes discussões sobre identidade e diferença, domínio físico/simbólico e resistência e gênero e sexualidade.

Embora consista em uma narrativa fantástica, tal qual destacam diferentes pesquisas que voltaram sua atenção à trama de *As Crônicas de Gelo e Fogo/Game of Thrones* (Couto, 2015; Frankel, 2014; Gjelsvik & Schubart, 2016; Hartnett, 2016; Laurie, 2015; Marques, 2019; Penkala et al., 2014; Tarnowski, 2019), as questões mobilizadas, em especial no que se refere às discussões sobre gênero e sexualidade, são amplas, colocando em disputa, além do universo ficcional, aspectos contemporâneos, como, de modo mais geral, patriarcado (Connell, 2016), homofobia (Borrillo, 2010) e racismo (Davis, 2016) e, de modo mais específico, tortura, cárcere, violência de gênero, estupro e feminicídio.

Na pesquisa aqui relatada, a partir de críticas culturais produzidas no âmbito jornalístico – advindas de portais noticiosos/páginas de jornais, como *El País* (versão brasileira), *Público*, *Folha de S.Paulo* e *Gaúcha ZH*) – e, de modo mais específico, no escopo do jornalismo de cultura pop (Gonzatti, 2017) – em sites como *Omelete*, *Minas Nerd*, *Jovem Nerd* e *Site dos Geeks* – em relação ao desfecho da personagem Daenerys Targaryen, objetiva-se perceber vestígios que sinalizem questões relativas a gênero¹. A questão mobilizadora deste estudo, pois, é compreender a partir do destino de Daenerys, abordado nesses textos, os discursos mobilizados/construídos acerca das problemáticas de gênero, percebendo também como os diferentes jornalisismos (hegemônico, de cultura pop/de cultura pop feminista e o independente)² agem discursivamente diante desses processos.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa inspira-se na análise de discurso francesa (AD). Toma como corpus de análise, para essa empreitada, 49 críticas veiculadas em diferentes portais. Cabe, então, ainda que brevemente, explicar como se deu a coleta desse material. Buscando pelos termos “Daenerys Targaryen” e “crítica” (primeiro sobrepostos, depois apenas com o nome da personagem, em português) no Google (com o navegador no modo anônimo, para diminuir a ação de personalização algorítmica sobre os resultados), encontramos aproximadamente 365 mil referências. Restringindo o período ao mês de maio, quando foram veiculados os últimos episódios da série e, portanto, a maior parte das críticas, e analisando somente as cinco primeiras páginas nas duas buscas, selecionamos todos os materiais que se enquadravam em uma discussão crítica/opinativa.

Torna-se igualmente fundamental, ainda a nível introdutório, apresentar a personagem que aqui nos mobiliza. Daenerys Targaryen (em *Game of Thrones* interpretada pela atriz Emilia Clarke) é, em um primeiro momento, uma princesa de 13 anos exilada em Essos. Ela é bela, magra, com cabelos muito claros, quase brancos. Filhos do Rei Aerys II Targaryen, destituído do trono em revolução perpetrada por Robert Baratheon, ela e seu irmão mais velho desde muito jovens mudam-se continuamente a fim de evitar assassinatos políticos. Viserys, seu irmão, articula seu casamento com Kahl Drogo, um dos líderes dos Dothraki (população nômade e guerreira), com o intuito de assumir o controle de seu exército e, então, tomar o poder em Westeros. Viserys e Drogo, entretanto, não sobrevivem ao primeiro livro/primeira temporada e, ao longo dos próximos livros/episódios, Daenerys torna-se a mãe dos dragões – uma vez que consegue trazê-los à vida a partir de ovos que estavam petrificados –, Khaleesi – título originalmente designativo para a esposa de um Kahl, mas que, em Daenerys, torna-se referente não ao posto de consorte, mas de soberana – e Mhysa/Quebradora de Correntes – títulos advindos do seu combate à escravidão em Essos e à libertação de escravos e de Imaculados (soldados escravos). Com um

¹ Sublinhamos, desde já, a necessidade da proposição de uma categoria sobre a crítica cultural feminista da cultura pop tendo em vista os dados que emergiram do núcleo problemático e dos arranjos metodológicos do artigo.

² Tais definições, cabe ressaltar, foram estabelecidas por nós, a partir de pesquisas já desenvolvidas (Gonzatti, 2017) e ainda em desenvolvimento. Definições sobre cada uma dessas categorias são trabalhadas ao longo do texto.

grande exército (três dragões adultos, guerreiros Dothraki e Imaculados, os quais a apoiam, mesmo que não mais em um regime de escravidão, Daenerys retorna à Westeros, passa a ocupar a Pedra do Dragão (antiga base da família Targaryen) e, buscando aliados entre as grandes famílias do continente, objetiva tomar para si o trono que considera seu legitimamente.

Estupro (na série audiovisual), o nascimento de um filho natimorto/disforme, sequestro, cárcere e inúmeras tentativas de assassinato são algumas das questões que também constituem a trajetória de Daenerys. Na oitava temporada de *Game of Thrones*, Daenerys, após lutar em Winterfell (reino mais ao norte) contra os Caminhantes Brancos e o exército dos mortos, dirige-se à King's Landing para assumir o trono de ferro. Mesmo diante da desistência do exército inimigo, Daenerys destrói a cidade de modo impiedoso. No último episódio da saga, Jon Snow, sobrinho, amante e apoiador de Daenerys, aproxima-se dela e, de maneira inesperada, a assassina.

Nesse contexto, as relações entre feminismo e cultura pop, no artigo, são estabelecidas a partir das representações de gênero em *Game of Thrones* e no fazer ativista engendrado por determinados portais jornalísticos que compõem os dados analisados. Os próximos tópicos, antes da análise, buscam aprofundar esses encadeamentos.

SOBRE PROBLEMAS E REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO EM GAME OF THRONES

Conforme já mencionado na introdução deste texto, e destacado a partir de outras pesquisas que também voltaram sua atenção às questões de gênero e de sexualidade nas narrativas de *As Crônicas de Gelo e Fogo/Game of Thrones*, a trama fantástica mobiliza, continuamente e de modo central, discussões acerca dos lugares permitidos e interditados aos homens e às mulheres, designa sanções específicas quando eles ou elas rompem com o que se toma como norma/padrão e estabelece possibilidades de circulação de discursos sobre tais temáticas, contemporaneamente e para além da ficção.

Indo ao encontro das proposições de Woodward (2000), a representação, compreendida como processo cultural, consiste em um aspecto central nas discussões sobre identidade e diferença. Ancorada em perspectivas advindas dos *estudos culturais*, Woodward (2000) postula que a representação, ao incluir as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, torna-se fundante naquilo que se refere ao estabelecimento de identidades individuais e coletivas e para que, a partir de tal contexto, determinadas questões possam também ser respondidas: “Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de

representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (p. 17).

Fischer (2002), ao discutir o que denomina de “dispositivo pedagógico da mídia”, salienta que a televisão, sendo partícipe do processo de constituição de subjetividades, age no sentido de ensinar aos seus públicos os modos de ser e estar na cultura. Fischer (2002), então, diz que, na forma de aparatos discursivos e não discursivos, esse dispositivo incitaria continuamente um discurso sobre si mesmo e uma permanente revelação de si próprio.

Tal qual ressaltam Gjelsvik e Schubart (2016), em introdução do livro *Women of Ice and Fire: Gender, Game of Thrones and Multiple Media Engagements*, ainda que existam diversos aspectos potentes naquilo que se refere à saga, os modos plurais a partir dos quais se dá a representação das múltiplas personagens femininas consistem em um ponto relevante a ser considerado. De acordo com as pesquisadoras, as mulheres, em *As Crônicas de Gelo e Fogo/Game of Thrones*, recebem grande atenção, gerando incômodos, fascínios e acalorados debates que sinalizam tanto um lugar de protagonismo e empoderamento feminino quanto, ao mesmo tempo, de exploração desses corpos e reiteração de uma lógica machista e patriarcal. Trazendo mais de trinta narradores em primeira pessoa, dos quais metade são mulheres, desde *As Crônicas de Gelo e Fogo* até *Game of Thrones* é possível perceber as mulheres da saga como figuras complexas, multifacetadas e intrigantes, as quais ainda que em alguma medida reiterem determinados estereótipos de gênero, também avançam em relação a estes (Gjelsvik & Schubart, 2016).

Frankel (2014), em *Women in Game of Thrones: Power, Conformity and Resistance*, destaca que Martin afirma assumir uma posição, enquanto escritor, de promoção de um empoderamento feminino. “Considero homens e mulheres igualmente humanos – sim, existem diferenças, mas muitas dessas diferenças são criadas pela cultura em que vivemos, seja a cultura medieval de Westeros ou a cultura ocidental do século XXI”³ (Martin citado por Frankel, 2014, p. 2). Dados igualmente interessantes trazidos por Frankel (2014) sinalizam que parcela expressiva do público de *Game of Thrones* é composta por mulheres (40%) e que cerca de 50% das discussões on-line sobre a série seriam feitas por fãs mulheres.

Penkala et al. (2014) e Hartnett (2016), ao voltarem a atenção de modo mais específico a Daenerys, sinalizam como, no escopo da narrativa literária/audiovisual, a personagem constitui-se a partir de múltiplos arquétipos/papéis (puta, guerreira, mãe e louca) e, ainda, como uma lógica neocolonialista e imperialista marca o arco narrativo da Quebradora de Correntes, dando a ver a potência em estudá-la à luz dos estudos de gênero/teorias feministas.

Ainda que de modo pontual, é importante recuperar as discussões de Butler (2012) acerca do sexo e do gênero. Butler, em 1990, ao publicar *Gender Trouble*,

³No original: “I regard men and women as all human – yes there are differences, but many of those differences are created by the culture that we live in, whether it’s the medieval culture of Westeros, or 21st century Western culture”. Esta e demais traduções, dos autores.

parte do pressuposto de que sexo e gênero consistem em construções culturais. Butler, então, não se limitou a radicalizar uma perspectiva antiessencialista, mas, mais do que isso, partindo de uma reconsideração sobre a oposição entre natureza e cultura, ela teria recusado a habitual transposição disso para o sistema sexo/gênero. “No lugar de tomar o sexo como uma forma de passividade material sobre a qual se edificariam . . . os caracteres genéricos, [Butler] reconsidera o próprio sexo como um lugar a mais ao questionar de uma perspectiva genealógica”⁴ (Pérez Navarro, 2008, p. 113).

Longe de serem substâncias permanentes, portanto, tais categorias teriam a sua coerência e relação estabelecida a fim de garantir a manutenção daquilo que Rich (2010) definiu como “heterossexualidade compulsória”. “Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a natureza sexuada ou um sexo natural é produzido e estabelecido como pré-discursivo” (Butler, 2012, p. 25).

Tomando, então, o gênero como um contínuo fazer, um devir e uma atividade, e aproximando-se da noção de performatividade, com base em Austin (1962), Butler (2012) dirá que ele se mostra “performativo no interior do discurso herdado da metafísica da substância – isto é, constituinte da identidade que supostamente é” (p. 48), consistindo em uma repetição que se dá no corpo, dentro de um quadro regulado e controlado, e que, ao longo do tempo, adquiriria a aparência de uma naturalidade. Sendo a verdade interna do gênero uma fabricação, e, por conseguinte, sendo o gênero uma fantasia replicada nos corpos, ele não pode ser nem verdadeiro e nem falso, mas sim produzido como um “efeito de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável” (p. 195).

Nesta perspectiva, os atos performativos, replicados socialmente, atuam sobre os corpos inscrevendo corporalidades, ou seja, qualidades corporais múltiplas que são acionadas nas urgências das formas de expressão e interação. Cabe ressaltar que, ainda que corresponda a uma construção discursiva e política, o gênero enquanto identidade (Hall, 2000) é efetivo e material, demarcando lugares de poder, submissão e resistência, os quais, mesmo que de distintos modos, afetam tanto a homens quanto a mulheres. Daí advém, igualmente, a relevância de refletir acerca das representações midiáticas de tais tensões e sobre como os diferentes jornalisismos as percebem/encaram.

A CRÍTICA CULTURAL/JORNALÍSTICA DO POP EM PERSPECTIVA DE GÊNERO

É importante apontar que a crítica cultural, com diferentes matrizes e complexidades, pode ser pensada como uma prática que se dá no âmbito acadêmico/

⁴No original: “En lugar de tomar al sexo como una forma de *pasividad material* sobre la que se edificarían . . . los caracteres genéricos, reconsidera al propio sexo como un lugar más al que cuestionar desde una perspectiva genealógica”.

científico, mediante teorias críticas, e no campo jornalístico, em plataformas como as revistas e os jornais. Ambas as perspectivas, em relação à cultura pop e aos estudos de gênero, entrecruzam-se historicamente e nos interessam aqui.

Nos feminismos, a crítica cultural teve como primeiro foco a literatura, sendo a representação das mulheres um de seus conceitos-chave. Showalter (1981), com o termo ginocrítica, defendia os usos que o pensamento feminista deveria fazer da literatura, construindo uma tradição literária feminina, com temáticas que lidam com vivências de mulheres, e resgatando o apagamento histórico de escritoras por consequência de uma sociedade patriarcal. Em *The Madwoman in the Attic*, obra de 1979, Gilbert e Gubar (1979/2000) analisam a personagem Bertha Rochester, do romance *Jane Eyre* (1847), escrito por Charlotte Brontë. Na leitura feita pelas autoras, Bertha, ao ser escondida da sociedade pelo seu marido por se tornar excessiva para os padrões masculinos, simboliza a vulnerabilidade daquilo que foi historicamente marcado como feminino em uma sociedade patriarcal. A “louca no sótão” se torna, portanto, uma analogia para as experiências femininas sob o poder masculino.

Cixous (1997) propõe, ao perceber a maneira como as mulheres foram historicamente invisibilizadas e tiveram a sua performatividade de gênero engendrada ao patriarcado, uma *écriture féminine*. Em sua proposta, as mulheres devem escrever sobre si mesmas, sobre outras mulheres, e levar outras a escrever, construindo representações através de lentes femininas. Os desdobramentos dessa discussão, dentro da teoria crítica, podem levar a uma noção essencialista, pautada pelo discurso médico e biológico, do que é ser mulher. Cabe, no entanto, percebermos que a crítica cultural, que emerge no ativismo e na academia, mas que também é espalhada por revistas feministas, plataformas da gênese de um jornalismo feminista (Esmítiz, 2019), teve a ficção literária como um *locus* importante para a construção de saberes sobre o gênero.

A crítica cultural, cara ao feminismo, é também uma das principais marcas do jornalismo cultural, como destaca Piza (2004). Ballerini (2015) traça uma história da crítica cultural, que ganhou força no século XVIII, tendo como foco principalmente a literatura, e tinha como objetivo legitimar uma cultura burguesa. O autor apresenta nomes importantes do jornalismo cultural, como Oscar Wilde e Edgar Allan Poe. Em cenário brasileiro, o jornalismo cultural nasce no século XIX, na sessão “Armazém Literário”, do *Correio Braziliense*. Fazer emergir estruturas e discursos presentes nas mídias, através das lentes críticas, possibilita a adoção de uma postura que rompe com a inércia e resgata a reflexão proposta pelas artes eruditas ao longo da história (Piza, 2004).

No século XX, o jornalismo cultural passa a ser menos opinativo e mais focado em reportagens e notícias, com maior divisão de gêneros jornalísticos.

Nesse período, com a consolidação de uma indústria midiática forte no Brasil, os suplementos culturais começam a ter predominância mercadológica. Nesse sentido, selecionar, hierarquizar e apontar o que é mero entretenimento e o que pode trazer em si aspectos de uma arte mais erudita e reflexiva, aparece como enfoque do jornalismo cultural, conforme discute Rossetti (2015).

Esses apontamentos são retomados por Monteiro e Soares (2014), que, ao analisarem a cobertura jornalística em torno de Madonna, notam que os jornalistas julgam produções de acordo com o seu repertório, não levando em consideração características e especificidades contextuais da música pop. Postulam, assim, uma área no jornalismo cultural capaz de romper com lógicas puristas e que o defendem prioritariamente como espaço de cobertura da cultura erudita ou popular, próxima da folclórica – a autora e o autor reivindicam, então, um lugar para pensar a cobertura e crítica da cultura pop.

A partir desse resgate conceitual e histórico, foi proposto um espaço de distinção entre o jornalismo cultural que se empenha em acionar as lentes críticas para olhar diferentes expressões artísticas e culturais e os territórios que se dedicam à cultura pop. No jornalismo de cultura pop (Gonzatti, 2017), portanto, o que advém do pop passa a ser olhado além do esvaziamento, embora muitas das práticas percebidas em torno desse fazer sejam, muitas vezes, desprovidas de criticidade e demasiadamente alinhadas às lógicas das indústrias culturais (ver Gonzatti, 2017). Assim, no contexto brasileiro, são percebidas sete categorias do exercício desse jornalismo: música pop, celebridades, cinema e séries, *geek/nerd/otaku*, telenovelas, humor e geral (que se ocupa de todas as categorias). São percebidos, também, dois vínculos de produção: fãs e fãs ativistas. Em ambos os vínculos, o ativismo de fãs (Amaral et al., 2015) está presente, seja pela maneira como a cobertura da cultura pop é feita, priorizando discussões e informações que o jornalismo hegemônico – de portais mais convencionais e voltados à pautas gerais, como, por exemplo, o G1 – não compreende por não ter jornalistas que também fazem parte de comunidades de fãs – o ativismo aí estaria presente na maneira como fãs se apropriam das tecnologias da comunicação para construir os seus próprios veículos informativos –; seja na construção de textos críticos que resgatam a prática da crítica cultural feminista para ler, não somente a literatura, mas as produções da cultura pop – em iniciativas como as do *Delirium Nerd*, que se estrutura como um espaço para a construção de crítica das produções da cultura pop em perspectiva de gênero⁵.

Silva (2014), ao estudar o jornalismo hegemônico, percebeu, pelas lentes de gênero, que valores historicamente atribuídos como masculinos e heteronormativos são predominantes. O *furo jornalístico*, a razão em detrimento da emoção, a força do fator econômico e a negação da diversidade são, pois,

⁵ Não queremos afirmar com essas colocações que não há pautas e categorias em torno da cultura pop naquilo que estabelecemos como jornalismo hegemônico. Pelo contrário, elas existem e têm visibilidade. Ao distinguirmos o jornalismo hegemônico, o jornalismo de cultura pop/ jornalismo de cultura pop com vinculação ativista (feminista, por exemplo) e o jornalismo independente, estamos nos referindo a portais com maior visibilidade, que se configuram como grandes empresas e possuem foco em muitas categorias de notícias – e são, portanto, hegemônicos no contexto brasileiro –, a portais focados exclusivamente em diferentes temas oriundos da cultura pop que realizam pautas mais próximas de comunidades de fãs (análise de vídeos e de *trailers*, por exemplo) e também àqueles que utilizam a cultura pop para exercer algum ativismo, como é o caso dos que se dedicam à crítica feminista da cultura pop, e a portais que não são focados em cultura pop, mas não estão vinculados a grandes empresas/interesses comerciais, respectivamente. Para mais informações, consultar Gonzatti (2017).

alguns exemplos. As críticas de produções pop podem apontar para esse mesmo caminho. Segundo um estudo (“Report Critics”, 2018) realizado pela USC Annenberg School for Communication and Journalism, a maioria esmagadora de críticas feitas em sites como o *Rotten Tomatoes* é realizada por homens. De 19.559 matérias analisadas na pesquisa, 77,8% eram de homens. No *Top Critics*, onde ficam as *reviews* de grandes portais, os homens correspondiam a 76% dos autores dos textos. O estudo, ainda, acrescenta que dos cem maiores filmes em bilheteria do ano de 2017, 67% dos principais críticos eram homens brancos, menos de 25% eram mulheres brancas, 10% eram homens negros e apenas 2,5% eram mulheres negras. Questionamos, como uma provocação que atravessa o problema de pesquisa, se a predominância de performatividades de gênero mais próximas do masculino e da branquitude corroboram a invisibilidade das lentes de gênero. Interessa-nos, assim, olhar a crítica cultural do pop desdobrada por diferentes plataformas na contemporaneidade – em veículos hegemônicos, independentes – que estamos entendendo como portais de teor colaborativo, de ONG ou ativistas, sem vínculos diretos com fãs e a cultura pop – e os de cultura pop – incluindo os que desenvolvem uma cobertura feminista da cultura pop.

A ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA COMO APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO

O discurso, tal qual lembra Foucault (2007), é aqui percebido não apenas como aquilo que oculta ou que manifesta o desejo, mas como o próprio objeto. Sob essa perspectiva ele tampouco se resumiria à tradução dos sistemas de dominação, mas consistiria em sua própria motivação. Compreende-se, ainda, o discurso como o trânsito dos sentidos, o mover dos significados e o espaço de errância dos sujeitos (Orlandi, 2009).

Considerando que, dentro de dado cenário, nem tudo pode e nem tudo deve ser dito, o discurso funciona igualmente via materialização daquilo que diz – e via materialização daquilo que não diz e, portanto, silencia –, como espaço de observação das disputas ideológicas que assinalam a consolidação dos significados (Pêcheux, 1997).

Recuperando as proposições de Charaudeau e Maingueneau (2008), é possível constatar que as análises de discurso têm origem transnacional e plural, dificultando a precisão de um ato fundador. Sobre a AD em específico, os autores apontam que ela teria surgido em meados dos anos 1960, tendo como base a associação de uma linguística estrutural à noção de ideologia e à psicanálise.

Pêcheux (1997), autor mais representativo dessa corrente, ao falar sobre as três épocas que assinalariam o desenvolvimento da AD, ressalta diferentes elementos

desse percurso. De um primeiro momento, marcado por uma concepção da produção discursiva como “uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma” (p. 311) e assinalada pelos esquecimentos do sujeito, passa-se a um outro instante em que se atribui uma centralidade ao conceito de formação discursiva (FD) e à perspectiva de retomada dos *já-ditos*. A centralidade das questões da heterogeneidade, a qual seria uma característica constitutiva de todo e qualquer dizer, a importância do gesto interpretativo e o caráter de acontecimento do discurso já seriam marcas de uma terceira e última fase. É importante discutir a noção de FD, uma vez que ela será, posteriormente, no instante das análises, operacionalizada. Para Foucault (2012) uma FD está relacionada à regularidade, à ordem e às correlações que, mediante certo número de enunciados e um semelhante sistema de dispersão, puderem ser observadas e descritas. Pêcheux (1997), ao estabelecer nexos com o que é exterior a essa formação e acionar o conceito althusseriano de ideologia, permite que se desenvolva a perspectiva de que as FD representariam, na linguagem, as formações ideológicas que, então, lhes seriam correspondentes.

O conceito de ideologia, central nos trabalhos produzidos a partir dessa matriz, advém da obra de Althusser (1974), para quem a ideologia “representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (p. 77). Será assim, pelo viés da ideologia, que os indivíduos de fato serão interpelados em sujeitos. Assim, ao encarar o jornalismo como um discurso que, ao mesmo tempo, é leitor e hiperprodutor de uma grande conversação (Fausto Neto, 1999), é compreensível que se recorra à AD como uma forma possível de constatar e analisar os significados daí provenientes. Benetti (2016) sugere que a análise de discurso seja tomada como um dos possíveis dispositivos metodológicos para a pesquisa em comunicação.

Benetti (2016) define, então, quatro abordagens produtivas a partir das quais a AD poderia ser mobilizada. Sumariamente, a análise dos sujeitos (1) refletiria sobre quem fala e para quem se fala; a análise do silenciamento (2) abordaria, tendo em vista aquilo que pode e aquilo que não pode ser dito em dadas condições, o que é silenciado; a análise da estruturação do discurso (3) abordaria os modos pelos quais o discurso se organiza, levando em conta, por exemplo, como se estabelecem lugares de fala e de injunção à interpretação; a análise de sentidos (4), aqui desenvolvida, refere-se à busca pelas marcas discursivas que permitam estabelecer regularidades e, para além da superfície textual, as formações ideológicas correspondentes. Nos trabalhos aí inseridos, como procedimento metodológico, faz-se necessário extrair do corpus fragmentos significativos (chamados então de sequências discursivas) que apontem para respectivas formações ideológicas por meio dos sentidos percebido nesses fragmentos. As sequências discursivas são trechos intencionalmente selecionados,

à luz de uma determinada questão de pesquisa, pelos pesquisadores – podendo ser numeradas para facilitar a construção do corpus.

E O QUE, AFINAL, A CRÍTICA CULTURAL/JORNALÍSTICA TEM A DIZER SOBRE DAENERYS TARGARYEN?

Com base na coleta dos 49 textos que compuseram nosso corpus, e inspirando-nos teórica e metodologicamente na AD, empreendemos um exercício de análise dos sentidos, tal como sugere Benetti (2016).

Os textos, veiculados entre os dias 5 de maio de 2019 e 29 de maio de 2019, foram numerados em ordem crescente, do primeiro ao último. A partir deles, foram coletadas 108 sequências discursivas, ou seja, trechos que contivessem elementos capazes de responder à questão aqui suscitada (Benetti, 2016). As sequências, é igualmente importante ressaltar, também foram numeradas em ordem crescente.

Ao longo desses movimentos de coleta, leitura, tabulação e recorte de sequências, percebeu-se a existência de três núcleos centrais de sentido, ou seja, três grandes FD que, a partir desses textos, mobilizaram/constituíram significados que dizem de disputas materiais e simbólicas mais amplas.

A primeira (FD01), a qual se mostrou hegemônica, englobando 56 sequências discursivas (de um total de 108 e, portanto, 51,85% do corpus coletado), relacionou o destino de Daenerys e, por conseguinte, seu comportamento no final da série, a uma lógica machista e patriarcal que atravessava/constituía a saga e, em especial, a sua adaptação para a televisão. Denominadas por nós de *Dracarys no machismo de GoT*, em alusão à fala de Daenerys que incitava seus dragões a lançarem fogo, as sequências então incluídas, de um ponto de vista político e feminista, observaram na incoerência do desfecho do arco narrativo da Quebradora de Correntes um indicativo concreto de misoginia e uma ilustração da desqualificação da mulher a partir da lógica da loucura e da incapacidade de lidar com situações complexas. Exemplos de algumas das sequências então coletadas servem de ilustração.

Apesar de Daenerys não ser minha personagem favorita, me horroriza ver como ela passou tantas temporadas tendo que provar o tempo todo que ela é uma líder e merece respeito, para ser transformada em louca da palestra. Isso parece ainda mais incoerente quando consideramos que George R. R. Martin se descreve como um feminista e a série (apesar dos erros dos produtores) não esconde essa visão de mundo do autor, com a presença de personagens como Daenerys, Arya, Brienne, Catelyn, Cersei, Sansa e tantas outras. (Monteiro, 2019, para. 9) (Clarissa Monteiro, *Minas Nerds*) (T03 SD11)⁶

⁶ Faz-se necessária uma justificativa para o modo de citação das sequências. Além da citação conforme as normas técnicas, acrescentamos a essas informações o primeiro nome do autor/da autora da crítica a fim de evidenciar seu gênero (questão que é extremamente relevante nesta pesquisa) e o veículo/portal em que o texto em questão foi publicado (algo igualmente importante em nossos movimentos de análise).

A informação que segue refere-se ao número do texto (T01, T02, T03...) e ao número da sequência (SD01, SD02, SD03...).

Ao posicionar Jon como o governante mais aceitável, a série está voltando aos seus primórdios patriarcais, desfazendo o arco de caráter heroico de Daenerys Targaryen. . . . a série nos lembra da ginástica mental que as pessoas passam no mundo real para declarar mulheres incapazes de manejar situações de poder. (Carvalho, 2019, para. 8) (Débora Carvalho, *Garotas Geeks*) (T10 SD26)

Emilia Clarke merecia mais que um par de míseros primeiros planos de raiva contida em um capítulo agônico. Não pudemos vê-la. O rugido de seu dragão, essa simbólica metamorfose animal da Rainha Louca, foi praticamente a única informação dada ao telespectador sobre sua guinada maléfica. Talvez nunca precisasse ser a heroína feminista que todos acreditávamos, mas uma reviravolta no roteiro bem vale a decepção global que arrastam os que sonharam em ser Khaleesi em vez de princesa. (Ramirez, 2019, para. 4) (Noelia Ramirez, *El País*) (T25SD62)

Do nada, sentimo-nos traídos pela série que tanto amamos e idolatramos. E se sua imprevisível insanidade foi injusta, mais ainda foi sua morte. Assassinada nos braços de seu “amor”. A aniquilação de uma personagem incrível e de todo o seu desenvolvimento. Quando Robert Baratheon autorizou a morte de uma criança (o filho do açougueiro na primeira temporada), por ter entrado em uma brincadeira com Joffrey, ninguém o acusou de louco. Quando o próprio Joffrey realizou atos horrendos, não foi louco. Quando Stannis Baratheon matou sua própria filha, ninguém o ditou louco. Quantos homens realizaram ações terríveis, mas quando a mulher o faz, aí sim é louca. Ciumenta, desequilibrada, histérica. Louca. Louca. Louca. (Carvalho, 2019, para. 8) (Isa Carvalho, *Quarta Parede Pop*) (T46 SD 97)

Os roteiristas forçaram a transformação de Daenerys, a Quebradora de Correntes, em genocida, fizeram com que a rainha que prometeu acabar com as guerras terminasse prometendo mais guerras. A guinada deixou todos que acompanhavam a série atônitos, e não sem razão. Foi uma guinada forçada para cumprir uma moral bem estabelecida no mundo de hoje: revolucionários, sonhadores, radicais que têm um projeto de sociedade não devem ser seguidos, são apenas tiranos em potencial. (Pimenta, 2019, para. 9) (João Jorge Pimenta, *Diário Causa Operária*) (T48 SD 104)

Para “Game of Thrones”, mulher poderosa chega ao poder de forma silenciosa e aguenta a violência sob a justificativa de que isto a torna mais forte. Enfrentar a violência lutando é coisa de mulher instável, mulher perigosa. Enfim, por mais que o destino final de Sansa seja um dos poucos pontos positivos do final da série, quando analisado num contexto maior, reforça muitos estereótipos. (Bastos, 2019, para. 42) (Athena Bastos, *Delirium Nerd*) (T49 SD108)

A primeira sequência trazida integra um texto de Clarissa Monteiro, para o portal *Minas Nerds* (<http://minasnerds.com.br>). Surgido em 2015, *Minas Nerds* apresenta-se como tendo por objetivo reparar um apagamento no mercado jornalístico/informativo brasileiro: mulheres que consomem cultura pop. *Minas Nerds*, então, é produzido por mulheres e voltado, principalmente, para elas (dados expostos na própria página indicam que cerca de 60% de seu público é feminino e que 80% dele tem entre 18 e 35 anos de idade). Discussões de gênero, a partir de um ponto de vista feminista, são comuns na página. A SD11, pois, evidencia um incômodo com a trajetória de Daenerys, então percebida como uma personagem que, constantemente, precisou provar sua capacidade – a qual foi, na percepção de Monteiro, comprovada –, mas que, em uma lógica machista – que contrariaria os próprios ideais do autor de *As Crônicas de Gelo e Fogo* –, terminou como louca.

Ponto de vista semelhante está presente na SD26, a qual integra o texto de Débora Carvalho para o *Garotas Geeks* (<http://www.garotasgeeks.com>). *Garotas Geeks*, blog fundado em 2010, apresenta-se como um portal informativo sobre cultura pop marcado por uma visão feminina e empoderada. Tal qual destacam em seu *media kit* (<http://www.garotasgeeks.com/about/media-kit/>), a equipe é composta apenas por mulheres e, em relação ao público leitor, 75% dele é feminino, cerca de 45% têm idade entre 17 e 27 anos e cerca de 70% localizam-se nas regiões Sul e Sudeste. O número mensal de *page views* do *Garotas Geeks* é superior a um milhão. A SD26 ressalta o quanto a narrativa da desestabilização de Daenerys (e a relativa representação de Jon como sendo um governante mais apropriado) encontra ecos em um cotidiano patriarcal que, para além da ficção fantástica, ensina mulheres a não se sentirem capazes de ocupar determinados cargos/posições.

A SD62 faz parte do texto publicado por Noelia Ramirez, para o portal *El País* (<https://brasil.elpais.com>). A autora lamentou o modo limitado (e frágil) pelo qual a suposta loucura de Daenerys teria sido construída, questionando a trajetória de heroína que reverbera ideais feministas à supervilã, tirana, sem piedade. Para a autora, revela-se, nesse processo, uma narrativa mitológica que deseja decapitar as mulheres que põem em perigo a ordem do poder masculino (Ramirez, 2019). A versão brasileira do *El País* (jornal espanhol) traz, em sua versão digital, notícias e textos informativos (tais como críticas) sobre questões de interesse público em geral. O site não traz informações específicas (como um *media kit*) que permitam traçar um perfil (especialmente acerca de público) mais particular. Em suas redes sociais, entretanto, *El País Brasil* possui cerca de 2 milhões de seguidores.

A SD97 compõe uma crítica escrita por Isa Carvalho para o portal *Quarta Parede Pop* (<https://quartaparedepop.com.br>). Surgida em 2016, a página

informativa/jornalística volta-se, prioritariamente, ao universo do entretenimento e, mais especificamente, ao segmento do audiovisual. Na sequência então trazida como ilustração, elenca-se uma série de personagens masculinas de *GoT* (tais como Joffrey) que perpetraram atos de crueldade e que, nem por isso, foram considerados insanos, ao passo que à mulher, conforme diz Isa, o rótulo da histérica, da desequilibrada e da louca é continuamente reiterado.

O portal colaborativo e independente *Diário Causa Operária* (<https://www.causaoperaria.org.br/>) está vinculado ao partido político PCO (Partido da Causa Operária). Surgiu em 2003 como um órgão do jornal *Causa Operária*, que nasceu em 1979, produto das mobilizações operárias que derrubaram a ditadura militar. Tem como foco ser uma publicação revolucionária, socialista, com o objetivo de defender a classe operária. Na sessão colunistas, foi possível localizar apenas homens. A SD104 entende que a cultura pop, e nesse caso, a narrativa de *Game of Thrones*, tem como foco manter o status quo contemporâneo, marcando toda a pessoa que possui projetos para a transformação dessa condição como uma ameaça.

A SD108 foi coletada a partir de crítica escrita por Athena Bastos e veiculada no *Delirium Nerd* (<https://deliriumnerd.com>). O site, que existe desde 2016 e também é produzido exclusivamente por mulheres, traz notícias/críticas sobre cultura pop, destacando o protagonismo feminino no setor. Na sequência, inserida na FD *Dracarys no machismo de GoT*, é estabelecida uma comparação entre a personagem Sansa, que se torna rainha do norte, e Daenerys, construída ao longo da narrativa como sendo louca. Bastos (2019) destaca, então, como a mulher que se alcança uma posição de destaque de forma discreta – ainda que sofra diversas violências, tais como cárcere e estupro no caso de Sansa – é aceita, ao passo que aquela que opta também uma resposta violenta é considerada instável, despreparada.

A segunda FD (FD02), igualmente expressiva, englobou 46 sequências discursivas, correspondendo a 42,6% do corpus coletado. Intitulada por nós como *Uma deusa, uma louca, uma feiticeira: Daenerys sempre foi assim*, essa segunda FD foi marcada por um discurso que promoveu um apagamento de uma narrativa machista na série, percebendo como lógico (e inclusive esperado) o desfecho da protagonista. Cabe ressaltar que, enquanto defendiam o final da trama, alegando que esse condizia com o arco narrativo da personagem, muitos dos textos aí incluídos foram, eles mesmos, acionadores de argumentos machistas e/ou desqualificadores de Daenerys. Algumas sequências coletadas, então, são exemplares.

Nesse questionamento eu vejo margem para Daenerys se perder totalmente, ela que já foi questionada algumas vezes por ser severa demais, até com atitudes compatíveis

aos de seu pai, o Rei Louco. Não consigo enxergar Daenerys aceitando Jon como Rei e lhe entregando tudo de mão beijada, mesmo ele sendo o homem que ela ama. (J. Ribeiro, 2019, para. 6) (Julio Ribeiro, *Ultimato do Bacon*) (T01 SD01)

O que não pode ser dito é que a série está forçando isso na reta final, quando a trama da Rainha Louca sempre esteve presente na história de Daenerys. Talvez o principal problema é que eles aceleraram a queda e sua insanidade nesta última temporada para a conclusão da história. (Rantin, 2019, para. 61). (Cristiano Rantin, *Legião dos Heróis*) (T04 SD17)

A expressão de ódio de Daenerys após a morte de Missandei, contudo, parece ser o grande ponto de virada de Daenerys para loucura. (Endress, 2019, para. 12) (Júlia Endress, *Gaúcha ZH*) (T07SD22)

Com a morte de outro dos seus dragões e a decapitação de Missandei, Daenerys está de rastos. Parece que a atriz Emilia Clarke acabou de acordar e a equipa que trata da maquilhagem e do cabelo está em greve – ou morreu na batalha de Winterfell. Tyrion conta-lhe que alguém a traiu. “Jon Snow”, diz Daenerys, no sentido em que se Jon tivesse mantido a boca fechada não estaria prestes a estalar um problema enorme. (Farinha, 2019, para. 4) (Ricardo Farinha, *New in Town*) (T19 SD 47)

Ora, já que Dany não tinha mais salvação e estava doidinha de pedra como o pai, achando que era a salvadora do mundo, por que não deixar que a pessoa que mais a amava desse um fim em tudo? Ela merecia isso, por tudo o que viveu e sofreu, por tudo o que ela representou na história. Ter morrido nos braços do homem que ela amava foi uma homenagem bem prestada. (Leão, 2019, para. 10) (Flávia Leão, *Dom Total*) (T37 SD82)

Porém, nas últimas temporadas a personagem sofreu uma curva em sua construção, tornando-se o que as pessoas viam em seus antepassados, uma déspota. Sem entrar no mérito do clichê da mulher louca, é interessante observar que essa curva, explicitado no momento em que a personagem olha diretamente para o trono de Ferro, demonstra que o poder corrompe... Portanto, goste ou não no destino de Daenerys o fato é que essa escolha narrativa reflete muito sobre a própria natureza humana e as sociedades que já experimentamos até hoje. Quem sabe não foi isso que os roteiristas quiseram nos passar? (“O Destino”, 2019, para. 3) (*Indutância Nerd*) (T41 SD 88)

A SD01, colhida a partir de crítica escrita por Júlio Ribeiro e veiculada no portal *Ultimato do Bacon* (<https://ultimatodobacon.com>), traz sentidos que

sugerem que, desde sempre, o comportamento de Daenerys atestaria um desequilíbrio emocional, com atitudes próximas às de seu pai, que era chamado de Rei Louco e, igualmente, foi assassinado. O que chama a atenção, ainda, é o argumento de que Daenerys deveria ceder o trono a Jon Snow – que, na verdade, também teria um direito hereditário à coroa – em razão dele ser o homem que ela ama. *Ultimato do Bacon* disponibiliza poucas informações editoriais em sua página, apenas indicando que se trata de um portal especializado em cultura pop e *nerd* e teria por objetivo trazer informações de modo simples, descomplicado e acessível. Argumentos semelhantes são evocados na SD17, que compõe o texto de Cristiano Rantin para o *Legião dos Heróis* (<https://legiaodosherois.uol.com.br>). Rantin (2019) igualmente não considera como incoerente a loucura de Daenerys, embora pense que ela tenha sido abordada de forma muito rápida ao longo da última temporada da série. O *Legião dos Heróis* apresenta-se como um portal de comunicação voltado ao cenário cultural brasileiro e internacional que visa a contribuir para a veiculação de conteúdos sólidos, acessíveis e com alto padrão de qualidade sobre as temáticas. A equipe, conforme mencionado na própria página, é composta por quinze pessoas, das quais apenas uma é mulher.

A SD22, coletada a partir de texto elaborado por Júlia Endress para o *Gaúcha ZH* (<https://gauchazh.clicrbs.com.br/>), recupera expressões faciais da personagem que evidenciariam sua insanidade. *Gaúcha ZH* corresponde a um portal informativo pertencente ao grupo RBS (Rede Brasil Sul). Tendo uma estrutura jornalística tradicional, a página, que tem mais de 2 milhões de seguidores no Facebook e que teve, no primeiro semestre de 2019, cerca de 90 milhões de visualizações, aborda assuntos plurais, como política, economia, saúde, bem-estar e cultura/entretenimento.

A SD 47 integra a crítica escrita por Ricardo Farinha, para o portal português *New in Town* (<https://nit.pt>). Fundado em 2014, o *New in Town* apresenta-se como uma revista digital de *lifestyle*, cultura e consumo que tem como objetivo central produzir informação ampla e plural. Em relação à equipe do portal, cabe ressaltar que ela apresenta uma clássica estrutura jornalística (editores, repórteres, colunistas), sendo composta por homens e mulheres de modo equilibrado. Em suas diversas redes sociais, *New in Town* conta com mais de meio milhão de seguidores. Farinha (2019) ressalta que, após diversas perdas, Daenerys estaria de rastos (ou seja, estaria em decadência), acionando, então, o pouco cuidado estético que, até então, marcava a personagem: “parece que a atriz Emilia Clarke acabou de acordar e a equipa que trata da maquilhagem e do cabelo está em greve – ou morreu na batalha de Winterfell”. Ao evocar a mudança na aparência, Farinha (2019) sugere, igualmente, um índice de loucura ou desequilíbrio, tomado, por conseguinte, como coerente à narrativa perpetrada por *GoT*.

A SD82, advinda de texto escrito por Flávia Leão para o portal *Dom Total* (<https://domtotal.com>), defende que, já que estava louca, Daenerys teria sido morta da melhor forma possível: esfaqueada pelo homem que amava. A autora da crítica aponta, ainda, que tal morte teria sido uma homenagem bem prestada. Apresentada como a revista digital mais completa do Brasil, *Dom Total* não tem fins lucrativos, sendo mantida pela Fundação Movimento, Direito e Cidadania, ligada à Dom Helder Escola de Direito e à Escola de Engenharia de Minas Gerais. A cultura e o entretenimento são apresentados como alguns dos focos centrais da publicação.

A SD88, proveniente de texto não assinado, veiculado pelo portal *Indutância Nerd* (<http://indutancianerd.com.br>), ao passo que critica o que chama de “clichê da mulher louca”, sugere que o objetivo dos roteiristas teria sido mostrar, além de questões de gênero, que o poder corrompe e que, assim como seus antepassados, Daenerys teria se tornado uma déspota. Com menos de mil seguidores em suas redes sociais, *Indutância Nerd* é produzido apenas por homens (segundo informações presentes na própria página), foi fundado em 2019 e volta-se, principalmente, à cultura *nerd*.

Ao longo da coleta, ainda que de forma residual, observou-se a presença de outro núcleo de sentidos. Ainda que minoritário – visto que englobou somente seis sequências e, por conseguinte, apenas 5,55% do corpus – constatou-se uma terceira FD (FD03), que recebeu o título de *Ela tava era pistola! E quem não estaria?*. A FD03, afastando-se da FD01 e da FD02, mobilizou argumentos no sentido de salientar que, ainda que tenha agido de maneira impiedosa (assassinando inocentes), Daenerys teria atuado de forma coerente, tendo em vista a sucessão de perdas que vinha sofrendo, e que isso, mesmo sendo cruel, não representaria necessariamente um traço de insanidade.

Em um mundo como o de 2019, eu estou muito mais para os franceses queimando seus carros. Porque já dizia minha avó para o Jon: de boas intenções o inferno está cheio. E isso GoT sempre representou muito bem: homens e mulheres são passíveis de corrupção, de maldade, de ambição. Não havendo sistema político que resolva “isso aí”: nem democracia, nem ciranda, nem monarquia, nada. Tem mais é que botar fogo em tudo. Fazer o que? Valar Morghulis, bitches! And be a Dragon. (Alcântara, 2019, para. 12) (Fernanda Alcântara, *Minas Nerds*) (T03 SD15)

Após as mortes das pessoas mais próximas a ela, é compreensível que ela agora procure vingança. E se virmos isso acontecer no próximo episódio, a vingança será nada mais nada menos do que justa. (Carvalho, 2019, para. 12) (Débora Carvalho, *Garotas Geeks*) (T10 SD28)

Foi um ato de loucura? Será que tal como o pai Aerys II Targaryen conhecido como Mad King, a Mãe dos Dragões enlouqueceu? Para a autora destas palavras, não. Cansada de usar boas práticas, de aceitar conselhos dos outros, depois de ter a plena consciência que o povo de Westeros nunca a aceitará com bons olhos, a mulher tomou a opção da conquista violenta. Não é novidade se tivermos em conta que durante anos usou como argumento ou técnica a violência contra a violência. Quis conquistar o mundo sem olhar a meios e quando foi confrontada com resistência, usou a atrocidade como resposta. (Santos, 2019, para. 17) (Sofia Santos, *C7nema*) (T32 SD 75)

A SD15, coletada a partir de crítica assinada por Fernanda Alcântara, para o *Minas Nerd*, sugere que, em um cenário em que nenhum sistema político fosse capaz de solucionar uma série de tensões – e, aqui, a autora estabelece uma comparação com o cenário político atual –, talvez o mais razoável fosse, de fato, “botar fogo em tudo”. A SD28, de texto escrito por Débora Carvalho para o *Garotas Geeks*, igualmente considera a “vingança” de Daenerys uma ação coerente, tendo em vista os acontecimentos recentes que acometeram a personagem (tais como a perda das pessoas mais próximas e traições por parte de aliados). A SD75, que compõe texto de Sofia Santos para o *C7nema* (<http://www.c7nema.net>), não considera que a personagem estivesse louca, mas que, ao invés disso, teria optado por alcançar seus objetivos por meio da violência, empregando a atrocidade como uma resposta àquilo que havia vivenciado. O *C7nema* consiste em um portal informativo português, produzido de modo colaborativo por fãs de cinema. Ele foi lançado em 2002 e é voltado ao entretenimento.

A partir das tabelas 1 e 2, desenvolvemos algumas reflexões:

Tabela 1

Análise com o jornalismo de cultura pop feminista

	FD1	FD2	FD3
Jornalismo de cultura pop	45	30	5
Jornalismo hegemônico/geral	10	13	1
Jornalismo independente	1	3	-
Total	56	46	6
Autoria feminina	50	13	6
Autoria masculina	6	33	0

Nota. Elaborado pelos autores.

Tabela 2*Análise sem o jornalismo de cultura pop feminista*

	FD1	FD2	FD3
Jornalismo de cultura pop	16	30	1
Jornalismo hegemônico/geral	10	13	1
Jornalismo independente	1	3	-
Total	27	46	2
Autoria feminina	21	13	2
Autoria masculina	6	33	0

Nota. Elaborado pelos autores.

Tendo em vista a coleta, foi possível observar que, majoritariamente, textos que perceberam na loucura de Daenerys um índice de machismo/misoginia foram escritos por autoras mulheres e que, igualmente de modo majoritário, foram veiculados em portais voltados especificamente à cultura pop e/ou especializados em discussões de caráter feminista. Como sinalizado na Tabela 1, das 56 seqüências discursivas inseridas em *Dracarys no machismo de GoT*, FD hegemônica, cinquenta delas foram redigidas por mulheres (cerca de 90%). Em contrapartida, das 46 seqüências incluídas em *Uma deusa, uma louca, uma feiticeira: Daenerys sempre foi assim*, 33 delas foram escritas por homens (cerca de 70%). Em contrapartida, como representado na Tabela 2, quando passamos a desconsiderar no corpus as SD que emergem em veículos do jornalismo de cultura pop que se propõem a construir a leitura das produções midiáticas em perspectiva feminista (29 das 108 seqüências – 27%), como o *Delirium Nerd*, a FD2 (46 de 75 – 61%) predomina sobre a primeira e, ao mesmo tempo, temos uma maior presença de SD escritas por homens (39 – 52%). Mantém-se, no entanto, a lógica de que na FD1 – a que percebe machismo em *GoT* – aparecerem mais mulheres (em 21 de 27 SD) e na FD2 – a que não se propõe a discutir gênero e reitera, algumas vezes, discursividades que reforçam o machismo – mais homens (em 33 de 46 SD).

Em relação aos portais de veiculação dos textos, igualmente foi possível constatar que, de modo geral, naqueles que eram especializados em cultura pop e, de modo mais específico, como já mencionado, compunham páginas produzidas por mulheres, com enfoque feminista, o machismo estrutural da série foi apontado como uma questão central no que se refere ao destino (loucura, crueldade e morte) da personagem. Na categoria do jornalismo de cultura pop, ao considerarmos esses portais em nossa análise (Tabela 1), predomina a FD1 (45 SD de um total de oitenta em portais de cultura pop). Ao não os considerarmos, há uma predominância da FD2 (30 SD de um total de 47 em portais de cultura pop). Em portais hegemônicos, relacionados a grandes veículos, houve uma interessante divisão. Ao passo que

determinadas páginas se alinharam a essa crítica ao machismo (tais como *El País*, *BBC* e *Público*, por exemplo), outras não a incluíram (caso de *Gaúcha ZH* e *Folha de S.Paulo*). Há, entretanto, uma predominância da FD2 no que entendemos como um jornalismo hegemônico e focado em pautas gerais (13 SD de 24).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto teve por objetivo principal perceber, a partir de críticas veiculadas em diferentes portais noticiosos (hegemônicos, “independentes” e de cultura *pop*), quais sentidos acerca de questões de gênero foram mobilizados/constituídos naquilo que refere ao destino da personagem Daenerys Targaryen, uma das protagonistas de *GoT*. A partir de 49 textos coletados e tendo como inspiração teórico-metodológica a AD, foram selecionadas 108 sequências discursivas e localizadas três FD, as quais mostraram uma intensa disputa de sentidos. *Dracarys no machismo de GoT* (FD1), hegemônica, denunciou uma lógica machista/patriarcal que, expressa na série e recorrente na sociedade, tende e relegar à mulher o espaço do desequilíbrio e da loucura. *Uma deusa, uma louca, uma feiticeira: Daenerys sempre foi assim* (FD2), igualmente expressiva, mobilizou discursos que conceberam como lógico e esperado o destino da personagem, criticando, inclusive, críticas feministas que então foram feitas. *Ela tava era pistola! E quem não estaria?* (FD3), residual, distanciando-se da tese de que Daenerys teria enlouquecido, mas, ao mesmo tempo, não elucubrando seu destino como algo machista, percebeu como cabíveis suas ações e, então, consequências sofridas. Cabe salientar, entretanto, que uma crítica ao machismo de *GoT*, tal qual ilustrado em nossas tabelas, majoritariamente adveio de portais específicos (jornalismo de cultura *pop* feminista). A Tabela 2, que exclui as sequências provenientes desses espaços, mostra uma inversão: nesse outro contexto, a FD02 torna-se hegemônica.

D. Ribeiro (2017), partindo de uma discussão oriunda do feminismo negro, ao abordar lugar de fala, sugere que a noção seja percebida não a partir de posições individuais, singulares, mas que esteja relacionada às condições que permitiriam ou interditarium sujeitos e que, por conseguinte, moldariam os significados que eles poderiam mobilizar. Tal discussão, ainda, evoca a noção de subalternidade, proposta por Spivak (2010), a qual questionaria se as pessoas alocadas em posições não hegemônicas poderiam falar (teriam elas voz?) e de que forma poderiam expor seus pontos de vista.

Faz-se necessário, entretanto, igualmente pensar a questão do lugar de fala em um cenário jornalístico/editorial. Ainda que existam grandes portais de jornalismo de cultura *pop* no país, agregando milhões de seguidores, portais noticiosos de grandes veículos apresentam um modo distinto de credibilidade, uma vez que se aproximam daquilo que se compreende como um jornalismo de referência. Conforme lembra Amaral (2005), em discussão acerca do jornalismo popular, para

que se compreenda (e para que se estude) o discurso jornalístico/informativo, há que, igualmente, se conhecer as constituições nas quais esse discurso é gerado, ou seja, levar em conta modos de endereçamento e formas de constituir-se enquanto veículo com uma identidade própria (Amaral, 2005).

Percebemos, assim, que o jornalismo de cultura pop, no que diz respeito a uma cobertura focada no universo de *Game of Thrones*, também está engendrado às leituras de gênero que remetem ao masculino, na medida em que invisibiliza/nega o gênero e reitera relações de poder. Há, no entanto, resistência. A perspectiva feminista, através do ativismo de fãs, presente nos portais que integram o jornalismo de cultura pop feminista, aparece como possibilidade de romper com a matriz hegemônica – que é masculina, heteronormativa (Warner, 1991) e branca. ■

REFERÊNCIAS

- Alcântara, F. (2019, 6 de maio). *Game of Thrones: O episódio é escuro e o roteiro é cheio de horrores. Minas Nerds*. <http://bit.ly/2QE0IHJ>
- Althusser, L. (1974). *Aparelhos ideológicos do estado*. Presença; Martins Fontes.
- Amaral, A., Souza, R. V. de, & Monteiro, C. (2015). De westeros no #vempra-rua à shippagem do beijo gay na TV brasileira. Ativismo de fãs: Conceitos, resistências e práticas na cultura digital. *Galaxia*, (29), 141-154. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542015120250>
- Amaral, M. F. (2005). Sensacionalismo, um conceito errante. *Intexto*, (13), 103-116.
- Austin, J. L. (1962). *How to do things with words* (J. O. Urmson, Ed.). Clarendon Press.
- Awards & nominations. (s.d.). *Television Academy*. <http://bit.ly/3spjAYn>
- Ballerini, F. (2015). *Jornalismo cultural no século 21: Literatura, artes visuais, teatro, cinema e música, as novas plataformas, o ensino e as tendências na prática*. Summus.
- Bastos, A. (2019, 29 de maio). As mulheres em *Game of Thrones*: Machismo, estereótipos e os diversos problemas. *Delirium Nerd*. <http://bit.ly/3sqLcwg>
- Benetti, M. (2016). Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. In C. P. de Moura & M. I. V. de Lopes (Orgs.), *Pesquisa em comunicação: Metodologias e práticas acadêmicas* (pp. 235-256). EDIPUCRS.
- Benioff, D., Weiss, D. B., Strauss, S., Doelger, F., Caulfield, B., Cogman, B., Sapochnik, M., & Nutter, D. (Produtores executivos). (2011-2019). *Game of thrones* [Série de televisão]. Television 360; Grok! Television; Generator Entertainment; Startling Television; Bighead Littlehead.
- Borrillo, D. (2010). *Homofobia: História e crítica de um preconceito*. Autêntica.
- Burlamaque, F. V., & Barth, P. A. (2017). Experiências literárias com sagas fantásticas: As crônicas de gelo e fogo e a criação de um novo universo. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, 18(29), 1-24. <https://bit.ly/2PtXdTj>

- Butler, J. (2012). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Record.
- Carvalho, D. (2019, 9 de maio). Daenerys não é a rainha louca em Game of Thrones – Ela só está (e com razão) putíssima. *Garotas Geeks*. <http://bit.ly/3soXIwj>
- Carvalho, I. (2019, 22 de maio). Daenerys Targaryen: De quebradora de correntes à Rainha Louca da noite para o dia. *Quarta Parede Pop*. <http://bit.ly/3lON3bQ>
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2008). *Dicionário de análise do discurso*. Contexto.
- Cixous, H. (1997). The laugh of Medusa. In R. R. Warhol & D. P. Herndl (Eds.), *Feminisms: An anthology of literary theory and criticism* (pp. 875-893). Rutgers University Press.
- Connell, R. (2016). *Gênero em termos reais*. nVersos.
- Couto, P. R. D. (2015) Um jogo de rainhas: As mulheres de *Game of Thrones* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório institucional da UFJF. <https://bit.ly/3d4Lh2u>
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Endress, J. (2019, 7 de maio). “Game of Thrones”: Por que Daenerys deve seguir a sina dos Targaryen e enlouquecer. *Gaúcha ZH*. <http://bit.ly/3fgaN7w>
- Esmitiz, F. (2019). *Jornalismo feminista: Uma análise dos processos de comunicação em rede do Portal Catarinas* [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <https://bit.ly/3rp10OV>
- Farinha, R. (2019, 13 de maio). “A Guerra dos Tronos”: Se esperavam um final feliz, é porque não têm estado atentos. *New in Town*. <http://bit.ly/2PuAJl6>
- Fausto Neto, A. (1999). *Comunicação e mídia impressa: Estudo sobre a AIDS*. Hacker.
- Fischer, R. M. B. (2002). O dispositivo pedagógico da mídia: Modos de se educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*, 28(1), 151-162. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022002000100011>
- Flood, A. (2015, 10 de abril). George RR Martin revolutionised how people think about fantasy. *The Guardian*. <http://bit.ly/3spl4Sq>
- Foucault, M. (2007). *A ordem do discurso*. Loyola.
- Foucault, M. (2012). *A arqueologia do saber* (8ª ed.). Forense Universitária.
- Frankel, V. E. (2014). *Women in Game of Thrones: Power, conformity and resistance*. McFarland.
- ‘Game of Thrones’ chega à última temporada com recordes de orçamento, audiência e pirataria (2019, 14 de abril). *Folha de S.Paulo*. <http://bit.ly/2QvtE42>
- Gilbert, S. M., & Gubar, S. (2000). *The madwoman in the attic: The woman writer and the nineteenth-century literary imagination*. Yale University Press. (Obra original publicada em 1979)
- Gjelsvik, A., & Schubart, R. (Eds.). (2016). *Women of ice and fire: Gender, Game of Thrones and multiple media engagements*. Bloomsbury.

- Gonzatti, C. (2017). *Bicha, a senhora é performática mesmo: Sentidos queer nas redes digitais do jornalismo pop* [Dissertação de mestrado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório Digital da Biblioteca da Unisinos. <https://bit.ly/2OJvuxS>
- Hall, S. (2000). Quem precisa da identidade? In T. T. da Silva (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 103-133). Vozes.
- Hartnett, R. (2016). *Mhysa or monster: Masculinization, mimicry, and the white savior in “A song of ice and fire”*. Florida Atlantic University.
- Janotti, J., Jr. (2015). Cultura pop: Entre o popular e a distinção. In S. P. de Sá, R. Carreiro, & R. Ferraraz (Orgs.), *Cultura pop* (pp. 45-56). EDUFBA.
- Koblin, J. (2019, 15 de abril). ‘Game of Thrones’ returns to record ratings in season 8 premiere. *The New York Times*. <http://nyti.ms/3rnzdyv>
- Laurie, T. (2015, 23-25 de novembro). *Serialising gender, breeding race: Biopolitics in Game of Thrones* [Artigo apresentado]. Trans/Forming Feminisms: Media, Technology, Identity, University of Otago, Dunedin, Nova Zelândia.
- Leão, F. (2019, 20 de maio). Chega ao fim a maior série de todos os tempos. Poderia ter sido melhor? *Dom Total*. <http://bit.ly/3d4BLMN>
- Marques, D. (2019). Power and the denial of femininity in *Game of Thrones*. *Canadian Review of American Studies*, 49(1), 46-65. <https://doi.org/10.3138/cras.49.1.004>
- Martin, G. (2010). *A guerra dos tronos*. Leya. (Obra original publicada em 1996)
- Monteiro, C. (2019, 6 de maio). *Game of Thrones* – O episódio é escuro e o roteiro é cheio de horrores. *Minas Nerds*. <http://bit.ly/2QE0IHj>
- Monteiro, M. H., & Soares, T. (2014, 15-17 de maio). *Museu de grandes novidades: Crítica, agendamento e valor sobre a obra de Madonna no jornalismo cultural* [Artigo apresentando]. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, João Pessoa, PB, Brasil. <https://bit.ly/3lQu3to>
- O destino de Daenerys Targaryen e as utopias sociais. (2019, 20 de maio). *Indutância Nerd*. <http://bit.ly/3tTQO2G>
- Orlandi, E. P. (2009). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos* (8ª ed.). Pontes.
- Pêcheux, M. (1997). A análise do discurso: três épocas. In F. Gadet & T. Hak (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (pp. 311-319). Editora Unicamp.
- Penkala, A. P., Pereira, L. P., & Ebersol, I. (2014). Arquétipos complexos de gênero em *Game of Thrones*: Daenerys nascida da tormenta, a puta, a guerreira, a mãe. *Paralelo 31*, 1(2). <http://bit.ly/3w2xhPd>
- Pérez Navarro, P. (2008). *Del texto al sexo: Judith Butler y la performividad*. Egales.
- Pimenta, J. J. (2019, 24 de maio). Daenerys Targaryen, a Stalin de *Game of Thrones*. *Diário Causa Operária*. <https://bit.ly/3coqFTM>
- Piza, D. (2004). *Jornalismo cultural* (2ª ed.). Contexto.

- Ramirez, N. (2019, 15 de maio). Por que decepçiona ver Daenerys reduzida ao mito da cabeça de medusa. *El País*. <http://bit.ly/31lSEwZ>
- Rantin, C. (2019). Não, a narrativa da rainha louca em Game of Thrones não é forçada! *Legião dos Heróis*. <http://bit.ly/3fdnpw2>
- Report critiques inclusion among film critics. (2018, 11 de junho). *USC Annenberg*. <http://bit.ly/2Po2xrb>
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala*. Letramento.
- Ribeiro, J. (2019, 5 de maio). Com o fim dos White Walkers, poderia Daenerys Targaryen ser a última vilã de Game of Thrones? *Ultimato do Bacon*. <http://bit.ly/3fe1YuN>
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: Estudos Gays: Gêneros e Sexualidades*, 4(5), 17-44. <https://bit.ly/3rl0UI3>
- Rossetti, M. L. (2015). *Artes plásticas e jornalismo cultural, reflexos da pós-modernidade: Ilustríssima, revista Cult e Digestivo Cultural* [Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUCRS. <https://bit.ly/39eV58Y>
- Sá, S. P. de, Carreiro, R., & Ferraraz, R. (2015). *Cultura pop*. EDUFBA.
- Santos, S. (2019, 19 de maio). Daenerys Targaryen, a rainha louca. *C7nema*. <https://bit.ly/3fkJeKt>
- Showalter, E. (1981). Feminist criticism in the wilderness. *Critical Inquiry*, 8(2), 179-205. <https://doi.org/10.1086/448150>
- Silva, M. V. da. (2014). *Masculino, o gênero do jornalismo: Modos de produção das notícias*. Insular.
- Soares, T. (2014). Abordagens teóricas para estudos sobre cultura pop. *Logos*, 2(24), 1-14. <https://doi.org/10.12957/logos.2014.14155>
- Spivak (2010). *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.
- Tarnowski, A. (2019). “Yet I’m Still a Man”: Disability and masculinity in George RR Martin’s *A Song of Ice and Fire* Series. *Canadian Review of American Studies*, 49(1), 77-98. <https://doi.org/10.3138/cras.49.1.007>
- Warner, M. (Ed.). (1991). *Fear of a queer planet: Queer politics and social theory*. University of Minnesota Press.
- Woodward, K. (2000). Identidade e diferença: Uma introdução teórica e conceitual. In T. T. da Silva (Org.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (pp. 7-72). Vozes.

Artigo recebido em 28 de setembro de 2019 e aprovado em 5 de setembro de 2020.

Jornalismo e ideologia da cultura: Os conflitos entre indígenas e ruralistas em Mato Grosso do Sul^a

Journalism and ideology of culture: The conflicts between indigenous people and rural producers in Mato Grosso do Sul

MARCOS PAULO DA SILVA^b

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Campo Grande – MS, Brasil

MAURÍCIO DE MELO RAPOSO^c

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Belo Horizonte – MG, Brasil

RESUMO

O artigo busca compreender a construção do enquadramento dos fatos que envolvem conflitos entre etnias indígenas e produtores rurais no principal jornal impresso de Mato Grosso do Sul, o *Correio do Estado*, adotando-se como ponto de referência o assassinato do líder indígena Semião Vilhalva, das etnias Guarani e Kaiowá, em agosto de 2015. A partir do referencial teórico da *framing analysis*, volta-se a um recorte empírico de cinco editoriais e de cinco artigos de opinião veiculados entre agosto e outubro de 2015, identificando-se na retórica contemporânea do veículo elementos simbólicos e culturais afeitos à “ideologia da cultura sul-mato-grossense”, concepção forjada pelas elites regionais desde a década de 1930.

Palavra-chave: Enquadramento jornalístico, Mato Grosso do Sul, *Correio do Estado*, conflitos entre indígenas e produtores rurais

ABSTRACT

The article intends to understand fact-framing about conflicts between indigenous ethnic groups and rural producers in *Correio do Estado*, the main Mato Grosso do Sul state newspaper, adopting as a reference point the murder of the indigenous leader Semião Vilhalva, from the Guarani and Kaiowá ethnic groups, in August 2015. From the theoretical perspective of framing analysis, five editorials and five opinion articles published from August to October 2015 are studied as an empirical basis, identifying, in the newspaper's contemporary rhetoric, symbolic and cultural elements related to the “ideology of the Mato Grosso do Sul culture”, a concept forged by regional elites since the 1930s.

Keywords: Journalistic framing, Mato Grosso do Sul, *Correio do Estado*, conflicts between indigenous people and rural producers

^aO presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes) – código de financiamento 001.

^bProfessor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-2868-4865>. E-mail: silva_mp@uol.com.br

^cDoutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6211-997X>. E-mail: maurapos@hotmail.com

¹ Os conflitos entre fazendeiros e indígenas arrastam-se há décadas em Mato Grosso do Sul. Em um plano mais recente, para efeitos de contextualização, um confronto entre indígenas e policiais em 2013 durante a reintegração de posse de uma fazenda ocupada em Sidrolândia, a 70 quilômetros de Campo Grande, deixou um indígena terena morto e vários outros feridos. A partir do ocorrido, com o acirramento dos ânimos na região, ocorreu uma mobilização federal para a criação de tentativas de mediações entre fazendeiros e o movimento indígena no estado, reforçando o conflito de versões. No campo político, duas Comissões Parlamentares de Inquérito na Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul refletiram em 2016 a disputa de posições: uma sobre o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade ligada à Igreja Católica, e outra sobre o genocídio indígena. Em âmbito nacional, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Funai-Incra, dominada por parlamentares da bancada ruralista, gerou relatório de 3.385 páginas, apresentado em junho de 2017, no qual se sugere o indiciamento de diretores de entidades que defendem a causa indígena, de antropólogos e de integrantes do Ministério Público Federal, além de pessoas denominadas de “falsos indígenas”. No campo jurídico, tramita a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 71, que permite a indenização de possuidores de títulos relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988. Além disso, até o final de 2018 tramitava a PEC 215, que transferiria ao Congresso o poder das demarcações de terras da Fundação Nacional do Índio (Funai). Todavia, a primeira Medida Provisória

INTRODUÇÃO

AS DISPUTAS QUE ocorrem entre os diferentes grupos sociais pela definição e pela interpretação da realidade transbordam para as diversas manifestações do espaço público e demandam legitimação social. Desde o século XIX, os jornais assumiram a responsabilidade de veicular e de disseminar narrativas do cotidiano, tornando-se, conseqüentemente, palco de debates nos quais se passou a construir, conformar e alimentar a opinião pública (Gomes, 2009). Para a consecução de seus objetivos, os mais diferentes grupos sociais passaram a engajar-se na formação e na aprovação desta *opinião* – ou, em outros termos, na disputa pela hegemonia cultural, política, econômica e social.

No que tange ao contexto deste estudo, entre os anos de 1985 e 2014 foram registrados 947 homicídios de indígenas no Brasil, sendo 420 dessas ocorrências em Mato Grosso do Sul. Pelo menos um em cada dois casos de assassinatos de indígenas registrados no país entre 2003 e 2014 aconteceu no estado, o que indica que o território sul-mato-grossense concentrou no período 54,8% das mortes de indígenas brasileiros (Conselho Indigenista Missionário [Cimi], 2016). No dia 29 de agosto de 2015, mais um caso significativo engrossou as estatísticas: foi assassinado Semião Fernandes Vilhalva, de 24 anos, membro das etnias Guarani e Kaiowá, no município de Antônio João, localizado a 283 quilômetros ao sul da capital, Campo Grande. A morte ocorreu após os produtores rurais da região se reunirem na sede do sindicato rural e decidirem retomar, utilizando-se de seus próprios meios, uma fazenda ocupada pelos indígenas, acarretando uma situação de conflito representativa para os parâmetros regionais – o que foi expresso por meio de “narrativas jornalísticas” (Sodré, 2009).

O episódio relatado pode ser tratado como um *acontecimento* no sentido sociológico do conceito. Segundo Martins (2010), o acontecimento é “um adensamento problemático” (p. 137) de contradições socioculturais e históricas. Constitui, ainda, um “ponto de reparo metodológico” (p. 138) a partir do qual o pesquisador arguto pode compreender a dinâmica da sociedade. Outrossim, se os assassinatos podem ser entendidos como acontecimentos na acepção sociológica, do ponto de vista comunicacional trata-se também – no caso em crivo – de um acontecimento jornalístico (Gomes, 2009; Sodré, 2009) que tomou as páginas dos veículos midiáticos.

No plano contextual, os conflitos entre produtores rurais e etnias indígenas no estado de Mato Grosso do Sul têm gerado nas últimas décadas uma série de repercussões sociais, políticas e jurídicas. Diversos grupos têm se mobilizado em torno da definição e da compreensão da natureza, das causas e dos sujeitos envolvidos, assim como da proposição de soluções para a contenda¹. Essa

disputa de posições também se revela um conflito simbólico pela conquista de legitimidade social². Parte dessas manifestações se dá nos meios de comunicação, não apenas por intermédio das notícias, mas ainda a partir da *opinião publicada* por meio de artigos assinados por membros da sociedade civil e de editoriais que explicitam as opiniões dos veículos.

Com base no entendimento da concepção de acontecimento como uma manifestação de contradições imanentes às estruturas sociais, compreende-se que os modos de expressão instituídos pelo jornalismo no imediato do cotidiano e da vivência histórica não estão imunes às várias representações de mundo em disputa, bem como – e por conseguinte – à decisão não apenas *do que* fará parte da história, mas *como* e *quem* serão seus protagonistas na narração dos fatos. Nesse cenário, este estudo pretende investigar a relação entre elementos culturais e ideológicos e o conteúdo opinativo veiculado no principal jornal impresso de Mato Grosso do Sul, o *Correio do Estado*³, que no período referente ao recorte empírico da pesquisa apresentou um enfático tratamento jornalístico voltado aos conflitos entre etnias indígenas e produtores rurais. O ponto nevrálgico da pesquisa ancora-se no contexto segundo o qual o conteúdo opinativo veiculado no periódico aciona referenciais simbólicos e culturais afeitos à “ideologia da cultura sul-mato-grossense” (Banducci, 2009, p. 107), concepção forjada historicamente em manifestações que remetem à década de 1930, dezenas de anos antes do processo oficial de desmembramento e criação do estado.

MÉTODO E RECORTE EMPÍRICO

Propõe-se na pesquisa investigar manifestações que definem o enquadramento das representações, dos valores, das ambiguidades, das contradições e das tendências, assim como dos personagens presentes nas narrativas de natureza opinativa, a respeito do que se convencionou a chamar no meio jornalístico de *conflitos entre indígenas e produtores rurais*. Em função do tipo de investigação, opta-se pela técnica de amostragem entendida como a seleção de dados de dimensão e de composição representativa de acordo com o objeto da pesquisa – a “amostragem sistemática não probabilística de representatividade social” (Lopes, 2005, p. 145), que culmina na seleção de conteúdo jornalístico durante os meses de agosto, setembro e outubro de 2015 a partir do tema mencionado.

Adota-se como ponto central de observação das publicações o citado caso do assassinato do indígena Semião Fernandes Vilhalva, dos povos Guarani e Kaiowá, em Antônio João, no dia 29 de agosto de 2015. Do ponto de vista metodológico, o evento é a objetivação de um ponto de reparo em que se manifesta a culminância das contradições sociais que se revelam enquanto problema

(MP) 870/2019 editada por Jair Bolsonaro após assumir o governo federal em 1 de janeiro de 2019 passou para o Ministério da Agricultura a atribuição de identificar, delimitar e demarcar terras indígenas e quilombolas.

² Convém mencionar que, no bojo das disputas simbólicas por legitimidade social, o setor ruralista tem se articulado política e economicamente desde a última década, em nível regional e nacional, para formular e difundir uma retórica de promoção da chamada *Cultura Agro*, o que inclui a compra de espaços publicitários e a criação de canais próprios de televisão e internet, entre outras estratégias.

³ O jornal *Correio do Estado* foi fundado em fevereiro de 1954 com o intuito político de defender e eleger para governador de Mato Grosso o candidato Fernando Corrêa da Costa (União Democrática Nacional – UDN), seu fundador inicial, que se contrapunha politicamente a Filinto Müller, do Partido da Social Democrata (PSD). O veículo nasceu, por conseguinte, com forte orientação política vinculado à UDN, agremiação de ênfase conservadora. Mesmo com a mudança de propriedade do jornal, que posteriormente passou a ser administrado por José Barbosa Rodrigues, a pauta política nunca saiu do horizonte do periódico. No âmbito nacional, por exemplo, o veículo foi favorável à presença dos militares no poder após abril de 1964, acontecimento noticiado como “A revolução moralizadora que salvou esse país”. Anos mais tarde, o *Correio do Estado* militou em favor da divisão de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul (Dal Moro, 2012). Ativo desde sua fundação, o jornal é um dos

três mais antigos ainda em circulação em Mato Grosso do Sul. Pertencente atualmente ao empresário Antonio João Hugo Rodrigues, com ativa atuação política no estado (foi candidato a deputado estadual pelo Partido Trabalhista Cristão [PTC], em 2018, e a senador pelo PSD, em 2014), o jornal integra o grupo *Correio do Estado de Comunicação*, do qual fazem parte também a TV Campo Grande (atualmente denominada SBT-MS, como afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão), a rádio FM Mega 94, o site de notícias Correio do Estado e a Fundação Barbosa Rodrigues. O jornal impresso é estruturado em editorias fixas, como Política, Economia, Cidades, Esportes, Brasil, Mundo e Correio B, e editorias esporádicas, que aparecem somente em algumas edições. De acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC), o veículo tem tiragem média de 12 mil exemplares e atinge todas as regiões do estado.

⁴ Para efeitos deste estudo, considerando as limitações de espaço intrínsecas do artigo e a recorrência de argumentos presentes nos textos, o que garante a exaustividade como validação da amostra, optou-se para fins metodológicos pela adoção de um recorte empírico equitativo entre editoriais e colunas.

comunicacional, uma vez que enseja a produção de uma variedade de expressões midiáticas: notícias, editoriais, comentários, charges e artigos de opinião. Do ponto de reparo, procedeu-se à leitura retrospectiva dos exemplares publicados de modo a identificar o início da cobertura jornalística da série de eventos que levou ao desfecho trágico do dia 29 de agosto de 2015 – isto é, numa sequência retroativa, ocorreu a identificação de quando a temática passou a receber a atenção da cobertura jornalística do veículo, o que revela a assimilação da tensão no sul do estado pela pauta noticiosa, aportando-se no dia 19 de julho de 2015. Em seguida, acompanharam-se as publicações realizadas após o ponto central até quando os fatos e eventos correlacionados deixaram de figurar no jornal analisado, o que ocorreu no dia 15 de outubro de 2015.

Dos 76 exemplares do *Correio do Estado* que circularam no período (considerando que o veículo não circula aos domingos), 35 (ou 47%) contêm itens informativos (notícias, notas e reportagens) atinentes à temática indígena, aos conflitos de terra e à identidade regional; e vinte contêm itens opinativos – ou opiniões publicadas (Gomes, 2009) –, o que remete a 27% de recorrência para efeitos da pesquisa. Isso significa que, aproximadamente, para cada dois exemplares que veicularam itens informativos no período, um veiculou ao menos um item opinativo. Para efeitos deste artigo, todavia, o corpus de análise qualitativa é composto por dez itens opinativos identificados no jornal *Correio do Estado* no período em crivo; a saber: cinco editoriais (a totalidade veiculada no período) e os primeiros cinco artigos de opinião veiculados no recorte (o que compreende um intervalo temporal de vinte dias entre 28 de agosto de 2015 – véspera do assassinato do indígena Semião Vilhalva – e 16 de setembro de 2015)⁴. Como critério de identificação e seleção do material da pesquisa, embora se reconheça a artificialidade epistêmica da divisão entre informação e opinião (Chaparro, 2008), adota-se para fins metodológicos a classificação de gêneros e de formatos jornalísticos elaborada por Melo e Assis (2010). Entre os formatos opinativos, são analisados editoriais, artigos e colunas. Estes dois últimos são tratados em conjunto por constituírem, ambos, textos de opinião de membros da sociedade civil, assinados pelos autores, e que, para efeitos formais, não traduzem necessariamente a opinião do jornal.

De outra parte, a abordagem metodológica ampara-se na concepção de enquadramento jornalístico – ou *framing* –, conforme as perspectivas de Entman (1991, 1993), Gitlin (2003) e Kuypers (2009) a partir do conceito original de Goffman (2012). De acordo com Entman (1993), o enquadramento jornalístico acontece em pelo menos quatro locais no processo de comunicação: no comunicador, no texto, no receptor e na cultura. Centra-se aqui nos aspectos do texto, na ausência e na presença de palavras-chave, frases, imagens estereotipadas e

fontes de informação, e em sua relação com a cultura, enquanto instância na qual se encontra o estoque de quadros primários acionados (Carvalho, 2009; Goffman, 2012). Entende-se que os referentes primários têm sua origem, significação e ressignificação em articulações simbólicas que disputam os sentidos do mundo e são expressões das diferenças e das desigualdades da realidade sociocultural: tal como a questão da ideologia da cultura sul-mato-grossense, abordada neste estudo.

Em relação à operacionalização do conceito de enquadramento, Entman (1993) propõe uma definição que envolve essencialmente ações de seleção e de saliência. Enquadrar, para o autor, “é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicacional”⁵ (p. 52), de modo a oferecer quatro funções: “promover uma definição de problema particular, interpretação causal, avaliação moral e/ou recomendação de tratamento para o item descrito”⁶ (p. 52). Prossegue o sociólogo:

Os quadros, então, *definem problemas* – determinam o que um agente causal está fazendo com quais custos e benefícios, geralmente medidos em termos de valores culturais comuns; *diagnosticam causas* – identificam as forças que criam o problema; *fazem julgamentos morais* – avaliam agentes causais e seus efeitos; e *sugerem soluções* – oferecem e justificam tratamentos para os problemas e preveem seus efeitos prováveis⁷. (p. 52)

Uma única sentença de determinado texto pode executar mais de uma dessas quatro funções, mas muitas sentenças podem não executar nenhuma, não sendo preciso, portanto, que o enquadramento inclua necessariamente todas elas. Com base nessa perspectiva, do ponto de vista operacional, busca-se nas publicações que compõem o recorte empírico deste estudo a atenção aos quatro elementos-chave da construção dos argumentos mencionados por Entman (1993), isto é: a) definição do problema; b) diagnóstico de causas; c) julgamentos morais, e d) proposições de soluções. Na prática, ao longo da análise dos editoriais e das colunas do *Correio do Estado*, as funções de enquadramento propostas pelo sociólogo estadunidense serão recuperadas e identificadas por meio de suas respectivas letras (a, b, c, d) e sistematizadas em quadros como forma de desvelamento dos recursos argumentativos mobilizados. A abordagem se aproxima, por conseguinte, da percepção de Kuypers (2009), segundo a qual “a análise de enquadramento pode ser usada para melhor entender qualquer peça retórica”⁸ (p. 182) da comunicação midiática. Parte-se agora para a apresentação do contexto histórico que ilumina a situação a ser analisada.

⁵No original: “is to select some aspects of a perceived reality and make them more salient in a communicating text”. Esta e demais traduções, dos autores.

⁶No original: “to promote a particular problem definition, causal interpretation, moral evaluation, and/or treatment recommendation for the item described”.

⁷No original: “Frames, then, *define problems* – determine what a causal agent is doing with what costs and benefits, usually measured in terms of common cultural values; *diagnose causes* – identify the forces creating the problem; *make moral judgments* – evaluate causal agents and their effects; and *suggest remedies* – offer and justify treatments for the problems and predict their likely effects”.

⁸No original: “framing analysis can be used to better understand any rhetorical artifact”.

A IDEOLOGIA DA CULTURA SUL-MATO-GROSSENSE

No dia 11 de outubro de 1977, o então presidente da República, general Ernesto Geisel, assinou o decreto que criava o estado de Mato Grosso do Sul. Antes de significar a apoteose da trajetória dos desejos dos habitantes da porção meridional do grande estado de Mato Grosso, a secessão foi consequência do pragmatismo político exógeno, mais uma estratégia que visava à manutenção dos militares no poder central em Brasília (Amarilha, 2006). Até 1979, os elementos tangíveis de definição do novo estado da federação estavam colocados: território, sede administrativa, poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. No entanto, os elementos simbólicos em torno dos quais a população pudesse se identificar ainda estavam por se definir. Criar um hino, um brasão e uma bandeira eram tarefas relativamente mais simples, mas ainda faltava algo essencial: uma identidade histórico-cultural que singularizasse Mato Grosso do Sul entre os demais estados da federação.

Entraram em cena, assim, os *homens de letras*. Na consolidação da nova unidade federativa, ensejou-se o projeto de sistematizar, selecionar e divulgar uma *história* própria de Mato Grosso do Sul. Nesse cenário, os membros da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALH-CG, fundada em 1972), investidos de seus poderes simbólicos, fundaram, em 1978, o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHG-MS) e a Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), entidades coirmãs. Uma série de esforços foi empenhada nessas agremiações na construção de “uma história que contemple e contenha o Estado de Mato Grosso do Sul como um todo” (Amarilha, 2006, p. 177) e de uma identidade sul-mato-grossense que justificasse a existência de um *ser* do sul, suficientemente diferente dos povos do *norte*. Todo esse trabalho, de acordo com Banducci (2009), “visava ao mesmo tempo encontrar referências genuínas e construir um núcleo de significados que desse consistência simbólica ao novo contexto cultural que, se a partir daquele momento começava a ganhar forma, mantinha-se vinculado ao antigo conteúdo” (pp. 107-108).

Sob a ótica da antropologia cultural, Banducci (2009) defende que a construção simbólica que se seguiu à secessão de Mato Grosso erigiu-se sobre uma revisão ou seleção histórica de elementos singularizantes da trajetória da porção meridional do grande estado mato-grossense. Soma-se a isso um novo discurso identitário, construído nos anos que se seguiram à criação de Mato Grosso do Sul, ligados à temática ambiental, de revalorização do pantanal e dos personagens pantaneiros. Amarilla (2006) e Queiroz (2006), por sua vez, seguem pormenorizadamente a trilha do que Banducci (2009) denomina de “antigo conteúdo” da elaboração identitária do sul-mato-grossense. Constituem-se formulações sistemáticas de intelectuais, ligados ou oriundos

da elite política e econômica do sul do antigo Mato Grosso, principalmente, da chamada “geração de 1930”.

Para os efeitos deste estudo, não se pretende problematizar a discussão sobre a identidade sul-mato-grossense em si⁹, mas servir-se de seu escopo para a reflexão posterior sobre a relação das opiniões publicadas no principal jornal regional e suas eventuais ligações com tais discursos identitários, estabelecendo os enquadramentos sobre os conflitos entre indígenas e produtores rurais. Para tanto, partilha-se com Banducci (2009) o pressuposto de que “a construção da identidade de um povo é um processo não apenas dinâmico e segmentado, mas contraditório e ideológico, na medida em que se constitui num esforço por justificar, racionalizar e legitimar diferenças internas” (p. 108).

O denominado *antigo conteúdo* é bem exemplificado nas construções dos grupos divisionistas da década de 1930. Somente naquele período emergiu um pensamento sistemático e militante que defendia claramente a divisão de Mato Grosso (Bittar, 2009). As primeiras sistematizações sobre uma identidade sul-mato-grossense se estabeleceram em oposição ao discurso dos intelectuais cuiabanos que projetaram, nas duas primeiras décadas do século XX, uma reelaboração positiva das representações do povo mato-grossense. Segundo Queiroz (2006), pode-se dividir os elementos históricos da constituição do discurso identitário em dois blocos de representações: o primeiro, formado por uma redistribuição interna dos estigmas atribuídos ao povo de Mato Grosso, o que significa atribuir aos povos do centro e do norte do estado as velhas representações negativas; e o segundo, que se constitui de apropriações e de transformações da identidade mato-grossense formulada, principalmente no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a partir de 1919. Com essas operações de deslocamento e de ressignificação retórica, as formulações engendradas pelos intelectuais do sul do estado estabeleceram uma identidade de contraste que almejava demarcar limites entre o *nós* e o *eles*, aqui significando, respectivamente, os mato-grossenses do sul e os mato-grossenses do centro e do norte.

A partir da ascensão econômica do sul de Mato Grosso nas primeiras décadas do século XX, surgiram as reivindicações separatistas mais contundentes das elites locais. Durante as décadas de 1920 e 1930 passou a ser gestada a chamada “geração de 1930” (Bittar, 2009), que apresentou as primeiras sistematizações das reivindicações de secessão de Mato Grosso nos documentos produzidos pela Liga Sul-mato-grossense, fundada por jovens que estudavam no Rio de Janeiro, filhos das elites do sul do estado. Erigiu-se, assim, os alicerces de uma identidade contrastiva pela qual se buscava saber *o que se é* a partir da negação daquilo que pertence ao outro. Concernente ao primeiro bloco de representações, o que

⁹ Não há neste trabalho a intenção precípua de fazer uma abordagem específica das construções identitárias, oferecendo um contraponto discursivo e crítico, mas, tão somente, apresentá-las como hipotéticos marcos de referência primários que alimentam as construções midiáticas, observando os passos teórico-metodológicos adotados.

se revela é uma verdadeira campanha iconoclasta contra tudo que se referia à Cuiabá e aos povos do norte e do centro do estado. As pechas de *atrasado* e *decadente* tornam-se atributos dos *nortistas*. Desde as técnicas de criação de gado até a falta de ímpeto industrial, passando pela desqualificação da cidade de Cuiabá, constituem-se os elementos inferiorizantes atribuídos ao norte em relação ao sul. Um dos documentos da década de 1930 da Liga Sul-mato-grossense chega a *ridicularizar* o então General Rondon por este acreditar que, segundo os separatistas,

Amar verdadeiramente o Estado é considerar Cuiabá a melhor cidade do mundo, o rio Cuiabá um paraíso, embasbacar-se na grandiosidade das florestas nortistas, deliciar-se com danças inocentes de Nhambiquaras e caçadas valentes de Bororós, gozar histórias de montanhas de ouro e diamantes. (A divisão de Mato Grosso..., 1934, citado por Queiroz, 2006, p. 62)

Desse trecho, destaca-se a referência depreciadora das matrizes e práticas culturais indígenas, marcando, de forma enfática, a dicotomia entre uma suposta cultura nativa inferior e, como ficará claro mais adiante, a cultura sobreposta modernizante e civilizada. A um só tempo estabelecem, portanto, uma alteridade em que o elemento indígena define o que os sul-mato-grossenses não se constituem. Por outro lado, também se tenta desvincular a *civilização sulista* de qualquer influência de Cuiabá e enfatizar a presença de um contingente populacional oriundo de outros estados da federação. O sul teria sido ocupado por grupos populacionais vindos de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, além de imigrantes estrangeiros, sejam paraguaios ou de outros continentes. A essa origem são atribuídas diferenças marcantes, como a disposição para o trabalho e a associação atávica à modernização.

Após estabelecer um contraste com os povos do centro e do norte de Mato Grosso a partir da negação do que *eles* simbolizam, no segundo bloco de representações, são explicitadas as características constitutivas dos *povos do sul*. Pode-se perceber que “é desde logo notável a negação do papel do indígena na formação histórica da região” (Queiroz, 2006, p. 163). De fato, além de não aparecer explicitamente no discurso da *geração de 1930*, os povos nativos da região são deliberadamente excluídos do imaginário histórico: nos documentos da década de 1930 o que se lê é que “os atuais descendentes dos primeiros invasores ocuparam terras virgens, que os espanhóis abandonaram ante a batida paulista, dois séculos antes” (Queiroz, 2006, p. 163). Além disso, há a afirmação de que os migrantes mineiros fundaram a cidade de Santana do Paranaíba *no deserto*. Este tipo de interpretação encontra ressonância no chamado “pensamento

abissal” (Santos, 2007), que fundamenta tanto o movimento simbólico para a exclusão dos indígenas do imaginário histórico, como o pretensão direito legal dos chamados *pioneiros* sobre a propriedade:

A zona colonial é, *par excellence*, o universo das crenças e dos comportamentos incompreensíveis que de forma alguma podem considerar-se conhecimento, estando, por isso, para além do verdadeiro e do falso. . . . Com base nas suas refinadas concepções de humanidade e de dignidade humana, os humanistas dos séculos XV e XVI chegaram à conclusão de que os selvagens eram sub-humanos. A questão era: os índios têm alma? Quando o Papa Paulo III respondeu afirmativamente na bula *Sublimis Deus*, de 1537, fê-lo concebendo a alma dos povos selvagens como um receptáculo vazio, uma *anima nullius*, muito semelhante à *terra nullius*, o conceito de vazio jurídico que justificou a invasão e ocupação dos territórios indígenas. Com base nestas concepções abissais de epistemologia e legalidade, a universalidade da tensão entre a regulação e a emancipação, aplicada deste lado da linha, não entra em contradição com a tensão entre apropriação e violência aplicada do outro lado da linha. (Santos, 2007, pp. 8-9)

Por conseguinte, na linha de raciocínio *abissal* construída pela *geração de 1930*, se as terras estavam vazias, a consequência lógica esperada é a valorização do *pioneirismo*. O espírito pioneiro e protetor das fronteiras nacionais é ressignificado como elemento constitutivo dos povos do sul. O pioneiro é ideologicamente valorizado como aquele que encontrou um deserto vasto nas terras sulistas e as transformou numa opulenta manifestação de modernidade, de civilização e de desenvolvimento. A estes atribuem, inclusive, o modo de se fazer política pelas armas como um *dever cívico*. Nesse sentido, ao pioneirismo junta-se a política por meio das armas como critérios de mando nos argumentos dos divisionistas da década de 1930.

Afinados, portanto, às ideias modernistas que pululavam entre a intelectualidade brasileira (Ortiz, 1988; Schwarcz, 1993), passam a pronunciar-se, não raro em viés racista; “chega-se mesmo a mencionar com orgulho a *eugênica mocidade* do sul” (Queiroz, 2006, p. 165). Além disso,

No tocante a essa apropriação de elementos da identidade já construída, o que mais se destaca são os esforços dos sulistas no sentido de rechaçarem qualquer pecha de *barbárie* e se afirmarem a si próprios como *civilizados*, *modernos* e economicamente *desenvolvidos*. (Queiroz, 2006, p. 164)

Isso fica claro no jogo de oposições em que colocam o sul como dinâmico e civilizado e o centro/norte como estatista e decadente. São, portanto, destas

representações cunhadas pela Liga Sul-mato-grossense desde a década de 1930 que se depreende o núcleo histórico das representações que os *homens de letras* de Mato Grosso do Sul trarão à tona na conformação da identidade sul-mato-grossense após a criação do estado. Como consequência, as visões de um indígena como reminiscência anacrônica e avessa à civilização se espalha nos discursos, encontrando pontes com a retórica contemporânea. Ademais, os nativos historicamente são vistos como inimigos dos *homens sul-mato-grossenses*, que, em verdade, estiveram “sujeitos aos constantes assédios dos índios e aos ataques de bandoleiros” – um dos cerne do que Banducci (2009, p. 107) caracteriza como a ideologia da cultura sul-mato-grossense.

Por outro lado, os indígenas são erguidos como símbolos do povo de Mato Grosso do Sul¹⁰. Pode parecer uma contradição, mas em uma análise mais detida percebe-se que o indígena é retomado de forma idealizada e relegada a um passado idílico, inexistindo como cidadão – isto é, destituído de seus direitos – na contemporaneidade (Banducci, 2009). Recupera-se, nesse contexto, a suposição de que o conteúdo opinativo veiculado na imprensa sul-mato-grossense, em especial em seu principal periódico, o *Correio do Estado*, aciona como quadro de referência primário os referenciais simbólicos e culturais afeitos à ideologia da cultura sul-mato-grossense (Banducci, 2009) quando em pauta estão os chamados *conflitos indígenas*.

¹⁰O principal parque do estado e ponto turístico de Campo Grande, fundado em 1993, por exemplo, é denominado Parque das Nações Indígenas e exibe uma imponente estátua de um guerreiro Guaicuru.

O SE QUE DIZ NOS JORNAIS SOBRE OS CONFLITOS: DOS EDITORIAIS

Os editoriais publicados no período que compõe o recorte empírico desta investigação acompanham o decorrer da cobertura dos fatos apresentados nos itens informativos – ou seja, nas notícias e nos relatos factuais do conflito eclodido no final de agosto de 2015 na porção sul de Mato Grosso do Sul. No início, logo no dia 28 de agosto, véspera do assassinato do indígena Semião Vilhalva, identifica-se um editorial – “Sem Luz no Fim do Túnel” (2015) – cuja intenção principal é prevenir sobre uma possível consequência catastrófica. O título evidencia um tom fatalista e alarmante, sugerindo que não se vislumbra solução para o conflito entre fazendeiros e indígenas. Nesse primeiro momento, salienta-se que o posicionamento editorial assume as vozes dos proprietários rurais explicitamente como fonte veraz de informações, suficiente para a caracterização dos fatos.

No conflito mais recente, que teve início no último fim de semana, no município de Antônio João, distante 282 quilômetros da capital, na fronteira com o Paraguai, cinco fazendas foram invadidas por índios da etnia guarani kaiowa. Ao todo,

segundo os proprietários, são aproximadamente 10 mil hectares de áreas ocupadas e reivindicadas. (“Sem Luz”, 2015, p. 2)

Mais à frente, a voz dos produtores rurais é novamente evocada na caracterização e julgamento moral (c) de personagens envolvidos.

“Terceiros interessados” no conflito, como é o caso, por exemplo, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à igreja católica, em vez de apagar o incêndio que já dura décadas, jogam ainda mais gasolina nas chamas. Os produtores rurais de Antônio João, conforme informação publicada na edição de ontem do Correio do Estado, são categóricos em afirmar que o grupo católico atua diretamente nas invasões, criando condições para que elas ocorram. Logo a igreja, que em outros séculos chegou a ser lembrada justamente pela exploração de povos indígenas. (“Sem Luz”, 2015, p. 2)

Em nenhum momento, outra voz, senão a dos produtores rurais, é acionada a fim de oferecer um contraditório ou relativizar as posições. Logo, portanto, nesse primeiro texto observa-se a política editorial do veículo refletindo a política de opinião dos produtores rurais, sistematizada principalmente por entidades que os representam, a exemplo da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul). Sobre o primeiro editorial, pode-se ainda afirmar que se destaca por introduzir os personagens e as funções de enquadramento que persistirão e se conformarão nos demais textos. Os indígenas, os proprietários rurais, o governo federal e *terceiros interessados* (Cimi e Igreja Católica) são os personagens integrantes da narrativa. Os termos que os (des)qualificam são, respectivamente, “invasores”, “invadidos”, “incompetente e ausente” e “jogam gasolina na chama” (incentivadores de invasões). O problema (a) apresentado no texto são os conflitos entre fazendeiros e indígenas, causados (b) pelas invasões de terra executadas pelos indígenas e fomentadas pelos terceiros interessados. Outro problema (a) é a não intervenção do governo federal no conflito, que seria responsável pelo tom fatalista e desesperançoso do título do editorial.

Nos três editoriais seguintes, dos dias 30 de agosto, 4 e 20 de setembro de 2015, a intenção é reforçar o entendimento de que o governo federal é o grande responsável pelos conflitos: “A ausência sentida nesse conflito é justamente de quem mais poderia agir para que ele cessasse: o Governo Federal” (“Silêncio Ensurdecedor”, 2015, p. 2); “Enquanto isso, até agora, não há qualquer indício de que o Governo Federal cumpra a promessa de solucionar o impasse das ocupações de terras por indígenas em Mato Grosso do Sul” (“Tudo na Mesma”,

2015, p. 2). Dessa forma, os argumentos buscam estreitar a relação causal (b) entre conflito de terra e incompetência administrativa do governo federal:

O índio, tutelado pela União, e os proprietários de terra, que usam como principal argumento no embate o direito à propriedade, estão abandonados pelo seu principal mediador. Este conflito no interior de Mato Grosso do Sul é mais um exemplo da desorganização do Governo Federal, que lida com as demandas de seus cidadãos na fronteira da mesma maneira desastrosa que atua na economia: ampliando uma crise em vez de atuar para mitigá-la. (“Silêncio Ensurdecador”, 2015, p. 2)

No excerto anterior, assim como em outras passagens dos textos, nota-se uma ampliação das definições e o estabelecimento de relações entre personagens. O indígena agora é também tutelado pela União e, portanto, mantém uma relação com o governo federal. Este, por sua vez, é concretizado no discurso também pela Fundação Nacional do Índio (Funai), sugerindo uma cumplicidade entre esses dois personagens. O Cimi e a Famasul são estabelecidos como representantes legítimos dos dois lados envolvidos no conflito. Por conseguinte, a posição editorial afasta-se, no plano retórico, da política de opinião da Famasul. A estreita sintonia entre política editorial e política de opinião dos proprietários rurais, evidente no primeiro editorial, agora não se pronuncia, mas ainda está presente de forma implícita: ao estabelecer os polos da disputa, de um lado, a Famasul e os proprietários rurais, com direito à propriedade, e, de outro lado, os indígenas, o governo federal e o Cimi; em seguida, ao atribuir a responsabilidade pelos conflitos ao governo federal. A posição editorial, destarte, indica o primeiro lado como vítima, sujeito passivo da ação do segundo bloco de personagens, o qual seria responsável pelas contendas e pela falta de solução.

Nesses três editoriais percebe-se, ainda, a ampliação das funções de enquadramento. A proposição de soluções (d) aparece de forma clara: a solução é a intervenção federal mediante “atitudes mais enérgicas e resolutivas” (“Expectativa Frustrada”, 2015, p. 2), o cumprimento da reintegração de posse e a “aprovação da PEC 71, que fixa indenização aos donos das terras que foram demarcadas como reservas indígenas a partir do dia 5 de outubro de 2013” (“Tudo na Mesma”, 2015, p. 2). À definição do problema (a) são acrescentados termos-chave que conformam o enquadramento: “batalhas de uma guerra que já dura décadas” e “bomba que está prestes a explodir”; assim como às causas (b):

Grande parte do conflito agrário entre índios e produtores nasceu da política do governo federal; na época, personalizado pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), com demarcação de terras indígenas, verdadeiras colônias agrárias, que delimitaram

o espaço das comunidades. Do outro lado, muitas áreas foram vendidas a produtores de boa-fé, passando para outras gerações que, agora, enfrentam o problema criado há décadas. (“Expectativa Frustrada”, 2015, p. 2)

No dia 14 de outubro de 2015, é publicado o editorial “Duas CPIs, Pouca Ação”, cuja intenção central é estabelecer uma crítica à criação de duas comissões parlamentares de inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Tal publicação é uma tentativa de defender um ponto-chave do enquadramento apresentado pelo *Correio do Estado*, que, naquele momento, enfrentava um contra-argumento factual. Desde o início da cobertura jornalística, os editoriais se erigiram insistindo que a causa central do conflito é o governo federal, por incompetência, inércia ou descumprimento de promessas. No entanto, a criação de uma CPI para investigar o envolvimento do Cimi – iniciativa de deputados representantes dos proprietários rurais – e outra para apurar a responsabilidade do governo estadual no genocídio de indígenas entre os anos de 2000 e 2015 – esta como resultado da mobilização de deputados ligados às causas indígenas – atinge em cheio o ponto central do enquadramento proposto pelos editoriais até então. A criação das CPI desloca a responsabilidade pelos conflitos do plano federal para o plano estadual. Em outros termos, o que até esse ponto da cobertura era atribuído ao governo federal – o acirramento do conflito entre fazendeiros e indígenas – passa a ser corresponsabilidade dos terceiros interessados e do governo estadual. Em termos retóricos, a criação das CPI na Assembleia constrói-se como uma espécie de *confissão de culpa* dos grupos diretamente envolvidos no conflito. A intenção do editorial, diante dessa circunstância, consiste em desqualificar as duas CPI, insistindo que elas estariam desviando os esforços e gerando ações inúteis; e, conseqüentemente, tentar preservar o núcleo de sua interpretação causal.

A Tabela 1 sistematiza as funções de enquadramento (Entman, 1991, 1993) identificadas nos editoriais do jornal *Correio do Estado* durante o período adotado como recorte empírico da pesquisa.

O enquadramento exibido nos editoriais oferece uma narrativa básica em que a posição da empresa jornalística se evidencia logo no primeiro texto. Os personagens envolvidos e os julgamentos que os caracterizam, a definição do problema e a sinalização das explicações causais são apresentados. Nos demais textos publicados, observa-se um refinamento da caracterização dos personagens (muitas vezes oscilando julgamentos) e das explicações causais, além da proposição de soluções. De maneira geral, tal como expõe a Tabela 1, o enquadramento propõe que o conflito se estabelece entre produtores rurais – caracterizados sempre com termos neutros, positivos ou vitimizadores – e

os demais personagens – qualificados, pelo menos uma vez, negativamente. Como demonstrado, chega-se a estabelecer, implicitamente, uma relação de cumplicidade entre governo federal, Cimi e indígenas. No entanto, estes últimos sempre são colocados numa posição de inferioridade, pois são supostamente manipulados, tutelados e induzidos a agir.

Tabela 1

Funções de enquadramento presentes nos editoriais do Correio do Estado

Funções de enquadramento	
a) problema	Conflito entre indígenas e proprietários rurais; não intervenção do governo federal.
b) causa	Incompetência do governo federal; incitação do conflito por terceiros interessados; política do SPI de criação de reservas e distribuição de terras no estado.
c) julgamento moral	Indígenas: invasores, tutelados pela União, manipulados, abandonados pelo governo federal; Proprietários rurais: invadidos, produtores de boa-fé, abandonados pelo governo federal; Governo federal, Funai, governo Dilma: incompetente, desorganizado; Cimi, Igreja católica: terceiros interessados, provocadores, exploradores do passado que defendem explorados, representantes dos indígenas.
d) proposição de solução	Intervenção enérgica e resolutiva do governo federal; reintegração de posse; aprovação da PEC 71.

Nota. Elaborado pelos autores.

No apontamento das causas do conflito, nota-se um deslocamento da responsabilidade dos personagens diretamente envolvidos para um ente longínquo, no caso, o governo federal. Tal movimento esvazia a discussão sobre os atos de fazendeiros e indígenas. Num vértice retórico, o assassinato de Semião Vilhalva é apenas um dado, uma consequência lógica. A reunião e a deliberação de fazendeiros, que decidem usar os próprios meios para retomar uma fazenda, são vistos como uma ação natural e esperada. Esse ponto de vista é constantemente reforçado pela enumeração de conflitos anteriores, asseverando, pela repetição, a naturalização de atos violentos. Para efeitos de contextualização, em meados de 2015, o governo federal enfrentava uma crise econômica e política pronunciadas. A presidente Dilma Rousseff era alvo de uma série de críticas sobre a condução da economia, além de uma oposição contundente no

parlamento, alimentada, principalmente, pelos desdobramentos dos escândalos de corrupção divulgados nos meios de comunicação em todo o Brasil. Em Mato Grosso do Sul, o jornal *Correio do Estado* assumia o mesmo tom de críticas ao governo federal. Esse contexto fornece os elementos principais constituintes do enquadramento construído para a compreensão dos conflitos que eclodem no longínquo município de Antônio João, na fronteira sul com o Paraguai.

Na construção do argumento central do enquadramento proposto pelos editoriais, observa-se, portanto, uma estratégia retórica que tem por objetivo restringir as possibilidades causais e explicativas. O texto parte de uma assertiva que poderia ser válida, ao menos conjunturalmente, em outro contexto, para tornar aceitável uma explicação causal que não teria força explicativa sem a aceitação da primeira assertiva. A assertiva válida: “o Governo Federal é incompetente na gestão da economia do país”; assertiva restritiva: “o Governo Federal é incompetente para solucionar o conflito entre indígenas e proprietários rurais”. A repetição dessa associação nos vários editoriais publicados no período completa a construção de um jogo de forças, tendo em vista que funciona com base no esquecimento de que não se explicou aquilo de que se fala: os motivos dos conflitos¹¹. Ou seja, do ponto de vista retórico, a vinculação entre incompetência econômica e incompetência na solução dos conflitos fundiários encerra a discussão num quadro de referência compartilhado: gestão/administração. Todo e qualquer problema na economia é posto como uma questão de equalização eficiente e eficaz por meio da racionalização das ações dos agentes, conscientes dos meios disponíveis e dos fins almejados. Da mesma forma, os conflitos entre fazendeiros e indígenas seriam supostamente solucionados pela administração dos interesses em jogo. O enquadramento construído negligencia fatores da disputa simbólica que encontram suas fundamentações no campo dos valores e das tradições para cuja solução nada, ou muito pouco, concorrem medidas de gestão, puramente administrativas.

O quadro de referência tem sua origem, significado e articulação simbólica (Carvalho, 2009; Goffman, 2012) afeitos a um plano político-administrativo mais amplo e encontra sua legitimidade numa polarização político-partidária que não se relaciona diretamente com os conflitos entre indígenas e proprietários rurais. Nesse plano, os interesses, crenças e a visão de mundo de um dos lados em conflito, no caso os proprietários rurais, encontra maior ressonância na posição assumida pelo jornal estudado. O enquadramento construído a partir do quadro primário de referência alicerçado na dicotomia político-administrativa permite um acordo entre o sujeito midiático – a empresa jornalística *Correio do Estado* – e os atores extramidiáticos – predominantemente os proprietários rurais – no estabelecimento de um enredo verossímil (Sodré, 2009). Denomina-se de enquadramento restritivo porque ofusca as complexidades envolvidas nos

¹¹Etnograficamente falando, faz-se preciso registrar que o acirramento do conflito decorre de experiências concretas vivenciadas em Mato Grosso do Sul nos últimos trinta anos.

conflitos entre fazendeiros e indígenas em Mato Grosso do Sul. No entanto, o argumento não resiste ao imperativo dos fatos. Quando duas CPI regionais são instituídas para investigar as responsabilidades dos personagens locais, a fragilidade do enquadramento se manifesta e uma contradição se estabelece. A verossimilhança esvai-se na parcialidade, na insuficiência e na restrição ao posicionamento de uma das partes envolvidas no conflito.

Concernente ao contexto que ilumina a análise, a conformação de enquadramentos midiáticos relacionados ao que Banducci (2009) caracteriza como ideologia da cultura sul-mato-grossense, a construção apresentada nos editoriais do jornal *Correio do Estado* não se forma a partir de uma identidade contrastiva em que a legitimidade de um *nós* contra um *eles* se baseia em elementos diacríticos que definem o *ser* sul-mato-grossense. O plano semântico em que se insere o enquadramento diz respeito, antes, à dicotomia político-administrativo-partidária representada, grosso modo, pela polarização situação-governo federal/oposição-governo estadual, em que o *nós* localiza-se no segundo polo e o *eles* no primeiro. Porém, na contramão da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que reconheceu os direitos originários aos indígenas, a exemplo do direito às terras tradicionalmente ocupadas¹², a ocultação da cidadania das etnias indígenas, marca decalcada na identidade forjada desde a *geração de 1930*, encontra uma vez mais vazão no silenciamento da política de opinião estudada.

¹²O Artigo 231 da Constituição Brasileira de 1988 e seus sucessivos parágrafos expressa o reconhecimento aos indígenas de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Por sua vez, o Artigo 67 da mesma Carta Magna destaca que “a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição” (Brasil, 1988).

O QUE SE DIZ NOS JORNAIS SOBRE OS CONFLITOS: DAS COLUNAS

Entre as colunas, considera-se no recorte empírico da pesquisa os artigos de membros da sociedade civil convidados ou espontaneamente enviados ao jornal cuja temática gira, direta ou transversalmente, em torno dos problemas concernentes aos conflitos entre proprietários rurais e indígenas. Em tese, esses artigos têm o papel fundamental na promoção do debate e ampliação do conhecimento sobre determinado tema quando há uma real recepção de ideias, posições, argumentos e pontos de vista polifônicos e polissêmicos, nos quais se promove ou não o verdadeiro debate público. No *Correio do Estado*, as colunas ocupam posição de destaque, localizadas na página 2, ao lado dos editoriais. Para efeitos deste artigo, foram selecionados cinco artigos assinados por representantes da sociedade civil sul-mato-grossense.

Nesse ínterim, duas colunas do psicanalista Valfrido Chaves são de significativa pertinência na demonstração dos argumentos acerca da relação entre enquadramentos jornalísticos e a ideologia da cultura sul-mato-grossense. O texto “Colonização à Brasileira”, datado do dia 28 de agosto de 2015, curiosamente

é uma republicação¹³ que antecede o assassinato de Semião Vilhalva e, assim, juntamente com o editorial do mesmo dia, encerra o quadro geral a partir do qual se pretende definir o acontecimento jornalístico “conflito entre indígenas e produtores rurais”. O segundo texto, “Conflito Indígena, o Judiciário e o ‘Carai’” complementa o primeiro, ampliando as funções de enquadramento.

O título “Colonização à Brasileira” remete a um plano semântico ancorado na história da ocupação do território e na suposta submissão à vontade do elemento introduzido. A adjetivação com a locução “à brasileira” exprime uma idiossincrasia, uma singularidade, da forma de colonização realizada no Brasil – tal como se diz de uma receita culinária, um modo de preparar típico do brasileiro. Fornece, desse modo, um tom irônico que se deslinda no decorrer do texto a partir da introdução dos personagens, da polarização estabelecida e da definição das funções de enquadramento. A mesma polarização verificada nos editoriais se acentua e se refina com a introdução de adornos, perfazendo uma moldura talhada, esculpida, pelo requinte de uma linguagem incisiva e eficaz na definição dos quadros de referência acionados. Na caracterização dos personagens que emergem no discurso, é explicitado o sentido moral da polarização estabelecida.

No polo positivo, encontram-se os produtores rurais. São os “pioneiros”, “ex-combatentes (da Guerra do Paraguai)”, povo tenaz e de fibra que viveu uma “história árdua, muitas vezes violenta, em que a solidão e a falta de recursos eram soberanas” (Chaves, 2015a, p. 2). Mais tarde vieram os “sulistas”, “sangue novo, com vocação para o trabalho árduo com a terra e a produção agrícola”. O produtor é o “bode expiatório”, são os “brasileiros dignos que vivem para o trabalho e suas famílias”, expulsos de terras “legítimas”. No polo negativo localizam-se os agentes do Estado. Esse personagem da narrativa é concretizado na figura dos procuradores federais sectários, “militantes”, representantes de “um projeto de poder no qual a luta de classes deve ceder lugar à promoção do conflito étnico e racial entre brasileiros”. Sob a influência do polo negativo encontram-se os indígenas, entendidos como povos atrasados, à margem do “progresso” e do “desenvolvimento”; “indigentes”, “alcoólatras”, “terroristas”, “sem perspectiva”, submetidos ao “trabalho escravo”, enredados na “prostituição”, “estupros e impunidade”. Ainda há, nas palavras do autor, “índios latifundiários”. Mas os indígenas são também vitimizados, pois “forças escusas” agem “promovendo manipulações político-ideológicas”.

O problema (a) apresentado no texto é a expulsão dos pioneiros de suas propriedades legítimas e, por seu turno, a interpretação da própria Constituição. Essa expulsão é vista como crime coletivo, perpetrado por índios, influenciados por forças escusas e sob a conivência estatal. A causa (b) do problema seria uma

¹³Segundo informação do próprio jornal, o texto foi originalmente publicado uma década antes.

Indústria de conflitos e invasões que quer semear ódios definitivos entre índios e pioneiros, sob o olhar conivente do aparelho estatal, quando procuradores federais “defendem índios”, mas, sectariamente, esquecem que a Constituição é um todo em que a etnia não determina privilégios ou culpas inatas. (Chaves, 2015a, p. 2)

Ao lançar mão de termos-chave como “pioneiros”, “vocação” e “trabalho” (“com vocação para o trabalho”), “tenacidade” e “fibra”, o autor define os traços psicossociais e comportamentais dos que seriam os legítimos colonizadores, sempre em contraposição aos “tutelados”, “indigentes” e “terroristas” que, de fato, sob a proteção dos “militantes” da esfera estatal, estariam ocupando a terra. Uma oposição estruturante se estabelece, portanto, entre, de um lado, a colonização como livre iniciativa, empreendedorismo e, de outro, a colonização tutelada pelo Estado “à brasileira”.

Em segundo texto publicado pelo mesmo autor, no dia 29 de setembro de 2015, portanto um mês após o primeiro artigo, nota-se a reafirmação dos principais pontos. No entanto, se no primeiro a intenção era apresentar um quadro inicial e amplo por meio do qual se enunciavam as formas básicas da definição do problema, das causas e dos julgamentos morais, no segundo o cerne é a exortação da neutralidade do Poder Judiciário como proposição de solução (d) para o dissenso (Chaves, 2015b, p. 2).

A estratégia retórica adotada é a comparação da ação do Judiciário com a função do *Carai* entre os povos indígenas. Segundo o autor, os povos que habitavam o território brasileiro quando da chegada dos portugueses viviam em diferentes grupos e aldeias, ora aliados, ora inimigos. As relações entre esses diferentes grupos obedeciam a uma série de regras. A desobediência a essas regras de convívio poderia levar a conflitos. Nesse “universo guerreiro”, o *Carai* era o indivíduo que não pertencia a nenhuma linhagem guerreira e por isso circulava entre os diversos grupos, agindo como guia para a “Terra sem mal” e como promotor da paz. Caberia ao Poder Judiciário assumir sua “função *Carai*” e reestabelecer o estado de direito e democrático que, no entender do articulista, estava rompido pela condição beligerante estabelecida entre indígenas e proprietários rurais. Isso aconteceria porque os “ingênuos” indígenas seriam manipulados por interesses ideológicos e fisiológicos de agentes de fora e de dentro do aparelho estatal.

No primeiro texto, os indígenas estavam posicionados próximo ao polo negativo, junto dos agentes manipuladores. O enquadramento sugerido colocava-os como estranhos, diferentes dos pioneiros, dos desbravadores, tenazes e vocacionados sul-mato-grossenses: os proprietários rurais. No segundo texto, a estratégia é reposicionar os indígenas. Agora são “brasileiros que podiam estar

lado a lado”, injustiçados historicamente pelos colonizadores europeus, desde que não obnubilados por ideologias exógenas (o polo negativo é identificado como a “esquerda radical”).

Na sequência, o texto intitulado “Cuidado com a fronteira!” (Mendes, 2015), assinado pelo presidente da Comissão Local de Assuntos Agrários e Agronegócio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MS), de 2 de setembro de 2015, chama a atenção para um problema (a) derivado do conflito entre fazendeiros e indígenas: a segurança na fronteira. Segundo o autor, a causa (b) de sua preocupação seria a participação de “facções paraguaias” no conflito em Antônio João. Diante do fato, propõe (d) a intervenção das Forças Armadas brasileiras, alegando que recairia às autoridades constituídas a acusação de crime de responsabilidade caso não determinassem a intervenção militar imediata. Em seu argumento, eivado de citações de leis, evoca o patriotismo do tenente Antônio João (que, curiosamente, empresta o nome ao município onde naquele momento se estabeleciam os conflitos) na Guerra do Paraguai ao resistir, mesmo ciente de sua iminente derrota, às investidas do exército de Solano Lopes. Depois de afirmar que aos proprietários rurais é garantido o direito à “retomada”, mais uma vez apoiando-se em uma leitura de fragmentos da Constituição e de leis ordinárias, termina por dizer que as “portei­ras abertas a estrangeiros” estão fragilizando a soberania nacional.

Concernente à categoria analítica *personagens*, o que se verifica é a entrada em cena, agora de forma explícita, de “facções paraguaias” como incitadoras dos conflitos. O governo federal ainda comparece no discurso como grande responsável e inerte. Os proprietários rurais continuam como vítimas que têm o direito à “retomada” de suas terras. Nota-se uma busca por legitimação do enquadramento por meio do acionamento de quadros de referência que se constroem sobre uma dicotomia básica entre nacional/estrangeiro. A utilização de termos e expressões-chave como “defesa de fronteira”, “estrangeiro”, “segurança nacional” e “soberania nacional”, conotando, em seguida, que o direito de “retomada” pelos proprietários rurais seria similar à garantia patriótica do território nacional, que estaria de “portei­ras abertas a estrangeiros”, assim como as portei­ras das fazendas foram invadidas por indígenas. Oferece-se um amálgama entre conflitos de indígenas com produtores rurais e disputas fronteiriças entre brasileiros e paraguaios. Dessa forma, fica implícita a associação dos proprietários rurais aos “nacionais”, ao *nós*, com direito de retomar a terra de facções estrangeiras, que por constituírem “facções” e por serem “estrangeiras” podem e devem ser repelidas com o uso da força. Conota-se, aqui, que a intenção é justificar o uso desproporcional da força por proprietários rurais nas ações do dia 29 de agosto de 2015, que culminaram na morte do indígena Semião Vilhalva.

Nos textos do dia 3 e 16 de setembro de 2015, verifica-se uma abordagem explícita do artifício retórico de enquadramento dos conflitos. O jornalista e advogado Ruy Sant’Anna faz uma crítica ao governo da presidente Dilma Rousseff e do seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), nos textos de nome “Lucro dos Banqueiros e a Pergunta: De Onde Tirar o Dinheiro?” e “Vida Desalinhada, Invasões Indígenas e Projeto Pró-Jaca”. Ressalta que medidas econômicas que ampliam impostos geram desemprego, inflação e aumento do rendimento dos bancos. Contribuem, ainda, para a desconfiança no governo, que, segundo o autor, deveria cortar gastos e não aumentar arrecadação com impostos. Nessa caracterização, ao governo federal associam-se as ações e os predicativos como “incompetente”, “não deve ser perdoado”, “mentiroso”, “desfaçatez”, “*luminares* brasileiros” (aqui, acentuando o tom irônico), “expandem a ganância irracional”, autor (o governo federal) de “pedaladas e irregularidades orçamentárias” (Sant’Anna, 2015a) e “estelionato eleitoral” (Sant’Anna, 2015b). Afirma que o governo estaria lançando o “projeto jaca”, “fruta enorme, com cheiro forte e de difícil digestão” (Sant’Anna, 2015b).

Após essa crítica veemente, introduz o outro personagem: os proprietários rurais. Esses são caracterizados como “os que carregam o país nas costas e a nação sobre seus ombros”, “bravos e honestos” e “o que sofrem os produtores é humilhante e injusto”:

Estes sempre foram e continuam sendo tratados injustamente, mesmo com uma representante do agronegócio no seio ministerial de Dilma. De ano a ano, aumentam as invasões indígenas em áreas rurais adquiridas de boa fé e tituladas pelo Governo. Os produtores não são invasores; são proprietários. Se houver alguma questão jurídica que seja desfavorável aos ruralistas, eles têm que ter sua terra adquirida pelo Governo e pagas com justiça, sobre todos os bens acrescidos sobre a terras que eram nuas, e, hoje, produzem. (Sant’Anna, 2015a, p. 2)

O excerto expõe não só o julgamento moral (c) dos personagens e suas posições nos conflitos, como sugere uma solução (d) para o problema: a “indenização justa” aos proprietários. Depreende-se que o quadro de referência acionado na definição do enquadramento dos fatos aproxima-se do esforço empreendido pelos editoriais publicados. Busca-se vincular a eventual incompetência do governo federal na gestão político-econômica com uma incapacidade de mediar e solucionar os conflitos entre indígenas e proprietários rurais em Mato Grosso do Sul. Tal interpretação exime as partes envolvidas de responsabilidade pelos seus atos e, ao mesmo tempo, desloca a força explicativa de uma assertiva previamente compartilhada e aceita para uma assertiva cuja pretensão é encerrar o enquadramento dos fatos.

O enquadramento geral acentua a polarização apresentada nos editoriais, principalmente vinculando atributos morais aos personagens envolvidos. Fica clara uma delimitação entre o *bem* e o *mal*, o *certo* e o *errado*. Todavia, a composição dos polos antagônicos varia. Observa-se uma ambiguidade na caracterização e no posicionamento dos indígenas que segue desde a mais contundente desqualificação moral até a comiseração e a indulgência. Ora os indígenas são posicionados junto ao governo federal, às “facções terroristas”, aos “militantes”, aos “grevistas”, aos “sem-terra”; ora são deslocados para o campo dos inocentes e vitimados por ações dos “maus”. Para efeitos de sistematização, a Tabela 2 apresenta as funções de enquadramento (Entman, 1991, 1993) identificadas nas colunas analisadas do jornal *Correio do Estado*.

Tabela 2

Funções de enquadramento nas colunas de opinião do Correio do Estado

Funções de enquadramento	
a) problema	Conflito entre indígenas e proprietários rurais; não intervenção do governo federal; invasão estrangeira; instabilidade social; segurança nacional; invasão de propriedade privada.
b) causa	Incompetência e fraqueza do governo federal; incitação do conflito por “terroristas-comunistas-leninistas” e facções paraguaias; defesa da propriedade privada.
c) julgamento moral	Indígenas: invasores, destruidores selvagens, atrasados, indigentes, alcoólatras, protegidos pela União, por comunistas e por terroristas, agem como grevistas e sem-terra, caboclos, latifundiários; por outro lado são manipulados, abandonados pelo governo federal; Proprietários rurais: invadidos, produtores de boa-fé, abandonados pelo governo federal, carregam o Brasil nas costas, corajosos, desbravadores do sertão inóspito, arrojados, intrépidos, humilhados, injustiçados, bodes-expiatórios, pioneiros, dignos, trabalhadores, ex-combatentes da guerra do Paraguai, povo tenaz e de fibra; Governo federal (Funai, governo Dilma, PT): incompetente, corrupto, fraco, comunista, mentiroso, pseudointelectuais; Poder Judiciário: mediador, pacificador.
d) proposição de solução	Intervenção enérgica e resolutiva; reintegração de posse; desapropriação com indenização justa dos fazendeiros.

Nota. Elaborado pelos autores.

No polo negativo, o que se observa é a ampliação dos quadros de referência acionados. Nos editoriais se deslindou uma moldura político-administrativa da qual derivam adjetivos como “incompetente”, “desorganizado” e “inoperante”. Nos artigos, como demonstra a sistematização da Tabela 2, o elemento político-ideológico é acentuado ao rotular o governo federal de “comunista”, “leninista” e “marxista”; e ao apresentar agentes públicos, no caso membros do Ministério Público Federal, como “militantes”. Ademais, há a menção vaga a “terroristas” como simples alavanca capaz de fechar o quadro de referência proposto. A eloquência das qualificações se pronuncia, nos casos analisados, como um apelo emocional ao leitor a fim de mobilizá-lo na aceitação de uma proposição que, na verdade, não explica os fatos.

No polo positivo, a miríade de termos-chave leva a um quadro de referência afeito à ideologia da cultura sul-mato-grossense. É na caracterização dos proprietários rurais que surgem os mesmos atributos abissais (Santos, 2007) que definem a identidade de Mato Grosso do Sul forjada desde os anos 1930. Os elementos diacríticos que permitem dizer quem compõe o *ser* sul-mato-grossense são alçados à condição de qualidades morais que legitimam o ponto de vista dos proprietários rurais na definição dos fatos. Dizer que são pioneiros, arrojados, trabalhadores, desbravadores do sertão inóspito e ex-combatentes confere autenticidade, justifica o direito de mando e a ideologia da classe de proprietários rurais no discurso histórico que, quando retomado, no momento de adensamento das contradições sociais, revela, por outro lado, a fragilidade e a artificialidade desse mesmo discurso. A necessidade de reiteração dos atributos a cada conflito deflagrado revela a crise da forma de dominação tradicional que, aos olhos dos dominadores, ainda são suficientes para justificar a submissão e recato da população indígena do estado de Mato Grosso do Sul. A despeito da descrença dos dominados, o enquadramento que toma como referência elementos de uma ideologia da cultura presta-se a convencer os próprios dominadores do *direito* de exercer o domínio e, conseqüentemente, a justificar o uso desproporcional da força nos conflitos.

Constitui-se um enquadramento que aciona vários quadros de referência ou níveis composicionais. Isto é, um nível presente ou imediato: a incompetência na gestão da crise político-econômica, que se constrói na articulação dos conflitos entre indígenas e proprietários rurais com temas que são contemporâneos e mobilizam a opinião pública e, por isso mesmo, são tratados, concomitantemente, pelos diversos meios de comunicação. E um nível periférico: polarizações político-ideológicas que acionam referência à delimitação entre *amigos e inimigos*, *nacionais e estrangeiros*, um *nós* e um *eles*. Denota-se que a ideologia da cultura se apresenta como quadro latente de referência – de matriz histórica – ao qual se recorre para conferir legitimidade à construção retórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressalta a necessidade de reflexão sobre o significado dos enquadramentos propostos nos textos em sua dinâmica de articulação da opinião pública com as opiniões publicadas e as políticas de opinião (Gomes, 2009) em disputa quando a temática circunscreve os povos indígenas e os seus conflitos com proprietários rurais em Mato Grosso do Sul. No jornal *Correio do Estado*, o principal veículo impresso do estado, observa-se desde o início da cobertura dos fatos, em 2015, a reboque do assassinato da liderança indígena Semião Vilhalva, um alinhamento retórico da política editorial com a política de opinião defendida, principalmente, pelos grupos que representam os interesses dos produtores rurais.

O primeiro editorial apresentado nesta análise é explícito na tomada de posição ao *filiar-se*, acriticamente, às percepções e opiniões dos proprietários rurais. Destes, toma para si as representações sobre os personagens envolvidos, principalmente indígenas e os movimentos sociais organizados. Essa afinidade política e ideológica fica evidente na definição das colunas de opinião veiculadas no jornal. Em sua maioria, os textos se aproximam da política de opinião dos representantes dos proprietários rurais. Os enquadramentos apresentados buscam legitimar argumentos valendo-se de estereótipos e de preconceitos, historicamente construídos e ideologicamente sedimentados num discurso identitário, eivado de julgamentos morais, acerca dos genuínos sul-mato-grossenses. Junto a argumentos racionais sobre direito de propriedade, princípios constitucionais e estado de direito, entre outros, projetam-se uma série de qualificações substanciais que funcionam como marcadores de pertença a estatutos sociais diferenciados. Em termos retóricos, na linha de um “pensamento abissal” (Santos, 2007), conota-se que os proprietários rurais seriam, *ad infinitum*, hierarquicamente superiores aos povos indígenas porque compartilham os atributos morais e constitutivos que definem o verdadeiro *ser* sul-mato-grossense.

O enquadramento proposto estabelece uma ponte entre opinião publicada e senso comum, estabilizando a realidade social (Sodré, 2009) na medida em que aciona elementos afeitos a uma ideologia da cultura sul-mato-grossense, nesse caso comparecendo como quadro de referência primário compartilhado não apenas pelo grupo de interesse, mas sobretudo (por isso a importância) difundido entre a comunidade de sentido (Gomes, 2009) à qual se dirigem os articulistas do jornal. Este quadro de referência primário, que penetra e molda os discursos veiculados no jornal, seleciona, silencia e exacerba características da realidade social e, sobretudo, indica o sentido e a forma como deve ser decodificada a realidade, porque é compartilhado e mobiliza-se para estruturar a experiência dos sujeitos envolvidos na ação (Goffman, 2012). É, portanto, na medida em

que a ideologia da cultura sul-mato-grossense estrutura a experiência da vida cotidiana em Mato Grosso do Sul que se conforma eficientemente o discurso midiático local.

O jornal *Correio do Estado* não só tem sua sede e a maioria de seus leitores distantes aproximadamente 300 quilômetros da região do conflito, como também explicita um afastamento simbólico ainda maior da realidade vivida por indígenas no sul do estado. Consequentemente, o enquadramento dos fatos atravessados pelas mediações estudadas é, em parte, diverso daqueles hipoteticamente acionados nos contextos locais. Dessa forma, evidencia-se o papel da ideologia da cultura sul-mato-grossense no posicionamento do jornal: é uma matriz cultural que funciona como quadro de referência primário de uma comunidade de sentido que estabelece uma distinção simbólica entre indígenas e proprietários rurais que se pretende suficiente para justificar quem é o legítimo detentor das terras em Mato Grosso do Sul. Trata-se de um simples transbordamento do discurso identitário que define, a um só tempo, quem são os *verdadeiros* sul-mato-grossenses e quem tem o direito de mando na região, para um contexto de disputas em torno do direito à terra, cujos termos em contenda remetem aos preceitos constitucionais firmados na Carta de 1988.

Nesse sentido, as construções retóricas veiculadas no jornal *Correio do Estado* não favorecem o debate, o esclarecimento e a defesa de posições, mas, antes, a imposição de uma opinião previamente tomada como verdadeira e certa, cuja intenção é, tão somente, angariar adeptos apelando para um sentimento identitário preocupado em definir quem é o *amigo* e o *inimigo*, o *nós* e o *outro*, deturpando, por conseguinte, os termos do debate; isto é, transborda-se num espaço cerceado e dominado por um dos lados em disputa, articulando sua posição a partir de estereótipos e preconceitos, compartilhados, principalmente, pela elite tradicional e ruralista no estado. ■

REFERÊNCIAS

- Amarilha, C. M. M. (2006). *Os intelectuais e o poder: História, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados]. Repositório do Programa de Pós-Graduação em História. <https://bit.ly/3tvrWhf>
- Banducci, A., Jr. (2009). Tradição e ideologia: Construção da identidade em MS. In M. A. Menegazzo & A. Banducci Jr. (Orgs.), *Travessias e Limites: Escritos sobre identidade e o regional* (pp. 107-134). Editora UFMS.
- Bittar, M. (2009). *Mato Grosso do Sul, a construção de um Estado* (vol. 1). Editora UFMS.

- Carvalho, C. A. (2009). Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico. *Contemporânea*, 9(2), 1-15. <http://bit.ly/3eSBwaa>
- Chaparro, M. C. (2008). *Sotaques d'aquém e d'além mar: Travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. Summus.
- Chaves, V. (2015a, 28 de agosto). Colonização à brasileira. *Correio do Estado*, 2.
- Chaves, V. (2015b, 29 de setembro). Conflito indígena, o judiciário e o 'Carai'. *Correio do Estado*, 2.
- Conselho Indigenista Missionário. (2016). *Cartografia de ataques contra indígenas: Dossiê: Um genocídio em curso no Mato Grosso do Sul*. <https://caci.cimi.org.br>.
- Constituição da República Federativa do Brasil*. (1988). Senado Federal.
- Dal Moro, N. (2012). *O pensar da elite sobre o povo comum: Espaço público, viver urbano e reterritorialização do centro da cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Biblioteca Digital da PUCSP. <https://bit.ly/3toNGLU>
- Duas CPIs, pouca ação. (2015, 14 de outubro). *Correio do Estado*, 2.
- Entman, R. (1991). Framing U.S. coverage of international news: Contrasts in narratives of the KAL and Iran air incidents. *Journal of Communication*, 41(4), 16-27. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1991.tb02328.x>
- Entman, R. (1993). Framing: Towards clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Expectativa frustrada. (2015, 4 de setembro). *Correio do Estado*, 2.
- Gitlin, T. (2003). *The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the New Left*. University of California Press.
- Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Vozes.
- Gomes, W. (2009). *Jornalismo, fatos e interesses: Ensaios de teorias do jornalismo*. Insular.
- Kuypers, J. (2009). *Rhetorical criticism: Perspectives in action*. Lexington.
- Lopes, M. I. V. (2005). *Pesquisa em comunicação*. Loyola.
- Martins, J. S. (2010). *A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e história na modernidade anômala*. Contexto.
- Melo, J. M., & Assis, F. (2010). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. Editora Umesp.
- Mendes, P. P. (2015, 2 de setembro). Cuidado com a fronteira! *Correio do Estado*, 2.
- Ortiz, R. (1988). *A moderna tradição brasileira: Cultura brasileira e indústria cultural*. Brasiliense.
- Queiroz, P. R. C. (2006). Mato Grosso/Mato Grosso do Sul: Divisionismo e identidades (um breve ensaio). *Diálogos*, 10(2), 128-156. <https://bit.ly/3rYU8ZL>

P

Jornalismo e ideologia da cultura

- Sant'Anna, R. (2015a, 3 de setembro). Lucro dos banqueiros e a pergunta: De onde tirar o dinheiro? *Correio do Estado*, 2.
- Sant'Anna, R. (2015b, 16 de setembro). Vida desalinhada, invasões indígenas e projeto pró-jaca. *Correio do Estado*, 2.
- Santos, B. S. (2007). Para além do pensamento abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46. <https://doi.org/10.4000/rccs.753>
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. Companhia das Letras.
- Sem luz no fim do túnel. (2015, 28 de agosto). *Correio do Estado*, 2.
- Silêncio ensurdecador. (2015, 30 de agosto). *Correio do Estado*, 2.
- Sodré, M. (2009). *A narração do fato: Notas para uma teoria do acontecimento*. Vozes.
- Tudo na mesma. (2015, 20 de setembro). *Correio do Estado*, 2.

Artigo recebido em 27 de junho de 2020 e aprovado em 31 de janeiro de 2021.

Igreja eletrônica, religiosidade midiática, religiosidade mediatizada: Conceitos para pensar as relações entre mídia e religião

Electronic Church, media religiosity, mediatized religiosity: Concepts to reflect on the relationship between media and religion

MARCO TÚLIO DE SOUSA^a

Universidade do Estado de Minas Gerais, Curso de Jornalismo. Divinópolis – MG, Brasil

RESUMO

O crescente número de pesquisas sobre mídia e religião tem favorecido a emergência de um conjunto diverso de olhares sobre o fenômeno, o que se reflete em diferentes metodologias, teorias e conceitos. Este artigo objetiva discutir conceitos recorrentes em trabalhos de pesquisadores desta área, sobretudo no Brasil, e indicar de que modo nos ajudam a entender aspectos dessa problemática, bem como possíveis limitações. Assim, por meio de revisão bibliográfica, reflete-se sobre a produtividade de conceitos gerais como *igreja eletrônica*, *religiosidade midiática*, *religiosidade mediatizada* para pensar as transformações da religião na contemporaneidade nas suas interconexões com a mídia. **Palavras-chave:** Igreja eletrônica, mediatização da religião, mídia e religião, religiosidade midiática, religiosidade mediatizada

^aProfessor da Universidade Estadual de Minas Gerais. Doutor em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É líder do grupo de pesquisa Mediatização e Interfaces (Minter) e membro do grupo de pesquisa Laboratório de Circulação, Imagem e Mediatização (Lacim). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0186-7266>. E-mail: marcotuliosousa@hotmail.com

ABSTRACT

The increasing number of studies on media and religion has favored the emergence of different views on the phenomenon, resulting in different methodologies, theories, and concepts. This paper discusses the recurrent concepts used by researchers in this area, especially in Brazil, showing how they help us understand particular aspects of this problem, as well as its possible limitations. Through a bibliographic review, we reflect on the productivity of general concepts like the *electronic church*, *media religiosity*, *mediatized religiosity* to think on the transformations of contemporary religion in its interconnections with the media.

Keywords: Electronic church, mediatization of religion, media and religion, mediatic religiosity, mediatized religiosity

INTRODUÇÃO

A PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS acadêmicos que procuram sistematizar aspectos da produção científica sobre determinado tema sugere que este já adquiriu certo grau de representatividade na comunidade científica. Outras pistas consistem na realização de eventos, formação de associações científicas e grupos de pesquisa, publicação de dossiês em periódicos e criação periódicos científicos especializados na área. Os estudos em comunicação e religião dão sinais de terem alcançado este reconhecimento nos Estados Unidos e na Europa, onde se verifica “a existência de periódicos científicos especializados com mais de dez anos de publicação contínua, como o *Journal of Communication and Religion*, o *Journal of Media and Religion* e *Journal of Pop Culture and Religion*” (Martino, 2012, p. 219). Além destes, podem ser acrescentados o *Heidelberg Journal of Religions on the Internet* e o *Journal of Religion, Media and Digital Culture*.

No cenário brasileiro há indícios dessa consolidação. Focando iniciativas do campo acadêmico da comunicação¹, selecionamos alguns exemplos:

1. Realização eventos: a) Conferência Brasileira de Comunicação Eclesial (Eclesiocom): promovido de 2006 a 2017 pela Cátedra Unesco de Comunicação, da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp); b) I Jornada de Mídias e Religiões (2012) e Seminário Internacional de Pesquisas em Mídia e Religiões e Processos Sociais (2016, 2018, 2019 e 2020), que tem contado sempre com grupos de trabalho sobre mídia e religião – ambos foram organizados pelo programa de pós-graduação em Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) –; c) Congresso Nacional da Intercom que, desde 2018, conta em suas edições anuais com o grupo de pesquisa (GP) Comunicação e Religião (coordenadores: Magali do Nascimento Cunha e Ricardo Alvarenga);
2. Trabalho de grupos de pesquisa, como: Mídia, Religião e Cultura da Umesp (líderes: Magali do Nascimento Cunha e Jorge Miklos; encerrado em 2018²), Circulação midiática e estratégias comunicacionais da UFSM (líderes: Aline Dalmolin e Viviane Borelli), Publicidade nas Novas Mídias e Narrativas de Consumo da UFPE (líderes: Karla Patriota e Rogério Covaleski), Comunicação e Religiosidade da UFG (líderes: Luiz Signates e Ângela Moraes), Mídia e Processos Sociais (líderes: Antonio Fausto Neto e Pedro Gilberto Gomes) e Laboratório de Circulação, Imagem e Mídia (líder: Ana Paula da Rosa) da Unisinos;

¹ Importante notar que o tema tem atraído a atenção de pesquisadores da teologia, ciência da religião, história, sociologia, antropologia, dentre outros, resultando, inclusive, em diálogos profícuos entre as diferentes áreas. Entretanto, tendo em vista a dificuldade de mapear esse amplo território, limitar-nos-emos neste trabalho a listar algumas contribuições de pesquisadores da área em que nos inserimos.

² Informação disponível no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Com o encerramento do grupo, as atividades (reuniões, projetos de pesquisa, realização de eventos etc.) foram remanejadas para o GP Comunicação e Religião da Intercom.

3. Publicação de dois dossiês pela revista *Comunicação e Informação* (2015, n. 2, e 2016, n. 2) e um pelo *Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional* (2016) e de obras que reúnem coletâneas de textos de diversos pesquisadores, tais como: *Mídia e Religião na Sociedade do Espetáculo* (Marques de Melo et al., 2007), *Mídia e Religião: Entre o Mundo da Fé e o Fiel* (Borelli, 2010), *Mídias e Religião: A Comunicação e a Fé em Sociedades em Mídiação* (Fausto Neto et al. 2013), *Mídia, Religião e Cultura: Percepções e Tendências em Perspectiva Global* (Belotti & Cunha, 2016); *Mitos, Mídias e Religiões na Cultura Contemporânea* (Klein & Camargo, 2017); *Umbanda, Cultura e Comunicação: Olhares e Encruzilhadas* (Camargo, 2019) e *Comunicação, Linguagens e Religiões* (Cunha & Storto, 2020). Além disso, ressaltamos também o livro *Mídia, Religião e Sociedade: Das Palavras às Redes Digitais*, de autoria de Luís Mauro Sá Martino, lançado em 2016;
4. Produção de textos que procuram mapear aspectos dos estudos em comunicação e religião (Cunha, 2002, 2009, 2016; P. G. Gomes, 2010; Martino, 2012, 2015, 2016; Patriota et al., 2016).

Os pontos elencados sugerem que o tema comunicação e religião não só tem despertado o interesse de pesquisadores de diversos programas de pós-graduação em comunicação do país, como também tem levado a movimentos que visam à consolidação de espaços de diálogo. Desse modo, não se trata mais de investigações pontuais de um ou outro(a) pesquisador(a), mas sim da constituição de arranjos que confluem no sentido de fomentar a discussão e promover estabilidade e visibilidade ao tema como objeto de pesquisa científica.

Este artigo se soma aos esforços de sistematização indicados no último tópico. Na esteira do que já foi feito, principalmente, por Assmann (1986), Cunha (2002, 2009), P. G. Gomes (2010) e Martino (2016), serão apresentados e discutidos termos recorrentes utilizados para compreensão de problemáticas referentes às articulações entre mídia e religião focando em três conceitos gerais: *igreja eletrônica*, *religiosidade midiática* e *religiosidade midiaticizada*³.

IGREJA ELETRÔNICA: UM CONCEITO E (OU) UMA EXPRESSÃO DA RELIGIÃO NA MÍDIA

O termo *igreja eletrônica* é um dos mais antigos e o que inicialmente se tornou mais popular na academia e na imprensa para se referir a iniciativas religiosas cristãs na televisão. Deriva da expressão *igreja elétrica*, oriunda da

³ É importante aqui fazer uma diferenciação entre religiosidade e religião. Geralmente, o termo *religião* é empregado para fazer referência à dimensão institucional, que comporta doutrinas, rituais e normas firmadas por uma organização. Já a religiosidade diz respeito ao âmbito experiencial e pragmático na vida dos fiéis, referindo-se ao modo como eles negociam com a oferta (simbólica, prática etc.) das instituições (N. S. Gomes et al., 2014; Rodrigues, 2019). Pode-se, ainda, falar em espiritualidade, o que equivale a “qualquer prática humana que mantém contato entre o mundo cotidiano e um quadro metaempírico mais geral de significado por meio da manipulação individual de sistemas simbólicos” (Hanegraaff, 2017, p. 406), estejam estes ligados ou não a uma instituição religiosa estabelecida. O conceito de religiosidade está contido na concepção de espiritualidade, correspondendo a um tipo de espiritualidade ligada a uma instituição religiosa já existente. A espiritualidade, por sua vez, pode ou não depender de uma instituição religiosa. Como exemplo de espiritualidade não institucionalizada Hanegraaff (2017) cita o movimento Nova Era. Neste artigo, utiliza-se preferencialmente o termo *religiosidade* na formulação dos conceitos, visto que ele preserva relação com a esfera organizacional, mas não se restringe a ela. Recorre-se ao termo *religião* para enfatizar aspectos institucionais ou no sentido de fato social, uso corrente entre pesquisadores desse campo de estudos. Pretende-se explorar essas distinções em textos futuros.

obra *The Electric Church*, publicada em 1979, nos Estados Unidos, por Ben Armstrong, ex-presidente da National Religious Broadcast, associação criada por grupos religiosos com presença na mídia a fim de defender seus interesses junto aos órgãos públicos estadunidenses. Armstrong via a igreja eletrônica a partir de um interesse religioso de cunho missionário, vindo a classificá-la como uma “continuação autêntica e miraculosa da Igreja do Novo Testamento”⁴ (Barka, 2000, p. 32).

⁴No original: “continuation authentique et miraculeuse de l’Église du Nouveau Testament”. Esta e demais traduções, do autor.

Já Schultze, analisando pelo viés acadêmico, define-a a partir de seis características principais:

Com raras exceções, escreve ele, os principais ministros [pastores/padres] na televisão dos Estados Unidos são: 1) financiados pelas doações dos espectadores, 2) organizados em torno de uma personalidade, 3) autenticados pelas experiências que provocam, 4) usam técnicas refinadas, 5) são concebidos para divertir e, 6) marcados pelo espírito de conquista⁵. (Schultze, 1991, p. 28, citado por Barka, 2000, p. 31)

⁵No original: “A de rares exceptions près, écrit-il, les principaux “ministères” à la télévision aux Etats-Unis sont 1) financés par les dons des auditeurs, 2) organisés autour d’une personnalité-vedette, 3) authentifiés par les expériences provoquées, 4) mis au bénéfice des techniques les plus raffinées, 5) conçues pour divertir et 6) marquées par l’esprit de conquête”.

Além dos pontos indicados por Schultze, outro aspecto comum às emissões religiosas consiste nas interpretações de caráter fundamentalista da Bíblia (Cunha, 2002, p. 5). O conceito de igreja eletrônica se relaciona diretamente ao contexto norte-americano e às ações dos chamados televangelistas (líderes religiosos que tinham a televisão como veículo preferencial para suas iniciativas no campo midiático), entre as décadas de 1950 e 1980. Nesse período, representantes do mundo protestante como Billy Graham, Pat Robertson, Oral Roberts, Jerry Falwell e Rex Humbard comandaram programas de sucesso na TV dos Estados Unidos que se expandiram, inclusive, para outros continentes.

O *espírito de conquista*, a visão fundamentalista da Bíblia e o papel de destaque desempenhado pela liderança carismática encontram antecedentes na atuação de pregadores itinerantes que percorreram os Estados Unidos no século XIX e início do XX realizando encontros de reavivamento tanto no meio urbano, quanto rural (os chamados *camps meetings*, realizados em grandes tendas)⁶. Outra fonte que pode ter inspirado os televangelistas foram os programas radiofônicos apresentados por religiosos.

⁶Segundo Campos (1995), a atuação dos pregadores itinerantes e os *camp meetings* também podem ser considerados precursores do movimento pentecostal, que surge na primeira década do século XX.

As primeiras incidências da religião em uma emissora de rádio estadunidense se verificam em 1912 quando, a título experimental, transmite-se um ofício religioso natalino em Massachusetts. No entanto, apenas na década seguinte se verifica um crescente interesse por parte de padres e pastores por esse meio de comunicação. Em 1920 é criada a primeira estação de rádio comercial, a KDKA, em Pittsburgh. No ano seguinte, ela já contava com um programa em que era

transmitido o culto dominical de uma igreja local, atração que foi sucesso imediato (Gutwirth, 1998, p. 17).

O rádio se expande rapidamente pelo país levando consigo a religião. Em 1925, cerca de sessenta estações de rádio americanas (10% do total) pertenciam a igrejas ou instituições ligadas a elas. A expansão seria freada em 1927 com a criação Federal Radio Commission (FRC), órgão governamental que regulamentou o sistema de radiodifusão nos Estados Unidos. As altas taxas de impostos levaram muitas rádios religiosas a falir. Em 1933, apenas 33 delas permaneciam operando (Gutwirth, 1998, p. 17).

Isso fez com que muitas igrejas migrassem seus programas para rádios generalistas. O processo foi facilitado devido a uma norma da FRC que obrigava as rádios a colocarem no ar *programas de interesse geral*, o que abria uma brecha para inserção de programas religiosos de forma gratuita. Todavia, as empresas privilegiavam a cessão de espaço para as tradicionais igrejas protestantes históricas e para a Igreja Católica Apostólica Romana. Isso obrigou pregadores fundamentalistas e suas instituições a comprarem horários na grade de programação e pedirem doações durante as transmissões para a manutenção dessas iniciativas. Dependentes do financiamento da audiência, os pastores são incitados a criar programas mais atrativos, fórmula que depois é copiada pelos televangelistas. Enquanto isso, as beneficiárias dos horários gratuitos persistiram no formato semelhante aos cultos/missas e prédicas bíblicas (Gutwirth, 1998, p. 18).

Nesse período de consolidação do *radioevangelismo*, algumas figuras sobressaem, como Aimée McPerson (fundadora da Igreja do Evangelho Quadrangular), Charles Fuller e os clérigos católicos Charles Coughlin e Fulton Sheen. Os dois primeiros nomes são considerados precursores imediatos dos televangelistas. Com destaque para Aimée, cuja relação com a música e o desempenho como apresentadora prenuncia nomes como Oral Roberts e Jimmy Swaggart, que também atuaram no rádio. Além deles, outras personalidades da igreja eletrônica, como Graham, Falwell e Robertson, também comandaram emissões radiofônicas, inclusive concomitantemente aos projetos na TV.

Apesar da atuação no rádio, é sobretudo pela televisão que tais figuras alcançam notoriedade. Como já mencionado, seus programas tinham em comum a centralidade na figura do televangelista (em detrimento da instituição religiosa), a autenticação pela experiência do espectador, o uso de técnica refinada, sua concepção voltada ao entretenimento, o financiamento pelo público, o espírito de conquista e a interpretação fundamentalista dos preceitos bíblicos (Cunha, 2002; Schultze, 1991, citado por Barka, 2000). Não obstante, as ênfases na pregação variavam.

Rex Humbard centrava a mensagem na família: sua família participava dos programas e cantava em conjunto – música era destaque na programação. Ele não era explícito quanto a posições político-ideológicas e pregava a prosperidade econômico-financeira como bênção divina. Jimmy Swaggart também explorava seu dom musical: tinha muitos discos gravados e os apresentava nos programas. Explorava também a retórica com longas pregações com intensa expressão corporal e emocional. Havia espaço na programação para cursos bíblicos e aulas doutrinárias, quando atacava fortemente as igrejas cristãs. . . . Pat Robertson foi o que teve menor presença no Brasil. Seu programa era, na maior parte, de entretenimento, um programa religioso de variedades, com forte ênfase na política neoconservadora norte-americana – um exemplo foi a campanha aberta pró-Ronald Reagan. (Cunha, 2002, p. 5)

O termo *igreja eletrônica* foi formulado inicialmente para dar conta do televangelismo norte-americano. Em estudos acadêmicos posteriores, encontram-se trabalhos que o preservam, mas ampliam sua abrangência (Martín-Barbero, 1995), e outros em que é considerado insuficiente tanto para a problemática relativa ao contexto dos televangelistas (Assmann, 1986) quanto a desdobramentos outros das relações entre mídia e religião (Cunha, 2002). Atentemo-nos ao primeiro ponto.

Martín-Barbero (1995) discute a questão da secularização na América Latina, argumentando que, ao adentrar os espaços midiáticos, as religiões se remagicizam, abrindo possibilidade de reencantamento da vida cotidiana, o que contrariaria, portanto, a tendência de crescente desencantamento do mundo, conforme postula a teoria da secularização de autores europeus e norte-americanos. Ao utilizar o termo *igreja eletrônica*, o autor faz referência a suas filiações históricas, mas expande a sua aplicação para além do seu contexto inicial.

Entendo por igreja eletrônica, o fenômeno que se iniciou nos Estados Unidos se estendendo pela América Latina principalmente através das igrejas pentecostais, e seu uso mais intensivo dos meios massivos constituindo-se em uma “revolução cultural” que implicou a passagem de milhões de pessoas às seitas protestantes, de milhões de católicos ao mundo protestante e, sobretudo, ao mundo das igrejas fundamentalistas como as pentecostais⁷. (Martín-Barbero, 1995, p. 76)

Martín-Barbero (1995) também propõe uma reflexão que alarga o modo como a igreja eletrônica vinha sendo pensada até então.

Igreja eletrônica então significa o seguinte: algumas igrejas que não se limitam em utilizar os meios de comunicação para fazer mais ampla a audiência de seus

⁷No original: “Entiendo por iglesia electrónica, el fenómeno que se inició en Estados Unidos extendiéndose por América Latina principalmente a través de las iglesias pentecostales, y su uso más intensivo de los medios masivos constituyéndose en una ‘revolución cultural’ por lo que implica el paso de millones de gentes a las sectas protestantes, de millones de católicos al mundo protestante, y sobre todo al mundo de las iglesias más fundamentalistas como las pentecostales”.

sermões, não se limitam a usar os meios para fazer maior o espectro de público que atingem [ênfase adicionada]. A meu ver as igrejas eletrônicas são igrejas que tem se convertido especialmente ao meio rádio e ao meio TV, fazendo da TV e do rádio uma *mediação fundamental da experiência religiosa* [ênfase adicionada]. É dizer, o meio não é simplesmente uma ajuda para amplificar a voz, mas que é um elemento importante, um elemento fundamental do contato religioso, da celebração religiosa, da experiência religiosa [ênfase adicionada]⁸. (p. 76)

O autor, ao pensar a mídia como elemento fundamental da experiência religiosa na contemporaneidade, ultrapassa a visão muito presente nos primeiros estudos acadêmicos de que a igreja eletrônica se decifra pelo entendimento das estratégias mercadológicas utilizadas pelos televangelistas, as quais resultariam em maior visibilidade para eles e suas respectivas instituições. Compreender a igreja eletrônica passa pelo entendimento da constituição da mídia enquanto mediação da religião na contemporaneidade.

Tal como Martín-Barbero, Hugo Assmann (1986), na obra *A Igreja Eletrônica e seu Impacto na América Latina* (uma das primeiras publicadas no Brasil sobre o tema), também trabalha com uma concepção de igreja eletrônica que não se restringe ao contexto imediato dos televangelistas norte-americanos. Porém, diferentemente dele, vincula o termo a um aspecto específico das produções midiático-religiosas que implica pensar no manejo de técnicas da publicidade. De acordo com o autor, “alguns autores veem um lado positivo nessa terminologia pelo fato de ela, apesar de ser ideológica, *insinuar o manejo de técnicas publicitárias* [ênfase adicionada] como de fato sucede na quase totalidade dos programas religiosos de TV” (Assmann, 1986, p. 18). Outros autores criticam tal noção, devido ao uso pouco apropriado do termo igreja, tendo em vista que o que se tem não são exatamente igrejas, mas sim a presença de representantes delas na mídia (Assmann, 1986). Apesar de concordar com a crítica, o pesquisador preserva o termo em sua obra.

Já Cunha (2002, 2009) faz crítica incisiva, sugerindo a insuficiência do conceito. A argumentação da autora se dá em duas frentes: 1) na demonstração de que o que se convencionou chamar igreja eletrônica não contempla aspectos relacionados à presença da religião na mídia quando se consideram desdobramentos do fenômeno na sociedade brasileira; 2) na contestação da utilização dos termos *igreja e eletrônica*.

Diferentemente dos Estados Unidos, onde a televisão foi mais procurada, no Brasil o rádio foi adotado como mídia privilegiada pelos religiosos. Isso decorreu dos altos custos das emissões televisivas e do fato de, inicialmente, a Igreja Católica Apostólica Romana e as protestantes históricas, que então

⁸No original: “Iglesia electrónica entonces significa lo siguiente: unas iglesias que no se limitan a utilizar los medios de comunicación para hacer más amplia la audiencia de sus sermones, no se limitan a usar los medios para hacer más ancho el espectro de público al que llegan. A mi ver las iglesias electrónicas son iglesias que se han convertido especialmente al medio radio y al medio TV, haciendo de la TV y de la radio una mediación fundamental de la experiencia religiosa. Es decir, el medio no es simplemente una ayuda para amplificar la voz sino que es un elemento importante, un elemento fundamental del contacto religioso, de la celebración religiosa, de la experiencia religiosa”.

dispunham de mais recursos financeiros, terem demonstrado pouco interesse na mídia, o que contrasta com as igrejas pentecostais, sobretudo aquelas que surgiram no país a partir das décadas de 1950 e 1960. Essas últimas preferiram investir em programas radiofônicos em função dos menores custos. Outros aspectos específicos de âmbito nacional são apontados por Cunha (2002, 2009):

1. A presença das igrejas (Universal, Católica, Renascer, Mundial, dentre outras) nas rádios e TVs como compradoras de espaços pagos ou detentoras de canais próprios. No contexto norte-americano, a ocupação de espaços se deu mais pela atuação de pregadores que, muitas vezes, se descolavam das suas instituições. Já no Brasil o papel das igrejas foi preponderante e a vinculação com as lideranças era explícita e valorizada;
2. Se até as décadas de 1960 e 1980 os programas de rádio e televisão privilegiavam as pregações, hoje o conteúdo se diversificou, com programas de entretenimento, jornais, clipes musicais, debates, entrevistas, dentre outros. A mídia impressa também acompanha essa tendência, com revistas de variedades voltadas para o público religioso. As mídias religiosas se tornam cada vez mais parecidas com suas correspondentes seculares;
3. O eixo *salvação-milagres-coleta de fundos*, característico das emissões dos televangelistas americanos, dá lugar à ênfase na pregação da prosperidade econômica como resultado das bênçãos de Deus e à guerra espiritual contra o demônio e seu séquito de anjos caídos, especialmente nos programas de igrejas neopentecostais (Universal, Renascer, Mundial, Internacional da Graça, Bola de Neve etc.). Além disso, temas diversos como depressão, estresse, drogas e crises familiares passam a ser abordados e ter tratamento religioso;
4. Nos anos 1960 e 1980 os programas centravam-se na liderança carismática de um membro do clero. Posteriormente, as lideranças continuaram a ter papel relevante, mas é cada vez mais comum notar a emergência de personalidades que apresentam programas voltados para um público-alvo específico (jovens, crianças, adultos com problemas sentimentais etc.) (Cunha, 2002).

Além desses aspectos de ordem contextual e histórica, a autora discorda do uso dos termos *igreja e eletrônica*.

A “Igreja” e suas lideranças podem estar sendo expostas na propaganda da Rede Gospel ou da Rede Record mas . . . a ênfase da mensagem transmitida não é na

“Igreja” e na adesão a ela, mas no cultivo de uma religiosidade que não depende da Igreja, mas que é intimista, autônoma e individualizada. *O que se enfatiza não é a Igreja mas a experiência religiosa mediada pelo meio TV ou rádio, isto é, o meio possibilita o cultivo da religiosidade, independente da adesão a uma comunidade de fé* [ênfase adicionada]. O termo “Eletrônica” também não reflete o processo vivenciado hoje. Esta noção remete à ideia de “massa” centrada no uso do aparato tecnológico oferecido pelos meios de comunicação eletrônicos para disseminação da mensagem religiosa – e aqui poderíamos destacar também a informática com a oferta de uma infinidade de páginas na Internet de cunho religioso. (Cunha, 2002, p. 18)

Cunha (2002, 2009) se aproxima da abordagem Martín-Barbero, a despeito de, ao contrário do autor, abandonar o termo *igreja eletrônica*. Em perspectiva próxima aos estudos culturais, a autora propõe o conceito de *religiosidade midiática*.

RELIGIOSIDADE MIDIÁTICA E OUTRAS PROPOSIÇÕES ALTERNATIVAS À IGREJA ELETRÔNICA

Pode-se dizer que o televangelismo estadunidense foi um dos grandes responsáveis por despertar na academia o interesse em compreender as interações entre mídia e religião (Bruce, 1990, citado por Martino, 2016). Segundo Martino, tal interesse surge primeiro em pesquisas da sociologia da religião na década de 1960, nos quais a mídia ainda figurava como elemento secundário. Nos anos 1980, têm-se as *primeiras aproximações* da área da comunicação com estudos sobre a comunicação eclesial. A partir da década de 1990, os desenvolvimentos das pesquisas nessa área levam à diversificação nas temáticas” (Martino, 2016, p. 19).

Em um primeiro momento, o campo da comunicação bebe em referenciais sociológicos (principalmente sociologia da religião e teoria crítica). Posteriormente, ocorrem deslocamentos epistemológicos que resultam da criação e desenvolvimento de referenciais teóricos nesse campo e da diversificação dos fenômenos que envolvem mídia e religião, dentre os quais podem-se citar: os investimentos das igrejas neopentecostais e da renovação carismática nas mídias eletrônicas e digitais, bem como as inserções das religiões mediúnicas (Umbanda, Candomblé e Espiritismo Kardecista) nessas mídias (Martino, 2016). De uma visão de mídia por vezes instrumental e que se concentrava, sobretudo, nos efeitos produzidos no público a partir das emissões religiosas, passa-se a

uma abordagem compreensiva, que procura entender os tipos de experiências e sentidos que se constroem nas articulações do religioso com o midiático.

Ao voltar nossa atenção para as críticas ao conceito de igreja eletrônica, é possível perceber indícios dessa mudança. Embora o foco deste texto sejam as contribuições na área da comunicação, será possível notar na relação de conceitos listados a seguir que os termos alternativos partem de diversas áreas, o que nos revela, por um lado, a riqueza do diálogo interdisciplinar, e, por outro, a dificuldade em situar de maneira precisa as fronteiras e contribuições de cada campo:

1. Religião comercial: defendida por aqueles que acreditam que os “televangelistas não representem autenticamente a Igreja” (Assmann, 1986, p. 19), essa expressão acentua o viés comercial dos programas, muitos dos quais pediam doações e (ou) vendiam produtos. Assmann (1986) critica o conceito, uma vez que nem todos os programas religiosos apresentam tal característica. Pode-se lembrar, por exemplo, das transmissões de cultos e missas, presentes já nas primeiras emissões religiosas no rádio e que também são veiculados na televisão. Outro problema adicional do conceito consiste no fato de se limitar a uma crítica social à atuação dos televangelistas. A nomenclatura foi proposta por William F. Fore, então membro do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos e presidente da World Association for Christian Communication (WACC), em 1983, por não aceitar o uso do termo igreja devido a questões éticas e morais. Logo, tem mais a ver com discussões internas do campo religioso do que, propriamente, com aspectos organizacionais, sociológicos e históricos;
2. Marketing da fé: sugere que os programas religiosos televisivos se pautam em um modelo publicitário no qual a salvação é ofertada como mercadoria: “clima de sugestão – identificação de uma ‘necessidade’ não suprida – apresentação da ‘resposta’ – Ato de compra” (Assmann, 1986, p. 20). Apesar de mais bem fundamentado que o anterior por procurar identificar uma lógica comum em tais programas, o termo também tem por desvantagem a generalização no tocante ao aspecto comercial. Sua utilização seria adequada para contextos em que pesquisadores identificam tal lógica em funcionamento. No contexto brasileiro, encontram-se traços desse modelo em *programas televisivos de escuta* de confissões cristãs transmitidos durante as madrugadas (Fausto Neto, 2004; Sousa, 2014);
3. Messianismo eletrônico: igualmente surgiu como opção à *igreja eletrônica*. O caráter messiânico diz respeito às lideranças religiosas

na mídia e suas promessas de curas, milagres e salvação. Assmann (1986), porém, discorda de tal definição. Segundo ele, “seria realmente uma pena que o conceito bíblico (e inclusive sociológico) de ‘messianismo’, tão prenhe de esperança e lutas históricas, ficasse aviltado dessa maneira” (Assmann, 1986, p. 21). Além das tensões que pode despertar no meio religioso e em algumas abordagens acadêmicas, como aponta Assmann (1986), trata-se de um termo problemático pela sua limitação a contextos religiosos específicos, notadamente ao âmbito cristão;

4. Assembleia eletrônica: diferentemente dos anteriores, não aparece relacionado ao fenômeno nos Estados Unidos. Manifesta uma preocupação distinta dos demais, sendo mais utilizado no meio intelectual católico com o objetivo de designar a possibilidade de uma experiência comunitária nas transmissões televisivas e radiofônicas das celebrações litúrgicas. Apesar de ainda preservar o problemático significativo *eletrônica*, sua formulação tem a vantagem de ir além da lógica mercadológica que permanece nos anteriores (Assmann, 1986). Preservando o sentido de experiência comunitária via mídia, o conceito poderia se expandir para além do contexto católico e com uma simples substituição de palavras (eletrônica por midiática) perder o teor instrumental. Desse modo, o termo *assembleia midiática* poderia ser útil em pesquisas que abordem experiências nas quais há interação entre fiéis e aqueles que conduzem os ofícios/cerimônias/eventos religiosos em ambiente midiático. Não há uma mídia predefinida⁹.

Os conceitos 1 a 4 são discutidos brevemente em *A Igreja Eletrônica e seu Impacto na América Latina*, de Assmann (1986), como respostas à concepção de igreja eletrônica. As origens dessas críticas nem sempre são indicadas, mas percebe-se que partem principalmente da teologia e da sociologia da religião, áreas de atuação do autor. Assmann (1986) também faz críticas ao termo, mas revela que prefere deixar em aberto a questão sobre qual formulação seria a mais adequada, visto que ainda havia poucos estudos sobre o fenômeno nos Estados Unidos e na América Latina. Desse modo, preserva o seu uso, mas opta por utilizá-lo entre aspas.

Os próximos termos são encontrados em textos acadêmicos da área da comunicação a partir dos anos 2000. As expressões em 5 e 6 tratam de articulações das religiões com a mídia digital. Já *religiosidade midiática* (7) desponta como possível substituto de igreja eletrônica.

⁹ A pandemia da Covid-19 obrigou muitos grupos a migrarem suas atividades religiosas para as mídias (rádio, televisão e, principalmente, internet). Isso criou um cenário rico de experimentações que merecem a atenção da academia.

5. *Cyberchurch* e igreja virtual: relacionam-se à atuação das igrejas na rede, o que inclui a realização de serviços e ofícios no mundo digital que estavam antes disponíveis apenas presencialmente. Ao analisar as duas expressões, P. G. Gomes (2010) sugere que a primeira é mais adequada, visto que o significante virtual se refere à “experimentação de algo antes que seja configurado como real. . . . Ora, isso não pode ser aplicado à Igreja. Uma assembleia virtual não pode ser experimentada antes” (p. 45);
6. Ciber-religião (Miklos, 2010), religião digital (Cunha, 2016) Religião 2.0 (Patriota & Freire, 2015): não encontramos definições rígidas que justifiquem a opção dos autores por um termo em detrimento a outro. É comum, inclusive, encontrar mais de um deles como sinônimo em um mesmo texto. São mais abrangentes, não se restringindo ao âmbito institucional cristão, tal como *cyberchurch* e *igreja virtual*. A despeito de ser usado como sinônimo dos demais, o termo *religião 2.0* parece ter alcance mais específico, voltado a uma fase do desenvolvimento da web (2.0). De forma geral, tais termos designam a presença religiosa no mundo digital e surgem da necessidade de se nomear um fenômeno a partir de objetos específicos analisados pelos autores. O desenvolvimento das pesquisas pode levar a futuras sistematizações que seriam muito bem-vindas para a área;
7. Religiosidade midiática: conceito proposto por Cunha (2002, 2009)¹⁰ como alternativa ao de igreja eletrônica que a autora considera não dar mais conta das complexas relações que envolvem mídia e religião¹¹. Baseando-se em autores ligados aos Estudos Culturais, como Martín-Barbero e Stuart Hall, Cunha (2002, 2009) traz à baila a noção *cultura midiática*, uma resposta crítica à expressão *cultura de massa* formulada em um contexto acadêmico em que a recepção das maiores era vista como padronizada e subordinada às intencionalidades da *indústria cultural*.

¹⁰Não encontramos em textos posteriores da autora publicados em revistas e anais de congressos menções ao conceito de *religiosidade midiática*, tampouco uma revisão que sugira sua insuficiência. Não obstante, parece-nos evidente que as ideias que embasam suas reflexões acompanham esta concepção discutida nos artigos referenciados (Cunha, 2002, 2009).

¹¹Importante notar que o termo também foi utilizado por Hartmann (2002). Entretanto, este autor não propõe uma definição, aplicando-o para diferenciar as ações dos televangelistas brasileiros em relação à *igreja eletrônica*, que ele associa às ações dos televangelistas americanos.

A cultura midiática [ênfase adicionada] vai além ao refletir o paradigma da globalização e do consumo: o mercado, atravessando os países, *teria se consolidado como uma instância fundamental de produção de sentido* [ênfase adicionada]. Neste quadro, as massas não importariam mais, e, sim, o mercado. Na cultura midiática diferença e padronização convivem sincronicamente, pois é no âmbito do mercado, base dessa cultura, que os indivíduos e os grupos sociais constroem suas identidades, partilham expectativas de vida, modos de ser, e o poder se torna virtualizado. (Cunha, 2002, p. 12)

Segundo a autora, a religiosidade midiática, que emerge atrelada a essa cultura, pode ser observada em várias frentes, tais como: na incorporação dos meios de comunicação de massa aos ritos religiosos, os quais se tornam veículos de promoção de sucessos de *bandas gospel*; na promoção de bens de consumo religiosos que propiciam ao fiel experimentar a uma só vez a espiritualidade e o lazer, rompendo, no âmbito evangélico, com costumes da tradição; na criação de celebridades que transitam entre o religioso e o entretenimento (Cunha, 2009).

Enquanto conceito geral para se pensar as relações entre mídia e religião, o termo *religiosidade midiática* é mais proveitoso do que *igreja eletrônica*, que limita a experiência midiático-religiosa ao âmbito institucional cristão e se relaciona a uma visão de um público subordinado a uma lógica mercantilista. Reconhece-se a atuação do aspecto econômico como integrante dessa realidade, mas não se limita a compreensão do fenômeno pela mera identificação de estratégias mercadológicas. O ponto central nessa perspectiva é a consolidação de uma instância de produção de sentido, de experiência religiosa configurada midiaticamente. Desse modo, Cunha (2002, 2009) preserva as contribuições de Martín-Barbero (1995), mas avança a partir dele, na proposição de um conceito que supera as limitações terminológicas e contextuais do de *igreja eletrônica*.

O conceito de *religiosidade midiática* tem três vantagens: 1) atualiza a discussão sobre as relações entre mídia e religião; 2) ao incorporar significantes mais flexíveis e abrangentes, abre-nos a possibilidade de pensar fenômenos em que, embora não haja vinculação explícita com uma organização¹² religiosa ou midiática, há referências ao mundo religioso; 3) sugere a formação e consolidação de formas de cultura religiosa que têm na mídia um de seus elementos definidores.

Outro conceito que tem sido de fundamental importância no desenvolvimento de pesquisas em mídia e religião na área da comunicação surge a partir dos estudos em midiatização.

O conceito de midiatização e a religiosidade midiatizada

Midiatizada, a religião se transforma. A palavra *transformação* é crucial para entendermos o conceito de midiatização. Apesar das formulações e aplicações particulares, encontramos um entendimento comum de que

podemos definir a midiatização como o conceito usado para analisar a inter-relação (de longo prazo) entre a mudança da mídia e da comunicação, por um lado, e a mudança da cultura e da sociedade, por outro, de uma maneira crítica. (Hepp, 2014, p. 51)

¹²Daí a utilização do termo *religiosidade* em vez de *religião*, que guarda mais proximidade com o âmbito institucional. Nesse sentido, constitui exemplo interessante a tese de doutorado de Iuri Andréas Reblin (2012), em que o autor analisa aspectos da religiosidade cristã em heróis dos quadrinhos como Superman e Shazam.

¹³Pode-se questionar se, do ponto de vista da recepção, a escuta do ofício pelo rádio pode ser compreendida como experiência religiosa midiaticizada, já que houve mudança no modo de se experimentar o ritual. No entanto, esta discussão extrapola os objetivos deste texto.

¹⁴Embora não seja nosso objetivo mapear essa discussão, é importante observar que em 2014 foi publicado um artigo de autoria dos ingleses Deacon e Stanyer em que pontuam críticas às pesquisas em midiaticização. Um dos pontos destacados pelos autores é justamente o risco de se deslizar para o *midia-centrismo*. O texto levou a uma resposta de Hepp et al. (2015). Esses autores argumentam, distinguindo o *midia-centrismo* da pesquisa *midia-centrada* que corresponde a um esforço específico desses investigadores em estudar o papel da mídia sem, contudo, a colocar como condicionadora da sociedade.

¹⁵É importante notar que diversas abordagens trabalham com o conceito de *midia-centrismo*. Dentre elas, destacamos três que têm sido acionadas em trabalhos publicados no país: institucionalista, construtivista e semiótico-discursiva interacional. As duas primeiras têm como expoentes autores europeus, como Stig Hjarvard (institucionalista) e Andreas Hepp (construtivista) e a terceira tem sido desenvolvida especialmente por pesquisadores latino-americanos, dentre eles: Eliseo Verón, Mario Carlón, Ana Paula da Rosa, Viviane Borelli, José Luiz Braga, Jairo Ferreira, Antonio Fausto Neto e Pedro Gilberto Gomes. Não entraremos em mais detalhes visto que isso escapa aos objetivos do artigo.

De modo semelhante, afirma P. G. Gomes (2016) que “a *midia-centração* é usada como um conceito para descrever o processo de expansão dos diferentes meios técnicos e considerar as interações entre a mudança comunicativa dos meios e a mudança sociocultural” (p. 1).

Dessa maneira, *midia-centração* não diz respeito simplesmente à presença da mídia na religião. Uma mera transmissão de um ofício religioso pelo rádio ou pela televisão não significa que ele foi *midia-centrado*. “A *midia-centração* tem início no momento em que as mídias . . . tornam-se parte das atividades individuais e institucionais. Quando processos sociais assumem novas configurações, ganhando outras formas e contornos, aí se pode pensar em termos de *midia-centração*” (Martino, 2016, pp. 36-37).

As primeiras experiências dos padres e pastores na rádio estadunidense foram marcadas pela mera transposição das *prédicas dominicais* para esse veículo, o que configura uma prática *midia-tica*, mas não necessariamente uma prática *midia-centrada* do ponto de vista da sua produção¹³, visto que não houve transformação no âmbito da linguagem, do modo de se fazer/ser religião. Em um segundo momento, a necessidade de financiamento levou *pregadores fundamentalistas* a criarem emissões mais atrativas, que incorporavam a linguagem *radiofônica* na construção da mensagem religiosa. Nesse caso, pode-se falar em *midia-centração* da religião uma vez que se verificou transformação da prática religiosa na sua articulação com o *midia-tico*.

Importante frisar que *midia-centração* não corresponde à mera submissão da sociedade a uma (pres)suposta influência *midia-tica*, o que levaria ao risco do *midia-centrismo*¹⁴, ou seja, de se tomar a mídia como eixo único que determina os processos sociais. Há, na verdade, um intercâmbio entre as “*lógicas de mídia*” (Hjarvard, 2014) e as *lógicas* de outros campos sociais mediada pelas ações de operadores do campo e pelos atores sociais que, de maneira conjunta e heterogênea, constroem novas práticas sociais. É neste entremeio que podemos localizar as “*lógicas da midia-centração*” (Braga, 2015). Elas se constituem neste contato, nesta fricção entre as diversas *lógicas* que ora se sobrepõem, ora se harmonizam, que se agenciam mutuamente e são agenciadas pelas experiências e ações dos atores sociais. Constituem, portanto, percursos *espiralizados* e *multidirecionais* em constante reconfiguração, cujo destino não se pode presumir de antemão. Ao analista cabe a assumir postos (o lugar de onde se analisa) e pontos de observação (o que se analisa) e mapear como esses pontos se ligam, se combinam, se articulam a outros no fazer social, vindo a constituir arranjos. Isso significa adotar uma abordagem teórica e uma metodologia mais adequadas às configurações do objeto de pesquisa e à pergunta que a ele se faz¹⁵.

Considerando as interações entre campos e atores sociais na sua relação com a dimensão religiosa (organizações, símbolos, linguagens, crenças etc.), propomos sistematizar os estudos em midiaticização da religião e da religiosidade em quatro frentes¹⁶ que contemplam as seguintes ênfases de pesquisa: 1) o religioso na mídia laica; 2) produções midiáticas de organizações religiosas; 3) a participação da mídia (e do campo midiático) na interação do campo religioso com outros campos sociais; 4) o religioso na produção midiática dos indivíduos e agrupamentos formados por eles na internet. É importante notar que não se tem por objetivo propor uma classificação rígida pela qual as investigações são alocadas em uma ou outra vertente. Fazer isso contraria a natureza heterogênea das pesquisas e seus atravessamentos mútuos. Trata-se de uma proposta de organização que permite identificar tendências e interesses dos pesquisadores no que tange ao processo de midiaticização da religião e da religiosidade:

1. Mídia laica → religioso. Reflete-se, sobretudo, sobre produções midiáticas ficcionais e não ficcionais que constroem narrativas em que figuram personagens, personalidades, instituições do mundo religioso existente ou ficcional ou, ainda, estabelecem um universo religioso próprio em suas tramas. As investigações dão a ver formas de contato com o religioso alheias às organizações religiosas. Em pesquisa feita na Dinamarca, Hjarvard observa que houve crescimento na quantidade de conteúdo religioso na mídia a partir da década de 1990, o que inclui desde produções ficcionais a programas televisivos que abordam o paranormal, o sobrenatural ou problemáticas institucionais das religiões (Hjarvard, 2006). Citando Jenkins, afirma que as “*fan cultures*” chegam a ter muitos aspectos semelhantes aos de grupos religiosos, apesar dos distintos “objetos de adoração”. Outro aspecto destacado pelo autor é o papel da mídia laica na atualização e recriação de rituais como casamentos e funerais, podendo disputar ou compartilhar interesses com as igrejas. A investigação o leva a concluir que, embora não haja um impacto uniforme, a midiaticização pode fazer com que se fale em ressacralização da sociedade pela mídia, perda da autoridade institucional das religiões e promoção de rituais cada vez mais secularizados (Hjarvard, 2006). Ainda nessa vertente, pode-se pensar também em análises que identificam configurações simbólicas que se apoiam no religioso, sem explicitá-lo, como o faz Bratosin (2004) ao analisar a construção de uma representação mítica nas comunicações públicas do ex-presidente francês Jacques Chirac por meio do uso do significante *concertação* (*concertation*);

¹⁶Partimos inicialmente da proposta de Martino (2012), que identifica três tendências: 1) a religiosidade na mídia laica; 2) as produções midiáticas de organizações religiosas; 3) a discussão sobre midiaticização e secularização.

2. Mídia religiosa → religioso. Volta-se para o modo como as organizações religiosas se apropriam da mídia. A midiaticização aparece aqui a partir das ações das próprias organizações que veem na mídia um espaço estratégico. Procura-se observar as implicações para as instituições religiosas, seu público interno (fiéis) e externo (não fiéis). Pensa-se sobre a produção ou/e recepção de tais produções midiáticas. Pesquisas nessa área têm refletido a respeito da reconfiguração da linguagem religiosa e de seus rituais a partir de discursos que, a despeito de suas nuances particulares (mais ou menos conversionistas), levam em conta estratégias tecnodiscursivas que primam pelo afeto, pela emoção e pela criação de pontos de vínculo que compensem a não simultaneidade espacial. Ao analisar produções televisivas católicas e evangélicas na TV brasileira, Fausto Neto (2004) observa que, em comum, desponta nas emissões uma “religiosidade do contato” pela qual a distância física é compensada por uma linguagem que prima pela proximidade seguindo uma dinâmica interacional que se assemelha a de consultórios médicos e psicoterápicos. Sbardelotto (2012), por sua vez, trata da configuração de rituais midiaticizados em portais católicos em que é possível, por exemplo, acender uma vela ou rezar o terço on-line. Desse modo, elabora-se “não apenas uma liturgia assistida pela mídia, mas também uma liturgia centrada, vivida, praticada e experienciada pela mídia, em que esta também oferece modelos para as práticas, o espaço e o imaginário litúrgicos” (p. 12). Já a investigação de Sousa (2018a) sobre rituais em programas televisivos da Igreja Universal do Reino de Deus aponta que a midiaticização da religião pode instaurar pontos de sacralização da mídia. A bênção do copo com água sobre o aparelho televisivo e os exorcismos feitos durante participações por telefone não trazem inovações de linguagens e práticas somente para o campo religioso, instaurando também outras formas de se relacionar com a mídia (inclusive com o seu dispositivo tecnológico) não presentes na mídia laica. Ou seja, a própria mídia é afetada pelas lógicas de midiaticização, visto que elas se produzem numa dinâmica de inter-relação do campo midiático com outros campos sociais e não por mera submissão a uma suposta influência da mídia;
3. Campo religioso ← mídia → demais campos sociais. Dedicar-se a refletir sobre como o midiático participa nas relações que se estabelecem entre o campo religioso, outros campos e atores sociais. Trabalhos nessa frente tratam de estratégias de ocupação de espaços na mídia e/ou as configurações discursivo-midiáticas que despontam

dessa ocupação. O religioso e o midiático tornam-se espaços públicos de disputas de poder e de sentido na sociedade. Pesquisas têm destacado, por exemplo, a atuação de organizações religiosas e seus representantes em disputas eleitorais (Damasio, 2020; Martino, 2014), a atuação de parlamentares ligados ao campo religioso e as respectivas reações dos indivíduos na mídia, especialmente nas redes sociais digitais (Marques & Guimarães, 2018). Isso ocorre não somente quando o campo religioso desloca sua atuação para a esfera pública, ao interferir na configuração de fenômenos e práticas próprias de outros campos sociais, como o político, mas também no sentido inverso. A tese de doutorado de Borelli (2007), ao analisar a midiática da romaria da Medianeira (Santa Maria, RS) pela Rede Vida de Televisão, constitui interessante exemplo de análise das ações dos campos político, econômico e da segurança pública junto ao campo religioso na configuração de uma romaria midiaticizada;

4. Mídias dos indivíduos → religiosidade. O advento da internet e, especialmente, das redes sociais digitais possibilitou aos atores sociais a produção de conteúdo midiático, o que antes ficava restrito às organizações de mídia e entidades com poder financeiro. A internet emerge como um espaço de experimentações e bricolagens no qual os indivíduos buscam modos de se relacionar com o universo religioso. Rituais religiosos são reconfigurados em iniciativas como grupos de oração pelo WhatsApp (Sousa, 2018b) e páginas de grupos no Facebook que abordam a doutrina de uma religião ou temas atuais pela ótica religiosa (Rosa, 2018; Sbardelotto, 2014), favorecendo agrupamentos de sujeitos distantes no espaço físico, mas que comungam de um mesmo interesse¹⁷. Esse cenário favorece a emergência de lideranças religiosas que não compõem o quadro eclesial de uma instituição, mas discutem e fazem com que a religião esteja presente no espaço público. A autoridade religiosa se uberiza (Tudor & Herteliu, 2017). Tal fenômeno impõe desafios às instituições, que, diante dessa realidade, se veem na necessidade de instaurar novos pontos de contato no espaço público¹⁸, gerando, inclusive, reflexões no âmbito da teologia, *ciberteologias* (Spadaro, 2012). Outro desafio se instaura quando da profusão de críticas negativas e campanhas de linchamento digital nas redes sociais digitais. Se antes o gerenciamento das crises pelas organizações religiosas se dava por ações e negociações entre o campo religioso e os demais campos sociais, agora isto transborda para uma infinidade de perfis, inclusive falsos, nas redes sociais digitais. Ou

¹⁷Cunha (2016) cita a formação de grupos de fiéis “sem-igreja” (p. 14), pessoas que se consideram religiosas, mas que não pertencem a uma instituição específica, nas redes sociais digitais como um dos fenômenos da religiosidade no ambiente digital.

¹⁸Em 2017, a Igreja Católica concedeu ao responsável pelo blog e página no Facebook “O Catequista” (administrado por leigos católicos) uma credencial reservada apenas aos jornalistas setoriais que cobrem o Vaticano. Foi a primeira vez em sua história que a instituição concedeu este tipo de autorização a alguém que não mora em Roma (Rosa, 2018)

seja, a presença na web, ao mesmo tempo que se configura como uma *quase obrigação* para a sobrevivência de uma organização religiosa no espaço público, fragiliza-a, expondo a si e a suas lideranças à constante vigilância pública dos atores nas redes.

As pesquisas em mediatização chamam a atenção para uma *religiosidade em processo*, sujeita às injunções dos campos sociais, às ações dos indivíduos e às potencialidades ofertadas pelas tecnologias de comunicação e pelas lógicas próprias do campo midiático. Práticas religiosas mediatizadas configuram novas práticas de sentido, que dizem de um novo modo de se vivenciar a fé na contemporaneidade. As *frentes de estudos* descritas aclaram aspectos parciais desta transformação social que toca não apenas o religioso e organizações religiosas, mas diz também de mudanças profundas da sociedade.

O conceito de religiosidade mediatizada torna-se fundamental para pensar essa realidade. Não se congela uma realidade ou uma configuração específica do fenômeno, pois a mediatização diz de um objeto dinâmico que flui e parece sempre escapar. Cabe aos pesquisadores a tarefa de captar recortes, realidades parciais, que permitem perceber nas partes o todo que as engendra. Trata-se de um conceito que, tal como o de *religiosidade midiática*, atualiza a discussão sobre mídia e religião e abre a possibilidade de pensar fenômenos que não se circunscrevem, necessariamente, às ações do campo religioso institucionalizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nomes são relacionais, são formas de dizer o mundo (Ferrara, 2010). O escolher está implicado na tarefa de nomear de tal modo que, ao dizer o que algo é, deixa-se subtendido o que ele não é. Nomear é circunscrever e delimitar. Conceituar, por sua vez, é nomear uma ideia, é trazer para a esfera da sensibilidade, do reconhecimento, o que caracteriza um fenômeno. De acordo Ferrara (2010),

se o conceito corresponde àquela necessidade disciplinadora e codificadora do mundo, seu nome deve corresponder a uma espécie de registro causal das manifestações do mundo, *de modo que acreditamos conhecer através dos nomes que atribuímos às coisas que queremos conhecer* [ênfase adicionada]. (pp. 53-54)

Conceitos têm importância estratégica para o *fazer ciência* não só por aclararem à mente dinâmicas de funcionamento de fenômenos do mundo, mas também pelo seu potencial heurístico, ensejando novas teorizações. Todavia, correm o risco de congelar uma realidade e perder de vista o objeto. O conceito de igreja eletrônica, ainda na década de 1980, teve papel fundamental

por fornecer uma chave de compreensão para as ações dos radioevangelistas e, principalmente, dos televangelistas, despertando a atenção da sociedade e da comunidade científica para as implicações das relações que se constituíam entre mídias e religiões.

Todavia, o conceito se mostrou problemático já na sua origem em função da associação pouco produtiva dos significantes *igreja* e *eletrônica*, o que se pode atribuir, pelo menos em parte, a sua formulação inicial não acadêmica. Uma segunda razão consiste nos desdobramentos posteriores das relações entre mídia e religião no âmbito cristão em que despontaram configurações distintas do modelo de produto midiático centrado na celebridade religiosa e caracterizado pelo manejo de técnicas publicitárias com foco em uma experiência individualizada e intimista (Assmann, 1986; Cunha, 2002). Ainda que Martín-Barbero (1995) e Assmann (1986) o apliquem para pensar realidades distintas das dos televangelistas norte-americanos, o nome não dá conta do fenômeno que designa. Essa incompatibilidade sugere que ele deve ser substituído ou, no limite, que seu uso permaneça apenas como referência ao fenômeno do televangelismo estadunidense do século XX.

Nesse cenário, *religiosidade midiática* e *religiosidade midiaticizada* se apresentam como proposições alternativas à *igreja eletrônica*. Essas formulações despontam a partir da década de 1990 e dos anos 2000 na área da comunicação, momento em que os objetos e as abordagens teóricas para pensar mídia e religião se diversificam (Martino, 2016). Quando comparados analiticamente com o conceito de igreja eletrônica, observa-se que ambos agrupam significantes mais abertos, não limitando à reflexão ao âmbito institucional cristão. Desse modo, permitem expandir, sem perdas semânticas, a reflexão para outras religiões (budismo, islamismo, hinduísmo, umbanda, candomblé, espiritismo kardecista etc.) e para manifestações que não necessariamente funcionam segundo as prescrições de uma organização religiosa. A utilização do termo *religiosidade* é estratégica, visto que não se deixa dizer o que é próprio da religião e ao mesmo tempo não se aprisionam os fenômenos à esfera institucional. Essa maleabilidade que os conceitos sugerem é interessante, especialmente para a área da comunicação, que convive com o desafio de construir um substrato teórico confiável para alicerçar o campo, mas que não despreze a mobilidade característica do seu objeto de estudo (Ferrara, 2010).

A despeito das semelhanças, seria imprudente e contraprodutivo igualar os conceitos, visto que cada um tem afinidade com correntes teóricas específicas e, por conseguinte, chamam a atenção para algum aspecto particular. Enquanto *religiosidade midiática*, de Cunha (2002), se aproxima dos Estudos Culturais e de autores como Martín-Barbero e Stuart Hall, *religiosidade midiaticizada* vincula-se

diretamente às pesquisas em midiaticização. Com *religiosidade midiática* se evidencia certa estabilização das relações entre mídias e religiosidades que vêm a compor o caldo cultural da sociedade contemporânea e, portanto, constituir uma matriz de sentido pela qual o religioso se manifesta e é vivenciado. Já *religiosidade midiaticizada* destaca o caráter processual do fenômeno, que não corresponde a um produto acabado, mas sujeito a (re)formulações a partir das ações dos sujeitos e dos campos sociais nas suas relações com o midiático, fenômenos que recobrem mudanças do religioso em diversos âmbitos (institucional, cultural e semiótico-discursivo internacional).

Não obstante tais diferenças, os conceitos não se excluem. No tocante a suas ancoragens teóricas, podem se observar aproximações diretas, como a utilização do conceito de midiaticização por Cunha (2016), ou indiretas, pela articulação da discussão do conceito de midiaticização com desenvolvimentos da teoria das mediações de Martín-Barbero, como faz Braga (2012) ao se referir à ênfase dada por Martín-Barbero às “mediações comunicativas da cultura” (p. 34). Mais do que diferir, os conceitos parecem ser complementares. A *religiosidade midiática* se constitui por meio do processo de midiaticização, estabilizando-se como referência a partir da qual se constroem práticas sociais (e práticas de sentido) dos sujeitos e das organizações no tocante à dimensão religiosa do fazer social. Tal estabilidade não significa imobilidade, dada a permeabilidade midiática aos processos sociais que vêm constituir uma religiosidade em processo, uma religiosidade midiaticizada.

Em outras palavras, o conceito de religiosidade midiática aponta que as transformações oriundas da midiaticização da sociedade no âmbito das práticas religiosas não são pontuais, fadadas ao desaparecimento, mas da ordem da consolidação de uma cultura que referencia a vida dos sujeitos na sua relação com o religioso. Com *religiosidade midiaticizada* se sugere que essa religiosidade midiática não se trata de um produto acabado, sendo sujeita a reformulações contínuas, dado o caráter processual próprio do fenômeno da midiaticização. Por esse motivo, não faz sentido propor que um desses conceitos supera ou anula o outro. Ambos emergem em contextos teóricos distintos de maneira quase sincrônica como resultado do avanço das pesquisas em mídia e religião e colocam ênfase em diferentes aspectos de um fenômeno que poderia ser traduzido, de maneira econômica, como *a consolidação de uma cultura religiosa midiática em permanente transformação*.

Logo, o desafio não é a exclusão, mas sim a busca de pontos de aproximação e refinamentos desses conceitos a partir de testagens sucessivas nas pesquisas que permitiriam observar em que medida nos ajudam a responder as perguntas que fazemos aos nossos objetos. Pode-se pensar em derivações

desses conceitos a partir de contextos específicos de análise. Desse modo, seria possível falar, sem que haja prejuízos epistemológicos, em: 1) religião midiática e religião midiaticizada para focar no âmbito institucional (exemplo: sites e programas de televisão criados por instituições religiosas); 2) religiosidade midiática e religiosidade midiaticizada para precisar objetos em que aspectos de institucionalidade estão presentes, mas a organização religiosa não é a responsável direta pela inserção na mídia (exemplo: grupos de oração pelo WhatsApp, páginas de leigos no Facebook); 3) espiritualidade midiática e espiritualidade midiaticizada quando não se verificam aspectos institucionais (exemplo: páginas e perfis de benzedeiros e novos movimentos religiosos nas mídias digitais). O uso destes termos já ocorre em textos acadêmicos da área, mas ainda demanda um esforço de sistematização, o que pode ser feito em trabalhos futuros. ■

REFERÊNCIAS

- Assmann, H. (1986). *A igreja eletrônica e seu impacto na América Latina*. Vozes.
- Barka, M. B. (2000). Religion et nouvelles technologies de la communication de masse: L'exemple de l'Église électronique. *Fac-Réflexion*, 53(4), 30-40. <https://bit.ly/2OQXijT>
- Belotti, K. K., & Cunha, M. N. (2016). *Mídia, religião e cultura: Percepções e tendências em perspectiva global*. Prismas.
- Borelli, V. (2007) *Da festa ao cerimonial midiático: As estratégias de midiaticização da telermaria da Medianeira pela Rede Vida* [Tese de doutorado, Universidade do Vale do Rio dos Sinos]. Repositório institucional da Unisinos. <http://bit.ly/390nfEw>
- Borelli, V. (2010). *Mídia e religião: Entre o mundo da fé e o do fiel*. E-Papers.
- Braga, J. L. (2012). Circuitos versus campos sociais. In M. Â. Matos, J. Janoti Jr., & N. Jacks (Orgs.), *Mediação & midiaticização* (pp. 31-52). Edufba.
- Braga, J. L. (2015). Lógicas da mídia, lógicas de midiaticização? In N. R. Anselmino, A. Fausto Neto, & I. L. Gindin (Orgs.), *Relatos de investigaciones sobre mediaticizaciones* (pp. 15-32). UNR Editora.
- Bratosin, S. (2004). La concertation dans le discours du président Jacques Chirac: Sur les traces d'une représentation mythique. *Argumentum*, (3), 11-35.
- Camargo, H. W. de. (2019). *Umbanda, cultura e comunicação: Olhares e encruzilhadas*. Syntagma.
- Campos, L. de C., Jr. (1995). *Pentecostalismo: As religiões na história*. Ática.
- Cunha, M. N. (2002). *O conceito de Religiosidade Midiática como atualização do conceito de Igreja Eletrônica em tempos de cultura gospel* [Artigo apresentado].

- XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador, BA, Brasil. <https://bit.ly/3r9QT0c>
- Cunha, M. N. (2009). Religiosidade midiática em tempos de cultura “gospel”. *Tempo e Presença Digital*, 4(15). <https://bit.ly/3vFZATH>
- Cunha, M. N. (2016). Elucidações contemporâneas nos estudos brasileiros em mídia e religião: A perspectiva das mediações culturais e comunicacionais. *Revista Famecos*, 23(2), ID22280. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.2.22280>
- Cunha, M. N., & Storto, L. (2020). *Comunicação, linguagens e religiões*. Syntagma.
- Damasio, J. (2020). Da caridade à cidadania em fluxos: Posicionamentos espíritas nas Eleições 2018. *Compólitica*, 10(2), 135-166. <https://doi.org/10.21878/compolitica.2020.10.2.400>
- Deacon, D., & Stanyer, J. (2014). Mediatization: Key concept or conceptual bandwagon? *Media, Culture & Society*, 36(7):1032-1044. <https://doi.org/10.1177/0163443714542218>
- Fausto Neto, A. (2004). Religião do contato: Estratégias dos novos “templos midiáticos”. *Em Questão*, 2(1), 163-182. <http://bit.ly/3s7vXbE>
- Fausto Neto, A., Gomes, P. G., Magalhães, T., & Sbardelotto, M. (2013). *Mídias e religião: A comunicação e a fé em sociedades em midiaticização* (2ª ed.). Editora Unisinos.
- Ferrara, L. D. (2010). A estratégia empírica da comunicação. In J. L. Braga, M. I. V. Lopes, & L. C. Martino (Orgs.), *Pesquisa empírica em comunicação* (pp. 51-69). Paulus.
- Gomes, N. S.; Farina, M.; Forno, C. (2014). Espiritualidade, religiosidade e religião: Reflexão de conceitos em artigos psicológicos. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(2), 107-112.
- Gomes, P. G. (2010). *Da igreja eletrônica à sociedade em midiaticização*. Paulinas.
- Gomes, P. G. (2016). Midiaticização: Um conceito, múltiplas vozes. *Revista Famecos*, 23(2), ID22253. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2016.2.22253>
- Gutwirth, J. (1998). *L'église électronique : La saga des télévangélistes*. Bayard.
- Hanegraaff, W. J. (2017). Espiritualidades da nova era como uma religião secular: Perspectiva de um historiador (F. L. Stern & C. Bein, trads.). *Religare*, 14(2), 403-424. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1982-6605.2017v14n2.37587>
- Hartmann, A. (2002). Religiosidade midiática: Uma nova agenda pública na construção de sentidos. *IHU-Online*. <https://bit.ly/2OStFi7>
- Hepp, A. (2014). As configurações comunicativas de mundos midiaticizados: Pesquisa da midiaticização na era da “mediação de tudo”. *MATRIZES*, 8(1), 45-64. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i1p45-64>

- Hepp, A., Hjarvard, S., & Lundby, K. (2015). Mediatization: Theorizing the interplay between media, culture and society. *Media, Culture & Society*, 37(2), 314-324. <https://doi.org/10.1177/0163443715573835>
- Hjarvard, S. (2006). *The mediatization of religion: A theory of the media as an agent of religious change* [Artigo apresentado]. 5th International Conference on Media, Religion and Culture: Mediating Religion in the Context of Multicultural Tension. Estocolmo, Suécia. <https://bit.ly/2aUgntp>
- Hjarvard, S. (2014). *A midiatização da cultura e da sociedade*. Editora Unisinos.
- Klein, A., & Camargo, H. W. de. (2017). *Mitos, mídias e religiões na cultura contemporânea*. Syntagma.
- Marques, A. C. S., & Guimarães, B. M. A. (2018). Conversações políticas e midiatização no Facebook: Interações e conflitos a partir dos comentários sobre as ações da Frente Parlamentar Evangélica. *Intercom*, 41(3), 87-103. <https://doi.org/10.1590/1809-5844201835>
- Marques de Melo, J., Gobbi, M. C., & Endo, A. C. B. (2007). *Mídia e religião na sociedade do espetáculo*. Universidade Metodista de São Paulo.
- Martín-Barbero, J. (1995). Secularización, desencanto y reencantamiento mas-mediático. *Dialogos de la Comunicación*, (41), 71-81. <https://bit.ly/3r7eejh>
- Martino, L. M. S. (2012). Mediação e midiatização em suas articulações teóricas e práticas: um levantamento de hipóteses e problemáticas. In M. Â. Matos, J. Janoti Jr., & N. Jacks (Orgs.), *Mediação & midiatização* (pp. 219-244). Edufba.
- Martino, L. M. S. (2014). Mediatização da religião e esfera pública nas eleições paulistanas de 2012. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (14), 7-26. <https://doi.org/10.1590/0103-335220141401>
- Martino, L. M. S. (2015). A midiatização do campo religioso: esboço de uma síntese possível. *Comunicação & Informação (UFG)*, (18), 6-21.
- Martino, L. M. S. (2016). *Mídia, religião e sociedade: Das palavras às redes digitais*. Paulus.
- Miklos, J. (2010). *A construção de vínculos religiosos na cibercultura: A ciberreligião*. [Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Repositório institucional da PUC-SP. <https://bit.ly/3s6SrcK>
- Patriota, K. R. P., Falcão, C. C., & Rodrigues, E. C. B. (2016). *A cartografia de um campo: Singularidades e possibilidades nas relações entre Religião e Consumo nos trabalhos desenvolvidos na comunicação* [Artigo apresentado]. XXV Encontro Anual da Compós, Goiânia, GO, Brasil. <https://bit.ly/2OVijtM>
- Patriota, K. R. P., & Freire, A. A. (2015). O religioso na rede: Interações e discursos nas religiões 2.0. *Comunicação & Informação*, 18(2), 39-21. <https://doi.org/10.5216/36820>

- Reblin, I. A. (2012). *A superaventura: Da narratividade e sua expressividade à sua potencialidade teológica* [Tese de doutorado, Escola Superior e Teologia]. Repositório institucional das Faculdades EST. <https://bit.ly/3f0yq3K>
- Rodrigues, D. A. (2019, maio-agosto). Caminhar com fé: Estudo sócio-anropológico de uma peregrinação ao Santuário de Fátima, Portugal. *Estudos de Religião*, 33(2), 181-196.
- Rosa, A. C. P. F. da (2018). *A internet dos leigos: Catolicismo midiático e práticas de consumo como experiência vivida* [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Maria]. Repositório institucional da UFSM. <https://bit.ly/3c5sa8Z>
- Sbardelotto, M. (2012, 12-15 junho). *Dos bits à rede: Entre a experiência religiosa e a representação social do “católico” na internet* [Artigo apresentado]. XXI Encontro Anual da Compós, Juiz de Fora, MG, Brasil. <https://bit.ly/3c8MtT6>
- Sbardelotto, M. (2014, 27-30 maio). *O leigo-amador no contexto da midiaticização: Uma análise da circulação do “religioso” na internet* [Artigo apresentado]. XIII Encontro Anual da Compós, Belém, PA, Brasil. <https://bit.ly/2OZLhIO>
- Sousa, M. T. de. (2014). *As narrativas do reino: Análise narrativa de programas televisivos da Igreja Universal nas madrugadas mineiras* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte]. Repositório institucional da UFMG. <https://bit.ly/30ZT8ZB>
- Sousa, M. T. de. (2018a). Bençãos e exorcismos midiáticos: A emergência de pontos de sacralização na programação televisiva da Igreja Universal nas madrugadas. In: C. A. Barbosa (Org.), *Discursividade pentecostal II: A voz da mídia é a voz de Deus?* (pp. 65-95). Reflexão.
- Sousa, M. T. de. (2018b). Rezando pelo smartphone: Reconfigurações de práticas religiosas em um grupo de oração católico pelo WhatsApp. *Revista Fronteiras*, 20(2), 217-230. <https://doi.org/10.4013/fem.2018.202.07>
- Spadaro, A. (2012). *Ciberteologia: Pensar o Cristianismo em tempos da rede*. Paulinas.
- Tudor, M. A., & Herteliu, A. M. (2017). L'église connectée: Le cas de la plateforme Jesus Market. *Revue des sciences religieuses*, 91(4), 589-604. <https://doi.org/10.4000/rsr.3564>

Artigo recebido em 29 de maio de 2020 e aprovado em 16 de fevereiro de 2021.

Olhares intrusos: Reflexões e miradas sobre um mundo *ch'ixi*

Intrusive gaze: Thoughts and glances upon a ch'ixi world

■ PHELLIPY JÁCOME^a

Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Comunicação Social. Belo Horizonte – MG, Brasil

JULIETA KAROL KABALIN CAMPOS^b

Universidad Nacional de Córdoba, Instituto de Humanidades. Córdoba – Província de Córdoba, Argentina

BRUNO SOUZA LEAL^c

Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Belo Horizonte – MG, Brasil

RESUMO

Esse trabalho reflete sobre articulações entre imagem e imaginário através da problematização do *olhar* como categoria epistêmica. Diante de realidades complexas e temporalmente diversas, defende-se a contradição como condição produtiva. No percurso argumentativo, fazemos um breve incursão nas reflexões do olhar propostas por Gonzalo Abril. Em seguida, buscamos, sinteticamente, explicitar o que Cornelius Castoriadis entende por *lógica conjuntista-identitária* para, então, situar algumas proposições da obra de Rivera Cusicanqui. No diálogo e contraposição entre esses autores, busca-se destacar as contribuições da produção intelectual da socióloga boliviana, explorando as potências e a complexidade da sua proposta *ch'ixi*.

Palavras-chave: Imaginário, mirada, cultura visual, sociologia das imagens

ABSTRACT

This paper reflects on the articulations between image and imaginary by problematizing the *gaze* as an epistemic category. Faced with complex and temporally diverse realities, we argue for contradiction as a productive condition. First, we comment briefly on Gonzalo Abril's reflections on the gaze; then, we explain, in synthesis, what Cornelius Castoriadis understands by *ensemble-identitary logic*, so we can then contextualize some propositions of Rivera Cusicanqui's work. In the dialogue and counterpoint between these authors, we seek to highlight the contributions of the Bolivian sociologist's intellectual production, exploring the powers and complexity of her *ch'ixi* proposal.

Keywords: Imaginary, gaze, visual culture, image sociology

^aProfessor do Departamento de Comunicação Social e pesquisador permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6939-7542>. E-mail: phellipyjacome@gmail.com

^bDoutoranda em Letras pela Universidad Nacional de Córdoba, bolsista do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1616-8815>. E-mail: julietakabalin@gmail.com

^cProfessor do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6937-6976>. E-mail: brunosleal@gmail.com

INTRODUÇÃO

A SOCIÓLOGA SILVIA RIVERA Cusicanqui trabalhou durante dez anos registrando fotografias da destruição de uma antiga rua de sua cidade natal (La Paz, Chukiyawumarka) para tentar compreender as formas confusas da paisagem multitemporal que ali se produzia. Em “Clausurar el Pasado para Inaugurar el Futuro: Desandando por una Calle Paceña” (Rivera Cusicanqui, 2016), a pesquisadora busca enfatizar como diferentes temporalidades coabitam esses espaços: desde a década de 1970, frutos de esforços modernizadores, essa rua pacenha viu serem demolidas inúmeras casonas de adobe e *tambos*¹, construídos pela elite comercial indígena e chola dos séculos XVIII e XIX. Essas edificações, feitas por uma mescla de conhecimentos locais e apropriação de técnicas coloniais, foram destruídas para darem lugar a “cubos de concreto de feição ordinária e gosto estético ‘modernista’, imitador e caricaturesco”² (Rivera Cusicanqui, 2018, p. 23). O argumento do projeto modernizador para a intervenção radical era a precariedade e deterioração daquele espaço, cheio de cortiços e organizado por inquilinatos de difícil tipificação jurídica. Segundo a autora, essas casonas (ocupadas por artesãos, comerciantes, viajantes) eram espaço para a recriação de comunidades urbanas de grande inserção tanto na economia quanto nos processos de luta social da cidade.

¹ Espécie de entrepostos comerciais pré-hispânicos, incorporados ao sistema colonial.

² No original: “Cubos de concreto de ordinária factura y gusto estético ‘modernista’, imitativo y caricaturesco”. Esta e demais traduções, dos autores.

A existência desses espaços, subdivididos caoticamente, serviu de argumento patrimonialista – e de razão capitalista – para destruir as casonas. O paradoxal é que essa destruição só serviu para obliterar a fase democrática de sua habitação – o cortiço – e com isso ressurgiram sintagmas coloniais mais remotos, como o trabalho servil e a exotização³. (Rivera Cusicanqui, 2018, p. 23)

³ No original: “La existencia de esos espacios, subdivididos caóticamente, sirvió de argumento patrimonialista –y de razón capitalista– para destruir las casonas. Lo paradójico es que esa destrucción solo sirvió para obliterar la fase democrática de su habitación – el conventillo– y con ello resurgieron sintagmas coloniales más remotos, como el trabajo servil y la exotización”.

⁴ No original: “medios cuartos para medias personas”.

De maneira temporalmente confusa, a rua Illampu hoje, modernizada, está repleta de agências turísticas que oferecem aventuras para experimentar um passado remoto, distante, com viagens às selvas e aos salares. Além disso, como em muitos bairros e condomínios da classe média brasileira, também é possível observar a construção de apartamentos que oferecem, como padrão de distinção social e de consumo, espaços reservados à classe trabalhadora, onde, como aponta Rivera Cusicanqui (2018), são oferecidos “meios quartos para meias pessoas”⁴ (p. 24). Assim, uma aparente modernidade tenta encobrir, sem sucesso, velhas práticas coloniais, ao promover a manutenção de hierarquias sociais bem delimitadas. Tal como a transformação percebida pela autora na rua Illampu, fruto de esforços modernizadores, vários outros territórios daquilo que se convencionou chamar de América Latina também revelam a

maneira como ideais de progresso tentam promover apagamentos de sujeitos e de temporalidades outras: “os fluxos do mercado interno que a animaram se veem substituídos por uma classe de extrativismo simbólico de viés colonial, que alimenta circuitos globais de depredação e intercâmbio desigual”⁵ (Rivera Cusicanqui, 2018, p. 24).

O movimento analítico desenvolvido por Rivera Cusicanqui, como podemos observar, não busca instituir ou recompor a unidade em uma paisagem visual complexa. Ao contrário, a proposta da pesquisadora vai na direção oposta, de explicitar a simultaneidade espacial de realidades sociais distintas, de temporalidades e forças sociais diversas e desiguais. Verifica-se, portanto, nessa prática imagética, uma construção de imaginário incompatível com concepções de identidade estáveis e determinadas. Neste artigo, nos limites que o circunscrevem, buscaremos explicitar alguns aspectos fundamentais da reflexão de Rivera Cusicanqui acerca de uma *sociologia da imagem*, a seu ver um modo particular de trabalhar imagens e imaginários em que contrários e divergentes não convergem, não produzem síntese nem se resumem a fórmulas aparentemente pacificadoras.

Nosso esforço argumentativo estará centrado na abordagem de um conceito central para apreensão das culturas visuais no campo da comunicação: o *olhar*. Num primeiro momento, retomamos essa conceitualização a partir de Gonzalo Abril, autor do seminal *Cultural Visual, de la Semiótica a la Política* (Abril, 2013), para discutirmos como realidades epistêmicas e temporais advindas de historicidades não coetâneas podem demandar outras considerações acerca do papel do corpo e do imaginário na instituição e análise das imagens. Para nos afastarmos de uma lógica puramente identitária e de conjunto, incapazes de explicar processos sociais descontínuos de nossas modernidades periféricas, retomamos sinteticamente a crítica de Castoriadis (1985) à ideia de uma ontologia herdada e apresentamos como as reflexões de Rivera Cusicanqui acerca de um “olhar intruso” podem complexificar as discussões acerca das culturas visuais. Nessa aproximação, a preocupação é delinear esse caminho analítico-reflexivo, respeitando a potência e a amplitude de sua proposta *ch’ixi*, cotejando-a como uma possibilidade teórico-metodológica instigante para o campo da comunicação.

CULTURA VISUAL: DE QUEM, PARA QUEM?

Um dos desafios contemporâneos de pensar a cultura visual é ampliar a compreensão de suas dinâmicas para além de visadas centradas no texto visual e suas articulações internas ou intertextuais. Noções como “textualidade” (Leal et

⁵No original: “Los flujos del mercado interior que la animaron se han visto sustituidos por una surte de extractivismo simbólico de corte colonial, que alimenta circuitos globales de depredación e intercambio desigual”.

al., 2018) e “texto visual” (Abril, 2007, 2013), entre outras, buscam redimensionar as relações, processos, fronteiras e binarismos aparentemente óbvios entre palavra, imagem, visualidade, visibilidade, invisibilidade e imaginários, explicitando as dinâmicas comunicacionais, políticas, culturais e epistêmicas que constituem as culturas visuais. Emergem então perguntas necessárias (como “imagem de que, para quem?”, “visualidade para quem?”, “cultura visual de quem?” etc.) para localizar e territorializar imagens, culturas visuais e imaginários. Esse *quem* certamente não é um objeto abstrato, uma personagem suposta no texto visual, mas antes uma construção histórico-social, assim como também um sujeito capaz de ação, dotado de saberes e posicionado em meio a uma intrincada rede de relações, afetos, ideologias.

Para o pesquisador espanhol Gonzalo Abril, especialmente ao longo de suas últimas obras, esse *quem* tem um corpo, mas é antes de tudo um olhar (“*mirada*”, nas suas palavras), termo que, nas suas reflexões, designa uma visão modalizada e um dado cultural, pois é exercida a partir de saberes, pressupostos, conhecimentos prévios, ou seja:

⁶No original: “no sólo involucra condiciones perceptivas y sensomotrices (frecuentemente la mirada exige movimiento corporal: alzar o bajar los ojos, girarse, etc.), también condiciones técnicas y estructuras simbólicas determinadas. Articulada con ciertas posiciones y desplazamientos del cuerpo en el espacio, la mirada proporciona algunas de las más fundamentales configuraciones metafóricas (en el sentido de Lakoff y Johnson, 1986) que conforman nuestras categorías epistémicas, morales y afectivas: ‘mirar de frente’ alude a una disposición decidida frente a la verdad o frente a la amenaza (contraria a ‘mirar hacia otro lado’), ‘mirar por encima del hombro’, a una actitud de desprecio hacia los otros, ‘clavar la mirada’ a un límite amenazante de la atención o la vigilancia, ‘sospechar’ procede de *suspectare*, ‘mirar hacia abajo’, como actitud cognitiva y afectiva relacionada con la desconfianza o el miedo, etc.”

não apenas envolve condições perceptivas e sensomotoras (frequentemente o olhar exige movimento corporal: levantar ou baixar os olhos, girar etc.), também condições técnicas e estruturas simbólicas determinadas. Articulada a certas posições e deslocamentos do corpo no espaço, o olhar proporciona algumas das mais fundamentais configurações metafóricas (no sentido de Lakoff e Johnson, 1986) que conformam nossas categorias epistêmicas, morais e afetivas: “olhar de frente” alude a uma disposição decidida frente à verdade ou frente à ameaça (contrariamente a “olhar para outro lado”); “olhar de cima para baixo”, a uma atitude de desprezo em relação aos outros; “fixar o olhar” a um limite perigoso da atenção ou da vigilância; “suspeitar” procede de *suspectare*, “olhar para baixo”, como atitude cognitiva e afetiva relacionada com a desconfiança ou o medo, etc.⁶ (Abril, 2007, pp. 42-43)

Como se percebe, Abril elabora suas reflexões em forte diálogo com perspectivas oriundas das fenomenologia (em especial Merleau-Ponty), semiótica (peirceana e nas correntes europeias, como a francesa e a italiana) e os estudos da imagem (como os trabalhos de Aby Warburg, entre outros). Para o pesquisador espanhol, o olhar é um posicionamento, histórico e socialmente constituído, que implica necessariamente um agir numa dada situação comunicacional. Há certamente grandes vantagens na proposição de Abril, seja na articulação do olhar aos imaginários e às dinâmicas da cultura visual, seja na explicitação de seu caráter simultaneamente corporal e epistêmico, entre outros. Nesse sentido,

ainda que remeta ao olho, à visão, o olhar pode ser entendido como condição específica de percepção e consequentemente de entendimento do mundo. O olho, defende Abril (2007), ao retomar Walter Benjamin, “também se tornou um órgão epistêmico, estético e moral da modernidade”⁷ (p. 22). No entanto, esse olhar permanece ainda, por um lado, impreciso e, por outro, pouco concreto. Impreciso porque – e esse é o preço do caráter propositivo dessa construção conceitual – ele pode, a princípio, ser qualquer saber, qualquer posição, qualquer mirar. Pouco concreto, porque, apesar de ter uma dimensão somática, o modo como Abril o define, ressaltando seu caráter epistêmico, deixa em aberto a pergunta sobre que corpo é esse que olha e qual sua importância efetiva nessas dinâmicas de saber. Assim, por exemplo, um corpo masculino europeu olha do mesmo modo que um corpo feminino asiático? Se pensamos que o corpo não é somente uma biologia, mas um ponto nodal da experiência humana, sendo, portanto, necessariamente histórico-social, parece-nos que não basta supor sua existência. É preciso perguntar “quem corpo?”.

⁷No original: “ha devenido también en un órgano epistêmico, estético y moral de la modernidad”.

Subjaz a essas imprecisões e abstrações, por fim, uma aparente homogeneidade ou univocidade do olhar. A partir dos exemplos oferecidos, Abril nos dá uma gama variada e sugestiva de posições de saber/poder, o que torna bastante potente seu entendimento dos movimentos abrigados no olhar, em suas formas sincrônicas e diacrônicas. No entanto, pode-se perceber também que essas posições são unívocas: atuam numa direção, inserem-se de um modo, sabem um saber. Assim, não apenas o olhar é *um*, como parece se constituir e atuar a partir de um fundo comum de posições culturais já estáveis e compartilhadas por todos os demais agentes e interlocutores. Não parece haver espaço, nas reflexões de Abril, para distinções entre olhar central, lateral, periférico, anticolonial ou estrábico, multiepistêmico. Se a *mirada* é uma metáfora, ela se institui na pressuposição (ao menos é o que se depreende da reflexão do autor), nas contradições e dimensões de um único e mesmo regime epistêmico. Os conflitos e relações de poder se dão sempre nesse território supostamente comum ou universal.

Esse incurso em torno da noção de olhar no pensamento de Gonzalo Abril ganha mais relevo não apenas por suas implicações, potências e limites como também por seu estreito vínculo com o imaginário. Para Abril, as culturas visuais se desenvolvem na articulação entre *visualidade* (relações de visibilidade, invisibilidade, qualidades sensíveis e variáveis perceptivas), *imagem* (representação icônica e imaginários) e *mirada* (sujeitos, tempos e espaços do discurso). Assim, as dinâmicas do olhar são intrinsecamente vinculadas às imagens e imaginários e também aos processos culturais que instituem as visualidades. As culturas visuais se constituem e se transformam a partir dessas (des)articulações. Explicitando seu

entendimento acerca das relações entre imagem e imaginário, Abril (2013) afirma: “as imagens sempre aderem a algum imaginário social, são ao mesmo tempo parte e resultado desses imaginários”⁸ (p. 67). Em diálogo com Wunenburger e Rancière, o pensador espanhol observa que a inter-relação entre imagem e imaginário nos permite trabalhar em direção ao “reconhecimento das ‘funções’ do imaginário e dos imaginários: sua função *política* ou *instituinte prática* . . . seu rendimento no âmbito *lúdico* e na *criação artística*, e, por fim, sua função *cognitiva*”⁹ (p. 67). Além disso, lembra o autor, “pelo fato mesmo de constituir e de expressar ao mesmo tempo os imaginários sociais, as imagens são sempre históricas”¹⁰ (Abril, 2013, p. 67) e estão sempre em meio às disputas em torno do seu uso social e de controle de sentidos. Desse modo é que todo texto seria índice de sua própria historicidade, o que o pressupõe como sendo o resultado provisório de sua inserção numa tradição epistêmica específica, advinda de um imaginário que articula temporalidades e produz uma mirada socialmente modalizada e fortemente identitária.

Ao acentuar o caráter histórico das imagens e dos imaginários, Abril busca explicitar as complexidades do olhar, exigindo que o localizemos em meio às disputas políticas de uso social e de controle de sentido que fazem parte dos processos da cultura visual que o interpela. Nesse sentido, acreditamos que Castoriadis (1985), em sua *A Instituição Imaginária da Sociedade*, dá pistas interessantes sobre as mecânicas de funcionamento do olhar, ao observar criticamente que o *pensamento herdado*, que constitui a tradição de saber ocidental, está moldado numa *lógica conjuntista-identitária*. Em sua defesa do *imaginário radical* e das possibilidades de ruptura e de criação social, o pensador grego questiona essa lógica que apreende as relações sociais a partir de operações identitárias por meio das quais o *novo* é construído por aquilo que já existe, revelando-se então como a manifestação atual de virtualidades contidas naquela sociedade imaginariamente instituída.

Assim, a questão da unidade e da identidade da sociedade e de tal sociedade [é] reduzida à afirmação de uma unidade e identidade dadas de um conjunto de organismos vivos; ou de um hiper-organismo comportando suas próprias necessidade e funções; ou de um grupo natural-lógico de elementos; ou de um sistema de determinações racionais. Da sociedade como tal não sobra, em tudo isso, nada; nada que seja o ser próprio do social, que manifeste um modo de ser diferente do que já sabíamos. Também não resta grande coisa da história, da alteração temporal produzida em e pela sociedade. (Castoriadis, 1985, p. 207)

Sabemos que grande parte de sua obra está dedicada à crítica veemente de correntes de pensamento em voga na Europa nos anos 1970, em especial o

⁸No original: “[l]as imágenes siempre adhieren algún imaginario social, son a la vez parte y resultado de esos imaginarios”.

⁹No original: “reconocimiento de las ‘funciones’ de lo imaginario y de los imaginarios: su función *política* o *instituyente práctica* . . . su rendimiento en el ámbito *lúdico* y en la *creación artística*, y, por fin, su función *cognitiva*”.

¹⁰No original: “[p]or el hecho mismo de constituir y de expresar a la vez los imaginarios sociales, las imágenes son siempre históricas”.

estruturalismo e os funcionalismos, da mesma forma que é também um esforço importante de renovação das tradições marxistas. Mesmo situando os embates que movem com intensidade o pensamento de Castoriadis, é fundamental considerar que suas reflexões sobre o imaginário e sobre os pensamentos de lógica conjuntista-identitária têm como horizonte a diversidade dos modos de existência e o entendimento da vida social como a convivência de diferenças. Nessa perspectiva, a lógica conjuntista-identitária atua para fixar e situar a diversidade como variações de um mesmo princípio temporal e de identidade, que define o conjunto da sociedade e as partes que a compõem, bem como suas possibilidades limitadas de variação. Afinal, nessa perspectiva “a sociedade é pensada como um conjunto de elementos distintos e definidos, referindo-se uns aos outros por relações bem determinadas” (Castoriadis, 1985, p. 212).

A partir do que diz Castoriadis, percebe-se que essa lógica conjuntista-identitária considera que cada *coisa* (sujeito, objeto, acontecimento), cada elemento do conjunto social tem *uma* identidade fixa que o distingue dos demais e à qual a sociedade apenas imprime variações. Essas identidades determinadas e estáveis sustentam então a identidade maior do conjunto desses elementos, seja ele um grupo social ou uma sociedade. Diante dessa estabilização drástica, a diversidade e o novo são, no máximo, alterações que se dão numa mesma base. Castoriadis (1985) observa que, nesses parâmetros, “não existe também meio, dentro desse mesmo limite, de pensarmos a sociedade como coexistência ou como unidade de uma diversidade” (p. 217). Isso exige, para o pensador grego, que se repense o sentido de *ser* para além de essencialidades ou uma condição pré-social. Ou seja, seria preciso

considerar termos que não sejam entidades discretas, separadas, individualizáveis (ou que só assim podem ser colocadas transitoriamente, como termos de referência), isto é, que não sejam elementos de um conjunto, nem redutíveis a tais elementos; relações entre esses termos que não sejam separáveis nem definíveis de forma *unívoca* [ênfase adicionada]. (Castoriadis, 1985, p. 271)

É pela lógica conjuntista-identitária que o imaginário (tal como o sócio-histórico, a representação ou imaginação) pode ser submetido a uma ontologia herdada e instrumentalizado de maneira fixa, como se a historicidade fosse algo linear e plano, fruto de um único saber. Não por acaso, falamos um tanto quanto livremente de um imaginário *ocidental* ou *latino-americano*, por exemplo, homogeneizando sujeitos e apagando enormes zonas de conflito. O autor critica essa postura, partindo de reflexões também temporais para questionar pressupostos universalizantes. Para ele, qualquer sociedade existe configurando

o mundo como seu próprio mundo, e o seu mundo peculiar como *o mundo*, estabelecendo a si próprio e aos outros como parte dele. Ou seja, a imaginação institui a sociedade, mas esse ato de abertura só poderia se efetivar também sob a forma de um enclausuramento e fechamento, motivo pelo qual a imaginação é uma espécie de aporia irreduzível (o *novo* institui uma sociedade que, então, se concebe a partir do *mesmo*). Castoriadis defende que diferentes sociedades criam distintas temporalidades e historicidades que atuam na forma como instituem seus cosmos e produzem imagens sobre esse mundo.

O que acontece, então, quando há uma colisão irreparável entre essas formas temporais, como podemos perceber nos fenômenos da modernização que marcam, de maneiras descontínuas, a América Latina? Afinal, “[b]asta mudar a escala do tempo e as estrelas do céu dançarão loucamente”, diz Castoriadis (1985, p. 221). A nosso ver, as reflexões de Rivera Cusicanqui acerca da mirada expandem epistemologicamente nossos modos de compreensão ao oferecer problemáticas potentes do campo prático para pensarmos um choque entre imaginários e construções de mundos impossíveis, a partir do caso boliviano. A obra da autora encontra uma leitura e um diálogo interessante a partir das *epistemologias do Sul*, como nomeado pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. Vale a pena lembrar as perguntas que ele e Maria Paula Meneses colocavam na introdução do livro que coorganizaram no ano 2009: “Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de uma tal descontextualização? Haverá epistemologias alternativas?” (Santos & Meneses, 2009, p. 10)¹¹. Rivera Cusicanqui, consideramos, abre caminho para essas epistemologias outras, fazendo questão de repor o contexto cultural e político de seu lugar de fala, e questionando as estruturas dominantes do pensamento ocidental. Acreditamos que a perspectiva *ch’ixi* oferece um bom cenário para posicionarmos criticamente as culturas visuais, bem como refletirmos acerca de outras formas de olhar oriundas delas.

¹¹Sobre este diálogo, recomendamos a gravação do encontro entre Rivera Cusicanqui e Sousa Santos no ciclo “Conversas del Mundo” (Alice CES, 2014).

SOCIOLOGIA DAS IMAGENS: POLÍTICAS DE UMA MIRADA INTRUSA

Nos territórios incluídos no limite do espaço nacional boliviano, a diversidade sociocultural, incluindo suas distintas historicidades, parece ser evidente. Há, inclusive, um discurso oficial mais recente que assume a multiplicidade como uma característica constitutiva desse contexto nacional: o país comporta cerca de quarenta etnias, é oficialmente denominado *Estado Plurinacional* e constitucionalmente reconhece 37 línguas oficiais. No entanto, as diferentes densidades temporais, que colidem e coligem, conformando um cotidiano emaranhado

e fractal, estão em tensão com discursos e práticas que respondem à visada *conjuntista identitária* tão frequente nos processos de modernização. A lógica nacionalista assumida durante o século XX e, atualmente, concepções ligadas aos princípios capitalistas de desenvolvimento, mercado e consumo presumem uma experiência em comum que não parece flexível a outros tipos de cidadania e de organização social. É por meio de uma advertência alicerçada nessa tensão que Rivera Cusicanqui propõe uma reflexão sobre as imagens a partir de uma prática coletiva e fortemente anticolonial que, menos do que organizar identidades numa possível hierarquia, ou ainda tomá-las como algo estável, busca produzir estranhamentos e refletir sobre as potências da diferença.

Em relação a essa prática, denominada sociologia da imagem, Rivera Cusicanqui (2015) argumenta que enquanto há toda uma tradição antropológica clássica preocupada em compreender o funcionamento de sociedades externas, seria necessário desenvolver uma compreensão também interna. Incorporando os componentes imagéticos, a autora defende que a antropologia visual estaria relacionada a uma mirada externa, que observa e registra práticas alheias; e que, ao contrário, na sociologia da imagem, o/a observador/a olha a si mesmo e o entorno social onde aquele corpo está imerso como uma parte constituinte. A relação entre quem olha e quem é olhado numa pesquisa é fundamental para entendermos a proposta teórico-metodológica de sua sociologia. A visão introspectiva à própria cultura e às relações sociais nas quais o/a pesquisador/a está imerso/a supõe uma postura política, na medida em que se corporifica esse olhar, subjetivando-o e afastando-o de uma lógica conjuntista-identitária, ao tornar esse olhar ao interno uma mirada intrusa a si mesmo.

Diferentemente de uma ação imersiva em contextos desconhecidos e tomados muitas vezes como exóticos, a mirada sociológica defendida pela autora boliviana pressupõe um esforço de produção de estranhamento sobre o próprio entorno social, questionando os limites do conhecido. Seu principal pressuposto é o imperativo de trabalhar com as diferenças de espaços-tempos (*pacha*) não coetâneos e confrontar os sentidos e práticas cotidianas naturalizadas. Assim, se a antropologia visual requer uma familiarização – com a cultura, a língua ou o território –, a sociologia das imagens se ocuparia da desnaturalização, do estranhamento ideológico e epistêmico, daquilo que já seria conhecido e rotineiro. Não se trataria de uma observação participante, na medida em que se busca analisar uma realidade da qual o observador efetivamente já faz parte. A participação, no caso da sociologia das imagens proposta por Rivera Cusicanqui, é o pressuposto que exige, por meio desse olhar intrometido, uma problematização de seu colonialismo interno. Por isso, a pensadora sustenta que a sociologia da imagem se diferenciaria da antropologia visual, na medida em que

esta última está orientada sobretudo ao registro (fotográfico, videográfico, fílmico) das sociedades que estuda para mostrá-las a um público urbano e acadêmico. Ou seja, é antes uma prática de representação. A sociologia da imagem, ao contrário, considera todas as práticas de representação como seu foco de atenção: se dirige a totalidade do mundo visual, desde a publicidade, a fotografia, a imprensa, o arquivo de imagens, a arte pictórica, o desenho e o tecido, além de outras representações mais coletivas como a estrutura do espaço urbano e os rastros históricos que se fazem visíveis¹². (Rivera Cusicanqui, 2015, pp. 21-22)

¹²No original: “esta última se orienta ante todo al registro (fotográfico, videográfico, fílmico) de las sociedades que estudia para mostrarlas ante un público urbano y académico. Es decir, es ante todo una práctica de representación. En cambio la sociología de la imagen considera a todas las prácticas de representación como su foco de atención; se dirige a la totalidad del mundo visual, desde la publicidad, la fotografía de prensa, el archivo de imágenes, el arte pictórico y el textil, amen de otras representaciones más colectivas como la estructura del espacio urbano y las huellas que se hacen visibles en él”.

Em um contexto em que a prática da linguagem escrita funcionou como forma de dominação colonial de amplas e diversas comunidades orais, a pesquisadora boliviana vê nas composições imagéticas (como nos trabalhos de Waman Puma e de Melchor María Mercado) uma forma de acessar temporalidades apagadas pela história oficial e produzir novas relações. Nos desenhos que constam na *Primer Nueva Crónica y Buen Gobierno*, a carta de mil páginas escrita por Waman Puma entre 1613 e 1615 e dirigida ao Rei da Espanha, Rivera Cusicanqui (2015) observa, por exemplo, uma teorização imagética acerca do sistema colonial, caracterizada pela convivência de relações e temporalidades aparentemente antinômicas. A princípio, diz Rivera Cusicanqui, a crônica mostra visualmente diversos tipos de ordem: das idades, das ruas, da distribuição espacial dos centros urbanos e o calendário ritual. No entanto,

Apesar de adotar o calendário gregoriano, esta sequência nos mostra a ordem das relações entre os humanos e o mundo sagrado, que acompanha tanto os labores produtivos como a convivência comunal e os rituais estatais. . . . Desse modo, *põe em evidência a centralidade da comida e do labor produtivo da ordem cósmica indígena* [ênfase adicionada]¹³. (Rivera Cusicanqui, 2015, p. 177)

¹³No original: “A pesar de que adopta el calendario gregoriano, esta secuencia nos muestra el orden de las relaciones entre los humanos y el mundo sagrado, que acompaña tanto las labores productivas como la convivencia comunal y los rituales estatales. . . . De este modo, se pone en evidencia la centralidad de la comida y de la labor productiva en el orden cósmico indígena”.

Assim, o que seria uma aparente contraposição entre a ordem colonial e colonizadora e a desordem indígena se apresenta como a contemporaneidade de mundos (e suas ordens espaciais e temporais) distintos, inclusive nas suas relações com a terra, o trabalho, os rituais e o sagrado. O *olhar intruso* exercitado por Rivera Cusicanqui nessas imagens não desconsidera as dinâmicas de poder e as hierarquias histórico-sociais e sim faz com que essas diferentes ordens emergam produtivamente em suas contradições e *abigarramentos*.

No colonialismo, aponta Rivera Cusicanqui, haveria um uso peculiar da palavra que, mais do que designar, serviria para encobrir diferenças, motivo pelo qual existiria uma divisão entre o discurso público e as crenças que mobilizam essas práticas. A palavra seria então um recurso mobilizado para elaborar formas

de não dizer. Nesse contexto, também estaria justificada a ênfase que a pensadora boliviana dá ao papel historicizante e multitemporal das imagens, na medida em que afirma que a sociologia da imagem poderia tratar desde a política visual de motoristas e ajudantes do transporte urbano de La Paz à memória visual de antigas construções demolidas em uma rua convertida em espaço de exploração turística (como vimos em seu experimento sobre a *calle Illampu*).

A desconfiança na palavra escrita busca questionar a suposta transparência dos registros que certas tradições modernas outorgam ao ato de investigar, em que, muitas vezes, a imagem e os imaginários são submetidos a uma única lógica temporal. Essa, a nosso ver, é uma grande contribuição em relação à perspectiva do olhar para pensarmos o imaginário. Se em Abril, como abordamos, as temporalidades partem de uma historicidade supostamente comum que tende ao universalizante e ao identitário, o conceito de olhar em Rivera Cusicanqui pretende atuar nas imagens para promover um mundo de mandatos opostos, reconhecendo a existência de uma multitemporalidade e de traços não digeridos do passado.

Não se trata, portanto, de um empreendimento sincrônico-diacrônico, mas de perceber, numa mesma composição, diferentes acronias. Com efeito, o principal objetivo da sua sociologia da imagem é descolonizar a mirada,

liberar a visualização das ataduras da linguagem [escrita], e em reatualizar a memória da experiência como um todo indiscernível, no qual se fundem os sentidos corporais e mentais. Seria então uma memória do fazer, que, como diria Heidegger, é antes um habitar¹⁴. (Rivera Cusicanqui, 2015, p. 23)

Essa composição de uma práxis decolonial pressupõe que sejamos capazes de trabalhar outras relações de imaginário, capazes de incluir a diferença, em vez de apaziguá-la ou hierarquizá-la. É nessa direção que se encaminha a proposta de Rivera Cusicanqui de uma mirada *ch'ixi* sobre o mundo.

Partindo de uma leitura ao mesmo tempo crítica e elogiosa da obra do sociólogo René Zavaleta, a autora recupera a noção de *abigarramiento*, formulada na década de 1980, para tentar compreender as heterogeneidades constitutivas da sociedade boliviana. O uso do conceito-metáfora *abigarrado*, advindo do vocabulário mineiro da região de Oruro, compreende o contexto da Bolívia como uma formação folheada por temporalidades diversas e justapostas. Ao observar os contextos de projetos econômicos e políticos (muitas vezes violentos) que marcam a história do país, Zavaleta vê espaços e tempos sendo conformados de maneiras dissímeis, incapazes de produzir uma síntese combinada. Num mesmo cenário poderiam ser observadas práticas capitalistas e feudais de

¹⁴No original: "liberar la visualización de las ataduras del lenguaje, y en reactualizar la memoria de la experiencia como un todo indisoluble, en el que se funden los sentidos corporales y mentales. Sería entonces una suerte de memoria del hacer, que como diría Heidegger, es ante todo un habitar".

maneira superposta, sem estabelecer uma linearidade, com camadas de tempo e história que contam ainda com as particularidades de cada região, com várias línguas e práticas culturais muito diferentes entre si, e que se cruzam sem que sejam dissolvidas numa outra *universal*. Essa condição agônica impediria uma distribuição uniforme do poder, condição tida por Zavaleta como imprescindível para o bom funcionamento da democracia numa sociedade moderna associada a conceitos estreitos de nação e de progresso.

Rivera Cusicanqui coincide com a aguda percepção com a qual Zavaleta conseguiu captar a realidade boliviana, não só a partir da ênfase em mesclas e superposições temporais constitutivas, mas também do reconhecimento de uma materialização diversa, que dá conta da irregularidade e disjunção do cenário desses encontros. No entanto, a pensadora toma distância da visão progressista que, de certa maneira, condena essa irregularidade e que busca superar o fenômeno do *abigarramiento*. Nesse sentido, será um outro conceito-metáfora também proveniente da realidade e cosmovisão mineira boliviana que Rivera Cusicanqui convoca para compreender as diferentes realidades históricas que se emaranham na diversidade espacial do cotidiano de seu país. A palavra proveniente do quíchua *ch'iqchi* – e seu equivalente aimará *ch'ixi* –, que poderia ser traduzida como “cinza com miúdas manchas de branco e preto que se entremeiam”¹⁵ (Rivera Cusicanqui, 2015, p. 326), é recuperada conceitualmente para descrever sem negar essa heterogeneidade constitutiva e, ao contrário, colocá-la como uma condição epistêmica particular. Até certo ponto, a reflexão de Rivera Cusicanqui mostra como o pensamento de Zavaleta é o resultado de um movimento *ch'ixi* que ele próprio, amarrado a certos pressupostos cientificistas, não conseguiu entender. A inconclusão de seu último livro, *Lo Nacional-Popular en Bolivia* (Zavaleta, 1986), publicado de maneira póstuma, funciona como um exemplo da impossibilidade de síntese entre matrizes epistemológicas divergentes e a resistência teórica diante dessa evidência *abigarrada*. Sua escrita não consegue, no entendimento de Rivera Cusicanqui, harmonizar os diferentes paradigmas, leituras, experiências e temporalidades que coexistem e se sobrepõem em seu pensamento.

Diante da diversidade irreconciliável das paisagens bolivianas, e em diálogo e afastamento de uma larga tradição de pensamento acerca das identidades nacionais nos países da América Latina, a autora então se pergunta: “Por que temos que fazer de toda contradição uma disjunção paralisante? Por que temos que enfrentá-la como uma oposição irreduzível? Ou isto ou o outro?”¹⁶ (Rivera Cusicanqui, 2018, p. 80). Essas perguntas, que marcam a absorção da noção de *abigarramiento* no conceito-metáfora *ch'ixi*, assentam-se, acreditamos, na ruptura com a lógica conjuntista-identitária identificada por

¹⁵No original: “Gris con manchas menudas de blanco y negro que se entremeian”.

¹⁶No original: “¿Por qué tenemos que hacer de toda contradicción una disyuntiva paralizante? ¿Por qué tenemos que enfrentarla como una oposición irreductible? ¿O esto o lo otro?”.

Castoriadis. Enquanto em Zavaleta e em outros pensadores de países latino-americanos as heterogeneidades cotidianas deveriam ou eram superadas por figuras idealizadas (como o *mestiço* ou uma identidade nacional comum), em Rivera Cusicanqui recusa-se a síntese pacificadora e afirma-se a coexistência agonística como modo de existência e de pensamento. Menos que trabalhar com uma antropofagia, a sua proposta de sociologia da imagem se preocupa com os restos não digeridos, aquilo que não foi e nem pode ser incorporado. Não se trata mais aqui de pensar (nem que seja como ideal) identidade ou unidade fixa e estável e sim a convivência cotidiana de fraturas, identidades contraditórias e temporalidades diversas. Nessa perspectiva, pensar *ch'ixi* é reconhecer e valorizar não o cinza (que, aliás, só é visto de longe), mas o entremear de pontos diversos que simultaneamente formam a cor gris e são também outras cores, outros tons.

PARA PENSAR CONTRADIÇÕES

Um entendimento mais preciso de um olhar (ou mirada) *ch'ixi* deve ter em vista os processos coloniais que marcam a história da Bolívia, como de outros países da América. Esses movimentos de colonização continuaram inclusive após a independência da coroa espanhola, agora sob a forma de projetos sucessivos de modernização e de construção da Bolívia como um Estado nacional, moderno, ocidental. Desses processos, restam desde monumentos até ruínas. As contradições desses processos colonizadores, que envolveram, no caso boliviano, *modos de solucionar* a presença de populações indígenas de culturas milenares, resultam tanto em sua continuidade (mesmo como ideal) quanto em realidades culturais desiguais e heterogêneas. Um traço forte desses processos coloniais, segundo a pensadora boliviana, está em “uma profunda e internalizada prática de autodesprezo, que se reproduziu por séculos na personalidade colonizada e que atravessa todos os estratos da sociedade”¹⁷ (Rivera Cusicanqui, 2015, p. 93). Ela ilustra essas contradições:

Comparava muitos *q'aras* e mestiços de elite que vi no trem subterrâneo de Paris ou Nova York com esses migrantes da província de Camacho ou do norte de Potosí, que põem a reluzir sua alteridade para convocar a filantropia do estranho ou a atenção daquele que consideram superior em qualquer ordem de hierarquias (civilizatória, estamental, de classe ou etnia ou em relação com o acesso ao poder). Nesses momentos, me acometia um confuso sentimento, vergonha alheia, mas também uma profunda raiva. Raiva porque esses mesmos barbudos vinham para cá manipular a retórica da identidade com o fim

¹⁷No original: “una profunda e internalizada práctica de autodesprecio, la cual se ha reproducido por siglos en la personalidad colonizada y atraviesa todos los estratos de la sociedad”.

de seguir mandando, autoritária ou paternalisticamente, sobre esse “país de índios”; vergonha porque revelavam-se sem querer como inconscientes colonizados, pois era viajando ao exterior que descobriam que não eram de todo “ocidentais”, ainda que nunca chegassem a assumir as consequências práticas de tal descobrimento¹⁸. (pp. 93-94)

¹⁸No original: “Comparaba a muchos q'aras y mestizos de élite que vi en el tren subterráneo de Paris o de Nueva York, con esos migrantes de la provincia Camacho o del norte de Potosí, que sacan a relucir su alteridad con el fin de convocar la filantropía del extraño o la atención de aquél que consideran superior en cualquier orden de jerarquías (civilizatoria, estamental, de clase o de etnia o en relación con el acceso al poder). En esos momentos me acometía un confuso sentimiento, vergüenza ajena, pero también una profunda rabia. Rabia porque esos mismos barbudos vendrían después acá a manipular la retórica de la identidad con el fin de seguir mandando, autoritaria o paternalistamente, sobre 'este país de indios'; vergüenza porque mostraban la hilacha como inconscientes colonizados, pues tenía que ser viajando al exterior como descubrirían que no eran del todo “occidentales”, aunque nunca llegasen a asumir las consecuencias prácticas de dicho descubrimiento”.

Essa imagem textualizada por Rivera Cusicanqui cabe, com todos os seus muitos problemas, ao Brasil. Ao mesmo tempo somos e não somos ocidentais; somos colonizados e colonizadores. Nossas contradições não se esgotam e constituem parte incontornável de nossa existência. Um, entre vários exemplos, tem seu marco oficial no dia 12 de setembro de 1897. Inaugurava-se então um projeto robusto, que carregava consigo a marca da recém-proclamada república, que, inspirada em Paris e Washington, buscava ser a materialização de um desejo moderno de urbanização. Belo Horizonte, erguida para ser a nova capital de Minas Gerais, condensa bem as características que, via de regra, marcam a implementação de imaginários modernizadores em nosso país: “imposto de modo autoritário, repressivo, violento, mas, paradoxalmente planejado, organizado” (Starling, 2002, p. 69). Projetada para substituir a decadente e colonial Ouro Preto, a cidade foi erguida expulsando moradores do antigo povoado Curral Del Rey, um entreposto comercial, que servia como ponto de abastecimento para vendedores de gado a caminho do Rio de Janeiro. O projeto levado a cabo pela comissão construtora também buscava expurgar da cidade quaisquer traços do passado, seja ele o imperial, da colônia ou do *atraso*, que, segundo o impulso modernizador, marcavam aquela região. Como aponta Starling (2002), a construção de Belo Horizonte representou, ao final do século XIX, a tentativa de certos setores da oligarquia mineira de controlar e integrar política e economicamente um estado tão diverso, “ainda que para isso fosse preciso conceber um projeto de modernização artificial e ilusório” (p. 69). A ideia de uma cidade construída sem marcas de certas tradições tidas como atrasadas indica a tentativa de fechamento de passados e de suas capacidades de nos afetar, para planejar um horizonte sempre cambiante, rumo a um suposto progresso comum.

O imaginário fundacional de Belo Horizonte permeia seus processos de construção/desconstrução até hoje, bem como encarna as consequências temporais peculiares de nossas modernidades periféricas. O traço elitista do projeto original, que fixava os limites da cidade na avenida do Contorno, não contemplava espaços específicos para as pessoas que vieram trabalhar na construção da capital, motivo pelo qual várias vilas e favelas fizeram crescer concretamente, desde então, esse mapa imaginário e seus processos de subjetivação. E, longe

de conseguir eliminar os traços do passado, essas temporalidades, persistentes, assombram sua modernidade, criando uma cidade paradoxal e fantasmagórica. Caminhar pelo centro planejado hoje significa transitar por ruas e avenidas com nomes de estados e capitais brasileiras, projetadas para veículos e que estão construídas sobre inúmeros rios invisíveis (Borsagli, 2016), desrespeitando seus cursos naturais (que por vezes cobram seus direitos de território). Além da referência a outros territórios nacionais, agrupações indígenas também são cinicamente homenageadas na composição das ruas da cidade moderna, como se retratassem um estado-nação único e harmônico. E, desde a expulsão dos camelôs das calçadas do centro na virada do século, diferentes shoppings com os mesmos nomes (Oiapoque, Xavantes; Tupynambás) surgiram na paisagem urbana, rearticulando formas de comércio popular e, concomitantemente, exemplificando temporalidades múltiplas e heterogêneas da cidade: com nomes indígenas, são controlados por empreendedores de origem oriental, vendendo produtos os mais variados importados da China pelas brechas dos sistemas fiscais, entre eles aparelhos de IPTV para desbloquear transmissões de futebol, plataformas digitais e produções audiovisuais dos países do Norte, que, do contrário, poderiam ser inacessíveis a várias camadas da população que vivem dentro da Contorno e fora dela.

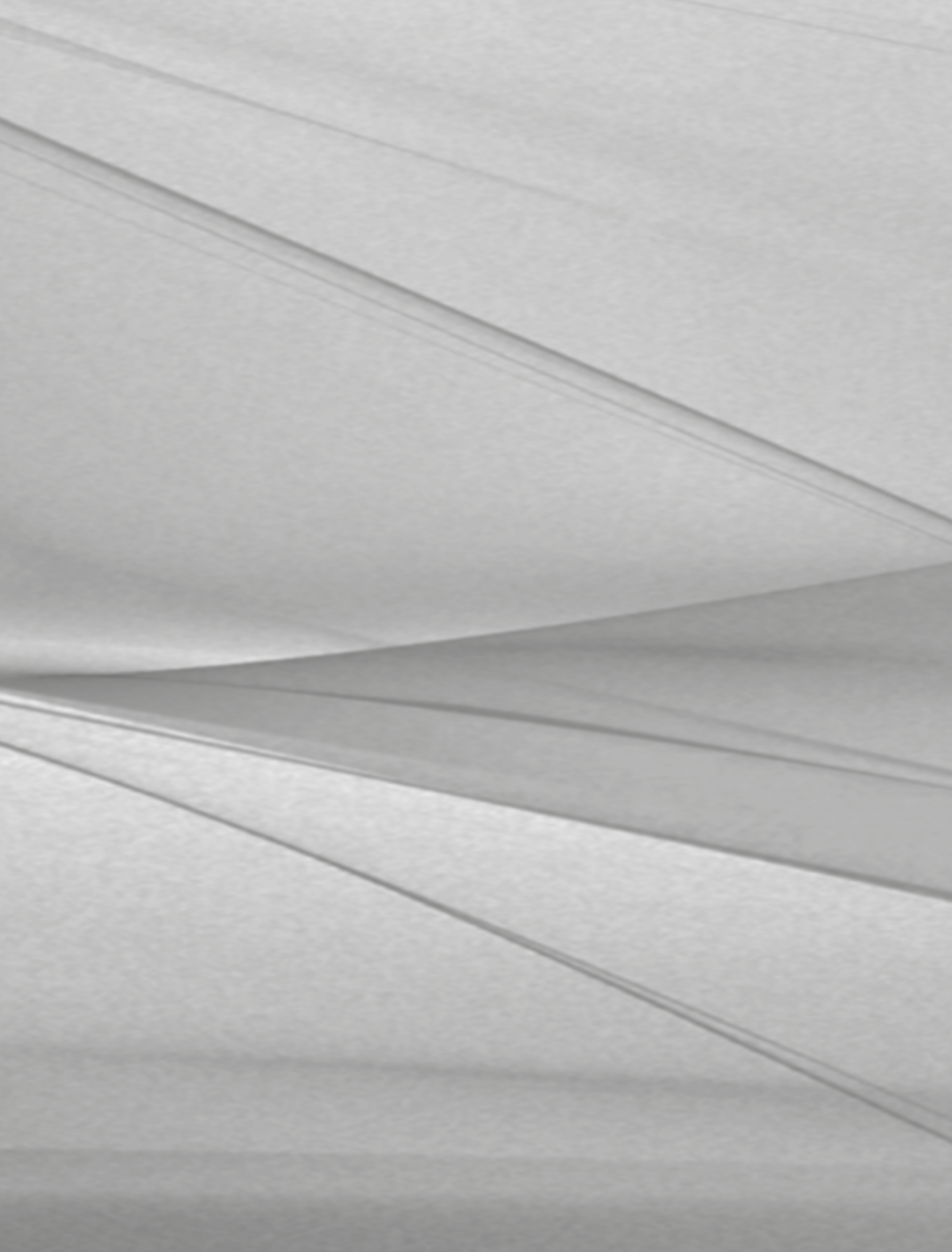
Assim como Belo Horizonte, Teresina, Manaus, Brasília, Palmas. E também São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Recife... Em seu território nacional, o Brasil convive cotidianamente com desigualdades, heterogeneidades, marcas de modernização, de *progreso* e *desenvolvimento*, que configuram nossos modos de habitar essas paisagens. Como olhar essa diversidade, essa heterogeneidade? Como lidar com as imagens e os imaginários contraditórios que se fazem presentes e que habitam em nós? As implicações de um pensar *ch'ixi* são amplas e não caberia resumi-las, neste artigo, sob o risco de empobrecimento e incorreção. No entanto, noções como *abigarramiento* e *ch'ixi* não apenas reconhecem essas contradições como as tomam como potência de pensamento. Atenta às contradições e temporalidades diversas, ao que se visibiliza (ainda que de modo periférico, como resistência) e também ao que escapa aos esforços de controle da visualidade, Rivera Cusicanqui e seu olhar *ch'ixi*, encarnado e múltiplo, faz emergir também imaginários que passam ao largo de qualquer lógica conjuntista-identitária. Em busca de uma voz própria, a noção *ch'ixi* assume a contradição e as imagens como lugar de pensamento e de ação política, capaz de relacionar o passado com a urgência do presente. Não se trata aqui de um olhar nem impreciso nem abstrato. É na coexistência agonística, historicamente situada, que se olha, que existimos, pensamos e atuamos. ■

REFERÊNCIAS

- Abril, G. (2007). *Análisis crítico de textos visuales*. Síntesis.
- Abril, G. (2013). *Cultura visual, de la semiótica a la política*. Plaza y Valdés.
- Alice CES. (2014, 12 de março). *Conversa del mundo – Silvia Rivera Cusicanqui y Boaventura de Sousa Santos* [Vídeo]. YouTube. <https://bit.ly/3r6Srs1>
- Borsagli, A. (2016). *Rios invisíveis da metrópole mineira*. Clube de Autores.
- Castoriadis, C. (1985). *A instituição imaginária da sociedade*. Paz e Terra.
- Leal, B., Carvalho, C. A., & Alzamora, G. (Orgs.). (2018). *Textualidades midiáticas*. Selo PPGCOM/UFMG.
- Rivera Cusicanqui, S. (2015). *Sociología de la imagen: Miradas ch'ixi desde la Historia andina*. Tinta Limón.
- Rivera Cusicanqui, S. (2016, outubro). Clausurar el pasado para inaugurar el futuro: Desandando por una calle paceña. *Agenda 21 da Cultura*. <https://bit.ly/2Plgw0I>
- Rivera Cusicanqui, S. (2018). *Un mundo ch'ixi es posible: Ensayos desde un presente en crisis*. Tinta Limón.
- Santos, B. S., & Meneses, M. P. (2009). *Epistemologias do Sul*. Almedina.
- Starling, H. M. M. (2002). Fantasmas da cidade moderna. *Margens/Márgenes*, (1), 66-75. <http://bit.ly/395UkPi>
- Zavaleta, R. (1986). *Lo nacional-popular en Bolivia*. Siglo XXI.

Artigo recebido em 1º de julho de 2020 e aprovado em 15 de março de 2021.

RESENHAS



As revoluções das mídias: As transformações da era digital à luz do surgimento da imprensa

*Media revolutions: The transformations of
the digital age in light of the invention of the
printing press*

JULIANA SCHMITT^a

Universidade Federal de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História. Guarulhos – SP, Brasil.

Barbier, F. (2018).

*A Europa de Gutenberg: O livro e a invenção da modernidade ocidental
(séculos XIII-XVI)* (G. C. C. de Sousa, trad.).

Edusp.

RESUMO

Esse texto é uma resenha do livro *A Europa de Gutenberg: O Livro e a Invenção da Modernidade Ocidental (Séculos XIII-XVI)*, do historiador francês Frédéric Barbier, lançado na França em 2006 e no Brasil em 2018, em tradução publicada pela Edusp. O autor traça um panorama histórico do surgimento da prensa de tipos móveis, atentando para os processos sociais, econômicos e culturais que o antecedem e o sucedem, cobrindo, portanto, mais de três séculos. Com essa análise, sua proposta é elaborar um paralelo entre a revolução causada pela imprensa e a atual revolução digital, suas causas e consequências.

Palavras-chave: História do livro, invenção da imprensa, comunicação e mídias

^aDoutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em Artes, Cultura e Linguagens pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestranda em História na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5770-0436>. E-mail: juschmittju@gmail.com

ABSTRACT

This text presents a review of the book *Gutenberg's Europe: The Book and the Invention of Western Modernity*, by the French historian Frédéric Barbier, released in France in 2006 and in Brazil in 2018 – a translated version to Portuguese published by Edusp. The author traces a historical panorama of the emergence of the movable-type printing press, focusing the social, economic and cultural processes that precede it and that succeed it, covering, therefore, more than three centuries. His aim is to draw a parallel between the revolution caused by the printing press and the current digital revolution, its causes and consequences.

Keywords: History of the book, printing press, communication and media

A REVOLUÇÃO DIGITAL QUE ocorre desde o último quartel do século XX surpreende pela velocidade e pelos resultados. Até pouco tempo, teóricos dedicados a reconstituir a história das práticas da escrita e da leitura e analisar seu presente previam um futuro dos mais promissores. O advento da informática e a subsequente popularização da internet permitiu sonhar com um mundo em que o conhecimento seria largamente democratizado, em que a web seria o repositório de todos os saberes e o acesso a essa imensa biblioteca global seria fácil e amplo. Textos das mais variadas áreas e épocas seriam passíveis de intervenção pelos leitores, em um movimento de colaboração universal jamais visto, que daria início a uma nova era de compartilhamento quase infinito.

A despeito dessa utopia, o presente mostra que o crescente acesso à informação não significa necessariamente que as pessoas sejam bem-informadas: levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2019 indica que mais da metade da população mundial usa a internet (“Estudo da ONU”, 2019) – no entanto, grande parte do ambiente digital é hoje dominado pelas *fakes news*, por revisionismos e negacionismos e por empresas que captam inescrupulosamente os dados dos usuários para direcionamento de anúncios, como mostra o documentário *O Dilema das Redes* (Orlowski, 2020), distribuído pela Netflix. O cenário é confuso e desaponta, principalmente se considerarmos todas as potencialidades da era digital. Faz parte do processo de uma revolução comunicacional e intelectual um período de dúvidas e obscurantismo? A crise é transitória ou perene?

São muitas as perguntas e olhar o passado em busca de um fenômeno similar a esse poderia servir como esboço para um prognóstico. É a esse propósito que se coloca o historiador francês Frédéric Barbier em seu livro *A Europa de Gutenberg: O livro e a Invenção da Modernidade Ocidental* (Séculos XIII-XVI), obra de 2006, publicada no Brasil pela Edusp em 2018. O autor explicita, nas primeiras páginas, seu objetivo de propor algumas chaves de entendimento sobre a revolução das mídias dos anos 2000 à luz do que considera a primeira revolução das mídias: o surgimento da prensa de tipos móveis, em meados do século XV.

Tendo isso em mente, ler a obra de Barbier nos permite identificar semelhanças entre dois momentos tão distantes. Para contar a história dos impressos, Barbier utiliza termos familiares ao leitor contemporâneo, como *hardware*, ao falar dos objetos e do maquinário, e *software*, ao falar de seu conteúdo; *start-ups*, para as primeiras oficinas de impressão e editoração, e *paper valley* para denominar o Vale do Reno, região da Mogúncia, berço da invenção de Gutenberg. Chega a evocar a ideia do *livro-máquina*, ou seja, o livro impresso como principal ferramenta da racionalidade durante cinco séculos, função que será ocupada pelo computador e pelas memórias digitais posteriormente.

Essa insistência em elaborar paralelos, empregando o vocabulário da era digital atual, soa um pouco forçada para os leitores da historiografia do livro, mas pode ser atraente ao público leigo. Também ajuda, nesse sentido, o tom ensaístico do texto, que narra com fluidez as diferentes etapas do processo de surgimento da nova mídia. Para transportar seu leitor para o passado, Barbier demonstra seu profundo domínio do tema e reconstitui, com detalhes nas descrições, a paisagem urbana que ajudou a forjar o cenário ideal para a produção e o consumo dos impressos por volta de 1450. A obra, como um todo, revela-se um *tour de force* da erudição de seu autor. Discípulo do prestigiado historiador do livro Henri-Jean Martin (que é frequentemente citado), Frédéric Barbier é pesquisador do Centre National de la Recherche Scientifique, na França, autor de inúmeros trabalhos sobre a história da escrita e da imprensa, o desenvolvimento do mercado editorial, a formação das bibliotecas, entre outros assuntos afins, que pesquisa desde a década de 1970. Em *A Europa de Gutenberg*, Barbier mostra como a consolidação de uma cultura do texto impresso só foi possível porque foi acompanhada de uma transformação no modo de se pensar o acesso à informação. “O fenômeno parece tão notável que é equiparado em importância à queda do Império Bizantino e à descoberta do Novo Mundo, eventos com os quais se encerra a cronologia canônica da Idade Média” (p. 241), afirma o autor.

Os aspectos econômicos, sociais, geográficos e políticos explorados no livro são diferentes camadas que se interpuseram e possibilitaram que, em algumas décadas, fossem totalmente mudadas a forma da transmissão de dados, a comunicação e a troca de saberes. O autor, no entanto, elabora sua análise no tempo longo dessas modificações, cobrindo mais de trezentos anos. Esse recorte é dividido em três partes: o período anterior à invenção de Gutenberg, que forneceu o terreno fértil para que a revolução ocorresse (a partir do século XII); o momento em que ela acontece de fato, com todas as suas implicações (século XV), e seus desdobramentos posteriores, evidenciando o impacto da nova mídia (as décadas seguintes). A ênfase, portanto, é no processo revolucionário e não no evento em si.

A primeira parte, “Gutenberg antes de Gutenberg”, remonta às condições que permitiram o desenvolvimento de uma cultura escrita na Baixa Idade Média e possibilitaram que ela desse origem a um novo mercado de produção de textos. A cidade medieval surge, aqui, como espaço-chave desse processo, ao multiplicar suas demandas pelos documentos escritos, tanto de caráter administrativo, quanto de registros comerciais. É lá que a presença física e visível do manuscrito se multiplica e o texto escrito, tanto em latim quanto nas línguas vernáculas, passa por reformulações importantes, que aprimoram sua legibilidade, além de fazer parte de diferentes esferas da vida comum. Os atos

de ler e escrever deixam de ser exclusividade dos clérigos e o objeto *livro* muda de status e se transforma em artigo colecionável.

A segunda parte mostra como esse cenário favorável possibilita a criação experimental de técnicas diferentes de confecção de textos. É “O Tempo das Start-Ups”, como Barbier intitula o capítulo 2, fazendo uma analogia com a atividade empreendedora característica dos anos 2000. A difusão do uso do papel, o surgimento de uma indústria europeia que substitui o pergaminho, a produção maciça de imagens pela técnica da xilogravura e o protótipo de um *consumo de massa*, observado nas ocasiões de grandes peregrinações, são alguns dos fatores que motivam as buscas por inovações. É nesse contexto que atuam Johann Gutenberg e seus patrocinadores. Parte significativa desse capítulo é dedicada a explicar a articulação entre os desenvolvimentos que possibilitaram a revolução midiática causada pela prensa de tipos móveis e o capitalismo incipiente. Barbier deixa claro o papel crucial dos investidores que se lançaram nesse empreendimento de alto risco, apostando em tecnologias sem antecedentes e cujo produto não tinha ainda mercado constituído:

Com a imprensa, adentramos um sistema de produção manufatureira no qual o papel do capitalista se torna muito mais importante do que na época do manuscrito. . . . Com o aumento da produção, editar um livro passa a ser uma operação contábil, industrial e comercial cada vez mais complexa. (pp. 215, 228)

“A Primeira Revolução das Mídias”, terceiro e último capítulo, avalia o impacto da nova mídia nas décadas seguintes ao seu surgimento. Da Mogúncia, rapidamente as tipografias se alastram para os grandes centros urbanos e ganham, em poucos anos, toda a Europa Ocidental. Acompanham esse movimento todos os ofícios agregados à produção, como editores, tipógrafos, gravuristas, tradutores, revisores, distribuidores, livreiros. Aos poucos, a estética e a configuração dos impressos se afastam do modelo dos manuscritos, formando uma linguagem própria que inclui os formatos dos tipos e os precedentes do design gráfico, mudando não só a natureza do objeto que sai das prensas, mas sua relação com o consumidor. São múltiplas as consequências da disseminação da cultura do impresso, descritas minuciosamente por Barbier, como a gradual substituição do latim pelas línguas vernáculas, o que indica o considerável aumento do público leitor.

Duas teses abordadas pelo autor nos parecem particularmente interessantes por sua aplicação como *foreshadowing* do futuro da comunicação. Uma é a do *imperialismo comunicacional*, baseada na concentração da atividade tipográfica em alguns centros urbanos que, por isso, se tornariam polos de circulação de

ideias e de exploração das mídias – em detrimento dos locais às margens dessa produção, que apenas a consomem. A segunda propõe que a lógica da transmissão dos saberes pelo impresso permitiu o surgimento do jornalismo, ao impor um novo tempo dos acontecimentos: o *tempo real*, no qual a publicização dos eventos e os comentários a seu respeito passam a ocorrer quase simultaneamente.

As potencialidades do impresso foram percebidas de imediato pelas instâncias do poder e o manejo das atividades relativas a ele estiveram em pauta desde seu início, como as outorgas de privilégios editoriais, a censura dos conteúdos, a regulamentação dos ofícios, a fiscalização das edições e de sua comercialização, assim como as questões relativas à propriedade intelectual e ao direito autoral. Mas a imensa produção de impressos em poucos anos e a impossibilidade de controlar completamente a difusão da informação promove o que Barbier chama de “*krach* das mídias”: “tal como sucede hoje com a tela e a internet, o sistema dos conhecimentos parece perder sua coesão em proveito de uma espécie de caos potencialmente subversivo” (p. 365). É quando a coletividade se vê diante de uma quantidade de informações produzidas tão rápido e que circulam tão freneticamente – mas que ela ainda não tem meios para absorver.

A expressão empregada por Barbier, “*krach* das mídias”, é adaptada de Paul Virilio, que escreve, em artigo de 1998, sobre a superprodução imagética das telecomunicações e da internet, às quais estamos expostos atualmente. O contato desenfreado e constante com essas imagens não causaria uma percepção mais detalhada e sofisticada do mundo, segundo Virilio (1998), mas seu efeito contrário: “a ameaça de uma cegueira coletiva da humanidade, a possibilidade inédita de uma derrota dos fatos e de uma desorientação de nossa relação com a realidade”¹ (para. 32). No caso da invenção de Gutenberg no século XV, o resultado do “*krach* das mídias” foi, de acordo com Barbier, nada menos que a modernidade ocidental. Essa avaliação talvez seja um ponto de luz no obscurantismo dos nossos dias. ■

¹No original: “C’est la menace d’un aveuglement, d’une cécité collective de l’humanité, la possibilité inouïe d’une défaite des faits et, donc, d’une désorientation de notre rapport au réel”. Tradução da autora.

REFERÊNCIAS

- Estudo da ONU revela que mundo tem abismo digital de gênero. (2019, 6 de novembro). *ONU News*. <https://bit.ly/3nBob73>
- Orlowski, J. (Diretor). (2020). *O dilema das redes* [Filme]. Exposure Labs.
- Virilio, P. (1998, março). Œil pour œil, ou le krach des images. *Le Monde Diplomatique*. <https://bit.ly/36MhgRL>

